

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

EDUARDO CRISTIANO HASS DA SILVA

MERCADORES, CAIXEIROS E CONTADORES:

**A formação de profissionais do comércio e o processo de consolidação do Ensino Técnico
Comercial no Brasil (1931-1971)**

São Leopoldo

2020

EDUARDO CRISTIANO HASS DA SILVA

MERCADORES, CAIXEIROS E CONTADORES:

A formação de profissionais do comércio e o processo de consolidação do Ensino Técnico
Comercial no Brasil (1931-1971)

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Educação,
pelo Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

São Leopoldo

2020

S586m Silva, Eduardo Cristiano Hass da.
Mercadores, caixeiros e contadores: a formação de profissionais do comércio e o processo de consolidação do ensino técnico comercial no Brasil (1931-1971) / Eduardo Cristiano Hass da Silva. – 2020.
446 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.
“Orientadora: Profª. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin”

1. Ensino comercial. 2. Reformas do ensino comercial.
3. História da educação. I. Título.

CDU 373.61

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

EDUARDO CRISTIANO HASS DA SILVANOME DO ALUNO

MERCADORES, CAIXEIROS E CONTADORES:

**A formação de profissionais do comércio e o processo de consolidação do Ensino Técnico
Comercial no Brasil (1931-1971)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Educação,
pelo Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos - UNISINOS

Aprovado em 27/11/2020

BANCA EXAMINADORA

Profª. Draª. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin – UNISINOS

Prof. Dr. Antonio de Ruggiero - PUCRS

Profª. Dra. Maria Helena Camara Bastos - UFRGS

Prof. Dr. Danilo Romeu Streck – UNISINOS

Profª. Dra. Betina Schuler – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

É difícil elencar os nomes de todas aquelas e todos aqueles que estiveram comigo ao longo dos anos de construção desta tese, bem como de todos os órgãos, instituições e políticas que permitiram minha chegada e permanência ao Ensino Superior, seja na Graduação ou na Pós-Graduação. Mesmo ciente do risco de esquecer alguns nomes, apresento aqui alguns agradecimentos específicos.

Inicialmente, agradeço aos governos progressistas que estiveram na gestão política do país, em especial aqueles que criaram e fomentaram políticas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a partir do qual pude ingressar na Universidade. Agradeço ainda aos órgãos de fomento à pesquisa, em especial a CAPES e ao CNPq, a partir dos quais obtive bolsa integral para a realização do mestrado e do doutorado, respectivamente.

Agradeço a UNISINOS e ao Programa de Pós-Graduação em Educação pela acolhida e pela formação de excelência. Em especial, estendo os agradecimentos a minha professora, amiga e orientadora Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin.

Destaco especial agradecimento aos professores e às professoras que estiveram comigo na qualificação e na defesa da tese, contribuindo para a qualificação desta pesquisa, sendo eles: Prof. Dr. Antonio de Ruggiero, Prof. Dr. Danilo Romeu Streck, Profa. Dra. Betina Schuler e Profa. Dra. Maria Helena Camara Bastos. Em relação à professora Maria Helena, serei eternamente grato por ter sempre acreditado e apostado no meu trabalho.

Estendo meus agradecimentos a todos os profissionais do Museu da Escola Catarinense (SC), da Biblioteca da Fecap (SP) e da Biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS, que me receberam em suas dependências com total atenção, disponibilizando parte significativa das fontes mobilizadas nesta pesquisa.

Em relação aos colegas de grupo de pesquisa, agradeço a todos aqueles que me apoiaram e colaboraram de forma construtiva. Destaco, em especial, agradecimento aos que estiveram comigo ao longo da escrita, ouvindo anseios e oferecendo abrigo: Juliana, Mara, Rosane, Estela, Rutheene, Tainá, Christiano, Deise, Marlos, Ariane, Leo e Carol. Agradeço a todos os colegas/profissionais do PPGEduc, em especial a: Camile, Leo Lodi, Deise, Taiana, Alice, Rayssa, Alexandre, Lisi, Jonathan, Jô, Sandra, Carol, Loi, Gabriela e a todos aqueles que compartilharam abraços e cafês.

Muitos amigos estiveram comigo, em bons e maus momentos, compartilhando sorrisos e lágrimas. Meu muito obrigado: Gabbiana, Lucas, Ricardo, Silvia, Vanessa, Milene, Andreia, Bárbara, Eduardo Reilly, Thiago, Dóris e a todos que me apoiaram.

Agradeço a todos os meus familiares, em especial a minha mãe Vergina, minha irmã Lúcia e aos meus sobrinhos, os quais me deram motivos para sempre seguir. Agradeço à sagrada umbanda e aos seus ensinamentos, por me darem energia e coragem. Ogunhê.

RESUMO

A tese apresentada tem como tema o Ensino Comercial Brasileiro. O objetivo geral da investigação consiste em analisar os processos de institucionalização e a consolidação desta modalidade de ensino em nível técnico no Brasil, a partir das Reformas do Ensino Comercial e das relações de poder envolvidas neste processo. Para tanto, o estudo circunscreve elementos do ensino comercial italiano e português, de maneira a visibilizar elementos constitutivos desses dois países que influenciaram o ensino comercial brasileiro. O estudo se insere no campo da História da Educação, fundamentando-se na História Cultural. Os conceitos ferramentas mobilizados na pesquisa foram os de Narrativa Histórica, Cultura Escolar, Relações de Poder e o de Atuação, aplicado às Reformas Educacionais. As fontes empregadas na pesquisa estão relacionadas aos diferentes âmbitos da Memória Educativa: Cultura Política (legislação, documentos oficiais do Estado, entre outros), Cultura Acadêmica/Científica (artigos científicos, dissertações, teses, entre outros.) e Cultura Empírica (documentos produzidos/localizados pelas/nas instituições escolares). Dentre as legislações analisadas, destacaram-se as Reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1943) do Ensino Comercial. Em relação à Cultura Empírica, foram analisados documentos de três instituições: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) de São Paulo, a Escola de Comércio de Porto Alegre e a Academia de Comércio de Santa Catarina. A metodologia empregada foi a análise histórica-documental, com procedimentos específicos para cada uma das tipologias das fontes. Os resultados permitiram identificar que o Ensino Comercial Brasileiro possui influências do modelo português e italiano. Em relação à emergência da modalidade de ensino, foi possível constatar que as aulas de comércio brasileiras foram oficialmente criadas a partir da vinda da família real para a então colônia portuguesa, em 1808. A importância do comércio e a necessidade de profissionais para a administração colonial, levaram à criação de escolas dessa modalidade de ensino nas principais praças comerciais. A profissionalização das práticas comerciais e a criação das instituições educativas se encontram atreladas aos interesses do Estado em formação, dos setores privados, dos profissionais do comércio e, das próprias instituições criadas. Foi possível identificar que o Ensino Comercial no Brasil consolidou-se entre 1931 e 1971. As conclusões permitem afirmar que o ensino comercial configura-se como uma modalidade educativa distinta das demais modalidades técnicas, cujo processo de consolidação ocorreu entre a Era Vargas (1930-1945) e a Reforma do Ensino de 1971. Essa especificidade pode ser

verificada a partir de relações de poder e de interesses entre setores públicos, privados e institucionais, identificados no processo de atuação das reformas educativas.

Palavras-chave: Ensino Comercial. Reformas do Ensino Comercial. Ensino Técnico. História da Educação.

ABSTRACT

The thesis presented has as its theme the Brazilian Commercial Education. The general objective of the investigation was to analyze the institutionalization processes and the consolidation of this teaching modality at a technical level in Brazil, based on the Commercial Education Reforms and the power relations involved in this process. For this purpose, the study circumscribes elements of Italian and Portuguese commercial education, in order to make visible the constituent elements of these two countries that influenced Brazilian commercial education. The study is inserted in the field of History of Education, based on Cultural History. The tool concepts used in the research were those of Historical Narrative, School Culture, Power Relations and the Action, applied to Educational Reforms. The sources used in the research are related to the different areas of Educational Memory: Political Culture (legislation, official state documents, etc.), Academic / Scientific Culture (scientific articles, dissertations, theses, etc.) and Empirical Culture (documents produced / located by / in school institutions). Among the analyzed legislations, Francisco Campos (1931) and Gustavo Capanema (1943) reforms of Commercial Education stood out. In relation to Empirical Culture, documents from three institutions were analyzed: *Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap)* of São Paulo, *Escola de Comércio de Porto Alegre* and *Academia de Comércio de Santa Catarina*. The methodology used was the historical-document analysis, with specific procedures for each of the typologies of the sources. The results allowed to identify that the Brazilian Commercial Education has influences of the Portuguese and Italian model. Regarding the emergence of the teaching modality, it was possible to verify that the Brazilian trade classes were officially created from the arrival of the royal family to the Portuguese colony, in 1808. The importance of commerce and the need for professionals for the colonial administration, led to the creation of schools of this type of teaching in the main commercial plazas. The professionalization of commercial practices and the creation of educational institutions are linked to the interests of the State in training, the private sectors, professionals of commerce and, of the institutions themselves created. It was possible to identify that Commercial Education in Brazil was consolidated between 1931 and 1971. The conclusions allow to affirm that commercial education is configured as an educational modality distinct from the other technical modalities, whose consolidation process occurred between the *Era Vargas* (1930- 1945) and the Teaching Reform of 1971. This specificity can be verified from the power and interest relationships between public, private and institutional sectors, identified in the process of educational reforms.

Keywords: Commercial Education. Commercial Education Reforms.
Technical Education. History of Education.

RESUMEN

La tesis presentada tiene como tema la Educación Comercial Brasileña. El objetivo general de la investigación es analizar los procesos de institucionalización y consolidación de esta modalidad de enseñanza a nivel técnico en Brasil, a partir de las Reformas de la Educación Comercial y las relaciones de poder involucradas en este proceso. Para ello, el estudio circunscribe elementos de la educación comercial italiana y portuguesa, con el fin de visibilizar los elementos constitutivos de estos dos países que influyeron en la educación comercial brasileña. El estudio se inserta en el campo de la Historia de la Educación, con base en la Historia Cultural. Los conceptos herramientas utilizados en la investigación fueron los de Narrativa Histórica, Cultura Escolar, Relaciones de Poder y Acción, aplicados a las Reformas Educativas. Las fuentes utilizadas en la investigación están relacionadas con las diferentes áreas de la Memoria Educativa: Cultura Política (legislación, documentos oficiales del Estado y otros), Cultura Académica/Científica (artículos científicos, disertaciones, tesis, entre otros) y Cultura Empírica (documentos elaborados/ubicados por/en instituciones escolares). Entre las legislaciones analizadas destacan las reformas de la Educación Comercial de Francisco Campos (1931) y Gustavo Capanema (1943). En relación a la Cultura Empírica, se analizaron documentos de tres instituciones: *Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) de São Paulo*, *Escola de Comércio de Porto Alegre* y *Academia de Comércio de Santa Catarina*. La metodología utilizada fue el análisis histórico-documental, con procedimientos específicos para cada una de las tipologías de las fuentes. Los resultados permitieron identificar que la Educación Comercial Brasileña tiene influencias del modelo portugués e italiano. En cuanto al surgimiento de la modalidad de enseñanza, se pudo constatar que las clases de comercio brasileño se crearon oficialmente a partir de la llegada de la familia real a la entonces colonia portuguesa, en 1808. La importancia del comercio y la necesidad de profesionales para la administración colonial, propició la creación de escuelas de este tipo de enseñanza en las principales plazas comerciales. La profesionalización de las prácticas comerciales y la creación de instituciones educativas están vinculadas a los intereses del Estado en la formación, al sector privado, a los profesionales del comercio y a las instituciones creadas. Se pudo identificar que la Educación Comercial en Brasil se consolidó entre 1931 y 1971. Las conclusiones permiten afirmar que la educación comercial se configura como una modalidad educativa distinta a las otras modalidades técnicas, cuyo proceso de consolidación ocurrió entre la Era Vargas (1930-1945) y la Reforma Educativa de 1971. Esta especificidad se puede verificar a partir de las relaciones de poder e interés entre

los sectores público, privado e institucional, identificadas en el proceso de reformas educativas.

Palabras clave: Educación Comercial. Reformas de la educación comercial. Educación Técnica. Historia de la educación.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolas de Comércio existentes no Brasil (1932-1971).....	137
Gráfico 2 – Estados com o maior número de instituições Comerciais (1932-1971).....	152
Gráfico 3 - Peritos-Contadores (1937-1947) e Contabilistas (1948-1950) formados pela Academia de Comércio (SC).....	285
Gráfico 4 - Contabilistas formados pela Academia de Comércio de (SC, 1961-1972).....	286
Gráfico 5 - Relação do nº de Homens e Mulheres formados pela Academia de Comércio (SC)	288

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mar Mediterrâneo	60
Imagem 2 – Prédio da Escola de Comércio de São Paulo	159
Imagem 3- Carão Postal: Prédio da Escola de Comércio de São Paulo	160
Imagem 4 – Sala de Máquinas.....	172
Imagem 5 – Aula de Datilografia	173
Imagem 6 – Livro Racioneria (1896).....	176
Imagem 7 – Livro La Racioneria (1913).....	177
Imagem 8 - Secretaria da Fecap	181
Imagem 9 - Tesouraria da Fecap (1965).....	182
Imagem 10 - Biblioteca da Fecap (1965)	183
Imagem 11 - Contadores da Fecap de 1923	195
Imagem 12 - Capa do álbum de formatura de 1934	196
Imagem 13 - Capa do álbum de formatura de 1934	197
Imagem 14 - “ <i>Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio 1909-1979: a história do ensino técnico comercial de segundo grau na UFRGS</i> ”	209
Imagem 15 - Aquarela da Faculdade Livre de Direito	211
Imagem 16 – Estrutura administrativa da Escola de Comércio de Porto Alegre (1971).....	226
Imagem 17 - Professor Pery Pinto Diniz da Silva, diretor da faculdade (1953-1964).....	243
Imagem 18 - Diplomados do curso de Economia – turma do ano do cinquentenário (1959).....	244
Imagem 19 - Prédio do Instituto <i>Polytechnico</i> de Florianópolis - Academia de Comércio (SC)	251
Imagem 20 – Lateral e pátio do Prédio do Instituto Polytechnico de Florianópolis - Academia de Comércio (SC)	252
Imagem 21 - Máquina de escrever de mesa	267
Imagem 22 - Máquina de escrever portátil.....	268
Imagem 23 - Mimeógrafo.....	268
Imagem 24 – Murais: seda, milho e algodão.....	269
Imagem 25 – Murais: feijão, têxteis e café.....	270
Imagem 26 – Mural de Formatura de 1938	292
Imagem 27 – Mural de Formatura de 1941	293
Imagem 28 - Mural de Formatura de 1942.....	294
Imagem 29 - Mural de Formatura de 1943.....	294

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aproximações empírica, teórica e metodológicas por capítulo	38
Quadro 2 – Descritores e Bancos de pesquisa investigados	45
Quadro 3 – Fontes documentais no âmbito Acadêmico sobre o Ensino Comercial.....	46
Quadro 4 – Fontes Documentais no âmbito político: decretos que alteraram no Ensino Comercial brasileiro	48
Quadro 5 – Fontes Documentais no âmbito político: Anuários Estatísticos do Brasil (IBGE)	49
Quadro 6 – Fontes Documentais referentes à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado	51
Quadro 7- Fontes Documentais referentes à Escola de Comércio de Porto Alegre	52
Quadro 8 - Fontes Documentais referentes à Academia de Comércio de Santa Catarina.....	53
Quadro 9 - Reformas que alteraram o ensino comercial no <i>oitocento</i> Italiano (1860 - 1899)	71
Quadro 10 - Disciplinas e tempo de duração dos cursos de segundo grau, após a Lei Casati .	72
Quadro 11 - Habilitações do ensino de segundo grau após o decreto nº 1712/1865.....	74
Quadro 12 - Reformas do Ensino Comercial em Portugal (séculos XIX e XX)	82
Quadro 13 - Cursos ministrados na Escola Raul Dória (1902-1964).....	89
Quadro 14 - Número de professores na Escola Raul Dória por ano.....	92
Quadro 15 - Curso preparatório e profissional de comércio a partir do decreto nº 2.741/1861	108
Quadro 16 - Comparação dos cursos criados a partir do decreto-lei nº 1.339/1905	110
Quadro 17 - Disciplinas referentes às diferentes habilitações do Curso Comercial.....	119
Quadro 18 - Características das modalidades do curso comercial (decreto nº 20.158/1931).	122
Quadro 19 - Estrutura dos Cursos Técnicos Comerciais a partir das reformas Capanema	128
Quadro 20 – Cursos oferecidos pela Escola de Comercio “Alvares Penteado” (1929-1934)	162
Quadro 21 – Disciplinas do Curso Geral de Comércio da Fecap (1929-1934).....	163
Quadro 22 – Disciplinas do Curso Especial Feminino de Comércio da Fecap (1929-1934).	164
Quadro 23 - Cursos oferecidos pela Escola de Comercio “Alvares Penteado” (1934-1945).	166
Quadro 24 - Cursos oferecidos pela Escola de Comercio “Alvares Penteado” (1945-?).....	169
Quadro 25 - Cargos e respectivas funções na Escola de Comércio Álvares Penteado	178
Quadro 26 - Álbuns de formatura da Fecap (1931, 1934, 1937 e 1950).....	188
Quadro 27 – Instituições de Comércio criadas em POA (passagem do séc. XIX para o XX)	202
Quadro 28 – Cursos Oferecidos pela Escola de Comércio de Porto Alegre (1910- 1933)	213
Quadro 29 - Cursos da Escola de Comércio de Porto Alegre a partir de 1945	215

Quadro 30 – Diretores da Escola de Comércio de Porto Alegre (1909-1984).....	227
Quadro 31 – Professores da Escola de Comércio de Porto Alegre (1909).....	229
Quadro 32 – Disciplinas do Curso Comercial (1917-1923) do Instituto <i>Polytechnico</i>	253
Quadro 33 – Organização dos Cursos de Comércio (1924 – 193_).....	254
Quadro 34 - Disciplinas do Curso de Perito – Contador (1935-1944).....	258
Quadro 35 – Estrutura do Curso Superior de Administração e Finanças (1943-1946).....	263
Quadro 36 – Estrutura do Curso Superior de Administração e Finanças (1946 -).....	264
Quadro 37 – Conteúdos das disciplinas do curso de perito-contador (1º Ano).....	266
Quadro 38 - Cargos e respectivas funções na Academia de Comércio de Santa Catarina.....	275

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolas de Comércio Existentes no Brasil (1910-1912).....	132
Tabela 2 - Escolas de Comércio Existentes no Brasil (1932-1971)	133
Tabela 3 – Instituições em Verificação Prévia (1946)	139
Tabela 4 - Cidade de São Paulo – Repartição dos estabelecimentos industriais, segundo data de fundação (1885-1919).....	149
Tabela 5 - Escolas de Comércio Existentes em São Paulo (1932-1971).....	150
Tabela 6 - Alunos formados pela Fecap (1931, 1934, 1937 e 1950).....	189
Tabela 7 - País de nascimento dos alunos formados pela Fecap (1931, 1937 e 1950).....	190
Tabela 8 – Estado de nascimento dos alunos brasileiros da Fecap (1931, 1937 e 1950)	191
Tabela 9 - Escolas de Comércio Existentes no Rio Grande do Sul (1932-1971).....	205
Tabela 10 - Registro de empresas no Rio Grande do Sul entre 1930-1971.....	206
Tabela 11 - Cursos da Escola de Comércio de Porto Alegre (a partir de 1971).....	220
Tabela 12 – Alunos formados na Escola de Comércio de Porto Alegre (1909-1971)	231
Tabela 13 - Formandos no Curso Comercial (Técnicos em Contabilidade, Administração e Secretariado) da Escola de Comércio de Porto Alegre (1948 – 1971).....	234
Tabela 14 - Formandos no Curso Superior da Escola de Comércio de Porto Alegre (1913 – 1947).....	235
Tabela 15 - Formandos no Curso de Formação e Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial da Escola de Comércio de Porto Alegre (1956 – 1971).....	236
Tabela 16 – Relação do número de homens e mulheres formados na Escola de Comércio ..	238
Tabela 17 – Escolas de Comércio Existentes em Santa Catarina (1932-1971).....	249
Tabela 18 – Alunos matriculados no Curso de Admissão (1935 – 1939).....	256
Tabela 19 - Alunos e alunas formados no Curso de Perito-Contador (1937-1947)	283
Tabela 20 - Alunos e alunas formados no Curso de Contabilidade (1948-1950 e 1961-1972)	284
Tabela 21 - País de nascimento dos alunos formados na Academia de Comércio (SC, 1937-1947).....	290
Tabela 22 - Estado de nascimento dos alunos brasileiros formados na Academia de Comércio (SC, 1937-1947)	290

LISTA DE SIGLAS

ASPHE	Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação
CAEC	Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBC	Congresso Brasileiro de Contabilidade
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ETC	Escola Técnica de Comércio
EUA	Estados Unidos da América
FECAP	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
IF	Instituto Federal
ISCAL	Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
ISCAs	Institutos Superiores de Contabilidade e Administração
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAIC	<i>Ministero di Agricoltura, Industria e Commercio</i>
MÊS	Ministério da Educação e Saúde Pública
MPI	<i>Ministero dela Publica Instruzione</i>
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E A PRODUÇÃO DE UMA EMPIRIA	31
2.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	32
2.2 A PRODUÇÃO DE UMA EMPIRIA SOBRE O ENSINO COMERCIAL	44
3 NARRATIVAS SOBRE O ENSINO COMERCIAL ITALIANO E PORTUGUÊS: EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA MODALIDADE DE ENSINO (SÉCULOS XV – XX)	55
3.1 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL ITALIANO	59
3.2 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL PORTUGUÊS	78
3.2.1 O Ensino Comercial Técnico Português – Escola Prática Comercial Raul Dória...87	
3.2.2 O Ensino Comercial Superior Português – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa	94
3.3 ALGUNS APONTAMENTOS: TECENDO RELAÇÕES ENTRE O ENSINO COMERCIAL ITALIANO E PORTUGUÊS.....	97
4 O ENSINO COMERCIAL NO BRASIL (1809 – 1996): EMERGÊNCIA, CONSOLIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES.....	101
4.1 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A EMERGÊNCIA E AFIRMAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL BRASILEIRO	102
4.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL BRASILEIRO.....	111
4.3 PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO DAS ESCOLAS E CURSOS COMERCIAIS.....	140
5 A FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ALVARES PENTEADO (1931-1971) E A CULTURA ESCOLAR NO ESTADO DE SÃO PAULO	145
5.1 O ENSINO COMERCIAL EM SÃO PAULO: CAFÉ, IMIGRAÇÃO E ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS.....	148
5.2 A FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO.....	153
5.2.1 Os cursos comerciais: a particularidade de um curso especial feminino	161
5.2.2 As Aulas	171
5.2.3 Administração da Escola de Comércio Álvares Penteado	178

5.2.4 Profissionais do Comércio: Alunos da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado	185
5.2.5. Perpetuação da Memória Educativa: o ritual de formatura e atuação das reformas educativas	192
6 A ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE (1931-1971) E A CULTURA ESCOLAR COMERCIAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	199
6.1 O ENSINO COMERCIAL NO RIO GRANDE DO SUL: PRÁTICA CONTÁBIL, ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E CURSOS DE COMÉRCIO	200
6.2 A ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE	207
6.2.1 Os Cursos.....	213
6.2.2 As Aulas	223
6.2.3 Administração da Escola de Comércio de Porto Alegre	226
6.2.4 Profissionais do Comércio: Alunos da Escola de Comércio de Porto Alegre	230
6.2.5. Perpetuação da Memória Educativa: os livros memorialísticos, as celebrações comemorativas e a atuação das reformas educativas.....	239
7 A ACADEMIA DE COMÉRCIO (1931-1971) E A CULTURA ESCOLAR COMERCIAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	247
7. 1 O ENSINO COMERCIAL CATARINENSE: A ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA	250
7. 1. 1 Cursos	253
7.1.2 As aulas.....	265
7.1.3 Administração da Academia de Comércio de Santa Catarina.....	274
7.1.4 Profissionais do Comércio: Alunos da Academia de Comércio (SC)	279
7.1.5 Perpetuação da Memória Educativa: o ritual de formatura e atuação das reformas educativas	291
8 CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PERCURSO INVESTIGATIVO: A CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL E ATUAÇÃO DAS REFORMAS EDUCATIVAS NO BRASIL.....	296
POSFÁCIO OU, DEPOIS DE PRONTO	306
REFERÊNCIAS.....	311
APÊNDICE A – RESULTADO DA BUSCA SISTEMATIZADA POR DESCRITOR E BANCO DE TRABALHOS E/OU PERIÓDICOS	328
APÊNDICE B: ALUNOS FORMADOS PELA FECAP (1931, 1934, 1937 E 1950).....	341

APÊNDICE C – ALUNOS E ALUNAS FORMADOS NA ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE (1911-1971).....	347
APÊNDICE D - LIVRO DE TERMO DE POSSE DE ESTAGIÁRIO	418
APÊNDICE E – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PARA DIPLOMADOS DOS CURSOS DE COMÉRCIO.....	421
APÊNDICE F – QUADRO DE PENALIDADES IMPOSTAS AOS ALUNOS DA ACADEMIA DE COMÉRCIO (1937-1942)	423
APÊNDICE G – LISTA DE ALUNOS FORMADOS NA ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA (1937-1947).....	426
ANEXO A – HINO ALVARISTA.....	439
ANEXO B – POEMA CAIXEIROS-VIAJANTES.....	440
ANEXO C – HINO DA ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA.....	442
ANEXO D – SISTEMATIZAÇÃO DOS MURAI DE FORMATURA.....	443

1 INTRODUÇÃO

“Mas o comércio, embora suscite conflitos, constitui um dos vínculos maiores entre as áreas geográficas, civilizações e povos”.

LE GOFF, Jacques. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 1.

As palavras com as quais Jacques Le Goff (1991) abre as discussões do seu livro “*Mercadores e Banqueiros da Idade Média*” demonstram a importância do comércio enquanto atividade econômica. Mesmo que suscitasse conflitos, as práticas comerciais eram também as responsáveis por constituir vínculos entre diferentes áreas geográficas, civilizações e povos. Ao longo da história ocidental, essas práticas passaram por diversos processos de transformação, os quais permitiram a sua profissionalização. Em paralelo a este processo, identifica-se a necessidade de formação dos profissionais habilitados especificamente para o comércio, cujas habilidades e saberes se alteraram de acordo com as necessidades de cada sociedade, situada no tempo e no espaço.

As colocações do autor encontram ressonâncias em diferentes tempos históricos. Atualmente, o comércio continua sendo uma prática econômica importante e, embora ainda suscite conflitos, continua criando vínculos entre diferentes sociedades e Estados. Assim como aprimoraram-se as práticas comerciais, também aprimoraram-se as profissões e as formações voltadas para o comércio, resultando em uma variedade significativa de cursos técnicos e superiores.

A tese aqui apresentada tem como tema o Ensino Comercial Brasileiro, centrando suas análises no processo de institucionalização e consolidação desta modalidade de ensino em nível técnico no Brasil, a partir do estudo das Reformas Educativas e das Culturas Escolares de algumas instituições escolhidas. O Ensino Comercial é aqui entendido como a modalidade educativa responsável por formar, ao longo da história, diferentes grupos profissionais habilitados para o trabalho com o comércio, como comerciantes, mercadores, banqueiros, bancários, caixeiros, guarda-livros, perito-contadores, contadores, contabilistas, economistas e, em especial, os técnicos em contabilidade, administração e secretariado. De forma geral, identifiquei a emergência desta modalidade educativa na Itália e, sua posterior criação em Portugal e no Brasil, respectivamente.

O tema de pesquisa investigado está diretamente relacionada à minha trajetória enquanto historiador e, especialmente, historiador da educação. No mestrado em História, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com

orientação da professora Maria Helena Camara Bastos, analisei especificamente a Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre - RS (1950-1983) e, na pesquisa, identifiquei uma constante modificação na legislação da educação comercial entre o período de 1909 até 1971. Naquele momento, a partir de uma instituição, pude apontar algumas contribuições para pensar a constituição de um campo de formação profissional no Rio Grande do Sul.

Ao ingressar no doutorado em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), visava dar continuidade ao estudo do Ensino Comercial no Rio Grande do Sul. No entanto, este objetivo passou por diferentes transformações, a partir das experiências vividas ao longo dos 4 anos de estudos. As disciplinas estruturantes e optativas permitiram novos olhares para a temática a ser investigada, bem como colocaram-me em contato com novos autores e conceitos, possibilitando problematizações de questões até então naturalizadas.

Em relação aos autores apresentadas nas disciplinas, alguns deles tornaram-se parte central do referencial teórico-metodológico da tese, como Paul Veyne (1998), Augustin Escolano Benito (2002; 2017) e Stephen Ball, Meg Maguirre e Annette Braun (2016)¹. Outros, serviram de inspiração para algumas reflexões apresentadas, como Michel Foucault (1988, 2008, 2014). Dentre as experiências que transformaram as intenções iniciais da pesquisa, destaco duas: a revisão bibliográfica e a banca de qualificação do projeto de tese.

Utilizando descritores relacionados ao Ensino Comercial ('Ensino Técnico Profissional', 'Escola Comercial' e 'Ensino de Contabilidade') em diferentes plataformas digitais, pude garimpar, organizar e analisar algumas das pesquisas já produzidas sobre a temática da investigação. Este processo de revisão bibliográfica demonstrou que, com exceção de alguns estudos que comparavam o Ensino Comercial entre Portugal e Brasil, a grande maioria das pesquisas centra suas análises sobre instituições específicas, sem a intenção de analisar a modalidade de ensino, mas sim, as instituições escolares.

Outro elemento importante da revisão de literatura foi o contato com trabalhos produzidos em outros países, especialmente a tese de Valéria Viola (2016), que analisa o Ensino Comercial italiano de forma macro, especialmente ao longo do século XIX e, as pesquisas de Maria Malatesta (2011), que tomam como centro da investigação as profissões

¹ Ao se perguntarem como as escolas fazem as políticas, Ball, Maguirre e Braun (2016) colocam em xeque o conceito de implementação, mostrando que políticas educativas não são simplesmente implementadas, mas vão muito além disso, permitindo o conceito de atuação das políticas. Ao começar a pensar o conceito de atuação em uma perspectiva histórica, percebi o potencial de entender as escolas comerciais não como lugares de implementação, mas de atuação de política. O conceito será apresentado e explorado no próximo capítulo.

liberais na Europa. A leitura destas e de outras pesquisas reforçaram a existência de trabalhos sobre a própria modalidade de ensino em países como Itália e Portugal, mas não para o Brasil. Além disso, foi possível identificar elementos que apontam que o Ensino Comercial Brasileiro foi influenciado pelo modelo português que, por sua vez, se utilizou das experiências italianas.

A banca de qualificação do projeto foi fundamental para direcionar a pesquisa. As sugestões apresentadas pelos professores permitiram o contato com conceitos, como o de “Reforma Educativa” de Thomas Popekewitz (1997), bem como a possibilidade de inspiração em alguns estudos do já citados como os de Michel Foucault (1988, 2008, 2014). Além disso, as sugestões dos professores reforçaram a relação já apontada com a Itália e, direcionaram o olhar para o processo de consolidação do Ensino Comercial.

Foi a partir das relações entre estas experiências que as intenções iniciais da pesquisa se transformaram. Passei, então, a problematizar o Ensino Comercial enquanto modalidade educativa, estudando-o a partir das diferentes esferas da Cultura Escolar (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017): esfera política (legislação geral e reformas do Ensino Comercial), esfera acadêmico-científica (pesquisas já realizadas) e esfera empírica (documentos de instituições escolares específicas).

Sendo assim, a ausência de um estudo específico sobre o ensino comercial brasileiro, a observação do crescimento da importância desta modalidade de ensino em determinado momento histórico e a identificação de processos específicos de atuação das reformas educativas por parte das instituições escolares levaram à configuração do problema de pesquisa: *como ocorreu a institucionalização e a consolidação do ensino comercial em nível técnico no Brasil a partir das Reformas Educativas e das Culturas Escolares produzidas?* Considerando este problema, o objetivo principal deste trabalho consiste em *analisar os processos de institucionalização e a consolidação do ensino comercial em nível técnico no Brasil, a partir das Reformas do Ensino Comercial e das relações de poder envolvidas neste processo*. Articulados ao objetivo geral, foram traçados os objetivos específicos da tese:

- Localizar, sistematizar e analisar os estudos produzidos no âmbito acadêmico sobre o ensino comercial e diferentes escolas comerciais;
- Organizar um estudo sobre Itália e Portugal, no sentido de entender como se deu o processo de emergência e institucionalização do Ensino Comercial nestes países e a sua influência para o caso brasileiro;

- Identificar os processos que permitiram a emergência do ensino comercial sistematizado no Brasil, bem como analisar a trajetória desta modalidade de ensino, utilizando-se de diferentes documentos e da literatura já produzida.
- Problematizar os processos de emergência e consolidação do Ensino Comercial a partir das Reformas Educacionais e das Culturas Escolares das escolas técnicas comerciais.

A construção do problema de pesquisa e os objetivos principal e específicos traçados levaram-me ao recorte temporal a ser investigado. Segundo Antoine Prost (2015), a especificidade do trabalho do historiador está justamente no uso das datas, uma vez que, ao periodizar, o historiador encontra articulações pertinentes para recortar a história em períodos. Para o autor, “[...] periodizar é, portanto, identificar rupturas, tomar partido em relação ao variável, datar a mudança e fornecer-lhe uma primeira definição” (PROST, 2015, p. 107). Desta forma, a pesquisa centra-se no processo de consolidação do Ensino Comercial, situado entre os anos de 1931 e 1971. Essas datas são recortes feitos no tecido histórico, sendo o ano de 1931 referente à Reforma do Ensino Comercial de Francisco Campos e, o ano de 1971 referente à Reforma do Ensino. Esse recorte será retomado e justificado ao longo dos capítulos da tese.

Apesar de o recorte temporal estabelecido, proponho o estudo do ensino comercial desde o século XV, com o olhar voltado para o Ocidente Medieval. Esse movimento é feito no intuito de analisar as condições de possibilidade para a emergência desta modalidade de ensino e para historicizá-la, pois como destaca Prost (2015, p. 106), “fazer história é construir um objeto científico, historicizá-lo”. Ao longo dos capítulos, demonstrarei que este olhar arqueológico, que corta diferentes momentos do tecido histórico, permitiu identificar continuidades que auxiliam a explicar o período de consolidação do ensino comercial no Brasil.

Após apresentar o problema de pesquisa, os objetivos principal e específicos, bem como o recorte temporal estabelecido, defendo a **tese** de que: o ensino comercial configura-se como uma modalidade educativa distinta das demais modalidades técnicas, cujo processo de consolidação ocorre entre a Era Vargas (1930-1945) e a Reforma do Ensino de 1971. Essa especificidade pode ser verificada a partir de relações de poder e de interesses entre setores públicos, privados e institucionais, identificados no processo de atuação das reformas educativas específicas. Defendo ainda que, dentre os interesses públicos e privados, destaca-se a necessidade de profissionais habilitados para atuarem tanto em empresas quanto na organização de setores do Estado.

A tese apresentada fundamenta-se na História Cultural, inserindo-se no campo da História da Educação. A História Cultural foi mobilizada a partir de autores como Peter Burke (2005), Sandra Pesavento (2005) e Antoine Prost (2015), entendida como forma de pensar a cultura enquanto um conjunto de significados que são construídos e partilhados pelo ser humano, a qual não está preocupada com a busca de verdades definitivas, mas sim de narrativas de realidade possíveis, pautando-se em conceitos como representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades. A partir de Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2005), História da Educação foi aqui entendida como um campo de pesquisa, multifacetado e fronteiro, que recorre a conceitos tanto da História quanto da Educação, articula-se ainda com conceitos de outras áreas de conhecimento como antropologia, sociologia e filosofia.

Considerando os fundamentos teóricos utilizados, bem como o campo em que a pesquisa se insere, foram elencados quatro conceitos ferramentas, os quais serão explorados no próximo capítulo: Narrativa Histórica (PESAVENTO, 2005; RICOEUR, 2007; VEYNE, 1982), Cultura Escolar (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017; VIÑAO FRAGO, 2006), Relações de Poder (FOUCAULT, 1988; 1982) e Atuação e Reformas Educacionais BALL, MAGUIRRE, REAUN, 2016; POPEKEWITZ, 1997). A metodologia empregada na pesquisa consiste na análise documental histórica. As fontes utilizadas foram diversas, destacando-se: legislações e reformas educativas gerais e específicas do ensino comercial, a literatura já produzida sobre o tema e, documentos produzidos pelas, nas ou sobre três instituições que ofereceram os cursos de comércio².

É importante destacar que, embora a pesquisa se insira na História da Educação, acredito que outros campos possam, mesmo que modestamente, se utilizarem dos resultados aqui apresentados, como a História Econômica, História da Contabilidade, História do Comércio, História Social, História das Mulheres, História das Profissões e História Social do Trabalho, bem como a Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, Currículo, entre outros.

Após esta apresentação geral sobre a tese aqui defendida, é importante ressaltar as justificativas de sua realização. Ciro Flamarion Cardoso (2017) destaca que, dentre os elementos que justificam um trabalho historiográfico estão os critérios de originalidade, relevância (social e científica) e de interesse pessoal. Em relação ao critério de originalidade, acredito que a apresentação e a delimitação do tema já tenham apontado alguns elementos. Conforme destaquei anteriormente, não foram localizados, no contexto brasileiro, trabalhos

² O referencial teórico-metodológico, bem como as fontes empregadas, serão discutidos e aprofundados de forma específica no próximo capítulo, além de serem mobilizados em diferentes momentos da tese.

que tomem o Ensino Comercial como objeto de investigação, mas sim, trabalhos que se utilizam de instituições educativas específicas, propondo algumas relações com o plano macro.

Outro elemento que, acredito, demonstre o caráter de originalidade da pesquisa está no fato de recorrer às três esferas da Cultura Escolar (Política, Acadêmica e Empírica) para analisar o Ensino Comercial enquanto modalidade de ensino. Arriscaria dizer ainda que, as formas como os conceitos-ferramenta foram aqui empregados, também possuem um caráter de ineditismo para as pesquisas histórico educativas, sobretudo na articulação com o conceito de atuação. Tendo em conta os elementos de originalidade, destaco acreditar que, uma tese nunca é totalmente original e inédita em suas abordagens, pois o pesquisador sempre precisa recorrer a trabalhos anteriores, buscando nas pesquisas dos seus pares elementos que fundamentem as suas análises.

Sobre os critérios de relevância e interesse pessoal, Prost (2015) entende-os como estruturantes das questões elaboradas pelo historiador. Na pesquisa historiográfica, a relevância científica consiste no avanço da discussão na disciplina histórica, que pode ocorrer basicamente de duas formas: revisão da historiografia ou preenchimento de lacunas do conhecimento histórico. Entendendo as lacunas como as questões ainda sem respostas pelos historiadores (PROST, 2015), acredito que é nesta direção que a presente tese avança.

Acredito que a pesquisa realizada contribui, embora de forma modesta, para rever alguns elementos do status do ensino técnico comercial. Muitas pesquisas tendem a generalizar as formações técnicas como uma formação para os trabalhos manuais e para o fazer, voltadas para grupos socialmente menos abastados. No entanto, acredito que, ao final desta investigação, o leitor poderá observar certa particularidade em relação ao Ensino Técnico de Contabilidade. Identifiquei que, em alguns momentos da história brasileira, os profissionais formados nesta habilitação estiveram atrelados ao trabalho em diferentes setores públicos e privados, tornando-se importantes para o Estado brasileiro. Esta importância foi identificada, sobretudo, a partir das Reformas do Ensino Comercial de 1931 e 1943, bem como das diferentes Culturas Escolares do Ensino atuadas nas instituições escolares.

Em relação à relevância social da tese apresentada, acredito que algumas reflexões do professor e pesquisador António Nóvoa (2014) auxiliam a delimitá-la. De acordo com o autor, apesar de toda a sua legitimidade, a História da Educação foi e é constantemente submetida às mais severas críticas. Em paralelo a estas críticas, proliferou-se também sua defesa, da qual, destacam-se quatro elementos, os quais respondem à pergunta “para que História da Educação”: para cultivar um saudável ceticismo, para compreender a lógica das identidades

múltiplas, para pensar os indivíduos como produtores de história e para explicar que não há mudança sem história.

De acordo com Nóvoa (2014), vivemos em um mundo do espetáculo, no qual a novidade e a moda tendem a ser vistas como elementos intrinsecamente positivos, sobretudo na Educação. Sendo assim, a História da Educação permite cultivar um saudável ceticismo, promovendo a consciência crítica e demonstrando que muitas medidas conservadoras revestem-se do caráter de “novo”.

Em 2017, no Governo do então presidente Michel Temer, foi aprovada a Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), estabelecendo o “novo” Ensino Médio. Dentre as alterações propostas, a lei estipulou a oferta de diferentes itinerários formativos para os estudantes, com o foco na formação técnica e profissional. Ao tomar o Ensino Técnico Comercial como tema de investigação, a presente tese analisa diferentes reformas do ensino brasileiro, demonstrando que, iniciativas voltadas para a formação técnica e profissional não são novidade. Medidas como esta perpassam diferentes momentos da História da Educação brasileira, sobretudo durante a ditadura civil-militar, com a Reforma do Ensino de 1971 (BRASIL, 1971). Sendo assim, ao analisar as modificações do ensino de comércio, acredito poder contribuir para uma reflexão maior sobre as políticas educativas nacionais.

Sobre a lógica das identidades múltiplas, Nóvoa (2014, p. 10) afirma que “uma das funções principais do historiador da educação é compreender esta lógica de múltiplas identidades, através da qual se definem memórias e tradições, pertencas e filiações, crenças e solidariedades”. Ao longo da tese, para analisar o processo de institucionalização e consolidação do Ensino Comercial, recorro ao estudo de três instituições específicas. Desta forma, embora não seja minha intenção tomá-las como objetos central da pesquisa, destaco algumas especificidades e particularidades destas instituições, contribuindo para a valorização de suas identidades institucionais.

A possibilidade de pensar os indivíduos como produtores de história, assim como a de explicar que não há mudança sem história, também são contempladas na tese. Ao longo dos capítulos construídos, identificam-se questões que demonstram modificações nos status das profissões, nas possibilidades de mercado de trabalho para mulheres, na valorização de saberes educativos, nas modificações dos interesses do Estado em relação aos profissionais a serem formados, entre outras.

Para finalizar, além da relevância científica e social, destaco também o caráter de relevância pessoal da pesquisa. Para Prost (2015, p. 88), não é possível “ser um bom

historiador sem um pouco de paixão, sinal de relevantes desafios pessoais”. Conforme destaquei anteriormente, a temática do Ensino Comercial tem acompanhado minha trajetória enquanto pesquisador, sendo tema da minha dissertação de mestrado e, também, de monografia de bacharelado, projeto de iniciação científica e de artigos científicos e apresentações de trabalhos. Este tema tem mobilizado minhas pesquisas em uma tentativa de compreender os processos histórico educativos brasileiros e as relações de poder que os perpassam. Sendo assim, embora inédita e original, a tese resulta de um conjunto de reflexões produzidas ao longo de alguns anos de investigação.

Considerando estas colocações, destaco que a tese se encontra estruturada em oito capítulos. De forma geral, os capítulos foram organizados a partir dos objetivos específicos elencados. Não que a cada capítulo corresponda a um único objetivo específico, mas existe o predomínio de algum deles, permitindo que, ao final, o objetivo geral seja atingido.

Na sequência, o capítulo “Aproximações Teórico-metodológicas e a Produção de uma Empíria” está dividido em duas partes. Inicialmente, apresento alguns dos fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, discuto a História da Educação a partir da História Cultural e, sistematizo alguns dos conceitos/ferramentas empregados ao longo do texto. Em um segundo momento, procuro localizar, sistematizar e analisar os estudos produzidos no âmbito acadêmico sobre o ensino comercial e as diferentes escolas comerciais, articulando-os as demais fontes utilizadas.

Após a apresentação e discussão dos referenciais teórico-metodológicos e empíricos utilizados na construção da tese, sigo esta tecitura com o Capítulo 3, intitulado de “Narrativas sobre o Ensino Comercial italiano e português: emergência e institucionalização de uma modalidade de ensino (Séculos XV – XX). Neste capítulo, procurei organizar um estudo sobre Itália e Portugal, no intuito de analisar o processo de emergência e institucionalização do Ensino Comercial nestes países e, sua influência para o caso brasileiro. Ao longo do capítulo, analisei a literatura já produzida sobre a temática (ESCOLANO BENITO, 2002; RICOEUR, 2007), bem como a Legislação e Reformas Educacionais do Ensino Comercial italiano e português (VIÑAO FRAGO, 2006). A partir dos conceitos de Narrativa Histórica (PESAVENTO, 2005; RICOEUR, 2007; VEYNE, 1982) e Relações de Poder (FOUCAULT, 1988; 1982), construo uma narrativa possível sobre esta modalidade de ensino, identificando as relações de poder envolvidas na sua emergência e institucionalização.

Na continuidade da tese aqui apresentada, prossigo com o capítulo “O Ensino Comercial no Brasil (1809 – 1996): emergência, consolidação e transformações”, no qual procurei identificar os processos que permitiram a emergência sistematizada do Ensino

Comercial brasileiro, bem como analisar a trajetória desta modalidade de ensino. Para atender este objetivo, tomei como fontes, em especial, a literatura já produzida sobre o tema (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017; RICOEUR, 2007) e as diferentes Legislação e Reformas Educacionais do Ensino Comercial brasileiro (VIÑAO FRAGO, 2006; ESCOLANO BENITO, 2002; POPEKEWITZ, 1997). Para a construção de uma Narrativa Histórica possível (PESAVENTO, 2005; RICOEUR, 2007; VEYNE, 1982), foram mobilizados os conceitos de Cultura Escolar Acadêmica e Política (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017) e de Relações de Poder (FOUCAULT, 1988; 1982). O percurso histórico desta modalidade de ensino foi analisado em três momentos: condições de possibilidade para a emergência e afirmação; consolidação e; processos de transformações.

Até o capítulo 4, analisei o ensino comercial em caráter macro, centrando a discussão nos processos de emergência e institucionalização na Itália e em Portugal e, seu processo de emergência, afirmação e consolidação no Brasil. Embora dialoguem com estas discussões, os capítulos 5, 6 e 7 fazem um deslocamento analítico para a Cultura Escolar Empírica (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017) desta modalidade de ensino. De forma geral, os três capítulos seguintes atentam para o objetivo de problematizar os processos de emergência e consolidação do Ensino Comercial a partir das Reformas Educacionais e das Culturas Escolares das escolas técnicas comerciais.

Para atender este objetivo e contribuir para a construção da tese já apresentada, foram selecionadas três instituições, sendo elas a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, a Escola de Comércio de Porto Alegre e a Academia de Comércio de Santa Catarina³. A análise destas instituições se deu a partir de um conjunto de elementos comuns, sendo eles: a história da instituição, os cursos oferecidos e as transformações a partir das diferentes reformas, as aulas ministradas, a administração escolar, os profissionais formados e a perpetuação da memória educativa. Acredito que foi na articulação entre as diferentes esferas da memória educativa (ESCOLANO BENITO, 2002, 2017) que pude estudar o Ensino Comercial, identificando as relações de poder (FOUCAULT, 1988; 1982) envolvidas no processo de institucionalização e consolidação desta modalidade de ensino, bem como problematizar os

³ É importante destacar que, de forma geral, as três instituições selecionadas são voltadas para um público relativamente elitizado, sobretudo das capitais dos respectivos estados em que estão localizadas. Sendo assim, reforço a possibilidade de pesquisas futuras, sobretudo para escolas localizados em cidades do interior e, com um perfil docente e discente diferentes dos aqui investigados. A título de exemplo, destaco, no Rio Grande do Sul, escolas de comércio em São Leopoldo (Escola Técnica de Comércio São Luis, Escola Marcelino Ramos, Escola Técnica de Comércio Júlio de Castilhos), Osório (Escola Técnica Polivisão), Novo Hamburgo (Escola Técnica Virgílio Cortese), Santa Maria (Escola Técnica de Comércio Sant'Anna), entre outras.

processos de atuação (BALL, MAGUIRRE, REAUN, 2016) das reformas (POPEKEWITZ, 1997) por parte das escolas comerciais.

Sendo assim, no capítulo 5, intitulado de “A Consolidação do Ensino Comercial Brasileiro (1931-1971): a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e a Cultura Escolar no Estado de São Paulo” analiso o processo de atuação do Ensino Comercial a partir da Fecap. Início a discussão com um panorama dos elementos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais do estado de São Paulo, propondo algumas relações com a sua capital e, especificamente, com a escola analisada. Encerro a discussão com a atenção de alguns elementos que permitem pensar o Ensino Comercial de forma geral e, também, algumas particularidades da Cultura Escolar desta instituição, especialmente para o período entre 1931 e 1971.

Seguindo o deslocamento analítica em direção à Cultura Empírica da Memória Educativa do Ensino Comercial, no capítulo 6, intitulado de “A Escola de Comércio de Porto Alegre (1931-1971) e a Cultura Escolar Comercial no Estado do Rio Grande do Sul”, discuto o processo de atuação das reformas do Ensino Comercial na Escola de Comércio de Porto Alegre, localizada na capital do Rio Grande do Sul. Dentro da lógica do capítulo anterior, início a análise com questões gerais sobre o estado, propondo relações com a sua capital. Na sequência, analiso a instituição elencada, propondo relações com o contexto nacional e regional.

No capítulo 7, “A Academia de Comércio (1931-1971) e a Cultura Escolar Comercial no estado de Santa Catarina”, proponho uma reflexão do processo de atuação das reformas do Ensino Comercial no estado, na sua capital Florianópolis e, especificamente, na Academia de Comércio de Santa Catarina. Os documentos utilizados na construção desta narrativa são diversos, permitindo problematizar o processo de consolidação desta modalidade de ensino. De forma geral, este capítulo encerra as análises específicas das instituições, às quais visaram propor relações entre as diferentes esferas da Memória Educativa.

No capítulo 8, proponho algumas reflexões conclusivas a partir das análises realizadas ao longo da tese. Realizo a tecitura de alguns elementos que perpassam os diferentes capítulos e articulo as narrativas produzidas. Para finalizar, apresento algumas possibilidades de investigações futuras, demonstrando a possibilidade de continuação da pesquisa.

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E A PRODUÇÃO DE UMA EMPIRIA

Nenhuma terra se pode prover sozinha;
 Para tanto trabalham e penam os mercadores
 Buscando em outros reinos o que falta;
 Não se deve sem razão maltratá-los.

Por que os mercadores atravessam o mar,
 Por prover o país, eles se fazem amar;
 Jamais se faz censurável o bom mercador;
 Faz-se antes amar e ser tido como bom e leal [...]⁴.

Através do poema *C'est des marchands*, atribuído a um cônego de Tournai, Gilles le Muisit, escrito no século XIV, Jacques Le Goff (1991) demonstra a importância crescente atribuída aos mercadores ao longo da Baixa Idade Média. Como apresenta o poema, “nenhuma terra se pode prover sozinha”, motivo pelo qual trabalham os mercadores, buscando em outros reinos os artigos que faltam ao seu país. Ciente dos riscos de uma aproximação simplificada, ouso uma relação metafórica entre o ofício do mercador e do historiador.

Assim como uma região não se prove só, também a história não se escreve sozinha. Enquanto a primeira necessita dos mercadores, responsáveis por procurarem em outros reinos os produtos que lhes faltam, navegando dentre mares e povos estranhos, a história necessita do historiador, que procura em outros escritos as informações que lhes faltam, “navegando” por fontes e arquivos, algumas vezes desconhecidos. Enquanto o mercador seleciona e adquire produtos, organizando-os para a venda, o historiador seleciona fontes, cria fatos e organiza-os para construir uma narrativa.

Conforme demonstrarei ao longo da tese, os mercadores, comerciantes e demais profissionais do comércio passaram por um processo de profissionalização, contando com um conjunto de saberes que organizaram suas práticas mercantis. Também o historiador conta com um conjunto de saberes, conceitos, teorias e métodos que, articulados, permitem-no a escrita da história. É este conjunto de saberes do historiador que apresento neste capítulo.

De forma geral, o presente capítulo, encontra-se dividido em duas partes. Primeiramente, sem ter a intenção de esgotar o assunto, apresento os quadros teórico e metodológico da pesquisa. Todos os conceitos aqui apresentados e discutidos serão retomados

⁴ Gilles le Muisit, poema *C'est des marchands*, século XIV, apud LE GOFF, Jacques. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 83.

ao longo do texto, sempre que forem utilizados. Em um segundo momento, atendendo ao objetivo específico de localizar, sistematizar e analisar os estudos produzidos no âmbito acadêmico sobre o ensino comercial e diferentes escolas comerciais, apresento e discuto as fontes utilizadas na pesquisa, organizadas a partir dos três âmbitos da memória da educação: modalidade empírica, modalidade científica/acadêmica e cultura política.

2.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Esta pesquisa está vinculada à História da Educação, sustentada a partir da perspectiva da História Cultural. Segundo Peter Burke (2005) existem significativas dificuldades em propor uma delimitação para a História Cultural, em especial, devido à variedade de estudos e temas apresentados nos últimos anos. Sandra Pesavento (2005) propõe entender a História Cultural a partir da história das diferentes matrizes historiográficas. Iniciando pelo século XIX, a autora apresenta o Historicismo e o Positivismo, destacando as tentativas, sobretudo do segundo, em estabelecer critérios de verdade absoluta contida na fonte documental que falaria por si. No século XX, Pesavento (2005) destaca a importância do Marxismo e da Escola dos *Annales*. Quanto ao primeiro, a autora afirma que fora visto como o mais adequado e completo para dar conta de explicar as realidades nacionais e internacional, pautado em um aparato teórico definido e coerente.

Sobre a Escola dos *Annales*, a autora destaca que esta corrente historiográfica tem suas origens nos anos 1930, surgindo como uma alternativa ao marxismo, que “inovara com as suas categorias de estrutura e conjuntura, conceitos identificadores da longa e da média duração e que passaram a operar como marcos explicativos para uma outra concepção dos marcos temporais na análise da história” (PESAVENTO, 2005, p. 7). Pesavento (2005) entende a História Cultural não como ruptura, mas como relação ao Marxismo e aos *Annales*. É a partir da segunda corrente historiográfica que pretendo apresentar a História Cultural.

Segundo Antoine Prost (2015), a corrente historiográfica conhecida como *Annales* emergiu a partir da revista francesa *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada em 1929 por March Bloch e Lucien Febvre. A novidade dos *Annales* não estava no método, mas nos objetivos e questões estabelecidas. O autor afirma que os fundadores da revista propunham uma história econômica e social, acolhendo o trabalho de disciplinas como a sociologia, a economia e a geografia. As novas questões estabelecidas permitiam compreender a um só tempo o todo e as partes, configurando uma história mais viva, rica e

inteligente. Ao longo de sua existência, a revista configurou-se como uma verdadeira corrente historiográfica. Diferentes historiadores passaram pela presidência da revista, como Lucien Febvre (1947) e Fernand Braudel (1950).

Prost (2015) sustenta que, ao longo dos anos 1960, os historiadores passaram a conviver com os desafios da linguística, da sociologia e da etnologia. O contato com estas áreas permitiu um processo de renovação dos *Annales* e da História como um todo, que tomam emprestado conceitos e problemáticas de outras áreas, aplicando-os a seus próprios objetos. Esse processo de renovação levou os historiadores dos *Annales* a rejeitarem a história política, trazendo para primeiro plano uma História das Mentalidades e a História Cultural.

Peter Burke (2005) destaca que, embora já fosse praticada há mais de 200 anos, foi na década de 1970 que a História Cultural foi redescoberta recebendo forte influência e importantes contribuições da tradição francesa dos *Annales*. Ao longo das décadas de 1960 e 1990 a História Cultural se aproximou da Antropologia, tomando emprestados diferentes termos e conceitos dos antropólogos. Essa nova configuração da História Cultural permitiu apresentar explicações culturais para fenômenos até então vistos apenas como políticos ou econômicos, ampliando os estudos a partir da ideia de cultura. Dessa forma, ao longo dos anos 1980 a História Cultural leva a um alargamento dos temas investigados, permitindo estudos da história da prática (prática da linguagem, religiosa, de viajar, de colecionar, etc.), história da leitura, das representações, da memória, história dos livros, dos alimentos, do vestuário, da habitação, do corpo, etc.

A partir os autores aqui apresentados (BURKE, 2005; PESAVENTO, 2005; PROST, 2008), a História Cultural pode ser pensada não como uma história do pensamento ou intelectual, nem como uma história da cultura centrada em correntes expressivas, mas como uma forma de pensar a cultura enquanto um conjunto de significados que são construídos e partilhados pelo ser humano. Dessa forma, a História Cultural e os historiadores culturais possuem como terreno comum a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Esse simbólico está presente em todos os lugares da vida humana, seja no cotidiano, nas artes, na escola, no pensamento, etc. A História Cultural não está preocupada com a busca de verdades definitivas, mas de narrativas de realidade possíveis, pautando-se em conceitos como representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades.

Considerando que o terreno comum da História Cultural é a preocupação com o simbólico e suas interpretações, e que este simbólico está presente em todos os lugares da vida humana, a educação e a escola tornam-se espaços potentes a ser pensados em uma perspectiva histórica.

De acordo com as pesquisadoras Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2005), a emergência da Escola dos *Analles* (com a ampliação da concepção de fontes e dos temas históricos, bem como o deslocamento de uma análise centrada na História Política e na fixação de personagens/eventos para uma História Social e Cultural), interferiu diretamente na História da Educação. Enquanto campo de pesquisa, ela não é uma ciência à parte, uma vez que não possui um campo analítico exclusivo, estando seu potencial teórico e metodológico justamente no fato de encontrar-se em uma área de intersecção entre a História e a Educação.

O caráter de fronteira do campo histórico educativo é reforçado por Justino Pereira de Magalhães (2004). Entendendo a História da Educação como parte das Ciências da Educação, o autor afirma que a matriz interdisciplinar deste campo fundamenta-se na polissemia e na complexidade do conceito de Educação. Dentro destas concepções, é possível afirmar que a História da Educação comporta vários temas e objetos de pesquisa, como: a história do ensino; a história dos livros, impressos e manuais didáticos; a história das práticas de escrita e leitura; a história das crianças, das infâncias, dos jovens e das mulheres; a história das instituições educativas escolares e não-escolares; a história das modalidades e dos sistemas educativos; a história do currículo e das reformas educativas; entre outros (STEPHANU, BASTOS, 2005; MAGALHÃES, 2004).

A partir do referencial teórico e do campo de pesquisa apresentados e, tomando a problemática desta investigação, quatro conceitos centrais foram mobilizados ao longo da pesquisa: Culturas Escolares; Reformas/atuação das Reformas Educacionais; Relações de Poder e Narrativa Histórica. Na sequência, sem ter a intenção de esgotar o assunto, apresento cada um destes conceitos e a forma como foram utilizados na pesquisa.

Conforme afirmei, a pesquisa preocupa-se em *analisar os processos de institucionalização e consolidação do ensino comercial em nível técnico no Brasil, a partir das Reformas do Ensino Comercial e das relações de poder envolvidas neste processo*. Para tal, foram analisadas diferentes reformas do ensino comercial e algumas instituições que ofereceram este curso. Mesmo não tendo a intenção de fazer uma História das Instituições Educativas analisadas, o conceito de Cultura Escolar, em suas diferentes modalidades, tornou-se central.

De acordo com Antonio Viñao Frago (2006), embora as origens das culturas escolares encontrem-se atreladas ao surgimento da escola enquanto instituição, o conceito ‘cultura escolar’ passa a ser utilizado a partir dos anos 1990, sobretudo no âmbito da História Cultural e do Currículo, sendo um dos seus precursores o pesquisador Dominique Julia, que entende que o conceito de cultura escolar pode ser pensado em uma perspectiva histórica.

Nos anos 1995/1996 Dominique Julia utilizou o conceito para sistematizar as normas, saberes, ritos e mitos escolares. Na sequência, Terrón y Mato (1995) também tomam o conceito para sistematizar diferentes aspectos do que entendem fazer parte da Cultura Escolar Institucionalizada, partindo das teorias e práticas sedimentadas na instituição escola ao longo de sua existência. Em 1998, Chervel utilizou o conceito para expressar uma cultura que é específica da escola, tanto em seus modos de difusão, quanto origem e propagação.

Outros pensadores (DEPAEPE Y SIMON, 1995; DEPAEPE, 2000) tomam o conceito para nomear os elementos que fazem parte do cotidiano escolar. Considerando algumas das similitudes dos diferentes enfoques apresentados, Viñao Frago (2006, p. 73) sistematiza o conceito de cultura escolar como:

[...] conjunto de teorías, ideas, principios, normas, pautas, rituales, inercias, hábitos y prácticas (formas de hacer y pensar, mentalidades y comportamientos) sedimentadas a lo largo del tiempo en forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas en entredicho, y compartidas por sus actores, en el seno de las instituciones educativas. Tradiciones, regularidades y reglas de juego que se transmiten de generación en generación y que proporcionan estrategias [...].

O conceito apresentado permite entender a cultura escolar a partir de elementos marcados pela continuidade, estabilidade, sedimentação e autonomia em relação ao universo escolar. Viñao Frago (2006) destaca ainda que existem quatro aspectos ou elementos que são mais visíveis na cultura escolar, sendo eles os atores, discursos, aspectos organizativos e a cultura material da escola.

Como atores compreendem-se os sujeitos que constituem o universo escolar, sendo os professores, pais, alunos, pessoal administrativo e de serviço, dentre outros. Os discursos são compostos pelas linguagens, conceitos e modos de comunicação utilizados no mundo acadêmico escolar, entendido como o léxico ou vocabulário da escola. Os aspectos organizativos e institucionais referem-se à forma de gerir e administrar de cada instituição. E, como cultura material da escola, compreende-se o conjunto formado pelo seu entrono físico-material e pelos objetos (espaços edificadas e não edificadas, mobiliário, material didático e escolar, etc.).

Desta forma, os quatro aspectos mais visíveis da cultura escolar (atores, discursos, aspectos organizativos cultura material da escola) foram, sempre que possível, analisados, uma vez que potencializam a possibilidade de compreensão do processo de institucionalização e consolidação do ensino comercial. Além disso, ressalta-se que a cultura escolar é entendida como plural, uma vez que cada instituição educativa possui suas particularidades e especificidades. Dessa forma, mesmo que duas escolas tenham oferecido o curso comercial,

as realidades de ambas jamais será a mesma, o que motivou a escolha de mais de uma instituição para análise.

Assim como Viñao Frago (2006), outro autor que contribui para pensar e fundamentar o conceito de cultura escolar é Augustín Escolano Benito (2002, 2017). Segundo o autor, este conceito permitiu ampliar o espectro de trabalhos e pesquisas em História da Educação, saindo de um estudo da evolução do pensamento pedagógico para o desenvolvimento de estudos sobre as instituições docentes, história das práticas formativas, enfoques etnográficos e micro históricos, entre outros.

De acordo com Escolano Benito (2002, 2017), a definição de Cultura Escolar refere-se a três âmbitos da memória da educação: modalidade empírica, modalidade científica/acadêmica e cultura política. Embora poucos estudos tenham se utilizado desta concepção⁵, aposto na sua potência para a complexificação da análise de uma narrativa possível do ensino comercial brasileiro. Desta forma, as fontes analisadas e os capítulos construídos foram organizados a partir destes três âmbitos que compõem a Cultura Escolar.

Em relação à modalidade empírica da Cultura Escolar, o autor entende-a como os registros da cultura empírico-prática feitos pelos sujeitos de dentro das instituições educativas. Essa modalidade comporta os artefatos materiais das instituições escolares e as práticas cotidianas deste espaço (BENITO ESCOLANO, 2002; 2017). Por artefatos materiais, são entendidos os diferentes objetos salvaguardados em arquivos, memórias, museus escolares, entre outros. Em relação às práticas, destaca-se a importância dos rituais escolares, uma vez que “a cultura empírica da escola é, em grande medida, formada por uma cadeia de rituais internos de interação e ao mesmo tempo condicionada pelas ritualidades do mundo da vida” (BENITO ESCOLANO, 2017, p. 86). A análise dos artefatos materiais e das práticas cotidianas permitem identificar a escola como um mecanismo produtor de cultura.

Nesta pesquisa, como elementos da modalidade empírica, foram tomados os documentos produzidos pelas e nas instituições analisadas. Dentre eles, destacam-se livros de registros diversos (livros de lançamento, atas, livros de normas de investidura, livro de diplomados, etc.), apostilas, painéis de formaturas, históricos de fundação, álbuns fotográficos, regimentos internos, entre outros. Estes documentos foram analisados ao longo

⁵ Dentre as pesquisas que tomam a cultura escolar a partir dos três âmbitos da memória da educação, destaco a qualificação de tese de doutorado em História de Milene Moraes de Figueiredo, intitulada de “A Nacionalização de escolas alemãs no sul do Brasil: uma zona cinzenta de adesões e resistências (1937-1945)”, apresentada em novembro de 2019 e, o trabalho de conclusão de curso do bacharelado em história, de minha autoria, intitulado de “O ENSINO COMERCIAL EM FLORIANÓPOLIS: A Academia de Comércio de Santa Catarina (1935-1944)”, defendido em 2019.

dos capítulos referentes às escolas comerciais, a partir das metodologias específicas de cada tipologia.

Sobre a modalidade científica/acadêmica⁶, Escolano Benito (2002, 2017) entende-a como os saberes que geram a especulação e a investigação educativa. Esses saberes referem-se às produções feitas pelos acadêmicos que dedicam-se ao estudo dos fenômenos educativos e estão depositados em arquivos, bibliotecas e hemerotecas. Desta forma, os trabalhos localizados na revisão de literatura foram entendidos como parte da modalidade acadêmica da memória da educação, tomados como matéria prima para a pesquisa, utilizados como informações que são transformadas em dados e, também, como documentos (RICOEUR, 2007).

A cultura política da escola refere-se aos discursos e práticas de ordem político-institucional que se configuram entorno da estrutura e funcionamento dos sistemas e se expressam sobre toda linguagem normativa que serve de suporte à organização formal da educação. É a cultura ligada aos burocratas. Dentro desta modalidade que entendo as diferentes Reformas do Ensino Comercial analisadas ao longo da tese.

Foi a partir do referencial teórico e do campo de pesquisa apresentados, bem como dos diferentes âmbitos da Cultura Escolar, que o material empírico da pesquisa foi analisado e os capítulos da tese produzidos. Conforme evidenciei na introdução, embora exista um fio condutor entre todos os capítulos, cada um possui algumas particularidades de acordo com o que objetivam atender. Sendo assim, alguns documentos e conceitos são mais utilizados em determinados capítulos. Para facilitar a exposição do processo de construção do texto, proponho a seguinte sistematização no quadro que segue:

⁶ O autor utiliza os termos científico e acadêmico como sinônimos para designar a mesma modalidade da memória educativa.

Quadro 1 - Aproximações empírica, teórica e metodológicas por capítulo

Capítulo	Empíria	Embasamento teórico-metodológico
3. Narrativas sobre o Ensino Comercial italiano e português: emergência e institucionalização de uma modalidade de ensino (séculos XV – XX)	Literatura já produzida (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017; RICOEUR, 2007); Legislação e Reformas Educacionais do Ensino Comercial italiano e português (VIÑAO FRAGO, 2006; ESCOLANO BENITO, 2002, 2017; POPEKEWITZ, 1997);	Cultura Escolar Acadêmica e Política (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017); Narrativa Histórica (PESAVENTO, 2005; RICOEUR, 2007; VEYNE, 1982); Relações de Poder (FOUCAULT, 1988; 1982)
4. Ensino Comercial no Brasil (1809-1906): emergência, consolidação e transformações	Literatura já produzida (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017; RICOEUR, 2007); Legislação e Reformas Educacionais do Ensino Comercial brasileiro (VIÑAO FRAGO, 2006; ESCOLANO BENITO, 2002; POPEKEWITZ, 1997); Documentos de órgãos profissionais;	Cultura Escolar Acadêmica e Política (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017); Narrativa Histórica (PESAVENTO, 2005; RICOEUR, 2007; VEYNE, 1982). Relações de Poder (FOUCAULT, 1988; 1982)
5. A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (1931-1971) e a Cultura Escolar no estado de São Paulo; 6. A Escola de Comércio de Porto Alegre (1931-1971) e a Cultura Escolar Comercial no Estado do Rio Grande do Sul 7. A Academia de Comércio (1931-1971) e a Cultura Escolar Comercial no estado de Santa Catarina	Documentos produzidos pelas e nas escolas (livros de registros diversos, livros de lançamento, atas, livros de normas de investidura, livro de diplomados, apostilas, painéis de formaturas, históricos de fundação, álbuns fotográficos, regimentos internos, objetos escolares, etc.); Livros memorialísticos;	Cultura Escolar Empírica (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017); Relações de Poder (FOUCAULT, 1988; 1982) Atuação e Reformas Educacionais (BALL, MAGUIRRE, REAUN, 2016; POPEKEWITZ, 1997);

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Conforme podemos observar no quadro 1, o material empírico e a análise teórico-metodológica dos capítulos 3 e 4 são semelhantes. Em relação aos documentos analisados, a diferença está que, no primeiro caso, estão majoritariamente relacionados à Itália e Portugal, enquanto no segundo, estão relacionados ao Brasil.

As pesquisas localizadas na revisão de literatura foram entendidas como informações a serem transformadas em dados, como material empírico para análise. A partir de Escolano Benito (2002; 2017), esses trabalhos são tomados como parte da modalidade científica da memória da educação, uma vez que se referem os saberes que geram a especulação e a investigação educativa. Além disso, compreendo os estudos já realizados também como

documentos, pois como afirma Paul Ricoeur (2007, p. 247), no processo de escrita da história, “o livro de história faz-se documento, aberto à série das reinscrições que submetem o conhecimento histórico a um processo contínuo de revisão”. Ao entender os estudos localizados como documentos, opero quebrando, sistematizando e reorganizando-os, de forma a compor uma nova narrativa, com uma problemática diferente daquela que se propunham a atender. Esse procedimento metodológico está dentre as justificativas para o uso do conceito de narrativa histórica.

Segundo Pesavento (2005), a história já passou por diferentes identificações ao longo do tempo: fatos acontecidos, ciência e, atualmente, narrativa. De acordo com a autora, a narrativa é um dos conceitos centrais que passou a orientar o historiador a partir da consolidação da História Cultural. Entendendo a História como narrativa, Pesavento (2005) reforça que ela está relacionada a um discurso de verdade, no qual o narrador (neste caso, o historiador), é a figura responsável por mediatizar, selecionar dados e tecer relações entre eles, propondo uma sequência pautada na inteligibilidade do texto. Também concebendo a história como uma narrativa, Veyne (1982) afirma que ela não faz reviver os eventos, mas propõe uma narrativa possível de como eles acontecerem. Sendo assim, a narrativa histórica seleciona, simplifica e organiza, permitindo que, por exemplo, um século caiba em uma página.

Nesse processo de construção da narrativa, o historiador tem consciência de que não chegará no episódio como ele de fato aconteceu, mas chegará, a partir da sua análise, no mais próximo possível da verdade. Dessa forma, o historiador “[...] não é um colecionador, nem um esteta; a beleza não lhe interessa, a raridade, tampouco. Só a verdade” (VEYNE, 1982, p. 23). Pode-se entender então que a história não é o que aparenta ser, mas uma narrativa do que foi.

Segundo Ricoeur (2007, p. 275), a narrativa histórica é marcada por um pacto entre o historiador e o leitor, sendo que, “ao abrir um livro de história, o leitor espera entrar, sob conduta do devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente”. Para o autor, a verdade esperada pelo leitor da história não é a mesma das ciências exatas, mas aquela marcada por “um discurso plausível, admissível, provável e, em todo caso, honesto e verídico, educado para detectar as falsificações” (RICOEUR, 2007, p. 275).

A construção dessa narrativa histórica se dá a partir dos fatos históricos, que são acontecimentos que ganham este status a partir da seleção realizada pelo historiador. Para Antoine Prost (2015, p. 100), “a história supõe uma lógica em forma de narração, causal, que liga os fatos uns aos outros”. Dessa forma, pode-se afirmar que os fatos não existem

isoladamente, mas se dão a partir de uma trama que compõe o tecido da história. Entendendo esta trama como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, Veyne (1982) destaca que ela influenciará diretamente no status de fato.

Sendo a história uma narrativa que se utiliza de fatos a partir dos recortes do tecido histórico, logo, o objeto estudado nunca será uma totalidade dos fenômenos, mas um recorte, uma parte em relação ao todo. De acordo com Justino Magalhães (2004), a narrativa historiográfica é a responsável pela construção científica da história, correspondendo simultaneamente à construção e representação do objeto epistêmico. Foi a partir destas colocações que os estudos selecionados no levantamento bibliográfico foram entendidos como informações, documentos e tramas narradas por aqueles que os fizeram.

Além da literatura já produzida, os capítulos 3 e 4 são destinados também à análise de alguns decretos-leis e reformas educacionais (especialmente do ensino comercial), sendo da Itália e Portugal para o capítulo 3 e do Brasil para o capítulo 4. Segundo Thomas S. Popekewitz (1997), a palavra reforma abrangeu diferentes conceitos ao longo do tempo. Embora não configure-se como um conceito essencial, 'reforma' não é sinônimo de mudança e, tampouco, de progresso. Para o autor, as reformas educativas estão estreitamente ligadas à mobilização dos públicos e às relações de poder que definem o espaço público. Compreendendo que a escola está associada a elementos da organização política, da cultura e da economia, o autor afirma que as reformas educacionais não podem ser vistas apenas como meros mecanismos de transmissão de informações em novas práticas. As reformas educacionais estão definidas dentro das relações sociais de escolarização, podendo ser consideradas um ponto estratégico no qual ocorre a modernização das instituições.

A partir da problematização do conceito de reforma educativa, Popekewitz (1997) permite afirmar que o seu estudo coloca em sintonia macro e microproblemas do Estado, sendo os dois níveis de gestão direta e indiretamente estabelecidos na formação da escola. Desta forma, o estudo das reformas não deve se dar apenas pelos textos normativos do Estado, mas também pela organização social e epistemológica da escola. É dentro desta perspectiva que, ao longo da tese, procurei analisar as relações entre as reformas do Ensino Comercial e algumas das escolas de comércio brasileiras.

Assim como Popekewitz (1997), Viñao Frago (2006) também compreende que as mudanças causadas por uma reforma não são necessariamente sinônimos de melhora ou progresso, cabendo ao historiador analisá-las, identificando os objetivos ocultos e distinguindo os propósitos implícitos e explícitos. Concebendo as reformas educacionais como parte da Cultura Escolar, o autor caracteriza-as como:

[...] ‘alteración fundamental de las políticas educativas nacionales’ que puede afectar al gobierno y administración del sistema educativo y escolar, a su estructura o financiación, al currículum – contenidos, metodología, evaluación – al profesorado – formación, selección o evaluación – y a la evaluación del sistema educativo.

Dessa forma, as reformas educativas consistem nas alterações fundamentais nas políticas educativas nacionais, que afetam diferentes esferas da educação, tanto no âmbito oficial do governo quanto da esfera escolar. A partir de Escolano Benito (2002; 2017), as reformas educacionais podem ser classificadas como parte da cultura política da escola, uma vez que, como anteriormente mencionado, essas reformas referem-se aos discursos e práticas de ordem político-institucional que servem de suporte para a organização formal da escola.

Embora compreenda as reformas educativas como parte fundamental das culturas escolares, Viñao (2006) salienta que grande parte dos estudos tendem a se preocupar em analisar a relação entre a proposta e o que foi colocado em prática, faltando estudos em uma perspectiva da longa duração. É em uma tentativa de fuga desta tendência binária entre proposta e consequências das reformas que proponho, a partir de Ball, Maguirre e Braun (2016), empregar o conceito de atuação das políticas educacionais⁷ para pensar as reformas do Ensino Comercial. Este conceito foi utilizado especialmente nos capítulos voltados para a análise da consolidação do Ensino Comercial brasileiro a partir da análise de estados e instituições específicas, sendo o quinto capítulo voltado para São Paulo, o sexto para o Rio Grande do Sul e, o sétimo, para Santa Catarina.

Segundo Ball, Maguirre e Braun (2016), as políticas educativas não são implementadas, mas sim, atuadas. Os autores entendem as políticas para além dos textos normativos, sendo que as escolas funcionam ativamente na sua atuação. Dessa forma, as escolas não são agentes passivos que simplesmente implementam mudanças, mas sim, agentes que atuam, adaptam e criam, fazendo com que o conceito de implementação não de conta de explicar este processo. Dentre as políticas, encontram-se as reformas, o que me permite interpretar que elas não são simplesmente implementadas nas escolas, mas sim, atuadas.

Para entender o processo de atuação das reformas do ensino comercial, foram analisados documentos referentes a 3 instituições que ofereceram esta modalidade de ensino, sendo elas a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (SP), a Escola de *Commercio* de

⁷ É importante destacar que o conceito de atuação não se origina na História da Educação, mas no âmbito da pesquisa sobre políticas educacionais. Dessa forma, o movimento de empregar o conceito neste estudo faz parte da tentativa de elaboração de um gradiente analítico próprio, pautado nos já destacados conceitos de narrativa, Culturas Escolares, atuação das reformas e relações de poder.

Porto Alegre (RS) e a Academia de Comércio de Santa Catarina (SC) e. Os motivos que levaram a escolha destas instituições foram explicados no capítulo em que as analiso.

Inferir que as reformas do ensino comercial foram atuadas e não implementadas, permite afirmar que as escolas comerciais encontraram diferentes formas de lidar com elas, assim como justifica o fato de elementos de diferentes emendas coexistirem em sala de aula. A partir de Ball, Maguirre e Braun (2016), entende-se que as reformas do ensino comercial, assim como as políticas educacionais, são permeadas por relações de poder, que serão exercidas por diferentes sujeitos em diferentes momentos e contextos.

Considerando que as reformas educacionais do ensino comercial são permeadas de relações de poder, tomo este conceito para operar ao longo de diferentes capítulos. Segundo Michel Foucault (1988, p. 88), o conceito de poder é entendido como “a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem constitutivas de sua organização”, não constituindo-se em algo centralizado, como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos ao Estado, nem como um sistema geral de dominação exercida por um grupo sobre outro. Dessa forma, o poder resulta de uma multiplicidade de correlação de forças, o que o permite estar em todas as partes e provir de todos os lugares.

Embora tome o conceito de poder e algumas reflexões de Michel Foucault, não tenho a intenção de inserir esta pesquisa dentro dos estudos foucaultianos. Mesmo assim, alguns cuidados teórico-metodológicos são necessários, uma vez que existem diferenças entre alguns dos conceitos caros à História Cultural e à forma como foram utilizados pelo Filósofo. Apesar dessas particularidades apontadas, elas não tornam inviável a aproximação entre Michel Foucault e a História Cultural pois, como afirma Popekewitz (1997, p. 15), “é interessante reconhecer que o trabalho de Foucault deve muito à tradição dos *Annales* e à tradição epistemológica francesa na filosofia”. Dessa forma, embora nem sempre reconhecidas, tais aproximações são possíveis.

É importante destacar ainda que, o uso do conceito foucaultiano de poder, para pensar as reformas educativas, é uma inspiração das pesquisas do já citado Popekewitz (1997). Entendendo que as relações de poder estão intimamente ligadas a conhecimento e discursos, o autor afirma que ambos emergem da análise de reformas educacionais. Dessa forma, as reformas se inserem dentro de regimes de verdades, tornando “problemáticas as regras e padrões através dos quais o indivíduo define o que é bom e o que é mau; razoável ou não; racional, irracional e não-racional” (POPEKEWITZ, 1997, p. 24).

A partir da concepção foucaultiana de poder, as reformas educacionais voltadas para o ensino comercial não são entendidas como uma imposição do Estado que definiram essa modalidade de ensino ao longo da história, mas como um dos pontos das relações de força que atravessaram-na. Sendo assim, além das prescrições legais produzidas sobre e para o ensino comercial, compreendo que existem outras relações de poder envolvidas neste processo, sendo exercido pelos profissionais do comércio, pelas escolas comerciais, pela economia, entre outros. Dessa forma, reforço a ideia de que as políticas não são simplesmente implementadas nas escolas comerciais, mas atuadas, pois, estas instituições não são passivas e receptoras do que é ditado pelo Estado, mas exercem poder, são atuantes.

Além de auxiliar a pensar as reformas do ensino comercial como um dos pontos envolvidos nas relações de poder, o conceito foucaultiano permite problematizar ainda a própria constituição destas reformas. Em “O sujeito e o poder”, Foucault (1982, p. 132) afirma que:

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre ‘parceiros’, indivíduos ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros [...]. Só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’: o poder só existe em ato, mesmo se, é claro, ele se inscreve em um campo de possibilidade esparso, apoiando-se em estruturas permanentes.

Conforme reforça Foucault (1982), o poder não é simplesmente uma relação entre parceiros. Essa proposição será potente, por exemplo, para analisar as reformas do ensino comercial italiano no século XIX, uma vez que é possível observar as disputas travadas entre diferentes projetos de uma modalidade de ensino técnico para um Estado em formação. Essas disputas se dão entre os membros dos Ministérios responsáveis pelo ensino comercial que, além de exercerem poder uns sobre os outros, exercem também através das reformas elaboradas. Foucault (1982) afirma ainda que, para que o poder se sustente, que o aceitemos, ele não pode apenas dizer não. Ele atravessa o corpo social, ele produz discursos que compõem uma rede produtiva. Popkewitz (1997, p. 38) afirma que “o poder circula através da macroestrutura do estado e da microestrutura do indivíduo”.

A partir do exposto até este momento, acredito ter explicitado como as escolhas teórico-metodológicas permitiram analisar os processos de institucionalização e a consolidação do ensino comercial em nível técnico no Brasil, a partir das Reformas do Ensino Comercial e das relações de poder envolvidas neste processo. As diferentes reformas do ensino comercial foram analisadas a partir da concepção de atuação, que considera as diferentes relações de poder que se estabelecem em cada instituição educativa, gerando culturas escolares específicas. Desta forma, a partir da análise dos diferentes âmbitos da

memória educativa, proponho uma narrativa possível da história do ensino comercial brasileiro, atentando para os processos de institucionalização e, em especial, para a sua consolidação, sobretudo a partir da Era Vargas.

Conforme anunciei no início deste capítulo, minha intenção não foi esgotar a análise dos conceitos empregados, mas apresentar uma noção geral para que o leitor tenha o primeiro contato com os elementos que sustentaram esta tese. Na sequência, proponho uma breve apresentação das fontes utilizadas ao longo da pesquisa

2.2 A PRODUÇÃO DE UMA EMPIRIA SOBRE O ENSINO COMERCIAL

Conforme destacado anteriormente, foi a partir do referencial teórico e, em especial, do conceito de Cultura Escolar de Escolano Benito (2002) que as fontes documentais foram organizadas e analisadas. Dessa forma, o material empírico foi dividido a partir dos três âmbitos da memória educativa: cultura escolar acadêmica, cultura escolar política e cultura escolar empírica.

Entendida como uma cartografia dos trabalhos relacionados ao Ensino Comercial, a análise relacionada a Cultura escolar acadêmica recai sobre os trabalhos localizados na revisão de literatura⁸. O verbo cartografar está relacionado a mapear, inventariar, organizar e ordenar. Sendo assim, a revisão de literatura teve o objetivo de localizar, sistematizar e analisar os estudos produzidos no âmbito acadêmico sobre o ensino comercial e diferentes escolas comerciais.

De acordo com Sérgio Luna (2011) a revisão de literatura pode ter diferentes objetivos, sendo eles o de descrever o estado atual de uma dada área de pesquisa (estado da arte), circunscrever um problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico (revisão teórica), explicar como o problema em questão vem sendo pesquisado (revisão de pesquisa empírica) ou identificar questões históricas em relação ao tema (revisão história). Utilizei este recurso não a partir de um destes objetivos em específico, mas visando circunscrever meu tema e localizar as produções sobre ele, ora aproximando-me mais de um estado da arte, ora de uma revisão teórica, de pesquisa ou histórica.

⁸ A Revisão de Literatura apresentada no projeto de qualificação, que contou com uma busca sistematizada em diferentes bancos e pesquisa, resultou em um artigo, em parceria com a professora orientadora. Desta forma, não apresentarei, neste momento, as análises completas referentes a todas as listas de todos os trabalhos localizados por banco e por descritor. Essas análises se encontram no artigo, ainda em avaliação, na Revista Cadernos de História da educação da UFU.

A partir de Paul Veyne (1982), acredito que a aproximação com os trabalhos produzidos pelos pares pode ser compreendida como parte da erudição do historiador, vista pelo autor como fator fundamental para a construção do saber histórico. Sendo assim, a revisão de literatura configura-se como parte da experiência histórica:

A experiência histórica é, pois, composta de tudo que um historiador pode aprender aqui e ali em sua vida, em suas leituras e em sua convivência com outrem. Também não é de se espantar que não existem dois historiadores ou dois clínicos que tenham a mesma experiência, e que discussões sem fim sejam frequentes à cabeceira do doente (VEYNE, 1982, p. 126).

Considerando as colocações do autor, destaco que, além do material encontrado na busca pelos bancos de trabalhos, também as leituras indicadas pelos pares foram fundamentais para compor a experiência histórica. Além disso, ao comparar o ofício histórico (no qual se tem contato com os indícios históricos) com o ofício médico (no qual se observam os sintomas do paciente), Veyne (1982) destaca que, mesmo analisando os mesmos indícios (ou sintomas), dois historiadores (ou médicos) não terão o mesmo diagnóstico, fazendo-se frequentes as discussões ‘à cabeceira do doente’. Dessa forma, ao tomar os trabalhos já produzidos e analisá-los, não tenho a obrigação de chegar aos mesmos resultados que àqueles que os produziram, mas de utilizá-los de forma coerente na construção da narrativa por mim empreendida.

Optei em não selecionar inúmeros resumos e fazer uma leitura parcial destes, mas sim, em selecionar trabalhos que estivessem diretamente relacionados ao tema da tese, fazendo a leitura integral, sistematização e análise destes textos, que foram entendidos como matéria prima para a pesquisa. De forma geral, o quadro a seguir apresenta os descritores utilizados e os bancos de pesquisa investigados:

Quadro 2 – Descritores e Bancos de pesquisa investigados

Descritores	Bancos
Ensino Técnico Comercial; Escola Comercial; Ensino de Contabilidade;	Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Revista Brasileira de História da Educação; Cadernos de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Revista de História da Educação da Associação Sul-riograndense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Conforme podemos observar no quadro 2, foram utilizados como descritores as palavras-chave ‘Ensino Técnico Comercial’, ‘Escola Comercial’ e ‘Ensino de Contabilidade’. Esses descritores foram aplicados em busca no Banco de Teses e Dissertações da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Revista Brasileira de História da Educação, no Cadernos de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e na Revista de História da Educação da Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE). De todos os trabalhos, foram tomados como fontes⁹:

Quadro 3 – Fontes documentais no âmbito Acadêmico sobre o Ensino Comercial

Ano	Autor	Título	Tipo	Banco
2000	MORAES, Maria Célia Marcondes de	Reformas de Ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta	Livro	Indicação dos pares
2008	POLATO, Maurício Fonseca.	A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e o Ensino Comercial em São Paulo (1902-1931)	Mestrado em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Banco de Teses e Dissertações da Capes
2010	VIEIRA, Mário Lázaro Santos	A Escola Prática Comercial Raul Dória: Memória de um Espaço de Ensino Comercial (1902-1964)	Dissertação - Mestrado em História e Educação da Universidade do Porto	Indicação dos pares
2010	FILHO, Gilberto Escórcio Duarte	PORTA-VOZES DA CONQUISTA DA RIQUEZA: o Ensino Comercial e a escola União Caixerl de Parnaíba (1918 -1950)	Mestrado em Educação - Universidade Federal do Piauí	Banco de Teses e Dissertações da Capes
2011	FARIA, Juliano Espezim Soares.	O Ensino de Matemática da Academia de Comércio de Santa Catarina nas Décadas de 1930 E 1940	Mestrado em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina	Banco de Teses e Dissertações da Capes
2011	MALATESTA, Maria	Professional Men, Professional Women: The European Professions from the Nineteenth Century until Today	Livro	Indicação dos pares
2013	ALVES, Luis Alberto Marques.	Ensino técnico: uma necessidade ou uma falácia? Notas para a compreensão da filosofia do ensino técnico em Portugal e no Brasil	Artigo - v. 17, n. 41, set./dez., 2013. p. 103-122.	Revista da ASPHE

⁹ Para ver o resultado completo da busca dos descritores nos diferentes bancos: APÊNDICE A – RESULTADO DA BUSCA SISTEMATIZADA POR DESCRITOR E BANCO DE TRABALHOS E/OU PERIÓDICOS.

2014	ANDRADE, Jose Paulo de.	Escola Técnica de Comércio de Itabaiana: A Formação de Profissionais Contabilistas (1967-1978)	Mestrado em Educação - Fundação Universidade Federal de Sergipe	Banco de Teses e Dissertações da Capes
2015	SILVA, Marli Auxiliadora da	De Portugal ao Brasil - A Trajetória Histórica do Ensino Superior de Contabilidade (1940-1985): Concepções e Tendências Relativas aos Aspectos de Formação dos Profissionais em Contabilidade	Doutorado em Educação - Universidade Federal de Uberlândia	Banco de Teses e Dissertações da Capes
2016	VIOLA, Valeria	Il segreto dela ricchezza degli altri paesi è la scienza, è l'instruzione técnica: Percorsi di formazione técnica e professionale nell'Italia dell'Ottocento	Livro	Indicação dos pares
2017	SILVA, Eduardo Cristiano Hass da.	A Gênese de um Espaço Profissional: A Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983)	Mestrado em História - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Banco de Teses e Dissertações da Capes

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

No quadro 3 estão as principais informações dos documentos de âmbito acadêmico referentes ao Ensino Comercial. De forma geral, são livros, dissertações, teses e artigos, todos lidos, fichado e sistematizados. Conforme anteriormente destacado, estas fontes serão utilizadas ao longo dos diferentes capítulos da tese, na construção da narrativa apresentada.

As fontes entendidas como parte da cultura escolar política são, basicamente, decretos-lei e documentos produzidos por órgãos do Estado. Dentre eles, destaco a importância das diferentes reformas do Ensino Comercial. No quadro a seguir são apresentados os decretos referentes ao Ensino Comercial analisados na tese:

Quadro 4 – Fontes Documentais no âmbito político: decretos que alteraram no Ensino Comercial brasileiro

Decreto/ Data	Título
Decreto-lei nº 556, de 25 de junho de 1850	Código Comercial do Império Brasileiro
Decreto-lei nº 769, de 9 de agosto de 1854	Autorisa o Governo para reformar a Aula do Commercio desta Côrte
Decreto-lei nº 2.741, de 09 de fevereiro de 1861	Dá nova organização ao Instituto Commercial do Rio de Janeiro
Decreto-lei nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905	Declara instituição de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro
Lei nº 17.329, de 28 de maio de 1926	Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.
Decreto-lei nº 20.158, de junho de 1931	Reforma Francisco Campos - Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências
Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943	Reforma Gustavo Capanema - Lei Orgânica do Ensino Comercial
Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953	Equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores
Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971	Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Conforme se observa no quadro 4, foram analisados 10 decretos referentes ao Ensino Comercial brasileiro. Todos os decretos foram lidos na íntegra, sistematizados e analisados ao longo da tessitura da narrativa apresentada. Dentre estes decretos, receberam especial atenção a Reforma do Ensino Comercial de Francisco Campos (BRASIL, 1931) e a Lei Orgânica do Ensino Comercial, de Gustavo Capanema (BRASIL, 1943). Além dos decretos-leis, foram analisados também alguns documentos oficiais como Anuários Estatísticos do Brasil, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e uma Publicação do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, de 1946¹⁰. Em relação aos Anuários, o quadro 5 apresenta algumas das principais características dos documentos.

¹⁰ Uma transcrição na íntegra do documento foi por mim publicada na Revista História da Educação, no ano de 2019. Sobre, ver: SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. Documento: Estabelecimentos de ensino comercial existentes no Brasil - 1946. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, v. 23, p. 1-36, 2019.

Quadro 5 – Fontes Documentais no âmbito político: Anuários Estatísticos do Brasil (IBGE)

Ano	Páginas	Idioma	Abrangência	Informações sobre o Ensino Comercial
1908-1912, v. III	1063	Português; Francês	Brasil	Sim
1936	421	Português	Brasil	Sim
1937	868	Português	Brasil	Sim
1938	541	Português	Distrito Federal	Sim
1939-1940	1448	Português	Brasil	Sim
1941-1945	535	Português	Brasil	Sim
1946	536	Português	Brasil	Sim
1947	541	Português	Brasil	Sim
1948	563	Português	Brasil	Sim
1949	793	Português	Brasil	Sim
1950	569	Português	Brasil	Sim
1951	717	Português	Brasil	Sim
1952	560	Português	Brasil	Sim
1953	574	Português	Brasil	Sim
1954	671	Português	Brasil	Sim
1955	641	Português	Brasil	Sim
1956	577	Português	Brasil	Sim
1957	564	Português	Brasil	Sim
1958	644	Português	Brasil	Sim
1959	497	Português	Brasil	Sim
1960	430	Português	Brasil	Sim
1961	481	Português	Brasil	Sim
1962	384	Português	Brasil	Sim
1963	446	Português	Brasil	Sim
1964	406	Português	Brasil	Sim
1965	501	Português	Brasil	Sim
1966	545	Português	Brasil	Sim
1967	778	Português	Brasil	Sim
1968	600	Português	Brasil	Sim
1969	776	Português	Brasil	Sem informações
1970	725	Português	Brasil	Sem informações
1971	663	Português	Brasil	Sim
1972	976	Português	Brasil	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Inicialmente, destaco que todos os anuários estão disponíveis na biblioteca digital do IBGE¹¹. A partir do quadro, é possível observar que foram analisados 33 Anuários, referentes ao período de 1908 a 1972. O ano de 1908 refere-se à primeira publicação disponível no site e, o ano de 1972, é referente ao último volume que apresenta informações específicas sobre as Escolas de Comércio.

O primeiro anuário é referente aos anos de 1908-1912, dividido em três volumes. O volume número três contém 1063 páginas. Esse anuário é escrito em português e francês,

¹¹ Para saber mais sobre, ver: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>.

diferenciando-se de todos os demais, escritos apenas em língua portuguesa. De 1912, os anuários passam para o ano de 1936. Embora não obtenha uma explicação específica, é possível aferir que para o período entre 1912 e 1936 não foram produzidos anuários, pois o documento de 1936 vem com a numeração de segundo volume, dando continuidade ao de 1912.

Com exceção do anuário de 1938 que traz informações exclusivas do Distrito Federal, todos os outros se referem a todo o país. O número de página dos documentos não segue um padrão, variando entre 406 e 1448. Os anuários foram lidos, sendo selecionadas as informações referentes ao ensino comercial, especificamente para a quantidade de escolas existentes no território nacional. Essas informações foram transformadas em dados, os quais foram utilizados na construção da narrativa sobre a história do Ensino Comercial no Brasil.

O segundo documento analisado, “Estabelecimentos de Ensino Comercial Existentes no Brasil – 1946” consiste em uma publicação do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, apresentando o rol de Escolas Técnicas de Comércio e Escolas Comerciais existentes em cada estado brasileiro. Uma via original do documento encontra-se na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O documento foi fotografado, sistematizado e analisado.¹²

Para finalizar, apresento as fontes referentes à cultura empírica da memória educativa, que são aquelas produzidas nas e pelas instituições educativas. Estes documentos são variados: históricos de fundação; documentos da direção e gestão das escolas; apostilas; registros de penalidades; documentos referentes à contratação e desligamento de professores; livros de lançamento de atos administrativos; livros de normas para alunos, professores e funcionários; livros de registro de alunos e diplomados; painéis, convites e álbuns de formatura; livros memorialísticos e de comemorações; livros adotados pelos professores e pelos alunos; documentos referentes à mudanças curriculares; objetos do mobiliário escolar, documentos pessoais dos sujeitos do universo escolar, dentre outros. Na sequência, apresento os documentos a partir da instituição educativa à qual se referem:

¹² Gostaria de tornar público o agradecimento a colega e pesquisadora Gisele Belusso, então doutoranda em Educação na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Em uma visita à Biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS, Gisele encontrou o documento “Estabelecimentos de Ensino Comercial Existentes no Brasil – 1946”. Ao visualizar o conteúdo do documento, entrou em contato comigo, compartilhando sua descoberta. Além disso, também foi a responsável por alertar-me da existência dos Anuários do IBGE, destacando a presença de informações referentes ao Ensino Comercial.

Quadro 6 – Fontes Documentais referentes à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

Documentos localizados a partir de visita à Biblioteca de Fecap
<p>Histórico da Fundação, Solenidades Comemorativas, 1932. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1951. Exposição permanente de Máquinas e atividades, 1998. Cadernos Álvares Penteado: crédito direto ao consumidor, 1997. Comemorações dos 90 anos da FECAP, 1997. Fundação Escola de Comércio FECAP 100 anos, 2002. 16 anos de uma Gestão Constitutiva e Dinâmica, 1999. Escola de Comércio “Álvares Penteado” (1902-1910). Luca Pacciolo – Edição Comemorativa, 1994. “A Fundação Escola de Comércio” 5º Aniversário, 1952. La Reggioneria, Prof. Fábio Biesta, 1913. Primeira Conferência Interamericana de Contabilidade, 1949. Comenda Ordem do Mérito Alverista. Livro Pedro Augusto Gomes Cardim. Convites de Formatura. H. Berlinck, Contabilistas – Oferta, 1903 (1902). Livro Luca Pacciolo, 1993 (Século XVI). La Regioneria, Livro, 1896. Livro – Libros de Comércio. Álbum Fotográfico “Peritos Contadores de 1931”: Álbum em capa dura, espécie de couro, com brasão grafado na própria capa. Possui corda na lombada unindo as páginas. Mede 37x27 cm. Fotografias em preto e branco medindo 16 x 26 cm. Álbum Fotográfico “Bacharéis de 1934” – 1ª Turma: Álbum em capa preta, com faixa e brasão, medindo 41x30 cm. Fotos estão em preto e branco, medindo 16x22 cm, 11x16cm, ou 8x13 cm. Álbum Fotográfico - contadores de 1937: Álbum em capa dura, preta, com o símbolo dos contabilistas na capa. Mede 41x30 cm, com uma corda ligando as páginas. Fotos são em preto e branco, medindo 16x22 cm, 11x16cm, ou 8x13 cm. Álbum Fotográfico “Contabilistas de 1950”: Álbum em capa dura, marrom, de madeira, medindo 32x38 cm, com brasão em metal na capa. As fotos medem 16x22 cm.</p>
Documentos online
<p>Álbum Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1965. Álbum Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1972. Regimento Interno da Escola de Comércio Álvares Penteado, 1929. Regimento Interno da Escola de Comércio Álvares Penteado, 1934. Regimento Interno da Escola de Comércio Álvares Penteado, 1945.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Parte significativa dos documentos referentes à Fecap encontram-se disponíveis na Biblioteca da instituição, localizada na cidade de São Paulo/SP¹³. Esses documentos foram fotografados a partir de visitas realizadas no mês de maio de 2018 e, posteriormente transcritos e analisados. Além dos documentos fotografados na visita realizada à instituição,

¹³ É de extrema importância salientar que as visitas realizadas à Biblioteca da Fecap só foram possíveis devido à verba paga pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na forma da Taxa de Bancada. Em tempos nos quais o investimento em pesquisa e educação são vistos como gastos, demarcar os usos destas verbas se torna um ato político.

também foram analisados documentos disponíveis no site da Biblioteca¹⁴, especialmente no fundo “Centro de Memória”.

Como se observa no quadro 6, além de documentos específicos da instituição, como histórico de fundação, exposição permanente, álbuns de formatura, etc., foram localizados documentos que permitem pensar a história do Ensino Comercial no Brasil e em outros países, como uma obra comemorativa a Luca Pacciolo, livros de contabilidade, Livros de Comércio, entre outros. É possível observar ainda a variedade da materialidade destes documentos, destacando-se escritos, visuais e materiais. Todos os documentos foram importantes para analisar o processo de atuação das reformas do Ensino Comercial na Fecap, contribuindo para atingir os objetivos estabelecidos na pesquisa e para sustentar a tese apresentada. A análise específica de cada um deles será retomada sempre que forem utilizados na tessitura da narrativa construída. Assim como para a Fecap, também os documentos referentes à Escola de Comércio de Porto Alegre foram sistematizados, conforme o Quadro 7:

Quadro 7- Fontes Documentais referentes à Escola de Comércio de Porto Alegre

<p>ALMANAQUE Escolar do Estado do Rio Grande do Sul – EDIÇÃO OFICIAL. Livraria Selbach de J, R. da Fonseca & Cia. Porto Alegre, 1935.</p> <p>CORAZZA, Gentil (Org.). História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.</p> <p>DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Histórico da (Cinquentenária) Fac. De Ciências Econômicas. Porto Alegre, 23 de julho de 1959, p. 1.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Os prédios da UFRGS: atualidade e memória. [texto de] Tania Franco Carvalho; [fotos de] Luiz Eduardo Robinson Achutti; [aquarelas de] Joaquim da Fonseca. Porto Alegre: UFRGS, 1998.</p> <p>VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio 1909-1979: a história do ensino técnico comercial de segundo grau na UFRGS. Porto Alegre, 1979.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A partir do quadro 7, é possível observar que os documentos referentes a Escola de Comércio de Porto Alegre são basicamente de três tipos: publicação oficial do estado do Rio Grande do Sul, notícia em periódico local e, em especial, livros memorialísticos. Em relação aos livros memorialísticos, apenas o de autoria de Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (1979) é especificamente voltado para a Escola de Comércio, sendo os demais, voltados para a História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e/ou para a História da Faculdade de Ciências Econômicas. Estes livros foram entendidos como documentos, passando pelo processo de leitura, crítica e análise.

É importante destacar ainda que, comparada as outras duas instituições, a Escola de Comércio de Porto Alegre foi a que contou com o menor número de fontes localizadas para a

¹⁴ Biblioteca Paulo Ernesto Tolle. Acesso em: <http://biblioteca.fecap.br/>.

pesquisa. Este fato refere-se a dois fatores. Em primeiro lugar, conforme destaque no Capítulo 6, a escola possui uma forma específica de lidar com a sua memória e sua história, que parecem ser invisibilizadas em relação à Faculdade de Ciências Econômicas. O segundo fator é de ordem prática. No período reservado para a realização de visitas às antigas sedes da instituição, o Brasil foi atingido pela pandemia de COVID-19, inviabilizando qualquer acesso direto, devido ao isolamento social.

No entanto, mesmo com estas limitações, acredito que as análises não foram fragilizadas. Embora em alguns momentos careçam fontes referentes a alguns temas, o cruzamento de informações permite o preenchimento de lacunas. Para finalizar o rol das fontes referentes às instituições analisadas, apresento o quadro de documentos referentes à Academia de Comércio de Santa Catarina:

Quadro 8 - Fontes Documentais referentes à Academia de Comércio de Santa Catarina

Registro de Penalidades Impostas aos alunos Documento medindo 22x32 cm, com capa dura, marrom, encadernado em madeira.
Apostilas do Estatuto para os coordenadores Regionais, etc. Documento medindo 22x32 cm, com capa dura, preta, encadernado, restaurado. Traz um conjunto de documentos diversos da Academia de Comércio.
Termos de Inscrição e Atas para concurso de Lentes Catedráticos Documento medindo 22x32 cm, com capa dura, preta, documento encadernado e restaurado.
Livro de Lançamento de Atos Administrativos Documento medindo 22x32 cm, capa dura, preta, livro encadernado e restaurado.
Curso Técnico Perito-Contador (1º Ano) Documento medindo 22x32 cm, material original, bastante deteriorado, consistindo em encadernação dura, de madeira e tecido.
Normas para a Investidura de Diretor, Secretário, Professor, Professor-Estagiário, etc. Documento medindo 22x32 cm, encadernação restaurada.
Livro de Diplomados (1960-1976) Documento medindo 22x32 cm, capa dura, encadernada original. Tecido e madeira. Contém a lista de diplomados entre os anos de 1960 – 1976.
Livro Termo de Posse de Estagiário Documento medindo 22x32 cm, encadernação original, em material preto. Capa dura.
Livro de Registro de Contratos
Livro de Registro de Editais que Foram Publicados
Relação de Alunos Matriculados (1930) Documento medindo 22x32 cm, capa dura, encadernação restaurada, vermelha.
Painéis de Formatura Painéis em madeira, contendo foto dos alunos formandos e de professores homenageados da Escola de Comércio de Santa Catarina. Material nas paredes, em forma de quadro.
Lista de alunos diplomados (1937-1950) Material em PDF, disponibilizado pelo museu.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

No quadro 8 pode-se observar que as fontes referentes à Academia de Comércio de Santa Catarina são diversas, como registro de penalidades impostas aos alunos, apostilas,

termos e atas, livros administrativos diversos, painéis de formatura e listas de alunos matriculados. Esses documentos estão salvaguardados no Museu da Escola Catarinense¹⁵, em Florianópolis, Santa Catarina. A partir de visitas realizadas no ano de 2018¹⁶, esses documentos foram todos fotografados, transcritos e analisados.

Assim como para a Fecap, é possível observar a variedade de fontes (escritas, materiais e visuais), o que leva a metodologias específicas de análise, realizadas especialmente no capítulo 7. Estes documentos permitem analisar o processo de atuação das Reformas do Ensino Comercial na Academia de Comércio, bem como para pensar o Ensino Comercial enquanto modalidade educativa.

Iniciei este capítulo propondo uma relação metafórica entre os ofícios de mercador e historiador, destacando que ambos dominam práticas, saberes e metodologias específicas da sua profissão. Enquanto os mercadores percorriam reinos em busca de seus produtos, o historiador percorre arquivos em busca de fontes que permitam-lhe a construção de uma narrativa histórica.

Sem a intenção de esgotar a temática, apresentei e discuti alguns dos elementos que sustentam esta pesquisa, atentando para os referenciais teórico-metodológicos e empíricos. Ao longo dos próximos capítulos, articulo estes elementos na intenção de construir uma narrativa histórica sobre o Ensino Comercial. Sendo assim, partindo do plano macro, procurarei, no próximo capítulo, analisar as condições de possibilidade para a emergência e institucionalização desta modalidade de ensino na Itália e em Portugal, percorrendo o período entre os séculos XV e XX e, traçar algumas relações com o Brasil.

¹⁵ Para saber mais sobre o museu, sua história, espaço físico, arquivos e programas desenvolvidos, ver: MAKOWIECKY et al, 2016.

¹⁶ Assim como para a Biblioteca da Fecap, as visitas realizadas ao Museu da Escola Catarinense também foram possibilitadas pela verba paga pelo CNPq, na forma da Taxa de Bancada. Além destas saídas de campo, foram realizadas mais duas, sendo uma em Curitiba (PR), para visitar o acervo da Escola SESC São José e, a outra, para Natal (RN), para ter acesso ao Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), que salvaguarda os documentos da Escola de Aprendizes e Artífices. As duas últimas instituições não entraram diretamente nas análises da tese e, serão exploradas em pesquisas futuras.

3 NARRATIVAS SOBRE O ENSINO COMERCIAL ITALIANO E PORTUGUÊS: EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA MODALIDADE DE ENSINO (SÉCULOS XV – XX)

Faz calor e o céu é claro,
A relva está ver e a roseira em flor.
Puseram-se a vagar os mercadores
Que trouxeram bens para vender.

Desde o raiar do dia,
Até a noite cair,
Não param de ir e vir,
Até que a cidade esteja repleta.
Fora da cidade se alojam nos prados,
Onde têm tendas e pavilhões fechados¹⁷.

Os versos do trovador Bertrand de Barsur-Aube, do século XIV, permitem refletir sobre a rotina dos mercadores medievais, os quais se colocavam a vagar, levando e trazendo bens para serem comercializados. Segundo os versos, “desde o raiar do dia até a noite cair”, se colocavam estes sujeitos em um processo de “ir e vir”, tornando a cidade repleta de seus produtos. Os mercadores estão dentre os profissionais formados pelo ensino comercial italiano e português.

No capítulo anterior, apresentei os referenciais teórico-metodológicos que sustentam esta pesquisa, discutindo alguns dos conceitos ferramenta que foram mobilizados ao longo dos capítulos, bem como do material empírico utilizado. Visando atender o foco central da tese, este capítulo tem, especialmente, o objetivo de organizar um estudo sobre Itália e Portugal, no sentido de entender como se deu o processo de emergência e institucionalização do Ensino Comercial nestes países e, a sua influência para o caso brasileiro. Os documentos analisados são a literatura já produzida e a Legislação e Reformas Educacionais do Ensino Comercial italiano e português¹⁸.

Os trabalhos identificados na revisão de literatura são aqui tomados como material empírico para pesquisa, entendidos como um conjunto de informações que foram organizadas em dados e sistematizadas em conhecimento histórico. Esse processo se dá a partir da ideia de

¹⁷ Bertrand de Barsur-Aube, século XIV, apud LE GOFF, Jacques. Mercadores e Banqueiros da Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 15.

¹⁸ Embora não tenha a intenção de fazer uma pesquisa comparada, proponho, em alguns momentos, aproximações entre o caso italiano e o caso português. Essas aproximações são unicamente para atender o objetivo proposto. Para saber mais sobre a pesquisa comparada enquanto campo, seu referencial teórico e metodológico próprio, ver: Jürgen Schriewer (2018).

Narrativa Histórica (PESAVENTO, 2005; VEYNE, 1982). Dessa forma, os trabalhos foram lidos, analisados e sistematizados, sendo as narrativas originais quebradas e reorganizadas de forma a atender o objetivo apresentado. Com exceção da tese de Marli Auxiliadora da Silva (2015) e do artigo de Luís Alberto Marque Alves (2013) que propõem, respectivamente, uma análise comparada do ensino superior de contabilidade e do ensino técnico em Portugal e no Brasil, todos os demais trabalhos investigam instituições ou legisladores específicos. Assim, o conhecimento novo produzido neste capítulo está justamente na construção de uma narrativa que não toma o ensino comercial a partir de uma instituição específica, mas a partir da forma como ele se desenvolveu em diferentes países de acordo com as condições que o tornaram possível.

Desta forma, este capítulo procura compreender como o Ensino Comercial se estruturou em diferentes regiões, partindo de países que, devido às suas necessidades econômicas e sociais, organizaram esta modalidade de ensino. Além da sistematização do ensino comercial, os países pioneiros em sua organização também foram os responsáveis em fornecer os primeiros profissionais do comércio para outras regiões e o material didático utilizado para formar profissionais do comércio.

Ao longo da construção desta narrativa sobre o ensino comercial, identifiquei a existência de diferentes correlações de forças associadas aos processos de emergência e sistematização desta modalidade de ensino. A partir de Foucault (1988), entendo que estas correlações de forças estão relacionadas aos diferentes pontos que exerceram poder na organização do ensino comercial, sejam os grupos de profissionais, as escolas ou o Estado.

Antes de adentrar na narrativa histórica construída, cabe ainda a explicação de uma escolha: Quais motivos levaram-me a iniciá-la por algumas regiões da Itália¹⁹, perpassando Portugal até chegar ao Brasil? A resposta a este questionamento encontra-se na revisão de literatura.

Todos os trabalhos sobre o ensino comercial analisados (SILVA, Marli, 2015; ALVES, 2013; ANDRADE, 2014; SILVA, Eduardo, 2017; POLATO, 2008) convergem em afirmar que o ensino comercial brasileiro está diretamente ligado à vinda da Família Real portuguesa em 1808, que dentre as transformações causadas no Rio de Janeiro, gerou as condições para o surgimento das primeiras aulas de comércio na colônia. Dessa forma, as aulas de comércio fundadas tinham relação direta com Portugal. Além desta convergência,

¹⁹ É importante destacar que, embora o termo Itália esteja sendo utilizado para designar uma região geográfica específica desde o final da Idade Média, a Itália enquanto Estado Unificado foi criada apenas em 1861. Para saber mais sobre o a Itália pós-unificação, ver: Viola (2015).

alguns dos trabalhos (SILVA, Marli, 2015; ALVES, 2013; SILVA, Eduardo, 2017;) apontam para a mesma direção em outro ponto: a emergência do ensino comercial em Portugal é compreendida como parte do resultado das Reformas Pombalinas do século XVIII²⁰, a partir das quais o Estado passou a interferir na formação de comerciantes e técnicos industriais capacitados. Os autores destacam que em momentos anteriores às reformas de Pombal, Portugal importava profissionais do comércio de outros países, no entanto, nenhum deles destaca que países seriam esses.

Considerando o caráter indiciário da disciplina histórica²¹, a primeira pista a respeito destes locais foi encontrada no trabalho do já citado Alves (2013). Ao propor uma compreensão filosófica do Ensino Técnico em Portugal e no Brasil, atentando para os técnicos agrícola, industrial e comercial, o autor destaca que suas origens encontram-se ainda na Idade Média e nas chamadas corporações de ofício, instituições oficialmente extintas apenas no século XIX. Assim, a presente pesquisa faz um deslocamento no tempo e no espaço, recuando para antes do século XVIII, buscando compreender o final do período medieval e sua relação com o ensino comercial.

A segunda pista para definição desta delimitação foi encontrada em *Professional Men, Professional Women: The European Professions from the Nineteenth Century until Today*, de Maria Malatesta (2011). No livro, a autora propõe analisar as principais profissões liberais europeias em um estudo histórico com conceitos sociológicos. Sobre as profissões escolhidas, a autora destaca:

The professions selected are those pertaining to the Law (advocates, notaries, judges), and those of physician, engineer and accountant (although this last profession is usually considered the exclusive of scholars of accounting)" (MALATESTA, 2011, p. 1)²².

²⁰ No ano de 1750, ao subir ao trono português, o rei de Portugal D. José I nomeia como ministro dos estrangeiros Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Pombal realizou uma série de reformas que ficaram conhecidas como 'Reformas Pombalinas'. Dentre estas reformas, destaca-se à expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses, que eram, sobretudo na América Portuguesa, os responsáveis por parte dos assuntos educativos (FLORES, 2008). Segundo Tereza Fachada Levy Cardoso (2004), a expulsão dos jesuítas está diretamente ligada ao processo de rompimento do Estado português com o pensamento escolástico, levando-o a dismantlar toda uma estrutura administrativa escolar baseada na educação religiosa. Para a autora, o projeto ideológico capitaneado por Pombal tinha o corolário de centralização e racionalização da estrutura fiscal. A Reforma será aprofundada na sequência, quando analiso o ensino comercial em Portugal.

²¹ Segundo Carlo Ginzburg (1989), o fazer historiográfico pertence às ciências entendidas como indiciárias. De acordo com o autor, o caráter indiciário da história refere-se ao fato de o historiador estar atento aos resquícios e aos dados marginais que contribuem para a análise de um contexto em questão. Nesta perspectiva, o historiador torna-se um detetive, procurando pequenas pistas que contribuem para a construção de uma narrativa possível do passado.

²² Tradução feita pelo autor: "As profissões selecionadas são as relativas à Lei (advogados, notários, juízes) às de médico, engenheiro e contador (embora esta última profissão seja geralmente considerada exclusiva de estudiosos da contabilidade)" (MALATESTA, 2011, p. 1).

A análise destas profissões se dá em quatro países: Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália. Ao analisar as profissões relacionadas ao ‘*accountant*’, Malatesta (2011, p. 121) afirma: “*Accountancy was invented in Italy and then exported around the world*”²³. Assim como esses autores, também Jacques Le Goff (1991) entende que a emergência da contabilidade se deu nas regiões da Itália, especialmente a partir da chamada Revolução Comercial da cristandade medieval, entre os séculos XI e XIII. Dessa forma, a Itália foi escolhida como marco geográfico para o início do trabalho. Além disso, considerando o indício temporal retirado de Alves (2013) e Le Goff (1991), a delimitação histórico-geográfica para o início da narrativa é a Itália do final do período medieval.²⁴

A partir de uma inspiração foucaultiana, proponho a construção de uma narrativa histórica pautada na ideia de problematização. Segundo Margareth Rago (1995), Foucault defendia uma história-problema, um trabalho de pesquisa histórico capaz de iluminar e de responder a uma problematização colocada pelo historiador. Assim, proponho operar não a partir da ideia do “porque”, mas a partir do “como”, tentando compreender tanto as condições de possibilidade para a emergência quanto para a institucionalização do ensino comercial.

Embora não tenha o objetivo de fazer uma genealogia do ensino comercial, inspiro-me também nesta ferramenta foucaultiana. Segundo Foucault (2008, p. 260), fazer genealogia é:

[...] manter o que se passou na dispersão que lhe é própria; é situar os acidentes, os ínfimos desvios – ou, pelo contrário, as completas inversões –, os erros, as falhas de apreciação, os cálculos errôneos que fizeram nascer o que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz do que conhecemos e do que somos, não há absolutamente a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente.

Para Foucault (2008), a genealogia não tem o objetivo de recuar no tempo para estabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento. O autor entende ainda que ela não se opõe à história, mas à pesquisa de origem metafísica, meta-histórica e teleológica. Neste sentido, é possível afirmar que a pesquisa genealógica não busca pela ‘origem’ última das coisas, mas uma forma de compreender as condições de possibilidade para a emergência de algo, sendo a emergência entendida como a entrada em cena das forças que a tornam possível.

Reforçando a ideia de que a genealogia não está associada necessariamente à origem, o autor afirma que fazer genealogia é “[...] deter-se nas meticulosidades e nos acasos dos

²³ Tradução feita pelo autor: “A contabilidade foi inventada na Itália e depois exportada ao redor do mundo”.

²⁴ Conforme destaca Le Goff (1991), pensar a emergência da Contabilidade na região italiana medieval, não é desconsiderar as contribuições do Oriente e seus comerciantes, mas sim, estabelecer um recorte no tecido histórico, permitindo uma análise a partir da Europa Cristã. Dessa forma, não tenho a intenção de analisar o ensino comercial muçulmano ou bizantino, o que se configuraria em outra pesquisa.

começos; [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 264), compreendendo que isso “exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, paciência (FOUCAULT, 2008, p. 260)”. É nesta perspectiva que este capítulo analisa o ensino comercial na Itália e em Portugal.

Cabe ainda destacar um elemento importante para a leitura deste trabalho, um elemento de cunho conceitual. Ao longo do texto, o leitor irá encontrar os conceitos de aulas de comércio, curso comercial, técnico comercial, ensino técnico comercial, técnico de contabilidade, entre outros. Estes conceitos referem-se a uma modalidade de ensino que, atualmente chamamos de técnico em contabilidade e que, ao longo da história, recebeu diferentes denominações em diferentes decretos-lei. O próprio conceito de contabilidade não é estanque, tendo variado ao longo da história. Atualmente, o Conselho Federal de Contabilidade entende o conceito ‘contabilidade’ como “[...] a ciência que estuda a prática e as funções de orientação, de controle e de registro, relativos aos atos e aos fatos de administração econômica” (CFC, 2008, p. 13); e o ‘contabilista’ como “[...] versado nos estudos de Contabilidade; o que executa trabalhos de Contabilidade” (CFC, 2008, p. 13). A construção histórica destes conceitos será observada ao longo do texto.

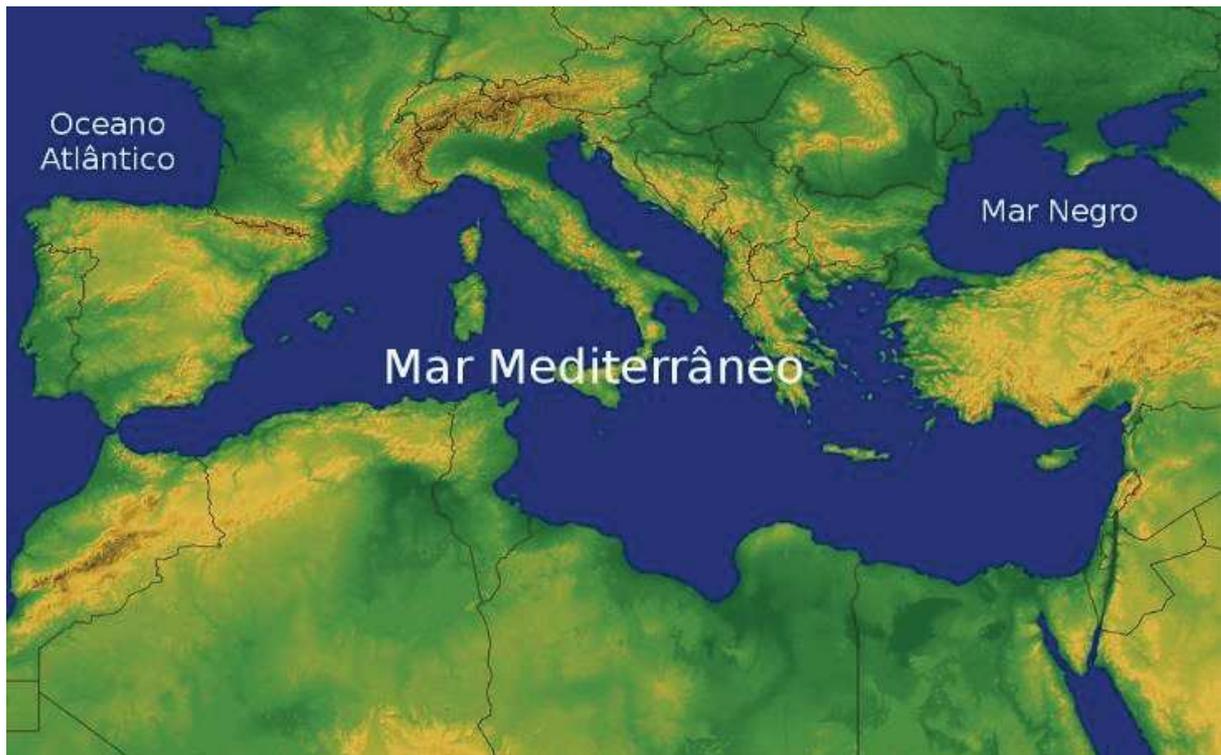
3.1 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL ITALIANO²⁵

Conforme destaquei anteriormente, os estudos de Alves (2013), Malatesta (2011) e Le Goff (1991) convergem ao afirmar que o ensino comercial emerge nas cidades italianas medievais. Para o primeiro autor, o surgimento desta modalidade de ensino encontra-se nas corporações de ofício, instituições de aprendizes ensinados pelos seus mestres. Para Malatesta (2011), a contabilidade foi inventada na Itália e se espalhou para o mundo, sendo que a contabilidade dos mercadores medievais italianos atravessou fronteiras juntamente com as mercadorias, dando fama e prestígio aqueles que a praticavam. Apesar de colocarem as origens do ensino comercial nas cidades italianas medievais, nenhum dos três autores analisa este processo, sendo minha intenção problematizá-lo para compreender quais as condições de possibilidade para a emergência desta modalidade de ensino.

²⁵ Como anteriormente destacado, embora o termo ‘Estado Italiano’ seja utilizado para designar o atual território da Itália, esse território unifica-se apenas em 1861, sendo, antes disso, composto por provinciais independentes.

Chamada de “Revolução Comercial” por Robert S. Lopez (1980) e de “Animação do Ocidente” por Guy Fourquin (1981), é consenso entre os autores que houve uma expansão na economia europeia no final do século X e no início do século XI. Fourquin (1981) afirma que, até o final do século X, o Ocidente Medieval encontrava-se quase estático, possuindo poucas relações com o mundo exterior. É no século XI que, ao “animar-se”, o Ocidente Medieval multiplica contatos e expande suas barreiras comerciais e fronteiras. De acordo com o autor, visando a expansão econômica e a ampliação territorial Itália e Alemanha jogaram-se no mar, considerando que “[...] o Mediterrâneo tendia a transformar-se num lago italiano, ao mesmo tempo que, no norte da Europa, o Mar do Norte e, mais tarde, o Báltico se transformaram em lagos germânicos” (FOURQUIN, 1981, p. 134). Considerando a importância do Mar Mediterrâneo para o Ocidente Medieval em geral e, em especial, para os mercadores medievais, apresento e analiso sua localização geográfica:

Imagem 1 – Mar Mediterrâneo



Fonte: Leitão (s.n.)

Conforme podemos observar na Imagem 1, o Mar Mediterrâneo possui dimensões continentais, situando-se entre três continentes: África, Ásia e Europa. Essa localização fez com que o mar se tornasse o local de florescimento e circulação de diferentes grupos humanos ao longo da história, como egípcios, fenícios, gregos, romanos, entre outros. Além disso, é possível observar a penetração da Península Itálica dentro do Mediterrâneo, espaço no qual

floresceram importantes cidades italianas. É nessas condições físicas que situa-se a expansão econômica do século XI/XII em diante.

Guy Fourquin (1981) destaca que é em meio a esse processo de expansão econômica e ampliação territorial que surge uma figura de significativa importância para a história do Ocidente Medieval: o mercador. Através da comercialização, a chefia econômica foi transferida dos proprietários de terras para as mãos desses mercadores, tornando o comércio o setor econômico mais dinâmico do Ocidente Medieval. Segundo Lopez (1980), o crescimento demográfico, associado às trocas comerciais, permitiram que ocorresse o que o autor chama de “Revolução Comercial”, fazendo do mercador o principal foco da vida urbana. Embora não se tornem fundamentais para todas as cidades, naquelas onde desempenharam papel central, mercadores e feiras comerciais fizeram-nas verdadeiros centros urbanos.

Jacques Le Goff (1991) entende que um conjunto de fatores tornou possível essa revolução comercial da cristandade medieval. Primeiramente, destaca o fim das invasões bárbaras, cuja segurança permitiu uma renovação da economia e retomada do comércio, seguido pelo aumento populacional e conseqüente aumento de consumidores e produtores. Em segundo lugar, o autor aponta a importância do renascimento das cidades, que levou a retomada e a criação de novas rotas comerciais e vias de comunicação, contexto no qual os mercadores se desenvolveram. Dentre as principais regiões de desenvolvimento comercial, Le Goff (1991) concorda com Lopez (1980) e Fourquin (1981) sobre a importância da região italiana, acrescentando ainda o norte do Mediterrâneo, Espanha e Provença e, também, o norte da atual Alemanha.

A partir dos três autores analisados, pode-se afirmar que os mercadores converteram-se em importantes instrumentos para que o comércio liderasse a economia de região a região. Além disso, é possível afirmar que a “Revolução Comercial” teve início na Itália Medieval. O contexto de toda a Europa à época dessa mudança econômica era o governo feudal e a sociedade agrária. No entanto, os burgos italianos, setentrionais e centrais, tinham independência e controlavam os campos que os rodeavam, privilégio concedido a muitos poucos burgos do restante do continente e que pode ser uma das causas do sucesso comercial italiano.

Fourquin (1981) afirma que a Península Itálica era o centro do principal eixo de comércio internacional, ligando o noroeste da Europa ao Levante, cuja existência dependia das boas ligações com o Ocidente, garantidas pelas cidades italianas mercantis e marítimas. Além disso, quando os italianos começam a comercializar com o Mar do Norte, levam ao declínio da Champanha na França, um dos palcos das maiores feiras medievais. Os principais

produtos italianos eram alimentícios como o sal, os cereais, o azeite, o vinho, os frutos, a carne para abate, os metais (ferro, cobre, estanho e mercúrio) e também animais vivos, madeira, sabão e artigos artesanais. Com seus têxteis e outros artigos do mais grosseiro ao mais luxuoso, já nos anos iniciais a Itália superou o Oriente no terreno artesanal, passando de importador a exportador. No século XII, a supremacia comercial do Ocidente Medieval, até então pertencente à Sicília, à Espanha e aos territórios Bizantinos, passa para quatro cidades italianas: Veneza, Milão, Gênova e Florença.

A Itália, então, dominou o comércio europeu, tendo também o domínio de diversas ilhas gregas, além de obter redução de taxas alfandegárias e facilidades na costa africana muçulmana e na Espanha islâmica. Comercializou também com a Ásia (atingindo o Mar Cáspio e o Golfo Pérsico) e, por essa “amizade com os mongóis”, também com o Médio Oriente islâmico (as chamadas Índias). As principais rotas de comércio italianas passaram a ser a rota da Crimeia a Pequim (venda de linho francês e alemão e a compra da seda chinesa), a rota da Ásia Menor e Pérsia para a Índia ou a China, rota por mar a partir do Golfo Pérsico, as rotas marítimas diretas para La Rochelle, Southampton e Bruges e as rotas terrestres através dos Alpes (as mais baratas).

Disputando a supremacia do Mediterrâneo com Veneza (que tinha a seu favor sua iniciativa comercial e sofisticados métodos de negócios), Gênova conseguiu afirmar seu domínio na parte ocidental, dominando a costa liguriana, vencendo Pisa pelo controle das ilhas de Córsega e Sardenha, contendo a expansão de Narbonne, Marselha e Montpellier e limitando o espaço de conquistas para Barcelona. Gênova foi ainda pioneira na solução de um problema que prejudicava o acesso do consumidor popular: a ausência de moeda metálica. Em 1252, cunhou *genoins* de ouro puro – sendo logo imitada por Florença e disseminando uma onda de grande propagação. De acordo com Lopez (1980, p.118):

As novas moedas de ouro libertaram muita prata para os pagamentos correntes, possibilitando uma moeda internacional estável no meio da adulteração selvagem e da diversidade caótica, patenteando a superioridade econômica da Itália sobre países bizantinos e muçulmanos em declínio, cujas reservas de ouro estavam a diminuir.

Já no século XII, Gênova rumava para o sul, na costa marroquina, buscando ouro a preço baixo de uma região senegalesa. No século posterior, estenderam suas rotas até o Atlântico, chegando nas Ilhas Canárias no início do século XIV.

Conforme podemos observar, neste processo de “despertar” ou de “Revolução Comercial”, os mercadores foram figuras centrais no processo de expansão comercial e territorial. Esse grupo pode ser considerado, já na Idade Média, como uma profissão, conceito

aqui utilizado para designar uma atividade ou ocupação cuja prática permite ao indivíduo uma remuneração. Dessa forma, a partir de Le Goff (1980, 1991), pode-se tentar compreender como esta profissão configurou-se no Ocidente Medieval. A partir de uma abordagem histórica que leva em conta as mudanças socioculturais e mentais nas concepções do Ocidente Medieval, em consideração à classificação das profissões em lícitas e ilícitas, o autor analisa como o entendimento em relação às profissões variou durante os séculos. Os conceitos de lícito e ilícito expressam-se em dois polos opostos, que significam, respectivamente, favorável e contrário à moral²⁶.

Na Alta Idade Média, a predominância do pensamento cristão categorizava as profissões a partir a vontade divina. Neste contexto, o trabalho agrário e artesanal eram hipervalorizados (entendidos como próximos do Criador), em detrimento do trabalho daqueles que exploravam e lucravam, sendo os comerciantes vistos como ilícitos. No entanto, com o processo de revolução comercial e econômica dos séculos XI, XII e XIII, os comerciantes emergem no embrião de uma nova classe (burguesia), gerando novos padrões de ordenação e de aceitabilidade, progredindo a estratos tidos como superiores. Dessa forma, uma profissão anteriormente compreendida como ilícita passa, a partir dos séculos XI-XIII, a ser aceita e entendida como necessária. É nesta concepção de necessidade dos mercadores que defendo estarem as condições que tornaram necessária a criação de um sistema de ensino para formação profissional.

É importante destacar ainda que, conforme aponta Le Goff (1991), os mercadores não compunham uma profissão homogênea, uma vez que, possuíam diferentes divisões entre si. De forma geral, podiam ser categorizados em dois grandes grupos: mercadores itinerantes e sedentários. Em relação aos mercadores itinerantes, suas rotas podiam ser terrestres ou aquáticas, ambas com diferentes riscos e obstáculos a serem enfrentados. No caso das rotas terrestres, existiam os obstáculos geográficos naturais, as limitações técnicas de transporte, os possíveis ataques e assaltos, dentre outras.

Os mercadores itinerantes de rotas aquáticas navegam por vias fluviais ou marítimas. De forma geral, a navegação pelos rios era preferida, devido ao menor número de obstáculos e perigos. No entanto, as vias marítimas se tornaram o meio por excelência do comércio internacional, sendo a responsável por enriquecer um número significativo de mercadores. Apesar da possibilidade de enriquecimento, as vias marítimas contavam com perigos a serem enfrentados, como as possibilidades de naufrágio e o ataque de piratas.

²⁶ Embora esses conceitos também possam também ser pensados em relação à lei, a preocupação do autor centra-se na concepção de moralidade medieval.

São estes mercadores itinerantes que são evocados nos versos de Bertrand de Barsur-Aube, citado na epígrafe deste capítulo. Nestes versos, são descritos elementos da rotina e das atividades destes profissionais do comércio, especialmente aqueles que se direcionavam para as feiras comerciais, sobretudo após o século XIII. Essas feiras se tornaram fundamentais, permitindo o enriquecimento de alguns grupos, o desenvolvimento urbano e o aparecimento de novas práticas profissionais, como os “guardas de feira” (LE GOFF, 1991).

Em relação aos mercadores sedentários, Le Goff (1991) afirma que eles emergiram na aurora da Revolução Comercial e, atingiram seu apogeu entre os séculos XIV-XV. Este grupo de mercadores identificou a necessidade do uso de capitais emprestados, originando letras de câmbio e os chamados empréstimos marítimos. Dessa forma, foram criadas, a partir do século XIII, casas comerciais centralizadas, tendo um ou vários comerciantes à sua frente, podendo contar com funcionários. Alguns destes mercadores, especialmente os italianos, conseguiram enriquecer, passando a contar com poderes políticos e benefícios do Papado.

Depois de analisar a economia e as rotas comerciais italianas, bem como a importância dos mercadores neste processo, entende-se os motivos que levam Alves (2013) e Malatesta (2011) a afirmarem que o ensino comercial emerge nas cidades medievais italianas. Mas como se deu este processo de emergência? Como o ensino comercial foi sistematizado?

Embora afirme que o ensino comercial se origine nas guildas comerciais medievais, os estudos de Alves (2013) não visam aprofundar este tema. Desta forma, mais uma vez, foi o caráter indiciário da história que permitiu, ao longo de diferentes saídas de campo, produzir documentos e identificar bibliografias que, quando articulados, possibilitam a tessitura da história do ensino comercial²⁷. Uma das primeiras pistas localizadas foi o livro “*Libros de Comercio: Antecedentes Historicos, legislacion, jurisprudencia. Universidad de Buenos Aires*”, de Italo Luis Grassi (1944)²⁸. Segundo o autor, embora nos povos antigos já se pudesse encontrar práticas de registro contábil, é na Itália Medieval que estes códigos foram aperfeiçoados e difundidos, sobretudo a partir do momento em que se torna obrigatório o uso

²⁷ Foram realizadas duas saídas de campo com o intuito de produzir documentos e localizar bibliografia para a pesquisa. A primeira saída foi realizada na Biblioteca da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), na cidade de São Paulo-SP e, a segunda, no Museu da Escola Catarinense, na cidade de Florianópolis-SC.

²⁸ O livro resulta de um curso de especialização ditado pelo professor Italo Luis Grassi, atentando especificamente para antecedentes históricos da ciência contábil, a legislação argentina sobre livros de contabilidade e jurisprudência do país. Classificado como uma obra rara, a edição consultada está salvaguardada na Biblioteca da FECAP.

do sistema de partidas dobradas²⁹ e de livros próprios para o registro comercial. De acordo com Grassi (1944, p. 17):

Los registros de contabilidad más antiguos, a partida doble, llegados hasta nosotros, y de los que se poseen noticias seguras son, dos ‘Cartularios’ del año 1340, que se encuentra en el Archivo del Estado, de Génova. La palabra ‘cartulario’, vocablo fuera de uso entre nosotros, es de origen bajo latino, ‘charlutarium’; y ‘chartula’, del latín, escrita pública. El diccionario le asigna los siguientes significados: índice de algún archivo; escribano de número, encargo de custodiar las escrituras; funcionario eclesiástico encargado de custodiar los despachos concernientes al público. Libros en que se escriban los principales documentos de una abadía; y registro donde se anotan las mercancías o efectos que se cargan o descargan de un buque³⁰.

Como podemos observar no trecho citado, os primeiros registros de partida dobrada de que se têm notícia são de ‘cartularios’ que datam do ano de 1340, que encontram-se salvaguardados no Arquivo do Estado de Gênova. Estes ‘cartularios’ consistem em documentos de registro comercial, fundamentais na manutenção da organização das transações comerciais das comunas medievais italianas, sendo que sua organização cabia aos chamados ‘massari’, que eram funcionários das comunas. Além do ‘massari’, a comuna contava ainda com um ‘maestri razionali’, o contador responsável da vigilância e da gestão dos ‘massari’ e de seus dependentes. Enquanto os comerciantes e os mercadores eram os responsáveis pela realização das transações comerciais, os ‘massari’ e os ‘maestri razionali’ eram os responsáveis por organizar os documentos produzidos a partir destas transações. Acredito que o aperfeiçoamento destas práticas leva à criação de um curso específico para habilitar estes profissionais, como demonstro na sequência.

Além dos ‘cartularios’, outros documentos demonstram que o registro comercial estava se aperfeiçoando, sobretudo ao longo do século XIV. Os ‘plan de cuentas’, por exemplo, consistiam em livros de entradas e saídas, indicando os titulares do livro. A partir da análise de um destes ‘plan’, o do “Señor Duque de la Comuna de Génova”, Grassi (1944) destaca que as contas foram abertas por grupos separados, respondendo a uma classificação racional, sendo as primeiras as dos “massari”, dos “cajerros” ou dos “tesorero da Comuna”, seguidas de outras contas. Esses escritos tinham o objetivo principal de registrar as somas de

²⁹ O sistema de partida dobrada consiste, do ponto de vista histórico, no termo utilizado para designar a primeira sistematização dos registros de contas na gestão das comunas italianas medievais. O método era adotado tanto nas comunas quanto pelas empresas mercantis privadas.

³⁰ Tradução feita pelo autor: Os registros contábeis mais antigos, de partida dobrada, que chegaram até nós e dos quais são encontradas notícias seguras, são dois ‘Cartularios’ de 1340, encontrados no Arquivo Estadual de Gênova. A palavra ‘cartulario’, fora de uso entre nós, é de origem latina baixa, ‘charlutarium’; e ‘chartula’, do latim, escrita pública. O dicionário atribui os seguintes significados: índice de algum arquivo; balconista, encarregado de guardar as ações; funcionário eclesiástico encarregado de vigiar os escritórios relacionados ao público. Livros nos quais os principais documentos de uma abadia estão escritos; e registrar onde são anotados os bens ou efeitos carregados ou descarregados de um navio.

dinheiro de que eram responsáveis os diversos funcionários ou oficiais da Comuna de Gênova, bem como débitos e créditos, entradas de produtos ou mercadorias. ‘Cartularios’ e ‘plan de cuentas’ são documentos contábeis da comuna que podem ser entendidos como as fórmulas essenciais e as características da partida dobrada. É possível observar que o registro comercial se torna importante não apenas para os mercadores, mas também para os profissionais responsáveis por organizar as contas das comunas, especialmente os ‘massari’ e os ‘maestri razionali’

Além dos ‘cartularios’ e ‘plan de cuentas’ genoveses, Grassi (1944) destaca a existência de documentos semelhantes na Lombardia, em Milão, Veneza e Florença, todos eles demonstrando a preocupação com a sistematização do registro comercial. O uso destes livros de registro e do sistema de partida dobrada se tornam obrigatórios nas diferentes comunas italianas. Mas o que levou à difusão destas práticas e ao seu uso? Para Grassi (1944, p. 27), a resposta está no sistema de ensino criado:

La difusión que fué haciéndose del método veneciano de contabilidad, es decir, de partida doble, en las comunas, compañías comerciales, bancos, etc., en Génova, la Lombardia, Venecia, Florencia, tendría su explicación, según los historiadores, en la enseñanza que este método se hacía, por maestros especialmente dedicados a la misma. Está comprobado documentadamente, que esta enseñanza se hizo por los que entonces se llamaban maestros del àbado, es decir, de aritmética o cuentas³¹.

Desta forma, fica evidente que a difusão das partidas dobradas e dos livros de registro foram possíveis a partir do processo de ensino dos mesmos. Inicialmente, o ensino das técnicas de registro comercial era feito por aqueles que se dedicavam ao uso deste método, em especial pelos ‘maestros del àbado’, que tinham o domínio de aritmética e de contas. Além disso, é importante destacar que esses primeiros ‘maestros’ passaram a contar com o uso de um livro fundamental, produzido para explicitar a contabilidade a partir do sistema de partidas dobradas. Esse livro é obra de Fra Luca Pacioli, frei franciscano que em 1494, em Veneza, produziu o tratado ‘Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalitá’, cujo capítulo XI, intitulado ‘Tractatus particularos de computis et scripturis, desarrolla nuestra matéria, em forma caso completa y acabada’ recebeu especial atenção por parte dos ‘maestros’.

³¹ Tradução feita pelo autor: A difusão que estava sendo feita do método de contabilidade veneziano, ou seja, as partidas dobradas, nas comunas, empresas comerciais, bancos etc., em Gênova, Lombardia, Veneza, Florença, teria sua explicação, segundo os historiadores, no ensino desse método, que foi realizado por professores especialmente dedicados a ele. Está documentado que esse ensino foi realizado por aqueles que foram então chamados “maestros del àbado”, isto é, de aritmética ou de contas.

A obra de Luca Pacioli é dividida em grandes blocos, chamados de ‘parte principale’. Aborda, ao longo de suas páginas, temas como proposições, regulamentação mercantil, multiplicação, títulos de álgebra, prática e teoria da geometria, entre outros conteúdos. É possível afirmar que a ‘prima parte principale’ aborda o número em todas as formas que a prática implique: somar, dividir, multiplicar, subtrair. Atenta ainda para temas de álgebra, proporção e a relação dos números com a medicina e a arquitetura. A ‘secunda parte principale’ contém informações sobre exigência mercantil e relaciona questões mercantis com álgebra. Na ‘terça parte principale’, encontram-se temas relacionados às regras para o tráfego e, na ‘quarta parte principale’, são apresentados elementos referentes à balanço, valor de câmbio e tarifas. Para finalizar, a quinta e última ‘parte principale’ aborda o modo e a prática de geometria: quadriláteros, pentágono, hexágono, círculo, semicírculo, entre outros³².

Grassi (1944) destaca que, embora não cite nenhum trabalho anterior ao seu, pesquisas indicam ser provável que Luca Pacioli tenha se utilizado de trabalhos de mestres do ábaco anônimos, que não tiveram seus nomes registrados na história. Le Goff (1991) reforça essa ideia, destacando que, embora não seja a primeira obra sobre o tema, o livro de Pacioli apresenta um conjunto sistematizado de saberes necessários a mercadores, comerciantes e demais profissionais do comércio. Desta forma, a partir da existência de um livro base, o ensino do sistema de partida dobrada se difundiu pela Europa desde o século XV.

Considerando os elementos até aqui apresentados, é possível afirmar que as condições de possibilidade para a emergência do ensino comercial encontram-se no período entre os séculos X-XIV, no processo de “despertar do ocidente medieval”. A partir da expansão econômica comercial percebe-se a necessidade de profissionais habilitados para a realização das transações de compra e venda, permitindo a emergência do mercador. Acompanhando a necessidade de profissionais habilitados, observam-se mudanças socioculturais do pensamento medieval, que passam a entender como lícita uma prática até então ilícita. Dessa forma, a complexificação das técnicas de cálculo e registro, associados a uma nova percepção das profissões relacionados ao lucro, permitem a emergência de um novo saber organizado, sobretudo no século XIV.

Embora não aprofunde a temática do ensino comercial, ao analisar a influência exercida pelos mercadores medievais no campo da cultura, Le Goff (1991) aponta alguns dos

³² As análises aqui apresentadas foram feitas a partir de uma edição comemorativa da obra de Luca Pacioli, datada de 1993. A edição foi localizada no acervo de obras raras da biblioteca da FECAP, a partir de uma das saídas de campo realizadas. É importante salientar que a obra está disponível na língua original, com a reprodução da grafia de Pacioli. Desta forma, as análises aqui apresentadas são genéricas, uma vez que o estudo aprofundado exigiria um estudo linguístico e paleográfico específico. Para saber mais, ver: PACIOLI, Luca. *Summa de arithmetica, geometria*. Edição Comemorativa, 1993.

saberes necessários para estes profissionais, os quais estão relacionados ao processo de complexificação das atividades comerciais. O autor reforça que estes saberes eram ensinados especificamente para os filhos de mercadores, sendo eles a escrita, o cálculo, a geografia, as línguas vulgares e a história.

Em relação à escrita, as práticas comerciais exigiam que os profissionais fossem alfabetizados, capazes de escreverem de forma rápida e legível, atendendo às necessidades mercantis, de escrituração e de registro de documentos comerciais. O domínio do cálculo era fundamental, o que justifica, por exemplo, a escrita do livro de Luca Pacioli. A geografia era especialmente prática, contando com o apoio de relatos de viagem, tratados científicos e a cartografia em geral. As línguas vulgares eram ministradas com o intuito de permitir que os mercadores entrassem em contato com os clientes. Por fim, a história, era utilizada como uma forma de os mercadores glorificarem as cidades, bem como de “[...]compreender os acontecimentos que constituem o contexto de sua atividade e dos quais são também autores” (LE GOFF, 1991, p. 107).

É importante destacar que, apesar de contar com significativas mudanças, seja no nome ou nos conteúdos ministrados, estes cinco saberes (escrita, cálculo, geografia, línguas vulgares e história), acabaram configurando parte das disciplinas estruturantes dos cursos de comércio. Conforme demonstro ao longo da tese, estes conhecimentos atravessam a história do Ensino Comercial e, chegam a compor as grades curriculares das escolas comerciais brasileiras do século XX.

Embora, o começo do uso do sistema de partida dobradas e das primeiras tentativas de ensino comercial organizado estejam nos séculos XIV e XV, é no século XIX que se observa o processo de institucionalização desta modalidade de ensino. Entendo que, ao passar a análise do século XV para o XIX, arrisco um salto temporal significativo. No entanto, como destacou Paul Veyne (1982), uma das características da história é o seu caráter lacunar, que leva o historiador a se movimentar de um século ao outro, muitas vezes, deixando lacunas a serem preenchidas. Segundo o autor, “[...] de uma página para outra, o historiador muda de tempo, sem prevenir, conforme o ‘tempo’ das fontes, que todo livro de história é, nesse sentido, um tecido de incoerência, e que não pode ser de outro modo [...]” (VEYNE, 1982, p.27).

Nesta investigação, as lacunas resultam da dificuldade de acesso a fontes e estudos que analisem o ensino comercial italiano³³. Considerando que a análise centra-se no processo de emergência e de institucionalização do ensino comercial italiano, seleciono estes dois momentos, ciente que períodos importantes não foram contemplados, deixando espaços para investigações futuras.

Considerando o processo tardio de unificação da Itália, é possível afirmar que, enquanto as primeiras iniciativas de organização do ensino comercial estiveram relacionadas aos práticos e aos mercadores, o processo de institucionalização esteve diretamente ligada ao poder do Estado.

Segundo Foucault (2014, p. 124), o surgimento do Estado pode ser compreendido como uma forma de poder político que é, ao mesmo tempo, “globalizante e totalizadora”. Embora entenda que a análise das relações de poder devam ir para além do Estado, uma vez que ele funciona sobre a base de relações de poder preexistentes, o autor não desconsidera sua importância. Assim, ao analisar os decretos-leis e reformas voltadas para o ensino comercial, entendo-os como parte das relações de poder relacionadas a esta modalidade de ensino.

Acredito que a institucionalização do ensino comercial ocorre durante o *oitocento* (século XIX) italiano por ser o momento em que se observam constantes disputas políticas em relação à organização desta modalidade de ensino. Essas disputas centram-se, principalmente, nas propostas de articulação de um ensino comercial a saberes técnicos e/ou saberes humanísticos. A história destas disputas pode ser analisada a partir da tese de Valéria Viola (2016)³⁴. Segundo a autora, a preocupação com o ensino dito técnico e profissional torna-se uma pauta central na Itália após a unificação. No entanto, as dificuldades de concretização da organização de um sistema de ensino ficaram muito evidentes na Exposição Universal de 1900, realizada em Paris. Esta exposição colocou a Itália em contato com as realidades tecnológicas inglesa e francesa, levando-a a refletir sobre seu sistema de ensino técnico:

³³ É importante destacar que foram feitos diferentes movimentos na tentativa de preenchimento destas lacunas. Destaco, dentre eles, os editais para concorrer ao doutorado sanduíche que, não foram contemplados com verba, impossibilitando a busca de fontes específicas disponíveis da Espanha.

³⁴ O estudo de Valéria Viola (2016) centra-se no século XIX e apresenta uma análise historiográfica da trajetória das legislações relativas às instituições de artes e ofícios, técnicas e profissionais italianas. Ao analisar especialmente os decretos leis voltados para estas modalidades de ensino, o estudo permite compreender elementos da nacionalidade, política, economia e educação da Itália do *oitocento*. A tese da pesquisadora é composta por cinco capítulos, divididos em duas grandes partes: a primeira, “L’istruzione tecnica e professionale nel contesto nazionale” (Instrução técnica e profissional no contexto nacional) centra-se no contexto italiano geral, enquanto a segunda, “L’istruzione tecnica, artistica e professionale nel Meridione. L’esperienza del Molise” (A educação técnica, artística e profissional no sul. A experiência de Molise) centra-se no caso específico de Molise.

Fu ben presto chiaro che le possibilità di guarigione erano legate a una terapia che prevedeva l'assunzione di un sistema di istruzione professionale di nome e di fatto, dotato di scuole con programmi didattici funzionali alla vocazione commerciale e industriale dei territori di appartenenza così come era avvenuto presso le maggiori potenze industriali europee, avviando parallelamente un processo, mai compiuto, di riscatto culturale del sapere tecnico che trovava il suo fondamento nell'insegnamento del disegno (VIOLA, 2016, p. 15)³⁵.

Conforme pode-se observar, ao deparar-se com a organização das potências europeias, a Itália é tida como em um estado de atraso técnico, sendo que a solução para este problema estaria na estruturação do seu sistema de ensino profissional, equipado com programas voltados para as habilitações comercial e industrial, bem como para um processo de redefinição cultural técnica, voltada para o ensino de desenho técnico industrial.

A partir do que venho apresentando até este momento, pode-se observar que, a região na qual o ensino comercial emerge, acaba tendo que espelhar-se nos modelos de ensino das potências europeias para reformar sua estrutura educacional técnica comercial e industrial. O que levou a este fenômeno? A tese de Viola permite duas explicações. A primeira, refere-se ao fato de que França e Inglaterra tornaram-se Estados unificados antes que a Itália. Nesta perspectiva, Viola (2016) destaca ainda que no período pós-unificação, a Itália pode ser comparada a uma fragmentada 'Babel', caracterizada por distâncias não apenas geográficas, mas também linguísticas e culturais, na qual faltavam uma escola, uma língua e uma cultura nacional uniforme, além disso necessitava de técnicos e operários especializados.

A segunda explicação para o atraso do ensino técnico comercial e industrial italiano pauta-se na constante realização de reformas e de decretos voltados para ambos. Tendo o objetivo de entender a organização do ensino comercial italiano, centrarei nas reformas específicas desta modalidade de ensino, sistematizadas no quadro 9. O quadro procura organizá-las a partir no número ou nome a elas atribuído, data, autor e observações³⁶. Essas informações são importantes, uma vez que segundo Vinão (2006), permitem identificar os reformadores e as disputas de poder envolvidas, além do mais, segundo Escolano (2002, 2017), evidenciar elementos da cultura política da escola.

³⁵ Tradução feita pelo autor: "Em breve ficou claro que as chances de recuperação estavam ligadas a uma terapia que envolveu o recrutamento de um sistema de ensino profissional equipado com programas educacionais funcionais para a vocação comercial e industrial dos territórios de pertencimento italiano (assim como aconteceu nas principais potências industriais europeias), bem como, com processo, nunca completado, de redenção cultural de conhecimento técnico que encontrou suas bases no ensino de desenho técnico" (VIOLA, 2016, p. 15).

³⁶ Essa lista de informações não foi encontrada para todas as reformas analisadas, sendo que, para algumas delas, o quadro possui lacunas, mas que não impedem sua análise geral.

Quadro 9 - Reformas que alteraram o ensino comercial no *oitocento* Italiano (1860 - 1899)

Reforma/ Decreto	Autor	Observações
1860 - 'legge Casati'.	Gabrito Casati	Divide a instrução técnica em dois ramos: primeiro e segundo grau
1861 – decreto n. 347 del 1861		MAIC (Ministero di Agricoltura, Industria e Commercio) passa a ser responsável 'delle scuole do operai, agricoltoura, indústria e commercio', bem cimi de alguns institutos e universidades, enquanto o MPI (Ministero dela Publica Instruzione) torna-se o responsável pela escola técnica e escola de aplicação de engenharia.
1862 – Relatório Pepoli	Ministro do MAIC Giacchino Napoleone Pepoli	Relatório sobre o ensino técnico
1862	Ministro do MAIC	Instrução técnica de segundo grau dividida em 29 habilitações.
1865 - decreto nº 1712, de 18 de outubro		Reduz a fragmentação do ensino de 29 para 9 habilitações.
1866 – 21 de abril	Ministro do MAIC Dominico Berti	Tentativa de estabelecimento de um bloco formativo único, supostamente baseado no modelo da Inglaterra, que não é aprovado
09/02/1868		Criação de cinco comissões por ensinamento para análise do ensino técnico italiano
1871	Ministro do MAIC Stefano Castrangola	Duplo ordenamento de cultura geral e ensino aplicado: Base comum + Curso especializado.
05/11/1876 - Reforma nº 3511		Redução do programa de 1871, restando cinco sessões: físico-matemática; agronomia; agromensura; industrial e; comercial – ragioneria. Os currículos deveriam respeitar as diferenças econômicas regionais e dos alunos.
Inquérito da instrução técnica (1872-1875)	Ministro do MPI Antônio Scialoja	Inquérito da instituição secundária masculina e feminina. Não consiste em uma reforma, mas em um balanço da escola-técnica.
26/12/1877 – decreto nº 4220		Supressão do MAIC, passando o instituto técnico e a escola especial de ensino industrial, comercial e profissional para o MIP.
1878 – Lei n. 449, de 30/06 e decreto de 08/09		Reconstituem o MAIC, passando a sua dependência as escolas especiais, o Museu Industrial e a Escola Superior de Comércio de Veneza.
30/09/1880		Decreto estabelece a divisão da Escola Técnica em dois ramos: Preparação para o ensino de pequena indústria e comércio e, formação para acessar o Instituto Superior
26/06/1881 – Reforma 283		Aboliu o quarto ano, retomando a estrutura anterior de três anos.
16/09/1899	Bacelli	Institui a Escola de tipo comum, com direcionamento agrário, industrial ou comercial.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) a partir de Viola (2016)

Conforme podemos observar no quadro, a ‘legge Casati’, que leva o nome de seu criador (Gabrito Casati), propõe a divisão da instrução técnica em dois ramos, sendo um de primeiro e o outro de segundo grau. As instituições de primeiro grau receberam o nome de escola técnica, enquanto às de segundo grau, o nome de institutos técnicos. As escolas de primeiro grau não possuíam habilitações específicas, contando com uma formação geral, enquanto o ensino de segundo grau dividia-se em comercial – administrativo, química, agronomia e físico-matemática. As disciplinas eram comuns, variando a carga-horária e o tempo de duração de um dos cursos, como pode-se observar no quadro a seguir:

Quadro 10 - Disciplinas e tempo de duração dos cursos de segundo grau, após a Lei Casati

Habilitação	Duração	Disciplinas
Commerciale-administrativa	2 anos	“la letterature italiana (la francese nelle provincie em cui era in uso questa lingua); storia e geografia; le lingue inglese e tedesca; istruzioni di diritto amministrativo e di diritto commerciale; economia pubblica; la matéria commerciale; aritmética sociale; la chimica, la física e la meccanica elementare; álgebra, geometria piana e solida e trigonometriarettilinea; disegno ed ellementi di geometria; agronomia, e storia naturale” (VIOLA, 2016, p. 26).
Chimica	2 anos	
Agronomica	2 anos	
Físico-matemática (permitia acesso à universidade perante uma prova de latim.)	3 anos	

Fonte: elaborado pelo autor (2018) a partir de Viola (2016)

A partir da análise do quadro 10 pode-se afirmar que o curso comercial, a partir da Lei Casati, configurava-se como um curso de segundo grau, com duração de dois anos. As disciplinas que compunham este curso eram literatura italiana (ou francesa, no caso das províncias que utilizavam este idioma), história, geografia, língua inglesa e tedesca, instruções de direito administrativo e comercial, economia pública, matéria comercial, química, física, mecânica elementar, álgebra, geometria plana e sólida, desenho geométrico, agronomia e história natural. Embora variem ao longo das diferentes reformas, estes parecem ser alguns dos conhecimentos que fundamentam o ensino comercial italiano ao longo do século XIX, presentes no ramo comercial desde a sua emergência, conforme destaquei anteriormente. Em relação ao público-alvo do ensino comercial, Viola (2016) afirma que o mesmo era voltado para a pequena e média burguesia, mantendo o equilíbrio liberal na construção de um sistema nacional. A autora destaca ainda que o ensino de segundo grau desenvolveu-se, sobretudo, em instituições privadas, não sendo uma preocupação o acesso de grupos sociais menos abastados a estas modalidades de ensino.

A partir de 1861, com o decreto n. 347, o MAIC (Ministero di Agricoltura, Industria e Commercio)³⁷ passa a ser o responsável da escola de trabalhadores, de agricultora, de indústria e de comércio e de alguns institutos e universidades, enquanto o MPI (Ministero della Publica Istruzione)³⁸ passa a ser o responsável pela escola técnica e escola de aplicação de engenharia. Segundo Viola (2016), após o ano de 1861, torna-se evidente as disputas em relação a constituição do ensino técnico. Diferentes reformas alternam um sistema de ensino voltado para disciplinas técnicas com um sistema voltado para disciplinas humanísticas. Em relação à configuração da estrutura curricular no ano de 1861, a autora ressalta que a escola técnica não era de fato técnica, não preparando os alunos para a indústria e comércio, uma vez que predominavam as disciplinas de cultura geral.

Em 1862, um relatório do ministro Gioacchino Napoleone Pepoli destaca que, a pouca presença de disciplinas técnicas no ensino técnico era fruto de uma política educativa voltada para a cultura clássica. Para o ministro, este diagnóstico colocava essa modalidade de ensino em estado de inferioridade e como obstáculo para o progresso do país, sendo necessárias mudanças. Viola (2016) entende as constantes modificações do ensino técnico como ‘movimento de pêndulo’, que refere-se a oscilação ora para a especialização ora para a simplificação das habilitações.

Neste movimento de oscilação foi que, no ano de 1862, o MAIC estabeleceu uma nova organização do ensino, pautado nas disciplinas técnicas. Além disso, o ensino de segundo grau passou de quatro habilitações (comercial – administrativo, química, agronomia e físico-matemática) para 29 habilitações:

[...] scuola speciale di agrimensura; scuola speciale di agronomia; scuola riunita di agronomia e di agrimensura; scuola speciale di arte cerâmica; scuola speciale di arte tintoria; scuola speciale di arte vetraria; scuola riunita de arte vetraria e cerâmica; scuola speciale di commercio; scuola riunita di commercio e di amministrazione; scuola speciale di concie rifinizione dele pelli; scuola speciale di costruzioni; scuola speciale di cotonificio; scuola speciale incisione industriale; scuola speciale di incisione e stampa tipografica; scuola speciale d’industria dele zolfo, ecc; scuola speciale di meccanica; scuola riunita di meccanica e costruzioni; scuola speciale di mineralogia e metallurgia, scuola speciale di ragioneria, scuola speciale di setificio; scuola speciale di telegrafi; scuola speciale di strumento fisici (VIOLA, 2016, p. 70)³⁹.

³⁷ Tradução: Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio.

³⁸ Tradução: Ministério da Educação Pública.

³⁹ Tradução: [...] escola especial de agrimensura; escola especial de agronomia; escola de agronomia e agrimensura; escola especial de arte em cerâmica; escola especial de arte de tingimento; escola especial de arte em vidro; escola de arte em vidro e cerâmica; escola especial de comércio; escola reunida de comércio e administração; escola especial de acabamento conciso de peles; escola especial de construções; escola especial de trabalho com algodão; escola especial de gravura industrial; escola de gravura especial e impressão tipográfica; escola especial da indústria de enxofre, etc.; escola especial de mecânica; escola reunida de

Dentre as 29 modalidades estabelecidas a partir de 1862, encontram-se a escola especial de comércio, a escola reunida de comércio e administração e a escola especial de contabilidade. Em relação a estas três habilitações, o MAIC estabelece ainda que sua duração passe de dois para três anos, mostrando uma atenção especial para o ensino comercial. Entendida como um erro devido à fragmentação do ensino, a proposta de 1862 teve curta duração. Essa reforma permite aferir, como destacado por Popekewitz (1997), que as reformas educacionais não são sinônimo de progresso e melhoria. Sendo assim, ela foi revista em 1865, com o decreto nº 1712, com o qual as habilitações do ensino de segundo grau passaram de 29 para 9:

Quadro 11 - Habilitações do ensino de segundo grau após o decreto nº 1712/1865

Habilitação	Tempo	Título
Agronomia e agricultura	3 anos	Agrônomo
Commercio e amministrazione	3 anos	Perito contador
Costruzioni e meccanina	4 anos	Perito construtor e mecânico.
Marina mercantile	4 anos	
Mineralogia e metalurgia	4 anos	Perito de indústria de minério e metalúrgico.
Ragioneria	3 anos	Título de perito contabilista
Sessão industrial		Sessão industrial subdivida em diversas áreas, como indústria farmacêutica, de têxteis, de cerâmica, etc.

Fonte: elaborado pelo autor (2018) a partir de Viola (2016)

Conforme se observa no quadro 11, mesmo após a reorganização dos cursos de segundo grau de 29 para 9 habilitações, o ensino comercial se manteve em duas das habilitações. A primeira habilitação é denominada de ‘commercio e amministrazione’, com duração de três anos e fornecendo o título de perito contador. A segunda habilitação é a de ‘Ragioneria’, que pode ser traduzida para ‘contabilidade’, dando o título de perito contabilista. Dessa forma, a partir do decreto de 1865, o ensino comercial pautou-se em três esferas: comércio, administração e contabilidade.

Um ano após a reorganização dos cursos, em 1866, o ministro do MAIC Dominico Berti propõe estabelecer um bloco formativo único para a escola de segundo grau, supostamente baseado no modelo inglês. No entanto, a proposta do ministro não foi aprovada. Em 09 de fevereiro de 1868 são criadas cinco comissões para análise do ensino técnico italiano. Essas comissões evidenciaram as lacunas desta modalidade de ensino, mostrando a necessidade de rever os programas de ensino e de dotar a Itália de ensinamentos de cunho

mecânica e construções; escola especial de mineralogia e metalurgia, escola especial de contabilidade, fábrica especial de seda; escola especial de telégrafos; escola especial de instrumento físico (VIOLA, 2016, p.70).

científico que permitiriam o crescimento industrial e comercial da nação, diagnosticando a necessidade de mais uma reforma.

É em resposta a este diagnóstico que foi feita, no ano de 1871, mais uma reforma do ensino técnico, propondo um novo ordenamento da escola técnica-profissional. Esse reordenamento divide a escola em duas etapas: a primeira, chamada de base comum, com duração de dois anos, a qual destinava-se ao ensino de cultura geral. A segunda etapa, também com dois anos de duração, cabia o percurso especializado, podendo ser de físico-matemática, indústria, agronomia ou comércio. Embora se esperasse uma reforma voltada para o caráter técnico do ensino, o ministro do MAIC, Stefano Castrangola, afirmava que não poderia haver uma instrução profissional sem uma larga base de cultura geral. Dessa forma, o ensino técnico sofre uma guinada humanística, com a ampliação da carga-horária das disciplinas de geografia, história, desenho e língua estrangeira. Nas palavras de Viola (2016, p. 79):

Com la reforma del 1871 il MAIC abandonò il travestimento specialistico dele riforme precedenti e manifestò chiaramente le sue intenzioni di creare, attraverso il percorso dato dal biennio comune di cultura generale e la sezione fisico-matematica, um ramo formativo di tipo técnico corrispettivo al liceo di preparazione agli studi superiori⁴⁰.

Nesta perspectiva, a reforma de 1871 investe, abertamente, em um ensino técnico de caráter generalizante, que facilitasse o acesso ao ensino superior, sem a intenção de adotar o ensino especializado. Em 20/07/1876, outra tentativa fracassada de reforma tenta eliminar os conhecimentos humanísticos do ensino técnico. Ainda no ano de 1876, no dia 05 de novembro, foi assinada a reforma nº 3511 que reduziu o programa do ensino técnico italiano em cinco sessões: físico-matemática, agronomia, agromensura, industrial e comercial – ragioneria. A reforma estabelecia, que os currículos dos cursos técnicos deveriam respeitar as diferenças econômicas regionais, contando com uma parte da carga-horária variável de acordo com a região da escola técnica.

Na sequência do quadro 9, embora não seja uma reforma, encontramos o Inquérito da Instituição Secundária masculina e feminina, realizado pelo ministro do Ministério da Instrução Pública (MIP) Antônio Scialoja, entre os anos de 1872 e 1875. O ministro realizou

⁴⁰ Tradução do autor: “Com a reforma de 1871, a MAIC abandonou o disfarce de especialização das reformas anteriores e manifestou claramente suas intenções de criar, ao longo dos dois anos da cultura geral e da seção físico-matemática, um ramo educacional do tipo correspondente ao ensino médio, de preparação para o ensino superior”.

um balanço da instrução técnica italiana a partir de um questionário⁴¹ aplicado com professores e pais de alunos de algumas das escolas técnicas mais elitizadas da Itália.

Durantes os anos de 1877 e 1878 o MAIC passou por um breve momento de supressão, sendo que o decreto n. 4220, de 26/12/1877 suprime-o, passando o Instituto Técnico e a escola especial de ensino industrial, comercial e profissional para o MPI. No entanto, a lei n. 4449, de 30/06/1878 e um decreto de 08/09/1878 reconstituíram o MAIC, passando para sua responsabilidade as escolas técnicas industrial, comercial e agricultura, o Museu Industrial e a Escola Superior de Comércio de Veneza. A partir de 1878, o MAIC trouxe um novo redimensionamento no panorama da política escolar nacional, voltando-se, sobretudo, para as escolas de natureza profissional. Segundo Viola (2016), a Itália pensava ter finalmente adotado a estratégia para difundir a cultura tecnológica para o setor manufatureiro e industrial nacional, tendo em vista que a população da escola técnica aumentou, superando a da escola clássica.

No ano de 1880, um decreto estabeleceu a divisão da escola técnica em dois ramos: o primeiro de preparação para a pequena indústria e comércio, de caráter mais técnico; e o segundo de preparação para aprofundamento o Instituto Técnico, caracterizado pela instrução menos técnica. De forma geral, os cursos técnicos passaram a ter quatro anos, sendo os três primeiros correspondentes ao primeiro ramo e, o quarto ano, voltado para o ramo de preparação para o ingresso no Instituto Técnico. As fortes críticas à existência de um quarto ano levaram à sua extinção a partir da Reforma 283 de 26/06/1881. A última reforma do ensino técnico italiano do século XIX, que afeta o ensino comercial, é a reforma de 16 de outubro de 1899, a qual estabelece uma escola técnica de tipo comum, seguida por uma especialização, que poderia ser agrária, industrial ou comercial

A trajetória do processo de institucionalização do ensino comercial italiano aqui analisada, sobretudo a partir de Viola (2016), permite algumas aproximações com as colocações de Malatesta (2011). Segundo esta, a crescente demanda por profissionais do comércio coincide com o processo de industrialização e pelo nascimento de um campo contábil específico, levando à emergência de instituições nas quais as disciplinas contábeis passaram a ser necessárias. Quando atentamos para o *oitocento* italiano, observamos que as constantes reformas do ensino comercial visaram formar os profissionais do comércio que

⁴¹ Composto por 79 questões divididas em diferentes tópicos, o inquérito foi elaborado por uma comissão formada por representantes culturais de diferentes partes da Itália: toscanos, napolitanos, romanos, alpinos, piemonteses, etc. O questionário foi aplicado a personalidades de alto status social. Não cabe neste estudo analisar este documento. Dessa forma, para saber mais sobre o questionário e, em especial, sobre as questões referentes ao ensino comercial, ver a tese de Viola (2016).

atuaram no mercado italiano, o qual, por sua vez, encontrava-se em processo de afirmação após o processo de unificação, em 1861. Além disso, a partir de Popekewitz (1997), é possível observar a sobreposição entre as reformas, uma vez que, cada nova alteração legal carrega elementos de modificações anteriores.

Outra colocação de Malatesta (2011) que pode ser reforçada a partir do estudo do ensino comercial italiano é a de que, inicialmente, os Estados promovem o estudo secundário comercial, sem se preocuparem com a habilitação de nível superior. Segundo a autora, esse fenômeno ocorreu porque não foi preocupação da elite europeia do século XIX a organização de uma modalidade de ensino comercial superior. Conforme demonstrei, no caso italiano, os debates em relação ao ensino comercial estiveram, sobretudo, ligados às escolas comerciais de nível médio que, eram as responsáveis por formar os profissionais do comércio, o que reforça a importância de um estudo que atente para estas instituições.

Sobre a passagem do ensino comercial para uma modalidade de ensino superior, Malatesta (2011) sustenta que ela se dá a partir das necessidades e da atuação da nova elite formada a partir da burguesia econômica comercial. A autora destaca que a inclusão de temas comerciais no currículo da universidade foi difícil de efetuar, uma vez que os acadêmicos desconfiavam da nova técnica difundida pela Europa. A atitude deles com a economia era completamente diferente da que tinha sido usada para treinar a elite política e administrativa.

Em relação à criação das Escolas Superiores de Comércio, embora as principais iniciativas também estejam no século XIX, elas são em número muito menor que as escolas de segundo nível. Para Malatesta (2011), a criação destes cursos superiores aconteceram em dois momentos. Sua fase inicial ocorreu nas cidades portuárias: Antwerp (1852); *École Commerciale* em Paris (1861-1863); Veneza (1868); Gênova (1884); Bari – Itália (1886); e Trieste (1887). A segunda onda de surgimento das Escolas Superiores ocorreu no final do século XIX e início do XX, em cidades industriais e comerciais: Germany – The Handelshochschulen (1898), seguida pela Cologne (1900); *École Supérieure de Commerce de Paris* (1881); London School of Economics – LSE (1895); Boconi Institute of Milan (1902); e Turin School of Commerce (1906). Como podemos observar, algumas das primeiras escolas superiores de comércio também foram criadas nas cidades italianas, em cidades que, como destaquei, estão ligadas à atuação dos mercadores do final do medievo e início da Idade Moderna, bem como com a criação de alguns dos primeiros cursos de comércio.

Até este momento, analisei o processo de emergência e institucionalização do Ensino Comercial italiano. Iniciei a narrativa histórica com a formação de comerciantes e mercadores no final da Idade Média, perpassando a formação de profissionais para o registro comercial e,

chegando ao século XIX, com a institucionalização do ensino comercial e a proliferação de habilitações profissionais. Na sequência, passo a analisar o processo de emergência e institucionalização do ensino comercial em Portugal e a influência italiana sobre ele.

3.2 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL PORTUGUÊS

Conforme já destaquei neste capítulo, todos os trabalhos analisados durante a revisão de literatura convergem ao entender que o começo do ensino comercial brasileiro está diretamente relacionado à vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808. Desta forma, os primeiros cursos comerciais implementados na colônia e, posteriormente, no império, possuem ligação direta com aqueles cursos ministrados em Portugal. Essas origens explicam a análise mais detalhada do modelo de ensino comercial português, uma vez que exerceu influência direta no modelo brasileiro.

Como também já elenquei anteriormente, alguns dos estudos concordam ao afirmar que, no caso português, as aulas de comércio são criadas a partir das Reformas Pombalinas, sendo que, antes deste momento, os comerciantes eram de origens diversas, em especial italiana. Essa busca por comerciantes italianos pode ser compreendida, como tenho demonstrado, pelo fato de que o ensino sistematizado de profissionais habilitados para o comércio emerge na Itália. Após estas colocações iniciais, penso ter justificado as escolhas feitas até o presente momento. Passo, na sequência, a analisar o ensino comercial em Portugal.

De acordo com Luís Alberto Marques Alves (2013), a análise de qualquer uma das modalidades do ensino técnico exige o cruzamento de diversas vertentes científicas, tanto da história, sociologia ou economia, tendo a preocupação de contextualizar o estudo a informações do âmbito da história da educação. Essa multiplicidade de enfoques sobre o ensino técnico explica sua complexidade analítica:

O ensino técnico, considerado nas diversas vertentes profissionalizantes - agrícola, industrial, comercial, serviços - tem sido objecto de estudo, tanto na área da sociologia da educação, como na da sociologia do trabalho. Paralelamente tem sido enfatizado historicamente dentro do arco temporal da construção da escola e, em particular, da implementação do Estado Moderno (ALVES, 2013, p. 105).

A partir desta profusão de enfoques possíveis que procuro analisar e entender o ensino comercial. Em relação ao caso português, questiono quais as condições de possibilidade para a emergência desta modalidade de ensino e como se dá o seu processo de institucionalização.

Eduardo Cristiano Hass da Silva (2017), Alves (2013) e Marli Auxiliadora da Silva (2015) destacam que, a origem do ensino comercial português sistematizado, aconteceu a partir das Reformas Pombalinas de 1759. De acordo com Ruth Maria Chittó Gauer (1996), as Reformas Pombalinas resultam de uma ação política que levou a um conjunto de significativas mudanças em Portugal. Dentre essas mudanças, destacam-se a expulsão dos jesuítas em 1759, a extinção da Universidade de Évora, a renovação do corpo docente da Universidade de Coimbra⁴² e a criação do Colégio real dos Nobres de Lisboa. Essas alterações permitem afirmar que o pensamento do Marquês de Pombal e da equipe que elaborou os estatutos da reforma estava permeado por uma concepção moderna de ciência.

Essa concepção moderna de ciência permitiu que, a partir de 1772, o pensamento moderno⁴³ fosse introduzido nas universidades. Para Gauer (1996), as transformações ocorridas durante esse período estavam inseridas no pensamento iluminista do século XVIII. Dessa forma, “ao atacar frontalmente os jesuítas, Pombal denunciou o atraso português por um lado e, por outro, criou um corpo social responsável pelo atraso” (GAUER, 1996, p. 31).

As Reformas Pombalinas levaram a uma reestruturação administrativa e mercantil de Portugal, na qual se observa o deslocamento de uma sociedade eclesiástica para a organização de uma sociedade civil, marcada pela emergência de uma burguesia relativamente poderosa. De acordo com Silva M. (2015), essa reestruturação gerou a necessidade crescente de profissionais guarda-livros, fazendo com que o Estado português optasse em formar os profissionais habilitados, deixando de importá-los de outras regiões do continente europeu⁴⁴. A formação dos profissionais guarda-livros se deu a partir da organização das chamadas Aulas

⁴² De acordo com Ruth Maria Chittó Gauer (1996), a Universidade de Coimbra foi fundada em 1290, no reinado de D. Dinis, sendo a primeira universidade portuguesa e uma das primeiras do mundo. Inicialmente fundada em Lisboa, foi transferida para Coimbra e retornou para Lisboa algumas vezes entre os anos de 1308 e 1537, quando foi definitivamente fixada em Coimbra. A implementação das Reformas Pombalinas na Universidade, a partir da Reforma de 1772, foi fundamental para as transformações do ensino universitário português, marcando a introdução do pensamento moderno nas Universidades.

⁴³ Para Gauer (1996), Galileu é o responsável por romper com o pensamento medieval (que tinha por base o critério da fé e da revelação) e instaurar a gênese do pensamento moderno. “A nova cosmovisão da ciência moderna criou um novo homem, cujo valor se encontra não mais na linhagem familiar, mas no prestígio resultante do seu esforço e capacidade de produzir” (GAUER, 1996, p. 16). O pensamento moderno laicizou o saber, separando fé e razão e permitindo a emergência na noção de indivíduo. A revolução do pensamento criou não apenas uma nova cosmovisão científica, mas também um novo homem, que se tornou espelho de uma nova sociedade.

⁴⁴ Segundo Cláudio de Moura Castro (1982), no século XVIII, quando comparados aos comerciantes ingleses e franceses, os comerciantes portugueses eram tidos como inferiores, sendo as funções contábeis e administrativas das empresas comerciais desenvolvidas por estrangeiros, pois o governo português carecia de infraestrutura contábil e organizacional.

de Comércio, curso com a função de habilitar os profissionais para as funções de registro mercantil.

As primeiras aulas foram organizadas pela Junta Comercial, órgão criado em 1759 para organizar a formação dos comerciantes. Alves (2013) entende as iniciativas do Marquês de Pombal como uma forma de o Estado interferir na formação de comerciantes e de técnicos industriais mais capazes para exercer funções que já eram realizadas. Em Portugal, as Reformas Pombalinas tiram das guildas ou corporações de ofício⁴⁵ a responsabilidade de formar profissionais do comércio, passando essa responsabilidade para instituições especializadas.

Atentando para as modificações causadas a partir das Reformas de Pombal, Alves (2013) aponta três elementos importantes para pensarmos este processo: primeiramente, a atenção com modalidades tidas técnicas de ensino evidenciam a necessidade de inculcar maior vitalidade na formação destes quadros, sendo que a atenção dedicada às aulas de comércio mostra a priorização de Portugal com a circulação de mercadorias sobre sua produção; o segundo ponto elencado pelo autor diz respeito à necessidade de uma rede escolar coerente, devido à ausência de uma orientação comum; e o terceiro elemento está associado à crescente preocupação em olhar para o mundo com os pés assentes na nacionalidade.

Sobre o processo de criação e instalação das primeiras aulas de comércio portuguesas, Marli Auxiliadora da Silva (2015) elenca elementos fundamentais deste processo. A respeito das aulas criadas em 1759, a autora destaca que tinham duração inicial de 3 anos, ministradas pela manhã, sendo seu currículo composto por dois grandes grupos de disciplinas: aritmética e escrituração mercantil⁴⁶. Destas disciplinas, a autora salienta a importância da caligrafia para os profissionais do comércio bem como a compreensão da língua francesa. Mais uma vez é possível observar a continuidade dos saberes básicos que compunham o ensino comercial no final da Idade Média que, além de se perpetuarem ao longo dos séculos, também se difundiram no espaço, chegando a Portugal.

Em relação ao perfil dos alunos das aulas comerciais, Silva M. (2015) destaca que deveriam ter idade mínima de 14 anos, sendo preferencialmente filhos ou netos de

⁴⁵ As corporações de ofício e guildas profissionais são estruturas medievais extintas oficialmente apenas em 7 de maio de 1834. Para saber mais, ver o trabalho de Alves (2013).

⁴⁶ Dentro destas disciplinas encontra-se o ensino da técnica das partidas dobradas, método italiano anteriormente apresentado. Segundo Castro (1982), esse era o principal ponto de ensino, sendo geralmente lecionado por professores vindos da Itália.

comerciantes⁴⁷. Cláudia Maria das Graças Chaves (2007) afirma que, embora não existisse uma idade máxima estabelecida para as aulas, a preferência era dada aos alunos mais jovens, pois eram vistos como mais aptos para adquirirem o conhecimento ministrado.

As Aulas de Comércio portuguesas formavam diferentes profissionais, considerando que a instrução formal tornou-se requisito básico para que algumas dessas profissões pudessem ser exercidas. No caso dos mercadores⁴⁸, caixeiros e guarda-livros ela passou a ser obrigatória, enquanto para os negociantes ela era recomendada, mas não fundamental. Para Chaves (2007), a obrigatoriedade da instrução para os mercadores pode ser vista como uma tentativa de proporcionar a instrução para as novas gerações.

Desde sua emergência no ano de 1759, o curso comercial português passou por uma série de reformas, sendo elas tanto ligadas ao ensino técnico em geral quanto a esta modalidade de ensino específica. Essas reformas visaram regulamentar, sistematizar ou modificar o curso comercial ao longo da história. Desta forma, entendo que, enquanto as condições de possibilidade para a emergência do ensino comercial tiveram seu ponto central nas Reformas Pombalinas do século XVIII, o processo de institucionalização desta modalidade de ensino pode ser observado ao longo dos séculos XIX e XX.

As reformas destinadas ao ensino comercial podem ser analisadas, sobretudo, a partir da dissertação de Mário Lázaro Santos Vieira (2010)⁴⁹, da tese de doutorado de Marli Auxiliadora da Silva (2015)⁵⁰, de um artigo de Miguel Gonçalves e Maria da Conceição da Costa Marques (2011)⁵¹ e de um artigo fruto de uma conferência proferida por José Jassuipe da Silva Morais e Pasocal Diogo Albuquerque (2016)⁵². A leitura e análise atenta dos trabalhos dos autores resultou na sistematização das reformas do ensino, que podem ser observadas no quadro que segue:

⁴⁷ A preferência dada aos filhos de comerciantes é também estudada por Magalhães(2010). Essa característica das Aulas de Comércio aponta para o caráter geracional da profissão, passada de pais para filhos. Além disso, esta já era uma característica do ensino das práticas comerciais nas cidades italianas medievais.

⁴⁸ D. José I torna o curso mercantil obrigatório para todos os mercadores através de um Alvará de 30 de agosto de 1770. Sobre, ver: CHAVES (2007).

⁴⁹ A dissertação de mestrado foi defendida pela Faculdade de Letras do Porto. Mário Lázaro Santos Vieira (2010) analisa a história da Escola Prática Comercial Raul Dória, que existiu entre os anos de 1902 e 1963/1964. De forma geral, o autor propõe fazer articulações entre o plano 'micro' da escola e o plano 'macro' da sociedade.

⁵⁰ Enquanto o trabalho de Vieira (2010) atenta especificamente para o ensino comercial de caráter técnico, a tese de Marli Auxiliadora da Silva (2015) atenta para o ensino comercial superior.

⁵¹ Artigo intitulado *Evolução do Ensino da Contabilidade em Portugal na segunda metade do Século XIX: uma análise Histórica*, publicado na revista *Pecunia*.

⁵² Artigo intitulado. *Ensino Comercial em Coimbra: Escola Secundária de Avelar Brotero Coimbra – Portugal (1948-1974)*, 2016.

Quadro 12 - Reformas do Ensino Comercial em Portugal (séculos XIX e XX)

Decreto/Ano	Autor/ Legislador	Observações
Decreto n.º 220, de 20/09/1844	Presidente do Ministério Costa Cabral	Transformação da Aula de Comércio em Escola de Comércio Anexa à Seção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa. Curso comercial com duração de dois anos.
30/12/1852	Fontes Pereira de Melo	Reforma voltada para o ensino técnico agrícola, industrial e comercial. Estabelece a criação de duas escolas de ensino técnico industrial, não superior, em Portugal.
09/10/1866		Reforma do ensino comercial, que continua com dois anos, mas tem o número de disciplinas ampliado.
30/12/1869	Duque de Loulé Joaquim Tomás Lobo d'Ávila	Incorpora o ensino comercial no Instituto Industrial de Lisboa, passando este último a designar-se Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.
01/10/1880	Emídio Júlio Navarro	Curso comercial dividido em Elementar, Preparatório e Superior ou Especial
1891	Ministro João Franco	Redução do curso comercial a três anos, com dois graus de habilitação
1901	Manuel Francisco Vargas	Altera conteúdos e práticas do ensino, delega que a abertura de novas instituições passa a depender de autorização prévia legislativa e estabelece que o ensino oficial seria diurno, sendo noturno em casos excepcionais.
1911		Divide o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em Instituto Superior Técnico e Instituto Superior de Comércio.
Decreto n.º 5029 de 01/12/1918	Ministro do Comércio Azevedo Neves	Reorganiza o ensino comercial e industrial, altera sua função, facilita o recrutamento e amplia a rede de escolas técnicas.
1926		Aprimora a reforma de Azevedo Neves, de 1918.
Decreto n.º 20.328 de 21/09/1931		Cria o curso de contabilista no Instituto Comercial de Lisboa.
Decretos n.º 37.028 e n.º 37.029, de 25/08/1948		Alterações no Ensino diurno e noturno; Instituiu o Ciclo Preparatório do Ensino Técnico Profissional.
1972		Criação do Instituto Superior de Economia.
Decreto n.º 327 de 06/05/1976	Ministério da Educação e Investigação Científica	Institutos comerciais tornam-se Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (ISCA).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) a partir dos trabalhos de Vieira (2010), Silva M. (2015), Gonçalves; Marques (2011) e Morais; Albuquerque (2016).

Após apresentar as reformas elencadas do quadro, cabe explicar cada uma delas, pois como destaca Veyne (1982), a história é composta por narração e explicação. Para o autor, o conceito de explicação está associado à maneira da narração se organizar em uma trama

compreensível. Sendo assim, como podemos observar no quadro, para o período entre os anos de 1852 e 1948 foram sistematizadas aproximadamente 14 reformas voltadas para o ensino comercial (em relação com as outras modalidades técnicas ou reformas específicas).

A primeira destas reformas ocorreu no ano de 1844, com a transformação da Aula de Comércio em Escola de Comércio Anexa à Seção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa, sendo tomada como marco para o processo de institucionalização do ensino comercial em Portugal. De acordo com Silva M. (2015), o curso continuava voltado para alunos com 14 anos ou mais, não restringindo-se apenas aos filhos de comerciantes ou negociantes, tendo a duração de dois anos. Entre os anos de 1844 e 1886, a Escola de Comércio Anexa à Seção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa contava com quatro cadeiras, compostas das seguintes disciplinas: aritmética comercial; elementos de álgebra e geometria; geografia; cronologia; história; escrituração; câmbios; letras; seguros; prática; economia política; direito administrativo; e direito comercial. Segundo Gonçalves e Marques (2011), ao passar a Aula de Comércio para o nível de segundo grau, essa reforma causou-lhe certo desprestígio, levando a diminuição do número de alunos matriculados.

O segundo decreto, feito em 1852, foi responsabilidade de Fontes Pereira de Melo. De acordo com Vieira (2010), o decreto visava acabar com a carência de profissionais vocacionados para as formações como técnicos agrícola, industrial e comercial, propondo a organização destas modalidades de ensino. Além disso, Gonçalves e Marques (2011) reforçam que o decreto estabeleceu ainda a criação de duas escolas de ensino técnico industrial, não superior, em Portugal. Mesmo com a organização proposta em 1852, Vieira (2010, p. 24) destaca que “só em 1866 foi criada uma instituição específica para a formação nessa área [ensino comercial], a Escola Comercial de Lisboa, vindo a ser três anos mais tarde incorporada no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa”.

A Escola Comercial de Lisboa foi criada a partir da Escola de Comércio Anexa à Seção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa citada por Silva M. (2015), a qual após três anos como instituição independente, foi agregada ao Instituto Industrial e ao Comercial de Lisboa. Foi também em 1866 que se observou uma tentativa de reorganização do ensino comercial, que apesar de continuar com dois anos de duração, teve o número de disciplinas ampliado.

Em 30 de dezembro de 1869, a partir de um decreto assinado pelo Duque de Loulé e por Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, o ensino comercial é incorporado ao Instituto Industrial de Lisboa, passando este a se chamar de Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Com Emídio Júlio Navarro, o curso comercial foi dividido em Elementar, Preparatório e Superior ou

Especial⁵³. De forma geral, o curso elementar de comércio abordava noções gerais sobre operações de comércio e de contabilidade mercantil; o preparatório visava instruir preliminarmente os que desejavam o superior; e o curso superior ou especial habilitava para as carreiras de negociantes, banqueiros, guarda-livros e empregado superior de estabelecimentos.

Onze anos após esta reestruturação do curso comercial, o Ministro João Franco assinou um decreto reduzindo o curso comercial a três anos de duração, com dois graus de habilitação, com “o primeiro destinando-se a preparar guarda-livros e negociantes de pequeno trato e o segundo para empregados de contabilidade, financeiros e negociantes de grosso trato” (VIEIRA, 2010, p. 25). Embora ainda não tenham sido levantadas maiores informações sobre esta reforma, sabe-se que as diferentes modalidades possuíam outros tempos de formação.

A reforma que se seguiu foi assinada em 24 de dezembro de 1901 por Manuel Francisco Vargas. O novo decreto alterou os conteúdos e as práticas do ensino, delegou que a abertura de novas instituições passava a depender de autorização prévia legislativa e estabeleceu que o ensino oficial seria diurno, sendo noturno em casos excepcionais. Em relação às disciplinas ministradas nas escolas elementares de comércio, Vieira (2010, p. 26) destaca que seriam as de “corografia, história prática, geografia geral e comercial, noções de história do comércio, rudimentos de economia e legislação comercial, transportes, noções gerais de comércio, escrituração e cálculo comercial”.

Como podemos identificar na citação do autor, algumas disciplinas passam a ser especificadas. Conforme destaquei anteriormente, estas disciplinas resultam dos saberes já apresentados para o caso italiano e, na sequência, irão também compor as disciplinas das Escolas de Comércio brasileiras, o que aponta para a existência de um núcleo de saberes próprios do ensino comercial e de suas diferentes habilitações profissionais.

O próximo decreto referente ao ensino comercial data de 1911, um ano após a proclamação da república portuguesa (1910). O decreto dividiu o Instituto Industrial e o Comercial de Lisboa em Instituto Superior Técnico e Instituto Superior de Comércio. O trabalho de Silva M. (2015) permite perceber que, embora não se configure como uma reforma que altera o currículo do curso comercial, esse decreto interferiu diretamente no tensionamento entre as modalidades de ensino técnico e superior. De acordo com a autora, o

⁵³ A reforma atenta também para o ensino Industrial, no entanto, as nomenclaturas adotadas para essa modalidade de ensino são diferentes das adotadas para o curso comercial.

Instituto Superior de Comércio passou a oferecer os cursos superiores de aduaneiro, consular e superior de comércio e, em 1918, o curso superior em contabilidade.

Enquanto o decreto de 1911 permitiu o surgimento dos cursos superiores de aduaneiro, consular, superior de comércio e contabilidade, a reforma que o sucede valorizou o curso de carácter técnico. Assinada em 01 de dezembro de 1918, a Reforma de Azevedo Neves reorganizou o ensino técnico comercial e industrial, alterou sua função, facilitou o recrutamento de professores e ampliou a rede de escolas técnicas (passando na Primeira República de 30 para aproximadamente 50 instituições).

Vieira (2010) destaca que nos anos de 1919, 1920 e 1926 ocorreram pequenas reformas, mas sem grandes modificações. De acordo com o autor, este conjunto de alterações visava melhorar a reforma de 1918, levando ao aumento de alunos matriculados nos cursos comerciais devido ao crescimento da importância desta modalidade de ensino. As reformas seguintes ocorreram durante o Estado Novo Português⁵⁴. É importante destacar que Vieira (2010) compreende as políticas educativas do Estado Novo em Portugal como geradoras de compartimentação do ensino, pautadas em um realismo pragmático e centralismo administrativo, bem como geradoras da desprofissionalização do professorado. Nas palavras do autor:

A presença autoritária do Estado é uma característica dominante da política educativa no período de 1930 a 1974. A raiz doutrinal do Estado está sempre presente, saindo mesmo dos espaços escolares, para se projectar no seio das famílias e das comunidades. O Estado Novo utiliza todas as potencialidades do ensino como factor de socialização: inculca valores, sujeita corpos e disciplina consciências (VIEIRA, 2010, p. 31).

É neste contexto que as reformas de 1930 e 1931 podem ser compreendidas. Desde o início dos anos 1930, o ensino técnico profissional recebeu atenção do regime nacionalista. No entanto, somente no pós-guerra se identificam as condições para o lançamento de um movimento reformador e estruturante desta modalidade de ensino (VIEIRA, 2010). As reformas de 1930 e 1931 procuraram uniformizar as escolas, os cursos e os procedimentos trazidos desde a reforma de 1918, sendo que o decreto nº 20.328, de 21 de setembro de 1931 foi o responsável por criar o curso de contabilista no Instituto Comercial de Lisboa.

Sobre as Reformas de 1948, Moraes e Albuquerque (2016) destacam que elas causaram significativas mudanças no sistema de ensino comercial vigente. Inicialmente, o ensino diurno passou a ser compreendido como ensino de formação, enquanto o noturno passou a ser entendido como curso de aperfeiçoamento. Além disso, as reformas instituem o

⁵⁴ O período ditatorial conhecido como Estado Novo perdurou, em Portugal, de 1933 a 1974.

Ciclo Preparatório do Ensino Técnico Profissional, levando a criação de um processo seletivo conhecido como Exame de Admissão.

Sobre as reformas específicas do ensino comercial de caráter superior, o trabalho de Silva M. (2015) é fundamental. Antes de adentrar na análise desta modalidade de ensino, a autora destaca que, no início do século XX, Portugal possuía, além da Universidade de Coimbra (detentora do monopólio do ensino superior até o século XIX), outras duas escolas de ensino superior, uma em Lisboa e outra no Porto, e duas escolas especiais: a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto. A respeito das universidades portuguesas no início do século XX e das faculdades que a compunham, Silva M. (2015) destaca que as Universidades de Coimbra e de Lisboa eram compostas pelas faculdades de Letras, Direito, Ciências, Medicina, Farmácia e Escolas Normais Superiores. Além disso, a Universidade do Porto pelas faculdades de Letras, Ciências, Medicina, Farmácia, Técnica e Escolas Normais Superiores.

A autora destaca que foi durante o Estado Novo português, com a reforma educativa de Salazar, que procura-se perpetuar o ensino superior voltado para as elites. É em meio a estas reformas que foi criada a Universidade Técnica de Lisboa, sendo o Curso Superior de Comércio para ela transferido. Esse curso foi dividido em quatro áreas: aduaneira; diplomática e consular; financeira; e administração comercial, cada um com quatro anos de duração.

A Reforma de 1972 possibilitou a criação do Instituto Superior de Economia. Nesse momento, são extintos os cursos superiores anteriores, existindo apenas os cursos de Economia e de Gestão de Empresas, com duração de cinco anos:

Não havia, portanto, o ensino superior de contabilidade, configurando-se um hiato. Nas universidades, esse ensino era ministrado somente como disciplinas isoladas em cursos de economia e gestão ou, então, na pós-graduação e nos institutos comerciais, em que se ministrava o curso de contabilista, de natureza técnica e profissionalizante (SILVA, M., 2015, p. 63).

Dessa forma, o curso superior de comércio deixa de existir por um tempo em Portugal, passando a ser ministrado apenas como disciplina isolada nos cursos de economia e gestão, ou na pós-graduação, ou ainda nas escolas técnicas profissionalizantes. Essa situação perdura até a Reforma de 1975 e decretos de 1976, quando, após o término do Estado Novo (1974), os institutos comerciais tornam-se Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (ISCA).

Conforme já salientei, este capítulo pauta-se em compreender o ensino comercial como um todo, sem se propor em construir a história de alguma instituição educativa

específica. Em relação ao caso português, apresentei uma narrativa sobre esta modalidade de ensino, a partir das diferentes reformas educativas que a alteraram, reformas aqui entendidas como parte da cultura política da memória escolar (ESCOLANO BENITO, 2002, 2017). Visando aprofundar e aperfeiçoar a narrativa construída, proponho agora o estudo de duas instituições, sendo uma de nível técnico e outra de nível superior, mas sem toma-las como objeto central da análise.

As duas instituições serão analisadas a partir de trabalhos já realizados. Estes trabalhos são entendidos como parte da modalidade científica da memória escolar, uma vez que resultam de pesquisas acadêmicas e, também, como parte da cultura empírico-prática da escola, pois apresentam documentos diretos das instituições escolares. A análise das instituições selecionadas ensaia uma narrativa possível sobre o processo de atuação das reformas do ensino comercial português.

3.2.1 O Ensino Comercial Técnico Português – Escola Prática Comercial Raul Dória

A instituição de nível técnico escolhida para analisar o ensino comercial português foi a Escola Prática Comercial Raul Dória. A escolha por esta instituição se deu tanto por fatores práticos quanto teórico-metodológicos. O fator prático refere-se ao fato de a instituição já ter sido objeto de estudo da já citada dissertação de mestrado, defendida por Mário Lázaro Santos Vieira, defendida na Universidade do Porto no ano de 2010. Os fatores de âmbito teórico-metodológicos estão relacionados ao período de existência da instituição (1902-1964), o que faz que ela tenha sido perpassada por diferentes reformas relativas ao ensino; pelo fato de a instituição ter oferecido, ao longo de sua existência, diferentes cursos relativos ao ensino comercial técnico (preparatório, elementar/empregado de comércio ou escritório, complementar, caixeiro-viajante, colonial, secundário/superior de comércio, economia doméstica e de guarda-livros); e pelo fato de a escola Raul Dória servir de modelo de equiparação para as demais instituições comerciais.

Segundo Mário Lázaro Santos Vieira (2010), a Escola Prática Comercial Raul Dória foi fundada pelo profissional que deu seu nome à instituição em 30 de novembro de 1902, sendo vocacionada para o ensino comercial. Ao analisar a biografia do patrono da escola, Vieira (2010) ressalta que Raul Dória foi estudante do Curso Superior de Comércio do Instituto Industrial e Comercial do Porto. Raul Dória teria iniciado sua trajetória no ano de 1889 oferecendo aulas de escrituração comercial para os colegas de curso que necessitavam

de reforço. As aulas de escrituração eram oferecidas no seu próprio quarto, sendo gradativamente ampliadas.

Raul Dória fundou, a partir de seu quarto, uma classe que no ano de 1902 foi transformada em Escola Prática Comercial, objetivando formar guarda-livros. O aumento da procura por vagas na instituição levou, no ano de 1904, a uma mudança de endereço. No novo endereço, a escola contava com gabinete de leitura; sala de datilografia; sala de comércio; sala de aritmética, sistema métrico e estenografia; e sala de línguas e vivências e sala de economia doméstica. Sobre a sala de comércio, o autor destaca que:

[...] faziam parte cinco compartimentos, (Caixa, Banco de Comércio, Câmbios, Expediente e Correspondentes) por cada compartimento eram distribuídos dois alunos, um era responsável pela escrituração e o outro era auxiliar, sendo estes cargos atribuídos aos principiantes (VIEIRA, 2010, p. 54)

A distribuição das salas e a compartimentação específica da sala de comércio evidenciam elementos interessantes sobre o ensino ministrado. O fato de a escola contar com salas específicas para as diferentes atividades e/ou disciplinas pode ser um indício de que estes espaços eram equipados para uma determinada modalidade de ensino, contando com equipamentos e materiais próprios. Além disso, a compartimentação da sala de comércio revela o caráter prático do ensino, uma vez que contava com diferentes espaços ocupados pelos alunos, espaços nos quais eram responsáveis por atividades ligadas ao exercício da profissão comercial.

Considerando a criação da escola em 1902 e o encerramento das suas atividades entre os anos de 1963/1964, a mesma funcionou por 62 anos. Ao longo desta trajetória, diferentes projetos de lei atuaram sobre o ensino comercial e sobre a Escola Raul Dória em especial. Em 1912 o governo reconheceu os serviços prestados pela escola, estabelecendo a fiscalização. Ao analisar o projeto, Vieira (2010, p. 61) afirma:

O *Projecto de Lei* foi subscrito por 31 deputados, à cabeça dos quais figurava o portuense Ângelo Vaz, médico e político. Segundo o conteúdo do documento, o mesmo beneficiava qualquer escola técnica, desde que a sua organização se equiparasse à da Escola Raul Dória.

Conforme podemos observar, o projeto de lei elegeu a Escola Raul Dória como escola modelo para equiparação das demais. No entanto, apesar do reconhecimento da instituição e de seu caráter de modelo, os diplomas por ela oferecidos ainda não eram oficialmente reconhecidos.

Ao longo dos 62 anos de existência da Escola Raul Dória, diferentes cursos relacionados ao ensino comercial foram ministrados, sendo eles os cursos preparatório,

elementar/empregado de comércio ou escritório, complementar, caixeiro-viajante, colonial, secundário/superior de comércio, economia doméstica e de guarda-livros. A existência destes cursos demonstra a complexificação pela qual passou o Ensino Comercial, originando profissões para além das de mercador e comerciante. Além disso, sua análise contribui para refletir acerca dos processos de atuação das reformas do ensino comercial português por parte da instituição⁵⁵. De forma geral, o quadro a seguir sistematiza os diferentes cursos oferecidos pela Escola Raul Dória:

Quadro 13 - Cursos ministrados na Escola Raul Dória (1902-1964)

Curso	Criação	Duração ⁵⁶	Observações
Elementar	1902	1 ano (1904 – 1926); 3 anos (1927 - ?)	Mudança curricular em 1927.
Guarda – Livros	1902	2 anos (1902-1904) 3 anos (1904– 1926); 5 anos (1927 - ?)	Mudanças curriculares em 1904, 1912, 1916 e 1927.
Complementar	1904	2 anos (1904 – 1926); 4 anos (1927 - ?)	Mudança curricular em 1927.
Contabilidade Financeira	1904	3 anos (1904 - ?)	
Empregado de Escritório	1904	3 anos (1904 - ?)	Mudanças curriculares nos anos de 1915, 1918 e 1927.
Economia Doméstica	1906	2 anos	Desativado em 1907.
Preparatório	1904 -		Desativado em 1927.
Caixeiro – viajante	1912	3 anos (1912 – 1926); 5 anos (1927 - ?)	Mudanças curriculares em 1915 e 1927
Secundário de Comércio	1912	3 anos (1912 - ?)	
Colonial	1917	3 anos (1917)	Extinto antes de ser inaugurado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) a partir de Vieira (2010)

A partir do quadro é possível afirmar que a Escola Raul Dória ofereceu diversos cursos. Um dos cursos oferecido pela instituição foi o curso Elementar, criado em 1902. Até o ano de 1926, o curso comercial elementar tinha duração de 1 ano. Após mudança curricular de 1927, o curso passou a ser de três anos, contando com as disciplinas de comércio, aritmética, português, francês, caligrafia, contabilidade, inglês, estenografia, escrituração comercial, aritmética comercial e datilografia.

⁵⁵ Não é minha intenção aprofundar a análise do processo de atuação das reformas do ensino comercial português, mas sim, oferecer algumas reflexões sobre este processo. Conforme apresentei no capítulo anterior, esse procedimento teórico-metodológico será empregado no estudo das instituições brasileiras, nos capítulos 5, 6 e 7 desta tese.

⁵⁶ Considerando que não localizei a data de desativação de alguns dos cursos ministrados na Escola de Comércio Raul Dória, optei em utilizar o símbolo “?”.

O curso de Economia Doméstica conta com poucas informações, pois foi ministrado por pouco tempo. Sobre este curso, a pesquisa de Vieira (2010) demonstra que era composto pelas disciplinas de português, aritmética, costura, corte, higiene prática, escrituração doméstica, francês, desenho, bordados e cozinha prática. Embora com outra denominação, um curso semelhante a este foi ministrado no Brasil, na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), sendo analisado no Capítulo 5 da tese. Diferentemente do curso português, o curso brasileiro durou um período de tempo significativo.

Outros cursos com poucas informações são o preparatório, o de empregado de comércio e o de contabilidade financeira, ambos criados em 1904. Sobre o primeiro, sabe-se apenas que era composto pelas disciplinas de português, francês, comércio, aritmética e caligrafia, sendo desativado em 1927.

Provavelmente criado em 1904, o curso Complementar iniciou tendo dois anos de duração, sendo composto pelas disciplinas de comércio; aritmética e geometria plana; português; francês; inglês; escrituração comercial; contabilidade e geometria no espaço; datilografia; e estenografia. A partir de 1927 o curso complementar passa a ter 4 anos de duração, formado pelas disciplinas de comércio; aritmética; português; francês; caligrafia; contabilidade; inglês; estenografia; aritmética e geometria plana; língua portuguesa e correspondência; geografia geral e comercial; comércio e escrituração comercial; contabilidade e geometria no espaço; higiene; estenografia; e datilografia.

Um curso pouco conhecido, criado na Escola, foi o curso Colonial. Ele foi planejado para formar profissionais do comércio habilitados para trabalharem nas antigas colônias portuguesas (dentre elas, o Brasil), no entanto o curso não contou com número de inscritos suficientes para iniciar. Vieira (2010) afirma que o curso foi idealizado em 1917 e que teria sido planejado para ter 3 anos de duração.

Ainda na lista de cursos oferecidos pela instituição consta o curso Secundário de Comércio, criado no ano de 1912. O curso tinha duração de três anos, contando com as disciplinas de comércio; aritmética e geometria plana; língua português; língua francês; caligrafia; datilografia; escrituração; contabilidade e geometria no espaço; direito comercial; língua inglesa; estenografia; escrituração das especialidades; cálculo comercial e financeiro; álgebra e trigonometria; geografia geral e comercial; direito fiscal e aduaneiro; ciências físicas; e desenho.

Segundo Vieira (2010), os dois principais cursos oferecidos pela escola Raul Dória foram os cursos de guarda-livros e de caixeiro-viajante. Quanto ao primeiro, foi oferecido pela escola desde sua fundação, no ano de 1902. Inicialmente, com dois anos de duração, ele

passou por diferentes reformas curriculares, sendo que entre 1904 e 1926 passa a ter três anos e, em 1927, 5 anos de duração. O curso de caixeiro-viajante passou a ser oferecido no ano de 1912, considerando que até 1926 tinha 3 anos de duração. Após 1927, o curso passa a ter cinco anos. Quanto ao currículo do curso de caixeiro-viajante, até 1926 ele era composto pelas disciplinas de comércio; aritmética e geometria plana; física; língua português; língua francês; escrituração comercial; geografia geral e comercial; ciências naturais; língua inglesa; química; língua alemã; esperanto e matérias-primas.

Tendo em vista o que tenho discutido até o presente momento, pode-se afirmar que, uma vez que fora fundada no ano de 1902, a Escola Raul Dória era regida pelo decreto de Manuel Francisco Vargas, do ano de 1901, que alterou os conteúdos e práticas do ensino comercial. Analisando o quadro de cursos oferecidos pela escola, identifica-se que, no ano de 1927, diversos cursos passaram por mudanças curriculares. Relacionando este quadro ao quadro 12, é possível inferir que as mudanças curriculares de 1927 recorram da reforma de 1926, a qual aprimorava a reforma de Azevedo Neves, de 1918, reorganizando o ensino comercial e industrial, alterando duas funções e facilitando o recrutamento, dentre outras. Dessa forma, as mudanças nas habilitações oferecidos são parte do processo de atuação desta instituição em relação às diferentes reformas.

Em relação à matrícula para ingresso na Escola Raul Dória, destaca-se que ela ocorria ao longo do ano, sendo os alunos de duas modalidades: ordinários (matriculados em algum dos cursos) ou livres (matriculados em disciplinas isoladas).

Para a realização da matrícula exigiam-se os documentos de comprovação da identidade, certificado escolar, exame de admissão e pagamento adiantado. Os regimes eram interno, externo e semi-interno, cada qual com suas respectivas normas. Sobre o número de alunos que frequentaram o Colégio Raul Dória ao longo de sua existência, embora não tenha localizado os valores para todos eles, Vieira (2010) destaca os que encontrou: 5685 alunos no curso de guarda-livros, 1673 alunos em disciplinas isoladas, 879 no curso preparatório, 119 no curso Elementar, 43 no Secundário e 37 no curso complementar. Considerando o tempo total em que estes cursos estiveram em funcionamento, é provável que estes valores não correspondam ao número real de alunos, mas acabem dando uma estimativa dos cursos mais e menos procurados.

Os alunos não eram apenas portugueses, mas também de outras nacionalidades, inclusive brasileira. Dentre os alunos brasileiros, destaca-se a presença de alunos do Amazonas, Campinas, Manaus, Maranhão, Niterói, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. Além disso, é importante pontuar que, embora majoritariamente masculinos,

os cursos comerciais tenham formado ao longo de sua existência aproximadamente 310 mulheres, que para Vieira (2010), correspondem a aproximadamente 5% do total de formados. Algumas relações entre o número de homens e mulheres formados nos cursos comerciais serão apresentadas e aprofundadas nos capítulos referentes ao Ensino Comercial brasileiro.

Sobre o corpo gestor e docente da Escola, o trabalho de Vieira (2010) deixa de fazer relações importantes. Embora apresente as relações familiares entre os sujeitos que ocuparam diferentes cargos na instituição, o autor não aprofunda a existência destes inúmeros laços de familiaridade. Não é o objetivo desta tese analisar estes laços, mas cabe salientar a possibilidade de um estudo futuro.

Em relação ao cargo de diretor, durante os 62 anos de existência, a escola teve apenas duas pessoas ocupando este posto: Raul Dória (1902-1922) e José Campos Vaz (1913-1963). Entre os anos de 1913 e 1922 os dois atuaram em concomitância. Sendo assim, Raul Dória foi fundador, diretor e professor da escola que carregou seu nome. Além do cargo de diretor, existiu também o de administrador, exercido apenas por José Maria da Silva Dória⁵⁷, pai de Raul Dória. Após a morte de José Dória, o cargo é extinto. Outros profissionais com os quais a escola contou foram médicos, farmacêuticos, guarda-livros e ajudantes de secretário. Um dos principais guarda-livros da escola foi Antonio Dória, filho de Raul Dória, que se formou na instituição e, além do cargo de guarda-livros, foi professor da instituição.

Quanto aos professores da instituição, o trabalho de Vieira (2010) traz poucas informações, resumindo-se, basicamente, a quantidade de professores existentes em determinados anos, de acordo com dados apresentados a partir da análise dos anuários da escola. A partir destas informações, foi possível elaborar o quadro que segue:

Quadro 14 - Número de professores na Escola Raul Dória por ano

Ano	Nº Prof.	Observações
1905	9 professores	2 professoras de línguas estrangeiras e dois ajudantes.
1906	16 professores	
1912/ 1913	34 professores	20 efetivos, 7 auxiliares, 3 especiais e 4 substitutos.
1918/ 1919	48 professores	28 efetivos, 3 auxiliares, 5 especiais e 10 substitutos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) a partir de Vieira (2010)

Embora o quadro apresentado não contemple todo o período de existência da Escola Raul Dória, o mesmo nos permite algumas observações sobre o número de professores

⁵⁷ Faleceu no ano de 1917. Sobre, ver: Vieira (2010).

existentes na escola. Em 1905, logo no início de suas atividades, a instituição contava com um total de 9 professores. Desta data, até o último ano identificado (1918), o número de professores foi sempre crescendo, atingindo o total de 48. Além disso, o quadro permite afirmar que existiam diferentes modalidades de professores: auxiliares, especiais, substitutos e efetivos. Embora o trabalho de Vieira (2010) não apresente a diferenciação entre as diferentes categorias docentes, pode-se aferir que existia uma espécie de hierarquia, sendo os efetivos constituidores do topo hierárquico. Quanto aos nomes dos professores, sabe-se que exerceram esta atividade o próprio Raul Dória, seu filho Antônio Álvaro da Silva Dória e sua esposa Maria da Conceição e Costa da Silva Dória.

Cabe destacar ainda que existiram diferentes momentos de contato entre alunos, professores, gestores e público externo à Escola Raul Dória. Estes contatos se deram tanto dentro quanto fora do espaço escolar. Dentro do espaço escolar, o espaço de contato por excelência é o encontro em sala de aula. No entanto, estes sujeitos estiveram presentes, ao longo da existência da escola, em outros espaços, como eventos, exposições, viagens, etc. Uma destas atividades se deu, por exemplo, no Brasil. No ano de 1908 a escola participa através do envio de quadros com fotografias de uma exposição no Rio de Janeiro. Segundo Vieira (2010, p. 56):

Em 1908 a Escola concorreu à Exposição Nacional do Rio de Janeiro, no Brasil, aquando da comemoração do primeiro centenário da abertura dos seus portos ao comércio internacional, enviando quadros com fotografias das suas instalações, programas e publicações editadas pela Escola.

A participação nesta exposição e a presença de alunos brasileiros no corpo discente da escola mostram a existência de relações entre a Escola Raul Dória e o Brasil. Para além das relações com o Brasil, a escola parece ter mantido também contatos com a França⁵⁸, sendo estes ainda mais estreitos. Em diferentes momentos o próprio Raul Dória preocupou-se em estabelecer estes laços, sendo a primeira aproximação feita no ano de 1906: “Raul Dória foi a Paris pela primeira vez em maio de 1906 onde durante vinte dias, estudou os métodos dos estabelecimentos de ensino prático comercial da capital francesa” (VIEIRA, 2010, p. 75).

A ida para a França e o estudo dos métodos franceses para o ensino comercial por parte de Raul Dória demonstram que o ensino comercial português não era ministrado

⁵⁸ A França parece ter exercido significativas influências sobre o Ensino Comercial. Segundo Antônio Lopes de Sá (2008), no ano de 1836, a contabilidade foi reconhecida como conhecimento científico pela Academia de Ciência francesa. Além disso, Malatesta (2011) destaca que, foi durante o século XIX que iniciou uma forte tensão entre os profissionais de nível secundário e de nível superior. A autora afirma que é possível observar uma fragmentação dos profissionais do comércio, a qual é vista como fruto do dualismo que marcava a diferença entre aqueles que eram formados em nível secundário e os que eram formados em nível superior.

isoladamente em relação às demais escolas em diferentes países, existindo trocas de métodos, conteúdos e práticas entre instituições de diferentes nacionalidades. Ainda nesta viagem, Raul Dória visitou oito instituições, sendo elas:

L'école Pigier, L'école des Hautes E'tudes Comerciales, L'école Superieure du Commerce, L'école Superieure d'Enseignement Commercial, L'école de Comptabilité, Cours Pratique de Commerce et Comptabilité, L'école Professionnelle et Ménagère, L'école et Cours de Cuisine du Cordon Bleu e Institut Comptabe Leautry (VIERIA, 2010, p. 75).

Outro contato com a França se deu, por exemplo, na *Exposition Internationale de Sports et d' Higyene*, realizada no ano de 1912. Nesta Exposição, em 5 de setembro, Raul Dória recebeu um diploma comemorativo. Em 20 de dezembro do mesmo ano, a *Société des Études Portugaises* conferiu-lhe ainda um diploma de membro de honra. Embora não seja explorado pelo autor, além das viagens para o Brasil e para a França, é provável que Raul Dória mantivesse contatos com a Espanha.

Para finalizar, cabe ressaltar ainda que a escola tinha a preocupação de ajudar os alunos por ela formados a se inserirem no mercado de trabalho. Segundo Vieira (2010), todos os alunos que concluíam qualquer um dos cursos ministrados na escola, tinham seu nome inscrito em um registo especial, que visava direcioná-los para as casas de comércio do Porto, das Províncias e estrangeiras. É interessante que, como demonstrarei ao longo da pesquisa, estas práticas também eram comuns em escolas comerciais brasileiras, corroborando para a ideia de que o ensino comercial em diferentes locais foi pautado por princípios semelhantes.

Até este momento, apresentei alguns elementos da Cultura Escolar da Escola Raul Dória, analisados a partir de elementos da cultura acadêmica da memória educativa. Mais do que uma análise das particularidades da instituição, estas reflexões visam contribuir para o compreensão do Ensino Comercial português, permitindo a construção de uma narrativa histórica possível sobre esta modalidade de ensino

3.2.2 O Ensino Comercial Superior Português – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

Após analisar alguns elementos da modalidade técnica do ensino comercial português, da Escola de Comércio Raul Dória, proponho analisar a modalidade de ensino superior, a partir do estudo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL). Enquanto para a primeira instituição o trabalho central foi a dissertação de mestrado de Mário Lázaro Santos Vieira, para o estudo do ISCAL tomo a tese de doutorado de Marli Auxiliadora da Silva.

Assim como para a Escola Raul Dória, a escolha pelo ISCAL também se deu por fatores práticos e teórico-metodológicos. O fator prático é a existência da tese de doutorado de Silva (2015), encontrada durante a revisão de literatura. A tese da autora, escrita em uma perspectiva da história comparada é de grande qualidade, sendo cuidadosamente escrita, referenciada e sustentada. Além disso, a autora brasileira realizou doutorado sanduíche, entrando em contato com a documentação do ISCAL em Portugal. Os fatores de cunho teórico-metodológico estão diretamente relacionados à possibilidade de uso do estudo para a investigação aqui proposta.

Para falar sobre o ensino superior em Portugal, Silva M. (2015) destaca ser de grande importância compreendermos o contexto no qual esta modalidade de ensino se afirma. De forma geral, o período conhecido como Primeira República se estende entre os anos de 1910 e 1926, sendo interrompido pela implementação de um golpe que, em 1933, dá início ao Estado Novo, que durou até 1974.

Como afirmei anteriormente, nos anos iniciais do século XX, Portugal possuía a Universidade de Coimbra e duas Escolas de Ensino Superior, em Lisboa e no Porto, bem como duas escolas especiais, a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto. Sobre as universidades, ambas eram compostas por diferentes faculdades. Silva M. (2015) destaca que, durante o Estado Novo português, uma das reformas educativas de Salazar cria a Universidade Técnica de Lisboa, transferindo para ela o curso Superior de Comércio e, agrupando os cursos comerciais em quatro áreas: Aduaneira; Diplomática e Consular; Financeira; e Administração Comercial, cada um com a duração de quatro anos.

Além do curso comercial oferecido nas universidades, Portugal contou também com o Instituto Comercial de Lisboa. O Instituto criou o curso de contabilidade no ano de 1931, tendo, inicialmente, quatro anos de duração. No entanto, somente em 1975 os diplomas dos contabilistas, por eles formados, se tornam equivalentes aos dos bacharéis. Além disso, como anteriormente destacado, existiu um hiato na formação de contadores. No ano de 1972 uma reforma educativa cria o Instituto Superior de Economia, extinguindo os cursos superiores anteriores, permanecendo apenas os cursos de Economia e de Gestão de Empresas, com duração de cinco anos. Com a chamada Revolução de 1974 e o fim do Estado Novo português, os institutos comerciais transformaram-se em Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (ISCA), reorganizando os bacharelados em contabilidade. Dentre estes, ISCA é criado o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), aqui tomado para análise.

Os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração foram oficializados a partir do ano de 1974, estando dentre estes o Instituto de Lisboa (ISCAL). No entanto, de acordo com Silva M. (2015), foi apenas em 1985 que o ISCAL se consolidou como Instituição de Ensino Superior. Assim como para a Escola Raul Dória, os professores do ISCAL também estavam divididos em diferentes categorias, sendo elas: catedráticos; extraordinários, auxiliares e professores assistentes.

Quanto ao curso de bacharelado do ISCAL, era oferecido em dois turnos, tendo o curso diurno duração de três anos e o noturno de seis anos. Quanto ao currículo do bacharelado em contabilidade, predominavam as disciplinas de caráter técnico. No ano de 1983 alguns dos professores dos cursos de contabilidade passaram a reivindicar disciplinas que possibilitem o pensar. No entanto, estes movimentos não levaram a mudanças imediatas e, apenas em 1992, tem-se uma reformulação atenta para estas disciplinas. Relacionando o currículo do curso superior em contabilidade de Portugal com o Brasil, Silva M. (2015, p. 124) destaca que eles se aproximam, uma vez que “[...] em ambos os países, foram influenciados por internalidades e externalidades”.

A respeito das profissões comerciais em Portugal, Silva M. (2015) afirma que eram constantes as rivalidades entre contabilistas, guarda-livros e economistas. Os contabilistas eram vistos como portadores de saberes teóricos e práticos, sendo os guarda-livros vistos como portadores apenas do conhecimento prático. Essa conclusão da autora pode ser tensionada a partir do estudo de Vieira (2010) que demonstra, em sua dissertação, a presença de disciplinas tanto de cunho prático quanto teórico nestes cursos.

Ao concluir sua análise da constituição do curso superior de contabilidade em Portugal, Silva M. (2015, p. 160) afirma:

Constata-se que a institucionalização dos cursos superiores decorre de uma política que buscou direcionar o ensino ao atendimento de necessidades econômicas decorrentes do processo de inserção no capitalismo industrial. Em Portugal, havia a concepção ou reconhecimento de que outras economias europeias deviam seu desenvolvimento à industrialização e, por isso, era necessário profissionalizar pessoas para atuação nesse segmento, muito embora Portugal não apresentasse, à época, empresas industriais que pudessem absorver essa mão de obra. Atualmente, Portugal se caracteriza como um país industrial, uma vez que sua economia se baseia em pequenas empresas.

Como podemos observar, a autora atribui o processo de institucionalização dos cursos superiores de contabilidade em Portugal a uma política de direcionamento do ensino às necessidades econômicas decorrentes do processo de inserção no capitalismo industrial. Dessa forma, é possível identificar as relações entre as questões histórico educativas e os contextos políticos, sociais e econômicos em que as mesmas ocorrem.

3.3 ALGUNS APONTAMENTOS: TECENDO RELAÇÕES ENTRE O ENSINO COMERCIAL ITALIANO E PORTUGUÊS

Para compreender o que tornou o ensino comercial necessário, identifiquei sua emergência e afirmação na Itália, seguindo pela sua propagação em Portugal. Em relação ao caso italiano, a emergência do ensino comercial encontra-se atrelada ao aparecimento da figura do mercador e ao discurso de necessidade de profissionais habilitados para o comércio. Sobre o aparecimento dos mercadores, pode-se afirmar que ele está relacionado à expansão da economia europeia no final do século X e início do século XI, processo chamado de “Revolução Comercial” (LOPEZ, 1980) ou de “Animação do Ocidente” (FOURQUIM, 1981). Neste contexto, os mercadores emergiram como figuras centrais, tendo em suas mãos a chefia econômica e tornando o comércio o setor econômico mais dinâmico do Ocidente Medieval. Ao longo dos séculos XI, XII e XIII, esses comerciantes estiveram no embrião de uma nova classe que se formava, a burguesia. Desta forma, são nestas cidades da Península Itálica Medieval que serão aperfeiçoadas e difundidas as práticas de registro contábil, sobretudo a partir do uso obrigatório do sistema de partidas dobradas e de livros de registro no século XIV.

Outro elemento que permitiu a emergência do ensino comercial refere-se às mudanças socioculturais do pensamento no Ocidente Medieval, sobretudo em relação às profissões. As guildas medievais aglutinavam pessoas que exerciam a mesma atividade profissional e que, ao longo dos séculos, tomaram para si a função de ensinar às gerações vindouras o seu ofício. No caso dos mercadores, Le Goff (1980) evidencia que, para além das questões econômicas, as mudanças socioculturais e mentais do Ocidente Medieval foram responsáveis pela modificação da concepção desta profissão de ilícita para lícita. A partir do momento em que a profissão de mercador passa a ser aceita e entendida como necessária, as guildas não apenas formaram como também exportaram mercadores para outras regiões.

Enquanto as condições de possibilidade para emergência do ensino comercial italiano se encontram nos séculos XI-XV, pautadas nas mudanças econômicas e socioculturais, no caso português, este processo ocorre mais tarde. Até 1759 Portugal importava os comerciantes e *massari* de origem italiana. No entanto, as Reformas Pombalinas propuseram colocar fim neste processo. A partir da reestruturação administrativa e mercantil imposta por esta reforma, o Estado português passou a necessitar cada vez mais de profissionais guarda-livros, optando em investir na formação desta habilitação profissional.

Seja nos séculos finais do medievo europeu, para o caso italiano ou, durante o século XVIII, para o caso português, observamos a profissionalização de práticas até então tidas como cotidianas, cujo o aperfeiçoamento possibilitou sistematizar uma habilitação profissional. Em ambos os casos podemos observar a profissionalização dos sujeitos habilitados para comercializar, registrar e administrar.

Além das semelhanças quanto à necessidade de profissionalização de práticas específicas, encontram-se também semelhanças no processo de ensino comercial, sobretudo em relação ao uso do método das partidas dobradas e dos livros de registro comercial. Considerando que as partidas dobradas consistem em um modelo veneziano de contabilidade criados provavelmente entre os séculos XIV e XV, é significativo destacar que elas se encontram pautando parte das disciplinas do curso comercial português no século XVIII. Em relação aos livros de registro comercial, tornaram-se de uso fundamental para os profissionais os e estudantes do comércio italianos. Em Portugal, esses livros aparecem no ensino da disciplina de escrituração mercantil, voltada para o ensino sistematizado do registro comercial.

Em relação à institucionalização do Ensino Comercial, acredito que, em ambos os casos, esse processo pode ser identificado no século XIX, sendo que, para Portugal, ele se estende pelo século XX. Entendo que esse processo inicia com a passagem desta modalidade de ensino para o nível de segundo grau, sendo no caso italiano em 1860 com “legge Casati” e, no caso português, em 1844 com o decreto nº 220. Em ambos os países, esse processo de institucionalização foi marcado por uma série de reformas.

De forma geral, as reformas tanto italianas quanto portuguesas centraram-se, sobretudo, na tentativa de rever as habilitações comerciais, o tempo de duração dos cursos, as disciplinas que compunham o currículo e o órgão responsável pelo ensino comercial. Na Itália, a principal discussão apresentada pelas diferentes reformas pautou-se na disputa dentre os legisladores em estabelecer um ensino comercial de caráter técnico ou humanístico. Viola (2016) utiliza o conceito de pêndulo para compreender a oscilação entre as duas propostas. Acredito que além da ideia de pêndulo empregada pela autora, o conceito de poder, entendido aqui como “multiplicidade de correlação de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (FOUCAULT, 1988, p. 88), auxilie a pensar este processo.

Tendo em vista o processo tardio de unificação da Itália, a oscilação entre projetos técnicos e humanísticos para o ensino comercial demonstra que diferentes grupos disputavam colocar em prática seus projetos educacionais. Considerando que o poder é exercido a partir de inúmeros pontos em meio a relações desiguais e móveis, pode-se afirmar que, quando um

grupo conseguia se sobrepôr aos demais, ele buscava implementar seu projeto. Dessa forma, de acordo com as relações estabelecidas pelos grupos em disputa, o ensino comercial oscilou entre técnico e humanístico, entre uma modalidade de ensino fragmentada (chegando a contar com 29 habilitações) ou com questões comuns (divisão em sessões). Além das disputas entre os diferentes projetos relacionados ao ensino comercial, observam-se também disputas entre os órgãos que se responsabilizariam por esta modalidade de ensino, sendo visível as tentativas de sobreposição do MAIC sobre o MPI e vice-versa.

Para Foucault (1988, p.90), não existe uma posição binária e global entre os dominadores e os dominados, devendo-se, “[...] ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social”.

Acredito que está proposição do autor também auxilie a pensar o ensino comercial italiano. Como demonstrei ao longo da narrativa, embora diferentes discursos oficiais disputassem uma concepção de ensino comercial, a sociedade também atuara neste processo. O principal exemplo para pensar a participação da sociedade nas disputas relacionadas ao ensino comercial é o Inquérito da Instituição Secundária masculina e feminina, realizado pelo ministro do Ministério da Instrução Pública (MPI) Antônio Scialoja, entre os anos de 1872 e 1875. Neste inquérito, Scialoja contou com um questionário com 79 questões que foi aplicado com pais e professores de escolas técnicas italianas.

O Ensino comercial português também contou com uma série de reformas ao longo do século XIX. Nessas reformas, também se observam disputas em relação ao ensino comercial técnico ou humanístico. No entanto, a partir do século XX, essas reformas centram-se, principalmente, em relação à habilitação comercial de nível técnico ou superior.

Certamente, as diferenças entre as disputas presentes na legislação do ensino comercial dos dois Estados deve ser considerada dentro do seu contexto histórico, pois, no século XIX, enquanto Portugal já se configurava há muito como um Estado centralizado, a Itália concluía seu processo de unificação. Dessa forma, ambos encontravam-se em momentos diferentes de construção de uma pauta educativa.

De forma geral, ao longo deste capítulo, foi possível identificar um conjunto de saberes, habilitações e práticas que caracterizam o Ensino Comercial enquanto modalidade educativa. Embora contem com especificidades dos países e das instituições em que os cursos de comércio são ministrados, é possível aferir que existem elementos que perpassam o tecido histórico e as marcas geográficas.

Conforme destaquei no início deste capítulo, a narrativa nele produzida visou organizar um estudo sobre Itália e Portugal⁵⁹, no sentido de entender como se deu o processo de emergência e institucionalização do Ensino Comercial nestes países. Desta forma, a escolha pela análise dos casos italiano e português, foi feita no intuito de traçar um quadro geral sobre o ensino comercial, aproximando o leitor de experiências que exerceram significativa influência no caso brasileiro⁶⁰.

Na sequência, o próximo capítulo analisa o ensino comercial no Brasil e as diferentes reformas que modificaram esta modalidade de ensino. O capítulo atenta especificamente para as reformas assinadas durante a Era Vargas e a sua importância para a construção do campo profissional do comércio.

⁵⁹ Embora o objetivo da narrativa construída estivesse voltado para a análise dos casos italiano e português, é importante destacar que investigações sobre outros países podem contribuir para a compreensão do ensino comercial enquanto modalidade de ensino. Sobre Alemanha, Espanha Grã-Bretanha e/ou França, ver: Lopez (1980); Fourquin (1981); Grassi (1944); Malatesta (2011)

⁶⁰ É importante destacar ainda que, ao longo da pesquisa, identificou-se também a possibilidade de um estudo sobre o ensino comercial espanhol. Na tentativa de realizar esta análise, foram elaborados 6 planos de estudos como requisito para concorrer à bolsa de Doutorado Sanduíche. Os planos de trabalho foram submetidos ao CNPq e ao PRINT. Embora tenham contado com o reconhecimento do mérito, os planos de trabalho não foram contemplados com bolsa.

4 O ENSINO COMERCIAL NO BRASIL (1809 – 1996): EMERGÊNCIA, CONSOLIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES

Todos nós, que sonhamos e pensamos, somos ajudantes e guarda-livros num Armazém de fazendas, ou de outra qualquer fazenda em uma Baixa qualquer. Escrituramos e perdemos; somamos e passamos; fechamos o balanço e o saldo invisível é sempre contra nós (PESSOA, Fernando. Livro do Desassossego- por Bernardo Soares, 1986, p. 79).

As palavras de Bernardo Soares, semi-heterônimo do poeta português Fernando Antonio Nogueira Pessoa, comparam todos que sonham e pensam com ajudantes e guarda-livros de armazéns ou fazendas. Bernardo Soares era funcionário de escritório comercial e, em seu tempo livre, era autor de fragmentos de prosa poética. Sua ligação à prática contábil (semelhante ao próprio Fernando Pessoa, também profissional da contabilidade) é registrada em seus escritos⁶¹. Embora em muitos momentos de sua prosa ele lamente por ser um “humilde e anônimo” ajudante de guarda-livros (CARDOSO, 2008), esse lamento não o impede de aproximar a sua profissão ao ato de pensar e escrever, uma vez que ambos “fecham[os] o balanço e o saldo invisível é sempre contra [nós]” (PESSOA, 1986, p. 79).

A escolha de abrir esta discussão com as palavras de um poeta português, sobre a prática de uma das profissões comerciais, visa dar continuidade ao capítulo anterior, no qual apresentei e percorri alguns percursos sobre o Ensino Comercial na Itália (entendida aqui como local de emergência da contabilidade e desta modalidade de ensino) e, em Portugal (a partir do qual o ensino comercial brasileiro foi pensado e organizado). Ao longo do trabalho evidenciarei que tanto a vertente italiana quanto portuguesa foram importantes para o caso brasileiro.

Este capítulo atenta, em especial, para o objetivo de identificar os processos permitiram a emergência do ensino comercial sistematizado no Brasil, bem como analisar a trajetória desta modalidade de ensino, utilizando-se de diferentes documentos e da literatura já produzida. Dessa forma, proponho entender o percurso do ensino comercial brasileiro em três momentos: condições de possibilidade para a emergência e afirmação; consolidação e; processos de transformações. É em especial sobre os dois primeiros momentos que centro o estudo.

⁶¹ Para saber mais sobre o poeta português, seus heterônimos e, em especial, sobre Bernardo Soares, sugiro a leitura da dissertação de mestrado de Maria Jeusilande de Sousa Cardoso, intitulada de “A poética desarticulada e desarticuladora do Livro do Desassossego de Fernando Pessoa”, defendida em 2008. Dentre as discussões da autora, estão alguns contrapontos entre Fernando Pessoa e Bernardo Soares, sendo que, embora este se colocasse como um “humilde e anônimo” ajudante de guarda-livros, o primeiro não fora assim tão anônimo, sendo que, além de poeta, fora um importante profissional da contabilidade portuguesa.

Cabe ressaltar ainda que esta divisão é o resultado de muitas leituras, análises e interpretações, tanto de trabalhos de pesquisa anteriores quanto de teóricos e do material empírico. Sendo assim, a categorização proposta é uma possibilidade, mas não a única. Certamente outros pesquisadores e outras análises poderiam criar novas divisões, pois como afirma Veyne (1982), os fatos não possuem uma grandeza absoluta, sendo sua importância o resultado das escolhas feitas pelo historiador. Veyne (1982) resalta ainda que, por muito tempo, a historiografia centrou-se apenas nos fatos políticos, mas que, atualmente, os historiadores tem tomado outras esferas da sociedade para eleger seus fatos e balizas temporais. Ao longo do capítulo explicarei os motivos que levaram a construção desta periodização.

Antes de adentrar no ensino comercial brasileiro, cabe retomar alguns elementos discutidos do capítulo anterior a respeito do ensino de comércio em Portugal, uma vez que, enquanto colônia portuguesa, o Brasil teve suas aulas de comércio inspiradas na da metrópole. Parece ser unanimidade entre os autores Silva (2017), Alves (2013) e Silva (2015) que a emergência do ensino comercial em Portugal se dá a partir das Reformas Pombalinas de 1759, que levaram à reestruturação administrativa e mercantil portuguesa. Para os autores, estas reformas geraram a necessidade crescente de profissionais para atuarem como guarda-livros, levando o Estado a ter que formar profissionais habilitados para tal função, criando as Aulas de Comércio. E no Brasil, quais as condições para a emergência das aulas comerciais?

4.1 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A EMERGÊNCIA E AFIRMAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL BRASILEIRO

Em uma obra memorialística sobre a história da contabilidade⁶² no Brasil, Antônio Lopes de Sá (2008) afirma que as expedições marítimas portuguesas costumavam contar com um profissional responsável pelo registro da viagem, o que permitiria qualificar Pero Vaz de Caminha como o primeiro ‘contador’ em terras brasileiras. As estruturas administrativas do

⁶² Embora o termo “contabilidade” seja amplamente utilizado, foi apenas no ano de 1924, durante a realização do I Congresso de Contabilidade que o mesmo passa oficialmente a designar ‘a ciência que estuda a prática e as funções de orientação, de controle e de registro, relativos aos atos e aos fatos de administração econômica’ (CBC, 2008, p. 13). Cabe ressaltar que a contabilidade é uma das modalidades que compõem o que se entende por ensino comercial, não sendo a única.

período colonial necessitavam de pessoal capaz de administrar as capitanias hereditárias, os engenhos, o tráfico de escravos⁶³ e, posteriormente, a sociedade mineradora.

Considerando que o livro de Antônio Lopes de Sá é uma publicação do Conselho Federal de Contabilidade, é inegável, como anteriormente destacado, seu teor memorialístico, sua tentativa de criar tradições, heróis e grandes feitos dos profissionais da contabilidade⁶⁴. No entanto, o livro pode, com os devidos cuidados, ser utilizado como parte da construção desta narrativa. Quanto a afirmativa de Pero Vaz de Caminha como primeiro contador em solo brasileiro, não tenho elementos históricos que permitam-me concordar com o autor, uma vez que, neste momento, Portugal ainda não contava com um sistema de ensino comercial organizado.

Em relação à afirmação de Lopes de Sá (2008) sobre a existência de profissionais para administrarem capitanias hereditárias, engenhos, tráfico de escravos e a sociedade mineradora, encontro respaldo na historiografia brasileira. Ao analisarem a sociedade colonial açucareira, Lilia Schwarcz e Heloísa Starling (2015, p. 76) destacam que “os engenhos podiam contar com um caixeiro da cidade, que se ocupava da parte comercial”. A afirmação das autoras evidencia que, já no Período Colonial (1530-1822) existiam profissionais responsáveis pelas operações comerciais e administrativas. De acordo com elas, existiam diferentes tipos de caixeiros, sendo que os das cidades cumpriam o papel de agente comercial, recebendo o açúcar, disponibilizando-o nos armazéns do cais e se encarregando da venda e do embarque para o exterior.

Em relação à atuação destes primeiros caixeiros, cabe destacar que eram profissionais práticos que desenvolviam as atividades comerciais sem formação para tal. As condições que tornaram necessária a atuação e a formação de profissionais para atuarem em diferentes âmbitos do comércio emergem a partir da vinda da família real portuguesa para a colônia americana. Como destacam Schwarcz e Starling (2015), após tentar se manter neutro nos conflitos entre França e Inglaterra, Portugal acaba recorrendo à última para pedir apoio em sua fuga para a colônia, partindo em 25 de novembro de 1807 rumo à América Portuguesa.

⁶³ A escravização decorre do ato de reduzir uma pessoa à condição de objeto, coisa ou animal, sendo esta pessoa considerada um bem absoluto de seu proprietário. Devido a proibição de escravização dos povos indígenas cristãos, os donatários das capitanias do Brasil Colônia solicitaram, pelo menos desde 1539, autorização para resgatar os escravizados negros da Guiné. Em 1550, chegaram, em Salvador, as primeiras levas de escravizados negros para serem divididos entre os moradores. Embora o tráfico de escravizados tenha sido oficialmente proibido, no Brasil, em 1850, continuou na forma de contrabando. Após anos de lutas e resistência, a abolição ocorreu oficialmente em 13 de maio de 1888, a partir da chamada Lei Áurea (FLORES, 2008). Os séculos de escravidão são uma marca na história brasileira, contribuindo para a construção de um Estado estruturalmente racista.

⁶⁴ Para saber mais sobre o conceito de “tradições inventadas”, ver: HOBBSAWN, 2002.

Junto com a família real portuguesa embarcam também ministros e membros da nobreza, permitindo afirmar que a própria monarquia foi transferida para a colônia.

Ao chegar na colônia em 1808, Dom João e sua corte iniciam um processo de transformações que alteram a estrutura do chamado antigo sistema colonial. Ainda em 1808 é assinada a “Abertura dos Portos às Nações Amigas”, que acaba por privilegiar de forma direta o comércio com a Inglaterra. Além da abertura dos portos, destacam-se ainda em 1808 e nos anos que se seguem a licença para a criação da escola de cirurgia (1808), a criação do Banco do Brasil (1808), a criação do Impresso Régio (1808), os tratados de comércio e navegação, a criação da Academia Militar (1810), a criação da Horta Botânica (1811) e a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios do Museu Real (1816). Essas e outras tantas modificações permitiram que em 1815 D. João elevasse a colônia à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

A abertura dos portos permitiu que a Inglaterra escoasse para o Brasil parte de seus estoques, fazendo com que a cidade do Rio de Janeiro recebesse inúmeros comerciantes ingleses. As modificações assinaladas e a circulação de produtos são entendidas como parte das condições que tornaram necessários profissionais do comércio formados para atuarem na colônia. Dessa forma, Lopes de Sá (2008), Marli Auxiliadora da Silva (2015) e Eduardo Silva (2017) concordam ao afirmar que, o ensino comercial é criado a partir de duas medidas de D. João VI, sendo elas: o reforço por Alvará da obrigação do método das partidas dobradas⁶⁵ nos registros da Fazenda Real e o decreto da criação das Aulas de Comércio, em 1809.

Criadas para amenizar os efeitos da falta de profissionais para atuarem nos órgãos instalados na colônia e atenderem às transações comerciais, as aulas de comércio foram inspiradas no modelo português. A implementação destas aulas em três importantes praças mercantis da colônia foi analisada por Cláudia Maria das Graças Chaves (2007), sendo elas as do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Em relação às aulas de comércio no Rio de Janeiro, Chaves (2007) destaca que elas foram criadas no ano de 1810, sendo ministradas por José Antônio Lisboa⁶⁶. As aulas contavam com três anos de duração, sendo compostas pelas disciplinas de aritmética, álgebra, regra conjunta, geometria, geografia, comércio e escrituração. Além destas disciplinas tidas

⁶⁵ Como destacou-se no capítulo anterior, a técnica das partidas dobradas consiste em um método italiano considerado essencial para o aprendizado em contabilidade, ponto alto dos estudos no período de criação das aulas comerciais no Brasil. Este método é pouco estudado do ponto de vista histórico, o que talvez o explique o desconhecimento da influência no italiana no ensino comercial brasileiro.

⁶⁶ José Antônio Lisboa (1777-1850) nasceu no Rio de Janeiro, formando-se no Colégio dos Nobres em Portugal e graduando-se em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Foi o primeiro professor jubilado de Contabilidade do Brasil oficialmente nomeado. Para saber mais sobre a biografia do professor, ver: CHAVES (2007); LOPES DE SÁ (2008).

como básicas, as aulas de José Antônio Lisboa contavam com uma disciplina a mais, a de economia política.

Na cidade de Salvador, as aulas de comércio tiveram início em 1815, ministradas por Genuíno Barbosa e, posteriormente, por Euzébio Vanério e Manoel Maria Alves do Amaral. Analisando os planos de ensino destes professores, Chaves (2007) ressalta sua inspiração direta nas escolas comerciais de Portugal. O curso tinha duração de dois anos, com carga horária dividida entre aulas teóricas e práticas. Dentre as aulas teóricas, destaca-se a importância das disciplinas de Geografia, de História moderna e das de língua francesa e inglesa. As aulas práticas consistiam na criação de uma sociedade fictícia entre negociantes ingleses e baianos, nas quais os alunos representavam de acordo com a hierarquia estipulada pelo desempenho. Além destas atividades, os alunos tinham que realizar aulas extraclasse, que consistiam em momentos para frequentar alfândegas e casas de comerciantes para recolherem documentos ou amostras.

Em Recife, as aulas de comércio foram criadas em 1816, sendo o cargo de professor ocupado por Manuel Luis de Veiga⁶⁷, através de um concurso público. Para participar das aulas de comércio o aluno precisava saber ler, escrever e ter conhecimentos de cálculos aritméticos. As disciplinas ministradas eram história do comércio, agricultura, artes da manufatura, escrituração dobrada e singela, câmbios, direito mercantil, geografia comercial e náutica, inglês e francês.

De forma geral, pode-se afirmar que as primeiras aulas de comércio foram criadas com pouca distância temporal entre si, sendo a do Rio de Janeiro em 1810, a de Salvador em 1815 e a de Recife em 1816. A explanação apresentada anteriormente mostra que, apesar de algumas semelhanças, essas escolas comerciais ainda não eram regulamentadas e sistematizadas. Existem diferenças tanto no tempo de duração dos cursos (dois ou três anos), quanto nas disciplinas e especificidades de cada um. Além disso, é possível destacar que, em relação às principais disciplinas destas aulas, encontram-se aqueles saberes apresentados por Le Goff (1991) como a base dos conhecimentos dos profissionais do comércio.

Desta forma, o primeiro elemento para pensar a emergência do ensino comercial no Brasil é a Vinda da Família Real portuguesa que gerou a necessidade de profissionais

⁶⁷ Manuel Luis de Veiga foi negociante, autor de diversos trabalhos sobre práticas mercantis e sócio de uma fábrica de cordas em Olinda. Entre as obras publicadas por Veiga, destacam-se: *Novo método das partidas dobradas, para aqueles que não tiverem freqüentado a aula de Comércio*; *Escola mercantil sobre o comércio antigo como moderno*; e *Reflexões críticas sobre a obra de José da Silva Lisboa 'Princípios de Direito Mercantil' feitas por um homem da mesma profissão*.

habilitados para o comércio e para a organização da corte. Além deste motivo, pode-se destacar também um movimento internacional de cientificização da contabilidade.

Em âmbito internacional, foi na primeira metade do século XIX, em 1836, que a contabilidade foi reconhecida como conhecimento científico pela Academia de Ciências da França (LOPES DE SÁ, 2008). No Brasil, já vinha se desenvolvendo uma consciência contábil científica, como pode se observar na obra do maranhense Estevão Rafael de Carvalho, que foi editada no Rio de Janeiro em 1837, intitulada “*A Metafísica da Contabilidade Comercial*” (LOPES DE SÁ, 2008, p. 53).

Além destes dois motivos, Lopes de Sá (2008) e Eduardo Cristiano Hass da Silva (2017) defendem que outro fator que impulsionou a ampliação do mercado de trabalho para os contabilistas no Brasil foi a promulgação do Código Comercial Brasileiro, a partir da Lei nº 556 de 25 de junho de 1850.

Segundo Schwarcz e Starling (2015), o período da história brasileira situado entre 1841 (coroação do Segundo Imperador) e o ano de 1864 pode ser compreendido como o momento de consolidação da monarquia. Em 1845 o império conta com as altas do café, entrando na chamada Era Mauá. Entre os anos de 1845 e 1857 são instaladas as primeiras linhas de telégrafos e construídas as primeiras estradas de ferro. O ano de 1850 foi marcado pela entrada de imigrantes europeus e asiáticos para trabalharem na lavoura cafeeira, pela proibição do tráfico negreiro, pela Lei de Terras e pela assinatura do Código Comercial Brasileiro.

Embora o Código Comercial Brasileiro não se configure como parte da legislação educativa ou especificamente voltada para o ensino comercial, entendo-o dentro dos elementos da cultura escolar política (ESCOLANO BENITO, 2002) do ensino comercial, uma vez que apresentou elementos que estabeleceram a necessidade de profissionais do comércio. Além disso, o Código permite pensar a respeito das relações de poder (FOUCAULT, 1988; 1982) que envolveram essa modalidade de ensino, pois apresenta a necessidade do Estado em formação de regular as questões econômicas e/ou comerciais.

Assinado pelo imperador Dom Pedro II, o código é composto por três partes, sendo elas: Do Comércio Geral (18 títulos); Do Comércio Marítimo (13 títulos); e Das Quebras (8 títulos). A primeira parte corresponde os artigos de 1º a 456º, a segunda os artigos 457º a 796º e a terceira os artigos 797º a 913º. Dois elementos do Código Comercial influenciaram diretamente na necessidade de profissionais habilitados para o comércio, que são a obrigatoriedade da escrituração e do levantamento do Balanço, ambos observados no artigo 10º do Código Comercial:

Art. 10. Todos os commerciantes são obrigados:

1. A seguir huma ordem uniforme de contabilidade e escripturação, e a ter os livros para esse fim necessários;
2. A fazer registrar no Registro do Commercio todos os documentos, cujo registro for expressamente exigido por este Codigo, dentro de quinze dias uteis da data dos mesmos documentos (art. 31), se maior ou menor prazo se não achar marcado neste Codigo;
3. A conservar em boa guarda toda a escripturação, correspondencias e mais papeis pertencentes ao giro do seu commercio, em quanto não prescreverem as acções que lhes possão ser relativas (Titulo XVIII);
4. A formar annualmente um balanço geral do seu activo e passivo, o qual deverá comprehender todos os bens de raiz moveis e semoventes, mercadorias, dinheiros, papeis de credito, e outra qualquer especie de valores, e bem assim todas as dividas e obrigações passivas; e será datado e assignado pelo commerciante a quem pertencer. [SIC]. (BRASIL, Decreto-lei nº556 de 25de junho de 1850).

Como podemos observar, o artigo destacado estabeleceu uma série de obrigações aos comerciantes, sendo a primeira delas a necessidade de uniformização da contabilidade e da escripturação, cabendo aos comerciantes o uso de livros para tais fins. O segundo ponto do artigo estabelece a obrigatoriedade de registrar no Registro de Comercio todos os documentos, estabelecendo prazos específicos. O terceiro ponto coloca a necessidade de conservação e boa guarda da escripturação, correspondências e demais documentos. O quarto e último ponto do artigo destaca a obrigatoriedade do balanço geral. Como apresentei anteriormente, desde 1809 existiam aulas para formação de profissionais do comércio. No entanto, a partir das medidas estabelecidas pelo Código Comercial de 1850, intensificou-se ainda mais a necessidade de formação de profissionais habilitados para a área comercial.

De forma geral, pode-se afirmar que as condições para a emergência do ensino comercial no Brasil resultam da articulação de diferentes motivos (vinda da Família Real em 1808, cientifização da contabilidade e Código Comercial Brasileiro de 1850), que geraram a necessidade de profissionais habilitados para organizarem a corte. Entre a emergência das aulas de comércio e a consolidação e organização do ensino comercial, existe um período no qual esta modalidade vai se aperfeiçoando, e que entendo como um momento de ‘afirmação’, que inicia na segunda metade do século XIX.

Esse processo de afirmação pode ser analisado a partir da legislação voltada para o ensino comercial. Embora estas primeiras leis não sejam propriamente reformas, iniciam a configuração do modelo educativo comercial adotado no país. O primeiro decreto, de nº 769, foi assinado em 9 de agosto de 1854⁶⁸, sendo composto por dois artigos. O primeiro autoriza o governo a reformar a Aula de Comércio da Corte, podendo iniciar está atividade a partir da

⁶⁸ Decreto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-769-9-agosto-1854-558392-publicacaooriginal-79624-pl.html>. Acesso em 13 de maio de 2018.

data de assinatura, desde que não exceda a quantia de cinco contos de réis do valor que até então custava o ensino, bem como autoriza a elevar a contribuição dos alunos para vinte mil réis. O segundo artigo revoga as disposições contrárias.

Na continuidade do processo de afirmação do ensino comercial, um novo decreto foi realizado, visando organizar o Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Assinado em 09 de fevereiro de 1861, o decreto nº 2.741⁶⁹ é bem mais extenso que o anterior, sendo composto por 20 artigos. De forma geral, o decreto altera o plano de organização do Instituto. O artigo primeiro estipula que o Instituto *Commercial* será composto por dois cursos, um preparatório e outro profissional. As cadeiras que compunham cada uma das modalidades do ensino comercial podem ser observadas no quadro a seguir:

Quadro 15 - Curso preparatório e profissional de comércio a partir do decreto nº 2.741/1861⁷⁰

	Preparatório	Profissional
1ª Cadeira	Grammatica nacional, calligraphia, e desenho linear.	Arithmetica completa, com applicação especial ao Commercio, Algebra, até as equações do segundo gráo; e Gometria, compreendendo a planimetria e a stereometria.
2ª Cadeira	Francez	Escreituração mercantil, e legislação de fazenda
3ª Cadeira	Inglez	Geographia, e estatistica comercial
4ª Cadeira	Allemao	Direito commercial, e economia política

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

A análise do quadro evidencia que, embora compostos pelo mesmo número de cadeiras, os conteúdos ministrados no curso preparatório e no profissional eram bastante diferentes. Enquanto no primeiro estudava-se basicamente a gramática nacional e as línguas estrangeiras francês, inglês e alemão, ao segundo eram destinados conteúdos diretamente ligados ao comércio, como aritmética completa e com aplicação comercial, álgebra, escrituração mercantil, legislação, geografia e estatística comercial, além de direito aplicado ao comércio e economia política.

Na sequência, o segundo artigo estabelece que os cargos para professores seriam providos a partir da realização de concursos, com nomeação por decreto e direitos iguais aos dos professores do Colégio Pedro II. Do artigo segundo ao oitavo o decreto legisla, especificamente sobre o trabalho, gratificação e funções dos professores. O artigo 11º estipula

⁶⁹ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2741-9-fevereiro-1861-556068-publicacaooriginal-75720-pe.html>>. Acesso em 13 de maio de 2018.

⁷⁰ Optou-se em manter a grafia de época na elaboração do quadro, visando manter as informações o mais próximas possíveis da extraída do decreto analisado.

que “no fim de tres mezes depois de abertas as aulas do Instituto, serão eliminados da matricula os alumnos que, em exame de sufficiencia, não mostrarem aproveitamento nas aulas em que estiverem matriculados [sic]” (BRASIL, 1861). Embora os diplomas ainda não fossem oficialmente reconhecidos, o artigo 13º estipula seu recebimento por aqueles que fossem aprovados em todas as matérias que formavam o curso. Quanto à inspeção, o artigo 18º ressalta que o instituto seria inspecionado por um comissário e regido por um diretor, podendo este último ser substituído por seu vice-diretor.

Segundo Marli Auxiliadora da Silva (2015), apesar dos diferentes decretos voltados para o Instituto de Comércio do Rio de Janeiro, o mesmo acabou gerando pouca atratividade, principalmente, em função das exigências para ingresso no curso. Esse fator levou à desativação da instituição em 1879, sendo substituída pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Para a autora, a importância do curso comercial é reforçada pela fundação da Associação de guarda-Livros da Corte, que ocorreu no ano de 1869, tendo seu estatuto aprovado em 1870.

A partir do estatuto da Associação de Guarda-Livros, Silva (2015, p. 55) destaca as funções que caberiam a estes profissionais, sendo elas “elaborar contratos e distratos, controlar a entrada e saída de dinheiro, através de pagamentos e recebimentos, criar correspondências e fazer toda a escrituração mercantil”. Para a autora, a profissão de guarda-livros pode ser vista como a primeira profissão liberal regulamentada no Brasil.

Entendo que a presença e atuação da Associação de Guarda-Livros evidencia os interesses dos profissionais do comércio em organizarem sua profissão. Dessa forma, o ensino comercial não foi pensado e regulado apenas pelos decretos oficiais, mas também a partir da interferência destes profissionais, o que evidencia parte das relações de poder (FOUCAULT, 1982) envolvidas neste processo.

Considerando o que foi apresentado até o momento, já se pode falar da existência de pelo menos duas profissões comerciais no Brasil, sendo elas a de caixeiro e a de guarda-livros. Essas profissões resultam do processo de aperfeiçoamento das teorias e práticas comerciais dos profissionais que emergiram na Itália, especialmente os já analisados comerciantes e mercadores. Além disso, destaco a relação direta com as profissões comerciais portuguesas, também abordadas no capítulo anterior.

Os profissionais brasileiros foram formados nas diversas escolas e cursos comerciais que passaram a ser criadas no território nacional. Em relação a segunda metade do século XIX, Marcos Laffin (2005) destaca a criação da Escola de Comércio Fênix Caxeiral, (Fortaleza, 1891); a reformulação do ensino na Escola Politécnica de São Paulo, com a

instituição do diploma de Contador para aqueles alunos que terminassem o curso geral (1894); e a criação da Escola Politécnica do Pará (1899). Ainda neste período e nos primeiros anos do século XX, Lopes de Sá (2008) destaca a fundação da Academia de Comércio de Juiz de Fora (Minas Gerais, 1891), a fundação da Escola Prática de Comércio de São Paulo (1902), da Academia de Comércio do Rio de Janeiro (1902) e da fundação da Escola Prática de Comércio, em Campinas (1910) ⁷¹, pelo professor Hilário Magro Júnior (posteriormente conhecida como Escola Técnica de Comércio Bento Quirino).

Fundada no ano de 1902, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro foi declarada oficialmente de utilidade pública em 1905, destinada ao ensino superior de comércio, a partir do decreto nº 1.339, de 9 de janeiro. De acordo com o parágrafo primeiro do decreto:

A Academia de Comercio do Rio de Janeiro, fundada em 1902, destinada á educação superior do commercio, é declarada instituição de utilidade publica, sendo reconhecidos como do caracter official os diplomas por ella conferidos [SIC] (BRASIL, Decreto-lei nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905).

Além do reconhecimento da instituição como de utilidade pública e a oficialização dos diplomas por ela oferecidos, o decreto-lei estipulou que a Academia de Comércio seria responsável por ministrar dois cursos: um geral e um superior, sintetizados no quadro a seguir:

Quadro 16 - Comparação dos cursos criados a partir do decreto-lei nº 1.339/1905

	Curso Geral	Curso Superior
Habilitações	Guarda-livros, perito judicial e empregos da Fazenda.	Agentes Consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas.
Disciplinas que compõem o currículo do curso	Português, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História, Ciências Naturais, Noções de Direito Civil e Comercial, Legislação da Fazenda e Aduaneira, Prática Jurídico-Comercial, Caligrafia, Estenografia, Desenho e Escrituração Mercantil	Geografia Comercial, Estatística, História do Comércio e da Indústria, Tecnologia Industrial e Mercantil, Direito Comercial e Marítimo, Economia Política, Ciência das Finanças, Contabilidade do Estado, Direito Internacional, Diplomacia, Historia dos Tratados, Correspondência Diplomática, Alemão, Italiano, Espanhol, Matemática Superior, Contabilidade Mercantil Comparada e banco Modelo.

Fonte: Quadro retirado de Silva (2017).

⁷¹ Não é objetivo deste capítulo aprofundar a análise destas instituições que ofereceram o curso comercial. O estudo específico de algumas escolas, com o intuito de analisar as culturas escolares do ensino comercial, foi feito nos capítulos seguintes, com a mobilização de conceitos específicos.

A análise do quadro permite algumas observações em relação ao ensino comercial após o decreto de 1905. Inicialmente, destaca-se que, a partir deste momento, o curso comercial não habilitava mais para apenas duas profissões, como até então. A organização do curso em geral e superior forma, no caso do primeiro, guarda-livros, peritos judiciais e empregados da fazenda e, para o segundo, agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas. Além da diferença nas habilitações, observa-se também as diferenças em relação às disciplinas, sendo as do curso superior em maior quantidade e mais específicas ao comércio. O decreto-lei salienta que o curso geral é preparatório para o superior e que ambos deveriam ter caráter essencialmente prático. As disciplinas relacionadas à matemática deveriam ser aplicadas ao comércio e as disciplinas de línguas trabalhadas de forma que os alunos pudessem falar e escrever corretamente. Destaca-se ainda que o artigo segundo estende à Escola Prática de Comércio de São Paulo as disposições do decreto-lei.

Acredito que, embora não sistematizem e não reconheçam de forma oficial os estabelecimentos de ensino comercial, os decretos de 1854, 1861 e 1905 foram importantes para a afirmação das profissões do comércio, demonstrando sua importância e necessidade. Além disso, reforço que não entendo esses primeiros decretos como reformas, mas como base para as reformas que ocorreram na sequência, nos anos 1930-1940. Sendo assim, acredito que o processo de institucionalização do Ensino Comercial inicia em 1926, tendo sua consolidação durante a Era Vargas.

4.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL BRASILEIRO

Após o decreto de 1905, uma alteração importante que deu início ao processo de institucionalização do ensino comercial, foi o decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926, que passou a reconhecer oficialmente os estabelecimentos de Ensino Técnico Comercial. Esse decreto colocou em evidência um conceito até então praticamente ausente nas designações do ensino comercial, o conceito de “técnico”. Este conceito parece ter causado algumas confusões em relação ao ensino comercial. Tenho sustentado (SILVA, 2017) que o ensino comercial diferencia-se das demais profissões tidas como técnicas, como por exemplo, no caso do ensino industrial que, como destaca Alves (2013), visava formar operários para a sociedade industrial e para a economia de mercado. Ao longo do percurso até aqui percorrido,

demonstrei que os primeiros profissionais do comércio não foram formados apenas como mão de obra, mas para serem aqueles profissionais responsáveis por administrarem a corte (no Império) e atuarem nos órgãos públicos (na República)⁷². Além disso, as escolas comerciais não eram, em sua maioria, de caráter assistencialista, como foram algumas das escolas chamadas técnicas (ALVES, 2013).

Sobre o decreto nº 17.329/1926, ele é composto por 19 artigos, apresentando uma série de prescrições quanto ao funcionamento dos cursos comerciais. Retomando elementos do decreto nº 1.339, os cursos passam a ser de caráter geral, superior e de especialização, sendo que o primeiro concedia o título de contador, o segundo o título de graduado em ciências econômicas e comerciais e o terceiro o título de especialista em actuária, consular e perícia contábil. O Artigo 2º estipula a duração do curso geral em quatro anos, com suas disciplinas divididas em dois grupos: as de caráter propedêutico e as técnicas. De acordo com o artigo, as disciplinas seriam respectivamente:

- a) propedeuticas: lingua portugueza, franceza e ingleza; noções de sciencias naturaes (physica; chimica e historia natural); mathematicas (arithmetica, algebra e geometria); geographia physica e politica, chorographia do Brasil; historia geral e do Brasil; instrucção moral e civica, calligraphia; dactylographia e desenho [SIC] (BRASIL, decreto 17.329, 1926).
- b) technicas: noções de geographia economica e da historia do commercio, agricultura e industria; merceologia e technologia merceologica; mathematicas applicadas (operações financeiras a curto e a longo prazo); noções de direito constitucional, civil e commercial; legislação de fazenda e aduaneira; pratica juridico-commercial; contabilidade (integral); complementos de sciencias naturaes applicadas ao commercio; estenographia; mecanographia; pratica de commercio [SIC]. (BRASIL, decreto 17.329, 1926).

As disciplinas propedêuticas são disciplinas de caráter geral, compostas por língua nacional e estrangeira, ciências naturais, matemática, geografia, história, moral e cívica, caligrafia e datilografia, enquanto as disciplinas técnicas são voltadas especificamente para o ensino comercial, como geografia econômica e história do comércio, agricultura e indústria, merceologia, matemáticas aplicadas à finança e custos e disciplinas de direito.

Além do curso geral, o Artigo 3º estipulava o oferecimento obrigatório pelos estabelecimentos de um curso superior facultativo, com duração de três anos, composto por uma língua estrangeira, entre alemã, italiana e espanhola, além de mais um grupo de disciplinas:

- [...] geographia humana; geographia commercial; estatistica; historia do commercio, da agricultura e da industria; noções de arte decorativa, technologia industrial e

⁷² Acredito que o entendimento do ensino comercial como técnico parece ser resultado da Reforma de 1971, sendo um dos motivos para o processo de desaparecimento das instituições comerciais. No entanto, essa relação ainda carece de estudos, apontando possibilidades de investigações futuras.

mercantil; direito commercial e marítimo; economia politica; psychologia applicada ao commercio; direito industrial e legislação operaria; sciencia das finanças; contabilidade do Estado; direito internacional, diplomacia, historia dos tratados e correspondencia diplomatica, mathematicas applicadas (revisão e complementos); direito constitucional e administrativo; sciencia da administração; contabilidade mercantil comparada e banco modelo. [SIC] (BRASIL, decreto 17.329, 1926).

O parágrafo único do Artigo terceiro estipulava a possibilidade de oferecimento de cursos de especialização para profissões como actuária, consular e perícia contábil. Na sequência, o parágrafo quarto estipulava exames de admissão para os candidatos aos cursos. Nestes exames seriam cobrados conteúdos referentes às disciplinas de língua portuguesa, aritmética prática, elementos de história e geografia, instrução moral e cívica e noções de desenho de figuras planas, morfologia e geometria.

Outra preocupação do decreto-lei, refere-se ao caráter prático do ensino comercial, cuja aplicabilidade ocorreria a partir do uso de gabinetes de física, laboratórios de química e análise, assim como de biblioteca especializada com materiais referentes às disciplinas do curso. Estes espaços deveriam ser providenciados pelas instituições. Além disso, as disciplinas de línguas estrangeiras também deveriam ser voltadas para a prática, habilitando os alunos para a fala e a escrita.

O reconhecimento dos estabelecimentos de ensino técnico comercial e dos diplomas por eles oferecidos estavam condicionados, a partir do artigo onze, ao cumprimento de uma série de obrigações: provimento dos cargos de professores por concurso ou estágio com duração de pelo menos dois anos; realização de exames finais e provas no mínimo trimestrais; lavrar o termo de conclusão dos cursos com indicação das datas de aprovação; diplomas de contadores para os que concluíssem o curso geral e de graduados em ciências econômicas e comerciais para os que concluíssem o ensino superior; exigência do diploma do curso geral para matrícula no superior; aceitar alunos com idade mínima de doze anos para o curso geral e de dezesseis para o superior; portar livros de atas, comissões e emissão de diplomas e observar todas as disposições do regulamento. Além disso, o diretor de cada estabelecimento ficaria obrigado a apresentar um relatório mínimo das atividades minuciosas do ano anterior, e para auxiliar na fiscalização das instituições, fiscais seriam nomeados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Apesar deste percurso inicial de institucionalização, acredito que a Era Vargas (período correspondente ao primeiro governo de Getúlio Vargas, entre 1930-1945) configurou-se como o principal momento de consolidação da importância do Ensino Comercial no Brasil, cujos profissionais habilitados tiveram significativa importância na atuação de empresas públicas e privadas.

Para compreender a Era Vargas, é importante analisar o contexto brasileiro ao longo dos anos 1920. Para realizar esta análise, tomo como referência os estudos de Maria Célia Marcondes de Moraes (2000)⁷³. A autora defende que as relações entre modernização e reformas nos anos 1920 e 1930 podem ser compreendidas a partir da atuação de Francisco Campos⁷⁴ e, que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil neste período é tardio e internacionalizado. Além disso, o Estado configurou-se como centralizador e com propensões autoritárias. Para Moraes (2000), pode-se localizar entre os anos finais do século XIX e a década de 1930 o período de consolidação do capital industrial no Brasil. Este processo se dá a partir de um ‘reformismo pelo alto’, no qual as grandes propriedades rurais (heranças do período colonial) ocupam um espaço central, fazendo das forças produtivas industriais lentas e retardatárias. O processo de consolidação do capital industrial brasileiro se deu à margem de um turbilhão de mudanças que ocorriam em nível internacional⁷⁵. Neste processo, destaca-se a importância econômica de produtos como borracha, cacau e café, sendo que, este último, foi o responsável por gerar o capital produtivo, comercial e bancário que permitiu o desenvolvimento industrial do país.

Em relação ao capital cafeeiro, destaca-se o caráter contraditório deste produto que, ao mesmo tempo que permitiu a entrada de capital para o desenvolvimento industrial, era também obstáculo para a industrialização, contribuindo para a fragilidade do capitalismo brasileiro com uma industrialização retardatária, hipertarida e realizada pelas elites oligárquicas.

Sobre as questões educativas, os padrões escolares do Império perduraram na Primeira República. Retomando a legislação de 1891, Moraes (2000) destaca que o decreto marca o caráter descentralizador da educação, sendo a União responsável pelo ensino secundário e os estados pelo primário e profissional, levando a uma “[...] desorganização completa na

⁷³ É importante destacar que a tese da autora se fundamenta nos pressupostos teóricos e metodológicos do pensamento dialético de Marx. Desta forma, Moraes (2000) opera, sobretudo, a partir dos conceitos de trabalho (responsável por produzir e negar o que produz, gerador de contradição histórica), contradição (entendida como categoria interpretativa real, sendo o motor real que se expressa na luta de classes) e totalidade (entendendo que a realidade não é a soma das partes, sendo a realidade o todo estruturado). Mesmo esta pesquisa não operando a partir do mesmo referencial teórico nem das mesmas categorias, penso que o trabalho da autora é fundamental para a compreensão do período em questão, permitindo aprofundar o espectro de análise proposto. Dessa forma, não proponho uma relação forçada entre a dialética marxista e o conceito de poder foucaultiano aqui utilizado.

⁷⁴ Filho de latifundiários, Francisco Campos formou-se como jurista, tendo sido também professor. Como político, foi visivelmente um conservador. Entre os anos de 1935 e 1937 ocupou a Secretaria da Educação e Cultura do Distrito Federal. Dedicou-se à redação da Constituição de 1937 e além disso, integrou a comissão que redigiu o AI 1, em 1964. Faleceu em 1º de novembro de 1968, em Belo Horizonte. Publicou inúmeras obras: Doutrina da População; Introdução Crítica à Filosofia do Direito; Opiniões e Debates; entre outros. Para saber mais, ver Moraes (2000).

⁷⁵ A autora entende o processo industrial brasileiro como lento e retardatário quando em comparação com a Europa que, em 1875, já contava com a Segunda Revolução Industrial, com o capitalismo monopolista trazendo profundas alterações na economia mundial.

construção do sistema educacional – melhor dizendo, dos sistemas educacionais brasileiros” (MORAES, 2000, p. 115). Ainda no final do império e nos primeiros anos da república, destacam-se a disputa entre católicos e protestantes pela iniciativa privada, bem como a atuação de órgãos como o Ministério da Agricultura⁷⁶, Indústria e Comércio e o Serviço de Inspeção o Ensino Profissional e Técnico, de 1929.

Sobre a Primeira República, Moraes (2000) destaca que ela é caracterizada por um projeto de modernização ligado à produção de uma nacionalidade, passando para educação um papel central neste processo. Dessa forma, “na primeira década do século, portanto, as iniciativas em relação à educação, articuladas às tentativas de recomposição do poder político, foram fortemente marcadas por um ideário nacionalista e ‘patriótico’” (MORAES, 2000, p. 125). Diferentes reformas estaduais ocorreram ao longo dos anos 1920, como a reforma de São Paulo (1920), a do Ceará (Lourenço Filho, 1923), a da Bahia (Anísio Teixeira, 1925), Minas Gerais (1927, Francisco Campos e Mário Cassanta) e a do Distrito Federal (Fernando de Azevedo, 1928). A educação passa a ser adequada aos moldes do mercado e da indústria, para atender atividades industriais e comerciais.

Considerando as ideias de Moraes (2000) até aqui apresentadas, penso que este processo de passagem para o capitalismo industrial e adequação da educação para atender as atividades comerciais e industriais contribui para o processo de consolidação do ensino comercial enquanto modalidade educativa. No entanto, diferentemente dela, não entendo o poder do capital e do Estado como os únicos a contribuírem para este processo, mas como partes de uma complexa rede de poderes.

Como destaquei anteriormente, os anos 1920 contou com um decreto específico para o ensino comercial (decreto nº 17.329/1926). Mas, foi durante a Era Vargas que foram decretadas duas das principais reformas voltadas especificamente para esta modalidade do ensino. Acredito que o ensino comercial se tornou cada vez mais necessário, dentre outros motivos, para a formação de profissionais que atuaram na administração de empresas, indústrias e nos órgãos criados durante o governo de Vargas.

Segundo Eli Diniz (1999), o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) costuma ser dividido pela literatura especializada em três fases. A primeira delas, o Governo Provisório, situa-se entre os anos de 1930 e 1934, período no qual Vargas projeta-se como líder de uma ‘revolução vitoriosa e com bandeira reformista’. A segunda fase, chamada de

⁷⁶ Assim como o ensino comercial, o ensino agrônômico também recebe especial atenção nas décadas iniciais do século XX. A tese de doutorado de Ranyelle Foro de Souza (2019) apresenta um levantamento dos cursos de Agronomia que funcionaram no Brasil nas décadas de 1910 e 1920.

Governo Constitucional, situa-se entre os anos de 1934 e 1937, período em que Vargas foi eleito presidente de forma indireta, trazendo a figura de um líder comprometido com um projeto liberal-democrático. A terceira e última fase do primeiro governo Vargas é conhecida como Estado Novo, situada entre os anos de 1937 e 1945, anos caracterizados por uma virada autoritária na qual a figura de Vargas como ditador assume o primeiro plano.

Moraes (2000) destaca a importância de compreender o episódio chamado de “Revolução de 1930” dentro do contexto da “Crise de 30”, na qual a depressão econômica dos anos 1929 interferiu diretamente nos preços do café brasileiro, levando à falência de algumas das principais cidades do país. Articulados contra o estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais promovem a Revolução de 1930, que de acordo com a autora, “não obstante tenha sido uma ‘revolução’ tipicamente oligárquica, gestada nas regras do próprio jogo de interesses das classes proprietárias rurais, é inegável que veio a se converter em marco de profundas mudanças no país” (MORAES, 2000, p. 66).

As mudanças citadas pela autora ocorreram inclusive nas áreas social e educacional. Quanto às mudanças sociais, embora não tenham sido tão significativas, Moraes (2000) destaca que, quando comparado aos presidentes anteriores, Vargas avançou nas questões sociais, uma vez que seus antecessores entendiam-nas como questão de polícia. Dessa forma, o que se passou a chamar de “Revolução de 30” foi, na verdade, um processo de acomodação por conciliação e compromissos entre os interesses em conflito.

A análise da história educativa brasileira permite afirmar que, nas mudanças de governo, se observa uma atenção para educação, tomando-a como centro do discurso político, de debates e de processos reformistas. Durante a Era Vargas, essa constatação não é diferente. No contexto dos anos 1930, muitos intelectuais entendiam que a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação. A atenção à educação pode ser percebida ainda no Governo Provisório, quando no dia 14 de novembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública (MES), sendo nomeado seu titular o jurista Francisco Campos.

Francisco Campos foi o responsável por uma série de Reformas Educacionais⁷⁷ que, para Moraes (2000) podem ser entendidas como centralizadoras e coercitivas. Os princípios do reformador pautavam-se na centralidade, no princípio da autonomia, na crítica aos

⁷⁷ No governo Vargas, a educação passou a ser associada a um empreendimento de nacionalidade e patriotismo que ajudaria a extirpar o ‘vírus’ do comunismo’. Diferentes grupos estiveram envolvidos nas discussões educacionais, como a Igreja Católica (que defendia um processo de recristianização e conquistou, em 1931, a inclusão do Ensino Religioso nas escolas primárias, normais e secundárias do país, ainda que em caráter facultativo). Getúlio Vargas e Francisco Campos procuraram conciliar as reivindicações divergentes, sempre que possível, manipulando-as a seu favor, sendo ‘O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’, de 1932, uma amostra das clivagens ideológicas existentes no contexto.

excessos da democracia liberal, na modernização pela educação e na preocupação em diagnosticar as causas dos males do país. O jurista defendia o autoritarismo para a modernização do Brasil. Para analisar as propostas de Campos, sobretudo como gestor do MES (1930-1932), a autora destaca que as mesmas devem ser pensadas no contexto de crise econômica e política do país, no qual as políticas públicas possuem caráter nacional, incluindo a política educacional, o que gerou conflito entre os antagonismos das classes que lutavam pelo poder. Dessa forma, a criação do MES foi uma forma de o Estado atuar de forma mais direta nos problemas educacionais, tendo em vista que a Reforma de Francisco Campos foi a primeira que alcançava todo o território nacional.

No ano de 1931 Campos baixa a série de decretos que compõem as chamadas Reformas Francisco Campos (SANCHES, 2012). Silva e Bastos (2017) destacam que o ensino primário e normal não foram preocupações centrais destas reformas, considerando que elas atentam, sobretudo, para o ensino secundário⁷⁸ e superior, bem como para a organização do ensino comercial. Moraes (2000) destaca que a preocupação de Campos apenas com o ensino secundário, superior e comercial justifica-se pelo fato de o jurista acreditar que estas eram modalidades de ensino destinadas às elites, as únicas capazes de conduzirem o país. Dessa forma, acredito que o discurso oficial do Estado afirma não apenas a necessidade do ensino comercial, mas também coloca-o como uma modalidade de ensino destinada às elites, responsáveis por organizarem o país. Considerar que o ensino comercial foi a única modalidade do ensino profissional que recebeu atenção de Campos, contribui para sustentar a tese de que esta modalidade de ensino difere-se dos demais cursos técnicos, consolidando-se nesse período.

Conforme destaquei no Capítulo 2, o conceito de reforma não é aqui entendido como sinônimo de mudança ou progresso, mas sim como um conjunto de alterações fundamentais nas políticas educacionais, que afeta as diferentes esferas educativa (âmbito oficial e a esfera local das instituições). Além disso, entendo as reformas educativas como parte da cultura política da escola, uma vez que se referem aos discursos e práticas de ordem político-institucional que servem de suporte para a organização formal da escola. Sendo assim, considero o decreto nº 20.158/1931 como a primeira reforma do ensino comercial brasileiro. Embora importante, a legislação anterior ao decreto não teve a mesma abrangência que ele, que, acredito, fez alterações importantes na modalidade de ensino aqui estudada.

⁷⁸ O decreto nº 19.890 de 1931 organizou o ensino secundário em dois segmentos: o primeiro com duração de cinco anos, correspondendo ao ginasial, seguido de um curso complementar com duração de dois anos, dividido em pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico.

Ao discutir a importância da análise das Reformas Educacionais, Vinão Frago (2006) afirma que existem divergências entre as concepções dos legisladores e dos professores. Segundo o autor, os legisladores tendem a decretar medidas uniformes, centralizadoras e de concepção mecanicista, sem atentar para as percepções diversas dos professores, sensíveis ao contexto educacional. Deste modo, acredito que a análise do texto referente à Reforma Francisco Campos permite identificar elementos relativos aos interesses do legislador e, por conseguinte, do Estado.

Composto por 82 artigos, o decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador. O primeiro título do decreto preocupou-se em organizar a estrutura do Ensino Comercial reconhecido pelo Governo Federal. O segundo artigo estipula que:

O ensino comercial constará de um curso propedêutico e dos seguintes cursos técnicos: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e, ainda, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio, [...] (BRASIL, Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931).

Pode-se aferir que o ensino comercial passou a ser organizado em quatro categorias: propedêutico, técnico, superior e elementar. Esta diversidade de cursos passou a formar uma variedade de profissionais ligados ao comércio, alterando o número de profissionais e as habilitações estipuladas em 1926. Segundo Popekewitz, (1997), uma das características das reformas é a alteração que tendem a fazer nos currículos. No caso do ensino comercial, as diferentes habilitações profissionais passaram a contar com disciplinas distintas, conforme se pode observar no quadro extraído de Silva (2017):

Quadro 17 - Disciplinas referentes às diferentes habilitações do Curso Comercial

Curso (Categoria)	Disciplinas
Curso Propedêutico	Português; Francês; Inglês; Matemática; Geografia; Corografia do Brasil; História da Civilização; História do Brasil; Noções de Física, Química e História Natural e Caligrafia.
Cursos Técnicos	Datilografia; Mecanografia; Estenografia; Desenho; Francês Comercial; Inglês Comercial; Correspondência portuguesa, francesa e inglesa; Geografia econômica; Matemática comercial; Matemática financeira; Cálculo atuarial; Estatística; Economia Política e Finanças; Seminário econômico; Direito Constitucional e Civil; Direito comercial; Prática do processo civil e comercial; Legislação fiscal; Legislação de Seguros; Contabilidade (noções preliminares); Contabilidade mercantil; Contabilidade industrial e agrícola; Contabilidade bancária; Merceologia e tecnologia merceológica; Técnica comercial e processos de propaganda; História do comércio, indústria e agricultura; Organização de escritórios.
Curso Superior de Administração e Finanças	Matemática financeira; Geografia econômica; Economia Política; Finanças e Economia bancária; História econômica da América e fontes da riqueza nacional; Direito constitucional e civil; Direito internacional comercial; Direito administrativo; direito industrial e operário; Direito público internacional; Política comercial e regime aduaneiro comparado; Legislação consular; Ciência da administração; Contabilidade de transportes; Contabilidade pública; Psicologia, lógica e ética; Sociologia
Curso de Auxiliar de Comércio	Caligrafia; Datilografia; Português; Inglês; Aritmética; Contabilidade (noções preliminares) e Contabilidade mercantil

Fonte: SILVA (2017)

A partir do quadro, é possível afirmar que o decreto estipulou que o curso propedêutico seria composto por 10 disciplinas, sendo elas de: língua nacional (português); línguas estrangeiras (francês e inglês); matemática; geográficas (geografia e corografia do Brasil); de história (geral e do Brasil); noções de física, química e história natural; e caligrafia. Pelo artigo quinto, as disciplinas do curso propedêutico seriam distribuídas ao longo dos seus três anos de duração. Analisando estas disciplinas, fica evidente que o curso tinha uma formação ampla, com disciplinas bastante gerais em relação ao curso comercial.

O número de disciplinas é mais amplo nas habilitações técnicas (secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e perito-contador), chegando ao total de 27. As disciplinas desta modalidade de ensino, quando comparadas ao curso propedêutico, são mais direcionadas para o comércio. Cabe destacar ainda que, de acordo com o sexto artigo, as disciplinas eram diferentemente distribuídas entre as diversas habilitações técnicas.

As disciplinas dos cursos técnicos podem ser observadas no quadro 17. De forma geral, estavam distribuídas entre disciplinas técnicas (datilografia; mecanografia; estenografia; desenho; organização de escritórios) disciplinas de língua e correspondência nacional e estrangeira (francês comercial; inglês comercial; correspondência portuguesa, francesa e

inglesa;), disciplinas de matemática, contabilidade e economia aplicadas ao comércio (geografia econômica; matemática comercial; matemática financeira; cálculo atuarial; estatística; economia política e finanças; seminário econômico; contabilidade (noções preliminares); contabilidade mercantil; contabilidade industrial e agrícola; contabilidade bancária; merceologia e tecnologia merceológica; técnica comercial e processos de propaganda) disciplinas de direito e legislação (direito constitucional e civil; direito comercial; prática do processo civil e comercial; legislação fiscal; legislação de seguros) e uma disciplina de história do comércio, indústria e agricultura.

Assim como a diferença em relação à distribuição das disciplinas, as diferentes habilitações técnicas contavam com diferentes tempos de duração. O decreto estipula que todas as habilitações técnicas seriam precedidas do curso propedêutico, acrescentadas do tempo específico da habilitação: um ano para o curso de secretariado; dois anos para os cursos de guarda-livros e administrador-vendedor e; três anos para os cursos de atuário e perito-contador.

Quanto ao Curso Superior de Administração e Finanças, as disciplinas totalizavam o número de 18, distribuídas entre: disciplinas de matemática, contabilidade e economia aplicadas ao comércio (matemática financeira; geografia econômica; economia política; finanças e economia bancária; ciência da administração; contabilidade de transportes; contabilidade pública), disciplinas de direito e legislação (direito constitucional e civil; direito internacional comercial; direito administrativo; direito industrial e operário; direito público internacional; política comercial e regime aduaneiro comparado; legislação consular), disciplinas teóricas (psicologia, lógica e ética; e sociologia) e uma disciplina de história econômica da América e fontes da riqueza nacional. O artigo 7 distribui as disciplinas do curso superior ao longo de três anos.

Comparando as disciplinas dos cursos técnicos e a do Curso Superior de Administração e Finanças, é possível afirmar que existiam disciplinas comuns e específicas. Em comum, encontram-se algumas disciplinas referentes à matemática, contabilidade e economia aplicadas ao comércio, bem como disciplinas de direito e legislação. A principal diferença encontra-se nas disciplinas voltadas para a prática comercial. Enquanto os cursos técnicos contavam com disciplinas para o uso de equipamentos do comércio e para a escrita de documentos comerciais, o curso superior contava com disciplinas teóricas, voltadas para psicologia e sociologia.

O curso de auxiliar de comércio, assim como o propedêutico, contava com um número reduzido de disciplinas, sendo elas caligrafia; datilografia; português; inglês; aritmética;

contabilidade (noções preliminares); e contabilidade mercantil, distribuídas ao longo de dois anos. Outra semelhança entre estes cursos é que, pelo terceiro artigo, a admissão em ambos estaria sujeita a uma prova escrita e oral, composta pelas disciplinas de português, francês, aritmética e geografia, ficando dispensados da realização da prova os candidatos que apresentarem certificado de conclusão na 1ª série do Colégio Pedro II ou de estabelecimentos a ele comparados. O fato de dispensar alunos que estudaram no Colégio Pedro II ou em colégios a ele equiparados reforça o caráter excludente desta modalidade de ensino, característica, como anteriormente destacou-se, das reformas de Francisco Campos.

Em relação aos diplomas do curso comercial, o artigo 28 estipula que os alunos que concluíssem o curso técnico recebiam os diplomas de acordo com a modalidade cursada, sendo elas de perito-contador, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e secretário. Quanto ao curso superior de administração e finanças, era conferido o diploma de bacharel em ciências econômicas. Em parágrafo único, o artigo ressalta que para aqueles que concluíssem o curso geral propedêutico e o curso de auxiliar de comércio seria fornecido um certificado. Para que os diplomas dos estabelecimentos de ensino técnico-comercial fossem reconhecidos oficialmente, as escolas ficavam obrigadas a seguirem todas as normas previstas na lei, com especial atenção para o Artigo 31, que regula as principais obrigações da formação das instituições de ensino e do seu corpo docente.

Os diferentes diplomas favoreciam distintos locais de atuação. O diploma do curso superior de administração e finanças dava preferência para ocupar cargos públicos, bem como permitia usufruir de regalias para os concursos para cargos de professores dos estabelecimentos de ensino comercial. O diploma do curso de perito-contador dava preferência para atuar nas contabilidades, contadorias, intendências e tesourarias de repartições federais, estaduais e municipais das empresas concessionárias de serviços públicos. Em relação aos secretários e aos guarda-livros, o art. 80 destaca que seriam datilógrafos e funcionários de repartições públicas. De forma geral, as principais características das diferentes modalidades do curso comercial podem ser observadas no quadro que segue:

Quadro 18 - Características das modalidades do curso comercial (decreto nº 20.158/1931)

Curso		Nº disciplinas	Duração	Diploma	Atuação
Propedêutico		10	3 anos	Certificado	
Técnico	Secretariado	Disciplinas específicas dentro de um total de 27	Propedêutico + 1 ano	Secretário	Datilógrafos e funcionários de repartições públicas
	Guarda-livros		Propedêutico + 2 anos	Guarda-livros	Datilógrafos e funcionários de repartições públicas
	Administrador-vendedor		Propedêutico + 2 anos	Administrador-vendedor	
	Atuário		Propedêutico + 3 anos	Atuário	
	Perito-contador		Propedêutico + 3 anos	Perito-contador	Cargo nas contabilidades, contadorias, intendências e tesourarias de repartições federais, estaduais e municipais das empresas concessionárias de serviços públicos
Superior de Administração e Finanças		18	3 anos	Bacharel em Ciências Econômicas	Cargos públicos e regalias em concursos para cargos de professores dos estabelecimentos de ensino comercial
Auxiliar de Comércio		7	2 anos	Certificado	

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

A partir do quadro 18, é possível observar que a estrutura e a organização do ensino comercial era complexa, mostrando a amplitude da formação e do campo de atuação dos profissionais formados nesta área de ensino. Destaca-se ainda que os diferentes cursos contavam com distintas disciplinas, habilitações e tempos de duração. Acredito que essa distinção de cursos demonstre o interesse e a necessidade do Estado em formar profissionais práticos, com certificado que permitisse a sua atuação imediata (curso de auxiliar de comércio e o propedêutico), bem como profissionais habilitados para as diferentes áreas do comércio,

com uma formação mais direcionada (cursos técnicos) e, profissionais voltados para cargos públicos e que pudessem atuar em estabelecimentos de ensino comercial (bacharéis).

Além da organização do curso comercial, o decreto em análise preocupou-se também com a fiscalização dos cursos comerciais. O artigo 25 estabelece que, sempre que necessário, a fiscalização teria o direito de chamar a atenção para os erros e os defeitos dos métodos de ensino ou para tudo aquilo que estivesse fora dos preceitos da Superintendência do Ensino Comercial. Se não seguissem as instruções estabelecidas, as escolas comerciais poderiam ter suas regalias⁷⁹ cortadas.

Segundo Silva (2017), Superintendência do Ensino Comercial é o novo nome dado à já existente Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial. O artigo 34 decreto nº 20.158 estabelece que este órgão estaria subordinado diretamente ao ministro da Educação e da Saúde Pública, cabendo a ele a fiscalização das instituições de ensino comercial, tanto as já reconhecidas ou as que estivessem em período de fiscalização prévia, bem como a direção dos institutos ou escolas e a emissão dos diplomas dos cursos de comércio, ciências econômicas e administração mantidas pela União. A fiscalização do ensino comercial visava que todos os estabelecimentos, pertencentes a fundações, sociedades particulares, estados ou municípios estivessem de acordo com o padrão federal.

O decreto propõe ainda, pelo artigo 32, a criação do Conselho Consecutivo do Ensino Comercial, cujo cargo de presidente efetivo fica destinado ao ministro da Educação e da Saúde Pública, sendo seu vice-presidente o superintendente do Ensino Comercial. O Conselho deveria ser formado pelos fiscais gerais e por um representante de cada uma das instituições de ensino comercial que estivessem devidamente reconhecidas. Este órgão seria o responsável por dar parecer sobre livros, prêmios, programas e sobre qualquer assunto relacionado ao ensino comercial.

Dessa forma, ancorado em Foucault (1982; 1988), entendo ser possível observar as relações de poder que perpassaram a organização do Ensino Comercial. A existência da Superintendência do Ensino Comercial, subordinada ao Ministro da Educação e da Saúde Pública, evidencia o poder capilarizado exercido pelo Estado nas escolas de ensino comercial, na tentativa de monitorar e controlar essas instituições, observando o exercício ou não do que era estipulado em lei. Além disso, a existência de um Conselho Consecutivo, composto por fiscais do Ensino Comercial e por representantes das escolas, evidencia que, dentro destas

⁷⁹ Atualmente, a palavra regalia reporta à noção de privilégio ou vantagem. No entanto, no contexto analisado, acredito que a palavra refira-se aos direitos dos estabelecimentos de Ensino Comercial, bem como aos benefícios que adquiriam aquelas instituições que seguissem às normas estipuladas pela Reforma Francisco Campos

relações de poder, encontravam-se também os interesses das instituições educativas. Essa teia de relações aponta para as conexões existentes entre os âmbitos político e empírico da cultura educativa.

Outra preocupação do decreto é em relação ao registro dos diplomas e certificados. Pelo artigo 53 fica instituído que caberia à Superintendência do Ensino Comercial o registro obrigatório destes documentos. Os diplomas e os certificados eram expedidos pelas instituições de acordo com as modalidades previstas na lei (perito-contador, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário, secretário e bacharel em ciências econômicas). Ficavam reconhecidos como contadores todos os portadores de diplomas conferidos por instituições de ensino comercial oficialmente reconhecidas. É importante salientar que o artigo 55 estipula que os guarda-livros práticos teriam o prazo de um ano para recorrerem ao superintendente para a realização de um exame de habilitação. Essa preocupação com os diplomas mostra que a profissão estava se tornando reconhecida, deixando de ser uma função apenas prática e se legitimando como um campo de formação composto por saberes específicos que compunham o currículo dos cursos de formação.

Conforme tenho defendido desde o início desta seção, acredito que é durante a Era Vargas que se pode compreender a consolidação do Ensino Comercial no Brasil. Até aqui apresentei a Reforma Francisco Campos, feita ainda durante o Governo Provisório. No entanto, esta não é a única reforma que atenta para o ensino comercial, uma vez que as Reformas Gustavo Capanema⁸⁰, durante o Estado Novo, também atentaram para esta modalidade de ensino.

Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) afirmam que no ano de 1937, às vésperas das eleições que deveriam escolher o novo presidente para o Brasil, o país foi empurrado para oito anos de ditadura. As autoras destacam que em 10 de novembro de 1937, pautado no perigo comunista e com o apoio militar, Vargas cerca o Congresso, dando início ao chamado Estado Novo. Conforme apresentei anteriormente, Moraes (2000) destaca que a constituição do

⁸⁰ Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui, Minas Gerais, em 1900. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais. Iniciou sua vida política em 1927, ao ser eleito vereador de sua cidade natal. Nas eleições de março de 1930, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas. Foi partidário do ‘movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e conduziu Vargas ao poder em novembro de 1930. Em 1932 participou da fundação do Partido Social Nacionalista (PSN). Foi nomeado para o cargo de ministro da Educação e Saúde Pública em julho de 1934, nele permanecendo até o fim do Estado Novo. Como ministro, tomou parte do acirrado debate entre ‘renovadores’ e ‘católicos’. Imbuído de valores nacionalistas, promoveu a nacionalização do ensino, especialmente no sul do país. Através de convênios com o empresariado, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Após o fim do Estado Novo, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), agremiação que aglutinava os setores políticos identificados com a ditadura varguista. Em 1964, foi apoiador do golpe civil-militar, filiando-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Morreu em 1985, no Rio de Janeiro. (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930, 2001).

Estado Novo foi redigida por Francisco Campos, com boa parte inspirada na constituição fascista da Polônia. Segundo René Gertz (2013), esse período é marcado por profundas discussões sobre nação, nacionalidade, nacionalismo e o papel dos agentes do Estado e intelectuais. A aproximação entre aparelhos do Estado e os intelectuais estava ligada à necessidade de delineamento de um perfil para a Nação brasileira, que adquiriria uma identidade própria.

De acordo com Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa (2000), enquanto Ministro da Educação e Saúde Pública (1934-1945), Gustavo Capanema esteve envolvido em projeto de reforma que previa a elaboração de um grande painel de normas, regulamentos e projetos da educação brasileira. Visando a elaboração de um Plano Nacional de Educação, o ministro distribuiu, em 1936, um minucioso questionário, no qual buscava a contribuição de professores, estudantes, jornalistas, escritores, cientistas, sacerdotes e políticos, ao mesmo tempo em que solicitava a contribuição das secretarias estaduais de educação.

Segundo os autores, às respostas ao inquérito apresentam os interesses de diferentes grupos em relação à educação. A Igreja Católica, responsável pela quase totalidade das escolas privadas do país, se mobilizou na tentativa de ter seus interesses garantidos. Via com receio a subordinação da educação ao Estado, propondo assim que as autoridades educacionais seriam por ordem natural a família e o Estado, mas que, na ordem sobrenatural, estaria a própria Igreja. Defendia ainda um Estado forte, autoritário e uma monarquia cristã. Os princípios liberais da constituição deveriam ser abolidos, sendo a educação cívica e moral realizada através do Ensino Religioso. Outro grupo atento à educação era o exército que, assim como a Igreja, apresentava uma visão antiliberal e centralizadora. Algumas personalidades defendiam as atividades militares como atividades extraescolares, bem como a capacidade dos militares em se tornarem ‘professores de brasilidade’.

Em maio de 1937 o Conselho Nacional de Educação encaminhou para Capanema a versão final do Plano Nacional de Educação. A primeira parte do documento definia-o como um código a servir de base para o funcionamento de instituições educativas escolares e extraescolares, públicas e privadas, em todo o país. Regulava a liberdade de cátedra, o ensino da religião, da educação moral e cívica, a educação cívica. Entre os princípios gerais estariam o ‘espírito brasileiro’ e a ‘consciência da solidariedade humana’. O projeto não tramitou com a velocidade almejada e, antes que pudesse ser aprovado, o Congresso foi fechado, ainda em 1937 (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Durante o Estado Novo, a educação também foi pauta das discussões do Estado. A partir de 1942, Gustavo Capanema, inicia uma série de publicações de decretos-leis, conhecidos como Reformas Capanema. De acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 205), a análise destas reformas permite afirmar que, para Capanema, “o sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais”.

Ao analisarem o Ensino Secundário (Lei Orgânica do Ensino Secundário, estabelecida pelo decreto-lei 4.244 de 09 de abril de 1942), os autores afirmam que esta foi a modalidade de ensino com a marca mais profunda do ministério de Capanema, sendo que “o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 210).

Colocando em xeque a suposta marca de Capanema no ensino Secundário, João Cardoso Palma Filho (2005) afirma que a Lei Orgânica do Ensino Secundário trouxe poucas modificações e relação às Reformas de Francisco Campos. Segundo o autor, o ensino secundário continua visto como preparatório para o superior, sendo ainda estruturado em dois níveis. O ginásio passa a ter duração de quatro anos, seguido do colégio com duração de três anos. Este último passa a não ser mais subdividido em três, mas sim em dois: o científico e o clássico. Segundo o autor, o clássico tendia a encaminhar os alunos para os cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, e o científico para as faculdades de Medicina, Odontologia, Farmácia e Engenharia.

Em relação ao Ensino Superior, Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) afirmam que o projeto universitário era tido como o mais ambicioso, sendo mais importante o preparo das elites do que a alfabetização das massas. Segundo os autores, Capanema afirmava em entrevista que:

A elite que precisamos formar, ao invés de se constituir por essas expressões isoladas da cultura brasileira, índices fragmentários da nossa precária civilização, será o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos da atividade humana, com capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida no Brasil [...] (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 222).

Conforme se observa no trecho citado, Capanema atentava para a formação de uma elite nacional, capaz de assumir, cada um em seu setor, a direção da vida do Brasil. Em relação ao ensino profissional, Palma Filho (2005) destaca que ele se tornou a principal

obrigação do Estado, e Schwartzman (2005) afirma que a estruturação definitiva dos cursos técnicos profissionalizantes é mérito das Reformas Capanema. Dentre os decretos, está a Lei Orgânica do Ensino Comercial, sob o decreto 6.141 de dezembro de 1943.

A Lei Orgânica do Ensino Comercial, assim como a própria modalidade de ensino, a partir das Reformas de Gustavo Capanema têm gerado discussões quanto ao acesso e ao destino dos profissionais formados. Ao falar das escolas técnicas durante a Era Vargas, Schwartzman (2005) salienta que o ensino comercial cresceu no seio da iniciativa privada, e podia ser visto como uma alternativa para os membros das classes menos favorecidas. Sem contrariar o autor, mas questionando a generalidade desta afirmação, Silva (2017) e Silva e Bastos (2017) destacam que, no Rio Grande do Sul, o estudo de algumas instituições mostra que o ensino comercial não era voltado para membros das classes menos favorecidas, mas pelo contrário, para membros da elite econômica. Os autores analisam o Curso Comercial da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre, uma instituição privada que formou contadores na capital do estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1950 e 1983.

Outro estudo importante para tensionar a generalidade de Schwartzman (2005) é o de Maurício Polato (2008). Embora o autor analise a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), de São Paulo, entre os anos de 1902 e 1931, ele aponta que, já neste momento, a instituição era voltada para formar a elite da cidade e do estado de São Paulo⁸¹.

Em 28 de dezembro de 1943, sob o decreto-lei nº 6.141, foi assinada a Lei Orgânica do Ensino Comercial. Composta por sete títulos, a lei decreta sobre a organização do Ensino Comercial, os cursos de formação, os cursos de continuação e de aperfeiçoamento, a organização escolar, o regime disciplinar e as providências auxiliares.

A partir do artigo primeiro, é possível afirmar que o ensino comercial é entendido como um ramo do ensino de segundo grau que se destina a formar profissionais para as atividades específicas do comércio e de funções de caráter administrativo em negócios tanto públicos quanto privados. O artigo segundo estipula que o ensino comercial seria ministrado em dois ciclos desdobrados em cursos, e o artigo terceiro ressalta que os cursos de ensino comercial seriam de três categorias: de formação, de continuação ou de aperfeiçoamento.

Os cursos de formação, de acordo com o artigo quinto, seriam denominados cursos comerciais técnicos, divididos em cinco tipos de habilitação, sendo elas: o curso de comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e curso de secretariado. O parágrafo

⁸¹ Não é intenção esgotar este assunto neste parágrafo, uma vez que ele será retomado quando se estudar o ensino comercial a partir das diferentes instituições que o ofereciam, inclusive a Fecap.

único do artigo estipula ainda que os cursos comerciais contariam cada qual com três anos de duração, sendo “[...] destinados ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter especial no comércio ou na administração dos negócios públicos e privados” (BRASIL, Decreto-lei 4.244 de 9 de abril de 1942). De forma geral, o quadro a seguir sistematiza a nova configuração do curso comercial após a Lei Orgânica do Ensino Comercial:

Quadro 19 - Estrutura dos Cursos Técnicos Comerciais a partir das reformas Capanema

Cursos do Ensino Comercial		Duração	Disciplinas
Formação	Comércio e Propaganda	3 anos	Disciplinas de Cultura Geral e Cultura Técnica
	Administração	3 anos	
	Contabilidade	3 anos	
	Estatística	3 anos	
	Secretariado	3 anos	
Continuação			
Aperfeiçoamento			

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quanto a estrutura dos cursos de formação, o artigo onze afirma que os mesmos seriam compostos por disciplinas e práticas educativas. Sobre a composição das disciplinas, o artigo doze destaca que elas seriam de duas ordens: a primeira de disciplinas de cultura geral; e a segunda de disciplinas de cultura técnica, sem especificar cada uma delas. O artigo treze destaca algumas práticas educativas obrigatórias, como a educação física (obrigatória até vinte e um anos) e o canto orfeônico (obrigatório até dezoito anos). O capítulo cinco decorre sobre a Educação Moral e Cívica, que deveria transcorrer em todos os programas e toda a vida escolar, sem um tempo limitado e programa específico.

Além da organização dos cursos comerciais, a reforma atenta especificamente para as formas de avaliação do curso. Em relação aos trabalhos escolares, o artigo quinze estipula que seriam compostos de lições, exercícios e exames, estes últimos para admissão ou suficiência, sendo as notas graduadas de zero a dez. Quanto aos exames de admissão para os cursos técnicos, o artigo vinte e dois ressalta que os próprios estabelecimentos iriam indicar as disciplinas que devem versar os exames.

A seção cinco atenta para os exames de suficiência, compostos por duas provas parciais, escritas ou práticas de acordo com a natureza da disciplina, sendo a primeira em junho e a segunda em outubro. Além das duas avaliações parciais, acrescenta-se uma prova final, oral ou prática, realizada perante uma banca examinadora. Para ser considerado habilitado, o aluno precisaria satisfazer duas condições: obter pelo menos nota global cinco

nas disciplinas de cultura geral e técnica, bem como obter em cada disciplina a nota de pelo menos quatro (BRASIL, Decreto-lei 4.244 de 9 de abril de 1942).

Assim como nas Reformas Francisco Campos, a Reforma Capanema também atentou para os diplomas que, de acordo com o artigo 36, seriam emitidos pelos estabelecimentos de ensino e, de acordo com a habilitação do curso realizado, sujeitos ao registro no Ministério da Educação. O Art. 44 do capítulo um aponta que o ensino comercial seria ministrado pelos poderes públicos, sendo livre à iniciativa particular. E visando manter a eficiência dos cursos, o Ministério da Educação fica responsável de exercer inspeção sobre os estabelecimentos.

A administração escolar e o corpo docente também receberam atenção pelo decreto. O capítulo dois do título quatro voltava-se para a administração escolar, que deveria estar enfeixada na autoridade do diretor, responsável por presidir o funcionamento dos serviços escolares, o trabalho dos professores e orientadores, as atividades dos alunos e as relações com a comunidade exterior. A importância atribuída à figura do diretor será explorada nos capítulos seguintes, nos quais, ao analisar algumas particularidades das instituições comerciais, destaco a importância dos diferentes sujeitos que compõem o espaço escolar

O capítulo três do título quatro é voltado para o corpo docente que, segundo o artigo 52, seria composto por professores e orientadores. O artigo 53 preocupa-se com a formação dos professores, de cultura geral, cultura técnica e orientadores, sendo que deveriam estar devidamente registrados no Ministério da Educação.

A análise da Lei Orgânica permite afirmar que, embora apresente novas questões em relação ao Ensino Comercial, ela traz em seu texto elementos da Reforma Francisco Campos. Esse fenômeno está em consonância com a forma como Popekewitz (1997, p. 235) entende a reforma:

O estudo da reforma escolar pode ser comparado a um fino tecido de muitos fios. A sua resistência não reside no fato de algumas fibras ocuparem todo o seu cumprimento, mas nas relações sobrepostas, entrelaçadas como os vários fios. As práticas de reforma não são somente as práticas imediatamente disponíveis para a inspeção, mas uma composição que transcende as linhas das pessoas em particular e dos eventos, enquanto eles interagem ao longo do tempo.

Entendendo o estudo da reforma como um tecido de muitos fios, pode-se afirmar que as Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema não são necessariamente sucessivas e lineares, mas que se sobrepõem e se entrecruzam na tecitura de uma história possível do ensino comercial. Dessa é forma, é possível identificar nos textos das reformas elementos de decretos anteriores, acrescidos de elementos do presente.

Conforme apresentei, tanto as Reformas Francisco Campos quanto Gustavo Capanema atentaram para o ensino comercial, contribuindo de forma significativa para a afirmação desta modalidade de ensino. Depois destes dois decretos, não observam-se outros que tenham tido a mesma intensidade em relação aos cursos comerciais.

Mesmo assim, duas leis posteriores merecem destaque, sendo elas a lei de equivalência entre os diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores (BRASIL, 1953)⁸² e, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁸³ (BRASIL, 1961). Em relação à primeira, decretada em 12 de março de 1953, é composta por quatro artigos. O artigo primeiro estabelece que poderia matricular-se na primeira série do curso clássico ou científico, os estudantes que, satisfazendo as condições legais, tivessem concluído os cursos:

- I - ginásial;
- II - básico do ensino comercial, industrial ou agrícola;
- III - normal regional, ou de nível correspondente;
- IV - curso de formação de oficiais pelas polícias militares das unidades federadas, em cinco anos letivos, pelo menos, e com o mínimo de seis disciplinas do ciclo ginásial (BRASIL, 1953, s.n.).

Conforme podemos observar, a partir da Lei de Equivalência, os alunos que tivessem concluído o curso básico de ensino comercial, poderiam se matricular tanto na primeira série do curso clássico quanto do científico. As alterações estendem-se ainda ao ensino superior. O artigo segundo estabelece que teria direito à matrícula na primeira série de qualquer curso de nível superior os candidatos que, além de atenderem às exigências comuns aos exames vestibulares e às especificidades de cada caso, tivessem concluído:

- I - o curso secundário, pelo regime da legislação anterior ao Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942;
- II - o curso clássico ou o científico, pela legislação vigente;
- III - um dos cursos técnicos do ensino comercial, industrial ou agrícola, com a duração mínima de três anos;

Dessa forma, os alunos que concluíssem os cursos técnicos em contabilidade estariam habilitados a concorrerem a uma vaga em qualquer curso de nível superior. No caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dos treze títulos e cento e vinte artigos do decreto,

⁸² Promulgada em 12 de março de 1953, durante o segundo governo do presidente Getúlio Vargas, a Lei nº 1.821 estabeleceu o sistema de equivalência entre os cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. A lei é assinada por Getúlio Vargas (presidente da República), Francisco Negrão de Lima e Ernesto Simões Filho.

⁸³ Promulgada em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 4.024 fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo assinada por João Goulart (presidente da República), Tancredo Neves, Alfredo Nasser, Angelo Nolasco, João de Cegadas Viana, San Tiago Dantas, Walther Moreira Salles, Vigilio Távora, Armando Monteiro, Antonio de Oliveira Brito, A. Franco Montouro, Clovis M. Travassos, Souto Maior, Ulysses Guimarães e Gabriel de R. Passos.

nenhum deles volta-se especificamente para o Ensino Comercial, situação bem diferente das Reformas Campos e Capanema.

O Título VII, “*Da Educação de Grau Médio*”, é dividido em quatro capítulos, sendo eles: “Do Ensino Médio”, “Do Ensino Secundário”, “Do Ensino Técnico” e “Da Formação do Magistério para o Ensino Primário e Médio”. O Capítulo três, intitulado “Do Ensino Técnico”, é composto por cinco artigos (47-51). De forma geral, apenas os artigos 47 e 48 citam, de forma indireta, o Ensino Comercial. O primeiro estipula que os técnicos abrangem os cursos industrial, agrícola e comercial, sendo os cursos não especificados na lei regulamentados nos diferentes sistemas de ensino. Enquanto isso, o artigo 48 define que os diplomas dos cursos técnicos serão reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura.

Até este momento, analisei as diferentes leis e reformas do ensino comercial, na tentativa de sustentar a tese de que é a partir da Era Vargas que essa modalidade consolida-se, sendo fundamental para a formação de profissionais habilitados para atuarem no Estado. Além da análise das reformas, acredito que outro elemento importante para defender a tese apresentada é o estudo do número de instituições criadas após estas duas reformas.

Para analisar o ensino comercial a partir do número de instituições criadas, recorro à análise dos Anuários Estatísticos do Brasil, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁸⁴. Conforme destaquei no Capítulo 2, os documentos analisados referem-se ao período entre 1908 e 1972, sendo o primeiro, o ano do anuário de número I e, o segundo, o ano do último relatório que apresenta informações específicas referentes ao Ensino Comercial⁸⁵. Além disso, existe uma lacuna de informações entre 1912 e 1936, sendo possível não existirem relatórios para este período. Na sequência, a Tabela 1 apresenta o número de escolas de comércio existentes no Brasil para o período entre 1910-1912.

⁸⁴ Estou ciente da importância de os dados quantitativos referentes às Escolas de Comércio, produzidos pelo IBGE, serem pensados em relação a outras informações de caráter macro, como crescimento populacional, número de pessoas com acesso à educação, renda, entre outros. No entanto, minha intenção não é esgotar este assunto, nem realizar uma pesquisa de caráter quantitativo. Desta forma, os anuários são tomados como parte da Cultura Política da Educação e, articulados aos demais documentos, visando construir uma história possível do Ensino Comercial. Sendo assim, um estudo quantitativo poderá vir a ser desenvolvido futuramente, sendo a tese reservada a problemática já apresentada.

⁸⁵ É particularmente interessante o fato de não se encontrar informações sobre as escolas comerciais a partir do ano de 1971, as quais estão disponíveis no Anuário de 1972. Dessa forma, identifico aqui, possibilidades de investigações futuras, às quais recorram a este período de análise.

Tabela 1 – Escolas de Comércio Existentes no Brasil (1910-1912)

Estado	1910	1911	1912
Amazonas	1	1	1
Bahia	1	1	1
Ceará	1	1	1
Distrito Federal	6	6	5
Maranhão	0	0	1
Minas Gerais	1	1	1
Pará	1	1	1
Paraná	4	4	4
Pernambuco	1	1	1
Rio Grande do Sul	7	7	6
São Paulo	9	10	15
Total	32	33	37

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), a partir dos anuários do IBGE

Podemos observar que entre os anos de 1910 e 1912, apenas 11 (dos 21) estados brasileiros contavam com Escolas de Comércio. Dentre estes estados, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal eram os que detinham o maior número de escolas, respectivamente 15, 6 e 5 instituições. Além disso, a partir da tabela 1, é possível afirmar que a primeira escola de Comércio do Maranhão foi criada em 1912, uma vez que não existiam escolas até este momento. Ao analisar o número total de instituições existentes em cada ano, observamos um crescimento relativamente pequeno, sendo que existiam 32 escolas em 1910, 33 em 1911 e 37 em 1912.

É importante destacar que o período entre 1910 e 1912 é anterior às reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, momento em que o Ensino Comercial ainda não havia sido reconhecido e sistematizado. A partir dos anos 1930, esse cenário sofre alterações significativas. Na sequência, a Tabela 2⁸⁶ permite observar a criação de Escolas de Comércio no Brasil para o período entre 1932 e 1971:

⁸⁶ Na tabela, são apresentados os estados brasileiros e o número de Escolas Comerciais existentes a cada ano. É importante destacar que a tabela vai sofrendo alterações em relação aos estados da federação, uma vez que, ao longo da história do Brasil, existiram diferentes divisões territoriais, bem como a mudança de nome de alguns estados. Destaco, por exemplo, o caso do Distrito Federal. Até 1960, o Distrito Federal era O antigo Município Neutro, desmembrado de parte do Rio de Janeiro. Em 1 de abril de 1960 foi inaugurada a nova capital brasileira, Brasília, cuja construção perpassou o projeto desenvolvimentista do Governo de Juscelino Kubitscheck (JK). Para Schwarcs e Starling (2015), a construção de Brasília pode ser entendida como a metassíntese do Plano de Metas do Governo JK.

Tabela 2 - Escolas de Comércio Existentes no Brasil (1932-1971)⁸⁷

Estado	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	3	3
Alagoas	6	5	4	3	2	4	4	3	3	3	5	5	7	6	6	7
Amazonas	6	5	4	7	9	9	13	11	11	11	11	11	14	12	11	9
Bahia	4	6	8	8	11	10	11	11	11	12	13	13	15	16	19	19
Ceará	4	7	7	6	7	8	7	11	12	14	15	17	21	20	24	28
Distrito Federal	60	56	69	79	79	77	80	82	86	89	102	112	138	137	134	122
Espírito Santo	3	2	2	5	6	5	6	5	5	5	5	5	10	8	11	13
Goiás	0	0	2	2	2	0	0	0	0	0	2	3	7	5	10	8
Maranhão	5	8	5	6	6	6	5	5	6	5	4	6	6	7	8	9
Mato Grosso	3	4	3	8	8	8	8	6	6	8	7	9	8	7	7	7
Minas Gerais	40	37	44	55	51	43	44	50	61	56	68	88	124	113	132	134
Pará	13	12	15	15	12	13	13	12	13	14	14	14	21	16	18	18
Paraíba	10	6	5	6	10	10	10	9	12	13	12	14	14	11	11	12
Paraná	2	6	6	8	8	9	13	12	14	11	10	16	25	24	29	31
Pernambuco	31	24	26	25	28	28	21	21	22	24	29	31	46	37	43	47
Piauí	1	2	3	6	5	6	5	5	5	6	7	6	9	8	9	5
Rio de Janeiro	10	19	21	20	23	27	32	29	27	34	38	45	63	75	83	79
Rio Grande do Norte	11	8	7	8	9	11	11	11	11	12	12	12	18	16	21	17
Rio Grande do Sul	25	33	38	48	56	63	64	67	77	78	93	96	115	106	114	98
Santa Catarina	8	9	8	10	7	7	7	7	7	7	9	9	14	14	14	16
São Paulo	157	165	181	194	193	193	208	202	224	236	263	284	369	370	412	384
Sergipe	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	4	4	4	4
Total	401	416	466	512	534	540	564	559	616	640	721	801	1050	1014	1123	1071

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir dos Anuários do IBGE

⁸⁷ Para os anos de 1950, 1951, 1955 e 1956 foram encontrados apenas os números totais de escolas de Comércio no Brasil, sem o detalhamento por estado. Para os anos de 1967 e 1968 não foram encontrados nem o número total nem por estado.

Estado	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Acre	2	2			2	2	1			1	1	1	1	1	2
Alagoas	6	7			5	5	6			11	13	14	16	16	14
Amapá	-	-			2	2	2			2	2	2	2	2	2
Amazonas	8	7			5	9	10			10	12	10	11	10	10
Bahia	14	16			21	24	27			35	38	44	46	50	43
Brasília – DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	5	4
Ceará	21	21			18	16	16			19	20	20	21	24	27
Distrito Federal	106	95			90	87	88			75	81	79	-	-	-
Espírito Santo	11	10			13	13	15			16	18	18	20	24	25
Goiás	5	10			12	15	16			16	19	21	22	31	30
Guanabara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	78	87
Maranhão	7	5			5	5	5			5	6	7	7	7	9
Mato Grosso	6	9			5	7	6			7	6	8	8	9	10
Minas Gerais	105	114			147	169	181			201	214	232	242	258	224
Pará	15	18			16	16	18			19	18	21	22	23	21
Paraíba	15	13			11	14	17			23	27	29	32	39	49
Paraná	23	21			11	21	30			36	44	51	57	60	66
Pernambuco	39	32			22	23	27			29	35	39	39	44	50
Piauí	5	4			5	5	8			11	11	13	12	11	12
Rio Branco	-	-	-	-	-	-	-			1	1	1	1	0	0
Rio de Janeiro	61	55			57	60	62			69	72	73	78	86	91
Rio Grande do Norte	17	15			10	10	15			24	27	28	31	32	34
Rio Grande do Sul	76	79			65	66	76			90	95	104	112	128	128
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	3
Santa Catarina	12	20			14	16	16			24	32	33	37	40	39
São Paulo	331	324			272	272	296			324	365	399	422	448	479
Sergipe	2	2			6	7	8			8	8	7	8	9	10
Total	887	879	874	797	822	864	946	947	1017	1056	1167	1256	1324	1113	1422

Continuação Tabela 2

Estado	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
Acre	2	2	2	2			3	3	1
Alagoas	13	12	13	15			19	19	17
Amapá	2	2	2	2			2	0	2
Amazonas	10	10	10	11			9	13	14
Bahia	36	54	58	64			45	110	116
Brasília – DF	4	6	9	7			9	10	8
Ceará	32	33	37	38			40	46	53
Espírito Santo	31	32	38	51			72	77	76
Goiás	42	42	50	52			62	61	67
Guanabara	101	102	98	104			125	145	149
Maranhão	12	12	12	12			26	32	33
Mato Grosso	20	20	24	27			49	58	54
Minas Gerais	280	278	286	302			445	463	497
Pará	33	33	34	39			48	42	44
Paraíba	57	59	61	67			102	99	104
Paraná	80	80	91	102			126	143	169
Pernambuco	56	64	69	75			92	110	112
Piauí	14	12	10	8			14	14	16
Rio de Janeiro	90	92	94	102			202	216	240
Rio Grande do Norte	37	38	41	43			42	50	53
Rio Grande do Sul	170	169	188	201			278	294	302
Rondônia	3	3	3	3			4	4	4
Roraima	0	0	0	0			0	1	1
Santa Catarina	51	48	56	61			68	68	54
São Paulo	530	526	533	551			569	560	545
Sergipe	10	10	10	10			17	18	17
Total	1728	1739	1828	1946			2518	2672	2748

Continuação Tabela 2

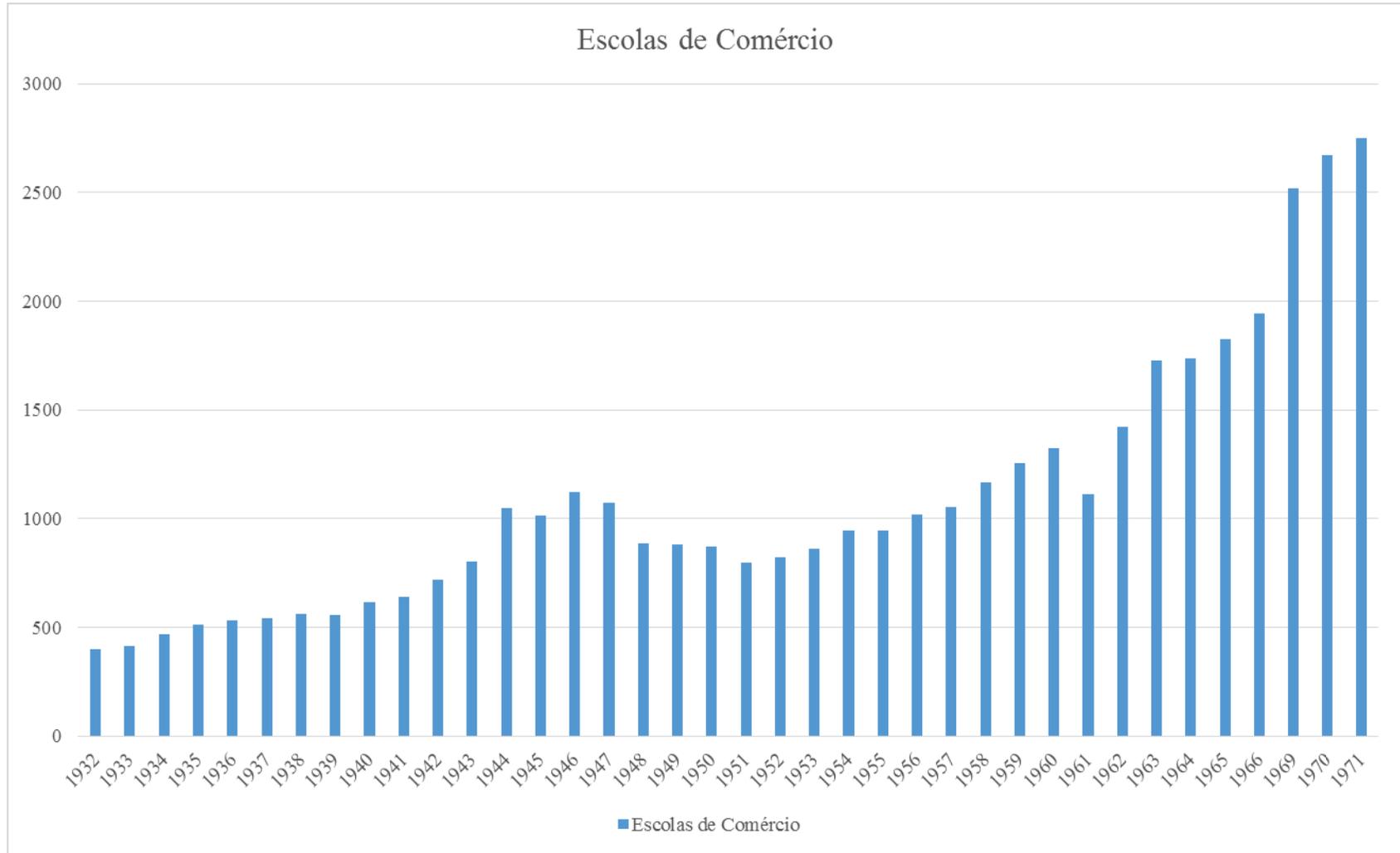
A análise das informações apresentadas na Tabela 2 permite algumas observações significativas em relação ao número de Escolas de Comércio e do Ensino Comercial no Brasil. Embora exista uma lacuna para as informações do período entre 1912 e 1932, alguns apontamentos podem ser apresentados. Em 1912, momento anterior às Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, o país contava com apenas 37 escolas de comércio, distribuídas entre 11 estados. No ano de 1932, logo após a reforma Francisco Campos, o país já continha 401 escolas, distribuídas entre 20 estados brasileiros. Os 9 estados que passaram a contar com escolas de comércio foram Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe. Dessa forma, mesmo sem informações para o período de 1912-1932, é possível afirmar que, ao longo das décadas de 1910 e 1920, o número de Escolas de Comércio aumentou em número em uma proporção de 10 vezes.

Acredito que o crescimento das escolas de comércio neste período se insere no contexto nacional, em especial no processo de desenvolvimento tardio e internacionalizado do capitalismo brasileiro, anteriormente apresentado. Esse processo de desenvolvimento do capitalismo se deu ainda em meio à industrialização, urbanização e a propostas de modernização, ambos financiados pelo café, gerador do capital produtivo, comercial e bancário (MORAES, 2000).

Conforme destaquei anteriormente, em 1912, os estados com o maior número de instituições voltadas para o ensino comercial eram São Paulo (15), Rio Grande do Sul (6) e o distrito Federal (5). Embora estes estados ainda estejam os que detém o maior número de escolas, sendo São Paulo (157), Distrito Federal (60) e Rio Grande do Sul (25), outros estados também passaram a contar com um número significativo de instituições, como Pernambuco, com 31, e Minas Gerais, com 40. É possível observar que Minas Gerais ultrapassa o Rio Grande do Sul, sendo o terceiro estado com maior número de instituições. Entendo que a forte presença de escolas de comércio em São Paulo e Minas Gerais possa ser entendida ainda como resquícios da política do café-com-leite, característica da Primeira República (1889-1930). Além disso, é possível aferir que estas escolas desempenharam algum papel importante na organização destes estados, uma vez que formavam profissionais para atuarem em instituições públicas e privadas.

A análise específica do número de instituições existentes a cada ano permite também algumas observações importantes. Para melhorar interpretação destas informações, proponho sua organização no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Escolas de Comércio existentes no Brasil (1932-1971)



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A análise conjunta da Tabela 2 e do Gráfico 1 permitem algumas considerações. Inicialmente destaca-se que, com poucas exceções, existe um processo crescente e contínuo do número de instituições. É possível observar que no período entre 1932 e 1938, o número de escolas de comércio é sempre crescente, iniciando em 401 e atingindo o número de 564 instituições. Após o decréscimo de 5 escolas, em 1939, o total de instituições continua a aumentar até 1944, chegando à 1050. Logo após a Reforma Gustavo Capanema, no ano de 1943, observa-se o aumento significativo de instituições, passando de 801 para 1050, o que equivale a 249 novas escolas. Em 1945 observa-se um pequeno declínio do número de instituições, que passam a ser um total de 1014. Considerando as análises até aqui apresentadas, acredito que esse declínio, assim como o de 1947, possa resultar do processo de adaptação das escolas à Reforma Capanema. Essa afirmação pode ser reforçada pela análise do documento “Estabelecimentos de Ensino Comercial Existentes no Brasil – 1946”.

Contendo 44 páginas, o documento consiste em uma publicação do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do ano de 1946. Ao longo de suas páginas, o documento apresenta o rol de Escolas Técnicas de Comércio e Escolas Comerciais⁸⁸ existentes em cada estado brasileiro. Apesar de algumas discrepâncias em relação ao número total de escolas⁸⁹, o documento apresenta um elemento importante, que é a existência de instituições de ensino comercial em processo de verificação.

O processo de verificação consistia em uma análise para averiguar a capacidade de as instituições de fato oferecerem o ensino comercial. Na sequência, a Tabela 3 apresenta o número de instituições em processo de verificação prévia no ano de 1946:

⁸⁸ Embora não apresente a diferença entre Escolas Técnicas de Comércio e Escolas Comerciais, acredito que as ‘técnicas’ se refiram aquelas que ofereciam as modalidades de formação do Ensino Comercial (Comércio e Propaganda, Administração, Contabilidade, Estatística e Secretariado) e, as escolas ‘comerciais’, aquelas que ofereciam apenas os cursos de Continuação e Aperfeiçoamento.

⁸⁹ É importante destacar que os dados deste documento estão em dissonância dos apresentados nos Anuários do IBGE. O número total de escolas que este documento apresenta para 1946 é de 450. Optei em trabalhar com os dados do IBGE, pois acredito que esta publicação toma apenas aquelas escolas que ofereciam exclusivamente o Curso Comercial, desconsiderando as que ofereciam mais de uma modalidade de ensino técnico.

Tabela 3 – Instituições em Verificação Prévia (1946)

Estado	Total
Acre	0
Alagoas	0
Amazonas	1
Bahia	2
Ceará	1
Distrito Federal	12
Espírito Santo	4
Goiás	2
Maranhão	1
Mato Grosso	1
Minas Gerais	16
Pará	0
Paraíba	1
Paraná	2
Pernambuco	0
Piauí	1
Rio de Janeiro	9
Rio Grande do Norte	2
Rio Grande do Sul	4
Santa Catarina	0
São Paulo	15
Sergipe	0
Total	74

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Conforme podemos observar na Tabela 3, além das escolas de comércio já existentes, existiam 74 instituições em processo de verificação, o que evidencia que novas instituições estavam sendo criadas. Acredito que esse processo de verificação possa ser o responsável por algumas alterações no número total de instituições, uma vez que não se encontram informações sobre o tempo que levava para a instituição ter permissão para entrar em funcionamento.

Retomando o Gráfico 1, podemos observar um pequeno declínio em relação ao número de escolas comerciais entre 1948 e 1951. Em 1952, o número de instituições chega a 822, e passa a um crescente constante até 1961. Após um decréscimo em 1961, o número de escolas chega a 1422 em 1962. A partir de 1962 até 1971, o número de escolas de comércio é sempre crescente, atingindo o total de 2748 instituições.

Acredito que este crescente número de escolas de comércio evidencie a importância que esta modalidade de ensino passou a ter a partir das reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema. Depois destes decretos organizarem e reorganizarem o curso e as profissões comerciais, a LDB de 1961 praticamente não menciona esta modalidade de ensino. Depois da análise de estudos anteriores, identifiquei na Reforma do Ensino de 1971 a emergência de um

novo processo que, acredito, levou a uma série de transformações e/ou desaparecimento das escolas e dos cursos comerciais de nível técnico. É este processo que será abordado na sequência.

4.3 PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO DAS ESCOLAS E CURSOS COMERCIAIS

Após a análise da trajetória e da história de diferentes instituições educativas que ofereceram o ensino comercial, percebi na Reforma de 1971 (decreto lei nº 5.692) a emergência do processo de desaparecimento ou de transformações das escolas técnicas de comércio⁹⁰. Conforme salientei anteriormente, o processo de Revisão de Literatura permitiu-me entrar em contato com pesquisas que analisam diferentes instituições comerciais: Andrade (2014); Faria (2011); Silva (2015); Vieira (2010); Lima, Duarte Filho e Santos (2010), entre outros. No entanto, estas pesquisas dedicam pouca análise para a lei nº 5.692/71, seja pelo recorte temporal estabelecido ou porque centram-se apenas na história de uma instituição específica, sem a intenção de compreender o ensino comercial de forma ampla. Sendo assim, considero importante atentar para a LDB de 1971 e sigo apresentando esta lei e o contexto no qual a mesma é assinada.

Alejandra Pascual (2014) afirma que, após o final da Segunda Guerra Mundial, emergem vitoriosas duas grandes superpotências: Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em julho de 1945, o primeiro-ministro inglês Churchill profere um discurso que ajudaria a dar um novo foco à política internacional das nações ocidentais, assim como a mudança do inimigo que antes era o nazismo alemão e o fascismo italiano, para ser, a partir de então, a União Soviética e os países aliados. O discurso gerou o imaginário de que a URSS e a organização comunista internacional tinham “tendência expansionista”, derivado de um antagonismo inconciliável com o mundo capitalista. Em

⁹⁰ Além da Reforma do Ensino de 1971, outro elemento que pode ter contribuído para o processo de transformação das escolas comerciais é a Reforma Universitária de 1968 (BRASIL, 1968). De acordo com Carlos Benedito Martins (2009), esta legislação, decretada durante a Ditadura Militar, produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, a Reforma modernizou parte significativa das universidades federais e de algumas instituições estaduais e confessionais que passaram a aderir, gradualmente, às modificações acadêmicas. Algumas instituições passaram a articular ensino e pesquisa, foram abolidas as cátedras vitalícias e introduziu-se o regime departamental. No entanto, conforme destaca o autor, ao mesmo tempo em que produziu efeitos inovadores, a Reforma abriu condições para a emergência de instituições privadas organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a transmissão de conhecimentos estritamente profissionalizantes e distanciados das atividades de pesquisa. Este ensino superior privado tende a ser qualitativamente diferente do anterior, tratando-se de um sistema estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para o lucro econômico. Acredito que, de forma geral, parte das instituições superiores criadas passaram a oferecer o Curso Superior de Contabilidade, contribuindo para o processo de desaparecimento ou transformações sofridas pelas Escolas de Comércio.

março de 1947, o presidente Truman proclamava a doutrina que levou seu nome e consistia na contenção do expansionismo soviético e comunista, o que para muitos foi o início das disputas geopolíticas da Guerra Fria.

De acordo com Enrique Serra Padrós (2004), os EUA acreditavam ter a missão de defender o mundo do comunismo, considerando que existia ameaça comunista em qualquer país que lhe deixasse de ser favorável. Após o Final da Segunda Guerra Mundial, através da conferência de Bretton Woods e do Plano Marshall, os Estados Unidos deram início a uma “norte-americanização” da economia internacional. É neste cenário mundial que se desenvolvem as ditaduras latino-americanas: política de campo, seleção do inimigo objetivo e burocrática técnica de eliminação.

A história da república brasileira configura-se como uma sucessão de regimes autoritários e momentos democráticos. As tentativas de golpe e os golpes estão entranhados na história do país. Uma tentativa de golpe sem sucesso ocorre no ano de 1961, quando os militares pretendiam assumir a presidência a partir da renúncia de Jânio Quadros, visando impedir seu vice, João Goulart, de tomar posse. A partir da ‘Campanha da Legalidade’, Schwarcz e Starling (2015, p. 435) destacam que Leonel de Moura Brizola “se tornou a primeira liderança civil a resistir abertamente a um golpe militar”. A resistência de Brizola consegue adiar o golpe, no entanto, na noite do dia 31 de março para o dia 1º de abril de 1964 tem início a Ditadura Civil Militar brasileira.

Dentre as preocupações dos militares no poder estava a educação, o que fez com que, no dia 11 de agosto de 1971, durante o governo de Emílio Médici, fosse assinada a lei nº 5.692, a qual é responsável por reformular o ensino de 1º e 2º graus. O decreto é composto por oito capítulos e 88 artigos, dos quais a preocupação em formar sujeitos para o mundo do trabalho pode ser observada já no Capítulo I, intitulado de Do Ensino de 1º e 2º Graus”, no qual lê-se:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, decreto- lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971).

Em paralelo à formação para o desenvolvimento das potencialidades e para o exercício da cidadania, ganha destaque a formação qualificada para o trabalho. Além disso, de acordo com o artigo quarto, tanto os currículos do 1º quanto do 2º grau⁹¹ deveriam ter uma base comum e outra diversificada, visando atender as necessidades locais e dos alunos. Para o

⁹¹ Entendido como ensino de 1º Grau o primário e de 2º Grau o ensino médio. O Ensino Comercial é associado ao ensino de 2º Grau.

ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação ficava responsável em fixar além do núcleo comum, o mínimo exigido para diferentes habilitações profissionais. A reforma estabelece ainda que tanto o ensino de 1º quanto o de 2º Grau passam a contar com as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde e Ensino Religioso, sendo este último de matrícula facultativa.

O decreto ressalta que no ensino de 2º grau deveria predominar a parte de formação especial, pois a mesma estaria voltada para a habilitação profissional do aluno, oferecida de acordo com as necessidades do mercado de trabalho regional, sendo que as empresas poderiam cooperar com a educação a partir da oferta de estágios. Penso que esta formação para o trabalho retira do ensino comercial de nível técnico parte da sua função de formar profissionais para atuarem, como se expressou em decretos anteriores, em espaços de administração tanto públicos quanto privados. Acredito que o processo de tecnicização da educação a partir desta reforma altera diretamente o reconhecimento e as funções dos profissionais técnicos em contabilidade.

O Capítulo III do decreto lei apresenta normas específicas para o ensino de 2º Grau que, de acordo com o artigo 21º, seria destinado à formação de adolescentes que já tivessem concluído o 1º Grau, podendo ter duração de três ou quatro anos de acordo com cada habilitação, permitindo que o sujeito prosseguisse no ensino superior. Quanto aos certificados de conclusão correspondentes às habilitações profissionais do ensino de segundo grau, caberia ao estabelecimento expedi-los, sendo os mesmos registrados em um órgão local o Ministério da Educação e Cultura.

Dessa forma, a partir da Reforma do Ensino de 1971, o ensino técnico comercial passa a ser uma habilitação do ensino de 2º grau, sob a denominação de Técnico de Contabilidade. A obra *Ensino de 1º e 2º graus: estrutura e funcionamento* (JARDIM, et all, 1979), apresenta 99 habilitações existentes, divididas em técnicos (com 52 tipos) e “outras habilitações”, (com 47 possibilidades de profissões). Dentre as habilitações tidas como “técnicas”, destaca-se técnico em agropecuária, agricultura, pecuária, edificações, estradas, saneamento, agrimensura, mecânica, contabilidade, estatística, publicidade, secretariado, comercialização e mercadologia, calçados, entre outros. Além disso, os anuários do IBGE não apresentam mais informações específicas sobre o Ensino Comercial, provavelmente pelo fato da modalidade de ensino estar entre uma das tantas outras habilitações de segundo grau. Dessa forma, não é possível fazer o levantamento do número de escolas comerciais e ver se o número se altera em relação aos momentos anteriores.

Como podemos observar, a reforma de 1971 acaba por fragmentar o ensino de segundo grau, reduzir o ensino comercial a uma habilitação desta modalidade de ensino e contribuir para o início de um processo de transformação ou desativação de escolas comerciais existentes. Desta forma, tomo o ano de 1971 como baliza cronológica desta pesquisa, entendendo que a consolidação do Ensino Comercial se dá no período entre 1931 e 1971. Essas datas são recortes feitos no tecido histórico, a partir dos argumentos até aqui apresentados. No entanto, outros pesquisadores poderão encontrar outros marcos e outras interpretações deste processo.

Após a Reforma de 1971, a LDB de 1996 não atenta para o ensino comercial, sendo considerada pelo Conselho Federal de Contabilidade (2008b) como o marco de extinção do curso técnico em contabilidade de segundo grau. A LDB de 1996 estabeleceu que a educação escolar seria composta de educação básica (dividida em infantil, ensino fundamental e ensino médio) e de educação superior. A seção IV, voltada para a organização do Ensino Médio, caracteriza-o como a etapa final da educação básica, com a finalidade de:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
 - II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
 - III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
 - IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- (BRASIL, 1996, art. 35).

O artigo 35 demonstra que, apesar de mencionar a preparação para o trabalho, o decreto não apresenta maiores informações a respeito de modalidades técnicas de formação. Além disso, o parágrafo segundo do artigo 36 acrescenta apenas que “O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996, art. 36, § 2º) e o parágrafo quarto que “a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional” (BRASIL, 1996, art. 36, § 4º). O capítulo III da seção IV é voltado para educação profissional. No entanto, também não atenta para as modalidades de habilitação profissional. O capítulo IV da mesma seção legisla sobre o Ensino Superior, estabelecendo que ele abrange os cursos sequenciais, de graduação, pós-graduação (especialização, aperfeiçoamento, mestrado e doutorado) e de extensão.

Acredito que o ensino comercial passa a estar relacionado ao nível superior, em especial nos cursos de graduação em Contabilidade, Economia e Administração. Como consequência destas mudanças, as escolas comerciais passam por processos de transformação (migram para o ensino de nível superior) ou de desaparecimento (fechamento). Essa afirmação poderá ou não ser comprovada em pesquisas futuras, uma vez que extrapola o recorte temporal e a temática aqui definida.

Ao longo deste capítulo, procurei identificar a emergência do Ensino Comercial sistematizado no Brasil e analisar a sua trajetória enquanto modalidade educativa. A partir das reflexões apresentadas, articulando a literatura já produzida e as diferentes legislações e reformas específicas, apresentei uma divisão possível das fases pelas quais as habilitações comerciais passaram, centrando a investigação nas condições de possibilidade para a emergência e na consolidação do Ensino Comercial.

Após a análise detalhada das Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, bem como do número e instituições criadas e em verificação no país, acredito ter justificado parte dos argumentos que me levam a defender a tese aqui construída, especialmente em relação à consolidação e especificidade do ensino Comercial no período entre a Era Vargas (1930-1945) e a Reforma do Ensino de 1971.

Para contemplar o restante da tese, é preciso ainda analisar as relações de poder e interesses envolvidos neste processo. Sendo assim, para dar continuidade à investigação, e, em especial sobre o processo de atuação das Reformas aqui apresentadas, os próximos capítulos atentam para a análise da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (SP), da Escola Técnica de Comércio de Porto Alegre (RS) e da Academia de Comércio de Santa Catarina (SC)

5 A FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ALVARES PENTEADO (1931-1971) E A CULTURA ESCOLAR NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sou Alvarista
 Co..orgulho o digo
 É minha escola
 Meu santo abrigo
 Sob seu teto
 Tão gasaloso
 Vivo contente
 Feliz ditoso (FECAP, hino, s.n.)⁹².

Ao longo dos capítulos até aqui apresentados, analisei o ensino comercial em caráter macro, discutindo sua emergência e sua institucionalização na Itália e em Portugal, bem como seu processo de emergência, afirmação e consolidação no Brasil. No capítulo anterior, explorei, em especial, as diferentes reformas do ensino comercial brasileiro, tomadas como parte da Cultura Escolar Política. Neste capítulo e nos próximos dois, embora proponha um diálogo com as relações já estabelecidas, faço um deslocamento para a Cultura Escolar Empírica e, passo a analisar elementos de instituições escolares específicas.

O deslocamento realizado visa atender aos objetivos propostos na pesquisa, em especial, o de problematizar os processos de emergência e consolidação do Ensino Comercial a partir das Reformas Educacionais e das Culturas Escolares das escolas técnicas comerciais. Ao longo da pesquisa de doutorado, sobretudo durante a revisão de literatura, foi possível fazer o levantamento de informações referentes à existência de diversas escolas comerciais em todo o território nacional.

Dentre as pesquisas localizadas na revisão de literatura, foram aprofundadas leituras sobre instituições de Ensino Comercial no Sergipe (ANDRADE, 2014), Piauí (LIMA, DUARTE FILHO; SANTOS, 2010), São Paulo (POLATO, 2008), Santa Catarina (FARIA, 2011; AMORIM, 1999) e Rio Grande do Sul. No caso do último estado, foram localizadas pesquisas sobre diversas instituições: Curso Comercial Mauá (BARBOSA; OTT, 2013), Escola de *Commércio* de Porto Alegre (ETC UFRGS) (VIZENTINI, 1979; BARBOSA; OTT, 2013; FONSECA, CARRION, 2006), Curso Técnico do Professor Augusto Menegatti (RECH, 2015), Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora do Rosário (CLEMENTE, 2001; RODRIGUES, 2004) e Escola Técnica Comercial do Colégio Farroupilha (SILVA, 2017).

Todas estas investigações, como salientei anteriormente, centram em Instituições de Ensino Comercial, não sendo o foco principal de nenhuma delas a modalidade de ensino por

⁹² Para letra completa do Hino Alvarista, ver o Anexo A.

si mesma. Desta forma, o caráter de ineditismo da tese aqui apresentada está em investigar uma modalidade de ensino responsável pela formação de diversos profissionais e, não em estudar uma instituição específica.

Embora não seja minha intenção tomar as instituições escolares como o objeto central, elas foram fundamentais para a compreensão do Ensino Comercial, uma vez que considero que as reformas educativas só podem ser compreendidas dentro do contexto histórico e geográfico das instituições que oferecem determinada modalidade de ensino. Sendo assim, é na articulação entre as diferentes esferas da memória educativa que acredito poder estudar o Ensino Comercial, identificando as relações de poder envolvidas no processo de institucionalização e consolidação desta modalidade de ensino, bem como problematizando os processos de atuação das reformas por parte das escolas comerciais.

Dessa forma, foi necessário a escolha de instituições que, apesar das suas particularidades, permitissem uma relação com o plano macro, visando compreender o ensino comercial brasileiro. As instituições escolhidas foram a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, de São Paulo; a Academia de Comércio de Santa Catarina; e a Escola de *Commércio* de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A escolha destas três instituições ocorreu por motivos teórico-metodológicos e práticos. Em relação aos motivos teórico-metodológicos, destaco que estas instituições estão entre as mais antigas dos estados onde foram criadas, sendo a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado fundada em 1902, a Escola de *Commércio* de Porto Alegre em 1909 e a Academia de Comércio de Santa Catarina em 1917. Além disso, estas instituições acabaram originando algumas das principais Faculdades de Economia e Administração, conforme demonstrarei nos próximos capítulos. Outro elemento importante é que, devido aos anos de existência destas instituições, ambas passaram por parte significativa das reformas do Ensino Comercial apresentadas no capítulo anterior. Sendo assim, mesmo ciente dos riscos de possíveis generalizações, acredito que analisar escolas de três estados diferentes permite uma análise mais geral sobre o ensino comercial brasileiro do que a análise de instituições de um único estado.

Em relação aos motivos práticos que levaram a estas escolhas, destaco dois. O primeiro refere-se ao fato de que todas as instituições já foram objeto de algum estudo, o que permitiu maior facilidade no momento de garimpar as fontes destas instituições. É importante destacar que, mesmo tomando instituições já estudadas, esta pesquisa mantém-se inédita, uma vez que os trabalhos realizados tomaram as escolas como objeto de sua investigação.

O segundo motivo prático refere-se à disponibilidade e ao acesso das fontes a serem consultadas. Ao longo dos anos de doutorado, foi possível identificar, selecionar e organizar as fontes referentes às três instituições. Em relação à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, as fontes que permitiram seu estudo encontram-se salvaguardadas na biblioteca da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), de São Paulo. Sobre a Escola de *Comércio* de Porto Alegre, a principal fonte é o livro “Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio (1909-1979)”, do historiador Paulo Gilberto Fagundes Vizentini. Publicada em 1979, a obra reúne a lista de todos os alunos formados no curso comercial entre 1909 e 1979, lista de todo o corpo docente da instituição, ata de fundação da escola, a declaração de instituição de utilidade pública, termo de compromisso da instituição, portarias, regimentos, entre outros. Para a Academia de Comércio de Santa Catarina, as fontes encontram-se salvaguardadas no Acervo do Museu da Escola Catarinense (Florianópolis – SC).

Na sequência, passo a analisar cada uma das instituições escolhidas. A análise inicia com o estudo do estado no qual a escola se situa, propondo relações entre o plano nacional e o regional. Na sequência, proponho o estudo da atuação das reformas do ensino comercial em cada uma das instituições investigadas. É importante destacar ainda que, embora o recorte temporal da pesquisa centre no processo de consolidação do ensino Comercial no Brasil (1931-1971), a análise das instituições educativas não se deu apenas dentro destes marcos. Para investigar as instituições ao longo de sua existência, as balizas cronológicas nem sempre foram respeitadas, uma vez que os marcos são recortes arbitrários. Dessa forma, em diferentes momentos, foi necessário o afastamento e aproximação do recorte estabelecido.

Por fim, destaco que foram elencados elementos comuns a serem investigados sobre cada uma destas escolas. A escolha destes elementos permite a análise das reformas do Ensino Comercial e das relações de poder envolvidas neste processo. As análises oferecem reflexões sobre a história de cada instituição em articulação com o plano nacional e regional.

Os elementos comuns, que compõem a narrativa apresentada, são: a história da escola de comércio, os cursos oferecidos e suas transformações a partir das reformas, as aulas ministradas, a administração e organização da instituição, os profissionais do comércio formados por cada instituição e a perpetuação da memória educativa. Na medida do possível, tentei manter o equilíbrio de cada um destes pontos para todas as escolas. No entanto, as fontes disponíveis e a importância da particularidade de um ou outro tópico, fazem com que, em determinados momentos, alguns possam ser mais ou menos explorados que os outros.

Após estas colocações, adotando como critério a data de fundação das instituições como elemento direcionador, inicio a análise com a Fundação Escola de Comércio Álvares de

Penteado e o estado de São Paulo, seguida da Escola de Comércio de Porto Alegre no Rio Grande do Sul e, encerro com a Academia de Comércio de Santa Catarina.

5.1 O ENSINO COMERCIAL EM SÃO PAULO: CAFÉ, IMIGRAÇÃO E ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Conforme destaca Maurício Fonseca Polato (2008), a história da cidade de São Paulo está atrelada à produção cafeeira e à imigração para o trabalho nas lavouras de café. Especialmente a partir dos anos 1870, o desenvolvimento das lavouras e a implementação de estradas de ferro contribuíram para o processo de urbanização tanto da cidade quanto do estado de São Paulo. Ao abordar o processo de imigração, destaca que os imigrantes foram direcionados em duas frentes, sendo uma rural (trabalho nas lavouras) e outra urbana (trabalho na indústria e de prestação de serviços).

Em relação ao processo de imigração europeia para o Brasil, Schwarcz e Starling (2015) destacam que, embora a experiência tivesse forte significado para o Império, foi no contexto da Primeira República que ela foi intensificada. Com o fim da escravidão e a desorganização momentânea da mão de obra, diferentes esforços foram mobilizados para atrair imigrantes para o Brasil. Segundo as autoras, “enganados por uma propaganda ilusória, poloneses, alemães, espanhóis, italianos, portugueses e, mais tarde, (a partir dos últimos anos da década de 1910), japoneses foram tomados por uma febre imigratória” (SCHWARCZ; STARLING, 2010, p. 323). Desde o início, o processo de imigração apresentou características distintas nas diferentes regiões brasileiras. No sudeste, especialmente em São Paulo, o modelo que vigorou foi o de imigração estrangeira subvencionada pelo Estado ou pelos proprietários de terra, para o trabalho nas fazendas e, com forte atuação do governo estadual.

É importante destacar ainda que, embora a política de imigração estivesse voltada para o trabalho na lavoura rural, o crescimento urbano fez com que parte significativa do contingente imigratório fosse deslocado para as cidades, atraídos por novas oportunidades. De acordo com Polato (2008, p. 10):

O expressivo aumento da população na cidade no último quartel do século XIX, na maioria imigrantes que traziam consigo novos hábitos de consumo, gerou profundas transformações na vida urbana paulistana, entre elas a ampliação de empreendimentos para atender a essa nova demanda de consumo e serviços com consequente aumento das ofertas de emprego (POLATO, 2008, p. 10).

Conforme se observa, o autor entende que as demandas da atividade cafeeira, o processo de urbanização e os novos hábitos de consumo levaram à intensificação das atividades comerciais e industriais na cidade de São Paulo. Para reforçar seu argumento, Polato (2008) apresenta uma tabela relativa aos anos de fundação de estabelecimentos industriais na cidade de São Paulo:

Tabela 4 - Cidade de São Paulo – Repartição dos estabelecimentos industriais, segundo data de fundação (1885-1919)

Datas	Estabelecimentos
1885-89	55
1890-94	138
1895-99	161
1900-04	334
1905-09	414
1910-14	1038
1915-19	1867

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir de Polato (2008)

A análise da tabela 4 permite algumas reflexões acerca do crescimento dos estabelecimentos industriais na cidade de São Paulo. Dividida em sete períodos de cinco anos, situados entre 1885 e 1919, a tabela 9 demonstra o crescimento constante destes estabelecimentos. Sendo assim, é possível afirmar que nos últimos anos do Império (1885-1889), a cidade de São Paulo contou com a abertura de 55 novos estabelecimentos industriais. Estes estabelecimentos foram criados durante a vigência do Código Comercial Brasileiro (BRASIL, 1850), período marcado, como destaquei no Capítulo 4, pelas altas da produção de café, instalação das primeiras linhas de telégrafos, construção das primeiras estradas de ferro e, pelas entrada de imigrantes europeus e asiáticos para o trabalho na lavoura cafeeira.

Nos cinco anos seguintes (1890-1894), período situado dentro da chamada República da Espada (1889-1994), o número de novas empresas passou de 55 para 138, o que aponta o aumento da importância econômica da cidade de São Paulo. O crescimento do número de estabelecimentos comerciais é ainda mais significativo ao longo da República do Café com Leite (1894-1930). Conforme destacam Schwarcz e Starling (2015), em 1894, foram convocadas eleições presidenciais, com vitória de Prudente de Moraes, do Partido Republicano Paulista (PRP), dando início a ascensão deste partido. De acordo com as autoras, Prudente de Moraes visava, dentre outras coisas, garantir os interesses dos cafeicultores de São Paulo.

A compreensão dos episódios políticos relacionados ao estado de São Paulo, facilitam a compreensão da análise do crescimento de instituições industriais na sua capital. Desta

forma, observa-se que o número de novas empresas é cada vez maior ao longo dos anos: 161 entre 1895-1899, 334 entre 1900-1904, 414 entre 1905-1909. Observa-se um salto significativo nos períodos entre 1910-1914 e 1915-1919, nos quais foram criadas, respectivamente, 1038 e 1867 novas repartições industriais.

O crescimento destas repartições está associado ainda à criação de instituições como a Associação Comercial de Santos (1870), a Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio (1879), a Associação Comercial e Agrícola de São Paulo (1884), a Junta Comercial de São Paulo (1890), o jornal *O Commercio* de São Paulo (1893) e à Associação Comercial de São Paulo, que sucedeu a Associação Comercial e Agrícola, em 1894 (POLATO, 2008).

Considerando o exposto até este momento, concordo com Polato (2008) que, em consequência do processo de urbanização da capital paulista, do desenvolvimento do comércio e das atividades industriais, da preocupação em organizar e aprimorar essas atividades, bem como da necessidade de mão de obra qualificada para o setor público, emerge a necessidade de profissionais habilitados para trabalharem e gerenciarem estas instituições. Entendo que são as instituições de Ensino Comercial as responsáveis por formar parte deste corpo profissional. Desta forma, proponho retomar as Tabelas 1 e 2, apresentadas no capítulo 4, para analisar a criação de escolas de comércio em São Paulo.

De acordo com a Tabela 1, no período entre 1910 e 1912, o Brasil possuía, respectivamente, 32, 33 e 37 Escolas de Comércio. Conforme discutido anteriormente, o estado de São Paulo é o que contava com o maior número de escolas, sendo 9, 10 e 15. A centralidade adquirida pelo estado pode ser entendida dentro das modificações políticas e econômicas da Primeira República, expressas nos fatores já apresentados. Para analisar o crescimento de instituições neste estado, retomo a Tabela 2, que apresenta as Escolas de Comércio existentes no Brasil para o período entre 1932 e 1971 e, construo uma tabela específica para São Paulo:

Tabela 5 - Escolas de Comércio Existentes em São Paulo (1932-1971)

1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
157	165	181	194	193	193	208	202	224	236	263	284	369	370
1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
412	384	331	324	-	-	272	272	296	-	-	324	365	399
1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971		
422	448	479	530	526	533	551	-	-	569	560	545		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), a partir dos anuários do IBGE

Conforme se observa na Tabela 5, ao longo do período entre 1932 e 1971, o estado de São Paulo contou com o aumento significativo do número de escolas de comércio. Entre 1932 e 1935 o número de escolas é crescente, passando de 157 para 194, respectivamente. Após diminuir para 193 instituições em 1936 e estabilizar nos anos de 1937, a quantidade de escolas volta a aumentar, passando para o total de 208 em 1938. Após uma pequena redução de escolas em 1939 (202), o número volta a ser crescente de 1940 até 1946, quando atinge o total de 412 estabelecimentos.

É possível observar que, na passagem de 1943 para 1944, momento de transição para a atuação da reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1943), o número de escolas de comércio em São Paulo passou de 284 para 369, o que corresponde à criação de 85 novas instituições. Em todo o período de 1932 a 1971, este foi o momento de maior aumento do número de instituições de comércio no estado, o que, mais uma vez, reforça o argumento de importância desta reforma para a consolidação do ensino comercial brasileiro.

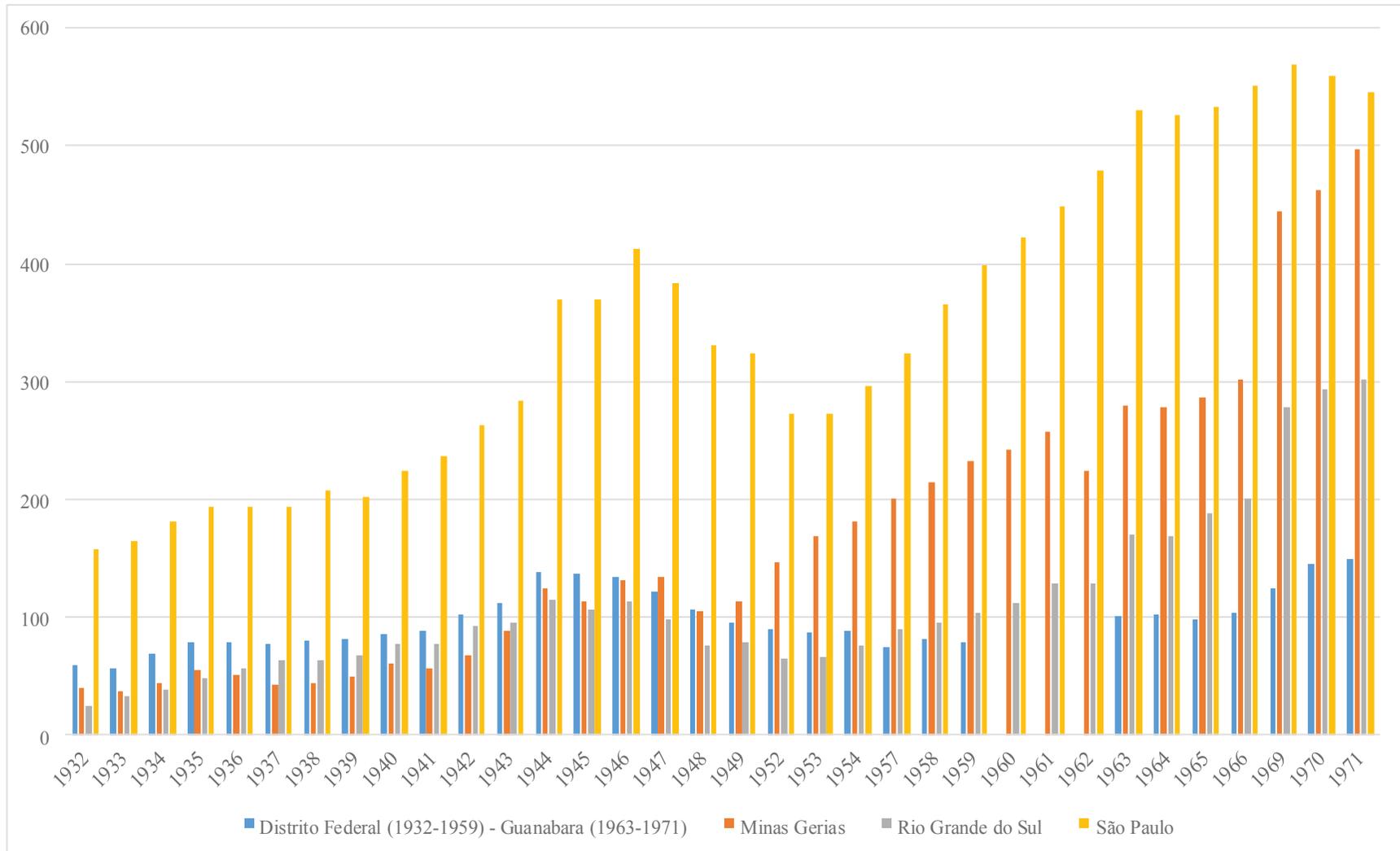
Após atingir 412 estabelecimentos em 1946, o número de instituições entra em declínio até 1952, quando atinge o número de 272⁹³. Embora não seja minha intenção identificar o que teria levado ao decréscimo do número de escolas, é possível que este fato esteja relacionado ao processo de atuação da Reforma Capanema (BRASIL, 1943) pelas instituições educativas, que precisam se colocar dentro dos padrões legais para manter seu funcionamento. Desta forma, embora inicialmente impulse o crescimento do número de escolas, a Reforma também causa o movimento contrário, até que as instituições atendam às normativas legais.

Em 1954 o número de estabelecimentos volta a crescer. Em 1957 o número de instituições de comércio chega a 324, aumentando de forma contínua até 1963, quando atinge 530. De 1963 até 1971 o número de escolas de comércio oscila, sendo o ápice do número de instituições encontrado em 1969 (569).

Conforme já destacado anteriormente, ao longo de todo o período de 1932-1971, o estado de São Paulo foi o que contou com o maior número de escolas de comércio, sendo seguido pelo Distrito Federal (quando no antigo estado de Guanabara) e pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Gráfico 2 sistematiza o número de instituições de comércio nestes três estados e no Distrito Federal:

⁹³ Conforme se observa na tabela, não foram localizados os dados para os anos de 1950 e 1951. No entanto, a diminuição do número de escolas de comércio é constante nos demais anos, permitindo a generalização de declínio entre 1946 e 1952.

Gráfico 2 – Estados com o maior número de instituições Comerciais (1932-1971)



Fonte: elaborado pelo autor (2020) a partir dos dados do IBGE

Conforme podemos observar no Gráfico 2, ao longo de todo o período em análise, o estado de São Paulo esteve à frente de todos os outros em relação ao número de escolas de comércio. De acordo com as observações já apresentadas, este fato pode estar relacionado à importância política e econômica do estado. Em relação ao segundo estado com maior número de instituições de comércio, este local foi ocupado pelo Distrito Federal (Guanabara) no período entre 1932 e 1946.

No ano de 1947, é possível observar que o estado de Minas Gerais supera o Distrito Federal, permanecendo nesta colocação ao longo de todo o restante do período. Embora o período estudado seja posterior à chamada política do café com leite, ainda é possível observar resquícios da atuação dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em 1957 é possível observar que o estado do Rio Grande do Sul supera o Distrito Federal em número de escolas comerciais, passando aquele a ocupar o terceiro lugar na colocação nacional até 1971. No ano de 1960 ocorreu a transferência do distrito Federal do Rio de Janeiro (Guanabara) para Brasília. Não são localizadas informações para o estado de Guanabara entre 1961 e 1963. A partir de 1963, os dados localizados não referem-se mais a Guanabara enquanto Distrito Federal.

Ao longo da primeira parte deste capítulo, procurei destacar a importância dos estabelecimentos de Ensino Comercial no estado de São Paulo, propondo articulações em relação à política macro do país, bem como em relação às especificidades do estado (lavoura cafeeira, imigração e criação de estabelecimentos industriais). Na sequência, tomo a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado como centro da investigação para pensar o Ensino Comercial em São Paulo e os processos de atuação das reformas por parte das escolas comerciais.

5. 2 A FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Considerando o exposto até o presente momento, é possível observar a importância do ensino comercial no estado de São Paulo. Para analisar a Cultura Empírica da Memória Educativa do Ensino Comercial deste estado, elegi a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado⁹⁴ para ser estudada. Conforme anteriormente apresentado, essa escolha se deu pelo fato de a instituição ser a primeira reconhecida no estado, bem como pelo fato de contar com

⁹⁴ Conforme demonstrarei ao longo do capítulo, a instituição mudou de nome diversas vezes. Optei pelo uso do nome atual da instituição, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap).

trabalhos anteriores e documentos que permitem a tecitura de uma narrativa possível da sua história.

A epígrafe que abriu este capítulo foi retirada do Hino Alvarista, canção institucional cantada atualmente na Fecap. A letra remete ao orgulho de fazer parte desta instituição, escola e “santo abrigo”. Mas como historicizar esta escola comercial? É na Cultura Empírica da Memória Educativa desta instituição que encontram-se elementos para pensa-la em uma perspectiva historiográfica. A partir do Histórico da Fundação⁹⁵ (FUNDAÇÃO, 1932), é possível afirmar que, embora fundada em 1902, as condições de possibilidade para a criação da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), remontam ao final do século XIX e início do século XX. De acordo com o documento, em 1890, “o dr. João Pedro da Veiga Filho, então lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, vereador à Camara Municipal por varias vezes e membro do Congresso Estadual” [sic] (FUNDAÇÃO, 1932, p. 5) aspirava à criação de uma escola destinada ao preparo técnico-comércio para a cidade de São Paulo.

Em 1897, quando vereador municipal, foi procurado por uma comissão de representantes do comércio, os quais teriam lhe apresentado um memorial propondo a criação de uma instituição comercial, ao mesmo tempo em que apresentavam um esboço de lei instituindo o ensino de comércio na cidade de São Paulo. É importante destacar que, embora a proposta de criação da escola esteja relacionada a um grupo de representantes do comércio, o documento memorialístico apresenta João Pedro da Veiga Filho como o precursor da ideia, associando sua imagem à memória e a história da instituição.

Devido à falta de recursos, a iniciativa de criação da escola não se concretizou. Em 1901, uma comissão de instrução pública da Câmara de Deputados, composta por “Fontes Junior, coronel Carlos Porto e Gabriel Prestes” (FUNDAÇÃO, 1932, p. 6) apresenta um novo projeto de lei. No final daquele ano, em 19 de dezembro, João Pedro Veiga Filho apresenta o projeto de criação de uma instituição de comércio em São Paulo.

Em 20 de abril de 1902 foi criada, em forma de fundação, a Escola Prática de Comércio. Oficialmente instalada em 2 de junho, a instituição funcionava no prédio n° 36⁹⁶,

⁹⁵ O documento consiste em uma publicação realizada para as comemorações do 30º aniversário da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, publicado em 1932. Ao longo de 76 páginas, é composto por um histórico da instituição, homenagens de professores e autoridades, bem como de fotografias. Considerando o caráter comemorativa, o documento é construído com caráter memorialístico, enaltecendo a história da instituição e de seus fundadores. No entanto, com o devido cuidado metodológico, é tomada como fonte para a pesquisa histórica.

⁹⁶ Não foram encontrada imagens nem maiores informações a respeito do primeiro endereço da Fecap.

na rua Liberato Badaró⁹⁷. Neste primeiro endereço, a escola funcionava em um prédio cedido pelo Conde de Prates⁹⁸. Diferentemente do que demonstrarei em relação à Academia de Comércio de Santa Catarina, na qual praticamente não são identificados nomes relacionados a sujeitos envolvidos no processo de sua criação, para a Escola Prática de Comércio, esses nomes são encontrados e, constantemente mencionados na documentação. Além do Conde de Prates, também contribuíram materialmente para a fundação da Escola Prática de Comércio:

[...] os sers. Conde de Álvares Penteado, Rodolfo Miranda, Antonio de Lacerda Franco, conde de Prates, Hermann Burchard, Cristiano Peregrino Viana, conde Asdrubal do Nascimento, Prado Chaves & Cia, Horacio Berlinck, dr. Procopio Malta, Duprat & Cia, Alexandre Siciliano, José Weissohn, Banco Alemão, Banco Comércio e Industria, Banco união de S. Paulo, Banco de Credito Real e Banco de S. Paulo (FUNDAÇÃO, 1932, p. 7).

Analisando a lista de contribuintes para a abertura da escola, é possível observar algumas das relações de poder e interesses envolvidos neste processo. Observa-se a presença de membros referentes a diferentes grupos da sociedade: condes (Álvares Penteado, Conde de Prates e conde Asdrubal do Nascimento), empresas (Prado Chaves & Cia, Duprat & Cia), políticos (Horacio Berlinck, Antonio de Lacerda Franco, Rodolfo Miranda), bancos (Banco Alemão, Banco Comércio e Industria, Banco União de S. Paulo, Banco de Credito Real e Banco de S. Paulo) representante da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo (Hermann Burchard) e representante da Companhia Mecânica e Importadora (Alexandre Siciliano)⁹⁹.

Conforme podemos observar, dentre os interessados na criação da instituição predominam os interesses de âmbito privado. Essa predominância levou Polato (2008) a afirmar que o ensino comercial se distingue das demais modalidades ditas técnicas, sendo uma de suas especificidades, o encargo à iniciativa privada da abertura de instituições de formação. Embora concorde com o autor em relação a especificidade da modalidade de ensino, é importante tensionar a generalização quanto à iniciativa privada, pois de acordo com

⁹⁷ A partir da ferramenta Google Maps (acesso em 22/03/2020), é possível aferir que a rua Liberato Badaró ainda possui esta nomenclatura, estando localizada, atualmente (2020) no bairro Centro Histórico, da cidade de São Paulo.

⁹⁸ Eduardo Prates nasceu em 8 de novembro de 1860, sendo filho de Fidêncio Nepomuceno Prates e de Inocência da Silva Prates, filha do Barão de Antonina. Casou-se com Antônia dos Santos Silva, integrante da elite paulista e filha do Barão de Itapetininga. Seu título de nobreza foi dado pelo Papa Leão XIII, provavelmente devido à atuação do conde na sociedade paulistana. Ao longo de sua vida atuou nos ramos da indústria e do comércio. Contribuiu financeiramente para a manutenção de instituições como a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, o Convento Nossa Senhora da Luz, a Igreja de Santo Antônio, o Liceu Coração de Jesus, dentre outros. Possuía um vasto número de prédio na cidade de São Paulo, especificamente no Vale do Anhangabaú. Faleceu em 22 de março de 1928. (OLIVEIRA, s.n., online).

⁹⁹ Não foram encontradas informações para Cristiano Peregrino Viana, Dr. Procopio Malta e José Weissohn. As principais informações referentes aos demais sujeitos, empresas e bancos foram, majoritariamente retiradas da dissertação de Rita de Cássio Carvalho Vicentini (2007).

o que veremos em relação à Academia de Comércio de Santa Catarina, também foram mobilizados interesses públicos.

Além disso, também é possível observar parcerias entre a instituição e o setor público. Na última página do Regimento Interno da Instituição (ESCOLA, 1929)¹⁰⁰, consta o decreto lei nº 996, de 1 de dezembro de 1905¹⁰¹, cujo artigo primeiro informa:

Art, 1º - São concedidos à Escola de Commercio desta Capital os seguintes favores:
 a) Isenção de impostos e de pagamentos de taxas de agua e exgottos, relativamente ao predio que pela mesma fôr adquirido ou construído para funcionnamento das aulas do curso por ella mantido;
 b) Isenção do imposto de tranmissão de propriedade para quasquer donativos ou legados que em seu beneficio forem instituidos (ESCOLA, 1929, p. 28).

O artigo primeiro do decreto permite aferir que, embora na fundação da instituição tenha predominado a iniciativa privada, no ano de 1905, três anos após sua abertura, encontra-se a participação direta de setores públicos. O decreto estadual estabelece a isenção de impostos e de taxas de agua e ‘exgottos’ [sic] referentes ao prédio de funcionamento da Escola de Comércio. Além disso, o decreto também isento de impostos os donativos legados à instituição. O artigo 2º estreita ainda mais os laços entre a instituição ao afirmar que:

Art. 2º Os alumnos diplomados pela Escola de *Commercio*, a que se refere o artigo antecedente, poderão ser nomeados, independentemente de concurso ou quaesquer outras provas de habilitação intelectual, para cargos de escripturação ou de contabilidade de qualquer das repartições publicas do Estado.

O artigo afirma que os diplomados pela Escola de *Commercio* poderão ser nomeados, indiferente de concurso para atuarem nos cargos de escrituração e contabilidade ligados às repartições do estado de São Paulo. Esse elemento reforça o argumento de que esses profissionais formados pelas escolas de comércio, além de atuarem em empresas privadas, exerceram importância significativa em cargos públicos.

Sendo assim, é possível aferir que os grupos envolvidos na criação da instituição visavam contar com profissionais habilitados para trabalhar e gerir as suas empresas, uma vez que, conforme discutido no capítulo 4, estes eram alguns dos espaços de atuação dos profissionais do comércio. Podemos observar interesses públicos e privados na afirmação e, posterior consolidação desta modalidade de ensino. Apenas a análise de elementos da Cultura

¹⁰⁰ Composto por 28 páginas, o documento rege a instituição no ano de 1929. Com o total de 11 capítulos e 128 artigos, organiza a instituição, apresenta cursos e respectivas disciplinas, documentos para matrícula, normas e penalidades para alunos, premiações de formatura, etc. Ao final, o documento apresenta ainda dois decretos. O documento está disponível para acesso no site da Biblioteca da Fecap: http://pergamum.fecap.br/mobile/resultado_info.php?cod_acervo=54667. Acesso em 26/02/2020.

¹⁰¹ Composto por quatro artigos, o decreto estadual é assinado pelo presidente (futuro cargo de governador) do estado de São Paulo, Jorge Tibiriça.

Política da Memória Educativa não dariam conta de identificar estas relações, o que demonstra a importância de articulação entre as diferentes esferas da Cultura Escolar.

Como pudemos identificar, diferentes instituições e sujeitos estiveram envolvidos no processo de criação da Escola Prática de Comércio. De acordo com Polato (2008, p. 27), dentre eles, quatro tiveram papel de destaque: “Conde Antônio de Álvares Leite Penteado, senador Antônio de Lacerda Franco, Dr. João Pedro da Veiga Filho e Prof. Horácio Berlinck”. Embora não seja minha intenção traçar as redes de sociabilidade entre estes sujeitos ou, um quadro prosopográfico sobre eles, acredito ser importante apresentar alguns elementos de suas biografias.

Conde Antônio de Álvares Leite Penteado nasceu em Mogi-Mirim-SP, em 3 de fevereiro de 1852 e faleceu em Paris, em 25 de maio de 1912. Era dono de significativo poder aquisitivo, uma vez que soube fazer a passagem do capital agrário para o industrial. Casou-se com Anna Paulina Lacerda Penteado, tornando-se cunhado de Antônio Lacerda Franco (POLATO, 2008).

Antônio Lacerda Franco, nasceu em Itatiba-SP, em 13 de junho de 1853, tendo falecido na cidade de São Paulo, em 19 de maio de 1936. Foi um político abolicionista paulista, ligado ao Partido Republicano. Exerceu o cargo de senador estadual e estava entre um dos fundadores do Banco União. A terceira personalidade envolvida na fundação da instituição foi João Pedro da Veiga Filho, nascido em Campanha-MG, em 18 de maio de 1862 e falecido em São Paulo-SP, em 1911. Bacharel em direito, foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, vereador e Deputado Estadual.

O quarto sujeito, Horácio Berlinck, nasceu em Brusque-SC, em 17 de janeiro de 1868 e faleceu em 20 de setembro de 1948. Trabalhou na área contábil de empresas comerciais, dentre elas o Banco União e as Indústrias Álvares Penteado. Além disso, foi professor de Contabilidade Geral na Escola Politécnica e, em 1919, representou o Brasil no 1º Congresso Americano de Expansão e Ensino Comercial, em Montevideú.

As informações localizadas para estes quatro sujeitos, até o presente momento, apontam que faziam parte da elite paulista da Primeira República: grandes proprietários de terras e empresas, detentores de títulos, participação na política estadual e, ainda, bacharéis. Uma hipótese, que poderá ou não ser confirmada a partir de estudos futuros é a de que, faziam parte da oligarquia da política do café com leite, especialmente centrada nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Após instalada no dia 2 de junho de 1902, as aulas da Escola Prática de Comércio tiveram início no dia 15 deste mesmo mês. Já contando com seu corpo docente organizado,

com aproximadamente 30 professores, a instituição inicia suas aulas com 216 alunos regularmente matriculados. A escola funciona com este nome até 1905, quando, em virtude da lei estadual nº 969, de 1º de dezembro, passou a se chamar de Escola de Comércio de São Paulo (FUNDAÇÃO, 1932).

Ao longo dos anos, o crescente número de alunos tornou o espaço da escola pequeno para comportá-lo. A partir da necessidade de um novo prédio, em 1906, o Conde Álvares Penteado dou um terreno para construí-lo. Após 18 meses de obras, a nova sede da Escola de Comércio de São Paulo passou a estar localizada no Largo São Francisco¹⁰². Além do auxílio financeiro do conde e de um de seus filhos, a construção da nova sede foi subsidiada, também, por outros particulares (FUNDAÇÃO, 1932; POLATO, 2008).

A doação do terreno acabou sendo o motivo para que, em 1907, o nome do conde passasse a estar diretamente ligado à instituição. De acordo com o Histórico da Fundação (FUNDAÇÃO, 1932, p. 4):

Em 1907, a 5 de janeiro, a diretoria e congregação da Escola de Comércio de S. Paulo, reunidas em sessão extraordinária, sob a presidência do diretor-presidente sr. Antonio de Lacerda Franco, por unanimidade de votos, resolveram ligar perpetuamente o nome do conde de Alvares Penteado à instituição. Daí a **denominação Escola de Comércio “Álvares Penteado” (grifos no original)**.

A partir de 1907, a escola de Comércio de São Paulo passa a se chamar Escola de Comércio “Álvares Penteado”, em homenagem ao conde. Conforme veremos ao longo deste capítulo, a imagem do conde é evocada em diferentes momentos. Em 1945, ao atuar a Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1943), a instituição passou a ser chamada de Escola Técnica De Comércio “Álvares Penteado” (ESCOLA, 1945).

Considerando, a partir de Benito Escolano (2002; 2017), a importância do espaço físico da instituição como parte da Cultura Empírica da Memória Educativa, passo a analisar o prédio de funcionamento da Escola Técnica de Comércio “Álvares Penteado”. Assim como o prédio, outros elementos serão analisados a partir de fontes visuais, entendidas aqui como fontes e, não como meras ilustrações. De forma geral, a análise das imagens é feita com inspiração nos Estudos Visuais (GUASH, 2005; MENESES, 2005)¹⁰³, contribuindo para a construção da narrativa aqui tessida.

¹⁰² A partir da ferramenta Google Maps, é possível afirmar que o novo endereço ficava a 190 metros do antigo, também no atual (2020) bairro Centro Histórico.

¹⁰³ Segundo Ana Maria Guash (2005), os Estudos Visuais atribuem um novo estatuto à visualidade, cujo conceito passa a comportar imagens fílmicas, televisivas, artísticas e virtuais, preocupando-se ainda com a articulação entre texto e imagem. Dentro desta perspectiva, a análise não se limita apenas à interpretação das imagens, mas recorre, também, à descrição do campo social do olhar. Ao discutir a importância dos Estudos Visuais para a História, Ulpiano T. Bezerra de Menezes (2005) destaca que este campo atribui grande valor

Imagem 2 – Prédio da Escola de Comércio de São Paulo



Fonte: FUNDAÇÃO, 1932, p. 2.

A Imagem 2 consiste em uma fotografia que, embora a legenda traga a informação “visto de frente”, foi tirada em diagonal, da esquerda para a direita. No centro visual da imagem, podemos observar o prédio da Escola de Comércio de São Paulo, construído em dois andares. É possível identificar uma parte central, a partir da qual emergem duas colunas laterais mais altas. Em frente ao prédio existe um estacionamento ou praça, no qual estão carros estacionados. O prédio parece ter uma importância simbólica para a cidade de São Paulo, tendo sido representado em cartões postais

Imagem 3- Carão Postal: Prédio da Escola de Comércio de São Paulo



Fonte: OLIVEIRA, 2016 [1927], *online*.

A Imagem 3 consiste em um cartão postal da cidade de São Paulo, do ano de 1927, com um desenho reproduzindo o prédio da Escola de Comércio. O ângulo frontal pelo qual a construção é representada, bem como a distância em relação ao observador favorecem algumas análises em relação à Imagem 2. Sobre a localização do prédio, é possível aferir que, além da existência da praça, existe uma rua cortando sua frente.

Sobre a arquitetura do prédio, é possível observar relativa simetria em sua composição. A estrutura conta com um bloco central, com duas torres nas laterais, a partir da qual emergem dois blocos para cada lado. A forma dos blocos são retangulares, com o telhado em forma arredondada. Observam-se janelas no andar superior e portas e janelas no inferior, algumas quadradas e outras também retangulares.

Entre o bloco central e os blocos laterais, é possível identificar duas torres, que destacam-se pela altura em relação aos blocos laterais. Na parte inferior de cada torre podemos encontrar um símbolo que remete ao bastão com serpente, símbolo da contabilidade¹⁰⁴.

¹⁰⁴ De acordo com Bárbara Virgínia Groff da Silva e Eduardo Cristiano Hass da Silva, o Caduceu de Mercúrio pode ser considerado como um dos principais símbolos da classe contábil, sendo encontrado em diversos lugares frequentados por estes profissionais. O caduceu possui uma série de elementos, como asas (símbolo da presteza e solicitude ao exercer a profissão), o elmo (peça de armadura antiga, que significa a proteção dos pensamentos baixos), o bastão (símbolo do poder de quem conhece a Ciência Contábil) e a serpente (representando a

Até este momento, analisei o processo de abertura de instituições de ensino comercial no estado de São Paulo, atentando especificamente para a Escola Prática de Comércio, posterior Escola de Comércio de São Paulo. Nesta instituição, identifiquei a presença de interesses públicos e privados em relação ao seu funcionamento e aos profissionais nela formados. Além disso, considerando o espaço físico da instituição como parte da Cultura Empírica da Memória Educativa, analisei o prédio de fundação da escola. Na sequência, passo a analisar os cursos ministrados na instituição, as aulas ministradas, a estrutura administrativa e os profissionais do comércio, atentando para o processo de atuação das reformas por parte desta escola.

5.2.1 Os cursos comerciais: a particularidade de um curso especial feminino

Apesar de toda a preocupação memorialística das gestões da Fecap, não foram localizados documentos referentes aos primeiros cursos oferecidos pela instituição. No entanto, a partir de algumas notícias de jornais de São Paulo, Polato (2008) chegou à conclusão que, quando da sua criação, a instituição oferecia cinco categorias do curso comercial: inicial de comércio, comercial, profissional, administrativa e consular.

Sendo 1902 o ano de fundação da Escola de Comércio de São Paulo, pode-se dizer que ela foi criada antes da organização e sistematização do ensino comercial, o que justifica os diferentes cursos oferecidos. Apesar dos esforços mobilizados para a localização de documentos referentes aos anos mais remotos da instituição, o regimento interno mais antigo localizado é o do ano de 1929.

No entanto, considerando que a pesquisa centra no período pós 1931 (Reforma Francisco Campo), essa lacuna não configura-se como um problema, pois a partir do Regimento de 1929 pode-se analisar o processo de atuação da Reforma de 1931. Desta forma, o Regimento Interno de 1929 estabelece, em seu artigo primeiro que:

A Escola de Comercio de S. Paulo, fundada em 1902 e reconhecida oficialmente pelas leis – federal, nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905 e, estadual, nº 996, de 1º de dezembro de 1905, hoje, para todos os efeitos, denominada Escola de Comercio “Alvares Penteado”, tem por fim ministrar o ensino tecnico comercial, destinado à formação de profissionais habilitados para o exercício de qualquer ramo da activiade comercial (ESCOLA, 1929, p.2).

No ano de 1929 a escola já trazia em seu regimento o nome oficial de Escola de Comercio “Alvares Penteado”. No entanto, não menciona o decreto nº 17.329, de 28 de maio

sabedoria). Este símbolo foi encontrado em diversos lugares das três instituições analisadas na tese e, será evocado em outros momentos.

de 1926, que reconheceu oficialmente os estabelecimentos de Ensino Técnico Comercial. Embora não mencione o decreto, o regimento apresenta o conceito de “ensino técnico comercial”, o qual aparece na legislação do ensino comercial a partir dele. Essa ausência de menção corrobora para pensar que as mudanças de cunho legal não são simplesmente implementadas nas instituições educativas, mas passam por um processo de atuação (BALL, MAGUIRRE, REAUN, 2016).

Em 1929, a Escola e Comércio oferecia quatro cursos: curso anexo, curso geral, curso especial feminino e curso superior.

Quadro 20 – Cursos oferecidos pela Escola de Comercio “Alvares Penteado” (1929-1934)

Curso	Duração	Habilitação
Curso Anexo	1 ano	Acesso ao Curso Geral ou Especial Feminino
Curso Geral	4 anos	Perito-contador
Curso Especial Feminino	3 anos	Guarda-livros e auxiliares de comércio
Curso Superior	2 anos	Encargos previstos pelo §3º, do art. 1º do decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905

Fonte: elaborado pelo autor (2020) a partir do Regimento Interno de 1929 (ESCOLA, 1929)

Em relação ao Curso Anexo, possuía duração de um ano, destinando-se ao preparo de alunos e alunas que almejavam o Curso Geral e o curso Especial Feminino. É em relação a estes dois que darei ênfase. O Curso Geral tinha duração de quatro anos, formando perito-contadores. Embora o documento analisado não afirme explicitamente, é possível aferir que este curso era direcionado apenas para o público masculino, pois para as mulheres, observamos a existência do Curso Especial Feminino. Em relação às disciplinas do curso geral, elas eram distribuídas em dois grupos: propedêuticas e técnicas. O artigo 3º do Regimento interno apresenta as disciplinas referentes a cada grupo, conforme se observa no quadro 21:

Quadro 21 – Disciplinas do Curso Geral de Comércio da Fecap (1929-1934)

Propedeuticas	Técnicas
Portuguez, francez e inglez; historia geral e do Brasil; geographia geral e chorographia do Brasil; noções de sciencias phisicas e naturaes; mathematicas elementares (arithmetica, álgebra, geometria)	Contabilidade (geral, industrial e agrícola, bancária, de seguros e do Estado) mathematicas applicadas (operações a curto e longo prazo, typos de empréstimos e cálculos de probabilidade e seguros de coisas e de vidas) merceologia e techonologia merceológica; noções de direito constitucional e comercial; legislação da fazenda e aduaneira; economia política e seminário econômico; estatística e finanças; chimica, especialmente applicada ao comercio; correspondência techina e tecnologia comercial; geografia comercial e historia do commercio, indúustria e agricultura; stenographia; mecanografia (dactylographia e manejo de duplicadores, machinas de cálculos, etc.).

Fonte: elaborado pelo autor (2020) a partir do Regimento Interno de 1929 (ESCOLA, 1929)

A partir do quadro é possível aferir que as disciplinas propedêuticas eram as de cunho geral, estando dentre elas língua portuguesa e estrangeira (francês e inglês), história, geografia, corographia, noções de ciências e matemáticas. As disciplinas chamadas técnicas eram aquelas específicas do comércio, sendo elas as diferentes contabilidades, as matemáticas aplicadas, merceologia, disciplinas de direito, economia, tecnologia comercial, entre outras.

A análise do Curso Geral, sua duração e organização das disciplinas em propedêuticas e técnicas evidenciam que, como destaquei anteriormente, embora o regimento da instituição não mencione o decreto nº 17.329/1926 (BRASIL, 1926), ela estava sendo atuado pela instituição. Todas estes elementos, somados à presença da nomenclatura “ensino técnico comercial” apontam que o decreto estava presente na Fecap, sendo possível traçar relações entre as diferentes esferas da Memória Educativa.

Em relação ao Curso Especial Feminino, o Regimento Interno (ESCOLA, 1929) informa que ele tinha duração de três anos, formando guarda-livros e auxiliares de comércio. Em relação às disciplinas do curso, também estavam distribuídas entre as propedêuticas e as de caráter geral:

Quadro 22 – Disciplinas do Curso Especial Feminino de Comércio da Fecap (1929-1934)

Propedeuticas	Technicas
Portuguez, francez e inglez; historia geral e do Brasil; geographia geral e chorographia do Brasil; mathematicas elementares (arithmetica, álgebra, geometria); instrução moral e cívica;	Contabilidade (geral, industrial e agrícola, bancária,) mathematicas applicadas (operações a curto e longo prazo, cálculo de probabilidade e de rendas vitalícias); stenographia; correspondência techina e techonologia comercial; mecanografia (dactylographia e manejo de duplicadores, machinas de cálculos, etc.).

Fonte: elaborado pelo autor (2020) a partir do Regimento Interno de 1929 (ESCOLA, 1929)

A análise deste curso oferece alguns elementos importantes para se refletir acerca do processo de atuação na constituição das Culturas Escolares das Escolas de Comércio. Inicialmente, destaca-se que a existência de um curso específico para mulheres coloca em xeque a generalização de que o curso comercial destinava-se apenas aos homens.

Conforme demonstrarei, no caso da Academia de Comércio de Santa Catarina, o público de alunos era majoritariamente masculino. Dessa forma, o estudo da Fecap demonstra uma nova evidência, na qual a presença de um curso feminino pode ser entendida como uma particularidade da Cultura Escolar dessa instituição. Essas particularidades reforçam o argumento de importância do estudo de mais de uma escola de comércio para se compreender a modalidade de ensino em si.

O segundo elemento a ser analisado é a forma como este curso aparece. Embora exista um curso especificamente feminino, é importante analisar as características deste curso. Inicialmente, destaca-se que, enquanto o Curso Geral tem a duração de quatro anos, o feminino tem três, ou seja, um ano a menos. Além disso, exista uma diferença na nomenclatura da profissão, sendo que, enquanto o Curso Geral forma perito-contadores, o feminino forma guarda-livros e auxiliares de comércio. É no rol de disciplinas que, acredito, encontramos as maiores diferenças entre os dois cursos, uma vez que o curso feminino tem menor quantidade.

Em relação às disciplinas propedêuticas, o curso feminino não conta com “noções de sciencias physicas e naturaes” e, apresenta a disciplina “instrução moral e cívica”, que não consta no Curso Geral. A diferença se acentua em relação às disciplinas

Nas disciplinas técnicas, o Curso Feminino apresenta um número muito reduzido quando comparado ao Curso Geral. Destaca-se a ausência das disciplinas de contabilidade de seguros e do Estado; de matemática aplicada a empréstimos e seguros de coisas e de vida; merceologia e técnica merceológica; noções de direito constitucional e comercial; legislação

da fazenda e aduaneira; economia política e seminário econômico; estatística e finanças e química especialmente aplicada ao comércio. Observa-se ainda uma disciplina específica do Curso Feminino, a matemática aplicada a rendas vitalícias. Esses elementos permitem aferir que o curso feminino era simplificado em relação ao masculino, não possuindo disciplinas de economia e legislação. Essa simplificação possivelmente limitava os espaços de atuação das mulheres formadas, o que, talvez, justifique o nome diferente atribuído à habilitação.

O terceiro elemento que merece destaque é em relação à legislação. Conforme destaquei, o decreto vigente sobre o Ensino Comercial não mencionava um curso de comércio específico para mulheres. O que justificaria então, a existência desta habilitação na Fecap? Duas hipóteses poderiam explicar este fato, ambas entendidas a partir da atuação dos decretos voltados para o Ensino Comercial. De acordo com Polato (2008), a criação do Curso Feminino remonta a 1909, sendo que, em 1921, passa a se chamar de Curso Especial Feminino. Dessa forma, é possível que nas relações de poder exercidas no processo de atuação dos diferentes decretos, a escola manteve elementos particulares da instituição, mostrando que não se configura como passiva e apenas receptiva em relação ao Estado. A outra possibilidade, também entendida em relação ao processo de atuação, relaciona-se à existência de decretos estaduais específicos, os quais ainda carecem de estudos.

Além destes, a Fecap oferecia ainda o Curso Superior, com duração de dois anos. De todos os cursos, este é o que se tem menos informações. O regimento (ESCOLA, 1929) informa que, tanto a habilitação quanto as disciplinas ministradas seriam aquelas mencionadas no decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905. Conforme apresentei no capítulo 4, este decreto reconhecia a Academia de Comércio do Rio de Janeiro como de utilidade Pública, oficializa os diplomas por ela oferecidos e estabelecia as disciplinas para o curso Geral e Superior.

Retomando o quadro 16, pode-se afirmar então que, o Curso Superior de Comércio da Fecap formava agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas. Em relação às disciplinas do curso, a partir do decreto, eram: língua estrangeira (Alemão, Italiano e Espanhol), História (do Comércio e da Indústria e, dos Tratados), Contabilidade (do Estado e Mercantil Comparada), Direito (Comercial e Marítimo e, Internacional), Geografia Comercial, Estatística, Tecnologia Industrial e Mercantil, Economia Política, Ciência das Finanças, Diplomacia, Correspondência Diplomática, Matemática Superior, e Banco Modelo. A análise destes cursos oferecidos pela Fecap permite identificar a sobreposição dos diferentes decretos relacionados ao Ensino Comercial, evidenciando os processos de atuação destes decretos pela instituição.

Conforme destaquei nos capítulos anteriores, a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) organizou o ensino comercial em curso propedêutico, técnicos, Superior de Administração e Finanças e Auxiliar de Comércio. Passo a analisar agora como a Fecap atuou esta reforma, entendida aqui como o momento de início da consolidação do Ensino Comercial Brasileiro. Para tanto, recorro ao Regimento Interno de 1934 (ESCOLA, 1934)¹⁰⁵.

Considerando que em 1934 o Regimento da Instituição foi reformulado, é possível que este ano marque a institucionalização das alterações propostas pela reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931). A abertura do documento informa que a Escola de Comércio Álvares Penteado encontra-se “na conformidade do decreto n. 10. 158, de 30 de junho de 1931” (ESCOLA, 1934, p. 3). A partir de então, a nova estrutura dos cursos de comércio pode ser observada no quadro 29:

Quadro 23 - Cursos oferecidos pela Escola de Comercio “Alvares Penteado” (1934-1945)

Curso	Habilitação	Duração	Disciplinas
Anexo	Prepara para matrícula no Curso propedêutico	1 ano	Português, Aritmética, Francês, Geografia
Propedêutico	Prepara para ingresso nos cursos técnicos	3 anos	1º ano: Português, Francês, Inglês, Matemática (aritmética e álgebra), Geografia e História da Civilização; 2º Ano: Português, Francês, Inglês, Matemática (aritmética e álgebra), Corografia do Brasil e História do Brasil; 3º Ano: Português, Francês, Inglês, Matemática (aritmética e álgebra); Física, química e história natural; Caligrafia
Perito-Contador		3 anos	1º Ano: Contabilidade (noções preliminares); matemática comercial; Noções de direito constitucional e civil; legislação fiscal; Estenografia; Mecanografia. 2º Ano: Contabilidade Mercantil; Matemática Financeira; Noções de direito comercial terrestre; Merceologia e tecnologia merceológica; Técnica Comercial e processos de propaganda; Economia Política e Finanças; 3º Ano: Contabilidade Industrial e agrícola; Contabilidade bancária; História do Comércio, indústria e agricultura; Prática do processo civil e comercial; Seminário econômico; Estatística;

¹⁰⁵ Composto por 35 páginas, o documento rege a instituição no ano de 1934. Com o total de 11 capítulos e 96 artigos, organiza a instituição, apresenta cursos e respectivas disciplinas, documentos para matrícula, normas e penalidades para alunos, premiações de formatura, etc. Ao final, o documento apresenta ainda dois decretos. Apresenta a mesma estrutura do Regimento de 1929, com as alterações resultantes da Reforma de 1931. Disponível em: http://pergamum.fecap.br/mobile/resultado_info.php?cod_acervo=54667. Acesso em 01/04/2020.

Especial Feminino	Secretária	1 ano	Contabilidade (noções preliminares); Correspondência portuguesa; correspondência francesa; correspondência inglesa; Noções de direito constitucional, civil e comercial; Organização de Escritórios, Estenografia; Mecanografia
	Guarda-Livros	2 anos	1º Ano: Contabilidade (noções preliminares); Matemática comercial; Noções de Direito Comercial; Estenografia; Mecanografia; 2º Ano: Contabilidade mercantil; Matemática comercial; Legislação Fiscal; Técnica comercial e processos de Propaganda; Estenografia; Mecanografia
Superior de Adm. e Finanças		3 anos	1º Ano: Contabilidade de Transporte; Matemática Financeira; Geografia Econômica; Direito Constitucional e Civil; Economia Política; 2º Ano: Contabilidade pública; Finanças e economia bancária; Direito Internacional Comercial; Ciência da Administração; Legislação Consular; Psicologia, lógica e ética; 3º Ano: Direito administrativo; Política comercial e regime aduaneiro comparado; História econômica da América e Fontes da Riqueza Nacional; Direito Industrial e Operário; Direito Internacional; Diplomacia; História dos Tratados; Correspondência consular e diplomática; Sociologia.

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

O Curso Anexo permanece com a duração de 1 ano, agora com a função de preparar os alunos para o ingresso no Curso Propedêutico e, composto por disciplinas gerais (Português, Aritmética, Francês e Geografia). O Curso Geral deixa de existir e surge o Curso Propedêutico. Seguindo o estabelecido pela Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), o curso tinha duração de três anos, ao longo dos quais suas disciplinas eram distribuídas.

Em relação aos Cursos Técnicos, a Fecap passou a oferecer três: Perito-Contador, Secretariado e Guarda Livros. O curso técnico de Perito-contador tinha três anos de duração, ao longo dos quais eram ministradas as disciplinas de: Contabilidade (Noções Preliminares; Mercantil; Industrial e Agrícola; Bancária), Direito e Legislação (Noções de Direito Constitucional e Civil; (Noções de Direito Comercial Terrestre; Legislação Fiscal; Prática do processo civil e comercial), Matemática (Comercial, Financeira, Estatística); Economia (Política e Finanças; Seminário econômico), História do Comércio, indústria e agricultura e disciplinas voltadas para a prática comercial (Estenografia, Mecanografia, Merceologia e tecnologia merceológica, Técnica Comercial e processos de propaganda).

É nos cursos de Secretariado e Guarda-Livros que melhor identificamos o poder exercido pela Fecap no processo de atuação da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931). De acordo com o regimento da Instituição (ESCOLA, 1934), estes dois cursos técnicos faziam parte do então chamado Curso Especial Feminino. Quando comparados ao Curso de perito-contador, ambos são mais curtos, sendo o de secretariado de um ano e, o de guarda-livros, de dois anos.

O texto da reforma não menciona essas divisões para homens e mulheres, no entanto, ao atuar a reforma, a Fecap mantém sua especificidade de cursos comerciais para mulheres. O Curso de secretária era um curso generalista, contando com noções preliminares de Contabilidade, Correspondência nas línguas portuguesa, francesa e inglesa, Noções de Direito Constitucional, Civil e Comercial, Organização de Escritórios, Estenografia e Mecanografia. As disciplinas do curso eram aquelas necessárias para a organização de escritórios. Este curso, especificamente para mulheres, pode ser observado em outras instituições de comércio no Brasil, conforme alguns estudos levantados na revisão de literatura.

Dentro do Curso Especial Feminino, o curso de guarda-livros contava com duração de dois anos. Comparado ao curso de secretariado, esta habilitação oferecia um maior número de disciplinas voltadas para o comércio e contabilidade. A partir do Quadro 29 identificamos que as disciplinas que compunham o curso eram as de: Contabilidade (noções preliminares e Contabilidade Mercantil), Matemática Comercial, Direito (Noções de Direito Comercial e Legislação Fiscal) e as disciplinas voltadas para o comércio e contabilidade, como Estenografia, Mecanografia e Técnica comercial e processos de Propaganda.

O Curso Superior de Administração e Finanças passa de dois para três anos de duração. Além disso, quando comparado ao Regimento anterior, percebe-se que o de 1934 apresenta maiores informações para este curso, apontando as disciplinas ministradas ao longo dos três anos. Embora com algumas especificidades, as disciplinas do curso eram basicamente aquelas estabelecidas pela reforma Francisco campos (BRASIL, 1931): Contabilidade (Transportes; Pública), Matemática Financeira, Geografia Econômica, Direito (Constitucional e Civil; Internacional Comercial; Administrativo; Industrial e Operário; Internacional; Legislação Consular); Economia (Política; Finanças e economia bancária), Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado; História Econômica da América e Fontes da Riqueza Nacional, História dos Tratados, Diplomacia, Correspondência consular e diplomática, Ciência da Administração e disciplinas gerais (Psicologia, Lógica e Ética; Sociologia).

De acordo com o que foi discutido no capítulo 4, a partir da Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1943), o Ensino Comercial foi estruturado em cursos de formação

(Comércio e Propaganda, Administração, Contabilidade, Estatística e Secretariado), continuação e aperfeiçoamento. A atuação desta reforma pode ser observada na Fecap especialmente a partir do Regimento Interno de 1945 (ESCOLA, 1945)¹⁰⁶.

Conforme destaquei anteriormente, a Reforma Capanema (BRASIL, 1943) levou a modificação do nome da instituição que, a partir de então, passou a se chamar de Escola Técnica de Comércio “Álvares Penteado”. Em relação aos cursos de comércio, a escola passa a oferecer o Curso Comercial Básico, o Curso de Contabilidade e o Curso de Secretariado, que de acordo com legislação, eram considerados cursos de formação. Algumas das particularidades da instituição permanecem e podem ser identificadas no primeiro e no segundo parágrafo do artigo 4º, que estabelecem que “o Curso Comercial Básico e o de Contabilidade serão desdobrados em duas seções, conforme o interesse econômico da Escola, sendo uma para moças e outra para homens. O Curso de Secretariado será diurno e exclusivamente para moças” (ESCOLA, 1945, p. 3).

Pode-se observar que, mais uma vez, a instituição mantém cursos especificamente para mulheres. Além destas três modalidades, a Fecap continuava a oferecer o Curso Superior de Administração e Finanças, que se manteve regido pelo decreto anterior. De forma geral, a nova estrutura, formação e disciplinas dos cursos podem ser observados no quadro 24:

Quadro 24 - Cursos oferecidos pela Escola de Comercio “Alvares Penteado” (1945-?)

Curso	Habilitação	Disciplinas/Séries
Curso Comercial Básico	Auxiliar de Escritório	1º Ano: Português, Francês, Matemática, Geografia Geral, Caligrafia, Desenho. 2º Ano: Português, Francês, Matemática, Geografia Geral, Inglês, História Geral, Dactilografia, Estenografia. 3º Ano: Português, Francês, Matemática, Inglês, História Geral, Dactilografia, Estenografia, Ciências Naturais, Geografia do Brasil. 4º Ano: Português, Francês, Matemática, Inglês, Ciências Naturais, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Prática de Escritório.
Curso de Contabilidade	Guarda-Livros	1º Ano: Português, Matemática, Inglês, Física e Química, Contabilidade Geral, Mecanografia, Elementos de Economia. 2º Ano: Português, Matemática, Francês, Biologia, Organização e Técnica Comercial, Contabilidade Comercial, Merceologia, Prática Jurídica Geral e Comercial.

¹⁰⁶ Composto por 27 páginas, o documento rege a instituição no ano de 1945. Com o total de 17 capítulos e 116 artigos, organiza a instituição, apresenta cursos e respectivas disciplinas, documentos para matrícula, normas e penalidades para alunos, premiações de formatura, etc. Ao final, o documento apresenta ainda dois decretos. Apresenta a mesma estrutura dos Regimentos de 1929 e 1934, com as alterações resultantes da Reforma de 1943. Disponível em: http://pergamum.fecap.br/mobile/resultado_info.php?cod_acervo=54667. Acesso em 01/04/2020.

		3º Ano: Português, Prática Jurídica Geral e Comercial, Geografia Humana do Brasil, História Administrativa e Econômica do Brasil, Elementos de Estatística, Contabilidade Industrial, Contabilidade Bancária, Contabilidade Pública.
Curso de Secretariado	Secretário	1º Ano: Português, Francês, Matemática, Inglês, Física e Química, Datilografia, Estenografia, Elementos de Contabilidade. 2º Ano: Português, Francês, Matemática, Inglês, Estenografia, Biologia, Mecanografia, Biblioteconomia e Arquivista 3º Ano: Português, Inglês, Geografia Humana do Brasil, História Administrativa e Econômica do Brasil, Organização e Técnica Comercial, Estudos Sociais, Direito Usual, Psicologia das Relações Humanas.
Curso Superior de Administração e Finanças	Encargos previstos nos arts. 75 e 78 do Decreto nº 20.158/1931.	1º Ano: Contabilidade de Transporte; Matemática Financeira; Geografia Econômica; Direito Constitucional e Civil; Economia Política; 2º Ano: Contabilidade Pública; Finanças e economia bancária; Direito Internacional Comercial; Ciência da Administração; Legislação Consular; Psicologia, lógica e ética; 3º Ano: Direito administrativo; Política comercial e regime aduaneiro comparado; História econômica da América e Fontes da Riqueza Nacional; Direito Industrial e Operário; Direito Internacional; Diplomacia; História dos Tratados; Correspondência consular e diplomática; Sociologia.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A partir do quadro 25 é possível aferir que os cursos Anexo e Propedêutico foram desativados, emergindo o Curso Comercial Básico, com duração de 4 anos, formando auxiliares de escritório. As disciplinas do curso eram de línguas (Português, Francês e Inglês), disciplinas gerais (Geografia Geral, História Geral, Ciências Naturais, Geografia do Brasil e História do Brasil) e específicas (Matemática, Caligrafia, Datilografia, Estenografia, Escrituração Mercantil e Prática de Escritório).

Em relação aos cursos de formação, eram oferecidos o curso de contabilidade e o de secretariado. O primeiro, contava com turmas separadas para homens e mulheres, formando guarda-livros. O segundo era voltado exclusivamente para o público feminino, concedendo o título de secretária.

O curso de contabilidade tinha duração de três anos. Além de disciplinas comuns ao Curso Comercial Básico, apresentava disciplinas direcionadas ao comércio e ao campo contábil, como Contabilidade (Geral, Comercial, Industrial, Bancária e Pública), Mecanografia, Elementos de Economia, Organização e Técnica Comercial, Merceologia, Prática Jurídica Geral e Comercial e Elementos de Estatística.

Assim como o Curso de Contabilidade, o Curso de Secretariado também tinha duração de três anos e, além das disciplinas do Curso Básico, contava com disciplinas específicas para as funções das futuras secretárias: Datilografia, Estenografia, Elementos de Contabilidade, Mecanografia, Biblioteconomia e Arquivista, Organização e Técnica Comercial, Estudos Sociais e Direito Usual.

É possível observar diferenças significativas entre a estrutura curricular do Curso de Comércio e o de Secretariado. Em relação ao primeiro, destaca-se que, dentre as disciplinas específicas, é muito maior o número de disciplinas teóricas, sobretudo voltadas para os diversos campos da contabilidade (Geral, Comercial, Industrial, Bancária e Pública). No curso de Secretariado, predominam disciplinas práticas, como Datilografia, Estenografia, Organização e Técnica Comercial. Essas diferenças demonstram as particularidades dos campos de atuação de profissionais formados nos cursos.

Em relação ao Curso Superior de Administração e Finanças, o Regimento (ESCOLA, 1945) estabelece que o mesmo continuaria regido pela Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931). Desta forma, o curso manteve a mesma estrutura, com o mesmo tempo de duração e disciplinas já discutidas. Mais uma vez é possível identificar a existência da sobreposição de reformas educativas nas instituições educativas, bem como a presença de especificidades da Cultura Escolar.

É provável que a organização curricular apresentada tenha se mantido até 1962, quando a Fecap passou a oferecer o Ensino Comercial em dois ciclos, o ginásial e o colegial. Apesar das mudanças causadas pela LDB de 1961 (BRASIL, 1961), a estrutura desta modalidade de ensino se manteve até os anos 1970.

5.2.2 As Aulas

Conforme destaquei no capítulo anterior, a sala de aula e as práticas educativas são entendidas neste estudo como parte da Cultura Escolar Empírica (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017) do Ensino Comercial. Recorro ao caráter indiciário da ciência histórica, procurando por fragmentos diversos que permitem construir uma narrativa (PESAVENTO, 2005; RICOEUR, 2007; VEYNE, 1982) possível sobre as aulas ministradas e, dessa forma contribuir para o entendimento do processo de atuação das reformas voltadas para o Ensino Comercial.

Ao longo dos Regimentos Internos da instituição, em especial no de 1929, observa-se que, “na organização dos programas os professores terão sempre em vista as aplicações praticas da matéria ensinada” (ESCOLA, 1929, p. 7). Esse elemento é reforçado, em especial, nos idiomas, como se observa no Regimento de 1934: “o ensino dos idiomas estrangeiros será principalmente práctico, dado no respectivo idioma, de modo que o aluno habilite a falar e escrever com facilidade e correção em qualquer deles” (ESCOLA, 1934, p. 8). Dessa forma, é possível observar a tendência em favorecer o caráter prático do ensino de comércio.

Embora não tenham sido localizadas as listas dos conteúdos das disciplinas, é possível aferir, a partir das análises até agora realizadas que, além das disciplinas de idiomas, outras tinham caráter essencialmente prático, como a de mecanografia. Essa disciplina, voltada para o estudo e uso das máquinas utilizadas pelos profissionais do comércio, está presente em parte significativa dos cursos, ao longo das diferentes reformas analisadas. Alguns elementos destas aulas podem ser analisados a partir das fontes visais, como se observa na Imagem 4:

Imagem 4 – Sala de Máquinas



Fonte: Álbum da Escola de Comércio (1965)¹⁰⁷

¹⁰⁷ O álbum consiste em um conjunto de 13 fotografias encadernadas, com capa de papel cartão. As fotos são referentes ao ano de 1965, voltadas para os diferentes espaços da instituição: biblioteca, secretaria, tesouraria, salas de aula, etc. Embora não mencione, acredito que o documento funcione como uma espécie de anuário comemorativo, especificamente dos cursos femininos. Disponível em: <http://pergamum.fecap.br/biblioteca/imagens>. Acesso em 08/04/2020.

A Imagem 4 consiste em uma fotografia posada, em preto e branco. Nela podemos observar 19 mulheres sentadas (provavelmente alunas) e uma de pé (provavelmente a professora). Embora seja uma fotografia posada, na qual os corpos e objetos foram, provavelmente, dispostos e organizados para o *flash*, sua análise permite algumas observações para a compreensão do ensino de Mecanografia. Inicialmente, destaca-se a existência de uma sala específica para a disciplina, na qual as mesas e cadeiras são dispostas juntamente com as máquinas de estudo da disciplina (nesta imagem, as máquinas de escrever).

Essa disposição e a presença das máquinas reforçam a ideia de que o ensino era majoritariamente prático. Além da disposição das máquinas e do papel, observa-se uma postura corporal própria, voltada para o trabalho com as máquinas. Essa postura e essa disposição podem ser visualizadas também nas aulas de datilografia, conforme segue:

Imagem 5 – Aula de Datilografia



Fonte: Álbum da Escola de Comércio (1972)¹⁰⁸

Na Imagem 5 podemos observar uma turma de datilografia. Assim como na imagem anterior, consiste em uma fotografia posada, preparada para este momento. Podemos identificar 14 mulheres sentadas e uma de pé. Assim como para a turma de mecanografia, é

¹⁰⁸ O álbum de 1972 contém 19 fotos, também encadernadas, com capa de papel cartão e, seguindo o mesmo padrão do de 1965. Embora seja de um ano após a reforma de 1971, já não estando dentro do recorte principal da pesquisa, permite identificar elementos importantes da Cultura Escolar que, como venho demonstrando, não muda de forma repentina após decretos e reformas. Disponível em: <http://pergamum.fecap.br/biblioteca/imagens/00002e/00002ee8.pdf>. Acesso em 08/04/2020.

possível observar a existência de uma sala específica para a disciplina, com as máquinas, classes e cadeiras. Essa preocupação com aulas práticas também será observada na análise da Academia de Comércio de Santa Catarina, especialmente a partir da tentativa de criação dos chamados Escritórios-modelo.

Observa-se também nas imagens, a presença de uma disposição corporal, uma postura específica para o manuseio das máquinas de escrever. Embora não mencionem o curso, considerando o ano das fotografias e as reformas vigentes, é possível que essas mulheres sejam alunas do curso técnico de secretariado.

Além das questões específicas das disciplinas, as Imagens 4 e 5 reforçam os apontamentos de alguns elementos já identificados na análise dos cursos. Primeiramente, destaca-se que, conforme a análise nos regimentos, as turmas eram separadas por sexo. Em ambas as fotografias analisadas, encontramos apenas mulheres. Outro elemento que é mencionado nos regimentos e fica evidente, em especial na Imagem 4, é uso de uniforme. Os três regimentos analisados apontam que:

Art. 51º – Durante o ano letivo, para assistir às aulas e prestar exames, exceto o de admissão, as alunas deverão comparecer devidamente uniformizadas, sob pena de se lhes vedar a entrada à aula ou a exame.

§ único – o uniforme consiste em casaco e saia verde-garrafa e blusa branca, de acordo com o modelo impresso, fornecido pela secretaria (ESCOLA, 1934, p. 19, 20).

Conforme podemos observar no artigo 51, o uniforme era de uso obrigatório para as alunas, tanto para assistir às aulas quanto para prestar exames, sob pena de não ser permitida sua entrada. Nenhum dos regimentos menciona a obrigatoriedade do uniforme para os homens. Dessa forma, é possível identificar maior atenção e preocupação com os corpos femininos do que com os masculinos. Infelizmente, não foram localizadas fotografias de turma exclusivamente masculinas, o que permitiria aprimorar as análises propostas.

Além do caráter prático de algumas aulas, a presença de salas específicas, a separação entre os alunos por sexo e o uso do uniforme escolar, outros elementos podem ser evidenciados a partir dos documentos. É possível afirmar que, inicialmente, os alunos não tinham a obrigatoriedade de frequentar as aulas, como se observa no Regimento Interno de 1929: “Art. 27 – A frequência às aulas não é obrigatória, podendo os alunos prestar exames parciais e finais sem que a ellas tenham assistido, uma vez pagas todas as taxas instituídas por este Regimento” (ESCOLA, 1929, p. 11).

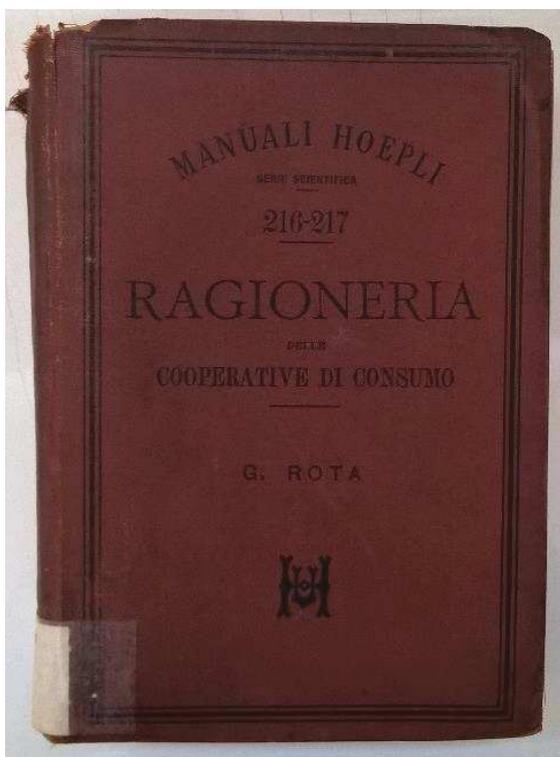
Conforme podemos observar, desde que pagas as taxas escolares, os alunos poderiam realizar as avaliações parciais e finais. Dessa forma, a frequência não era obrigatória para a

aquisição do diploma. No entanto, ao longo do processo de atuação das Reformas Francisco Campos (BRASIL, 1931) e Gustavo Capanema (BRASIL, 1943), observam-se alterações em relação à frequência, como consta no Regimento de 1934: “Art .25º - Será obrigatória a frequência às aulas, não podendo prestar exame, no fim do ano, o aluno cuja frequência não atingir a dois terços da totalidade das aulas havidas em cada disciplina” (ESCOLA, 1934, p. 14).

A frequência obrigatória de dois terços das aulas para a realização dos exames aparece, pela primeira vez, no Regimento de 1934, que traz as alterações propostas pela Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931). Essa obrigatoriedade é reforçada e intensificada no Regimento de 1945: “Art. 30º - O aluno cuja frequência não atingir a 75% da totalidade das aulas ministradas em cada disciplina, e 70% da totalidade das aulas dadas nas práticas educativas, não poderá prestar, nessa cadeira, exame final no fim do ano (ESCOLA, 1945, p. 10).

Atentando para as questões relacionadas a obrigatoriedade da frequência, é possível aferir que, ao longo das reformas analisadas, o Ensino Comercial passou por um processo de profissionalização, contribuindo para a tese de que, neste período, identifica-se o processo de consolidação desta modalidade de ensino.

Conforme destaquei no capítulo 3, a emergência da contabilidade e do ensino comercial encontram-se nas cidades italiana. Dessa forma, a Itália foi a responsável pela produção de materiais sobre o ensino comercial, especialmente em relação às partidas dobradas. Ao longo dos anos, observa-se a formação de uma vertente contábil teórica italiana. Acredito que, pelo menos nos primeiros anos de existência da Fecap, está foi a vertente teórica adotada pela instituição, fundamentando as aulas ministradas. Essa informação pode ser verificada a partir dos livros utilizados pela instituição:

Imagem 6 – Livro Ragioneria (1896)¹⁰⁹

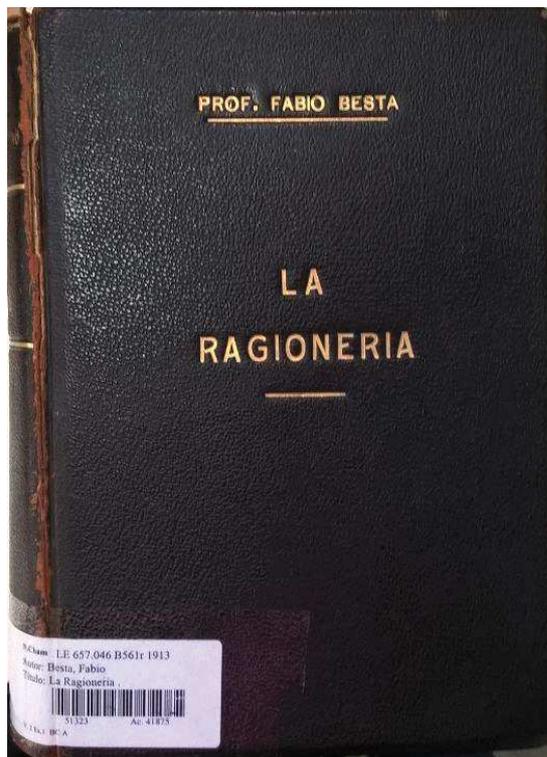
Fonte: Acervo de Obras raras da Biblioteca da Fecap.

Na Imagem 6 podemos observar a capa do livro “Ragioneria”, que pode ser traduzido por “Contabilidade”. A obra é dividida em 10 capítulos voltados para os estudos da contabilidade e do Comércio: I. Fa forme dela cooperacione; II. L’Organismo di una cooperativa di consumo; III. Contabilitá del capitale e dei soci; IV. Contabilitá delle merci; V. Contabilitá dei magazzini e delle vendite; VI. Contabilitá del fornitiri; VII. Contabilitá del committenti; VIII. Contabilitá delle spese generali, del personale e della cassa; IX. Contabilitá generale; X. In rendiconto e la ripartizione degli util¹¹⁰.

De forma geral, os títulos dos capítulos do livro relacionam-se aos conteúdos ministrados nas diferentes disciplinas dos cursos comerciais oferecidos pela instituição. Os assuntos vão desde contabilidade geral até questões mais específicas, como contabilização de caixa, mercadorias, armazéns, entre outros. Além deste livro, uma segunda obra italiana também pode ter sido utilizada nas aulas da Fecap, cuja capa podemos observar na imagem 7.

¹⁰⁹ O livro de autoria de Giovanni Rota, de 1896, possui 391 páginas. Publicação com capa dura, confeccionada em madeira e/ou papelão, em cor vinho. O livro encontra-se no acervo de obras raras da Biblioteca da Fecap. Fotografia tirada pelo autor.

¹¹⁰ Tradução livre do autor: I. Estabelece regras de cooperação; II. O organismo de uma cooperativa de consumidores; III - Contabilidade do capital e acionistas; IV. Contabilidade de mercadorias; V. Armazém e contabilidade de vendas; VI. Contabilidade do fornecedor; VII. Contabilidade dos clientes; VIII. Contabilização de despesas gerais, pessoal e caixa; IX. Contabilidade Geral; X. Relatórios e distribuição dos resultados.

Imagem 7 – Livro La Ragioneria (1913)¹¹¹

Fonte: Acervo de Obras raras da Biblioteca da Fecap.

Assim como o livro anterior, os capítulos da obra de Fabio Biesta também sugerem elementos presentes nos conteúdos das disciplinas ministradas nos cursos comerciais da Fecap: I. Ragioneria Generale; II. Ragioneria Publica; III. Ragioneria Applicata al Commercio ed ah banchi¹¹². Neste caso, os títulos são mais genéricos, podendo corresponder a diferentes disciplinas.

O fato de os dois livros estarem presentes entre as obras utilizadas pelos professores não me permite afirmar que eram realmente utilizados por todos os docentes. No entanto, essa presença reforça que, as instituições escolares são atravessadas pelos diferentes elementos da Memória Educativa, sejam eles da cultura empírica, política e, neste caso, a científica. Dessa forma, o estudo da Fecap não contribui para compreender apenas o ensino comercial em São Paulo, mas a modalidade de ensino de forma geral.

¹¹¹ Livro de autoria de Fabio Biesta, de 1913. Livro em capa dura, preta, medindo 16x23 cm. Capa em papelão/madeira, composto por 647 páginas.

¹¹² Tradução livre do autor: I. Contabilidade Geral; II. Contabilidade pública; III. Contabilidade aplicada ao comércio e aos bancos.

5.2.3 Administração da Escola de Comércio Álvares Penteado

Assim como na Academia de Comércio de Santa Catarina, o estudo da administração da Fecap mostrou-se, como um espaço privilegiado para a análise do processo de atuação das reformas do Ensino Comercial e das relações de poder envolvidas neste processo. A análise dos diferentes Regimentos Internos permitem identificar elementos que perpassam as diferentes reformas educativas.

Inicialmente, destaco que, enquanto a Academia de Comércio era mantida e subordinada ao estado de Santa Catarina e a Escola de Comércio de Porto Alegre ao estado do Rio Grande do Sul, a Fecap não era mantida pelo estado de São Paulo. Mas sim, por particulares. O responsável por gerenciar a instituição era, no nível mais alto da hierarquia, o diretor, que “regula e determina tudo quanto se referir à Escola”. (ESCOLA, 1929, p. 22).

O principal órgão de apoio ao diretor era a secretaria. Em relação às atividades deste setor, o artigo 74 do Regimento Interno de 1929 estabelece que “a secretaria estará aberta todos os dias uteis das 11 às 16 horas, e das 19 às 22 horas, menos aos sabbados, em que estará aberta somente das 12 às 14 horas [sic]” (ESCOLA, 1929, p. 22). Além disso, assim como na Academia de Comércio de Santa Catarina, a secretaria da Fecap contava com os livros “[...] indispensáveis a todos os lançamentos, registros, termos, inscripções, inventários, enfim, tudo o que concorra para o bom andamento do serviço que lhe está affecto” (ESCOLA, 1929, p. 22). Esses livros podem ser entendidos como mecanismos de controle e fiscalização, como uma forma de o diretor e os particulares estarem presentes na administração da escola, exercendo poder (FOUCAULT, 1988; 1982) de forma capilar no cotidiano dos indivíduos que frequentavam a instituição educativa. A partir dos regimentos internos, é possível traçar o quadro de profissionais responsáveis pela instituição, bem como as suas respectivas funções:

Quadro 25 - Cargos e respectivas funções na Escola de Comércio Álvares Penteado

Cargo	Funções
Diretor (1929-1945)	Exerce a administração da Escola; Regula e determina tudo quanto se referir à Escola;
Secretário geral (1929-1934)	Dirigir a escrituração própria da Secretaria; Guarda, conservação e arrecadação de moveis e objetos pertencentes a secretaria;
Chefe da Secretaria (1945)	Substituir o diretor, quando, no seu impedimento, não tenha ele designado substituto; Exerce a polícia, não só dentro da secretaria, como em geral, todo o edificio da Escola; Redigir e fazer expedir toda a correspondência oficial; Abrir e encerrar todos os termos de inscrição da matricula e de exame; Fazer lavar e assingar, com o diretor, os termos de colação de grau;

	<p>Organizar as folhas de pagamento; Informar, por escrito, as petições que tenham de ser submetidas a despacho do diretor; Organizar o serviço da secretaria e o quadro dos respectivos auxiliares; Arrecadar as importâncias das matrículas, mensalidades dos alunos e receber as subvenções mediante procuração outorgada pelo diretor. Pagar as contas da Escola, quando legais; Depositar, em estabelecimento bancário de confiança da diretoria, as quantias arrecadadas.</p>
Professores (1929-1945)	<p>Orientar o ensino das matérias que constituem a sua cadeira; Leccionar em sua totalidade as matérias que constituem o programa a disciplina; Apresentar, para que seja estudado e julgado pela diretoria, o programa de sua disciplina; Providenciar para que o ensino sob sua responsabilidade seja o mais eficiente possível; Tomar parte nas bancas examinadoras organizadas para as provas; Comunicar ao diretor as dificuldades que encontrar na execução dos trabalhos de seu curso; Fiscalizar a frequência dos alunos às aulas; Organizar as listas de pontos para exames; Comparecer a todos os atos escolares, previstos por este Regimento; No recinto da Escola, só tratar com alunos de assumpto exclusivamente do ensino; Pontualidade da entrega das provas escritas dos diversos exames.</p>
Subsecretário (1929)	Auxiliar o secretário geral nas funções que exerce.
Auxiliar da Secretaria (1945)	Compete as funções que lhe serão indicadas pelo Chefe da Secretaria
Amanuense (1929)	?
Fiscal (1934)	?
Tesoureiro (1934-1945)	<p>Guardar a chave do cofre interno da Escola; Receber as contribuições dos alunos e quaisquer outras rendas da Escola; Pagar os vencimentos dos professores e funcionários da Escola; Pagar as despesas da escola, uma vez verificada pela Contadoria e visadas pelo Diretor; Manter em dia a escrituração da tesouraria.</p>
Contador (1945)	<p>Manter o Diretor a par do movimento econômico e financeiro da Escola; Organizar anualmente o orçamento prévio para o ano seguinte;</p>
Escriturário (1945)	Compete as funções que lhe serão indicadas pelo Chefe da Secretaria.
Bibliotecário (1929-1945)	<p>Velar pela conservação dos objetos existentes na biblioteca e pela manutenção de sua boa ordem; Organizar os catálogos necessários, de acordo com o processo já posto e pratica da biblioteca; Fazer observar o maior silencio na sala de leitura, providenciando para que se retirem pessoas que perturbarem a ordem; Apresentar queixa ao secretário geral das irregularidades verificadas na sala de leitura e indicar os responsáveis, para punição; É o responsável por todos os livros, documentos e objetos existentes na biblioteca.</p>

Porteiro (1929-1934) Zelador (1945)	Ter as chaves do edificio a seu cargo, abrindo-o e fechando-o nas horas determinadas; Receber os officios, requerimentos e demais papeis endereçados à Escola e entrega-los às partes; Cuidar do asseio interno do edificio, empregando para esse fim, os serventes; Velar pela guarda e conservação dos móveis e objetos que estiverem fora da secretaria, biblioteca, laboratório, etc. Cumprir, quaisquer ordens relativas ao serviço, que lhe forem transmitidas pelo diretor ou secretário geral.
Bedéis (1929-1945)	Fazer as chamadas dos alunos e notar as faltas de comparecimento às aulas, exames parciais, trabalhos de laboratório e gabinete, etc; Cumprir as ordens dos lentes e auxiliares do ensino no disser respeito às aulas, exames e demais serviços; Organizar mensalmente os quadros das faltas dos alunos; Antes do início de qualquer aula, limpar os quadros negros, a não ser que tenham recebido ordem em contrária do professor.
Serventes (1929 e 1945)	Executar as ordens que lhes forem dadas pelo porteiro, secretário ou diretor, quanto ao serviço da Escola.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir dos Regimentos Internos (1929, 1934 e 1945)

Conforme podemos observar no quadro 25, a administração e manutenção da Escola de Comércio Álvares Penteado se dava a partir da participação e trabalho de diversos profissionais. Além da análise dos cargos e suas respectivas funções, o estudo a partir de três Regimentos Internos, permite identificar elementos da atuação das reformas do Ensino Comercial na gestão da instituição educativa. Embora a estrutura de profissionais seja parecida com aquela da Escola de Comércio de Porto Alegre e da Academia de Comércio de Santa Catarina, é possível identificar especificidades da cultura educativa da Fecap.

Inicialmente, destaca-se que o cargo mais alto é o do diretor, responsável por exercer a administração da Escola e regular e determinar tudo que se refere à instituição. O cargo é identificado nos três regimentos, não sofrendo alterações significativas. Depois do diretor, o segundo cargo na hierarquia administrativa da escola era o de secretário geral (nomenclatura entre 1929 e 1934) ou chefe da secretaria (1945). Esse profissional era o responsável por uma série de atividades administrativas da Fecap, como redigir a escrituração da Secretaria, conservar os móveis e objetos da secretaria, substituir o diretor em caso de algum impedimento, dentre muitas outras.

Para dar conta da administração escolar, o secretário contava com uma equipe de profissionais. A composição desta equipe variou de forma significativa ao longo dos diferentes regimentos e, conseqüentemente, do processo de atuação das reformas. O auxiliar direto do secretário parece ter sido o subsecretário, presente no Regimento de 1929 e, posteriormente, no de 1945, com a designação de Auxiliar da secretaria.

Alguns cargos aparecem em Regimentos específicos, mas sem a apresentação das suas atividades, como o Amanuense (1929) e o Fiscal (1934). Outra função, que emergiu no Regimento de 1934 e se manteve é a de Tesoureiro, responsável pelas questões financeiras da instituição, desde de ser o responsável pela chave do cofre até fazer o pagamento dos vencimentos dos professores e receber as contribuições dos alunos e qualquer outras rendas. Essa função é uma particularidade da Fecap, não aparecendo para a Escola de Comércio de Porto Alegre e para a Academia de Comércio de Santa Catarina.

Além do Tesoureiro, aparecem a partir de 1945 o Contador e o Escriturário, cabendo ao primeiro deixar o diretor a par do movimento econômico e financeiro da Fecap e, ao segundo, atender às funções estipuladas pelo chefe da secretaria. De forma geral, estes profissionais ocupavam setores específicos da escola, como a secretaria e a tesouraria:

Imagem 8 - Secretaria da Fecap



Fonte: Álbum da Escola de Comércio (1965)

Na Imagem 8 podemos observar a secretaria da Fecap no ano de 1965. A imagem consiste em uma fotografia posada, na qual os profissionais encontram-se organizados para a foto. É possível observar a presença de seis homens e duas mulheres trabalhando. Em relação aos homens, com exceção do que se encontra em primeiro plano, todos os outros estão de terno e gravata. Além dos profissionais, é possível identificar os móveis que compunham este

espaço, como mesas, cadeiras e arquivos. Assim como para a Secretaria, é possível identificar também a composição da tesouraria, conforme segue na imagem seguinte:

Imagem 9 - Tesouraria da Fecap (1965)



Fonte: Álbum da Escola de Comércio (1965)

Na Imagem 9, uma foto também posada, podemos identificar a composição da tesouraria. Se comparado à secretaria, este setor é menor, contando apenas por dois profissionais, distribuídos em duas mesas com os respectivos livros. Embora não faça parte da secretaria e da tesouraria, outro profissional presente nos três regimentos e, que parece ter exercido funções importantes na Fecap é o Bibliotecário.

Enquanto os funcionários da secretaria eram responsáveis pela manutenção do seu setor, o bibliotecário era o responsável por velar pela conservação de todos os objetos existentes na biblioteca, mantendo a organização tanto da biblioteca quanto dos catálogos necessários a este setor. Além disso, deveria fiscalizar a manutenção do silêncio da biblioteca. Assim como no caso da secretaria e da tesouraria, a biblioteca também foi registrada em fotografias:

Imagem 10 - Biblioteca da Fecap (1965)



Fonte: Álbum da Escola de Comércio (1965)

A Imagem 10 apresenta uma cena da biblioteca, provavelmente elaborada para ser capturada pela câmera. Como se observa, este espaço era composto pelas prateleiras, livros e mesas para pesquisa. Na imagem, encontram-se apenas mulheres, sentadas em posição de pesquisa ou, procurando por livros nas prateleiras. Considerando o ano da fotografia e a presença apenas de alunas mulheres, é possível que se trate de uma turma do Técnico em Secretariado.

Além destes profissionais, voltados para a administração da instituição, a Fecap contava também com profissionais responsáveis pela ordem e manutenção da escola, especialmente três: porteiros, bedéis e serventes. Em relação ao porteiro, embora este cargo se mantenha ao longo os três regimentos, em 1945 ele passa a se chamar de cargo de zelador. O porteiro era o responsável pelas chaves do prédio, por cuidar do seu asseio, pela preservação dos móveis que não estivessem na secretaria, biblioteca ou laboratório, entre outras atividades. Para auxiliar nas suas funções, o porteiro contava com o apoio dos serventes.

Para finalizar, dentre os profissionais responsáveis pela manutenção da escola, destacam-se os bedéis, presentes ao longo dos três Regimentos Internos. As atividades do bedel eram parecidas com aquelas do bedel da Academia de Comércio de Santa Catarina, analisadas no capítulo 7. Dentre as atividades desempenhadas, destacam-se fazer a chamada, anotar as faltas, cumprir as ordens dos outros funcionários, organizar os quadros de falta dos alunos, entre outras.

O Regimento Interno de 1945 apresenta dois artigos que merecem atenção. Inéditos em relação aos regimentos anteriores, a análise destes artigos contribui para pensar não apenas a Fecap, mas questões de caráter macro. O artigo 104 afirma que “não poderão ser funcionárias da Escola senhoras casadas” (ESCOLA, 1945, p. 24). Esse artigo é interessante para pensar que, ao mesmo tempo em que oferecia cursos de comércio femininos, a Fecap barrava que mulheres casadas trabalhassem no seu ambiente. Este elemento demonstra que as questões de gênero se encontram envolvidas em complexas relações de poder que, não são fáceis de resumir neste estudo, apontando a necessidade de serem exploradas futuramente.

Outro artigo que merece destaque, também do Regimento Interno de 1945, é o de número 105, que afirma que “só podem ser funcionários da Escola brasileiros natos” (ESCOLA, 1945, p. 24). Embora as Reformas do Ensino Comercial aqui analisadas não mencionem essa exigência, ela pode ser pensada dentro do contexto macro, a partir das políticas de nacionalização do governo Vargas. Mais uma vez a escola pode ser entendida como o resultado do cruzamento de diferentes reformas que, em cada instituição, são atuadas de formas específicas, permitindo a emergência de Culturas Escolares que, em parte, são particulares.

Para finalizar a análise do quadro de funcionários, destaco a presença dos professores. Além das atividades voltadas para o ensino das matérias que eram designados, cabia aos professores apresentar o programa das disciplinas (para que fossem aprovados pela diretoria), compor as bancas examinadoras para as provas de seleção, fiscalizar a frequência dos alunos e comparecer aos atos escolares. Assim como para os funcionários, um dos artigos do Regimento de 1945, voltado para os professores, merece destaque: “As senhoras casadas não poderão ser professoras da Escola” (ESCOLA, 1945, p. 20).

Conforme se observa, além das funcionárias gerais, também as professoras da Fecap não poderiam ser casadas, o que contribui para pensar que as questões de gênero estão envolvidas em complexas relações de poder. A mesma escola que oferece cursos de comércio específicos para mulheres, não permitem que suas professoras sejam casadas. Várias possibilidades de análise podem emergir destas colocações e, conforme apontei anteriormente, são dignas de análises futuras.

No caso dos professores, além das funções a eles atribuídas, os diferentes regimentos apresentam também algumas proibições, conforme o artigo 68º, que afirma estar vedado ao professor:

- a) intervir, sem ser consultado, nas questões administrativas do estabelecimento;
- b) lecionar qualquer disciplina em estabelecimento similar, sem prévio aviso à diretoria uma vez que tal encargo advenha detrimento para o bom nome da Escola;
- c) lecionar particularmente, a seus próprios alunos, a disciplina de que, na Escola, é docente e examinador.
- d) ocupar-se, na sala de aula, de assunto a ela estranho, bem como aproveitar-se da oportunidade para propaganda de ideias contrárias à organização social e política, a ordem legal do país e a questões de caráter religioso (ESCOLA, 1945, p. 19).

Os regimentos anteriores afirmavam que o professor estava vedado a intervir nas questões administrativas da escola. Dessa forma, embora o Regimento de 1945 mantenha estas restrições, abre algumas brechas para que, em caso de solicitação, pudessem contribuir. Além disso, o regimento proibia os professores de lecionarem em estabelecimentos similares ou particularmente aos seus próprios alunos.

O último ponto estabelece que os professores estavam proibidos de abordarem, em sala de aula, assuntos políticos contrários à organização social e política do país, bem como de caráter religioso. Estes elementos demonstram que os professores eram cerceados em relação ao seu comportamento e direito de abordarem determinados conteúdos, especialmente tidos como contrários ao país.

De forma geral, podemos observar que o corpo de funcionários da Fecap era diversificado, composto por diferentes funções, organizadas e hierarquizadas a partir dos Regimentos. É possível afirmar ainda que, os regimentos, estavam relacionados aos processos de atuação das Reformas do Ensino Comercial e, que neste processo, cargos e funções eram criados, extintos ou atualizados.

5.2.4 Profissionais do Comércio: Alunos da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

De forma geral, é possível afirmar que a Fecap era frequentada por diversos sujeitos, como diretor, secretário, funcionários, professores, alunos, entre outros. A partir de alguns dos autores que fundamentam esta pesquisa (VIÑAO FRAGO, 2006; ESCOLANO BENITO, 2002, 2017), estes sujeitos são entendidos como parte da Cultura Escolar da instituição. Nesta análise, atento em especial para os alunos dos cursos comerciais, visando identificar quem eram os profissionais do comércio formados pela Fecap.

Assim como os demais sujeitos do universo escolar, os alunos também estavam condicionados a seguirem normativas apresentadas nos Regimentos Internos. Ao discorrer

sobre a disciplina escolar, o artigo 58º do Regimento de 1945 (ESCOLA, 1945) afirma que os alunos deveriam conformar-se aos preceitos gerais da boa educação:

- 1º) Acatar a autoridade em geral, na pessoa de seus depositários, em especial o diretor do estabelecimento, os professores e funcionários administrativos;
- 2º) Obedecer, por si mesmo, sem esperar ordens, às determinações gerais do Regimento ou Regulamento, do Diretor, dos professores e dos funcionários investidos de autoridade; e, prontamente, sem recalcitrar, às que lhe sejam diretamente atribuídas pelas autoridades do estabelecimento;
- 3º) Ser pontual e assíduo, não só no comparecimento às aulas, mas também no cumprimento de todos os seus demais deveres;
- 4º) Tratar com urbanidade aos colegas e as pessoas estranhas com quem venha a estar em contato; com urbanidade e respeito aos professores e autoridades do estabelecimento;
- 5º) Apresentar-se sempre decentemente trajado, com o máximo de asseio e alinhamento;
- 6º) Ocupar sempre, em aula, o lugar que lhe for destinado, ficando responsável pela conservação da carteira [...];
- 7º) Entrar para as aulas e delas sair em ordem e sem algazarra;
- 8º) Manter, durante as aulas, silêncio, sossego e atenção;
- 9º) Erguer-se, de seu lugar, em atitude correta, se entrando qualquer pessoa, também se também se levante o professor;
- 10º) Erguer-se, do mesmo modo quando, chamado pelo professor, tiver de dar alguma resposta (ESCOLA, 1945, p.16-17).

Conforme se observa, o Regimento apresenta preceitos em relação ao comportamento dos alunos, que deveriam acatar a autoridade e obedecer ao diretor, professores e funcionários da instituição. Além disso, o regimento salienta que deveriam tratar com urbanidade todos os sujeitos da escola, serem pontual nas aulas e demais atividades escolares e apresentarem-se decentemente trajados. Conforme destaquei anteriormente, em relação à vestimenta, o regimento apresenta especificidades em relação às alunas mulheres, que contavam com um uniforme específico.

O regimento apresenta ainda direcionamentos específicos para as aulas. Os alunos deveriam ocupar sempre o mesmo local em sala de aula, sendo responsáveis pela conservação da carteira. Deveriam manter silêncio nas aulas, entrar e sair da aula em silêncio e, em forma de respeito, erguerem-se quando da entrada de alguém na sala de aula. De acordo com o que veremos no próximos capítulos, os preceitos da Fecap são muito parecidos com o da Academia de Comércio de Santa Catarina, embora sejam mais detalhados.

O artigo 59º do Regimento Interno (ESCOLA, 1945) apresenta o que estava proibido aos alunos:

- a) Ler durante as aulas, ou ocupar-se em qualquer outro trabalho que lhes seja estranho;
- b) Erguer-se com ruído propositado e excessivo à entrada e saída do professor ou de qualquer outra pessoa;
- c) Sair de seu lugar, a não ser a chamado do professor ou com sua expressa autorização;

d) Fumar, conservar o chapéu na cabeça ou conversar em voz alta, provocar algazarra, etc. (ESCOLA, 1945, p.17).

As proibições retomam e reforçam os preceitos anteriormente apresentados, relacionando-se à atitudes em sala de aula (proibição de fazer atividades que não estejam relacionadas à disciplina, fazer barulho em sala de aula) ou a práticas como fumar e usar adereços como chapéu. Assim como na Academia de Comércio de Santa Catarina, a Fecap também estipulava penalidades aos alunos que não cumprissem os preceitos esperados, sendo elas:

- a) Advertência verbal pela secretaria;
- b) Suspensão de frequentar as aulas por três 3 ou 5 dias;
- c) Suspensão de frequentar as aulas por um ou mais períodos letivos;
- d) Expulsão do estabelecimento (ESCOLA, 1945, p.17).

É possível observar que, de forma geral, as penalidades consistiam em advertência, suspensão e expulsão, de acordo com a infração cometida. Infelizmente, não foram localizados documentos que permitam identificar a aplicação destas penalidades aos alunos.

Mas quem foram os alunos da Fecap? Quem foram os profissionais do comércio formados por esta instituição? Diferentemente do caso da Escola de Comércio de Porto Alegre e da Academia de Comércio de Santa Catarina, para as quais a documentação permite uma análise das turmas formadas pela instituição, para a Fecap, estes documentos são relativamente escassos. Considerando o período de vigência das Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, foram localizadas informações para apenas quatro turmas. No entanto, considerando que o foco principal do estudo não é a instituição em si e/ou seus alunos, mas o Ensino Comercial, tomo estas turmas para análise, ciente de que lacunas serão deixadas, podendo ser revisitas em estudos futuros.

O estudo sobre os alunos formados pela Fecap se dá a partir da análise de quatro álbuns de formatura¹¹³, dos anos de 1931, 1934, 1937 e 1950. Os álbuns foram fotografados, sistematizados e analisados, conforme se forme no quadro 31:

¹¹³ Os álbuns de formatura estão salvaguardados na Biblioteca da Fecap. Foram fotografados pelo autor em visita realizada à instituição.

Quadro 26 - Álbuns de formatura da Fecap (1931, 1934, 1937 e 1950)

Álbum	Descrição	Páginas	Fotos
Álbum Fotográfico – Peritos Contadores de 1931	Álbum em capa dura, espécie de couro, com brasão grafado na própria capa. Possui corda na lombada unindo as páginas. Mede 37x27 cm. Fotografias em preto e branco medindo 16 x 26 cm. As páginas contêm uma ou duas fotografias. Álbum produzido pela ‘J. J. Monegalia.	37	64
Álbum Fotográfico – Bacharéis de 1934 – 1ª Turma	Álbum em capa preta, com faixa e brasão, medindo 41x30 cm. Álbum inicia com foto da fachada da escola seguida das fotos das autoridades do ritual de formatura. As fotos estão em preto e branco, medindo 16x22 cm, 11x16cm, ou 8x13 cm. As páginas contêm uma, duas, quatro, cinco ou seis fotografias.	37	161
Álbum Fotográfico – Peritos Contadores de 1937	Álbum em capa dura, preta, com o símbolo dos contabilistas na capa. Mede 41x30 cm, com uma corda ligando as páginas. O álbum inicia com a foto do diretor, seguido pelo paraninfo e outros personagens da formatura. As fotos são em preto e branco, medindo 16x22 cm, 11x16cm, ou 8x13 cm. As páginas contêm uma, duas ou três fotografias. Algumas fotos estão faltando. Álbum produzido pela ‘J. J. Monegalia.	39	96
Álbum Fotográfico – “Contabilistas de 1950” ¹¹⁴	Álbum em capa dura, marrom, de madeira, medindo 32x38 cm, com brasão em metal na capa. As fotos medem 16x22 cm. O álbum possui fotos faltando devido a ação do tempo.	?	?

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

O álbum de 1931 possui 37 páginas, com 64 fotografias. Embora mantenha o mesmo número de páginas, o álbum de 1934 apresenta um total de 161 fotografias. O primeiro álbum é do ano da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) e, o segundo, refere-se ao ano de formatura da primeira turma regida por esta reforma. Em relação ao álbum de 1937, possui 39 páginas, com um total de 96 imagens. O álbum de 1950 está incompleto¹¹⁵. Estes álbuns apresentam elementos que permitem analisar parte de quem foram os alunos formados, como nome, estado de nascimento e/ou país. A tabela 6 apresenta algumas informações:

¹¹⁴ O Álbum de 1950 está com as folhas soltas e incompleto, não podendo apresentar o número exato de páginas e fotografias que o compunham.

¹¹⁵ Elementos relacionados à materialidade dos álbuns, capas e fotografias serão analisados na sequência, no próximo subcapítulo.

Tabela 6 - Alunos formados pela Fecap (1931, 1934, 1937 e 1950)

Ano	M	F	T
1931	32	0	32
1934	34	0	34
1937	67	7	74
1950	111	0	111
Total	244	7	251

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Como se observa, o número de informações sobre os alunos formados é relativamente reduzido quando comparado à Academia de Comércio de Santa Catarina, no entanto, algumas análises são possíveis. Ao longo dos quatro anos cujas informações foram localizadas, observa-se o número crescente de formandos, sendo 32 em 1931, 34 em 1934, 67 em 1937 e, 111 em 1950. Existem muitos intervalos entre estes anos, mas é possível observar o aumento da procura pelo curso comercial, especialmente após a Reforma Gustavo Capanema.

Ao longo dos quatro anos, são encontradas alunas apenas no ano de 1937. Conforme venho apresentado, a Fecap contava com cursos específicos para mulheres. No caso dos álbuns localizados, é possível que se refiram apenas às formaturas de alunos homens. No entanto, para o ano de 1937, a formatura com habilitação de perito-contador formou também mulheres.

Dentro destes quadros gerais, nos quatro anos identificados, a Fecap formou um total de 251 alunos, sendo 244 homens e 7 mulheres. Embora a análise desta parcela de alunos não permita uma generalização para toda a instituição, ela pode ser tomada como uma forma de entender a diversidade de sujeitos formados para o comércio em São Paulo. Sendo assim, recorro às diferentes informações presentes nos álbuns de formatura para analisar nuances das características gerais destes alunos.

Após fotografar e sistematizar os álbuns, transcrevi todas as informações presentes neles. Em relação aos alunos, a lista com as informações referentes ao nome, sexo, estado e país de nascimento pode ser observada no Apêndice B¹¹⁶. Na lista, é possível observar que o álbum de 1934 não apresenta informações a respeito do país e estado de nascimento dos alunos. Desta forma, do total de 251 formados, é possível identificar a nacionalidade¹¹⁷ de 217 alunos, conforme segue na tabela 7:

¹¹⁶ APÊNDICE B: ALUNOS FORMADOS PELA FECAP (1931, 1934, 1937 E 1950).

¹¹⁷ O termo 'nacionalidade' é aqui entendido de forma restrita, como sinônimo de país de nascimento.

Tabela 7 - País de nascimento dos alunos formados pela Fecap (1931, 1937 e 1950)

País	Total
Brasil	197
Espanha	2
França	1
Itália	4
Japão	5
Portugal	4
Romania	2
Rússia	1
Total	217

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

De acordo com a tabela 7, é possível afirmar que a maior parte dos alunos formados pela Fecap no período em questão era de brasileiros, sendo eles 197 do total. No entanto, a presença de alunos estrangeiros é significativa. Depois dos alunos brasileiros, o segundo maior grupo em nacionalidade era o dos japoneses, com 5 alunos. A presença de alunos japoneses pode ser entendida a partir do processo migratório para o estado de São Paulo, conforme apresentei no início deste capítulo. Dessa forma, observa-se que, imigrantes ou descendentes de imigrantes do Japão estudaram na Fecap.

Depois do Japão, os países com o maior número de alunos são Itália e Portugal, com 4 alunos. Em relação à presença de alunos italianos e japoneses, é interessante destacar que, estes grupos estão entre aqueles que foram enquadrados no processo de nacionalização varguista. Na sequência, os países com a presença de alunos são a Espanha e a Romania com 2 e, França e Rússia com 1 aluno cada.

Algumas observações podem ser feitas. Inicialmente destaca-se que, embora acolhesse alunos oriundos de diferentes nacionalidades, a Fecap não aceitava contratar estrangeiros, devendo seus funcionários serem brasileiros natos. Essas questões suscitam reflexões acerca do mercado de trabalho para profissionais do comércio estrangeiros, pois assim como está instituição, outras provavelmente também colocaram a nacionalidade como um empecilho.

Além disso, é importante destacar as particularidades dos países de origem dos alunos estrangeiros. Se comparados à Academia de Comércio de Santa Catarina, que veremos nos próximos capítulos, estes países são diferentes. É possível observar relações entre o caráter macro do país, do estado e da região no processo de construção da Cultura Escolar de cada uma destas escolas de comércio.

Em relação aos 197 alunos brasileiros, é possível fazer o levantamento dos estados de nascimento destes sujeitos, conforme se observa na tabela 8:

Tabela 8 – Estado de nascimento dos alunos brasileiros da Fecap (1931, 1937 e 1950)

Estado	Total
Goiás	2
Mato Grosso	1
Minas Gerais	14
Paraná	1
Rio de Janeiro	2
Santa Catarina	1
São Paulo	176
Total	197

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A partir da tabela 8, é possível aferir que o maior número de alunos da Fecap era de São Paulo, sendo um total de 176 para o período analisado. Na sequência, o estado brasileiro com maior número de representantes é Minas Gerais, com 14. Se comparado ao número de paulistas, o número de mineiros é pequeno. No entanto, comparando Minas Gerais aos outros estados, todos com apenas dois (Goiás e Rio de Janeiro) ou um (Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina) aluno, o número de alunos mineiros é relativamente grande.

Várias questões poderiam explicar a presença de alunos mineiros na escola paulista, como a proximidade geográfica entre os estados, por exemplo. No entanto, conforme discuti no capítulo 4 e no início deste, ao longo da Primeira República, São Paulo e Minas Gerais estiveram à frente da política brasileira, cenário que começa a se modificar a partir da subida de Vargas ao cargo de presidente, em 1930. Sendo assim, acredito que, para além das questões geográficas, as questões políticas também são importantes para esta presença.

Não tenho a intenção de esgotar a análise de um possível perfil dos alunos formados pela Fecap, uma vez que, as informações aqui analisadas comportam um número limitado de sujeitos. No entanto, a partir deste exercício analítico, foi possível apresentar elementos que demonstram a relação destes alunos com um perfil maior, bem como para as especificidades da instituição específica. Para finalizar este capítulo, passo a análise de um último elemento da Fecap.

5.2.5. Perpetuação da Memória Educativa: o ritual de formatura e atuação das reformas educativas

O ritual de formatura é aqui analisado a partir de elementos da Cultura Escolar Empírica da Fecap. Essa reflexão contribui para a compreensão do processo de atuação das Reformas do Ensino Comercial, bem como para identificar algumas tentativas de perpetuação da memória da instituição.

Segundo Bárbara Virgínia Groff da Silva (2015), o ritual de formatura pode ser compreendido como parte da Cultura Escolar, sendo possível explorá-lo a partir de três aspectos. O primeiro refere-se ao local apropriado para a realização do rito, que deve ser capaz de acomodar formandos e espectadores. O segundo refere-se à composição do espaço para a realização do rito e, o terceiro, consiste em uma linguagem específica, que envolve gestos, discursos hinos e narrativas. De acordo com a autora, este evento é ainda caracterizado por ser rotineiro e único ao mesmo tempo. Rotineiro para as escolas que organizam o evento todos os anos, e único para os alunos que se formam.

Sendo assim, pode-se inferir que a conclusão dos estudos é um momento marcante para aqueles que adquiriram o diploma após anos de estudo, sendo um ritual que marca a passagem de aluno à profissional. Para os alunos formandos, registrar, fotografar e marcar este rito de passagem configura-se não apenas como uma forma de comemoração, mas também como um símbolo de status social e perpetuação da memória. Conforme demonstrarei ao longo deste e dos demais capítulos, o ritual de formatura também foi utilizado pelas escolas comerciais como uma forma de legitimação social e de produção e perpetuação da memória institucional.

De forma geral, diversos documentos contribuem para analisar os rituais de formatura da Fecap, como os Regimentos Internos, os álbuns de formatura¹¹⁸ anteriormente apresentados, convites de formatura¹¹⁹, objetos salvaguardados pela instituição, entre outros. Considerando a problemática e o recorte temporal da pesquisa, serão analisados, em especial, os regimentos e os álbuns de formatura.

¹¹⁸ Não é minha intenção esgotar o estudo do ritual de formatura da Fecap, atentando para a análise dos símbolos e dos sujeitos envolvidos (professores, paraninfos, homenageados, alunos, etc). Para um estudo específico sobre estes elementos, ver o texto “Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) de São Paulo: possibilidades de pesquisa a partir de Álbuns de Formaturas (1930-1950)” (SILVA; HASS DA SILVA, 2018).

¹¹⁹ Foi realizado um estudo específico sobre os convites de formatura da Fecap, para o período entre 1976 e 1986 (posterior ao recorte temporal da pesquisa). O estudo analisa os símbolos dos convites, turmas, números de alunos formados, professores homenageados, etc. Para saber mais, ver: “Convites de Formatura da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (1976-1986): Possibilidades de Pesquisa” (HASS DA SILVA; SILVA, 2018).

Os Regimentos Internos de 1929 e 1934 (ESCOLA, 1929, 1934) informam que a solenidade de formatura ocorreria no primeiro dia de aula do ano seguinte. A partir de 1945, o regimento afirma que “em dia designado pelo Diretor, proceder-se-á, solenemente, à colação de grau dos que concluírem os diversos cursos, devendo a cerimônia ser realizada no Salão de Atos da Escola” (ESCOLA, 1945, p. 12). Os alunos receberiam o diploma ou documento simbólico, referente à habilitação cursada. Até 1934, é evidenciado que a impressão e todos os gastos relativos a confecção do diploma eram responsabilidade do aluno.

A partir de 1934, período de atuação da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), os regimentos apresentam a necessidade de registro do diploma nos órgãos oficiais, sendo a Escola e na Superintendência do Ensino Comercial entre 1934 e 1945 e, a partir de então, a Divisão do Ensino Comercial. Estas alterações em relação aos diplomas mostram como as reformas analisadas agiram no processo de organização e reconhecimento das profissões do comércio.

Para a solenidade da colação de grau, os alunos poderiam escolher um paraninfo para cada turma formada. Até 1934, este paraninfo deveria ser escolhido dentro da diretoria e corpo docente coma escola, mas com a possibilidade de escolha de personalidades com notórias contribuição à ciência do país, desde que autorizada pelo diretor. A partir de 1945, apenas professores ou profissionais da escola poderiam ser escolhidos, sem brecha para personalidades externas.

O ritual de formatura é perpassado por diferentes relações de poder entre diretor, escola e alunos. Além de aprovar ou não a escolha dos paraninfos, o diretor exercia significativo controle sobre a solenidade e as falas de alunos e professores. O artigo 53º do Regimento de 1945 apresenta que “à festa de colação de grau será dado o cunho solene, não sendo admitido, quer aos alunos, quer ao paraninfo, em seus discursos entrar em apreciações de ordem política, administrativa ou doutrinaria, sob qualquer aspecto” (ESCOLA, 1945, p. 14). Além disso, o parágrafo único reforça que “os discursos dos alunos oradores serão previamente submetidos à apreciação do Diretor com 60 horas de antecedência, sem o que não poderão ser pronunciados” (ESCOLA, 1945, p. 14).

Os regimentos demonstram o sistema de controle e censura dos alunos e professores, uma vez que, à solenidade, estava proibido entrar em assuntos políticos ou contrários à escola. Considerando a abrangência da formatura, esta é também uma preocupação com a construção da imagem da instituição e da forma de como ela seria perpetuada na sociedade.

A solenidade era marcada ainda por uma série de prêmios entregues aos alunos e alunas que mais se destacassem. Embora seja possível observar algumas alterações em

relações aos prêmios, o caráter hierarquizador e seletivo das premiações permanece ao longo dos anos. Além disso, os nomes dos prêmios também eram utilizados como perpetuadores da memória da instituição.

Um dos prêmios dado era o “Prêmio Dr. Veiga Filho” que, a partir de 1945, passou a ser dos alunos de cada série dos cursos de Contabilidade e Secretariado que mais se distinguiam. O nome do prêmio é uma homenagem a João Pedro Veiga Filho, um dos fundadores da Fecap. Esta premiação consistia na dispensa de toda a contribuição para cursar o ano seguinte em que o aluno fosse se matricular.

O “Prêmio Conde de Alvares Penteado” consistia em uma medalha para o aluno que, durante o curso tenha o obtido grau de distinção em todos os anos. O “Prêmio Presidente Epitacio Pessoa” que, como o nome evidencia, era uma homenagem ao ex-presidente brasileiro, oferece alguns elementos que permitem pensar as relações de gênero dentro da instituição. O regimento estabelece que a premiação consistia na entrega de “Cr\$. 1000\$00, ao aluno que, durante o curso, tiver obtido maior aprovação” (ESCOLA, 1945, p. 14) e “Cr\$. 500, 00 a aluna em igualdade de condições (ESCOLA, 1945, p. 14)”. Conforme se observa, o prêmio já parte de uma hierarquização entre aluno e aluna, na qual, mesmo em igualdade de condições, o aluno seria premiado com o dobro do valor que a aluna.

Para os alunos do Curso Superior de Administração e Finanças, também existiam prêmios específicos. O “Prêmio Guilherme Guinle” consistia em uma medalha de ouro e de uma de prata, instituídas pela revista “Inteligência”. As medalhas seriam dadas, para o primeiro e segundo colocado que, nos três anos do Curso Superior de Administração e Finanças conseguisse o maior número de pontos resultantes da soma das médias de todas as disciplinas, respectivamente. O segundo prêmio, intitulado de “Prêmio Artur de Souza Costa”, consistia em uma medalha de ouro para o aluno que obtivesse as melhores notas na cadeira de Economia Política e, o valor de Cr\$ 1. 000 ao aluno que obtivesse as melhores notas na cadeira de Finanças e Economia Bancária.

A tentativa de uso dos rituais de formatura para a perpetuação da memória da instituição é identificada, sobretudo, nos regimentos de 1929 e 193 que destacam que estava facultado aos estudantes a organização de um quadro de formatura que, depois de exposto na solenidade, deveria ser colocado no *hall* superior da escola. Diferentemente do que veremos

para a Academia de Comercio de Santa Catarina, para a Fecap, foi localizado apenas um destes murais¹²⁰, conforme se observa na Imagem 11, a seguir:

Imagem 11 - Contadores da Fecap de 1923



Fonte: Biblioteca da Fecap (online)

A imagem 11 consiste em uma fotografia emoldurada, na forma de mural. Embora refira-se a 1923, a análise da foto permite observar alguns elementos que ultrapassam as balizas cronológicas estipuladas pela pesquisa. Na parte superior do mural, é possível observar a face de Mercúrio, tido como símbolo do Comércio. Na parte inferior, encontra-se o bastão com duas serpentes e com o caduceu de mercúrio na parte superior, também símbolos do comércio. O mural divide dois grupos de fotografias. Na parte superior, encontram-se as imagens de 13 sujeitos, provavelmente professores e equipe diretiva da Fecap quando da formatura. Na parte inferior, identificam-se as fotografias de 28 alunos formandos.

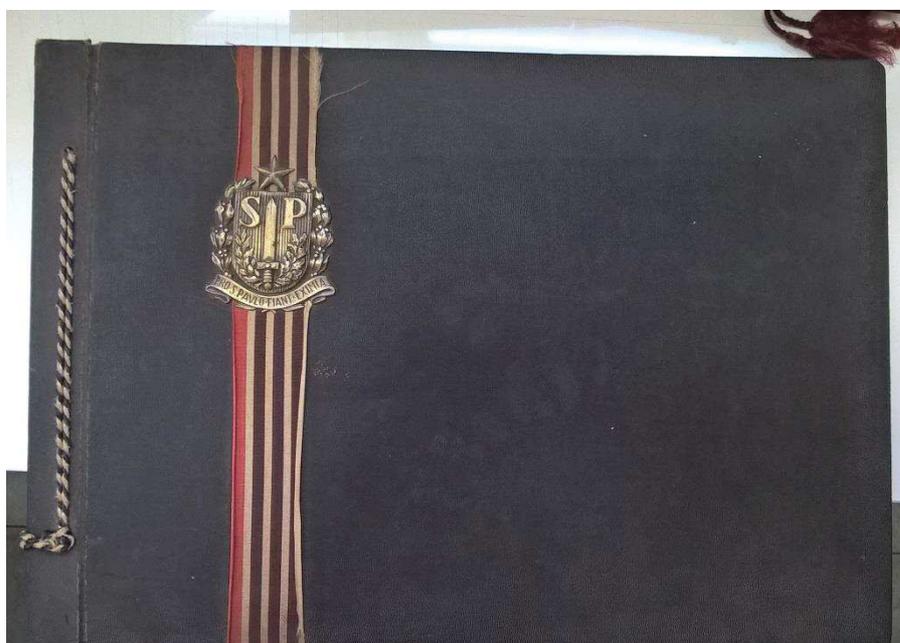
Assim como o mural, outra forma de tentar perpetuar a memória da instituição de deu a partir da confecção dos álbuns de formatura. De acordo com o que apresentei no quadro 26, foram localizados quatro álbuns fotográficos, sendo eles dos anos de 1931, 1934, 1937 e 1950. Os títulos presentes nas capas dos álbuns demonstram as mudanças causadas nas habilitações do comércio a partir das Reformas do Ensino Comercial. O álbum fotográfico

¹²⁰ Uma análise do uso dos murais de formatura como documentos para o estudo da atuação das reformas do ensino será realizada no capítulo referente à Academia de Comércio de Santa Catarina, instituição para a qual foram localizados quadros referentes a diferentes anos da sua existência.

dos “Peritos-contadores de 1931”, por exemplo, refere-se à profissionais formados no Curso Geral. Embora o álbum de 1937 apresente o mesmo título, considerando que ele foi confeccionado após a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), ele refere-se ao curso Técnico de Perito-contador.

Os álbuns fotográficos são objetos importantes no processo de perpetuação da memória institucional. Enquanto fotos separadas remetem a momentos ou sujeitos específicos, o álbum, ao reunir um conjunto de fotos, organiza uma narrativa que, neste caso, refere-se ao ritual de formatura da Fecap (SILVA; HASS DA SILVA, 2018). A análise das capas dos álbuns permitem algumas reflexões.

Imagem 12 - Capa do álbum de formatura de 1934



Fonte: Biblioteca da Fecap. Foto do autor (2018)

Como se observa na Imagem 12 e, de acordo com o quadro 26, o álbum de formatura de 1934 mede 41x30 cm, sendo confeccionado em capa preta, com uma faixa e um brasão. A faixa é listrada nas cores preto, branco e vermelho, remetendo às cores da bandeira do estado de São Paulo. Em relação ao brasão, é possível afirmar que trata-se do brasão do estado de São Paulo: as letras ‘S’ e ‘P’ estão separadas por uma espada, sobre um ramo de louro cruzado. Desta forma, é possível identificar a relação de pertencimento da instituição com o estado de São Paulo.

Composto por 37 páginas e 161 fotografias, o álbum organiza uma narrativa sobre a instituição, iniciando com uma foto da faixada da escola, seguida por fotografias das

autoridades da instituição e, na sequência, dos formandos. As páginas contém uma, duas, quatro, cinco ou seis fotografias.

Imagem 13 - Capa do álbum de formatura de 1934



Fonte: Biblioteca da Fecap. Foto do autor (2018)

Na Imagem 13, é possível observar a fachada da escola que dá sequência à narrativa do álbum. Após iniciar com os símbolos do estado de São Paulo, a narrativa prossegue com a narrativa específica sobre a escola. Dessa forma, a narrativa do álbum parte do plano macro para o micro, mostrando a relação entre o estado e escola.

De forma geral, é possível afirmar que a Fecap manteve uma preocupação com a perpetuação da sua memória institucional. Atualmente, oferecendo diferentes modalidades educativas, que vão da educação básico ao ensino superior em nível de mestrado, a instituição ainda mantém rituais que celebram sua memória. Dentre os rituais, encontra-se o Hino Alvarista, com o qual abri está discussão. Este hino reforça a ideia de orgulho em pertencer Fecap, entendida como “escola” e “santo abrigo”, cujo teto “tão gasaloso” vivem os alunos “felizes”.

Ao longo deste capítulo, apresentei como o Ensino Comercial desenvolveu-se no estado de São Paulo, especialmente na sua capital. Articulando elementos de cunho político, econômico, social e cultural, demonstrei o crescimento das escolas de comércio a partir do aumento das instituições comerciais e industriais do estado. Em um segundo momento, atentei para a análise da Fecap, analisando o processo de atuação das reformas do Ensino Comercial, bem como elementos que contribuem para pensar o ensino comercial de forma ampla e, também, particular, na composição de uma Cultura Escolar Empírica específica desta instituição. De forma geral, assim como no capítulo anterior, foi possível elencar alguns fatores que contribuem para sustentar a particularidade desta modalidade de ensino e sua

consolidação no período entre a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) e a Reforma do Ensino de 1971 (BRASIL, 1971).

É nesta articulação entre as diferentes esferas da Memória Educativa que, no próximo capítulo, atentarei para a análise do Ensino Comercial no Rio Grande do Sul e, especialmente, para Escola de Comércio de Porto Alegre, também localizada na capital do estado.

6 A ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE (1931-1971) E A CULTURA ESCOLAR COMERCIAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[...]
 Livres de quaisquer amarras do espírito,
 À obrigação, à honra propícias,
 vão os caixeiros-viajantes pelo mundo,
 E sempre fiéis como o ouro.
 O comércio, que confia em nós,
 Não perecerá
 Orgulhoso deve ser o caixeiro-viajante!
 Fiquemos firmes como colunas,
 Enquanto nós, divertidas pessoas, viajarmos,
 Jovens, fiéis e livres,
 Exaltar-se-ão nossos feitos e vidas:
 Jovens, fiéis e livres¹²¹.

Erns Niemeyer. Poema Caixeiros-Viajantes: tecedores de redes sociais, culturais e comerciais, 1907.

No capítulo anterior, analisei a consolidação do Ensino Comercial brasileiro, no período entre 1931 e 1971, atentando especificamente para a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, localizada na capital do estado de São Paulo. De forma geral, identifiquei os processos de atuação das Reformas do Ensino Comercial e algumas das relações de poder envolvidas neste processo, destacando alguns elementos que permitem pensar sobre uma Cultura Escolar geral do Ensino Comercial e, também, algumas particularidades da instituição educativa.

Dando continuidade ao deslocamento para a Cultura Escolar Empírica, explicitado no capítulo anterior, passo a analisar a segunda instituição elencada, que é a Escola de Comércio de Porto Alegre¹²², localizada na capital do estado do Rio Grande do Sul. Seguindo a estrutura da narrativa produzida e explicada no capítulo 5, inicio este capítulo a partir do estudo do Ensino Comercial no estado do Rio Grande do Sul e na cidade de Porto Alegre e, na sequência, atento para a instituição em específica, visando identificar como se deu o processo de atuação (BALL, MAGUIRRE, REAUN, 2016) das reformas (POPEKEWITZ, 1997) do Ensino Comercial.

¹²¹ Para ler o poema “Caixeiros-Viajantes: tecedores de redes sociais, culturais e comerciais” na íntegra, ver o Anexo B.

¹²² Conforme apresento ao longo do capítulo, a instituição possuiu diferentes nomes ao longo de sua existência. Inicialmente criada como Escola de *Commercio* de Porto Alegre, passou a se chamar Escola de Comércio de Porto Alegre e, posteriormente, Escola Técnica de Comércio de Porto Alegre. Optei pela segunda denominação, uma vez que, considerando que foi uma atualização em relação à primeira, é a que perdura mais tempo dentro do período estudado.

6.1 O ENSINO COMERCIAL NO RIO GRANDE DO SUL: PRÁTICA CONTÁBIL, ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E CURSOS DE COMÉRCIO

O poema “Caixeiros-Viajantes: tecedores de redes sociais, culturais e comerciais” que abre este capítulo, de autoria de Erns Niemeyer, remete a uma figura mítica dos caixeiros-viajantes. Exaltados como “jovens, fiéis e livres”, estes profissionais do comércio estariam “livres de quaisquer amarras do espírito”, viajando pelo mundo “e sempre fiéis como o ouro”. Embora crie uma figura idealizada sobre a profissão, o poema permite pensar a importância destes caixeiros, sobretudo para a vida comercial das cidades. Considerando a data destes versos, provavelmente escritos em 1907, acredito que eles remetam a profissionais práticos, os quais exerciam as profissões comerciais ainda sem uma formação institucionalizada. De forma geral, ao longo do capítulo, demonstrarei ao processo de profissionalização destas práticas.

De acordo com Marco Aurélio Gomes Barbosa e Ernani Ott (2013), bem como com Silva (2017), no Rio Grande do Sul, assim como no Brasil, a emergência do Ensino Comercial sistematizado está articulada ao desenvolvimento da contabilidade, à necessidade de profissionais habilitados neste campo e à criação de escolas de comércio. Barbosa e Ott (2013) compreendem que a história da contabilidade está atrelada ao desenvolvimento social e econômico, bem como às práticas profissionais e educativas (formais) do comércio¹²³.

Em relação às primeiras instituições educativas de comércio que emergiram no estado, a ausência de documentação referente ao período traz muitas incertezas sobre ele. De forma geral, Barbosa e Ott (2013) acreditam que estas instituições foram criadas devido ao crescimento comercial não apenas da atual capital (Porto Alegre), mas também de regiões como Rio Grande e Pelotas¹²⁴. As primeiras evidências de registro contábil parecem estar relacionadas a atuação de Sebastião Ferreira Soares (1820-1887)¹²⁵ que, além da prática contábil, escreveu importantes obras voltadas para a economia, estatística e finanças.

¹²³ Os autores propõem uma periodização da História da Contabilidade no Rio Grande do Sul em três momentos: primeiras evidências (1850-1870), fortalecimento (1880-1909) e consolidação (a partir de 1909). Apesar de compreender a proposta, opto em não adotar esta periodização neste estudo, uma vez que ela centra apenas no estado, com poucas articulações ao contexto nacional.

¹²⁴ Em Pelotas, foi criada, em 1902, a Academia de Comércio de Pelotas que, em 1916 passou a se chamar de Escola de Comércio de Pelotas (BARBOSA e OTT, 2013).

¹²⁵ Nascido no Rio Grande do Sul, concluiu o curso de Ciências Físico-matemáticas na Escola Militar. Em 1845, por ordem de Caxias, passou a atuar na organização de trabalhos estatísticos da província sul-rio-grandense. Foi membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro (BARBOSA e OTT, 2013).

Além da atuação contábil de Sebastião Ferreira Soares, a segunda metade do século XIX contou com algumas tentativas de ensino formal voltado ao comércio, especificamente com o Collégio Emulação. A partir de Barbosa e Ott (2013) é possível aferir que, possivelmente em 1879, a instituição oferecia disciplinas secundárias voltadas para o ensino comercial. Apesar desta oferta, a instituição não era uma escola comercial¹²⁶. Quando comparados ao contexto nacional, estas duas experiências do Rio Grande do Sul coincidem com a promulgação do Código Comercial do Império Brasileiro (BRASIL, 1850) que, como visto anteriormente, estabeleceu a obrigatoriedade da escrituração contábil e do levantamento do Balanço, gerando a necessidade de profissionais para atuarem na área contábil. Desta forma, é possível aferir que o decreto-lei exerceu influência no Rio Grande do Sul.

A partir de 1880, identifica-se a atuação das organizações sociais representativas dos trabalhadores práticos do comércio, especialmente dos caixeiros viajantes (como aqueles do poema de Erns Niemeyer) e guarda-livros. No Rio Grande do Sul, assim como em outros estados brasileiros, esses profissionais começaram a organizar-se e posicionar-se perante a sociedade.

A primeira sociedade de ajuda mútua dos profissionais do comércio no estado foi o “Club Caixeiral Porto-Alegrense”. Segundo Barosa e Ott (2013), este clube foi inspirado na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, que havia sido fundada em 1880. Dentre as finalidades do grupo destaca-se a tentativa de congregar os caixeiros e demais empregados do comércio em um grêmio, advogar as questões referentes à causa dos caixeiros e promover instrução entre seus associados.

Além de oferecer palestras, o clube organizava também aulas regulares de português, francês, aritmética e escrituração contábil, saberes fundamentais para os profissionais que atuavam no comércio. Em paralelo a todas estas atividades, o grupo publicava semanalmente um jornal chamado “O Athleta”, elemento que pode ser pensado como formador de uma identidade profissional. No início dos anos 1930 a instituição encerrou suas atividades, enfraquecida após a criação do “Club de Guarda-Livros de Porto Alegre”¹²⁷. Desta forma, é possível afirmar que os profissionais do comércio e suas associações encontravam-se atrelados às relações de poder (FOUCAULT, 1988; 1982) que envolveram o Ensino Comercial e sua organização no estado do Rio Grande do Sul.

¹²⁶ Conforme destaquei em estudos anteriores (SILVA, 2017), a atuação de Sebastião Ferreira Soares e a existência do Collégio Emulação devem ser entendidos como uma amostra dos profissionais e instituições que podem ter existido entre 1850 e 1870, mas que não deixaram registros ou, caso contrário, ainda não foram localizados.

¹²⁷ Fundado em 3 de junho de 1894, a partir de integrantes do “Club Caixeiral Porto-Alegrense”, clube de Guarda-Livros foi a primeira associação profissional puramente contábil da cidade de Porto Alegre.

Na passagem do século XIX para o século XX, foram criadas diversas instituições voltadas para o ensino comercial no estado, especialmente na cidade de Porto Alegre (POA). O quadro a seguir apresenta algumas destas instituições com informações relativas a elas, como período de existência, fundadores, entre outras.

Quadro 27 – Instituições de Comércio criadas em POA (passagem do séc. XIX para o XX)

Instituição	Cidade/Local	Informações
Colégio Rio-Grandense (1876 - ?)	Fundado no Centro de Porto Alegre, na Rua Sarmiento Leite	Começou a oferecer o curso comercial por volta de 1894. Fundação atribuída a Apelles José Gomes Porto Alegre.
Colégio Ivo Affonso Corresul (1894 - ?)	Porto Alegre	Fundada pelo professor Ivo Affonso Corseeuil, recebendo o seu nome. Além do curso primário, oferecia aulas noturnas de escrituração mercantil, ministradas pelo professor Joaquim Xavier Carneiro.
Curso Comercial Mauá (1900-1980)	Fundado no Centro de Porto Alegre, na Rua 7 de Setembro. Mudou-se para prédio próprio em 1903.	Fundada a partir da “Associação dos Empregados no <i>Commercio</i> de Porto Alegre”.
Escola de Comércio de Porto Alegre (1909 -	Porto Alegre	Criada a partir da iniciativa de professores da Faculdade de Direito de Porto Alegre.
Curso Técnico do Professor Augusto Menegatti (1917 - ?)	Porto Alegre	Criada pelo professor Augusto Menegatti e sua esposa Linda Vighi Menegatti. Internato que dispunha de uma escola elementar e do curso técnico de comércio.
Curso de Comércio do Gymnasio Nossa Sra. do Rosário (1924-	Porto Alegre	Embora fundado em 1905, o Gymnsásio Nossa Sra. do Rosário passa a oferecer o curso de comércio apenas em 1924 e, entre 1927 e 1928 é instituído o Instituto Superior de Comércio.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Barbosa e Ott (2013), Silva (2017), Rech (2015) e Silva e Bastos (2019)

Conforme observa-se no quadro 27, uma das instituições que ofereceu o ensino comercial no final do século XIX foi o Colégio Rio-Grandense, cuja fundação se deu em 1876, com o início do curso comercial por volta de 1894. Criada na cidade de Porto Alegre, a instituição tem sua fundação atribuída a Apelles José Gomes Porto Alegre, que foi escritor, jornalista e professor (SILVA, 2017).

Outra instituição que se destacou no mesmo período foi a escola fundada em 1894 pelo professor Ivo Affonso Corseeuil, que recebeu o seu nome. Além do curso primário, o Colégio Ivo Affonso Corseeuil oferecia aulas noturnas de escrituração mercantil, ministradas

pelo professor Joaquim Xavier Carneiro¹²⁸. De acordo com Silva (2017), o curso de escrituração mercantil tinha o objetivo de preparar os alunos para atuarem no comércio, em empregos públicos e para o ingresso em cursos superiores.

No passagem do século XIX para o XX, especificamente em 2 de fevereiro de 1900, foi fundado o Curso Comercial Mauá, cujas origens estão atreladas à “Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre”. Inicialmente instalado na Rua 7 de Setembro, centro de Porto Alegre, mudou-se para um prédio próprio em 25 de março de 1903. No ano de 1901 os primeiros alunos da instituição receberam o diploma de guarda livros. Segundo Barbosa e Ott (2013), na segunda metade do século XX a escola foi vendida para a iniciativa privada, tendo oferecido o curso comercial até meados da década de 1980, formando ao total, cerca de setecentos profissionais.

De acordo com Silva (2017), apesar das lacunas em relação às fontes, a história do Curso Comercial Mauá é particularmente interessante, uma vez que o período de sua existência (1900-1980) é perpassado pelos diferentes decretos e Reformas do Ensino Comercial: reconhecimento pelo governo federal do Ensino Técnico Comercial em 1926, as Reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1943), a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e pela configuração do Ensino Comercial como habilitação em Técnico de Contabilidade com a Reforma do Ensino de 1971.

Em 1909, a partir da participação de professores da Faculdade de Direito de Porto Alegre, foi criada a Escola de *Commercio* de Porto Alegre, instituição que exerceu significativa importância para a formação de profissionais do comércio. Considerando a centralidade desta escola para o Ensino Comercial, ela foi tomada como central nas análises seguintes deste capítulo.

Ainda no primeiro quartel do século XX, em 1917, foi fundada em Porto Alegre a escola italiana criada pelo professor Augusto Menegatti e sua esposa Linda Vighi Menegatti. De acordo com Gelson Leonardo Rech (2015), a instituição consistia em um internato que dispunha de uma escola elementar e do curso comercial, o qual visava formar bons assistentes comerciais e contadores, aptos para desempenhar as tarefas de empresas, especificamente na atuação dos escritórios. O público que frequentava o curso era majoritariamente composto por filhos de negociantes, comerciantes e industriais. A opção por cursar o ensino comercial pode estar associada à necessidade de esses jovens atuarem nos negócios e empresas da família.

¹²⁸ Além da atuação como professor e Guarda-Livros, Joaquim Xavier Carneiro publicou também uma obra sobre escrituração mercantil e sobre as partidas dobradas (SILVA, 2017).

Além disso, o curso propunha uma preparação prática e rápida para os negócios, difundido a cultura italiana aliada à história do Brasil.

Considerando que o curso comercial era oferecido por uma escola étnica italiana, o modelo de contabilidade ensinado era inspirado diretamente na Itália. Além das disciplinas estrangeiras comuns, como francês e inglês, a escola oferecia ainda a língua italiana, cujos conteúdos, além de abordarem gramática e leitura, preocupavam-se com conversação de caráter prático, voltada para o ‘modo’ de falar relacionado com a indústria, comércio e viagens, temáticas ligadas ao ensino comercial. A produção textual da disciplina também possuía especificidades ligadas ao ensino comercial, como a composição de palavras ligadas a petições ou documentos comerciais. Dessa forma, é possível traçar algumas relações entre esta instituição e as questões específicas do ensino comercial italiano, discutidas no capítulo 3.

Em 1924, o *Gymnásio Nossa Sra. do Rosário* passou a oferecer o curso de comércio e, entre 1927 e 1928 criou o Instituto Superior de Comércio¹²⁹, anexo ao Ginásio. De acordo com Silva e Bastos (2019), o instituto era constituído pelos cursos Preparatório (1 ano), Curso Geral (4 anos) e Curso Superior (3 anos)¹³⁰. Os autores destacam que, dentre os fins do instituto estava o de ministrar a instrução teórico-prática destinada às carreiras comerciais e industriais, habilitando os alunos ao exercício das funções de guarda-livros, contadores, peritos judiciais, agentes e representantes do comércio, gerentes e diretores de grandes casas comerciais, dentre outras.

A partir da breve análise destas instituições comerciais, é possível identificar algumas das relações de poder (FOUCAULT, 1982) e sujeitos envolvidos no processo de sua criação. No caso de alguns dos cursos, destaca-se a atuação de particulares (*Collégio* Emulação, Colégio Rio-Grandense, Ivo Affonso Corresul, Curso Técnico do Professor Augusto Menegatti), das associações profissionais (Curso Comercial Mauá) e de outras instituições educativas (Escola de Comércio de Porto Alegre e Curso de Comércio do *Gymnasio* Nossa Sra. do Rosário). Dessa forma, embora o Estado exerça importância significativa no processo de organização do Ensino Comercial, é possível afirmar que outros grupos também estão envolvidos nestas relações de poder, mostrando uma complexa rede de poderes que não é vertical, mas sim horizontal e capilarizada.

¹²⁹ A criação do Curso de Comércio é atribuída ao diretor Irmão Afonso, que ao assumir a direção da escola em 1927, começou a atuar organizar o processo de oficialização do curso (CLEMENTE, 2011).

¹³⁰ O Curso Superior de Comercio passou a ser oferecido em 1931, sendo essa data tomada como marco fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), uma vez que as escolas e faculdades surgem desse primeiro curso. Em 1934 foi criada, a partir do Instituto Superior de Comércio, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (CLEMENTE, 2011).

É importante destacar ainda que, as escolas até aqui apresentadas, não foram as únicas que existiram no período em questão. Certamente outras instituições também ofereceram o curso comercial, tanto em Porto Alegre quanto no Rio Grande do Sul, no entanto ainda carecem de estudos e/ou deixaram poucos registros. Conforme apresentei no capítulo anterior, o gráfico 2 permite identificar que, ao longo do período de 1932 a 1971, o estado do Rio Grande do Sul contou com o aumento significativo do número de escolas de comércio. A tabela 9 a seguir apresenta o número de escolas de comércio existentes do Rio Grande do Sul para o período entre 1932 e 1971:

Tabela 9 - Escolas de Comércio Existentes no Rio Grande do Sul (1932-1971)

1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
25	33	38	48	56	63	64	67	77	78	93	96	115	106
1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
114	98	76	79			65	66	76			90	95	104
1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971		
112	128	128	170	169	188	201			278	294	302		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), a partir dos anuários do IBGE

Articulando as informações da tabela 9 com o gráfico 2, é possível afirmar que, entre 1932 e 1935, o Rio Grande do Sul era o quarto estado brasileiro com o maior número de escolas de comércio, estando atrás de Minas Gerais (3º), Distrito Federal (2º) e São Paulo. A partir de 1936 e, até 1943, o RS ultrapassa MG, sendo o terceiro estado em número de escolas de comércio. Em 1944 o RS retorna para a quarta posição em número de escolas de comércio, nela ficando até 1954, aproximadamente. Em 1957 o RS supera o Distrito Federal e, até o final do período estudado (1971), permanece como o terceiro estado em número de instituições de comércio. Apesar das exceções em alguns anos, o número de escolas de comércio foi crescente no estado do Rio Grande do Sul, atingindo o maior número de instituições em 1971, quando contava com 302 escolas.

Conforme tenho afirmado ao longo desta pesquisa, dentre os espaços de atuação dos profissionais do comércio estão as diferentes empresas públicas e privadas. Desta forma, a necessidade de profissionais e, conseqüentemente, de escolas comerciais para sua formação, podem ser analisadas a partir do aumento do número de empresas criadas no Rio Grande do Sul. Ao discutirem a história da Junta Comercial gaúcha, Gentil Coraza e Pedro Cezar Dutra

Fonseca (2003) apresentam o número de empresas anualmente registradas no estado¹³¹. Considerando que o número de empresas existentes por ano é o total do ano anterior, somado das novas empresas abertas e decrescido das empresas fechadas, apresento a tabela para o período entre 1930 e 1971:

Tabela 10 - Registro de empresas¹³² no Rio Grande do Sul entre 1930-1971

Ano	Empresas		
1930	351	1951	3.700
1931	331	1952	4.327
1932	297	1953	4.304
1933	351	1954	5.049
1934	347	1955	5.200
1935	318	1956	5.009
1936	656	1957	4.131
1937	686	1958	5.179
1938	806	1959	6.844
1939	1.395	1960	6.257
1940	1.884	1961	5.407
1941	987	1962	6.978
1942	2.173	1963	7.904
1943	2.331	1964	7.509
1944	2.592	1965	6.575
1945	3.032	1966	8.833
1946	2.955	1967	7.931
1947	3.496	1968	12.130
1948	4.301	1969	14.642
1949	3.960	1970	12.770
1950	3.279	1971	14.280

Fonte: Elaborado pelo autor (2017) a partir de Corazza e Fonseca (2003)

A tabela 10 permite analisar o crescimento de estabelecimentos comerciais existentes no Rio Grande do Sul para o período deste estudo. Embora existam oscilações em relação ao número de empresas de um ano para o outro, é possível identificar, de forma geral, o crescimento destes estabelecimentos. A análise por décadas facilita esta leitura.

Se tomarmos o ano de 1930, identificamos a presença de 351 empresas oficialmente registradas no estado. Em 1940, após o aumento e o decréscimo anual, o estado atinge o número de 1884 estabelecimentos, o que equivale a mais de cinco vezes o número da década

¹³¹ Embora não exista consenso em relação ao momento exato de criação da instituição, os autores afirmam que a Junta Comercial do Rio Grande do Sul foi uma das sete primeiras criadas no Brasil, o que se justificaria pela importância econômica do estado. Alguns autores afirmam que a sua fundação teria ocorrido em 1852, em Rio Grande, enquanto outros defendem que foi somente em 1877, com a criação da Junta comercial de Porto Alegre, que se poder falar efetivamente da existência de uma junta gaúcha.

¹³² Nesta tabela, entende-se como empresa o local onde se compra e vende. Corazza e Fonseca (2003) salientam que o termo utilizado para denominar esses espaços pode variar de acordo com o local e a subjetividade de cada estabelecimento, que podem ser grandes ou pequenos, composto por funcionários ou apenas familiares, entre outros (SILVA, 2017).

anterior. O crescimento ao longo da década faz com que, em 1950, o número de empresas chegue a 3279. Ao longo da década, observa-se que este número quase dobra, chegando a 6257 em 1960. Entre os anos de 1960 e 1970 o número de empresas passa do dobro, chegando a 12.770.

Embora o crescimento de escolas comerciais não esteja exclusivamente ligado ao crescimento de instituições de comércio, a aproximação destes dados com a tabela 9 permite identificar a presença de uma relação direta entre ambos os aumentos. Certamente ambos os dados devem ser pensados dentro do contexto político, social, econômico e cultural maior¹³³, porém, apontam para as relações entre o crescimento da necessidade de profissionais habilitados para o comércio e as escolas comerciais. Acredito que a relação entre o crescimento de empresas e do número de escolas comerciais demonstra a complexidade das relações de poder que perpassam a constituição do ensino comercial, envolvido por interesses públicos, privados, profissionais, entre outros.

Considerando que, em paralelo à existência da Escola de Comércio de Porto Alegre existiram diversas outras instituições no estado do Rio Grande do Sul, é importante ressaltar os motivos que levaram a escolha desta escola. Conforme destaquei anteriormente, os motivos por esta escolha foram de caráter teórico-metodológico e prático. As questões teórico-metodológicas referem-se ao período de existência da instituição (1909-2008), o qual é marcado pela presença das diferentes reformas do ensino comercial, possibilitando a análise da atuação destas reformas. Além disso, a escola estava localizada na capital do estado e, a partir dela, foi criada a Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em relação aos fatores de cunho prático, destaco a existência de estudos anteriores sobre a escola, bem como a disponibilidade de fontes que permitem seu estudo.

Após estas considerações, passo a analisar da Escola de Comércio de Porto Alegre, atentando para o processo de atuação das Reformas do Ensino Comercial, bem como para o entendimento da consolidação desta modalidade de ensino.

6.2 A ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

Para analisar parte da Cultura Empírica da Memória Educativa do Ensino Comercial do Rio Grande do Sul, passo a análise da Escola de Comércio de Porto Alegre. Segundo

¹³³ Tenho ciência da importância da relação destes números com dados demográficos e econômicos. No entanto, não é minha intenção aprofundar esta temática ou propor um estudo estatístico sobre o tema. Para saber mais sobre o uso da estatística nos estudos historiográficos, ver: Antoine Prost (2008).

Barbosa e Ott (2013), a fundação desta instituição pode ser considerada um marco na História da Contabilidade gaúcha, colocando em evidência esta modalidade de ensino. A importância desta instituição faz com que, a partir dela, tenha sido criada a Faculdade de Ciências Econômicas UFRGS¹³⁴. A ideia de criação desta escola de comércio emergiu de um grupo de profissionais da Faculdade Livre de Direito¹³⁵, sendo eles: Manoel André da Rocha (diretor da Faculdade de Direito), Leonardo Macedonia Franco e Souza (secretário da Faculdade) e de Francisco Rodolfo Simch (professor da Faculdade) (BARBOSA, OTT; 2013, SILVA, 2017).

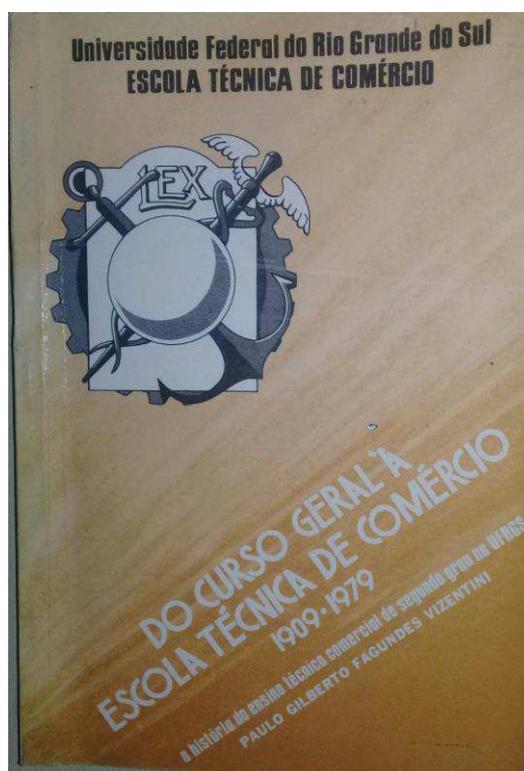
O estudo da instituição se tornou possível, em especial, a partir do livro “*Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio 1909-1979: a história do ensino técnico comercial de segundo grau na UFRGS*”, de autoria de Paulo Vizentini (1979). A obra foi produzida como parte das comemorações dos setenta anos de existência da instituição, sendo o autor um dos membros do seu corpo docente¹³⁶. Considerando os pressupostos teóricos deste estudo, especialmente discutidos no capítulo 2, este livro foi aqui entendido como parte da Cultura Escolar científica/acadêmica do Ensino Comercial, permitindo identificar também elementos da cultura escolar empírica. Dessa forma, o livro foi considerado como parte da matéria prima da pesquisa, sendo entendido como documento (RICOEUR, 2007). Na sequência, a imagem a seguir apresenta a capa do livro:

¹³⁴ Conforme destaca Silva (2017), quando a Escola de Comércio foi fundada, em 1909, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul ainda não havia sido criada. O que existiam eram escolas/faculdades isoladas, como a Escola de Farmácia, a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito. Em 1934 as escolas/faculdades foram reunidas, formando a Universidade de Porto Alegre, que em 1947 passou a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul e, em 1950, foi federalizada.

¹³⁵ A Faculdade Livre de Direito foi criada, oficialmente, em 17 de fevereiro de 1900. Juntamente com os cursos de Farmácia, Engenharia e Medicina, compõe o conjunto de grandes escolas fundadas na transição do século. Inicialmente, a faculdade funcionou em prédio cedido pelo Estado, na Rua Duque de Caxias. Em julho de 1910 foi transferida para o prédio próprio, na Avenida João Pessoa (UNIVERSIDADE, 1998).

¹³⁶ O autor destaca ainda na introdução que, “a ideia de elaboração desta obra surgiu como parte integrante das comemorações dos setenta anos da fundação da Escola Técnica de Comércio” (VIZENTINI, 1979, p.7). Dessa forma, desde o início, fica em evidência o caráter memorialístico da publicação, que, nas mãos do historiador se tornou fonte.

Imagem 14 - “Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio 1909-1979: a história do ensino técnico comercial de segundo grau na UFRGS”



Fonte: Acervo do autor (2020)

Na Imagem 14, podemos observar a capa do livro. Na parte superior, consta a sua vinculação à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Escola Técnica de Comércio. Após a vinculação, observa-se a presença de uma espécie de brasão, composto por uma engrenagem, uma âncora e o Caduceu de Mercúrio, sendo este último, um dos símbolos da contabilidade. O livro é composto por 139 páginas, trazendo a reprodução de atas da Escola Técnica, decretos, listas de alunos e professores, currículo dos cursos, entre outros.

Na perspectiva de Vizentini (1979), a história da Escola de Comércio possui quatro fases significativamente delimitadas, sendo elas: “Da criação à Integração à Universidade de Porto Alegre (1909-1934)”, “Da Universidade de Porto Alegre à UFRGS (1934-1950)”; “Da Federalização à Autonomia (1950-1970)”; “Da Autonomia aos dias atuais (1970-1979)”.

Considerando o ano em que o livro foi escrito, o termo “dias atuais” do autor refere-se ao ano de 1979. É possível que, atualmente, pudesse-se falar da existência de uma ou mais fases da história desta instituição. No entanto, considerando o recorte temporal da pesquisa, não tenho a intenção de aprofundar a análise para além da temporalidade apresentada pelo autor.

Mas o que teria levado um grupo de profissionais da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre a criarem uma escola de comércio? Ao analisar jornais que circulavam naquele momento (Correio do Povo, 1909), Vizentini (1979, p.9) afirma que:

A análise de todos esses elementos [propagandas comerciais, abertura da subscrição de ações da Companhia de Seguros Sul Brasil, Junta Comercial] nos leva a concluir que os setores comerciais e industriais da região estavam em plena expansão, e a carência de mão-de-obra acentuava-se ainda mais, devido à inexistência de cursos superiores na área econômica e comercial. [...] O positivismo, como bem sabem os leitores, apregoava a necessidade de incrementar o ensino técnico para imediata absorção no mercado de trabalho como condição necessária para promover-se o desenvolvimento nacional [SIC] (VIZENTINI, 1979, p. 9).

As conclusões do autor apontam na direção das observações anteriormente apresentadas, na qual destaquei que a criação de escolas de comércio no estado do Rio Grande do Sul estava relacionada ao crescimento do número de estabelecimentos comerciais e, conseqüentemente, ao aumento da necessidade de profissionais especializados para trabalhar nestes locais. Como aponta Vizentini (1979), os setores comerciais e industriais encontravam-se em plena expansão na capital no momento de criação da escola, carecendo de profissionais que atuariam na sua administração.

Outro elemento que merece destaque na citação de Vizentini (1979) é atenção dada pelo positivismo¹³⁷ ao ensino técnico, visto como condição para promover o desenvolvimento nacional. Segundo Fonseca e Carrion (2006), na época de fundação da Escola de Comércio (1909), a predominância do pensamento positivista nas elites gaúchas fez com que o estado se diferenciasse dos demais nos aspectos da educação. Enquanto os outros estados valorizavam as disciplinas teóricas e de formação humanística, no caso das elites gaúchas predominava o ensino científico e técnico, sendo os primeiros cursos superiores fruto do que hoje chamaríamos profissionalizantes.

O caráter técnico do ensino defendido pelas elites gaúchas se contrapõe a afirmação de Schwartzman (2005), apresentado no capítulo 4, para quem o ensino comercial era uma alternativa para os membros de classe menos favorecidas. Além disso, conforme já demonstrei no capítulo anterior, no caso da Fecap, o público da instituição está diretamente ligado aos proprietários de café e a políticos. Sendo assim, acredito que estes elementos

¹³⁷ José Murilo de Carvalho (1998) entende que, no Brasil, o positivismo pode ser pensado a partir da noção de “circulação de ideias”, uma vez que importamos mais do que criamos. O autor argumenta que a incorporação de sistemas e valores é seletiva, configurando a complexidade desse fenômeno. A partir desta complexidade, Carvalho (1998) destaca a existência não de um, mas de vários positivismos, que já chegam fragmentados no Brasil. Além da variedade de positivismos no Brasil, o autor destaca a diversidade de grupos que o importou, sendo o grupo de maior peso os técnicos cientistas (engenheiros, médicos, matemáticos, entre outros), e militares. A atuação de um grupo de engenheiros militares na cidade de Porto Alegre é analisada por Heinz (2009) a partir da Escola de Engenharia de Porto Alegre, vista pelo autor como núcleo intelectual do grupo.

corroboram para a tese aqui defendida e para compreender o ensino comercial enquanto modalidade de ensino.

Embora criada em 1909, a Escola de Comércio de Porto Alegre iniciou suas atividades em 1910. Considerando que fora fundada a partir da Faculdade de Direito, Vizentini (1979) destaca que, inicialmente, funcionava no subsolo desta, no Prédio localizado na Rua João Pessoa. Entendendo o espaço escolar como parte da Cultura Empírica da Memória Educativa, passo a analisar o prédio no qual a instituição funcionou:

Imagem 15 - Aquarela da Faculdade Livre de Direito



Fonte: Os prédios da UFRGS: atualidade e memória (UNIVERSIDADE, 1998, p. 32)¹³⁸

Na Imagem 15 podemos observar uma aquarela retratando o prédio em cujo subsolo a Escola de Comércio iniciou suas atividades. De acordo com o livro memorialístico “Os prédios da UFRGS: atualidade e memória” (UNIVERSIDADE, 1988), o prédio resultou de um projeto elaborado pelo arquiteto Herman Otto Menchum, inspirado no palácio de Guilherme I, na cidade de Estrasburgo e, executado pelo escritório do Engenheiro Rudolf Ahrans.

Dentro da periodização proposta por Vizentini (1979), a segunda fase da instituição iniciou em 1934, com a criação da Universidade de Porto Alegre, quando a Faculdade de Direito e a Escola de Comércio passaram a ser custeadas pelo Estado. No ano de 1945, a

¹³⁸ Livro memorialístico que apresenta textos, fotografias e aquarelas dos prédios das Faculdades da UFRGS

Escola de Comércio da Universidade de Porto Alegre foi transformada em Faculdade de Economia e Administração, sendo desvinculada da Faculdade de Direito, e dando início a um momento de crise, no qual muitos professores aceitaram lecionar mesmo sem auferir rendimentos. Considerando as discussões realizadas até este momento, bem como os objetivos estabelecidos, é importante destacar que estas modificações se dão em paralelo aos processos de atuação das Reformas Francisco Campos (BRASIL, 1931) e Gustavo Capanema (BRASIL, 1943).

A terceira fase da instituição, “Da Federalização (Anexa à Faculdade de Ciências Econômicas) à Autonomia (1950-1970)” teve início com a integração da Faculdade de Economia e Administração ao sistema federal, sob a denominação de Faculdade de Ciências Econômicas. A partir de então, a Escola Técnica de Comércio passou a ser mantida pelo governo Federal. Segundo Vizentini (1979), esse foi um período de prosperidade da escola, que passou a oferecer cursos especiais para servidores públicos e cursos por correspondências para aqueles que moravam no interior do estado. No ano de 1956 instala-se nas dependências da escola a Inspeção Regional do Ensino Comercial, e, em 1954, é instituída a ‘Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial’, com o objetivo de aprimorar e difundir o ensino comercial pelo país.

A quarta e última fase apresentada pelo autor, teve início em 1970, quando a Escola Técnica de Comércio ganhou autonomia em relação à Faculdade de Ciências Econômica, passando a ser vinculada ao Centro Integrado de Educação Primária e Média, ligado à Faculdade de Educação, com orçamento próprio. Segundo Silva (2017), a partir do dia 18 de julho de 2008, o Conselho Superior da UFRGS aprovou a desvinculação da Escola Técnica de Comércio, visando constituir um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. No dia 30 de dezembro do mesmo ano, com a publicação da Lei 11892/2008, foram criados 38 Institutos Federais no País.

Após esta apresentação geral sobre a História da Escola de Comércio de Porto Alegre, passo a analisar elementos da instituição, como os cursos oferecidos, as aulas ministradas, a estrutura administrativa e os profissionais do comércio formados, procurando apontar elementos do processo de atuação das reformas Francisco Campos (BRASIL, 1931) e Gustavo Capanema (BRASIL, 1943).

6.2.1 Os Cursos

Quando fundada a Escola de Comércio de Porto Alegre, foram instituídos dois cursos, o geral e o superior, ambos com dois anos de duração (VIZENTINI, 1979; BARBOSA, OTT, 2013). De forma geral, o quadro apresenta as principais informações dos cursos:

Quadro 28 – Cursos Oferecidos pela Escola de Comércio de Porto Alegre (1910- 1933)

Curso	Duração	Habilitações	Disciplinas
Curso Geral	2 anos 3 anos (1910)	Funções de cargo na Fazenda, guarda-livros e perito-judicial	1º Ano: Português, Francês, Alemão, Matemática, Álgebra e Geometria, Escrituração Mercantil, Estenografia; 2º Ano: Alemão, Inglês, Física, Química, História Natural, Merceologia, Contabilidade Mercantil, Noções de Direito Público e Legislação Fiscal
Curso Superior	2 anos	Acesso aos cargos do Ministério das Relações Exteriores, Corpo Consular, Atuário de Companhias, chefe de Contabilidade de Empresas Bancárias e Grandes casas Comerciais	Disciplinas estabelecidas pelo decreto nº 1.339 (BRASIL, 1905).

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

Inicialmente, observa-se que os cursos e suas respectivas habilitações e disciplinas, oferecidos pela Escola de Comércio, eram aqueles estipulados pelo decreto nº 1.339 (BRASIL, 1905) que, conforme apresentei no Capítulo 4, declarou a Academia de Comércio do Rio de Janeiro de utilidade pública. Embora criado com dois anos, logo após a abertura da instituição, o curso geral já passa a ter duração de 3 anos, formando profissionais habilitados para as funções de cargo na fazenda, guarda-livros e peritos-judicial.

Em relação as disciplinas que compunham o Curso Geral, eram disciplinas de línguas (Português, Francês, Alemão e Inglês), disciplinas gerais (Física, Química, História Natural), matemáticas (Matemática, Álgebra e Geometria) e aquelas voltadas para o Comércio e a Contabilidade (Escrituração Mercantil, Estenografia, Merceologia, Contabilidade Mercantil, Noções de Direito Público e Legislação Fiscal). Após o início das atividades, as disciplinas foram reorganizadas e distribuídas ao longo de três anos de curso.

Quando analisa-se o rol de disciplinas, percebe-se uma particularidade que também será observada na Academia de Comércio de Santa Catarina, que diz respeito à presença da língua alemã. Está disciplina não estivera presente no decreto nº 1.339 (BRASIL, 1905) nem

na Fecap. Desta forma, é possível aferir que a presença de alemão dentre as línguas das escolas do RS e SC possa estar relacionado ao processo de colonização destes estados, mostrando que existem relações de poder para além das políticas nacionais, que são perpassadas por questões regionais.

Também com dois anos de duração, o curso superior habilitava para o acesso sem concurso aos cargos do Ministério das Relações Exteriores, Corpo Consular, Atuário de Companhias, chefe de Contabilidade de Empresas Bancárias e Grandes casas Comerciais. Em relação às disciplinas que compunham o curso, embora os autores até aqui discutidos (VIZENTINI, 1979; BARBOSA, OTT, 2013) concordem que sejam aquelas estabelecidas pelo decreto nº 1.339 (BRASIL, 1905), não foi localizado nenhum registro com a especificação das disciplinas.

Foi ainda nos primeiros anos de existência da instituição, em 1916, que o então presidente da República, Wenceslau Braz, através do decreto-lei nº 3.168 (BRASIL, 1916), declarou a Escola de Comércio de Porto Alegre como de utilidade pública, o que reforça a ideia de importância desta modalidade de ensino para o Rio Grande do Sul e, para o Estado brasileiro.

A partir de 1931 a Escola de Comércio inicia o processo de atuação da Reforma Francisco Campos. Diferentemente do que apresentei para a Fecap e do que demonstrarei para a Academia de Comércio de Santa Catarina, na instituição gaúcha, este processo parece ter se dado com dificuldades, sendo que, a escola fica sem formar alunos por dois anos. Em 1933 a escola, passa a oferecer o curso propedêutico e o curso técnico de perito-contador.

Além da atuação da reforma, o início da década de 1930 na Escola é marcado pela criação da Universidade de Porto Alegre, pelo decreto estadual nº 5.758, de 28 de novembro de 1934. Dentro desta mudanças, a Faculdade de Direito e a Escola de Comércio foram integradas à nova universidade de Porto Alegre, sendo o então diretor da Escola, o Professor Desembargador Manoel André da Rocha nomeado como reitor da universidade, sendo substituído no cargo de direção pelo professor Luiz Mello Guimarães.

Em relação à nova estrutura de cursos oferecidos pela instituição, poucas informações foram localizadas. É possível apenas afirmar que a escola passou a oferecer o Curso Propedêutico e o Curso Técnico de Perito Contador e, manteve o Curso Superior. A primeira turma do Curso Técnico de Perito-contador formou-se em 1934, com um total de 9 alunos.

Ao longo dos anos 1940, além do processo de atuação da Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1943), a Escola de Comércio passa por uma nova mudança significativa, conforme destaca Vizentini (1979, p. 13):

Em 11 de maio de 1945, o interventor federal no Estado, Ernesto Dornelles, assinava o Decreto-Lei nº 789, que ‘transforma a Escola de Comércio da Universidade de Porto Alegre em Faculdade de Economia e Administração’, desvinculando-a da Faculdade de Direito.

Com se observa, em 1945 a escola é transformada em Faculdade de Economia e Administração, sendo desvinculada da instituição criadora, a Faculdade de Direito. O decreto causou mudanças significativas à instituição, proporcionando-lhe maior autonomia. Esse episódio é importante para compreender a passagem do curso de comércio para o nível superior, a partir das Faculdades de Economia e Administração.

No caso desta instituição, é possível identificar as diferentes relações de poder que perpassam o processo de atuação das reformas do ensino comercial e das legislações do Rio Grande do Sul, envolvendo interesses nacionais e regionais. A partir do decreto-lei nº 789, de 11 de maio de 1945 (VIZENTINI, 1979), é possível afirmar que a Escola de Comércio passou a contar com dois cursos, sendo Superior de Administração e finanças e o Curso de Formação de Contabilidade, sendo a primeira turma dele formada no ano de 1948, com 21 alunos. Apesar de iniciar com estes dois cursos, a escola vai passar a oferecer novas habilitações ao longo do período, conforme se observa no quadro:

Quadro 29 - Cursos da Escola de Comércio de Porto Alegre a partir de 1945

Cursos	Criação/ Vigência	Observações
Curso de Contabilidade	1945	Curso Anexo
Curso Superior de Adm. e Finanças	1945	Curso Universitário
Curso Técnico de Administração	1954	Noturno
Curso Técnico de Secretariado	1958	Manhã
Cursos Especiais para Servidores Públicos	1954- 1963	Destinados a servidores de repartições federais, estaduais e municipais
Cursos por Correspondência	1957	Destinados a servidores residentes no interior do estado
Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial	1956- 1971	Estabelecidos pela Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1943)

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

Em 1950, através do decreto lei nº 1.254, a Faculdade de Economia e Administração foi integrada ao sistema federal, passando a se chamar de Faculdade de Ciências Econômicas. Conseqüentemente, a Escola Técnica de Comércio também passou a ser mantida pelo Governo Federal. Em meio ao processo de federalização, a Escola ampliou o número de

cursos, passando a oferecer o Curso Técnico de Administração em 1954 e, o Curso Técnico de Secretariado, em 1958, todos regidos pela Reforma Capanema.

Além destes curso, no período entre 1954 e 1963, a Escola Técnica de Comércio ofereceu diversos “Cursos Especiais para Servidores Públicos”, dentre eles: Administração de Pessoal, Material, Organização de Serviços, Psicotécnica e Técnica Orçamentária, etc. Estes cursos, também relacionados ao Comércio, resultaram de um convênio assinado com o Departamento do Serviço Público do Governo Estado, para a formação de servidores de repartições federais, estaduais e municipais (VIZENTINI, 1979). Os cursos especiais para servidores são uma particularidade desta instituição, não sendo identificados na Fecap nem na Academia de Comércio de Santa Catarina.

Outra particularidade da Escola de Comércio foram os chamados “Cursos por Correspondência”, voltados para os servidores residentes no interior do Estado, criados em 1957. De forma geral, estes cursos funcionavam através de correspondências trocadas entre os professores e os servidores do interior.

No ano de 1956, instalou-se nas dependências da Escola Técnica de Comércio a Inspeção Regional do Ensino Comercial. Neste mesmo ano, atendendo aos objetivos da “Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial” (CAEC), teve início na escola o “Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial”. Considerando as discussões apresentadas no Capítulo 4, é possível aferir que este curso fazia parte dos chamados cursos de formação, estabelecidos pela Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1943).

A Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial foi instituída em 1954, pelo decreto nº 35.247¹³⁹ (BRASIL, 1954). De acordo com o decreto, a campanha era de responsabilidade do Diretório do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura. De acordo com a legislação:

Art. 2º - Caberá à Campanha promover as medidas necessárias ao aprimoramento do ensino comercial e à sua difusão no país, possibilitando o acesso aos cursos comerciais de maior número de candidatos à atividades específicas do comércio e às funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados (BRASIL, 1954, online).

Conforme se observa no artigo 2º, a Campanha visava promover medidas para aprimorar e difundir o ensino comercial, possibilitando ampliar o acesso aos cursos

¹³⁹ Assinado em 24 de março de 1954, por Getúlio Vargas, então presidente da República, o decreto nº 35.247, de 24 de Março de 1954 é composto por 9 artigos. Os artigos apresentam a definição da campanha, seus objetivos, atividades a serem realizadas,

comerciais por candidatos às atividades específicas do comércio. Acredito que, conforme tenho defendido ao longo desta pesquisa, este decreto corrobora para entender o período de consolidação do ensino comercial brasileiro entre 1931 e 1971.

Para atingir os objetivos apresentados, a Campanha estabelecia diferentes estratégias, dentre elas, “promover a realização de cursos e estágios para especialização e aperfeiçoamento do magistério de ensino comercial, bem como dos técnicos e administradores escolares, inclusive através da concessão de bolsas especiais de estudo” (BRASIL, 1954, online). Foi dentro destes cursos e estágios que a Escola de Comércio de Porto Alegre passou a oferecer o Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial.

Além da criação dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento, outras estratégias da Campanha, apresentadas no artigo terceiro, merecem destaque:

- c) - incentivar a criação de escolas comerciais nas sedes municipais de maior coeficiente demográfico e até agora carentes de instituições de ensino especializado para o comércio;
- d) - colaborar com os estabelecimentos de ensino comercial no sentido de complementar seu equipamento escolar e da utilização de adequado material didático, especialmente áudio-visual;
- [...]
- f) - promover intercâmbio entre instituições de ensino comercial e os educadores nacionais e estrangeiros, inclusive através de divulgação de interesse para o aludido setor de ensino;
- h) - organizar missões pedagógicas e técnicas, que atuem sob a forma de seminários de estudos, para dar assistência a escolas de comércio distantes dos grandes centros;
- i) - estimular o funcionamento dos bibliotecas escolares e o uso dos gabinetes e salas especiais, inclusive do escritório-modêlo, por meio de planos de organização e movimentação de emprêsas fictícias, a fim de, cada vez mais, objetivar o ensino;
- [...]
- l) - elaborar projetos de prédio escolares destinados a cursos comercial nas diversas regiões do país, tendo em vista suas peculiaridades;
- [...]
- n) - promover o esclarecimento da opinião pública quanto aos objetivos e vantagens do ensino comercial (BRASIL, 1954, online).

É possível identificar que, dentre as ações da Campanha, estava o incentivo à criação de novas escolas comerciais em municípios carentes de instituições especializadas. Além disso, a campanha propunha colaborar com os estabelecimentos já existentes, ampliando e complementando os equipamentos escolares. Estas propostas reforçam o argumento da importância desta modalidade de ensino naquele momento, bem como a necessidade de profissionais habilitados.

Além disso, a campanha propunha o intercâmbio institucional e de docentes (nacionais e estrangeiros), bem como a organização de missões pedagógicas e técnicas. Estes elementos demonstram que, para além de criar novas instituições, a campanha se preocupava também

em qualificar as escolas de comércio já existentes e os professores que já lecionavam nestas instituições. A campanha atentava ainda para o estímulo ao funcionamento de espaços específicos das escolas de comércio, como as bibliotecas e os gabinetes e salas especiais, inclusive o escritório-modelo, o qual contava com a organização e movimentação de empresas fictícias, voltadas para a promoção do ensino técnico e prático do comércio. Conforme demonstrarei no capítulo 7, para a Academia de Comércio de Santa Catarina também encontrei preocupações relacionadas à criação destes espaços. É importante destacar que, conforme documento a ser analisado no capítulo 7, a Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora da Aparecida, com sede na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, teria sido a escolhida para a realização de um plano experimental dos escritórios-modelo.

Além destas preocupações com espaços específicos das escolas de comércio, a Campanha atentava ainda para a elaboração de projetos voltados para os prédios destinados ao curso comercial, bem como para a promoção do esclarecimento para opinião pública da importância do ensino comercial.

Considerando os pressupostos teóricos adotados nesta investigação, é possível identificar, a partir de Popkewitz (1997) e de Ball, Maguirre e Reain (2016) que as escolas são atravessadas por diferentes políticas e reformas, às quais são atuadas de forma específica por cada instituição. Acredito que, a partir de Escolano Benito (2002, 2017), este processo de atuação resulte em Culturas Escolares específicas de cada instituição e que, ao mesmo tempo, apresentam elementos particulares de cada modalidade de ensino. Dessa forma, as preocupações da Campanha são estruturais para o ensino comercial, uma vez que atingem os diferentes elementos da Cultura Escolar, como sujeitos, espaços, rituais, práticas, saberes, entre outros.

Em relação à direção da Campanha, o artigo quarto estabelece que seria confiada ao Diretor do Ensino Comercial, que contaria com um Conselho Consultivo integrado por “[...] representantes de entidades pública e privadas, relacionadas com a educação e as atividades próprias do ensino comercial” (BRASIL, 1954, online). As atividades da campanha seriam custeadas por um fundo especial, constituído de contribuições de entidades públicas e privadas, donativos e contribuições de particulares, contribuições previstas no Orçamento da União, Estados e Municípios, e renda eventual do patrimônio e serviços da própria campanha. A composição do conselho e do fundo da Campanha permite identificar, mais uma vez, os diferentes interesses e relações de poder relacionadas à composição desta modalidade de ensino.

É dentro das propostas da campanha que a Escola de Comércio de Porto Alegre ofereceu o Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial. De acordo com Vizentini (1979), a escola gaúcha foi eleita para atender os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sendo que:

Colocada em prática pela Escola Técnica de Comércio, a 'Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial' realizou missões pedagógicas junto a Escolas Técnicas Comerciais em Santana do Livramento, Pelotas, Bagé, Rio Grande, Santa Maria, Caxias e Florianópolis. Dentro deste programa foram promovidos os 'Cursos de Orientação para Diretores e Secretários de Escolas Comerciais' e Cursos de Aperfeiçoamento em diversas disciplinas, tais como Administração de Empresas, Gerência de Escritórios, Organização e Contabilidade Comercial e Organização e Contabilidade Industrial, Gerência Empresarial e Legislação Tributária e Fiscal (VIZENTINI, 1979, p. 16).

A partir da Campanha, a Escola de Comércio de Porto Alegre realizou missões pedagógicas em instituições do interior do Rio Grande do Sul e também em Florianópolis, capital de Santa Catarina. Nestas missões, foram ministrados cursos para secretários e diretores, bem como cursos específicos das disciplinas que compunham os cursos comerciais. É importante destacar que, como se verificou na Fecap e também na Academia de Comércio de Santa Catarina, dentre os principais cargos das escolas de comércio estavam o de diretor e secretário, o que auxilia na compreensão dos motivos que levaram a cursos específicos para estes profissionais.

O Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial foi ministrado ao longo do período entre 1956 e 1971, período no qual contou com 85 professores, formando um total de 474 alunos-professores. Alguns destes formados no curso de professores foram identificados como docentes em outras instituições de comércio.

Essa estrutura de cursos se manteve até o início dos anos 1970, quando as alterações resultantes da Reforma Universitária e da Reforma da Educação Básica (BRASIL, 1971) causaram significativas mudanças na Escola de Comércio de Porto Alegre. Segundo Vizentini (1979), a partir da Reforma Universitária, a Escola de Comércio ganhou autonomia em relação à Faculdade de Ciências Econômicas, passando a estar vinculada ao Centro Integrado de Educação primária e Média, ligado à Faculdade de Educação (FACED). O curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial foi desativado, passando parte significativa das funções da Escola para a FACED.

Ao perder cursos para a FACED e ao atuar as proposições da Reforma do Ensino (BRASIL, 1971), a Escola de Comércio passou a contar com novas habilitações técnicas. Os cursos passaram a ser semestralizados e as matrículas feitas por disciplinas, oferecendo

certificado de segundo grau (atual Ensino Médio), com habilitação específica, conforme segue na tabela:

Tabela 11 - Cursos da Escola de Comércio de Porto Alegre (a partir de 1971)

Componente Curricular	Téc. Cont.	Téc. em Adm.	Téc. em Secret.	Téc. Trans. Imobil.	Téc. Op. Comp.
Educação Geral					
Líng. Port. e Lit. Bras. (I, II, III, IV)	14	14	14	14	14
Inglês	2	2	2	4	2
História	4	4	4	3	4
Geografia	4	4	4	3	4
Org. Soc. e Pol. Bras. (I e II)	4	4	4	2	4
Edu. Moral e Cívica (I, II)	4	4	4	2	4
Ciênc. Fís. Biol. (I, II – Física)	4	4	4	4	4
Ciênc. Fís. Biol. (III, IV – Química)	4	4	4	4	4
Ciênc. Fís. Biol. (V, VI – Biologia)	4	4	4	4	4
Matemática (I, II, III)	6	6	6	9	6
Educação Artística	2	2	2	2	2
Ensino Religioso	1	1	1	1	1
Educação Física	12	12	12	12	12
Total (Educ. Geral):	65	65	65	65	65
Formação Especial					
Red. Expr. Líng. Port. (I, II)	8	8	8	-	8
Red. Expr. Líng. Inglesa (I)	2	2	2	-	2
Red. Expr. Líng. Inglesa (II, III)	-	-	4	-	-
Com. e Expr. Em Líng. Port. (I, II)	-	-	-	6	-
Matemática Financeira	2	2	-	6	2
Cont. e Custos (1A, 1B)	-	6	2	-	2
Mecanografia (I, II)	6	6	8	2	6
Processamento de Dados	2	3	4	-	-
Fund. de Proc. de Dados (I, II, III)	-	-	-	-	7
Direito e Legislação (I, II)	6	6	6	9	4
Estatística (I, II)	4	4	6	-	3
Economia e Mercados	4	4	-	8	-
Estudos Regionais	2	2	2	-	2
Adm. e Controle I (Introd.)	-	4	-	-	-
Adm. e Controle II (Material)	-	4	-	-	-
Adm. e Controle III (Pessoal)	-	4	-	-	-
Adm. e Controle IV (Empresas)	-	4	-	-	-
Adm. e Controle V (Pública)	-	4	-	-	-
Introd. à Prat. Profissiona	2	2	2	2	2
Psic. Rel. Hum. e Ética (I)	-	4	-	2	-
Psic. Rel. Hum. e Ética (II)	-	2	2	3	-
Programas de Saúde	1	1	1	1	1
Proces. Mec. Escrituração (I, II)	4	-	-	-	-
Org. e Técn. Comercial (I, II)	8	-	4	5	-
Economia e Mercados	4	-	-	-	-

Contab. Custos I (Geral)	6	-	-	-	-
Contab. Custos II (Comercial)	6	-	-	-	-
Contab. Custos III (Empr. Finan.)	6	-	-	-	-
Contab. Custos IV, V (Governan.)	5	-	-	-	-
Contab. Custos VI (Industrial)	3	-	-	-	-
Contab. Custos VII (Téc. L. Ap. Cust.)	2	-	-	-	-
Técnica Profissional (I, II, III)	-	-	10	-	-
Arquivística (I, II)	-	-	4	-	-
Estenografia (I, II, III, IV)	-	-	8	-	-
Problem. Sóc. Econ. Contemp. (I, II)	-	-	-	5	-
Oper. Imobiliárias (I, II, III, IV, V)	-	-	-	24	-
Des. Arquit. Noç. Contr. Civil I e II	-	-	-	4	-
Estágio	-	-	-	130h	-
Compl. em Máq. De Escr. e Arq.	-	-	-	-	2
Org. e Legisl. de CPD	-	-	-	-	2
Adm. de Material de CPD	-	-	-	-	2
Organização de Empresas	-	-	-	-	2
Intr. a Sist. Operacionais	-	-	-	-	3
Digitação I (Princípios)	-	-	-	-	2
Digitação II (Disco Magnético)	-	-	-	-	2
Digitação III (Fita Magnética)	-	-	-	-	2
Téc. de Oper. I (Equip. Peq. Porte)	-	-	-	-	4
Téc. de Oper. II e III (Equip. M. Porte)	-	-	-	-	6
Téc. de Oper. IV (Equip. Gran. Porte)	-	-	-	-	4
Total (Form. Especial):	79	70	76	76	70
Total Geral	144	135	141	141	135

Fonte: elaborado pelo autor (2020) a partir de Vizentitini (1979)

A partir da tabela é possível identificar que as habilitações técnicas que passaram a ser oferecidas pela Escola de Comércio eram Contabilidade, Administração, Secretariado, Operador de Computador e Transições Imobiliárias. Todas estas habilitações eram parte dos Cursos de Comércio, continham seis semestres de duração (três anos) e, eram ministrados no turno da Noite.

A análise da tabela permite aferir que as disciplinas eram divididas em dois grandes grupos, sendo as de Educação Geral e as de Formação Especial. Em relação às disciplinas de Educação Geral, todos os cursos possuíam a mesma estrutura, com pequenas diferenças de carga-horária. Os componentes curriculares de Educação Geral eram: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira, Educação Moral e Cívica, Ciências Físicas e Biológicas (Física, Química e Biologia), Matemática, Educação Artística, Ensino religioso, e Educação Física.

Apesar das particularidades em relação à carga-horária de algumas disciplinas, o número de períodos dos componentes de Educação Geral é o mesmo, totalizando 65. É

importante destacar ainda que, a partir da tabela, se identificam elementos das proposições da Reforma do Ensino (BRASIL, 1971), como as disciplinas de Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica. Além disso, destaca-se a importância atribuída à disciplina de Educação Física (12), a segunda maior em carga-horária, com menos período apenas em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (14).

As mudanças mais significativas estão nas disciplinas de Formação Especial, que são aquelas voltadas para o Ensino Comercial. As únicas disciplinas comuns a todas as habilitações são as de Mecanografia, Direito e Legislação, Introdução à Prática Profissional e Programas de Saúde. Destas disciplinas, Mecanografia e Direito e Legislação estão dentre as que compunham a estrutura dos cursos de comércio ao longo das diferentes reformas.

Outras disciplinas, embora não estivessem presentes em todos os cursos, compunham a estrutura de quatro das cinco habilitações, como Redação e Expressão em Língua Portuguesa, Redação e Expressão em Língua Inglesa, Matemática Financeira, Estatística e Estudos Regionais. Em relação às disciplinas específicas, cada habilitação contava com um grupo próprio, voltado para o campo de atuação dos profissionais formados.

As disciplinas específicas do Curso Técnico em Contabilidade eram Economia e Mercados, Processos Mecânicos de Escrituração e sete disciplinas de Contabilidade e Custos (Geral, Comercial, Empresas e Finanças, Governança, Industrial e Técnica Aplicada aos Custos). Em relação à habilitação de administração, as disciplinas específicas eram as de Administração e Controle (Introdução, Material, Pessoal, Empresas e Pública).

A habilitação de secretariado contava com as disciplinas específicas de Técnica Profissional, Arquivística e Estenografia. Em relação à Estenografia, esta foi uma disciplina presente na estrutura curricular dos cursos de comércio ao longo das diferentes Reformas e, a partir de 1971, torna-se específica do curso de secretariado. O Técnico em Transações Imobiliárias contava com as disciplinas específicas de Problemas Socioeconômicos Contemporâneos, Operações Imobiliárias, Desenho Arquitetônico e Noções de Construção Civil, bem como um Estágio de 130 horas, para além das disciplinas.

O Curso que contava com o maior número de disciplinas específicas era o Técnico em Operador de Computadores, sendo elas: Complementos em Máquinas de Escrever e Arquivo, Organização e Legislação de CPD, Administração de Material de CPD, Organização de Empresas, Introdução a Sistemas Operacionais, três disciplinas de Digitação (Princípios, Disco Magnético, e Fita Magnética), e três disciplinas de Técnica de Operação (Equipamentos de Pequeno Porte, de Médio Porte e de Grande Porte).

O número total de períodos das disciplinas de Formação Especial diferia entre os cursos, sendo de 79 para o Técnico em Contabilidade, 70 para o de Administração, 76 para Secretariado e Transações Imobiliárias e 70 para o de Operador de Computadores. O total geral dos cursos também diferia, sendo de 144 para a habilitação em Contabilidade, 135 para Administração, 141 para Secretariado e Transações Imobiliárias e 135 para o de Operador de Computadores.

6.2.2 As Aulas

Considerando as aulas ministradas e as práticas educativas como parte da Cultura Escolar, passo a analisar como estes elementos se desenvolveram na Escola de Comércio de Porto Alegre. Diferentemente das análises referentes à Fecap e à Academia de Comércio de Santa Catarina, que contaram com um vasto número de fontes, os documentos referentes à instituição aqui analisada são significativamente menores. No entanto, é a partir do método indiciário que procurei analisar fragmentos isolados que, articulados, permitem a construção de uma narrativa histórica (PESAVENTO, 2005; RICOEUR, 2007; VEYNE, 1982).

De forma geral, a preocupação central da instituição parece estar relacionada ao caráter prático do ensino ministrado. Ao analisar o processo de fundação da instituição, Vizentini (1979, p. 11) destaca que “a nova Escola de Comércio resolveu que seu ensino seria essencialmente prático”. De forma geral, este caráter prático do ensino parece ter sido reforçado ao longo das diferentes Reformas do Ensino Comercial.

O Almanaque Escolar do Estado do Rio Grande do Sul de 1935 (ALMANAQUE, 1935), informa que a Escola de Comércio de Porto Alegre adotou as alterações estabelecidas pelo decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Dessa forma, ficaram estabelecidos como métodos pedagógicos da instituição:

A orientação do ensino é feita no sentido de dar aos alunos o preparo theorico e, principalmente, os conhecimentos práticos necessários à profissão a que se destinam. Este objectivo é attingido pela applicação immediata da teoria exposta aos casos occorrentes em que ella é applicavel, pelas demonstrações práticas nos gabinetes e laboratórios da Escola, pela visita a escriptorios e organizações das grandes empresas commerciaes e industriaes e pelas excursões de estudo, em que os alunos realizam amplos e completos inquéritos econômicos, como recentemente o fizeram nos municípios de Montenegro e São Leopoldo, por occasião das exposições ali realizadas [sic] (ALMANAQUE, 1934, p. 45).

Conforme podemos observar, a orientação do ensino ministrado na Escola de Comércio estava voltada para dar aos alunos o domínio teórico e, sobretudo, os

conhecimentos práticos necessários às habilitações comerciais. De acordo com o Almanaque, o ensino prático era atingido a partir das demonstrações práticas nos gabinetes e laboratórios da escola, bem como pelas visitas realizadas a escritórios e a empresas comerciais e industriais. Além disso, o documento informa que os alunos realizavam excursões de estudo, a partir das quais visitavam municípios vizinhos, como Montenegro e São Leopoldo.

O documento permite aferir que, além das salas de aula regulares, a Escola de Comércio contava com salas específicas para as aulas práticas. Estas salas parecem ter permanecido e terem sido aprimoradas a partir da Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1945). Ao analisar a instituição durante o ano de 1959, Vizentini (1979, p. 35) afirma que:

Na época do seu cinquentenário, a Escola Técnica de Comércio contava com um Escritório-Modelo, onde era ministrado o ensino funcional, em que o aluno punha em prática os ensinamentos teóricos recebidos. Nele estavam organizadas uma série de empresas fictícias, em todos os seus aspectos. Havia ainda um museu de Merceologia e Biologia, onde estavam relacionados, em pequenas amostras os principais produtos de origem animal, vegetal e mineral do Rio Grande do Sul. Tínhamos também uma sala de química e Física, que era, na verdade, um pequeno laboratório constituído de aparelhagem moderna e que serve ao estudo das disciplinas em referência.

A partir das colocações do autor é possível identificar que a escola contava com um escritório modelo que, como anteriormente destacado, teve seu funcionamento estimulado especialmente a partir da Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial (BRASIL, 1954). Esse escritório modelo configurava-se como espaço de aulas práticas, no qual eram organizadas empresas fictícias em que os alunos poderiam exercer as atividades correspondentes aos conhecimentos teóricos recebidos nas aulas teóricas.

Além do escritório-modelo, a instituição contava ainda com um Museu de Merceologia e Biologia, no qual estavam relacionadas amostras dos principais produtos de origem animal, vegetal e mineral do Rio Grande do Sul. Para as aulas de química e física, a instituição também tinha salas específicas que, configuravam-se como laboratórios. Embora não tenham sido localizadas imagens destes espaços, no próximo capítulo, analisarei painéis encontrados na Academia de Comércio de Santa Catarina, painéis com os quais se pode fazer uma aproximação com este Museu.

O ensino das disciplinas de línguas também tinha caráter prático. De acordo com Vizentini (1979, p. 35), “a sala de línguas era constituída de aparelhagem necessária ao estudo de línguas vivas, principalmente francês e inglês. Possuía aparelhos projetores, tela de

cinema, eletrolas e línguas-fones”. Outro espaço que pode ser pensado como local de ensino é a biblioteca, objeto de análise da dissertação de Suzinara da Rosa Feijó (2017)¹⁴⁰.

De acordo com a autora, o fato de estar vinculada à Faculdade de Direito fazia com que a Escola de Comércio não contasse com uma biblioteca própria, compartilhando o mesmo espaço que sua faculdade mantenedora. Essa situação repetiu-se quando a Escola de Comercio passou a ser vinculada à Faculdade de Economia. Dessa forma, os alunos dos cursos comerciais compartilhavam as bibliotecas de outros setores da UFRGS, o que apresentava algumas limitações de acesso, devido às especificidades de cada área e ao fato de a Escola de Comércio não oferecer um curso superior.

Devido a estas limitações de acesso, Feijó (2017) destaca que, durante os anos 1980, foi organizada e criada uma biblioteca específica da Escola de Comércio, sendo chamada de “Biblioteca Clóvis Vergada Marques¹⁴¹”, em homenagem ao professor e diretor da Escola. Considerando que o período de criação da biblioteca ultrapassa as balizas cronológicas estabelecidas na pesquisa, reservo seu estudo para pesquisas futuras.

Considerando os apontamentos até aqui apresentados, foi possível identificar que os espaços físicos da escola, como as salas especiais e os gabinetes, são parte da Cultura Escolar da Escola de Comércio de Porto Alegre. Além disso, foi possível identificar que a composição destes espaços resultam do processo de atuação não apenas das reformas do Ensino Comercial, mas também de decretos-leis diversos. Na sequência, passo a analisar como se deu o processo de administração da Escola de Comércio de Porto Alegre.

¹⁴⁰ Intitulada de “Biblioteca Clóvis Vergara Marques: Histórias e Memórias de Servidores (1961-1982)”, a dissertação de Suzinara da Rosa Feijó (2017) foi produzida no Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Ao recorrer aos referências teórico-metodológicos da História Cultural e da História Oral, a pesquisa apresenta limitações significativas, carecendo de um movimento analítico mais denso. A autora entende as memórias produzidas nas entrevistas como sinônimo de História, ignorando o processo de Operação Historiográfica (RICOEUR, 2007). Além disso, ao analisar a biografia do patrono da biblioteca, a autora assume uma narrativa laudatória, sem tensionar os documentos escritos e as Memórias produzidas nas entrevistas realizadas. O trabalho é entendido como um documento que, assim como qualquer outro, foi lido, analisado e criticado.

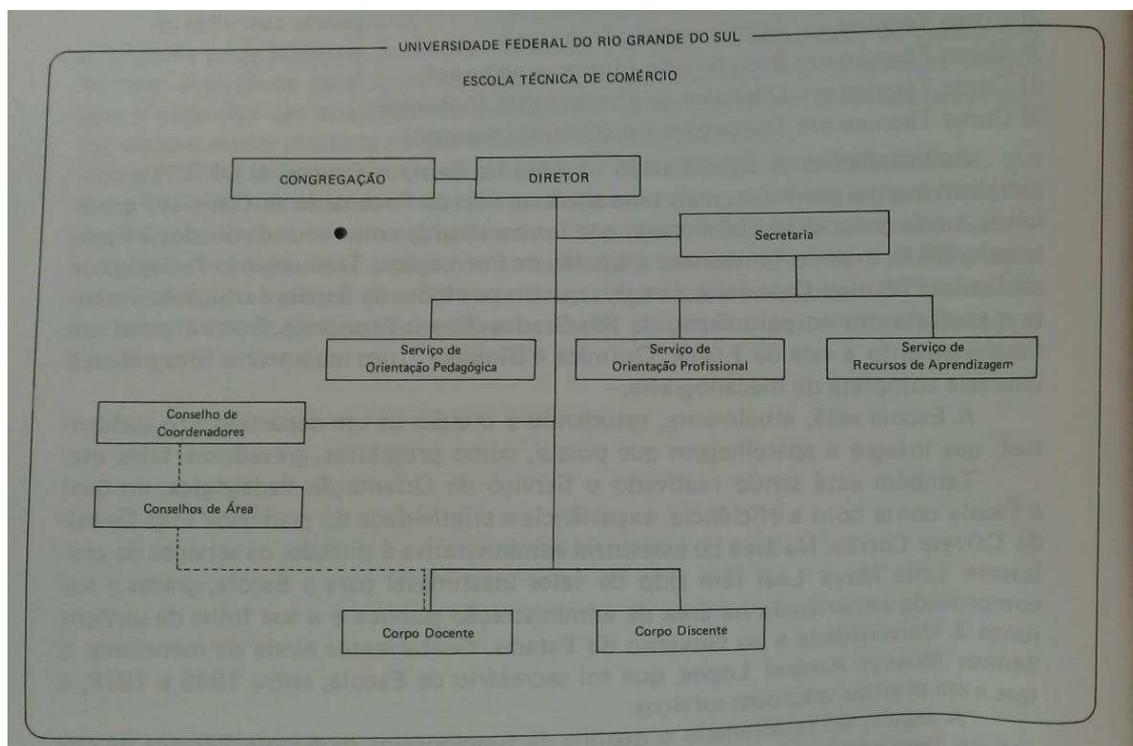
¹⁴¹ Nascido em Jaguarão, em 02 de abril de 1922, Clóvis Vergara Marques foi contrato como professor da Escola de Comércio no ano de 1953. Militar, formado em Geografia, obteve da Diretoria do Ensino Comercial do MEC a autorização para ministrar as disciplinas de História, Geografia, merceologia e Tecnologia Merceológica. Inicialmente contratado como professor, foi exercendo cargos como o de assessor da direção (1954), Coordenação da Orientação pedagógica (1960) e diretor da ETC em 1961 (FEIJÓ, 2017).

6.2.3 Administração da Escola de Comércio de Porto Alegre

Diferentemente da Fecap e da Academia de Comércio de Santa Catarina, não foram localizados os Regimentos Internos da Escola de Comércio de Porto Alegre. Embora a ausência deste documento torne algumas análises mais frágeis, não as inviabilizou. Desta forma, embora não conte com a mesma profundidade analítica do que a apresentada para as outras instituições, este tópico auxilia na construção da narrativa aqui elaborada.

O primeiro indício da composição administrativa da Escola de Comércio foi localizado no decreto nº 789, de 1945 (BRASIL, 1945), que transformou a Escola de Comércio da Universidade de Porto Alegre em Faculdade de Economia e Administração. Ao decretar sobre esta transformação, o decreto apresenta a lista de alguns dos cargos e funções da instituição, sendo eles: diretor, secretário, escriturário, servente, oficial administrativo e 2 inspetores de alunos. De forma geral, esta estrutura correspondia à vigência da Reforma Gustavo Capanema (1943). A nova estrutura administrativa, vigente a partir da Reforma do Ensino (BRASIL, 1971) pode ser identificada a partir de Vizentini (1979):

Imagem 16 – Estrutura administrativa da Escola de Comércio de Porto Alegre (1971)



Fonte: Extraído de Vizentini (1979, p. 42)

A partir do organograma presente na imagem 16 é possível aferir que, nos anos 1970, a administração da Escola de Comércio seguia a presente estrutura: no topo administrativo se

encontravam a congregação e o diretor. Depois destes dois cargos, a administração contava com o apoio da secretaria, seguida pelo Serviço de Orientação Pedagógica, Serviço de Orientação Profissional e Serviço de Recursos de Aprendizagem. Na sequência, observamos a presença do Conselho de Coordenadores e os Conselhos de Área. Na base desta estrutura encontram-se o Corpo Docente o Corpo Discente.

Tendo em vista as análises realizadas para a Fecap e para a Academia de Comércio de Santa Catarina, entendo que alguns destes cargos e posições estiveram presentes ao longo dos anos na Escola de Comércio, configurando-se como centrais do processo de administração e funcionamento da instituição, sendo eles: diretor, secretaria, corpo docente e corpo discente.

Em relação ao cargo de diretor, figura responsável por gerir e organizar a instituição, foram localizados para o período entre 1909-1984 os seguintes nomes:

Quadro 30 – Diretores da Escola de Comércio de Porto Alegre (1909-1984)

Período	Diretor	Biografia
1909 - 1935	Manoel André da Rocha	Professor e Desembargador. Após a criação da Universidade, foi nomeado reitor (1935).
1935- 1938	Luiz Mello Guimarães.	Professor da Escola de Comércio
1938- 1940	Leonardo Macedônia Franco e Souza	Professor da Escola de Comércio
1940 - 1942	Edgar Luis Schneider	Professor da Escola de Comércio
1942-1945	Elpídio Ferreira Paes	Professor da Escola de Comércio
1945 - 1946	Abio Hervê	Professor da Escola de Comércio
1946 - 1949	Leudelino Teixeira de Medeiros	Professor da Escola de Comércio
1949 - 1952	Hélio Machado da Rosa	Professor da Escola de Comércio
1952 - 1961	Pery Pinto Diniz da Silva	Professor da Escola de Comércio. Em 1961 o cargo de diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola Técnica de Comércio foram separados. Pery foi indicado como diretor da Faculdade.
1961 - 1984	Clóvis Vergara Marques	Militar, formado em Geografia. Professor da Escola de Comércio.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir de Vizentini (1979) e Feijó (2017)

Considerando o recorte temporal da pesquisa (1931-1971), a Escola de Comércio contou com 10 diretores, sendo que o primeiro assumiu o cargo em 1909 e, o último, deixou-o em 1984, o que justifica a temporalidade do quadro anterior. Embora alguns diretores tenham permanecido no cargo por um curto período de tempo (três ou quatro anos), três deles estiveram à frente da instituição por um período mais longo: Manoel André da Rocha por

vinte e seis anos (1909 – 1935), Pery Pinto Diniz da Silva por nove anos (1952 – 1961) e Clóvis Vergara Marques por vinte e três anos (1961-1984).

Embora não tenha a intenção de explorar a análise dos sujeitos, algumas observações sobre eles contribuem para pensar sobre a Escola de Comércio de Porto Alegre. Em relação a Manoel André da Rocha, foi o primeiro diretor da escola, assumindo o cargo no momento de sua criação. A partir do quadro é possível identificar que deixou o cargo para assumir outro, o de reitor da então criada Universidade. Acredito que este elemento contribua para pensar a importância da Faculdade de Direito e da Escola de Comércio por ela mantida, uma vez que delas foi escolhido o primeiro reitor.

No período entre 1935 e 1952, diferentes diretores sucederam-se na Escola de Comércio. Em 1952, quando a escola já estava vinculada à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS (1945), assumiu a sua direção o professor Pery Pinto Diniz da Silva que, permaneceu a sua frente por nove anos. Assim como no caso de Manoel André da Rocha, Pery da Silva também deixou o cargo para assumir outra posição, neste caso, a de diretor da Faculdade de Ciências Econômicas. Até 1961, o cargo de diretor cobria a direção tanto da Escola de Comércio quanto da Faculdade de Ciências Econômicas. Quando separados, assume à direção da Escola o professor Clóvis Vergara Marques.

Antes de assumir a direção, Vergara foi professor e exerceu cargos de gestão, como o de assessor da direção, coordenador do Curso Técnico em Contabilidade e coordenador da Orientação Pedagógica dos cursos ministrados na escola. Nos anos 1980, tornou-se o patrono da então criada biblioteca da Escola Técnica de Comércio (FEIJÓ, 2017). Dentro do período analisado, foi o segundo a exercer o maior número de anos no cargo de diretor. Considerando o período em que esteve no cargo (1961-1984), observa-se que sua gestão atravessou todo o período da Ditadura Militar. Acredito que o fato de ser um militar tenha contribuído para esta permanência.

Conforme demonstrei no capítulo anterior, outro cargo de significativa importância para as escolas comerciais era o de secretário. Enquanto para os diretores foi possível fazer o mapeamento de um período relativamente longo (1909-1984), identificando todos os sujeitos que ocuparam a direção neste período, para a secretaria se identificaram apenas dois sujeitos. O primeiro é Moacyr Amaral Lopes, secretário da escola por 33 anos (1945-1978) e, a segunda, é a secretária Lilia Lykawka Medeiros, que assumiu o cargo em 1979, provavelmente da substituição de Moacyr Amaral Lopes.

Para finalizar a análise da equipe que compunha a Escola de Comércio de Porto Alegre, destaco os professores, considerados parte dos sujeitos que compõe a Cultura Escolar

da instituição. Inicialmente, a escola contou com um quadro pequeno de professores que, ao longo dos anos, foi sendo ampliando. Quando de sua criação, a escola contava com o seguinte professor:

Quadro 31 – Professores da Escola de Comércio de Porto Alegre (1909)

Professor	Disciplina	Experiência
Apelles Porto Alegre	Português	Proprietário do Collégio Rio-Grandense
Frei Bernadino	Francês	Professor da Escola Mauá
Othmar Krausneck	Alemão	
Emílio Meyer	Aritmética, Álgebra e Geometria	
Joaquim Antônio Ribeiro	Estenografia	
Israel Torres Barcelos	Escrituração Mercantil	Formado na primeira turma de guardalivros da Escola Mauá.
Francisco Rodolfo Smith		

Fonte: elaborado pelo autor (2020) a partir de Vizentini (1979) e Silva (2017)

A partir do quadro é possível identificar os professores do Curso Geral, criado em 1909. Inicialmente, a escola contava com sete professores, todos eles homens. Destes professores, alguns já tinham experiência em outras instituições de ensino, como é o caso de Apelles Porto Alegre, proprietário do Collégio Rio-Grandense, Frei Bernadino, que foi professor da Escola Mauá e Israel Torres Barcelos, formado na primeira turma de guardalivros da Escola Mauá. Em 1915, após as experiências iniciais, o corpo docente estava definitivamente estruturado, sendo integrado pelos seguintes sujeitos:

Osvaldo Vergara, Othmar Krausneck, João Batista Marques Pereira, Emílio Meyer, Eduardo Marques, Aristídes Casado, Leon Back, Benjamin Aveline Macrae, Francisco Rodolpho Simch, Rodolpho Haensel, Victor Sperb, Joaquim Maurício Cardoso, Augusto Cesar Sampaio (VIZENTINI, 1979, p. 57, 58).

Nos anos 1915, todo o corpo docente também era constituído apenas por homens. Dos professores pioneiros da Escola de Comércio, permaneceu no seu corpo docente estruturado apenas Emílio Meyer. Além disso, é importante destacar que, dos professores definitivos apresentados em 1915, Aristídes Casado e Victor Sperb haviam sido alunos da própria instituição, sendo formandos da primeira turma do Curso Geral (1911) e da primeira turma do Curso Superior (1913). Ao longo dos diferentes momentos de existência da instituição, o seu corpo docente passou por significativas transformações. No anos 1970, a estrutura do corpo docente era uma organização complexa, como aponta Vizentini (1979, p. 57):

Atualmente, a Escola possui professores do quadro permanente da UFRGS, professores contratados pela CLT e professores colaboradores (horistas). Grande

parte dos professores da Escola lecionam também em cursos de nível superior da própria UFRGS e de outras faculdades, o que vem atestar o alto padrão técnico desse corpo docente. Outros ocupam cargos públicos importantes ou exercem atividades em empresas privadas. Esses fatores possibilitam uma interação entre teoria e prática, tendo em vista que a Escola se volta para as atividades econômicas.

Conforme podemos observar, o corpo docente da Escola de Comércio passou a ser composto por professores contratados em diferentes regimes (permanentes, CLT, horistas), bem como professores que também atuavam nos cursos superiores da UFRGS e de outras instituições. Além disso, alguns destes professores também tinham cargos em empresas privadas, lecionando disciplinas próximas a sua prática profissional.

Ao analisar o quadro docente de 1979, Vizentini (1979) apresenta o nome de todos os professores ativos na Escola de Comércio, totalizando 75 docentes. Destes, 47 eram homens e 28 mulheres. Essa informação é importante para pensar que, ao longo dos anos, a Escola de Comércio passou a contar com professoras mulheres, diferindo do quadro docente originalmente composto apenas por homens.

A análise dos nomes dos docentes da Escola de Comércio da UFRGS permite confirmar, como destacado anteriormente, que alguns deles atuavam em outras instituições, como foi o caso de Antonio Coelho Nunes e Manoel Bonini Lourenço, ambos também professores da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre (SILVA, 2017).

6.2.4 Profissionais do Comércio: Alunos da Escola de Comércio de Porto Alegre

Considerando as diferentes reformas do Ensino Comercial e decretos-leis até aqui analisados, é possível identificar que de sua fundação até os anos 1970, a Escola de Comércio de Porto Alegre ofereceu os seguintes cursos: Curso Geral, Curso Superior, Curso de Formação e Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial, Curso Propedêutico, Curso Técnico de Perito Contador, Curso Técnico de Contabilidade, Curso Técnico de Administração, Curso Técnico de Secretariado, Cursos Especiais para Servidores Públicos, Cursos por Correspondência, Curso Técnico em Transações Imobiliárias e Curso de Operador de Computadores¹⁴².

¹⁴² A partir da problemática e do recorte da pesquisa, serão analisadas os profissionais formados para os cursos Geral, Superior, Curso de Formação e Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial, Curso Técnico de Perito Contador, Curso Técnico de Contabilidade, Curso Técnico de Administração e Curso Técnico de Secretariado.

Ao ser criada, a Escola de Comércio contava com dois cursos, o Geral e o Superior. Ao atuar a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), o Curso Geral foi substituído pelo Curso Técnico de Perito-Contador que, por sua vez, com a Reforma Capanema (BRASIL, 1943), fragmentou-se em Curso Técnico de Contabilidade (1945), Curso Técnico de Administração (1954) e Curso Técnico de Secretariado (1958). Essas habilitações se mantiveram e outras foram agregadas com a Reforma do Ensino (BRASIL, 1971).

Na sequência, passo a analisar as quantidades de alunos formados nessas habilitações, visando identificar o momento de crescimento e consolidação do Ensino Comercial¹⁴³.

Tabela 12 – Alunos formados na Escola de Comércio de Porto Alegre (1909-1971)

Ano	Curso Comercial			Téc. Adm.			Téc. Secr.		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T
1911 ¹⁴⁴	13	0	13	X	X	X	x	x	X
1912	3	0	3	X	X	X	x	x	X
1913	3	0	3	X	X	X	x	x	X
1914	5	0	5	X	X	X	x	x	X
1915	7	0	7	X	X	X	x	x	X
1916	8	0	8	X	X	X	x	x	X
1917	4	0	4	X	X	X	x	x	X
1918	8	0	8	X	X	X	x	x	X
1919	10	0	10	X	X	X	X	X	X
1920	11	0	11	X	X	X	x	X	X
1921	9	0	9	X	X	X	x	X	X
1922	3	0	3	X	X	X	x	X	X
1923	8	0	8	X	X	X	x	X	X
1924	12	0	12	X	X	X	x	X	x
1925	12	0	12	X	X	X	x	X	x
1926	4	0	4	X	X	X	x	X	x
1927	8	0	8	X	X	X	x	X	x
1928	2	0	2	X	X	X	X	X	X
1929	3	0	3	X	X	X	x	X	x
1930	3	0	3	X	X	X	X	X	X
1931	2	0	2	x	X	x	X	X	X
1932	X	X	X	x	X	x	X	X	X
1933	X	X	X	x	X	x	X	X	X
1934 ¹⁴⁵	9	0	9	x	X	x	X	X	X
1935	16	0	16	x	X	x	X	X	X

¹⁴³A lista completa com o nome dos alunos formados por ano e por curso, para o período entre 1911 e 1971, encontra-se no Apêndice C.

¹⁴⁴O Curso Comercial de Contabilidade denominava-se Curso Geral.

¹⁴⁵Em 1934 o Curso Geral passou a se chamar de Curso de Perito-Contador.

1936	6	0	9	x	X	x	X	X	X
1937	17	0	17	x	X	x	X	X	X
1938	15	0	15	x	X	x	X	X	X
1939	13	0	13	x	X	x	X	X	X
1940	21	0	21	x	X	x	X	X	X
1941	20	0	20	x	X	x	X	X	X
1942	24	0	24	x	X	x	X	X	X
1943	24	3	27	x	X	x	X	X	X
1944	35	2	37	x	X	x	X	X	X
1945	65	4	69	x	X	x	X	X	X
1946	52	6	58	x	X	x	X	X	X
1947	61	10	71	x	X	x	X	X	X
1948 ¹⁴⁶	17	4	21	x	X	x	X	X	X
1949	26	3	29	x	X	x	X	X	X
1950	41	11	52	x	X	x	X	X	X
1951	35	10	45	x	X	x	X	X	X
1952	29	15	44	x	X	x	X	X	X
1953	47	9	56	X	X	X	X	X	X
1954	40	18	58	13	1	14	X	X	X
1955	39	6	45	6	1	7	x	x	X
1956	41	9	50	X	X	X	X	X	X
1957	40	8	48	x	X	X	x	x	X
1958	41	5	46	9	4	13	0	4	4
1959	32	8	40	9	0	9	3	7	10
1960	25	6	31	7	0	7	0	7	7
1961	18	10	28	6	6	12	0	23	23
1962	24	9	33	5	3	8	0	20	20
1963	18	9	27	x	X	x	x	X	X
1964	31	4	35	9	1	10	0	24	24
1965	42	6	48	4	4	8	0	33	33
1966	55	11	66	8	3	11	0	25	25
1967	51	9	60	11	6	17	0	30	30
1968	62	8	70	11	7	18	0	35	35
1969	42	8	50	8	9	17	0	35	35
1970	32	13	45	15	9	24	0	47	47
1971	34	16	50	9	7	16	0	32	32
Total	1376	240	1616	136	55	191	3	322	325

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir de Vizentini (1979) e LIVRO MEMORIALÍSTICO FACE

Como podemos observar na tabela, o Curso Geral de Comércio iniciou com poucos formandos, sendo a primeira turma composta por 13 alunos. Esse número diminuiu e se manteve relativamente pequeno ao longo da vigência do curso, sendo que, em 1931, na última

¹⁴⁶ Em 1948 o Curso de Perito-Contador passou a se chamar de Curso Técnico em Contabilidade.

turma de formandos, terminaram o curso apenas 2 alunos. Entre 1911 e 1931, formaram-se 138 profissionais. Conforme destaquei anteriormente, o processo de atuação da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) na Escola de Comércio de Porto Alegre contou com algumas dificuldades. Diferentemente da Fecap e da Academia de Comércio de Santa Catarina, a instituição gaúcha ficou dois anos sem formar nenhum aluno, especificamente em 1932 e 1933.

No entanto, apesar das dificuldades iniciais, o processo de atuação da Reforma Campos parece ter tido um resultado positivo. A partir de 1934, a Escola passa a formar perito-contadores e, o número de alunos, aumenta significativamente. De acordo com a tabela, embora os anos de 1934 e 1936 contêm com 9 e 6 formandos, respectivamente, esse número começa a aumentar, chegando a 71 formandos em 1947, último ano de vigência desta habilitação. Este aumento reforça a tese aqui defendida, de que a consolidação do Ensino Comercial se dá a partir das Reformas Francisco Campos (BRASIL, 1931) e Gustavo Capanema (BRASIL, 1943).

No período de vigência da habilitação perito-contador (1934-1947), foram formados 403 profissionais. Nas primeiras 21 formaturas (1911-1931), a escola formou 138 profissionais. Embora o número de formaturas referentes à habilitação perito-contador seja menor (14 formaturas), o número de formandos é quase o triplo do período anterior.

Em 1948 formou-se a primeira turma de alunos dentro da vigência da Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1943), com o total de 21 formandos. Acompanhando a tabela, é possível aferir que este foi o ano com menos formandos desta habilitação, provavelmente resultado do período de transição do curso. Entre 1948 e 1971, o Curso Técnico em Contabilidade contou com 1077 formandos. Ainda a partir da Reforma Capanema (BRASIL, 1943), a escola começou a formar também técnicos em administração e em secretariado.

A primeira turma de Técnicos em Administração formou-se em 1954, com 14 alunos. Embora não tenha contado com formandos em três anos (1956, 1957 e 1963), a escola manteve formaturas até 1971, sendo que, dentro do período analisado, o maior número de alunos a se formar foi de 24, no ano de 1970. É possível destacar ainda que, as turmas do curso de contabilidade foram sempre maiores que as do curso de administração. Entre 1954 e 1971, adquiriram o diploma de técnicos em administração o total de 191 alunos.

O Curso Técnico em Secretariado formou a primeira turma de alunos em 1958, com apenas 4 formandos. Embora inicialmente pequeno, este número aumentou ao longo dos anos, chegando a 47 em 1970, ano em que superou todas as outras habilitações. Durante o período de 1958-1971, a habilitação contou com o total de 325 alunos. Considerando que os Técnicos

em Contabilidade, Administração e Secretariado são todos habilitações de uma mesma modalidade de ensino (Comercial), é possível atualizar parte da tabela anterior, somando os totais destes cursos e, apresentando o total de alunos formados no curso comercial entre 1948 e 1971:

Tabela 13 - Formandos no Curso Comercial (Técnicos em Contabilidade, Administração e Secretariado) da Escola de Comércio de Porto Alegre (1948 – 1971)

1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
21	29	52	45	44	56	72	52	50	48	63
1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
59	45	63	61	27	69	89	102	107	123	102
1970	1971	Total								
116	98	1593								

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A partir da tabela 13, é possível afirmar que no período de vigência da Reforma Gustavo Capanema, a Escola de Comércio de Porto Alegre formou um total de 1593 profissionais nas três habilitações de Ensino Comercial por ela oferecidas. Comparado aos períodos anteriores, este número é significativo, demonstrando o aumento pela procura neste âmbito profissional. De forma geral, da fundação da Escola de Comércio, em 1909, até 1971, foram formados 138 alunos no Curso Geral, 403 perito-contadores, 1077 técnicos em contabilidade, 191 técnicos em administração e, 325 técnicos em secretariado, totalizando 2134 formados. Além destas habilitações, a Escola de Comércio formou ainda profissionais de nível superior.

Em relação ao Curso Superior, a primeira turma formou-se em 1913. Além disso, conforme destaquei anteriormente, em 1945 foi criada a Faculdade de Economia e Administração, sendo para ela transferido o Curso Superior. Dessa forma, é possível analisar os formandos para o período entre 1913 (primeira turma) e 1947 (última turma) na habilitação do curso superior. Na sequência, a tabela 14 permite identificar o número de formandos por ano:

Tabela 14 - Formandos no Curso Superior da Escola de Comércio de Porto Alegre (1913 – 1947)

	M	F	T
1913	10	0	10
1914	x	X	X
1915	4	0	4
1916	2	0	2
1917	5	0	5
1918	2	0	2
1919	6	0	6
1920	8	0	8
1921	2	0	2
1922	7	0	7
1923	3	0	3
1924	4	0	4
1925	3	0	3
1926	10	0	10
1927	15	0	15
1928	4	0	4
1929	8	0	8
1930	1	0	1

1931	X	X	X
1932	X	X	X
1933	X	X	X
1934	X	X	X
1935	X	X	X
1936	x	X	X
1937	11	0	11
1938	5	0	5
1939	2	0	2
1940	5	0	5
1941	5	0	5
1942	8	0	0
1943	15	0	0
1944	12	1	13
1945	13	0	13
1946	40	1	41
1947	52	1	53
Total	270	3	273

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A análise da tabela 14 permite algumas observações. Inicialmente, destaco que, embora o período analisado se estenda entre 1913 e 1947, observa-se a ausência de formandos entre os anos de 1931 e 1936. O que poderia explicar estes seis anos sem formaturas no Curso Superior? Conforme destaquei anteriormente, a Escola de Comércio de Porto Alegre enfrentou dificuldades para atuar a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), o que parece ter levado a interrupção momentânea de conclusões de curso nesta habilitação.

As informações da tabela apontam ainda que, comparada ao Curso Geral, a procura pelo Curso Superior é relativamente equivalente, com oscilações em relação ao número de formandos. No entanto, observa-se uma procura baixa, sendo que, entre 1913 e 1944, o número anual de formandos varia entre 0 e 15, o que permite afirmar que a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) não estimulou, necessariamente, a procura pelo Curso Superior. Após a Reforma Capanema (BRASIL, 1943), identifica-se um aumento no número de formandos, sendo que em 1945, 1946 e 1947, observam-se, respectivamente, 22, 41 e 53 alunos formados. A soma destes últimos três anos ultrapasse um terço do total de alunos formados ao longo de todo o período, o que reforça a ideia de importância da Reforma de 1943.

Além destes cursos, a Escola de Comércio ofereceu ainda o Curso de Formação e Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial, o qual configura-se como uma das particularidades da instituição, uma vez que não foi localizado para a Fecap e para a Academia de Comércio de Santa Catarina. Na sequência, a tabela 15 apresenta o número de concluintes por ano:

Tabela 15 - Formandos no Curso de Formação e Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Comercial da Escola de Comércio de Porto Alegre (1956 – 1971)

Ano	M	F	T
1956	26	1	27
1957	17	0	17
1958	15	1	16
1959	21	2	23
1960	21	9	30
1961	14	19	33
1962	12	12	24
1963	21	8	29
1964	17	3	20
1965	22	23	45
1966	27	5	32
1967	39	18	57
1968	27	17	44
1969	13	18	31
1970			
1971	21	25	46
Total	313	161	474

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Conforme podemos observar na tabela 15, o Curso de Formação e Aperfeiçoamento iniciou em 1956, com 27 formandos. A quantidade de formandos oscilou ao longo dos anos, para mais, ora para menos, sendo que, o maior número é identificado no ano de 1967, quando terminaram o curso um total de 57 alunos. Ao longo do período de existência desta formação, concluíram-na um total de 474 alunos.

Um elemento que perpassa todas as habilitações oferecidas pela Escola de Comércio e que merece atenção especial, é a presença feminina na instituição. A análise das tabelas 12, 13, 14 e 15 oferece alguns elementos para reflexão. A partir das tabelas, é possível afirmar que, a primeira turma de formandos a contar com mulheres foi a de 1943, com 3 formandas no curso de Perito-Contador. Desta forma, da primeira turma de formandos em 1911, até 1942, a Escola de Comércio formou apenas alunos do sexo

masculino. Embora não esteja explicitado em nenhum dos documentos analisados que os cursos comerciais eram exclusivamente masculinos, os primeiros 32 anos de funcionamento da instituição não contaram com a presença de formandas mulheres.

Em relação ao curso comercial, podemos afirmar que, durante a vigência do Curso Geral, nenhuma mulher formou-se na instituição. Conforme destaquei, apenas em 1943 as primeiras mulheres, em número de 3, concluíram o curso, então denominado de Perito-Contador. De 1943 até 1971, todas as turmas de perito-contadores e posteriormente, curso Técnico em Contabilidade passaram a contar com mulheres entre seus concluintes. No entanto, se observarmos a tabela 12, podemos verificar que número de homens é sempre predominante. O ano com o maior número de formandas foi o de 1954, quando 18 alunas concluíram o Técnico em Contabilidade. Essa situação difere do caso da Fecap que, como demonstrei no capítulo anterior, desde pelo menos 1929 já contava com um Curso Especial Feminino que, embora oferecesse algumas restrições em relação ao Curso Geral, contava com a presença de mulheres na instituição. Esses elementos reforçam que, apesar da existência de uma Cultura Escolar Geral do Ensino Comercial, existem as Culturas Escolares específicas de cada instituição.

O Curso de Administração contou com mulheres formandas desde a sua primeira turma, em 1954. No entanto, o número de mulheres foi sempre menor que o de homens, nunca ultrapassando o total de 9, como em 1969 e 1970. Essa relação é diferente no Curso Técnico de Secretariado, o qual parece ter sido destinado majoritariamente para mulheres. Com exceção da segunda turma de formandos (1959), que contou com 3 homens, todos os demais anos contaram exclusivamente com mulheres.

Analisando o Curso Técnico de Secretariado, é possível afirmar que a presença de alunas mulheres na Escola de Comércio tornou-se frequente apenas a partir da criação desta habilitação, que passou a formar um número crescente de mulheres, chegando a contar com 47 concluintes em 1970. Desta forma, o curso de secretariado pode ser entendido como uma habilitação de predominância feminina, como um curso que permitiu ampliar o mercado profissional de mulheres no Rio Grande do Sul.

Assim como nos cursos de Contabilidade e Administração, o Curso Superior também contou com uma predominância masculina. Retomando a tabela 14, é possível identificar que a primeira mulher formada nesta habilitação foi em 1944, dividindo a turma com 13 homens, totalizando 14 formandos. Nestas condições, de 1913 até 1944, as formaturas do Curso Superior foram exclusivamente masculinas. Considerando a

vigência desta habilitação na Escola de Comércio, até 1947, apenas 3 mulheres concluíram esta habilitação.

Embora também tenha contado com a predominância de concluintes homens, o Curso de Formação e Aperfeiçoamento, em alguns anos, apresentou maior equilíbrio entre o número de homens e mulheres. De forma geral, desde a sua primeira turma, em 1956, identificamos a presença de uma mulher e, 26 homens. No entanto, ao longo dos anos o número de mulheres aumentou, chegando a ultrapassar o de homens, como em 1961, 1965, 1969, 1970 e 1971.

Dentro deste quadro geral apresentado, é possível afirmar que o número de homens prevaleceu em relação ao de mulheres dentro da Escola de Comércio, sendo que, com exceção do Curso Técnico em Secretariado, todos os demais contaram com a predominância masculina. A tabela a seguir apresenta a relação de homens e mulheres por curso:

Tabela 16 – Relação do número de homens e mulheres formados na Escola de Comércio

Curso	M	F	T
Curso Comercial (Contabilidade)	1376	240	1616
Curso Técnico de Administração	136	55	191
Curso Técnico de Secretariado	3	322	325
Curso Superior	270	3	273
Curso de Formação e Aperfeiçoamento	313	161	474
Total	2098	781	2879

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A partir da tabela 16 é possível aferir que, considerando os cursos e períodos aqui analisados, a Escola de Comércio de Porto Alegre contou com um total de 2879 alunos formados. Deste total, 2098 profissionais eram homens e 781 mulheres. Sendo assim, embora predominantemente masculinas, as profissões do comércio passaram, sobretudo a partir do Curso Técnico de Secretariado, a contarem com um número crescente de mulheres. Deixo aqui o convite para que outros pesquisadores possam explorar e intensificar estas análises, centrando sobre a História da Educação Profissional Feminina.

Após esta discussão a respeito os profissionais do comércio formados pela Escola de Comércio de Porto Alegre, passo, na sequência, a analisar os elementos relacionados à perpetuação da Memória da Instituição, bem como alguns apontamentos sobre as formaturas.

6.2.5. Perpetuação da Memória Educativa: os livros memorialísticos, as celebrações comemorativas e a atuação das reformas educativas

Diferentemente da Fecap e da Academia de Comércio de Santa Catarina, para as quais foram encontrados diversos materiais referentes à Memória Educativa e ao ritual de formatura, para a Escola de Comércio de Porto Alegre foi localizado um número reduzido de fontes. De forma geral, os dois principais documentos são os livros memorialísticos já apresentados¹⁴⁷.

O livro “Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio 1909-1979: a história do ensino comercial de segundo grau na UFRGS”, de Paulo Vizentini (1979), pode ser aqui entendido como um dos principais mecanismos de perpetuação da memória educativa da Escola de Comércio de Porto Alegre. Na introdução, o autor informa que “a ideia da elaboração desta obra surgiu como parte integrante das comemorações dos setenta anos de fundação da Escola Técnica de Comércio” (VIZENTINI, 1979, p. 8).

Deste forma, é possível aferir que, produzido enquanto parte das comemorações das celebrações dos 70 anos da instituição, o livro de Vizentini (1979) configura-se como um criador e perpetuador da memória institucional da Escola de Comércio. Conforme destaquei anteriormente, o livro aborda elementos da história da instituição, listas de professores, mudanças curriculares e, em especial, as listas dos nomes dos formandos e formandas de cada ano, por habilitação específica. Sendo assim, ao localizar e organizar informações referentes à Escola de Comércio, Vizentini (1979) produz um livro sobre a memória da instituição que, a partir da operação historiográfica, permite analisar diferentes aspectos da História desta instituição, em especial das Reformas do Ensino Comercial e do seu processo de atuação.

Apesar da importância das comemorações dos 70 anos da Escola de Comércio, estas atividades não foram as únicas organizadas pela instituição. Munido de um olhar arqueológico, pode-se identificar nas camadas temporais outros momentos em que

¹⁴⁷ É importante destacar que não foi possível realizar uma saída de campo para pesquisar no Arquivo da Faculdade de Economia da UFRGS. Essa atividade estava planejada para ocorrer ao longo do ano de 2020. No entanto, devido à pandemia de COVID – 19 e as políticas de distanciamento social adotadas, a visita não pode ser agendada. Estou ciente de possíveis limitações neste capítulo, assumindo as responsabilidades por elas.

atividades foram organizadas, como no cinquentenários. De acordo com Corazza (2009, p. 32):

Em novembro de 1959, a Faculdade de Ciências Econômicas comemorou, em grande estilo, seu cinquentenário. Evento marcante dessa comemoração foi a Primeira Conferência Nacional de Faculdades de Ciências Econômicas, realizada no período de 11 a 14 de novembro de 1959. Fizeram-se presentes mais de 150 pessoas, entre economistas, professores, dirigentes e representantes de 15 faculdades de Ciências Econômicas brasileiras, além de professores de universidades estrangeiras, da Holanda e dos Estados Unidos.

De acordo com o autor, os cinquenta anos de existência da instituição foram marcados por um evento comemorativo, do qual resultou a Primeira Conferência Nacional de Faculdades de Ciências Econômicas, na qual se reuniram economistas, professores e dirigentes representantes de Faculdade de Ciências Econômicas brasileiras, bem como professores de instituições universitárias estrangeiras. A abordagem feita por Corazza (2009) aponta para uma questão que será discutida na sequência, sobre a tendência de valorização da Faculdade de Ciências Econômicas em detrimento da Escola de Comércio.

Essas comemorações eram comunicadas à comunidade em geral a partir da circulação de notícias em jornais de circulação da cidade de Porto Alegre. Um exemplo pode ser identificado na reportagem “Histórico da (Cinquentenária) Fac. De Ciências Econômicas”, reproduzida no Diário de Notícias. De forma geral, a notícia aborda as comemorações do “jubileu de prata” da escola, além de divulgar os “cursos e serviços oferecidos”:

Comemora este ano o seu jubileu a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul e sua Escola Técnica de Comércio. Grande número de atividades estão sendo desenvolvidas e outras, já programadas, assinalarão as comemorações do seu cinquentenário, tendo como parte culminante a realização do III Congresso Brasileiro do Ensino Comercial, de 27 corrente, a 2 de agosto próximo, e que reunirá os educadores do país especializados naquele ramo de ensino, e a 1ª Reunião Nacional das Faculdades de Ciências Econômicas, ainda no ano em curso.

A fundação desta escola, que é tradicional em todo o país, data de 26 de novembro de 1909, como Escola de Comércio de Porto Alegre, anexa à então Faculdade Livre de Direito. Em 30 de junho de 1933, instalou os cursos técnicos de contador e o curso superior de Administração e Finanças, de acordo com o Decreto 20.158.

[...]

No setor de ensino médio, em sua Escola Técnica de Comércio, funcionam os cursos Técnico em Contabilidade, Técnico de Secretariado e Técnico de Administração, com matrícula de 251 alunos. Em colaboração com a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial, mantém a Faculdade de Ciências Econômicas cursos de Formação (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959, p. 1)

A notícia oferece algumas possibilidades de análise. Inicialmente, destaca-se que a reportagem informa sobre o “jubileu [d]a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul e [de] sua Escola Técnica de Comércio”, e das atividades realizadas pela instituição. Dentre as atividades comemorativas, a notícia informa sobre a 1ª Reunião Nacional das Faculdades de Ciências Econômicas”, já mencionada por Corazza (2009) e, também, sobre o “III Congresso Brasileiro do Ensino Comercial”. É importante destacar que, embora a reunião Nacional das Faculdades e o Congresso do Ensino Comercial tenham corrido no mesmo ano, apenas a primeira recebeu atenção por Corazza (2009).

Além de informar sobre as comemorações do cinquentenário, a notícia contribui para a construção e perpetuação da memória institucional. É possível identificar em dos trechos, por exemplo, informações acerca da criação da instituição, ressaltando que fora criada em 1909, estando vinculada à Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Nesta intenção de perpetuação da memória institucional, a notícia oferece alguns elementos que, tomados pelo historiador da Educação, permitem refletir sobre o processo de atuação das Reformas do Ensino Comercial.

Após apresentar o contexto de criação da Escola de Comércio, a notícia fala das alterações causadas pela Reforma Francisco Campo (BRASIL, 1931), que resultou na criação do Curso de Perito Contador e no Curso Superior de Administração e Finanças. A notícia termina destacando que, naquele momento (1959), no setor de ensino médio, a escola oferecia os cursos Técnicos em Contabilidade, Secretariado e Administração, com 251 alunos matriculados, bem como o Curso de Formação, em contribuição à Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial. Essas informações contribuem para pensar acerca dos processos de atuação anteriormente analisados, mostrando as transformações do Ensino Comercial não apenas na escola, mas no Rio Grande do Sul.

A partir do livro de Vizentini (1979) foi possível localizar informações que, articuladas a outras fontes, permitiram refletir acerca das comemorações que demonstram tentativas de perpetuação da memória escolar, bem como sobre os processos de atuação das Reformas Educativas. Apesar da importância da obra analisada, ela não foi a única produzida com este propósito. Em 2009, Gentil Corazza organizou a obra “História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009”, publicada pela Editora da UFRGS. Na introdução da obra, o organizador afirma que:

A publicação deste livro, ao mesmo tempo em que pretende resgatar fatos relevantes ocorridos ao longo desses cem anos, quer também homenagear as gerações passadas, por seu trabalho pioneiro, e estimular a atual e as gerações futuras a darem continuidade a esta magnífica história da Faculdade de Ciências Econômicas (CORAZZA, 2009, p.10).

Conforme se observa, ao mesmo tempo em que pretende “resgatar” fatos tidos como importantes ao longo dos anos, o livro pretendia também homenagear as gerações passadas pelo seu trabalho na então Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. No entanto, embora considere as origens da Faculdade de Ciências Econômicas no ano de 1909, a partir da Escola de Comércio, o livro faz um deslocamento em relação à obra de Vizentini (1979), no qual atenta, especialmente, para o curso superior. Desta forma, os cursos comerciais de nível básico não são quase lembrados, passando para segundo plano.

Tenho ciência de que a construção de uma obra memorialística envolve diferentes relações de poder, nas quais são necessários escolhas e recortes do que será ou não lembrando. Além disso, é evidente também que a construção de uma obra destas depende da disponibilidade de fontes e informações sobre a instituição. No entanto, a ausência de fontes não seria aqui uma justificativa, pois como demonstrei, trinta anos antes, em 1979, já havia sido organizada uma obra com informações referentes à Escola de Comércio.

Acredito que esta tendência em valorizar a memória da instituição a partir da criação da Faculdade de Ciências Econômicas, seja um dos elementos que justifique a ausência de informações referentes à Escola de Comércio, esporadicamente citada. Um exemplo desta valorização da memória do ensino superior em detrimento das demais pode ser identificado a partir da imagem do Professor Pery Pinto Diniz da Silva. Conforme destaquei anteriormente, além de professor, Pery foi também diretor da Escola de Comércio. No entanto, no livro, ele é lembrado apenas como diretor da faculdade entre 1953 e 1964, juntamente com a imagem a seguir:

Imagem 17 - Professor Pery Pinto Diniz da Silva, diretor da faculdade (1953-1964)



Fonte: Corazza (2009, p. 21)

Conforme podemos observar na Imagem 17, o traje vestido pelo professor sugere que ela participou de algum ritual de formatura da Faculdade de Economia, provavelmente ocupando a mesa das autoridades da Faculdade. No entanto, para a Escola de Comércio não são encontrados registros. Os registros fotográficos sobre as formaturas, por exemplo, são todos relacionados apenas à Faculdade de Economia.

Desta forma, diferentemente da Fecap e da Academia de Comércio de Santa Catarina, para as quais se encontram tentativas de perpetuação da memória institucional a partir de fragmentos de rituais de formatura passados, como convites, fotografias e murais, no caso da Escola de Comércio, estes fragmentos não foram localizados. Além disso, é possível afirmar que não são utilizados como nas outras instituições, uma vez que não aparecem nas produções memorialísticas.

Um contra-argumento a esta interpretação poderia ser de que os rituais de formatura não eram celebrados ou registrados no período de existência da instituição. No entanto, a fotografia do professor Pery enquanto diretor da Faculdade para o período entre 1953 e 1954, demonstra que estes rituais existiam e eram registrados. A obra de Corazza (2009) lembra ainda formaturas dos cursos de nível superior, também de 1959. A título de exemplo, tem-se a fotografia de formandos do ano do centenário:

Imagem 18 - Diplomados do curso de Economia – turma do ano do cinquentenário
(1959)



Fonte: Corazza, 2009.

É possível identificar que a imagem 18 se trata de uma fotografia posada, de formatura, na qual estão os alunos concluintes, vestidos com o traje típico deste ritual. A foto refere-se ao ano de 1959, ano do cinquentenário da Faculdade de Economia. Sendo assim, é possível aferir que a instituição celebrava e registrava estes momentos, mas que, no entanto, não foram localizados registros para a Escola de Comércio, mas apenas para a Faculdade de Ciências Econômicas¹⁴⁸.

Além dos dois livros memorialísticos aqui analisados, voltados especificamente para a Escola de Comércio de Porto Alegre e para a Faculdade de Economia, existem também os livros memorialísticos voltados para a história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como “Os prédios da UFRGS: atualidade e memória”, organizado pela própria universidade e, publicado em 1998. Neste livro, voltado sobretudo para a análise da arquitetura da universidade, a Escola de Comércio também ocupa um lugar

¹⁴⁸ Não posso afirmar que não existiram registros a respeito das formaturas da Escola de Comércio de Porto Alegre ou que, estes registros não foram salvaguardados. No entanto, os esforços empreendidos até este momento não permitiram localizar estas fontes. Essa dificuldade corrobora para a afirmação de que existe uma tentativa institucional de perpetuação da memória da Faculdade de Economia da UFRGS em detrimento da Escola de Comércio.

secundarizado, sendo lembrada apenas por ter ocupado o prédio da Faculdade de Direito e por ter originado a Faculdade de Economia.

De forma geral, é possível identificar que, ao longo do período aqui analisado, a Escola de Comércio de Porto Alegre parece ter exercido significativa importância não apenas para a capital do Rio Grande do Sul, mas para diferentes cidades gaúchas, formando diferentes habilitações comerciais para atuarem nos diversos âmbitos do comércio. Além disso, o fato de ter sido escolhido para sediar o Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial, corrobora para a ideia de centralidade desta instituição no Rio Grande do Sul. Além disso, a presença deste curso de formação permite identificar algumas especificidades da cultura escolar desta instituição quando comparadas as demais.

No entanto, diferentemente das outras instituições, a memória da Escola de Comércio de Porto Alegre não parece ser uma preocupação central. Acredito que, dois elementos auxiliam a pensar sobre este esquecimento. O primeiro deles é de cunho geral do ensino comercial, em especial a partir da Reforma do Ensino de 1971 (BRASIL, 1971) e, posteriormente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), que acabaram transformando o Ensino Comercial em uma habilitação de nível médio.

O segundo elemento refere-se a questões específicas da instituição, especialmente em relação a discussão em torno ao seu término ou, transformação em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Conforme ressaltai anteriormente, com a Lei 11892/2008, foram criados 38 Institutos Federais no País, sendo que a Escola de Comércio passou a ser um deles, especificamente o Campus Porto Alegre. Os cursos oferecidos não são mais os mesmos, o prédio não é o de criação da Escola de Comércio, nem ela é mais parte oficial da UFRGS.

Iniciei este capítulo com um poema de Erns Niemeyer, provavelmente de 1907, o qual evocava os caixeiros-viajantes como tecedores de redes sociais, culturais e comerciais, exaltados como “jovens, fiéis e livres”. Ao longo do texto, aponte que esta prática passa por um processo de profissionalização, a partir das diferentes reformas do ensino comercial, da participação das associações de profissionais do comércio e do trabalho das instituições educativas. Ao longo do século XX, essa imagem idealizada dos caixeiros-viajantes se modifica.

Após analisar alguns elementos de cunho político, econômico, social e cultural do estado do Rio Grande do Sul e de sua capital, discuti o processo de atuação das reformas do ensino comercial a partir da Escola de Comércio de Porto Alegre, apontando para a consolidação desta modalidade de ensino no período entre 1931-1971. Sendo assim, este capítulo permitiu refletir acerca de questões gerais do Ensino Comercial e também sobre a Cultura Escolar Empírica da instituição analisada. Na sequência, passo a analisar o Ensino Comercial em Santa Catarina e na Academia de Comércio

7 A ACADEMIA DE COMÉRCIO (1931-1971) E A CULTURA ESCOLAR COMERCIAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Tuas salas, solenes, vetustas,
Que ainda têm esplendores passados.
Abriaram figuras augustas,
Tantos mestres, jamais olvidados.

O saber que nos derem é Luz
No oceano agitado da vida,
Qual farol que orienta e conduz
A' vitória de lutas tecida.

[...]

(Trecho do Hino da Academia de Comércio de Santa Catarina, s.d.)¹⁴⁹

Nos dois capítulos anteriores, realizei um deslocamento analítico em direção à Cultura Empírica da Memória Educativa das instituições de Comércio, sendo investigadas a Fecp para o estado de São Paulo e a Escola de Comércio de Porto Alegre para o Rio Grande do Sul. Na continuidade deste deslocamento, visando problematizar os processos de emergência e consolidação do Ensino Comercial a partir das Reformas Educacionais e das Culturas Escolares das escolas comerciais, passo a analisar a Academia de Comércio de Santa Catarina, finalizando o estudo das instituições específicas.

Conforme apresentei no capítulo 2, as análises realizadas neste capítulo se dão a partir das modalidades empírica e científico/acadêmica da Cultura Escolar, em especial para a primeira. Em relação à cultura empírica, estão os documentos produzidos nas e pelas instituições comerciais¹⁵⁰ e, em relação à cultura científico/acadêmica estão as pesquisas localizadas na revisão de literatura. É a partir da tecitura destes documentos com as Reformas do Ensino Comercial que proponho a narrativa aqui apresentada.

De acordo com o que tenho discutido ao longo da investigação, a necessidade de profissionais habilitados para o comércio e os decretos voltados para o Ensino Comercial podem ser entendidos como as condições de possibilidade para a fundação de diversas escolas de comércio dos diferentes estados brasileiros. Em relação ao estado de Santa Catarina, Amorim (1999) compreende a implantação dos cursos comerciais como resultado da intensificação da atividade econômica do estado:

¹⁴⁹ O Hino completo da Academia de Comércio de Santa Catarina encontra-se disponível no Anexo C.

¹⁵⁰ Sobre os documentos referentes à Academia de Comércio de Santa Catarina, ver: Quadro 8 - Documentos referentes à Academia de Comércio de Santa Catarina, Capítulo 1.

Com a expansão do comércio e do crescente processo de instalação de indústrias, os empresários catarinenses sentiram a necessidade de contratar profissionais melhor qualificados que pudessem controlar as contas que registravam seus bens, seus direitos e suas obrigações, ou seja, o patrimônio de suas empresas (AMORIM, 1999. p. 13).

Conforme observa-se, assim como nos demais estados brasileiros, Santa Catarina também passou a necessitar de profissionais para atuarem no âmbito administrativo e contábil das empresas. A partir desta necessidade foram criadas as escolas de comércio catarinenses. De acordo com Faria (2011), o primeiro curso comercial foi fundado no ano de 1917, no Instituto *Polytechnico* de Florianópolis¹⁵¹. Segundo o autor, o Instituto oferecia o curso preparatório¹⁵² e os cursos de especialização em Farmácia, Odontologia, Agrimensura e de Engenharia Geográfica, sendo o Curso Comercial o último a ser oferecido.

Amorim (1999) e Faria (2011) concordam em diversos aspectos sobre a história do ensino comercial de Florianópolis. Sendo assim, é possível afirmar que o Curso Comercial é criado como parte do Instituto *Polytechnico* de Florianópolis, em 1917. Em 1934 o curso tornou-se uma instituição independente, chamada de Escola de Comércio e, em 1935¹⁵³, passou a se chamar de Academia de Comércio de Santa Catarina. Considerando a criação do Curso Comercial como o ano de 1917, entendo que esta foi a primeira instituição a oferecer esta modalidade de ensino em Santa Catarina.

Para analisar o processo de criação de instituições comerciais em Santa Catarina, proponho retomar a Tabela 2, analisada no Capítulo 4 e, que apresenta as Escolas de Comércio existentes no Brasil para o período entre 1932 e 1971. A partir dela, pode-se analisar o caso específico de Santa Catarina, construindo uma nova tabela:

¹⁵¹ Segundo Eliane Veras da Veiga (2008), o início do século XX, é marcado em Florianópolis, pelas tentativas de criação de um estabelecimento de ensino superior. Durante o governo de Vidal Ramos (governador do estado de Santa Catarina entre 1910 e 1914), o ensino público catarinense foi reestruturado, sendo principal atenção dada à Escola Normal. Veiga (2008) ressalta ainda que, após terminarem o ginásial, os alunos não tinham perspectiva de continuarem os estudos dentro de Florianópolis. Desta necessidade, foi criado, em 1917, o Instituto Polytechnico de Florianópolis.

¹⁵² Segundo Faria (2011), o Curso Preparatório preparava para os demais cursos do Instituto Polytechnico.

¹⁵³ 1935 é também o ano de desativação do Instituto Polytechnico de Florianópolis.

Tabela 17 – Escolas de Comércio Existentes em Santa Catarina (1932-1971)

1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
8	9	8	10	7	7	7	7	7	7	9	9	14	14
1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
14	16	12	20	-	-	14	16	16	-	-	24	32	33
1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971		
37	40	39	51	48	56	61	-	-	68	68	54		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir dos Anuários do IBGE

Conforme podemos observar na Tabela 17, no ano de 1932, o estado de Santa Catarina contava com 8 Escolas de Comércio. Esse número sofre pequenas alterações até o ano de 1944, oscilando entre 10 e 7. A partir de 1944, o número de instituições comerciais passa a ser de 14. Novamente, o número mantém-se relativamente estável, oscilando até 1957, quando chega a um total de 24 instituições. A partir de 1958, a quantidade de instituições passa a ser crescente, com algumas exceções. O maior número de instituições chega a 68, nos anos de 1969 e 1970.

É possível afirmar que o número de escolas de Comércio em Santa Catarina aumenta, em especial, a partir da Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1943). No ano após a Reforma (1944), o número de instituições de comércio passa de 9 para 14, com um aumento de 5 escolas, o maior aumento até aquele momento. Essa relação reforça a importância da Reforma Capanema para a consolidação do Ensino Comercial.

Conforme podemos observar, a Academia de Comércio de Santa Catarina não foi a única a oferecer o Curso Comercial em Santa Catarina. No entanto, algumas das suas particularidades permitem-me afirmar que foi uma das mais significativas para o estado: está localizada na capital, na cidade de Florianópolis; é a instituição mais antiga (considerando sua fundação relacionada ao Instituto *Polytechnico*) e, a partir dela, que foi criado o Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (SILVA, 2019)¹⁵⁴. Dessa forma, passo a análise histórica da Academia de Comércio de Santa.

¹⁵⁴ A Academia de Comércio foi oficialmente extinta na década de 1990. Em 2010, seu prédio passou a ser sede do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras (MAKOWIECKY; GOUDARD, 2017). Embora extinta a Academia de Comércio, é importante observar que, o Curso Superior de Contabilidade da então Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi gestado a partir dela, o que permite afirmar que carrega uma marca de continuidade da instituição.

7. 1 O ENSINO COMERCIAL CATARINENSE: A ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA¹⁵⁵

Ao longo de sua existência, a Academia de Comércio de Santa Catarina passou por diversas modificações, não apenas no nome, mas também nos cursos oferecidos, equipe docente e diretiva, discentes, entre outros. Parte destas modificações deram-se a partir dos processos de atuação das reformas do Ensino Comercial, envolvidas em complexas relações de poder.

Considerando que o Curso Comercial foi criado em 1917, como parte do Instituto Polytechico de Florianópolis, ele “[...] foi a primeira instituição de ensino superior no Estado de Santa Catarina” (AMORIM, 1999, p. 32). De acordo com Eduardo Petry (2013), até o ano de 1922, o Instituto não possuía sede própria, funcionando em um sobrado alugado na rua João Pinto, nº 411, de propriedade do Liceu de Artes e Ofícios.

Em 1922 o governador Hercílio Luz cede uma área de terra para a construção de um prédio próprio para o Instituto, na Avenida do Saneamento, atualmente chamada de Avenida Hercílio Luz. Segundo Petry (2013), além do auxílio financeiro do Governo Estadual, a construção do prédio contou com o auxílio do Governo Federal, do Ministério da Agricultura e de banqueiros, industriais e comerciantes catarinenses. O apoio de agentes da iniciativa privada catarinenses corrobora com a ideia de que o curso foi criado a partir da necessidade de profissionais habilitados para o comércio, uma vez que, é justamente para estes três grupos que os profissionais formados na instituição poderiam trabalhar. Além disso, pode-se afirmar que, embora as Reformas do Ensino Comercial sejam elaboradas e decretadas pelo Estado, sua atuação se dá a partir da interferência de outros grupos sociais, neste caso, de banqueiros, industriais e comerciantes.

Em 1923 o Instituto foi reconhecido como de utilidade pública (VEIGA, 2008) e, entre 1924 e 1925 ocorreu sua transferência para o prédio próprio (PETRY, 2013). No ano de 1931, ao adaptar-se às Reformas Francisco Campos, o Curso de Comércio

¹⁵⁵ A Academia de Comércio de Santa Catarina foi objeto de investigação na monografia do bacharelado em História, por mim defendida (SILVA, 2019). É importante destacar que, apesar deste estudo, a tese aqui apresentada mantém-se inédita, por diferentes motivos: na monografia, a instituição comercial foi o objeto de investigação, não sendo esta a proposta da tese; na monografia, o recorte da investigação fora o período entre 1935-1944; novos documentos e interpretações são agora apresentados. Desta forma, a tese toma a investigação anterior como parte da Cultura Acadêmica da Educação (BENITO ESCOLANO, 2002; 2017), avançando no conhecimento produzido.

passa a se chamar de Escola Prática de Comércio de Santa Catarina. Em 1934 o Curso Comercial torna-se uma instituição independente do Instituto, chamando-se Escola de Comércio de Santa Catarina. Em 1935 o Instituto *Polytechnico* de Florianópolis é extinto e o prédio passa a abrigar apenas a Escola de Comércio, a partir de então chamada de Academia de Comércio de Santa Catarina (AMORIM, 1999; FARIA, 2011; PETRY, 2013).

Considerando a importância do espaço físico da instituição como parte da Cultura Escolar Empírica (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017), passo a analisar o edifício do Instituto. Esse edifício é evocado no Hino da Academia de Comércio, cuja letra foi utilizada como epígrafe desta discussão. Na canção, são exaltadas as “salas, solenes, vetustas, que ainda têm esplendores passados” e, que “abrigaram figuras augustas, tantos mestres jamais olvidados (ACADEMIA, s.d.). Como seriam estas salas lembradas na canção? Como estavam inseridas no prédio da instituição? Algumas análises podem ser feitas a partir da Imagem 19:

Imagem 19 - Prédio do Instituto *Polytechnico* de Florianópolis - Academia de Comércio (SC)



Fonte: Petry (2013)

Embora sem a data exata da fotografia, sua articulação com as demais fontes permite afirmar que possivelmente foi tirada no final da primeira metade do século XX. A imagem apresenta o prédio da Academia de Comércio, tendo sido capturada de forma

diagonal, mostrando tanto a parte frontal do prédio quando sua lateral direita. É possível afirmar que a edificação possui dois andares e um terraço. De acordo com Petry (2013), a edificação possui um total de 26 salas, mesclando estilos arquitetônicos, como o *art nouveau* e estilo português. A análise da fotografia permite identificar ainda que prédio conta com uma coluna central, de três andares, que divide a estrutura em duas partes iguais. A lateral do prédio e uma parte do pátio da instituição podem ser observados na Imagem 20:

Imagem 20 – Lateral e pátio do Prédio do Instituto Polytechnico de Florianópolis - Academia de Comércio (SC)



Fonte: Petry (2013)

Na Imagem 20 pode-se observar que a lateral do prédio da instituição contava com cinco janelas na parte superior e cinco na parte inferior. Além disso, é possível aferir que a escola contava com pátio, estando separada da rua por um cerca com colunas de concreto e barras de metal. É dentro desta delimitação espacial que estavam localizadas as “salas, solenes, vetustas, que ainda têm esplendores passados” (ACADEMIA, s.d.), evocadas anteriormente. Embora não tenham sido localizadas imagens específicas das salas, alguns elementos do interior do prédio serão analisados posteriormente, a partir de outros elementos da cultura material da escola.

Segundo Popekewitz (1997, p. 31), “o estudo da reforma escolar deve concentrar-se nas rupturas e reformas das relações entre diversos elementos da escola na

sociedade maior [...]”. É a partir deste pressuposto que procuro analisar as modificações que as Reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1943) provocaram na Academia de Comércio de Santa Catarina. Dessa forma, procuro destacar as rupturas que emergem a partir das modificações estabelecidas pela lei, não sendo minha intenção identificar se a escola seguia de fato o modelo legal, mas, sim, entender como estes elementos estabelecidos na Cultura Política da Educação foram atuados (BALL, MAGUIRRE, REAUN, 2016) na Cultura Empírica da Memória Educativa. Sendo assim, prossigo a análise atentando para os cursos ministrados na Academia de Comércio, as aulas ministradas, a estrutura administrativa da instituição e os profissionais do comércio por ela formados.

7. 1. 1 Cursos

Segundo Amorim (1999), ao ser criado em 1917, o Curso de Comércio exigia de seus candidatos a idade mínima de 12 anos, a certidão de aprovação nos exames de admissão ou primeira série do ginásio. De todos os cursos oferecidos pelo Instituto *Polytechnico*, em 1917, o de Comércio foi o que contou com o maior número de inscritos. Esse primeiro curso tinha três anos de duração, sendo composto pelas seguintes disciplinas:

Quadro 32 – Disciplinas do Curso Comercial (1917-1923) do Instituto *Polytechnico*

1º Ano	2º Ano	3º Ano
Correspondência; Tecnologia e Técnica Comercial; Geografia Comercial; Noções de Direito Público e Constitucional; Aulas Práticas de Francês, Inglês e Alemão; Caligrafia; Datilografia.	Escrituração Mercantil; Direito Comercial (Terrestre); Economia Política; Aulas Práticas de Francês, Inglês e Alemão; Taquiografia.	Contabilidade Prática de Escritório; Direito Comercial (Marítimo); Finanças, Institutos de Crédito; Ciências da Administração; Aulas Práticas de Francês, Inglês e Alemão.

Fonte: Extraído de Silva (2019)

Conforme pode-se observar no Quadro 32, as disciplinas que compunham o Curso Comercial eram disciplinas voltadas para o estudo do Comércio, Contabilidade e Direito, bem como disciplinas técnicas e de idiomas. É importante ressaltar que, ao longo dos três anos de curso, a única disciplina que repetia-se era a intitulada de “Aulas

Práticas de Francês, Inglês e Alemão”. Dessa forma, é possível observar a atenção dada às línguas estrangeiras na formação de profissionais do comércio, estando elas entre as que predominavam em todo o curso.

Em 1924 o Curso de Comércio passa por uma modificação, sendo subdividido em dois: Curso de Ciências Comerciais e Curso de Ciências Jurídico-Comerciais (AMORIM, 1999). A nova organização do Curso Comercial pode ser observada no quadro a seguir:

Quadro 33 – Organização dos Cursos de Comércio (1924 – 193_¹⁵⁶)

	Curso de Ciências Comerciais	Curso de Ciências Jurídico-Comerciais
Habilitação	Guarda-livros;	Perito-Judicial
Duração	3 anos	2 anos
Disciplinas	<p>1º ano: Português, Francês, Matemática, Geografia e História Geral, Álgebra e Geometria.</p> <p>2º ano: Português, Correspondência e Tecnologia Comercial, Francês, Escrituração Mercantil, Geografia e História Geral, Álgebra e Geometria.</p> <p>3º ano: Inglês, História Natural, Física e Química; Noções de Direito Civil, Público e Comercial; Direito Administrativo, Legislação e Aduaneira e Contabilidade Prática de Escritório.</p>	<p>1º ano: Geografia Comercial e Estatística, História do Comércio e da Indústria; Matemática Superior Aplicada ao Comércio, Contabilidade Mercantil Comparada e Banco Modelo e Tecnologia Industrial e Mercantil.</p> <p>2º ano: Direito Comercial e Marítimo, Economia Política, Ciência das Finanças e Contabilidade Pública, Direito Internacional, Diplomacia, História e Correspondência Diplomática, Inglês, Italiano e Espanhol (Ensino Prático).</p>

Fonte: Extraído de Silva (2019)

De acordo com a nova organização, o Curso de Ciências Comerciais passou a formar guarda-livros, tendo a duração de 3 anos, enquanto o Curso de Ciências Jurídico-Comerciais, com duração de 2 anos, formava peritos-judiciais. Além do tempo de duração, os dois cursos tinham diferenças também quanto às disciplinas oferecidas.

O Curso de Ciências Comerciais era composto por disciplinas generalistas, como Matemática (1º ano), Geografia e História Geral (1º e 2º anos), Álgebra e Geometria (1º e 2º anos) e História Natural, Física e Química (3º ano); disciplinas de idioma nacional e estrangeiro, tais como Português (1º e 2º anos), Francês (1º e 2º anos) e Inglês (3º ano) e as disciplinas específicas do comércio, sendo elas Correspondência e Tecnologia

¹⁵⁶ Até o momento, as fontes consultadas não permitem afirmar o ano exato em que esta estrutura curricular deixa de ser vigente.

Comercial (2º ano), Escrituração Mercantil (2º ano), Noções de Direito Civil, Público e Comercial (3º ano), Direito Administrativo (3º ano), Legislação e Aduaneira e Contabilidade Prática de Escritório (3º ano).

Enquanto a formação de guarda-livros durava três anos e com o caráter mais generalista, é possível afirmar que o curso de perito-judicial era mais específico. Ao longo dos dois anos de curso não se observam disciplinas generalistas, mas apenas de idiomas e específicas. A partir do Quadro 33, percebe-se que as disciplinas como História, Geografia e Matemática eram direcionadas para o curso, sendo suas nomenclaturas, respectivamente, Geografia Comercial e Estatística (1º ano), História do Comércio e da Indústria (1º ano), História e Correspondência Diplomática (1º ano), e Matemática Superior Aplicada ao Comércio (1º ano). Em relação às disciplinas de idiomas, o curso de perito-judicial não contava com língua portuguesa, sendo ministrado o ensino prático de Inglês, Italiano e Espanhol (2º ano). Todas as demais disciplinas eram diretamente aplicadas ao comércio.

Conforme a discussão do capítulo anterior, a Reforma Francisco Campos do Ensino Comercial (BRASIL, 1931) reorganizou os cursos que compunham esta modalidade de ensino. O decreto determinou que o Ensino Comercial passasse a ser composto de quatro categorias, sendo elas: Curso Propedêutico, modalidades técnicas (Secretário, Guarda-livros, Administrador-vendedor, Atuário e Perito-contador), curso de Nível Superior e Curso Elementar de Auxiliar de Comércio. Para atuar esta reforma a Academia de Comércio de Santa Catarina passou por um processo de reorganização dos cursos. Esse processo não é imediato, sendo que sua consolidação se dá no ano de 1935, quando a instituição já comportava as novas modalidades de cursos.

É na Cultura Escolar Empírica da Academia de Comércio que se encontram elementos para analisar o processo de atuação da Reforma Francisco Campos. Para organizar as matrículas e o número dos alunos, a instituição confeccionou uma nova Relação de Alunos Matriculados (ACADEMIA, 1935a). A preocupação com a adaptação à reforma aparece já no termo de abertura do documento, que informa: “Servirá este livro para livro de matrícula dos alunos do Curso de Commercio do Instituto *Polytechnico*, na forma do Decreto Federal nº 20158, de 30 de junho de 1931, e mais disposições legais” (ACADEMIA, 1935a, p. 1). É interessante observar que, embora a instituição já tivesse passado a se chamar Academia de Comércio, o documento de 1935 ainda traz a denominação “Instituto *Polytechnico*”. Esse detalhe

permite pensar que as modificações não são simplesmente implementadas nas instituições escolares, mas passam por um processo característico de cada uma delas.

A articulação entre os dados contidos na Relação de Alunos Matriculados, no Livro de Diplomas de Perito-contadores e no Livro Diversos permitem a análise dos novos cursos da Academia de Comércio. Desta forma, é possível afirmar que entre os anos de 1935 e 1936, a instituição ofereceu o Curso Propedêutico, Curso de Auxiliar de Comércio, Curso de Perito-Contador e Curso de Admissão¹⁵⁷. No ano de 1937, o Curso de Auxiliar de Comércio deixou de ser oferecido, permanecendo apenas os demais cursos.

Embora as fontes analisadas não apontem o motivo da desativação do Curso de Auxiliar de Comércio, compreendo que uma possibilidade está relacionada a pouca procura pelo curso. A relação de alunos matriculados apresenta apenas 5 alunos em 1935, todos eles no primeiro ano. Em 1936, se encontrava apenas um aluno matriculado, no segundo ano. É possível que apenas um aluno tenha concluído o curso no ano de 1936 e, em seguida, a habilitação deixa de ser oferecida.

Em relação ao Curso de Admissão, embora Faria (2011) afirme que ele tenha funcionado até 1943, localizei dados referentes a sua existência apenas para o período entre 1935 e 1939. Mesmo que não sejam encontradas informações sobre o encerramento do curso, o mesmo deixa de estar presente nos demais documentos da escola. De forma geral, a tabela a seguir apresenta algumas informações sobre o número de alunos matriculados no Curso de Admissão:

Tabela 18 – Alunos matriculados no Curso de Admissão (1935 – 1939)

Ano	Masculino	Feminino	Total
1935	19	0	19
1936	32	1	33
1937	37	1	38
1938	32	4	36
1939	34	3	37
Total	154	9	163

Fonte: Extraído de Silva (2019)

Conforme se observa na Tabela 18, de 1935 para 1936 o Curso de Admissão contou com um aumento significativo no número de matriculados, passando de 19 para 33. Esse número cresce em 1937 (38), mantendo-se com poucas variações nos anos

¹⁵⁷ Com exceção do Curso de Admissão, todos os demais estavam regulados pela Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931).

seguintes. É possível observar ainda que o curso era predominantemente masculino, sendo que, ao longo do período analisado (1935-1939), encontra-se um total de 154 homens e apenas 9 mulheres. Embora o número de mulheres aumente significativamente de 1935 (0) para 1939 (9), o curso era predominantemente cursado por homens.

Não se encontram maiores informações para o Curso de Auxiliar de Comércio e para o Curso de Admissão, sendo possível afirmar apenas que o primeiro contava com dois anos de duração, conforme o estabelecido pela Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) e, o segundo, com um ano.

Os dois cursos que permanecem sendo oferecidos pela Academia de Comércio a partir de 1935 são os cursos Propedêutico e de Perito-contador. Esses cursos mantiveram matrículas abertas até o ano de 1944. Após esse ano, a Academia de Comércio passa a atuar as alterações estabelecidas pela Lei Orgânica do Ensino Comercial de Gustavo Capanema (BRASIL, 1943). O Curso Propedêutico foi extinto e o Curso de Perito Contador deu origem ao Curso de Contabilidade, sendo a primeira turma de concluintes em 1948.

Conforme se observa até este momento, os principais cursos ministrados na Academia de Comércio de Santa Catarina, no período entre 1935-1944, foram o Curso Propedêutico e o Curso de Perito-Contador. Como anteriormente apresentado, a Reforma Francisco Campos (1931) estabeleceu que o Curso Propedêutico seria pré-requisito para o ingresso nos cursos técnicos de Secretário, Guarda-livros, Administrador-vendedor, Atuário e Perito-contador. Sendo assim, é possível afirmar que a Academia de Comércio se preocupou em formar perito-contadores, desde o propedêutico até o curso técnico específico. Dessa forma, passo a analisar a formação dos peritos-contadores da instituição para, na sequência, estudar a transformação do curso em Curso de Contabilidade.

Em relação ao Curso Propedêutico, a análise do Regimento da Instituição¹⁵⁸, contido no documento Livros Diversos (ACADEMIA, 1935b), permite algumas observações. Embora o documento não apresente as disciplinas que compunham o curso, é possível afirmar que o mesmo tinha duração de três anos, conforme o estabelecido em lei (BRASIL, 1931). Em relação à matrícula no primeiro ano do curso,

¹⁵⁸ O documento não apresenta data. No entanto, é possível aferir que o mesmo seja de 1935, uma vez que já menciona a Reforma Francisco Campos, de 1931 e também já apresenta a nomenclatura Academia de Comércio de Santa Catarina. O Regimento é composto por 93 artigos que, por sua vez, são divididos em capítulos e seções.

o artigo 4 estipula: “De candidatos à matrícula ao primeiro ano do Curso-Propedêutico que não tiverem feito o curso de admissão, o primeiro ano do curso ginásial ou curso equivalente, fiscalizados ou mantidos pela União ou Estado ficam obrigados a prestarem exame de admissão” (ACADEMIA, 1935b, s.n.).

Desta forma, é possível afirmar que, para ingressar no Curso Propedêutico, esperava-se que o candidato tivesse concluído o curso de admissão, o primeiro ano do ginásial ou curso equivalente devidamente fiscalizado. Caso contrário, o aluno deveria passar por um exame de admissão. A seção II do capítulo II, informa que os exames de admissão seriam compostos por provas referentes às disciplinas de Português, Francês, Aritmética e Geografia. O documento estabelece ainda que a prova seria escrita, contando com duas horas de duração, sendo sorteado algum ponto relacionado às disciplinas citadas. Ressalta-se ainda que a prova seria realizada com fiscalização de uma banca examinadora previamente selecionada.

Para realização da matrícula no Curso Propedêutico, era exigido do aluno, como documentação obrigatória: certidão comprovando a idade mínima de 12 anos; certificado de aprovação na primeira série do secundário, de conclusão do Curso de Admissão ou ainda ou e exame de admissão estabelecido; atestado de sanidade e vacinação e; licença dos pais ou tutores, no caso de menores (ACADEMIA, 1935b, s.n.). O rol de documentos estabelecidos para a matrícula permite afirmar que os alunos ingressavam ainda jovens na sua formação no comércio, com 12 anos de idade. Considerando que o curso contava com três anos de duração, é possível aferir que, aos 15 anos, os alunos já estavam aptos para ingressar no curso específico de Perito-Contador. Após a conclusão do Curso Propedêutico, o aluno poderia ingressar no Curso Técnico de Perito – Contador. De acordo com o Regimento da Instituição, (ACADEMIA, 1935b), as disciplinas que compunham o curso eram:

Quadro 34 - Disciplinas do Curso de Perito – Contador (1935-1944)

Curso Perito-contador		
1º Ano	2º Ano	3º Ano
Contabilidade; Matemática Comercial; Noções de Direito Constitucional e Civil; Legislação Fiscal; Estenografia; Mecanografia	Contabilidade Mercantil; Matemática Financeira; Noções de Direito Comercial Terrestre; Merceologia e Tecnologia Merceológica; Técnica Comercial e Processos de Propaganda; Economia Política e Finanças	Contabilidade Industrial e Agrícola; Contabilidade Bancária; História do Comércio, Indústria e Agricultura; Prática de Processos Civil e Comercial Seminário Econômico Estatística

Fonte: Extraído de Silva (2019)

Se observa no Quadro 34 que cada série do curso contava com seis disciplinas, totalizando no final dos três anos, 18 disciplinas ministradas. Todas as disciplinas estavam de acordo com a reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931). Ao comparar o quadro de disciplinas com aquelas estabelecidas pelo decreto, observa-se que algumas disciplinas não eram contempladas no curso: Datilografia; Desenho; Francês Comercial; Inglês Comercial; Correspondência Portuguesa, Francesa e Inglesa; Geografia Econômica; Cálculo Atuarial; Legislação de Seguros e Organização de escritórios.

A ausência destas disciplinas leva a duas possíveis explicações. A primeira, a de que as escolas possuíam relativa autonomia ao elaborarem o currículo dos seus cursos e, a segunda, de que nem todas as disciplinas estabelecidas pelo decreto eram obrigatórias para todas as habilitações do curso comercial. Considerando que a Academia de Comércio não ofereceu outra habilitação do Curso Comercial, não é possível uma comparação entre as disciplinas ministradas entre diferentes cursos. De qualquer forma, é possível observar relativa liberdade da instituição ao atuar a reforma em vigência.

A presença da disciplina de “Matemática Comercial” na grade curricular do curso corrobora com as conclusões da dissertação de Faria (2011). Segundo o autor, a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) foi a responsável por fundir as disciplinas de Aritmética, Álgebra e Geometria na Matemática. A única área não abrangida no Curso Comercial foi a trigonometria. Ao analisar as disciplinas do Curso de Guardalivros oferecido entre 1924 e 193_ (Quadro 33), foi possível identificar, separadamente, matemática, álgebra e geometria. Na nova organização curricular, ambas encontram-se dentro da disciplina “Matemática Comercial”.

É possível afirmar que o Curso de Perito-Contador contava com disciplinas técnicas, como Mecanografia e Estenografia, bem como com disciplinas específicas do Comércio (todas as demais), não sendo ministradas as disciplinas de idiomas e correspondências.

Para a realização da matrícula no curso, o Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b, s.n.) estabelece como documentos obrigatórios:

- a) certificado de aprovação da quinta série do curso secundário, expedido pelo Colégio Pedro II ou instituições congêneres, a este equiparados ou sob o regime de inspeção, certificado de conclusão do Curso Propedêutico, devidamente visado pelo Fiscal da Inspeção Geral do Ensino Comercial;
- b) atestado de identidade;
- c) atestado de idoneidade moral;
- d) atestado de sanidade;

Para a matrícula no curso de Perito-Contador, fazia-se necessário a conclusão e aprovação da quinta série do curso secundário ou do Curso Propedêutico, bem como documento que comprovasse a identidade, idoneidade moral e sanidade mental do aluno. A análise do Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b) permite constatar ainda que, tanto o Curso Propedêutico quanto o Curso de Perito-Contador, contavam com avaliações parciais e finais. Nos meses de agosto e novembro eram realizadas as provas parciais, às quais seriam compostas por pontos sorteados, tendo no máximo duas horas de duração e com exercícios que “[...] revelem a assimilação da matéria por parte dos alunos”. O artigo 36º estabelece ainda que, além das provas parciais escritas, seriam realizadas arguições mensais.

Para ser promovido ou aprovado, o aluno deveria obter “[...] concomitantemente, nota igual ou superior a três [sic] em cada disciplina e média aritmética igual ou superior a quatro no conjunto das disciplinas obrigatórias do ano (ACADEMIA, 1935b, s.n.). Caso os alunos reprovassem por nota ou faltas (no caso de doença, comprovada por atestado médico), seria possível ainda a realização dos chamados ‘exames de segunda época’.

Considerando o exposto no Capítulo 4, foi em 1943 que, a Lei Orgânica do Ensino Comercial (BRASIL, 1943), alterou a estrutura dos Cursos Comerciais. Como destaquei, os cursos de comércio passaram a ser ministrados em três categorias: cursos de formação, cursos de continuação e cursos de aperfeiçoamento. Para atuar as propostas desta reforma, a Academia de Comércio de Santa Catarina fez alterações na estrutura dos cursos oferecidos.

Em relação ao curso propedêutico, uma vez que o mesmo não possuía um equivalente na Reforma de Capanema, ele foi extinto em 1944. O curso de perito-contador originou o curso de contabilidade, sendo a sua nomenclatura modificada em 1944 (FARIA, 2011). Dessa forma, é possível afirmar que após a Reforma Capanema a Academia de Comércio de Santa Catarina passou a oferecer o curso de formação em Contabilidade, dando continuidade à formação de profissionais do comércio.

Existe uma lacuna documental após a Reforma Gustavo Capanema, dificultando a análise do processo de atuação desta reforma. Nenhum dos estudos já realizados sobre a Academia de Comércio (AMORIM, 1999; FARIA, 2011; SILVA, 2019) analisou este período. Além disso, os arquivos salvaguardados no Museu da Escola Catarinense não trazem documentos como Regime da Instituição ou estrutura curricular.

No entanto, mais uma vez, o caráter indiciário da disciplina histórica permite algumas observações que contribuem para a tecitura desta narrativa. Embora não seja possível identificar a organização curricular do curso de contabilidade, os fragmentos de alguns documentos permitem identificar algumas das disciplinas que compunham este curso. A partir do Livro de Termo de Posse de Estagiário¹⁵⁹ (ACADEMIA, 1950), foram identificadas as disciplinas de: Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade Bancária, Contabilidade Industrial do Brasil, Prática Jurídica Geral e Comercial, Noções de Comércio e Prática de Escriturário, Prática de Comércio, Elementos de Estatística, Elementos de Economia, Matemática, Física e Química, Biologia, História Administrativa e Econômica do Brasil, Geografia Humana do Brasil e Inglês.

Retomando o Quadro 33, podemos observar que as disciplinas do curso de contabilidade não se diferenciavam significativamente daquelas que compunham o curso de perito-contador. Em relação às disciplinas das contabilidades (geral, comercial, bancária e industrial do Brasil), já se encontravam algumas delas no curso de perito-contador (Contabilidade, Contabilidade Mercantil, Contabilidade Industrial e Agrícola e Contabilidade Bancária). Em relação às disciplinas de Prática (Jurídica Geral e Comercial, Prática de Comércio e Noções de Comércio e Prática de Escriturário), também encontram-se presentes no curso de perito-contador (Prática de Processos Civil e Comercial).

As disciplinas de Elementos de Estatística e Elementos de Economia, presentes no curso de contabilidade, também possuem disciplinas equivalentes na organização curricular do curso de perito-contador (Economia Política e Finanças, Seminário Econômico e Estatística). A disciplina de História Administrativa e Econômica do Brasil corresponde, no currículo anterior, à História do Comércio, Indústria e Agricultura. A disciplina de matemática centraliza disciplinas anteriormente fragmentadas (Matemática Comercial e Matemática Financeira).

A novidade encontra-se nas disciplinas generalistas presentes no novo currículo: Física e Química, Biologia, Geografia Humana do Brasil e Inglês. Dessa forma, é possível afirmar que o processo de atuação da Reforma Capanema (BRASIL, 1943), em

¹⁵⁹ O documento consiste em um livro em capa dura, preto, com folhas pautadas. Neste livro foram registradas as entradas de estagiários que atuaram na Academia de Comércio no período entre 1958 e 1962, período no qual a Reforma Capanema estava em vigência. Para cada estagiário, foram registradas informações como data, nome, disciplina de atuação, nome do pai, nome da mãe, naturalidade, atuação profissional, data de nascimento e estado civil. A sistematização destas informações pode ser visualizada no Apêndice D.

relação à estrutura curricular, pode ter se centrado na inclusão de disciplinas generalistas, fazendo negociações com disciplinas específicas do curso.

Além do curso de formação em contabilidade, é possível que a Academia de Comércio de Santa Catarina tenha oferecido também algum curso de continuação ou aperfeiçoamento. Embora mencione estas modalidades de ensino, a Reforma Capanema (BRASIL, 1943) não apresenta maiores informações sobre elas. No entanto, um documento intitulado de “Instituição dos Cursos de Aperfeiçoamento de que trata o Art. 43 da Lei Orgânica do Ensino Comercial”¹⁶⁰, presente dentro do Livro Apostila do Estágio (ACADEMIA, s.d.) oferece elementos para analisar estas modalidades de ensino.

O documento não menciona quais os cursos oferecidos pela Academia de Comércio, mas contribui para a tecitura desta narrativa, uma vez que complementa elementos pouco explorados na cultura política do Ensino Comercial. O artigo 4º apresenta os cursos de aperfeiçoamento que poderiam ser realizados por portadores dos diplomas dos Cursos de Comércio, que foram sistematizados no Apêndice E¹⁶¹. De acordo com o documento, existiam 16 modalidades de cursos de aperfeiçoamento: Técnica Comercial, Propaganda Comercial, Promoção de Vendas, Chefia da Promoção de Vendas, Comércio Exterior, Administração de Empresa, Gerência de Escritório, Gerência Comercial, Organização e Contabilidade Comercial, Organização e Contabilidade Industrial, Organização e Contabilidade Bancária, Contabilidade Pública, Correspondência e Estenografia, Técnica de Distribuição e Transporte e Relações Públicas. Além disso, destaca-se que as disciplinas eram variadas, alterando-se de acordo com cada modalidade. Em relação ao tempo de duração dos cursos de aperfeiçoamento, o artigo 5º do documento estabelece que todos durariam 2 períodos, o que equivalia a 9 meses. Dessa forma, embora não possa identificar quais os cursos de aperfeiçoamento ministrados na Academia de Comércio, a presença deste documento aponta para uma das formas de atuação da Reforma Gustavo Capanema.

Conforme destaquei anteriormente, esta estrutura curricular manteve-se até o ano de 1971, quando a Academia de Comércio começa a implementar as mudanças estabelecidas pela Reforma do Ensino (BRASIL, 1971). No ano de 1972, a instituição

¹⁶⁰ O documento possui a estrutura de um decreto-lei, dividido em 21 artigos. No entanto, não apresenta fonte nem data. O fato de estar dentro do Livro “Apostila do Estágio” permite aferir que o documento era entregue aos professores que faziam estágio na instituição. Procurei por sítios eletrônicos e bancos de leis, mas não encontrei nenhuma informação sobre o documento.

¹⁶¹ O Apêndice E apresenta um quadro com o nome do curso de aperfeiçoamento, a lista de disciplinas e a duração.

forma a última turma de contabilistas e, nos anos de 1973 e 1974, forma as primeiras turmas de Técnicos em Contabilidade e Técnicos em Administração, respectivamente. Considerando o marco deste estudo, que toma o período de consolidação do Ensino Comercial, a análise da instituição encerra no ano de 1971.

Além destas habilitações, a Academia de Comercio ofereceu também o Curso Superior de Administração e Finanças. Segundo Amorim (1999), este curso, o primeiro de Florianópolis, foi fundado pelo Conselho Diretor da Academia, no dia 15 de fevereiro de 1943. O curso esteve vinculado à escola até o ano de 1959, quando passou a integrar a Universidade Federal de Santa Catarina. De acordo com Sandra Makowiecky e Beatriz Goudard (2017), o Curso Superior de Administração e Finanças concedia o diploma de bacharel em Ciências Econômicas¹⁶², sendo que, o seu corpo docente foi, inicialmente, formado por alguns dos professores catedráticos da Academia de Comércio, bem como de professores da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Estes elementos apresentam algumas semelhanças com a Escola de Comércio de Porto Alegre, estudada no capítulo anterior.

João Rogério Sanson e José Antônio Nicolau (2006) afirmam que, ao ser criado, o Curso Superior de Administração e Finanças tinha duração de três anos. No entanto, no ano de 1946, o curso sofreu uma modificação curricular, passando a ter duração de quatro anos e uma nova configuração disciplinar, como podemos observar nos quadros 35 e 36:

Quadro 35 – Estrutura do Curso Superior de Administração e Finanças (1943-1946)

Ano I	Ano II	Ano III
Economia Política; Matemática Financeira; Contabilidade de Transportes; Direito Constitucional e Civil; Geografia Econômica	Finanças e Economia Bancária; Ciência da Administração; Contabilidade Pública; Legislação Consular; Direito Internacional Comercial; Psicologia, Lógica e Ética	Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado; História Econômica da América; Direito Administrativo; Direito Industrial e Operário; Direito Internacional Diplomático e História dos Transportes; Sociologia

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir de Sanson e Nicolau (2006)

¹⁶² Segundo João Rogério Sanson e José Antônio Nicolau (2006), foi no ano de 1945 que ocorreu a separação entre os cursos de Contabilidade, Atuária e Economia. De acordo com os autores, essa medida deve ser entendida dentro do bojo de discussões da Era Vargas. Os cursos de Economia seriam direcionados para a pesquisa e, os demais, para as atividades profissionais práticas. Além disso, o ano de 1945 marca a eliminação das restrições de acesso dos técnicos de comércio e contabilidade aos demais cursos superiores.

Quadro 36 – Estrutura do Curso Superior de Administração e Finanças (1946 -¹⁶³)

Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV
Economia Política; Valor e Formação de Preços I; Complementos de Matemática; Contabilidade Geral; Instituições de Direito Público;	Moeda e Crédito; Valor e Formação de Preços II; Estrutura das Organizações Econômicas; Estrutura e Análise de Balanços; Instituições de Direito Privado; Geografia Econômica.	Repartição da Renda Social; Ciência das Finanças; Comércio Internacional e Câmbio; Estatística Metodológica; Ciência da Administração; História Econômica Geral do Brasil.	Evolução da Conjuntura Econômica; Política Financeira; Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos; Estatística Econômica; História das Doutrinas Econômicas Princípios de Sociologia Aplicados à Economia.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir de Sanson e Nicolau (2006)

Conforme podemos observar no quadro 36, ao ser criado, contando com três anos de duração, o Curso Superior de Administração e Finanças oferecia um total de 17 disciplinas. Destas disciplinas, seis estavam vinculada ao direito (Direito Constitucional e Civil, Legislação Consular, Direito Internacional Comercial, Direito Administrativo, Direito Industrial e Operário e Direito Internacional Diplomático e História dos Transportes), oito às áreas econômicas (Economia Política, Contabilidade de Transportes, Geografia Econômica, Finanças e Economia Bancária, Ciência da Administração, Contabilidade Pública, Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado e História Econômica da América) e três de caráter geral (Matemática Financeira, Psicologia, Lógica e Ética e Sociologia). A presença de um número significativo de disciplinas voltadas ao direito justifica, como anteriormente mencionado, a participação de professores da Faculdade de Direito de Santa Catarina na composição do curso.

O quadro 36 apresenta as modificações do curso após 1946. Além da duração estendida de três para quatro anos, o número de disciplinas passa de 17 para 23. Além disso, é possível observar a diminuição das disciplinas voltadas para o Direito e o aumento das disciplinas de Economia, o que demonstra que o curso começa a adquirir uma configuração própria. Apesar da importância do Curso Superior de Administração e Finanças, não é a intenção desta investigação centrar sobre esta temática¹⁶⁴. As

¹⁶³ Não foi localizado o final da vigência desta estrutura curricular.

¹⁶⁴ A carência de estudos sobre a passagem do curso comercial para o nível superior, bem como a importância que este deslocamento parece ter exercido sobre esta habilitação profissional demonstram a possibilidade de abordagem desta temática em pesquisas futuras. As análises aqui esboçadas, embora

análises aqui apresentadas deram-se no intuito de abranger o maior número possível de cursos oferecidos pela Academia de Comércio. Na sequência, passo a analisar as aulas ministradas na instituição, tanto nos seus conteúdos quanto nos materiais didáticos empregados, especificamente para os cursos de perito-contador e técnico em contabilidade.

7.1.2 As aulas

Até este momento, analisei como as reformas do Ensino Comercial foram atuadas na Academia de Comércio de Santa Catarina, a partir da organização dos cursos comerciais, bem como a partir da organização curricular destes cursos. No entanto, não são apenas os elementos organizacionais da instituição de fornecem elementos para refletir a cerca deste processo de atuação. Além das prescrições curriculares, cabe analisar também a sala de aula e as práticas educativas, entendidas aqui como parte da Cultura Escolar Empírica do Ensino Comercial.

Em relação ao curso de perito-contador, vigente no período de 1935-1944, algumas observações podem ser feitas. A análise do livro ‘Diário de Classe’ (ACADEMIA, 1935c) permite identificar alguns dos conteúdos ministrados, em especial nas disciplinas do primeiro ano. No termo de abertura, o documento informa que “este livro servirá para Diário de Classe do Curso de Comercio do Instituto Polythecnico desta Capital” (ACADEMIA, 1935c). É importante destacar mais uma vez que, embora o nome da instituição já tivesse sido modificado, o título ‘Instituto Polythecnico’ continua aparecendo na documentação oficial, evidenciando que as reformas não são implementadas repentinamente, mas passam por um processo de atuação.

De forma geral, o Quadro 37 sintetiza alguns dos conteúdos ministrados nas disciplinas do primeiro ano do curso de perito-contador:

iniciais, permitem afirmar que está modificação está diretamente relacionada às transformações nesta habilitação após 1971.

Quadro 37 – Conteúdos das disciplinas do curso de perito-contador (1º Ano)

Disciplina	Professor	Conteúdos
Matemática Comercial	Oscar de Oliveira Ramos	Porcentagem; juros; problemas com juros; juro e capital; tabelas de juros; multiplicação e divisão; cálculo e conta corrente; legislação fiscal; desconto por fora; desconto por dentro; redescontos; Equivalência de Taxas e vencimentos, operações cambiais; câmbio
Noções de Direito Constitucional e Civil	Heráclito Carneiro Ribeiro	Noções de direito constitucional; competências da União e dos Estados; legislação fiscal;
Legislação Fiscal	Orlando Brasil	Impostos: Direito e Indústria; obrigações; legislação alfandegária, vendas.
Estenografia	Maria Zilda Daux	Definição e utilidade da estenografia; noção histórica; alfabetos; círculos e retas; curvas; semi-círculos; grande quarto de círculo; pequeno quarto de círculo; ditado; junção dos símbolos; antere, abreviatura; observação angular.
Mecanografia	Athos da Silva	Mecanografia; cartas comerciais; cartas e requerimentos; mapas; mapas e cartas comerciais; procuração; ofício;
Contabilidade	João José de Curpertino Medeiro	Contabilidade; administração; gastos; parte prática: lançamentos

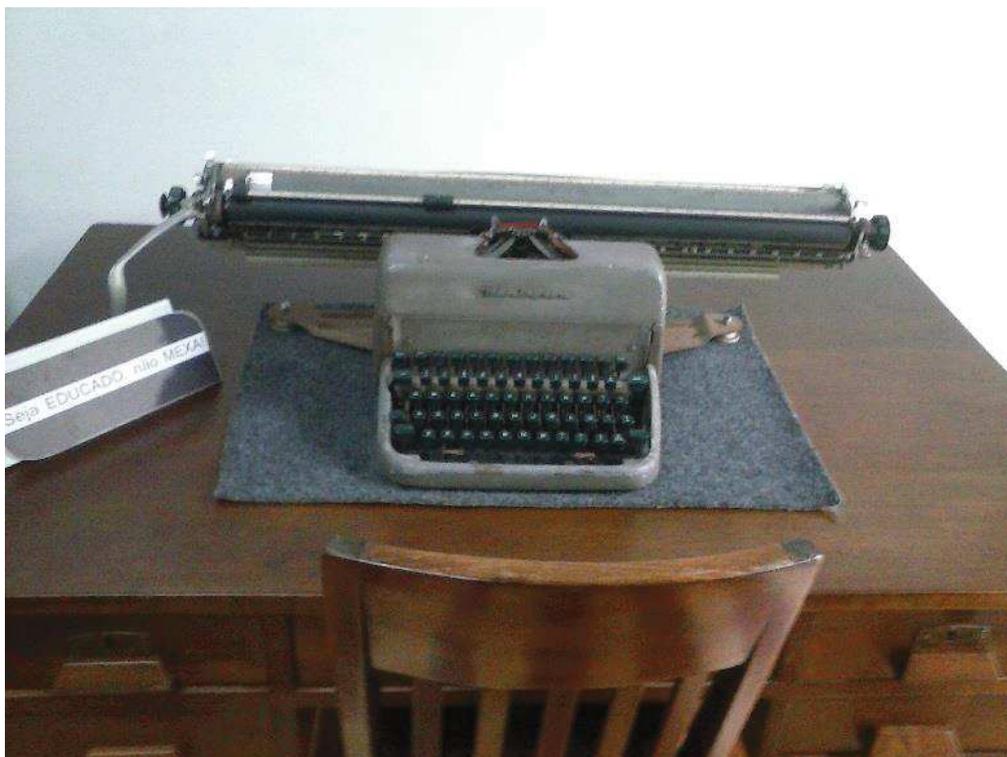
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Conforme podemos observar no quadro 37, os conteúdos das disciplinas estavam relacionados ao curso comercial. A disciplina de matemática, por exemplo, apresenta conteúdos diretamente ligados ao exercício da profissão de contador: porcentagem, juros, operações cambiais, vencimentos, entre outros. Na disciplina de Legislação Fiscal, encontram-se conteúdos ligados ao direito, indústria e alfândega. A disciplina de estenografia corresponde a um conjunto de técnicas voltadas para o desenvolvimento de uma escrita rápida, ágil. Dessa forma, encontram-se conteúdos como alfabetos, abreviatura e símbolos.

No caso da disciplina de mecanografia, é possível aferir que ela preparava os profissionais do comércio para a escrita comercial, bem como para o manuseio dos equipamentos utilizados na prática profissional. Observam-se conteúdos como cartas comerciais, cartas e requerimentos, mapas, procuração e ofícios. Além dos conteúdos, a pesquisa permitiu identificar alguns dos equipamentos utilizados nas aulas ministradas nesta disciplina. A exposição permanente¹⁶⁵ do Museu da Escola Catarinense apresenta alguns dos objetos utilizados na Academia de Comércio:

¹⁶⁵ O professor e pesquisador Igor Moraes Simões (2016) propõe algumas reflexões que, embora voltadas para exposições de arte, permitem refletir algumas aproximações com uma exposição histórico-educativa. De acordo com o autor, os objetos em estado de exposição acumulam discursos a partir dos diferentes

Imagem 21 - Máquina de escrever de mesa



Fonte: Museu da Escola Catarinense – Foto do autor (2018)

Na Imagem 21 observamos uma máquina de escrever de mesa. Embora não seja possível precisar a data de fabricação deste equipamento, é possível aferir que o mesmo compunha a Cultura Material da Escola, sendo utilizado em aulas¹⁶⁶ e, possivelmente, nas atividades de gestão. De metal, em cor cinza, a peça era utilizada para redigir documentos. É composta por um teclado e uma caixa, na qual um mecanismo imprime em papel o texto digitado. A partir da análise dos elementos materiais, é possível observar que a instituição acompanhava, em certa medida, o avanço tecnológico. A Imagem 22 apresenta um modelo de máquina de escrever portátil, possivelmente produzido após o modelo apresentado na imagem anterior:

contextos expositivos. Entendo assim que, as exposições não são neutras, uma vez que passam por uma rede de escolhas que não se esgotam no discurso curatorial. Dessa forma, os objetos expostos na Academia de Comércio de Santa Catarina resultam de uma seleção que visou construir uma narrativa possível sobre a História da instituição. Não cabe neste trabalho julgar a narrativa construída, mas sim toma-la como parte da Cultura Escolar Empírica (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017) do Ensino Comercial.

¹⁶⁶ O uso de equipamentos como máquinas de escrever e calcular, bem como de mimeógrafos, na disciplina de mecanografia dos cursos comerciais, foi explorado na dissertação de mestrado por mim defendida (SILVA, 2017). Atentando para o estudo da Escola de Comércio do Colégio Farrroupilha de Porto Alegre (1950-1983), identifiquei o caráter prático das disciplinas que atentavam para o ensino do uso destes equipamentos. Já naquele momento, identifiquei que estes equipamentos faziam parte do ofício dos profissionais formados nos cursos de comércio.

Imagem 22 - Máquina de escrever portátil



Fonte: Museu da Escola Catarinense – Foto do autor (2018)

Na Imagem 22 observa-se uma segunda máquina de escrever. Embora também fosse utilizada sobre uma mesa, esse equipamento tem a característica de ser portátil. Além do tamanho reduzido, observa-se a presença de um estojo, uma espécie de tampa que auxilia no transporte. Além das máquinas de escrever, outro equipamento presente na exposição do Museu da Escola Catarinense e que também fez parte do cotidiano das aulas de mecanografia e da gestão da instituição é o mimeógrafo:

Imagem 23 - Mimeógrafo



Fonte: Museu da Escola Catarinense – Foto do autor (2018)

Na imagem, podemos observar um mimeógrafo cinza, de ferro. O equipamento possui uma espécie de manivela e uma caixa com um rolo. O mimeógrafo era utilizado

na realização de cópias de papel escrito e/ou desenhado. Através do uso de matriz, folha de papel e outros materiais, a máquina reproduzia cópias. É importante destacar que além deste materiais, o mimeógrafo exigia o uso de força mecânica para girar a manivela. Assim como as máquinas de escrever, o mimeógrafo estivera presente tanto na administração da Academia de Comércio quanto nas aulas. O uso nas aulas justificava-se pelo fato de serem equipamentos que estavam relacionados ao uso cotidiano por parte dos profissionais do comércio.

Embora não tenha localizado o rol de conteúdos das demais disciplinas do curso de Perito-contador, a análise da cultura material da instituição mais uma vez ofereceu fragmentos importantes para a tecitura desta narrativa. Ainda na exposição sobre a Academia de Comércio de Santa Catarina foram localizados instrumentos didáticos do curso de perito-contador, em especial sobre a disciplina de Merceologia e Tecnologia Merceológica¹⁶⁷:

Imagem 24 – Murais: seda, milho e algodão



Fonte: Museu da Escola Catarinense – Foto do autor (2018)

Na Imagem 24 pode-se observar quatro murais didáticos. Da esquerda para a direita, o primeiro mural, intitulado de “Quadro Demonstrativo da Classificação da Seda” apresenta algumas informações sobre o tecido, bem como amostras de diferentes tipos. As amostras e o texto estão registrados em uma espécie de papel-cartão que, por sua vez, encontra-se dentro de um quadro de madeira com frente de vidro.

Os segundo e o terceiro mural, localizados ao meio, são confeccionados em papel. O terceiro mural refere-se à História do Milho, articulando textos e imagens na

¹⁶⁷ A disciplina de Merceologia e Técnica Merceológica voltava-se o estudo das características técnicas e comerciais de mercadorias diversas (SILVA, 2017).

apresentação de um esquema sobre este alimento. O quarto mural, também confeccionado em papel-cartão e dentro de um quadro de madeira com frente de vidro intitula-se de “Quadro Demonstrativo da Classificação do Algodão”. O quadro apresenta amostras de algodão, bem como textos explicativos e imagens sobre este material. Além da seda, do milho e do algodão, outros produtos também eram estudados pelos profissionais do comércio:

Imagem 25 – Murais: feijão, têxteis e café



Fonte: Museu da Escola Catarinense – Foto do autor (2018)

Na Imagem 25, encontram-se quatro murais. Da esquerda para a direita, o primeiro deles, de papel cartão e intitulado de “Quadro demonstrativo da Classificação do Feijão”, apresentando textos, imagens e amostras de diferentes tipos de feijão. Na sequência, o segundo mural, “Demonstração Instrutiva das Fibras Têxteis brasileiras”, confeccionado em papel cartão, madeira e vidro apresenta diferentes tipos de fibras, com amostras organizadas com legendas.

Os dois últimos murais estão relacionados ao café. O terceiro, situado na parte superior, é intitulado de “Mostruário instrutivo de café no Brasil” e, o quarto, na parte inferior, de “Mostruário de classificação de café. Ambos os mostruários apresentam imagens tanto da plantação de café quanto de diferentes tipos do produto, organizados com pequenos textos e legendas.

Ao discutirem as questões metodológicas do estudo da atuação das políticas, Stephen Ball, Meg Maguirre e Annette Braun (2016) destacam a importância dos discursos, representações e traduções dos textos normativos presentes nos artefatos materiais da instituição escola. De acordo com os autores:

As políticas ornaram-se representadas e traduzidas em e por meio de diferentes conjuntos de artefatos, experiências, recursos materiais e atividades [...]. Esses artefatos são produções culturais que carregam dentro deles conjuntos

de crenças e significados que falam com os processos sociais e com as atuações das políticas [...] (BALL, MAGUIRRE, BRAUN, 2016, p. 172)

Dentre estes artefatos, os autores atentam para a importância dos materiais visuais presentes na escola, especialmente os cartazes, entendidos como traduções visuais da política educativa e geradores de sentidos para os espectadores. Sendo assim, entendo os murais presentes na Academia de Comércio de Santa Catarina como parte destes artefatos culturais que, ao apresentarem elementos referentes aos conteúdos ministrados, traduzem de forma visual os conteúdos prescritos para as disciplinas.

Considerando a importância dos artefatos visuais (GUASH, 2005; MENESES, 2005), os murais podem ser tomados como uma forma de atuação das reformas do Ensino Comercial, neste caso, da reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931). Além disso, esses murais permitem analisar como elementos relacionados à esfera econômica são traduzidos nas disciplinas escolares, neste caso, na de Merceologia e Tecnologia Merceológica. Conforme demonstrei, os murais traduzem elementos relacionados a diferentes produtos econômicos (seda, milho, algodão, feijão, têxteis e café) importantes naquele contexto. Dessa forma, é possível afirmar que os conteúdos ministrados dialogavam com a prática de atuação dos profissionais formados pelos cursos comerciais.

Além dos cartazes, Stephen Ball, Meg Maguirre e Annette Braun (2016) destacam a importância do prédio e dos espaços escolares para a compreensão da atuação da política educativa. Estes elementos também podem ser analisados na Academia de Comércio, em especial para a Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1943). O ‘Documento 1’¹⁶⁸, localizado dentro do Livro Apostila do Estágio (ACADEMIA, s. d.) traz algumas informações que permitem refletir sobre os espaços da escola e as aulas ministradas. De forma geral, o documento aborda o planejamento dos chamados ‘Escritórios-modêlo’ [sic]:

Preocupada em dar ao ensino comercial a maior objetividade possível, a Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura planejou um “sistema de ensino funcional através da movimentação do Escritório-Modêlo com sua organização de empresas fictícias” e o submeteu ao debate dos especialistas presentes ao 1º Congresso Brasileiro do Ensino Comercial, realizado em São Paulo no mês de julho ano findo (ACADEMIA, s. d., p. 1).

¹⁶⁸ O Documento não apresenta data, assim como o Livro Apostila do Estágio. No entanto, outros documentos que compõem esse livre são da década de 1950, o que permite aferir que este documento também o seja. Dessa forma, é possível aferir que o documento tenha sido produzido durante a vigência da Reforma Capanema.

Conforme se observa no trecho citado, a Diretoria do Ensino Comercial propõe a organização de escritórios-modelo, visado à objetividade do Ensino Comercial. Estes escritórios estariam ligados à organização de empresas fictícias. De acordo com o documento, esta proposta visava que cada aluno pudesse realizar as operações imaginadas para cada empresa, voltadas para os vários ramos da atividade econômica: “comercial, industrial, agrícola e departamento administrativo de serviço público” (ACADEMIA, s. d., p. 1).

É importante destacar que, embora esta proposta seja apresentada como uma iniciativa da Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura, as atividades práticas envolvendo a criação de empresas fictícias já eram realizadas nas aulas de Comércio de 1815, na cidade de Salvador, conforme apresentei no capítulo 4. Dessa forma, apesar do caráter aparentemente inovador da proposta, ela já havia sido utilizada nas aulas de comércio do início do século XIX.

De acordo com o documento, a Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora da Aparecida, com sede na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, foi escolhida como o local para a realização de um plano experimental do Escritório-Modelo. O responsável pela realização do projeto foi o professor ‘P. Paulo Zanatta’. Na sequência, o documento apresenta um relato do professor Zanatta sobre a implementação dos escritórios-modelo, no qual informa que, a cada série do curso, corresponderia uma ‘firma distinta’. Na forma de uma apresentação dos resultados do projeto, o documento informa:

As várias disciplinas espalhadas pelos três anos de curso participam do programa no Escritório-Modelo e, depois da experiência que pudemos viver em Bento Gonçalves, posso assegurar, com absoluta confiança, que o aluno, após passar os três anos que se seguem ao curso comercial [...], completará a sua formação técnica perfeitamente senhor de si para enfrentar na luta pela vida os complexos problemas das empresas, no que se refere aos objetivos do curso (ACADEMIA, s. d., p. 2).

É possível observar o teor significativamente laudatório dos resultados do Escritório-modelo, tido pelo professor Zanatta como a prática responsável por tornar o aluno do curso comercial “[...] senhor de si para enfrentar na luta pela vida os complexos problemas das empresas [...]” (ACADEMIA, s. d., p. 2). Esses elementos ecoam até os dias atuais, nos quais diferentes alterações na legislação educacional brasileira têm sugerido, de forma supostamente “inovadora”, o ensino prático, permitindo que os alunos e alunas escolham itinerários formativos, tornando-se “senhores de si”.

Teria a Academia de Comércio de Santa Catarina contado com a existência de um escritório-modelo? Alguns indícios encontrados na documentação permitem refletir a cerca desta interrogação. Ainda no Livro Apostila do Estágio (ACADEMIA, s. d.), encontra-se o documento intitulado de “Condições para funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Comercial”. Ao tratar da autorização para o funcionamento das escolas de comércio, o documento afirma que:

A autorização para o funcionamento somente será concedida mediante verificação prévia, que deverá ser requerida ao Diretor do Ensino Comercial, nos termos das Portarias Ministeriais nº 289 e 397, de 11/5/43 e 11/6/54, respectivamente, e dar entrada no Serviço de Comunicação, no período de 1º de janeiro a 31 de agosto de cada ano para funcionamento no ano seguinte (ACADEMIA, s. d., p. 150).

De acordo com o documento, as escolas de comércio somente poderiam funcionar após uma verificação prévia de responsabilidade do Diretor do Ensino Comercial. Considerando que a Academia de Comércio já existia, é provável que a manutenção de seu funcionamento também estivesse condicionada a estas normas. Dentre as condições de funcionamento, o documento apresenta uma relação dos materiais didáticos mínimos das salas especiais do Curso Comercial, dos quais a página 166 atenta para os materiais necessários na sala do escritório-modelo:

Escritório modelo – Materiais: uma prensa e apetrechos para uso dos copiadores, arquivos para ‘dossiers’ de clientes e fichários de vários tipos, com as fichas necessárias à prática dos sistemas existentes; impressos de uso comercial (notas de vendas e de crédito fatura, contas de venda, duplicatas, letras de câmbio, notas promissórias, cheques, ações, depósitos, ordens de pagamento, etc.); e os seguintes livros de escrituração comercial: vendas à vista; duplicatas, movimentos de selos, consumo, copiadador de faturas, copiadador de cartas, borrador, caixa, contas correntes, diário, “stooock” ou de mercadorias, títulos a receber, títulos a pagar, registro de acionistas, transferência de ações, livro de balancetes e outros especiais, ou de uso na contabilidade bancária, agrícola e industrial (ACADEMIA, s. d., p. 166).

Como se observa, os materiais para o escritório-modelo eram diversos, estando relacionados às atividades exercidas pelos profissionais dos cursos comerciais. Em relação à Academia de Comércio, não foram encontrados nenhum desses materiais, nem imagens que permitam identificar a existência desta sala. Alguns questionamentos emergem: não teriam existido escritórios modelos na Academia de Comércio? Teria a instituição encontrado outras formas de atuar estas normativas? Estes são alguns questionamentos que ainda não podem ser completamente respondidos, mas que, por si só, demonstram a existência de diferentes formas de atuar as reformas educacionais.

Neste tópico da pesquisa, seguindo o percurso metodológico já empregado para a Fecap e para a Escola de Comércio de Porto Alegre, analisei elementos relacionados às aulas e conteúdos ministrados na Academia de Comércio, atentando para os processos de atuação das reformas do Ensino Comercial. Na sequência, passo a discorrer sobre alguns indícios referentes à administração desta escola, visando identificar como as reformas foram atuadas nesta esfera, bem como apontar alguns sujeitos e as relações de poder envolvidas no processo de atuação.

7.1.3 Administração da Academia de Comércio de Santa Catarina

A administração da Academia de Comércio de Santa Catarina mostrou-se, ao longo da pesquisa, como um espaço privilegiado para a análise do processo de atuação das reformas do Ensino Comercial, bem como para a identificação das relações de poder envolvidas neste processo. Considerando o recorte e a temática da investigação, dou início ao processo de análise a partir do Regimento Interno de 1935.

De acordo com o Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b), a Academia de Comércio era administrada econômica e financeiramente pelo Departamento de Educação do Estado. Sendo assim, cabia a este órgão reformar o Regimento Interno, deliberar sobre assuntos omissos no regimento e regulamentos, deliberar sobre assuntos didáticos de ordem geral (podendo aprovar ou não iniciativas do diretor que não estivessem presentes no regimento ou na lei), prover a escola do material didático necessário ao seu funcionamento, bem como impor aos funcionários penas disciplinares.

O artigo 70º do Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b, s.n.) legisla ainda sobre a escrituração da Escola, estabelecendo que a secretaria funcionaria todos os dias úteis. Para realizar a escrituração da instituição, cabia a secretaria contar com os seguintes livros:

Um de ponto para o pessoal administrativo; um de ponto para os professores; um de inventário do material da escola; um de termos de posse dos professores e funcionários; um de protocolo; um para visitas dos fiscais; um de termos de inscrições e conclusões de curso ou promoções; um de atas de exames finais, admissão e promoções; um de matrícula; um de registro das penalidades impostas; um de correspondência oficial (copiador de cartas); sete livros de registro de frequência e médias; sete livros de registro dos comparecimentos e notas dos alunos; três diários de classes; um de histórico

escolar dos alunos; um de registro de diplomas; um de termo de colação de grau.

De acordo com o documento, a organização da escola contava com diversos livros, nos quais deveriam ser registradas as mais variadas atividades realizadas na instituição, tanto por funcionários (livro ponto de funcionários e professores, termos de posse, etc.), quanto por alunos (frequência e médias, registro das penalidades impostas, etc.). Destaca-se ainda a presença de um livro específico para as visitas dos fiscais, uma vez que, conforme estabelecido pela Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), caberiam a estes profissionais a fiscalização das instituições que ofereciam cursos comerciais.

Estes livros podem ser entendidos como mecanismos de controle e fiscalização, como uma forma de o Estado estar presente na administração da escola, exercendo poder de forma capilar no cotidiano dos indivíduos que frequentavam a instituição educativa (alunos, professores e demais funcionários). Tomados pelo historiador, estes documentos são entendidos como parte da Cultura Empírica da Memória Educativa, configurando-se como fontes para o estudo da História da Academia de Comércio.

Além da presença do Estado (na forma de registros estabelecidos para a fiscalização), a administração da escola se dava a partir de um conjunto diversificado de funcionários. De forma geral, o quadro a seguir apresenta os cargos estabelecidos pelo Regimento Interno da Instituição:

Quadro 38 - Cargos e respectivas funções na Academia de Comércio de Santa Catarina

Cargo	Funções
Diretor ¹⁶⁹	Dirigir a Instituição
Secretário	Art. 48 – Ao secretário compete: a) – substituir o diretor em suas faltas e impedimentos; b) – redigir a correspondência do Diretor; c) – lavrar ou fazer lavrar as atas e termos; d) – organizar as bancas examinadoras e horários; e) – subescrever com os membros das bancas examinadoras as atas dos exames; f) – encerrar diariamente o livro do ponto; g) – encaminhar todos os papeis, devidamente informados; h) – assinar as folhas de pagamento do pessoas da Escola; i) – assinar os certificados e diplomas conferidos pela Escola; j) – ter sob sua guarda todos os livros de escrituração da Escola, não permitindo a retirada sob protesto algum; k) – fiscalizar rigorosamente todo o serviço de asseio e conservação do edifício, moveis e utensílios; l) – assinar os boletins dos alunos e cartões de identidade;

¹⁶⁹ As páginas com as atividades do diretor estão faltando no documento original e, não foram localizadas.

	<p>m) – apresentar ao Diretor até o dia 31 de dezembro de cada ano, minucioso relatório de todo o serviço da Secretaria;</p> <p>n) – ter a seu argo o arquivo da Escola;</p>
Escriturários	<p>Art. 50 – Aos escriturários compete:</p> <p>a) – dar prontas execução aos serviços que lhe forem distribuídos pelo secretário ou diretor;</p> <p>b) - manter em perfeita ordem e em dia os trabalhos e a escrituração a seu cargo;</p> <p>c) – guardar reserva sobre o assunto que tiverem conhecimento em razão do cargo, ainda que não seja reservado;</p> <p>d) – fazer diariamente, os livros de frequência e notas de aproveitamento, os diários de classes e o de comparecimento dos alunos;</p> <p>e) – extrair, mensalmente, o boletim estatístico e mapas exigidos pela Fiscalização Federal e Departamento de Educação;</p>
Datilógrafo	<p>Art. 52 – Ao datilógrafo compete:</p> <p>a) – ter em dia e bôa ordem todo o serviço de datilografia;</p> <p>b) – fazer semanalmente, a limpeza da máquina em que trabalha.</p>
Continuo	<p>Art. 53 – Ao continuo compete:</p> <p>a) – abrir estabelecimento, com a necessária antecedência, e fecha-lo, depois de concluídos os trabalhos do dia;</p> <p>b) – receber os papeis oficiais e dar-lhes pronta e conveniente direção;</p> <p>c) – escriturar o livro de porta, lançando cronologicamente, as entradas e saídas dos papeis;</p> <p>d) – coadjuvar o Secretário no serviço do Arquivo.</p>
Bedel	<p>Art. 54 – Ao bedel compete:</p> <p>a) - dar o sinal para o começo e fim das aulas;</p> <p>b) – apresentar diariamente, aos professores, as fichas de diário de classe, fazendo a respectivamente chamada no impedimento do respectivo professor;</p> <p>c) – velar pela manutenção da disciplina fora da sala de aula, advertendo com urbanidade e polidez os alunos que dela se afastarem, levando o fato ao conhecimento do diretor ou secretário;</p> <p>d) – atender os senhores professores;</p> <p>e) – catalogar revistas e jornais, bem como livros, marcando-os com o carimbo destinado para esse fim.</p>
Servente	<p>Art. 55 – Ao servente compete:</p> <p>a) – fazer a limpeza do estabelecimento e executar todo o serviço ordenado pelo diretor ou secretario;</p> <p>b) – permanecer na Escola durante as horas de expediente;</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2019) a partir do Regimento Interno

Dentro da escola, a autoridade máxima era exercida pelo diretor¹⁷⁰. Embora não tenham sido localizadas suas funções e atividades, é possível fazer uma aproximação aos cargos de diretor da Fecap e da Escola de Comércio de Porto Alegre que, conforme anteriormente apresentados, eram aqueles que, possivelmente, exerciam mais poder dentro das relações internas das instituições comerciais.

Depois dele, o secretário era o funcionário com maior autoridade. Conforme se observa no quadro 38, no caso de ausência do diretor, cabia ao secretário substituí-lo.

¹⁷⁰ De acordo com Amorim (1999), o primeiro diretor da Academia de Comércio foi o professor Mário Roberto Bott. A análise de diferentes documentos permite aferir que este tenha ficado no cargo até 1943. No ano de 1944, o cargo de diretor passa para Fernando Machado Vieira e, em 1945, para Flávio Ferrari.

Além desta, inúmeras outras funções eram atribuídas ao secretário, como lavrar termos e exames, organizar bancas, encerrar diariamente o livro ponto, a guarda dos livros de escrituração da Escola e a apresentação até o dia 31 de dezembro de cada um ano de um relatório do serviço anual da secretaria. O rol de funções o secretário demonstra a importância desta figura dentro da escola, permitindo aferir que era uma das funções com mais demandas. O Artigo 49º do Regimento Interno estabelece ainda que ele teria sob sua ordem imediata todos os funcionários, que lhe deviam obediência.

Para auxiliar o diretor e o secretário, a escola contava ainda com escriturários [sic] (responsáveis pelas atividades de organização da escrituração, preenchimento diário dos livros de frequência, notas de aproveitamento e diários de classes e comparecimento de alunos, bem como a confecção de um boletim estatístico mensal para a Fiscalização Federal), um datilógrafo (responsável pelo serviço e manutenção dos equipamentos de datilografia), um continuo (responsável por abrir e fechar a escola, receber correspondências, auxiliar no serviço de Arquivo), um bedel (responsável pelo sinal, chamada diária, manutenção da disciplina e por catalogar jornais e livros) e um servente (responsável pela limpeza).

A presença de todos estes profissionais demonstra a complexidade do processo de administração escolar, o qual era realizado a partir de um processo sistematizado de distribuição de funções. Estas funções estavam hierarquicamente organizadas, com diretor e secretário no topo da estrutura administrativa. Todos os funcionários deveriam ser nomeados pelo Governo do Estado, com o prazo de 30 dias para assumir o cargo após a nomeação. Além disso, o Regimento estabelece que todos os funcionários estavam sujeitos à penas disciplinares, aplicadas de acordo com a gravidade dos seus atos.

Embora conte com algumas particularidades em cada instituição, é possível aferir que a estrutura administrativa das escolas de comércio possui um conjunto de elementos comuns, os quais permitem identificar a existência de uma Cultura Escolar do Ensino Comercial brasileiro. Desta forma, são comuns figuras como diretores, secretários, bedéis, serventes, entre outros.

Assim como os funcionários, também os professores¹⁷¹ deveriam ser nomeados pelo Governo do Estado. Em relação às atribuições dos professores, o artigo 65º estabelece:

¹⁷¹ Participaram do processo de fundação da Academia de Comércio os professores Eduardo Silva, Elpidio Barbosa, Flávio Ferrari, Jorge José de Souza, Manoel Boaventura Feijó, Orlando Brasil, Rita da

- a) – comparecer às aulas, dar as lições de acordo com o horário, e, no caso de impedimento, participar ao Diretor, com a devida antecedência.
- b) – observar rigorosamente o programa estabelecido para as disciplinas a ser cargo, sendo responsável pela execução integral de sua cadeira.
- c) – dar caráter pratico ao ensino e inspirar aos alunos sentimentos morais e cívicos.
- d) – assinar o livro ponto antes do inicio das aulas do dia.
- e) – registrar no diario de classe a matéria lecionada no dia bem como a chamada dos alunos fazendo anotações que se tornam necessárias, e rubricá-lo.
- f) – observar as instruções do diretor ou secretario, no tocante à ordem interna das aulas, e auxilia-lo na manutenção da disciplina na Escola.
- g) – ocupar o período de 15 a 30 de cada mês para arguições ou trabalhos práticos.
- h) – fiscalizar presencialmente as provas parciais e servir nas bancas examinadoras que forem designados, sem que possam em caso algum dar-se por suspeitos;
- i) cumprir as resoluções do Diretor, salvo recurso ao Diretor do Departamento de Educação dentro de três dias. (ACADEMIA, 1935b, s.n.).

Como pode-se observar, cabia aos professores um rol de atividades diversas. Deveriam ministrar as aulas observando rigorosamente o estabelecido nos programas de ensino, de acordo com a disciplina e seu cargo. Além disso, em caso de impedimento de comparecimento, deveriam avisar ao diretor com antecedência. Deveriam assinar o livro ponto e registrar no diário de classe as matérias lecionadas.

Considero importante destacar o ‘c’ das atribuições, o qual afirma que os professores deveriam “dar caráter pratico ao ensino e inspirar aos alunos sentimentos morais e cívicos” (ACADEMIA, 1935b, s.n.). Esse ponto evidencia a preocupação com dois elementos significativos: o primeiro refere-se ao caráter prático atribuído ao Ensino Comercial e, o segundo, à preocupação com questões ligadas à Moral e ao Civismo. Considerando o contexto apresentado no capítulo 4, é possível afirmar que esta preocupação está relacionada aos rumos que o governo de Getúlio Vargas tomou ao longo da década de 1930, rumos que interferiram diretamente nas questões educacionais. Essa relação pode ser pensada a partir de Popekewitz (1997, p. 49) que afirma que “a escola é um conceito que pressupõe estruturas de governo na sociedade na qual o macro e os microproblemas do estado são colocados juntos”. Dessa forma, as atividades atribuídas aos professores também apresentam elementos da atuação das reformas educativas do ensino comercial.

O artigo reforça ainda que os professores deveriam observar as ordens tanto do diretor quanto do secretário, auxiliando-os na manutenção da disciplina da Escola.

Assim como os demais funcionários da instituição, os professores também estavam sujeitos às penas. O artigo 67º, por exemplo, apresenta os motivos que poderiam levar o professor a perder seu cargo:

- a) – por demissão à pedido;
- b) – por incapacidade física ou intelectual;
- c) – se tiver contra si sentença criminal passada em julgado por crime ofensivo às leis da República ou o Estado;
- d) – ao evidenciar incapacidade didática;
- e) – não reassumindo o exercício dentro de trinta dias após a terminação da licença em que se achar;
- g) ao praticar atos incompatíveis com a moralidade e a dignidade da Escola. (ACADEMIA, 1935b, s.n.).

Diferentes motivos poderiam levar um professor a perder o cargo, como a demissão por pedido, a incapacidade física, intelectual ou didática, o fato de ter contra si sentença criminal passada em julgado por algum crime cometido contra a República ou o Estado. A causa apresentada no tópico ‘g’, “ao praticar atos incompatíveis com a moralidade e a dignidade da Escola” (ACADEMIA, 1935b, s.n.) reforça mais uma vez a preocupação com as questões morais, anteriormente salientadas. Além disso, algumas destas preocupações de cunho moral são identificadas também na Fecap, analisada no capítulo 5.

Além do Regimento Interno de 1935, responsável por parte da atuação da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), não foram encontrados outros documentos similares. É possível que o Regimento tenha sido substituído ou atualizado após a Reforma Capanema (BRASIL, 1943), mas não foram localizados exemplares. Alguns fragmentos dispersos em documentos diversos permitem algumas observações. Conforme destaquei anteriormente, no dia 15 de fevereiro de 1943, o Conselho Diretor da Academia de Comércio fundou o primeiro curso superior de Administração e Finanças de Florianópolis, que esteve vinculada à instituição até 1959. Embora essa iniciativa tenha se dado alguns meses antes da Reforma Capanema, já aponta à existência de transformações na administração da escola.

7.1.4 Profissionais do Comércio: Alunos da Academia de Comércio (SC)

Dentre os elementos da Cultura Escolar, destacam-se os sujeitos que compõem o universo das instituições educativas. No caso da Academia de Comércio de Santa Catarina, esses sujeitos eram diversos, como a equipe diretiva (diretor e secretário),

funcionários diversos (escriturários, datilógrafo, continuo, bedel e servente), professores e alunos. Todos estes sujeitos são dignos de análise para uma história possível da Academia de Comércio e sua relação com o plano macro. No entanto, considerando os objetivos estabelecidos nesta investigação, optei em privilegiar os alunos, em especial aqueles que obtiveram o título de Perito-Contador (BRASIL, 1931) e de contabilista (BRASIL, 1943).

Dessa forma, inicio o estudo a partir da análise das normas às quais os alunos estavam submetidos, identificando a tentativa de controle e manutenção da ordem. Na sequência, analiso elementos dos sujeitos formados na Academia de Comércio de Santa Catarina, atentando para as mudanças estabelecidas pelas reformas do Ensino Comercial. Em relação às normas às quais os alunos estavam submetidos, o artigo 28º do Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b) estabelecia como preceitos a serem seguidos:

- a) – comparecer às aulas com pontualidade e em perfeito estado de asseio;
- b) – portar-se com todo o respeito em qualquer dependência da escola.
- c) – obedecer prontamente às recomendações de diretor, secretaria, professores e funcionários.
- d) – tratar com delicadeza o diretor, secretário, professores, funcionários e colegas;
- e) – não se retirar das aulas sem licença dos professores e da Escola sem licença do secretário ou diretor (ACADEMIA, 1935b, s.n.).

O artigo estabelece que os alunos deveriam comparecer pontualmente à escola, com perfeito estado de asseio. Além disso, deveriam portar-se com respeito nas dependências da instituição, obedecendo e tratando com delicadeza diretor, secretário, professores e funcionários, não podendo retirar-se da sala de aula ou da escola sem as devidas autorizações. Além destes preceitos, a preocupação com o comportamento, postura e atitudes dos alunos fica ainda mais evidente no artigo 29º do regimento, que aponta o que estava proibido aos alunos:

- a) – fumar nas salas de aulas;
- b) – escrever, pintar, desenhar, riscar paredes do edifício da Escola e suas dependências como os moveis e utensílios escolares;
- c) – proferir palavras, fazer gestos, dispuser [sic] escritos ofensivos a bôa ordem e educação, injuriar, vaiar, promover afrontas contra o diretor, secretário, professores, funcionários e colegas, dentro ou fora do estabelecimento.
- d) – entrar durante as pausas, nas salas de aula, salvo com autorização do diretor ou secretário.
- e) – em geral, desatender às ordens do diretor, secretário, professores e funcionários (ACADEMIA, 1935b, s.n.).

O artigo 29º apresenta como proibições aos alunos, fumar e danificar o patrimônio da escola, bem como proferir palavras, fazer gestos ou proferir escritos ofensivos aos demais membros da escola. Além disso, o documento reforça a necessidade de os alunos manterem-se atentos às ordens do diretor, secretário, funcionários e professores. Assim como funcionários e professores, os alunos também estavam sujeitos à penas. O artigo 30º do regimento apresenta cinco penalidades, aplicadas de forma proporcional à falta, sendo elas: advertência; repressão; suspensão de 3 a 30 dias; exclusão por ano letivo e eliminação.

A articulação entre os diferentes documentos da Cultura Empírica Escolar permite identificar como estas penalidades eram aplicadas. A partir da análise do Livro de Registro das Penalidades Impostas aos Alunos (ACADEMIA, 1937)¹⁷², foram localizadas 23 ocasiões de penalidades, ocorridas no período entre 1937 e 1942. Considerando o período de ocorrência destas infrações, é possível afirmar que elas foram cometidas no momento em que a Academia de Comércio encontrava-se em vigência da Reforma Francisco Campos (1931). Todas as penalidades corresponderam a suspensões, sendo o número de dias variados.

A partir do Apêndice F, é possível afirmar que as 23 penalidades identificadas foram aplicadas a 28 alunos diferentes, sendo 27 do sexo masculino e, uma do sexo feminino¹⁷³. A única aluna com penalidade registrada foi Elza Silva, matriculada no primeiro ano do curso de perito-contador e, que ganhou suspensão de 3 dias por falta de disciplina na aula de Estenografia (ACADEMIA, 1937).

As penalidades poderiam ser aplicadas individualmente, em duplas, trios ou até quartetos. Dos 23 registros, 18 foram aplicados de forma individual. As penalidades aplicadas a quatro alunos ocorreu em dois momentos. O primeiro deles foi em 23/04/1937, envolvendo Alexandre Evangelista, Osvaldo de Oliveira Campos, João Leonéti e Hélio Rodrigues, todos alunos do 1º ano do Curso Propedêutico. Os quatro alunos ganharam suspensão de 3 dias por falta de disciplina na passagem de uma aula para outra (ACADEMIA, 1937).

A segunda ocorrência, registrada em 23/09/1937, envolveu Mauro Schreter, Lourival Reima Lisbôa, Alberto Ernesto Zescher e Cristiano Wolnierz. Todos alunos do 2º ano do Curso Propedêutico, que levaram suspensão de 3 dias por ausentarem-se da escola sem a devida licença. Em alguns casos, poderia ocorrer repetição de alguma

¹⁷² O Livro de Registro das Penalidades Impostas aos Alunos encontra-se sistematizado no Apêndice F.

¹⁷³ A relação entre o número de alunos por sexo será analisada na sequência.

falta do aluno. O estudante Rui Wilson Carvalho, do Curso de Admissão, foi suspenso três vezes no ano de 1937, sendo que, a cada nova suspensão, o número de dias de penalidade aumentava, sendo eles 3, 8 e 15, respectivamente. As faltas ocorreram nas disciplinas de Francês, Geografia e Português. No caso da primeira e da segunda suspensão, a falta ocorreu de forma individual. Na disciplina de Português, Rui foi suspenso juntamente com o colega Joaquim Natividade da Costa. Todas as faltas ocorreram por indisciplina no comportamento (ACADEMIA, 1937).

Ocorriam suspensões em todos os cursos, sendo encontrados casos para o Curso de Admissão (5), Propedêutico (15) e de Perito – Contador (3). Em relação ao motivo das suspensões, dos 23 casos, 20 foram pelos alunos terem se portado indisciplinadamente ou por falta de disciplina, 2 por ausência não autorizada da escola e 1 por insubordinação na aula. A falta por insubordinação foi cometida por Abelardo Graham, aluno do 1º ano do Curso Propedêutico, na disciplina de Francês. É possível afirmar ainda que esta foi a disciplina com o maior número de casos de ocorrências, com 8 dos 23 registros.

A presença destes registros pode ser entendida como uma forma de atuar o que era estabelecido no Regimento da Instituição. As punições impostas aos alunos demonstram a tentativa da administração da escola de enquadrar os alunos e alunas às normas propostas. Além disso, esses registros demonstram que os estudantes não podem ser compreendidos como agentes passivos no processo de formação, uma vez que também exercem poder, praticam formas de resistências às diretrizes comportamentais estabelecidas.

Quem seriam estes alunos que tornaram-se profissionais do comércio na Academia de Santa Catarina? Conforme tenho destacado, não é intenção desta pesquisa dedicar uma análise específica para os sujeitos e suas biografias. No entanto, uma visão de conjunto contribui para a tecitura da narrativa apresentada, bem como para a compreensão do processo de atuação das reformas.

Considerando o período de vigência da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), de sua implantação até a substituição pelas normativas da Reforma de Gustavo Capanema (BRASIL, 1943), a Academia de Comércio formou um total de 11 turmas de perito-contadores (1937-1947)¹⁷⁴. No período de atuação e vigência da Reforma

¹⁷⁴ Para este período foi identificar informações como nome dos alunos, filiação, local e data de nascimento. Estas informações estão sistematizadas no Apêndice G.

Capanema, foram formadas 24 turmas de contadores¹⁷⁵ (1948-1972). Essas turmas e suas respectivas habilitações foram analisadas de forma separada e conjunta. A tabela a seguir apresenta o número de alunos e alunas perito-contadores formados por ano e o total de formados ao longo do período de 1937 a 1947.

Tabela 19 - Alunos e alunas formados no Curso de Perito-Contador (1937-1947)

Perito Contador			
Ano	M	F	T
1937	10	0	10
1938	4	2	6
1939	10	2	12
1940	12	5	17
1941	23	3	26
1942	24	4	28
1943	23	4	27
1944	30	1	31
1945	36	23	59
1946	24	9	33
1947	31	9	40
Total	227	62	289

Fonte: Elaborado pelo autor (2019) a partir da Relação de Alunos Matriculados (ACADEMIA, 1935a)

De acordo com a análise da Tabela 19, percebe-se que, ao longo dos onze anos de vigência da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), a Academia de Comércio de Santa Catarina formou um total de 289 perito-contadores, sendo 227 homens e 62 mulheres. De 1948 a 1972 o curso de perito-contador passou a ser designado de curso de contabilidade, aderindo as modificações estabelecidas pela Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1943). Enquanto para o período entre 1937-1947 foram localizadas informações para todas as turmas, o período de 1948-1972 apresenta algumas lacunas que não puderem ser preenchidas pela documentação analisada. A Tabela 20 apresenta a sistematização das informações localizadas:

¹⁷⁵ Alguns documentos apresentam a denominação contador, outros técnico contador e outros técnico em contabilidade.

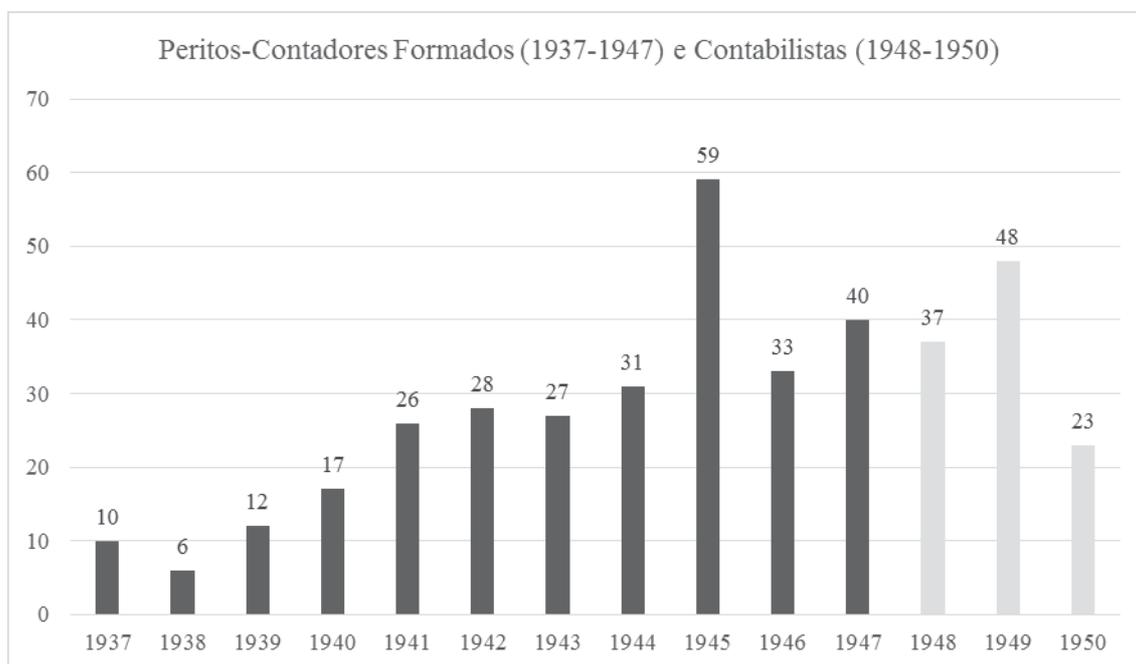
Tabela 20 - Alunos e alunas formados no Curso de Contabilidade (1948-1950 e 1961-1972)

Ano	M	F	Total
1948	29	8	37
1949	34	14	48
1950	16	7	23
Total	79	29	108
1961	61	23	84
1962	73	24	97
1963	46	14	60
1964	64	28	92
1965	52	22	74
1966	54	12	66
1967	59	13	72
1968	58	9	67
1969	50	8	58
1970	48	15	63
1971	49	23	72
1972	73	30	103
Total	687	221	908

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir da Relação de Alunos Matriculados (ACADEMIA, 1935a) e do Livro Diplomados (ACADEMIA, 1961-1976)

Como se observa na tabela 20, foi localizado o número de formados no curso de contabilidade para o período entre 1948-1950 e 1961-1972. Durante o primeiro intervalo, é possível afirmar que a Academia de Comércio formou 108 profissionais, sendo 79 homens e 29 mulheres e, durante o segundo, um total de 908 profissionais, sendo 687 homens e 221 mulheres. Embora exista uma lacuna entre os anos de 1950 e 1961, algumas observações podem ser tecidas. Para facilitar o processo de análise destas informações, proponho converter as tabelas 19 e 20 em gráficos:

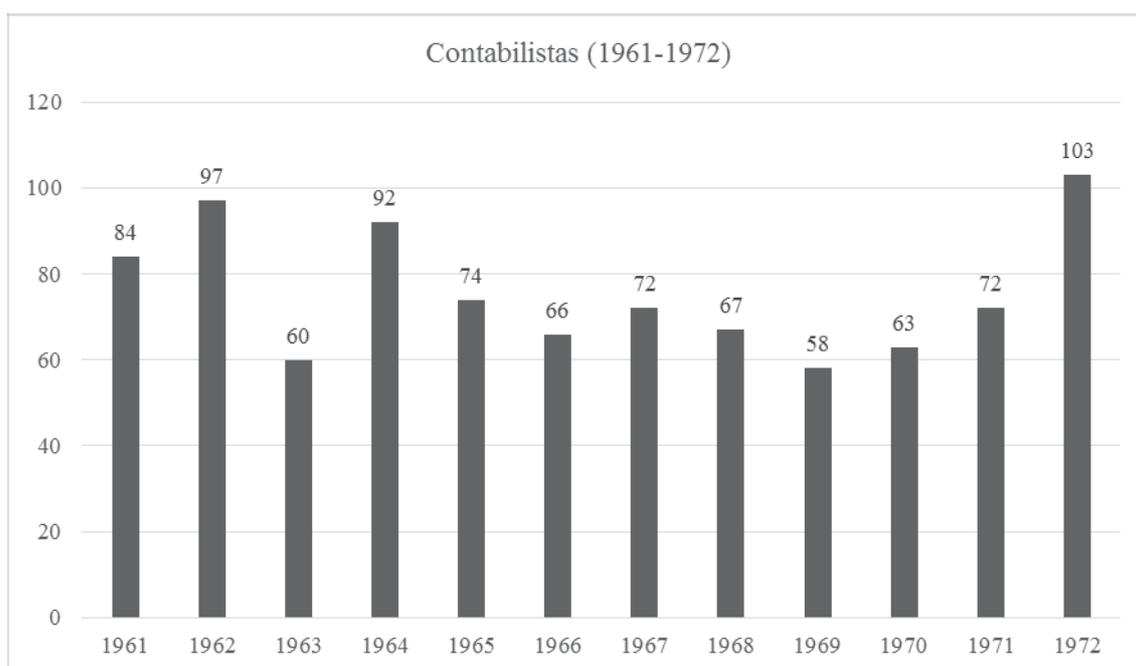
Gráfico 3 - Peritos-Contadores (1937-1947) e Contabilistas (1948-1950) formados pela Academia de Comércio (SC)



Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir da Relação de Alunos Matriculados (ACADEMIA, 1935a) e do Livro Diplomados (ACADEMIA, 1961-1976)

Ao analisar o Gráfico 3, é possível observar que, embora identifique-se uma pequena diminuição do número de alunos formados de 10 (1937) para 6 (1938) e, de 28 (1942) para 27 (1943), existe o aumento constante do número de formados ao longo do período de 1938 a 1945, sendo que, este último ano atinge o número de 59 formados. Após uma nova diminuição em 1946 (33), no ano seguinte, o número de formandos volta a aumentar, chegando a 40. Em 1948, a instituição forma sua primeira turma regulada pela Reforma Capanema (BRASIL, 1943), com 37 alunos. No ano seguinte, o número de alunos formados aumenta para 48 e, em 1950, diminui para 23. É possível afirmar, que ao longo do período de vigência da Reforma Francisco Campos (1931), a procura pela formação no curso de perito-contador cresceu, levando ao aumento do número de profissionais formados pela Academia de Comércio de Santa Catarina. No processo de atuação de uma reforma para outra, observa-se o crescimento seguido de uma diminuição do número de formados. O Gráfico 4 permite analisar o número de contabilistas formados entre 1961 e 1972:

Gráfico 4 - Contabilistas formados pela Academia de Comércio de (SC, 1961-1972)



Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir da Relação de Alunos Matriculados (ACADEMIA, 1935a) e do Livro Diplomados (ACADEMIA, 1961-1976)

Em relação ao período de 1961 a 1972, observa-se o aumento significativo do número de formados pela Academia de Comércio. Embora o crescimento não seja constante, existindo a diminuição de formados em alguns anos, os valores totais apontam a maior procura pelo curso. Enquanto no recorte 1937-1950 a menor e a maior turma contaram com, respectivamente, 6 e 59 alunos, para o período de 1961-1972 esses valores passam a ser de 58 e 103 alunos. Em relação a turma de 1972, a última formada dentro da vigência da Reforma Capanema (BRASIL, 1943), ela é a que atinge o maior número de formados para todo o período estudado (103).

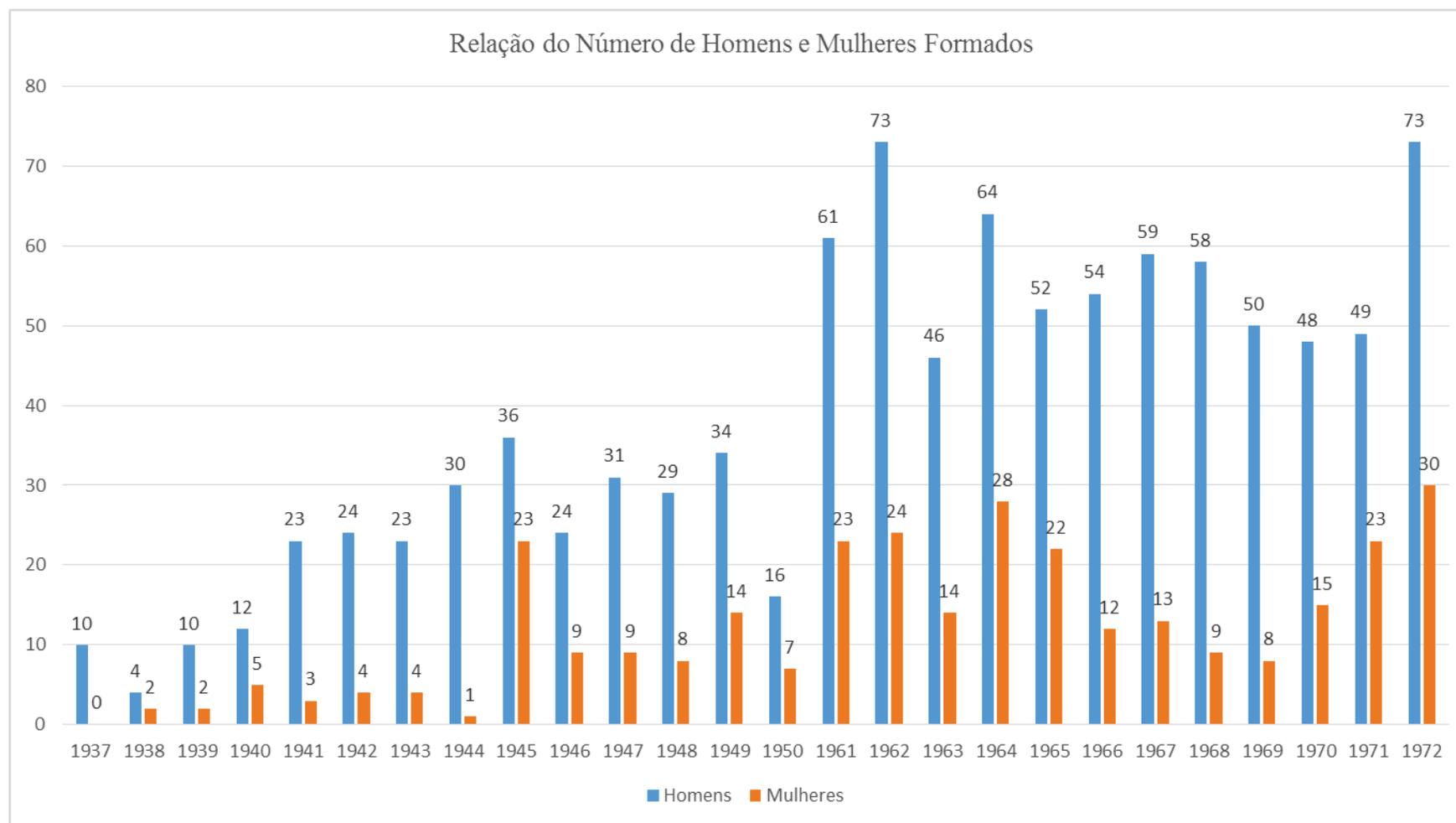
É possível aferir que o aumento o número de formados pela Academia de Comércio de Santa Catarina se dá em paralelo ao crescimento de instituições de comércio existentes no estado. Retomando a Tabela 2, observa-se que, em 1932, Santa Catarina contava com apenas 8 escolas de Comércio. Após oscilações entre a abertura e fechamento de instituições, o estado chega ao ano de 1971 com um total de 54 escolas de comércio. Esses números contribuem para a tese de que é durante o período entre 1931 e 1971, em especial a partir das as Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, que se tem o período de consolidação do Ensino Comercial no Brasil.

Outro elemento sobre o qual os dados das Tabelas 19 e 20 possibilitam pensar é a relação do número de alunos homens e alunas mulheres formadas¹⁷⁶. Embora o número total de homens seja significativamente maior que o número de mulheres formadas, é importante ressaltar que, ao longo dos anos, observa-se o crescimento do número de mulheres a concluírem tanto o Curso de Perito-Contador quanto o de contabilidade¹⁷⁷. O Gráfico 5 permite algumas análises:

¹⁷⁶ Não tenho a intenção de aprofundar, neste estudo, as relações entre o número de homens e mulheres formados do Ensino Comercial, tendo ciência da potência desta discussão para a História da Educação, História das Profissões e História das Mulheres. Para uma discussão sobre as mulheres e as profissões, ver o trabalho de Guacira Lopes Louro (2000) e, para um estudo sobre a presença feminina nos Cursos de Comércio, ver o trabalho de Eduardo Cristiano Hass da Silva (HASS DA SILVA, 2017).

¹⁷⁷ A presença de mulheres na Academia de Comércio de Santa Catarina é também levantada por Faria (2011). Segundo o autor, embora em menor número, as mulheres dividiram espaço com os homens tanto no corpo discente como docente. Como exemplo do corpo docente, o autor cita a professora Sylvia Amélia Carneiro da Cunha.

Gráfico 5 - Relação do nº de Homens e Mulheres formados pela Academia de Comércio (SC)



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A partir do gráfico 5 é possível observar que, para o curso de perito-contador (1937-1947), a Academia de Comércio formou um total de 289 profissionais, sendo 227 homens e 62 mulheres. No ano de 1937, nenhuma mulher formou-se na Academia de Comércio. No entanto, ao longo do período de 1938 a 1947, todos os anos contaram com alguma formada. Em 1938 e 1939 se observam duas formadas que passam para 5 em 1940, 3 em 1941 e, quatro em 1942 e 1943. Em 1944 apenas uma mulher concluiu o curso. Em 1945¹⁷⁸, observa-se o crescimento significativo de formadas para 23, número que diminui para 9 nos anos de 1946 e 1947.

Em relação ao curso de contabilidade (1948-1972), não é possível identificar o total de homens e mulheres formados, devido a lacuna anteriormente apontada. No entanto, dentro dos períodos cujas informações foram encontradas (1948-1950 e 1961-1972), a Academia de Comércio formou um total de 1016 alunos, sendo 766 homens e 250 mulheres. Assim como para o curso de perito-contador, o curso de contabilidade também contou com a superioridade do número de homens formados.

Embora o número de mulheres formadas não tenha ultrapassado ao de homens em nenhuma turma, o gráfico permite observar que, em paralelo ao número total de formados, existe o aumento significativo de mulheres. Dessa forma, proponho pensar essa relação, não a partir da ideia de ‘ausência’ de mulheres, mas a partir da noção de ‘presença’. Considerando o caráter socialmente construído de uma profissão masculina, as mulheres presentes na Academia de Comércio de Santa Catarina rompem, em certa medida, com este padrão.

Quem seriam estes homens e mulheres formados pela Academia de Comércio de Santa Catarina? Que características coletivas deste grupo permitiriam compreender o perfil destes alunos? Apesar dos esforços para localizar informações sobre estes sujeitos, foram encontrados documentos apenas para os peritos-contadores (1937-1947). Dessa forma, as análises apresentadas na sequência cobrem apenas o período de vigência da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931). Em relação ao país de nascimento dos alunos, embora a maioria deles sejam brasileiros, a instituição contou com alunos de outros países, conforme evidencia-se na Tabela 21:

¹⁷⁸ Em âmbito internacional, 1945 foi o ano de término da Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, marca o término dos 15 anos do Governo de Getúlio Vargas. Certamente não existe uma relação direta entre esses episódios e o fato de o número de mulheres perito-contadoras ter atingido seu máximo deste ano. No entanto, é possível que estas modificações de caráter macro tenham interferido nas relações sociais de trabalho e formação. Estás são apenas algumas observações potentes de serem exploradas em pesquisas futuras.

Tabela 21 - País de nascimento dos alunos formados na Academia de Comércio (SC, 1937-1947)

País de Nascimento	Número
Alemanha	2
Brasil	275
Grécia	1
Itália	1
Monte Líbano	1
Não Identificados	7
Portugal	1
Suíça	1
Total	289

Fonte: Extraído de Silva (2019)

Embora não se tenha localizado o país de nascimento de 7 peritos-contadores formados na Academia de Comércio, é possível afirmar que a maioria dele nasceu no Brasil (275). Evidencia-se ainda que, alguns eram nascidos em outros países, sendo 2 na Alemanha, 1 na Grécia, 1 na Itália, 1 em Monte Líbano, 1 em Portugal e 1 na Suíça. Em relação aos alunos brasileiros, é possível identificar também qual o estado de nascimento, conforme segue na Tabela 22:

Tabela 22 - Estado de nascimento dos alunos brasileiros formados na Academia de Comércio (SC, 1937-1947)

Estado	Número
Alagoas	1
Paraná	1
Pernambuco	2
Rio Grande do Sul	4
Santa Catarina	264
São Paulo	3
Total	275

Fonte: Fonte: Extraído de Silva (2019)

Considerando a localização da Academia de Comércio, tem-se que, do total de alunos perito-contadores brasileiros nela formados, a maior parte nasceu no estado de Santa Catarina (264). No entanto, observam-se também alunos nascidos em outros estados, sendo 1 de Alagoas, 1 do Paraná, 2 de Pernambuco, 4 do Rio Grande do Sul e 3 de São Paulo. Dessa forma, é possível afirmar que além dos alunos catarinenses, a instituição formou também alunos de outros estados do Brasil.

7.1.5 Perpetuação da Memória Educativa: o ritual de formatura e atuação das reformas educativas

Para finalizar o estudo da Academia de Comércio de Santa Catarina, proponho a análise de um último elemento da Cultura Escolar Empírica desta instituição, que contribui para a reflexão sobre as Reformas do Ensino Comercial, bem como para identificar tentativas de perpetuação da Memória desta instituição. O elemento a ser analisado consiste em um conjunto de fragmentos dos rituais de formatura.

De acordo com o Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b), o momento que marca a passagem dos estudantes de alunos para profissionais do comércio é a entrega do diploma, que ocorre na solenidade de formatura. O artigo 71º do Regimento (ACADEMIA, 1935, s.n.) estabelece que “findo o ano letivo será feita a entrega solene dos diplomas aos alunos que tiverem completado o curso”. O documento estabelece ainda que o dia da colação de grau seria designado pelo diretor e previamente divulgado na imprensa.

Em relação ao dia da solenidade, o Regimento estabelece que ela iniciaria com a leitura dos nomes dos alunos que concluíram o curso. Na sequência, a palavra seria dada ao orador, o qual “[...] pronunciará um discurso alusivo ao ato, vinte e quatro horas antes submetido censura do diretor” (ACADEMIA, 1935b, s.n.). Como se observa, o regimento da instituição estabelece abertamente uma censura às palavras do orador, o que demonstra parte das relações de poder e dos sujeitos envolvidos nesta relações, dentro da Academia de Comércio. Embora os alunos contassem com um representante na figura do orador, essa representação era controlada pelo diretor. Além disso, essa necessidade de validação do discurso do orador por parte do diretor foi também identificada na Fecap.

Após o discurso do orador, em ordem alfabética, seria conferido o grau de graduado, sendo que caberia ao primeiro chamado conferir a seguinte promessa: “Prometo cumprir com zelo e escrupulo todos os deveres inerentes à profissão de Perito-Contador” (ACADEMIA, 1935b, s.n.), sendo a promessa reforçada pelos seguintes. A solenidade de formatura parece ter exercido significativa importância na Academia de Comércio, uma vez que deixou registros na Cultura Empírica da Memória Educativa, em especial na materialidade da própria instituição. Diferentemente das outras instituições analisadas, para a Academia de Comércio de Santa Catarina foram localizados e sistematizados sete painéis de formatura¹⁷⁹, cuja análise

¹⁷⁹ Para saber mais sobre o processo de restauração dos Painéis de Formatura da Academia de Comércio de Santa Catarina, bem como sobre sua importância para a História da instituição, ver o estudo de Sandra Makowiecky e Beatriz Goudard (2017). Em relação aos 7 murais identificados para esta pesquisa, ver o Anexo D.

oferece algumas informações sobre a Instituição e seus alunos, conforme se observa na Imagem 26:

Imagem 26 – Mural de Formatura de 1938



Fonte: Fotografado pelo autor (2018) no Museu da Escola Catarinense

É possível observar que o Mural de Formatura, confeccionado em madeira¹⁸⁰, refere-se ao ano de 1938. Na parte superior identificam-se os dizeres “Escola de Comércio de Santa Catarina” e, na parte direita, “Peritos Contadores de 1938”. Essa informação é particularmente interessante quando se considera que, no ano de 1938, a Escola de Comércio já havia passado a ser designada de Academia de Comércio de Santa Catarina (1935). Dessa forma, embora confeccionado para marcar o ritual de formatura destes alunos, perpetuar a memória da instituição e ser utilizado como um símbolo de poder, o mural permite evidenciar elementos da administração da Academia de Comércio. A presença do nome não mais vigente da instituição reforça a ideia de que as mudanças legais não são simplesmente implementadas, mas passam por processo processos de atuação característico da escola.

Na parte direita do Painel se observa fotografias de 7 alunos formandos. Essa informação difere da apresentada nos documentos anteriores, que apresentam 6 formandos. Considero que uma explicação possível para essa discrepância seja que os murais fossem

¹⁸⁰ O mural conta com as fotografias de 7 alunos e 7 professores homenageados. Identificam-se os dizeres “Escola de Comércio de Santa Catarina” e “Peritos Contadores de 1938”. À esquerda, na parte superior do painel encontra-se um símbolo que lembra a Tábua dos 10 Mandamentos.

confeccionados antes da data da solenidade e, conseqüentemente, antes do término das aulas, sendo possível que alunos reprovados não tenham recebido o diploma. Esses murais são repletos de símbolos que remetem ao trabalho dos peritos-contadores e contabilistas formados, como pode-se observar no mural de 1941:

Imagem 27 – Mural de Formatura de 1941



Fonte: Fotografado pelo autor (2018) no Museu da Escola Catarinense

Também confeccionado em madeira, o mural de 1941 conta com as fotografias de 26 contadores e 12 homenageados. Assim como no mural de 1938, apresenta o nome da instituição como “Escola de Comércio de Santa Catarina” e, não o nome atualizado da instituição. Esse mural apresenta diferentes símbolos relacionados ao trabalho dos profissionais do comércio. Inicialmente, observa-se que o seu formato lembra a lateral de uma máquina de escrever, com os números 1, 9, 4 e 1 distribuídos ao longo de cada camada do teclado. Conforme destaquei anteriormente, a máquina de escrever fazia parte do cotidiano escolar destes alunos, uma vez que estava vinculada a disciplinas ministradas no curso. Além disso, é provável que ela fosse um equipamento de uso dos profissionais formados.

Além do formato do painel, dois outros símbolos relacionados aos contadores se encontram no mural: um livro e um bastão envolto por duas serpentes. O livro, assim como a máquina de escrever, consistia em um instrumento de trabalho dos formados no comércio. Em relação ao bastão envolto por duas serpentes, é parte do Caduceu de Mercúrio, símbolo dos técnicos em contabilidade, analisado no Capítulo 5. Apesar da mudança do nome da

instituição para Academia de Comércio de Santa Catarina ter ocorrido em 1935, essa alteração é percebida apenas no mural de 1942:

Imagem 28 - Mural de Formatura de 1942



Fonte: Fotografado pelo autor (2018) no Museu da Escola Catarinense

Na parte superior do mural é possível observar os dizeres “Academia de Comércio de Santa Catarina”, o que evidencia que neste ano a instituição já era chamada pelo nome estipulado em 1935. Além disso, o mural apresenta as fotografias de 8 homenageados e 35 formandos. Mais uma vez o número de formandos difere do apresentado, o que reforça a ideia de que os murais eram confeccionados antes da solenidade. Em relação aos símbolos do comércio, mais uma vez se observa o bastão envolto em serpentes (na parte superior do mural, centralizado), bem como um livro. A importância do livro é reforçada, em especial, no mural de 1943:

Imagem 29 - Mural de Formatura de 1943



Fonte: Fotografado pelo autor (2018) no Museu da Escola Catarinense

Neste ano, o mural foi confeccionado na forma de um livro aberto, sendo distribuídas ao longo das ‘páginas’ em evidência as fotografias dos 22 perito-contadores formados, bem como dos 9 homenageados. O nome “Academia de Comércio de Santa Catarina” permanece, demonstrando a perpetuação do nome da instituição.

Conforme pode-se observar, estes murais de formatura, além de celebrarem a comemoração da conclusão do curso e de demonstrarem certo status social, funcionam também como mecanismos de construção e perpetuação da memória institucional da Academia de Comércio de Santa Catarina.

De forma geral, este capítulo encerra as análises específicas das Culturas Escolares das diferentes instituições elencadas para este estudo. A partir das três escolas investigadas nos capítulos 5, 6 e 7, analisei o processo de atuação (BALL, MAGUIRRE, REAUN, 2016) das diferentes reformas (VIÑAO FRAGO, 2006; POPEKEWITZ, 1997) do Ensino Comercial, atentando para a modalidade empírica da Cultura Escolar (BENITO ESCOLANO, 2002; 2017) e, identificando as relações de poder (FOUCAULT, 1988; 1982) envolvidas nestes processos, os quais resultam em culturas escolares específicas e, ao mesmo tempo, característica do Ensino Comercial Brasileiro. Articulando estas Culturas Escolares com as Reformas do Ensino Comercial e com os trabalhos já produzidos sobre o tema, acredito confirmar a tese de especificidade desta modalidade de ensino bem como de sua consolidação no período entre 1931 e 1971.

8 CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PERCURSO INVESTIGATIVO: A CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL E ATUAÇÃO DAS REFORMAS EDUCATIVAS NO BRASIL

Iniciei esta tese convidando o leitor a refletir acerca da importância do comércio não apenas como atividade econômica, mas também como um construtor de vínculos entre áreas geográficas, civilizações e povos. Centrando a discussão na História do Ocidente, destaquei que as transformações sofridas pelas práticas mercantis levaram à construção de um campo profissional que, por sua vez, possibilitou a emergência de cursos e instituições especificamente voltadas para o comércio.

Com o intuito de analisar os processos de institucionalização e consolidação do Ensino Comercial Técnico no Brasil, recorri ao estudo das diferentes Reformas Educativas e das Culturas Escolares produzidas em três instituições educativas brasileiras. Os percursos investigativos percorridos e as narrativas históricas construídas ao longo dos capítulos permitem apontar algumas contribuições desta investigação que, embora singelas, avançam na produção do conhecimento em História da Educação.

Primeiramente, é possível afirmar que o Brasil carece de estudos voltados para o Ensino Comercial enquanto modalidade de ensino. A localização, sistematização e análise dos trabalhos sobre o tema, aqui entendidos como parte da Cultura Escolar Científica, demonstram uma tendência na realização de estudos centrados na investigação de instituições comerciais específicas. Embora estes estudos contribuam de forma significativa para a construção do conhecimento histórico-educativo, sobretudo em relação à História das Instituições Escolares, deixam lacunas ao não apresentarem relações entre as diferentes esferas da Memória Educativa, sendo elas a Política, a Científica e a Empírica.

Dessa forma, acredito ter avançado na reflexão acerca do Ensino Comercial e sua importância para o Estado Brasileiro. Tomando a modalidade de ensino como tema de investigação, foi possível identificar sua importância na formação de comerciantes, mercadores, banqueiros, bancários, caixeiros-viajantes, guarda-livros, perito-contadores, contadores, contabilistas, técnicos em contabilidade, entre outros. Sendo assim, além de contribuir para a História da Educação, esta tese corrobora para a reflexão acerca da História das Profissões.

Outra observação possível a partir da tese diz respeito às influências dos modelos italiano e português sobre o ensino comercial brasileiro. A partir do olhar centrado no Ocidente, foi possível identificar a emergência do ensino comercial nas cidades italianas

medievais. Conforme destaquei, a formação para o comércio está atrelada à figura do mercador e ao discurso de necessidade de profissionais habilitados para as práticas mercantis. De forma geral, a expansão da economia europeia no final do século X e início do XI, processo chamado de “Revolução Comercial” (LOPEZ, 1980) ou de “Animação do Ocidente” (FOURQUIM, 1981), tornou os mercadores figuras centrais na chefia econômica do Ocidente Medieval. A profissionalização destas práticas comerciais levou à necessidade de sistematização dos saberes e de sua propagação, a partir de um modelo educativo, inicialmente atrelado às guildas de comerciantes e mercadores, sobretudo no período entre os séculos XI-XIV.

Considerando a atuação das cidades medievais italianas na formação de profissionais do comércio, estas regiões passaram a exportar profissionais do comércio para diferentes países europeus, dentre eles, Portugal. Até 1759, o país importava comerciantes e *massari* de origem italiana, processo que chegou ao fim com as Reformas Pombalinas, que acabaram por investir na formação desta habilitação profissional, sobretudo devido a necessidade de guarda-livros.

Em ambos os países, identifiquei o processo de institucionalização do Ensino Comercial, especialmente no século XIX (estendendo-se até o XX para Portugal). Tanto para Itália quanto para Portugal, o processo de institucionalização do ensino comercial foi marcado por uma série de reformas educativas. Nos dois países, as reformas estiveram permeadas por complexas relações de poder, às quais buscavam impor modelos educativos que oscilavam entre centralização e descentralização e/ou modelo técnico e modelo humanístico, evidenciando os diferentes interesses em relação à habilitação profissional estudada.

É a partir do modelo português, de influência italiana, que foram criadas as primeiras aulas de comércio no Brasil. Essa influência pode ser observada, sobretudo, em relação ao uso do método das partidas dobradas e dos livros de registro comercial, das habilitações comerciais oferecidas, das disciplinas escolares e dos conteúdos ensinados.

As observações até aqui apresentadas foram fundamentais para a análise das condições de possibilidade para a emergência do ensino comercial no Brasil. Embora contasse com a atuação de caixeiros e comerciantes já no período colonial, as aulas de comércio foram oficialmente criadas a partir da vinda família real para a então colônia portuguesa, em 1808. As alterações causadas pela vinda da corte, a importância do comércio e a necessidade de profissionais para a administração colonial, levaram à criação de escolas de comércio nas principais praças comerciais, sendo elas Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

No caso brasileiro, a profissionalização das práticas comerciais e a criação das instituições educativas se encontram atreladas aos interesses do Estado em formação, dos setores privados, dos profissionais do comércio e, das próprias instituições criadas. Os interesses destes grupos, sobretudo do Estado, podem ser identificados, ao longo dos séculos XIX e XX, nos diferentes decretos e reformas voltadas para o Ensino Comercial (POPEKEWITZ, 1997). A análise de elementos referentes às diferentes esferas da Memória Educativa (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017), sendo elas a Cultura Política (legislação, reformas educativas, etc.), Cultura Acadêmica (estudos sobre o tema) e da Cultura Empírica (documentos das instituições de comércio), permitiram identificar o período de consolidação do Ensino Comercial enquanto modalidade educativa.

A partir das análises realizadas, foi possível concluir que o Ensino Comercial no Brasil consolida-se no período situado entre 1931 e 1971. Estas balizas cronológicas não são recortes aleatórios no tecido histórico, mas resultam de diferentes reformas educativas. Acredito que as Reformas Francisco Campos (BRASIL, 1931) e Gustavo Capanema (BRASIL, 1943), situadas dentro da Era Vargas (1930-1945), demonstram a importância dos profissionais do comércio para atuarem nos setores públicos e privados do país. A importância destes profissionais levou ao aumento do número de instituições comerciais, processo identificado nos diferentes estados brasileiros.

Defendo que este processo de consolidação se estende até 1971, quando a Reforma do Ensino (BRASIL, 1971), imposta pela ditadura militar, fez das habilitações comerciais uma das tantas possibilidades de percurso do então ensino de segundo grau. Além disso, a Reforma Universitária de 1968 (BRASIL, 1968) favoreceu a criação dos cursos superiores de contabilidade, o que contribuiu para o processo de transformação das escolas de comércio em instituições superiores ou, sua desativação.

A trajetória do ensino comercial brasileiro aqui construída em forma de narrativa historiográfica contribui, de forma modesta, para o avanço do conhecimento científico. A pesquisa permite rever o status do ensino técnico comercial em relação às demais modalidades técnicas, uma vez que, identifiquei que, em alguns momentos da história brasileira, os profissionais formados nesta habilitação estiveram atrelados ao trabalho em diferentes setores, com significativa importância econômica.

Conforme já mencionado, além das contribuições científicas, estas observações conclusivas apresentam também relevância social. Entendo que as reflexões aqui apresentadas contribuem para a compreensão das reformas e políticas educativas, bem como para o cultivo de um saudável ceticismo em relação a supostas novidades (NÓVOA, 2014). Demonstrei que

o ensino comercial, assim como outras habilitações, perderam sua legitimidade especialmente após a Reforma de 1971 (BRASIL, 1971), a qual apresentou uma formação técnica, com percursos formativos específicos, escolhidos pelos alunos. Essa estrutura assemelha-se a estabelecida pelo “novo” Ensino Médio), aprovado em 2017, pelo então presidente Michel Temer (BRASIL, 2017). Embora divulgado como novidade, a proposta aprovada possui aproximações expressivas com reformas anteriores.

A relevância social se dá também ao refletir acerca da História Social das Profissões. A tese defendida demonstrou a importância dos profissionais do comércio ao longo da história, bem como as transformações pelas quais passaram. Uma profissão de significativa importância no período entre 1931 e 1971, passa a sofrer alterações no seu status, tanto em nível técnico quanto superior. Em 2019, o presidente do Banco Santander no Brasil, Sergio Rial, anunciava o início da substituição dos caixas humanos por robôs¹⁸¹. Considerando que dentre os profissionais de agências bancárias estão aqueles formados em Administração, Contabilidade e Economia, pode-se tensionar: como profissionais outrora tão importantes, passam a ser substituídos por máquinas? Estes são questionamentos a serem futuramente explorados.

Além de identificar a consolidação do Ensino Comercial brasileiro, a problematização deste processo, sobretudo a partir da análise das culturas escolares de instituições específicas, permitiu evidenciar as relações de poder entre os setores públicos e privados interessados nesta modalidade de ensino. Ao recorrer ao conceito de atuação das reformas do Ensino Comercial, pude identificar particularidades destas instituições ao aderirem as alterações estabelecidas pela legislação educativa. De forma geral, as diferentes relações de poder e formas de atuação das reformas, permitiram identificar particularidades de cada instituição e, ao mesmo tempo, elementos de uma cultura escolar geral do ensino comercial.

A análise da atuação das reformas educativas, por parte das instituições de comércio, evidenciou que esta modalidade não foi pensada e regulamentada apenas pelas ações diretas do Estado, a partir das reformas educativas. Embora as reformas possam ser identificadas nos diferentes documentos institucionais, demonstrando a presença do Estado de forma capilarizada, é possível afirmar que as instituições escolares foram ativas e produtoras de cultura escolar.

¹⁸¹ A notícia encontra-se disponível no site do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, em: <https://spbancarios.com.br/05/2019/presidente-do-santander-anuncia-fim-dos-caixas-humanos-no-brasil>.

Alguns elementos comuns as três instituições merecem destaque, uma vez que permitem refletir a cerca de uma cultura escolar do Ensino Comercial. Inicialmente, embora com diferentes proporções, foi possível identificar que a criação dessas escolas se deram a partir da participação de diferentes grupos, como políticos, empresários, profissionais do comércio, entre outros. Estes elementos reforçam o argumento já destacado de que interesses públicos e privados estiveram articulados no processo de consolidação do Ensino Comercial brasileiro. Em relação aos interesses públicos, destaco a necessidade de profissionais para atuarem na gestão das cidades, estados e/ou país e, em relação aos privados, a necessidade de pessoas habilitadas para trabalharem em diferentes empresas comerciais.

A partir da observação das cidades e/ou estados nos quais as escolas foram criadas, é possível destacar ainda que, o aumento do número de escolas de comércio acompanhou o crescimento da abertura de estabelecimentos comerciais e industriais, o que reforça o argumento de necessidade de profissionais habilitados.

Além dos interesses em relação à criação das escolas de comércio, identifiquei que, apesar das particularidades institucionais, alguns elementos das habilitações profissionais e dos currículos dos cursos perpassam as diferentes instituições. De forma geral, apesar das diversas reformas, alguns saberes estruturam os currículos das profissões do comércio, como o cálculo, a escrita, o domínio das línguas nacional e estrangeiras, a história econômica, a preparação para o uso de máquinas comerciais e os diferentes campos do Direito.

Assim como as disciplinas e conteúdos ministrados, também são identificados elementos comuns em relação às aulas práticas. De forma geral, ambas as instituições apresentam elementos que demonstram sua atenção com o caráter prático do Ensino Comercial, sejam nas prescrições normativas das instituições, nos planos das disciplinas ou na existência de espaços específicos, como as salas de mecanografia ou estenografia. O caráter prático das aulas pode ser identificado também através da presença de objetos escolares específicos, como as máquinas de escrever, mimeógrafo e os murais de merceologia localizados na Academia de Comércio de Santa Catarina, bem como pelas fotografias de aulas práticas referentes à Fecap.

É importante destacar ainda que, embora algumas reformas educativas ou instituições de comércio aqui estudadas apresentem o ensino comercial prático como um diferencial ou algo inovador, esta característica pode ser identificada, como anteriormente destacado, desde a sua emergência organizada no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX. Para além disso, a partir de um olhar arqueológico, encontram-se elementos do caráter prático desde as

experiências das cidades italianas e de Portugal. Dessa forma, ressalto novamente a importância de um olhar cético às supostas novidades, que muitas vezes, pouco inovam.

O perfil dos alunos formados pelas escolas também apresentam elementos comuns. Inicialmente, é possível afirmar que eram majoritariamente nascidos na cidade sede da instituição e, do sexo masculino. Apesar de parte significativa dos alunos serem homens, não é possível fazer a generalização de que as profissões comerciais eram exclusivamente masculinas, uma vez que serão identificadas mulheres nos diferentes cursos, bem como cursos específicos para o público feminino.

A gestão destas instituições também merece destaque. Embora apresentem especificidades, alguns cargos e funções são identificados em todas. A figura do diretor, em especial, parece ter apresentado funções muito semelhantes. Em todas as três escolas o diretor ocupava o topo da hierarquia administrativa e, juntamente com o secretário, desempenhava funções centrais para o funcionamento dos estabelecimentos.

Outro elemento comum às escolas refere-se à importância de alguns símbolos e rituais escolares, bem como nos mecanismos de preservação da memória institucional. Em relação ao símbolos, é possível identificar a presença do Caduceu de Mercúrio em diferentes espaços das escolas, como em partes do prédio, em murais de formatura, nos livros memorialísticos, entre outros. Este símbolo aponta para uma relação de pertencimento destes profissionais, servindo como elemento construtor de uma identidade profissional.

Em relação aos rituais escolares, as formaturas e a produção de murais comemorativos, embora com particularidades, marcam presença nas três instituições. De forma geral, estes elementos são utilizados como forma de celebrar momentos específicos da vida dos alunos, bem como uma forma de demonstrar prestígio e status perante a sociedade. É possível observar ainda que, ao longo dos anos, estes símbolos e objetos passaram a ser utilizados na construção e perpetuação da memória das instituições, sendo retomados em diferentes obras memorialísticas e espaços expositivos.

Para finalizar, destaco que, dentre os elementos comuns, encontram-se mecanismos de vigilância, punição e condicionamento de alunos, professores e funcionários. Seja no uniforme exigido às mulheres na Fecap, nos castigos identificados na Academia de Comércio ou nas normas estabelecidas nos Regimentos Internos destas instituições, são identificadas tentativas de moldar os sujeitos que perpassam o espaço escolar.

As particularidades destas instituições também contribuem para pensar sobre o Ensino Comercial. Em relação à Fecap, é possível destacar que sua criação esteve atrelada aos interesses de diferentes grupos e personalidades da capital paulista, como políticos, condes e

proprietários de empresas. Dentre estes grupos, destaco a participação de figuras como o Conde Álvares Penteado, personalidade de significativo poder aquisitivo, que fez a transição do capital agrário para o capital industrial. Sendo assim, nesta instituição, predominaram os interesses privados em sua criação.

Identifiquei ainda algumas particularidades da Fecap constituídas a partir da formação do estado e da cidade de São Paulo. A cafeicultura e as políticas de imigração influenciaram de diferentes formas a composição da escola. Inicialmente, é possível afirmar que, dentre os profissionais formados pela Fecap, existiram alunos provindos de países como Itália e Japão. Estes países estiveram dentre aqueles que enviaram imigrantes para o trabalho nos cafezais de paulistas.

Ainda em relação às questões de imigração, acredito que elas podem ter influenciado a vertente teórica adotada pela escola que, como demonstrei, inspirava-se nas teorias italianas. Essa adoção de livros italianos permite compreender também algumas continuidades que marcam o ensino comercial no Brasil, desde a emergência nas cidades italianas e, posteriormente, portuguesas.

Em relação aos cursos oferecidos, a Fecap destaca-se por ministrar um Curso Feminino de Comércio, desde 1909. Esse curso parece resultar de uma particularidade da instituição na atuação das reformas do ensino comercial, uma vez que, as diferentes legislações analisadas não apresentam esta particularidade. Embora possa ser visto como um espaço de formação de mulheres, é importante destacar que estes cursos eram diferenciados dos demais, visando direcionar as alunas para habilitações diversas às dos alunos

Assim como a Fecap, a Escola de Comércio de Porto Alegre também possui particularidades que, articuladas ao plano macro, permitem algumas reflexões acerca do Ensino Comercial. Sobre a sua criação, destaca-se a participação de um grupo de professores da Faculdade Livre de Direito¹⁸². Desta forma, enquanto a Fecap foi criada como escola e, posteriormente, transformada em Faculdade, a Escola de Comércio de Porto Alegre emerge de dentro de uma Faculdade, com a qual estabeleceu diferentes relações de pertencimento ou não ao longo da sua existência. Além disso, foi possível observar que, em diferentes momentos, a Escola de Comércio esteve subordinada de forma direta ao município, ao estado ou ao país, o que interferiu nas particularidades desta instituição.

¹⁸² A análise do Ensino Comercial no Rio Grande do Sul demonstrou que, em outras instituições, a sua criação esteve atrelada à participação de instituições de representantes do comércio, o que contribuir para pensar a respeito dos diferentes grupos envolvidos com as escolas de comércio.

A formação do estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre também exerceram influência na forma como a Escola de Comércio atuou as diferentes reformas do ensino. Alguns elementos destas influências podem ser observadas na presença de língua alemã nos currículos dos cursos comerciais e na influência do positivismo no ensino comercial. Estes elementos demonstram que a escola não era apenas receptora da legislação, mas também produtora de sua própria cultura escolar.

No caso desta instituição, é possível destacar a forma particular como lidou com a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931). Enquanto a Fecap e a Academia de Comércio parecem ter atuado a reforma sem grandes dificuldades (ou, elas não foram identificadas), a Escola de Comércio ficou sem turmas concluintes por dois anos.

Os cursos ministrados na instituição também oferecem algumas particularidades. Enquanto a Fecap apresentou um Curso Especial Feminino, a Escola de Comércio ofereceu com Cursos Especiais para Servidores, Cursos por Correspondência e Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial. Estes cursos, em especial o por correspondências, colocaram a escola em contato com profissionais, escolas de comércio e profissionais de cidades do interior do estado.

Outro elemento que parece se destacar na Escola de Comércio foi a atuação da Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial que, articulada às demais legislações, levou a configuração de cursos e práticas particulares (como os cursos por correspondência). A existência desta campanha reforça o argumento de importância dos profissionais do comércio, bem como de importância desta instituição em específico, escolhida para sediar algumas das atividades e projetos da campanha.

Enquanto a Fecap ofereceu o Curso Especial Feminino, a Escola de Comércio contou com a presença feminina sobretudo no Curso Técnico em Secretariado. No entanto, enquanto a primeira ofereceu o curso praticamente desde sua fundação, a segunda passa a oferecer a habilitação apenas em 1958. É possível observar uma diferença temporal em relação à presença feminina em maior quantidade nas instituições.

As formas de preservação e manutenção da memória institucional também apresentam particularidades. Enquanto a Fecap e a Academia de Santa Catarina se utilizaram do passado na construção e perpetuação da memória da instituição, a Escola de Comércio parece ter ficado em um segundo plano, sendo valorizada a memória da Faculdade de Economia da UFRGS. Esses elementos permitem refletir acerca das relações entre as habilitações de nível técnico e superior, sendo que, às segundas recebem especial atenção.

Para finalizar, destaco algumas das particularidades da Academia de Comércio de Santa Catarina. Assim como nas demais instituições, a Academia também teve sua criação a partir da participação de diferentes grupos, como banqueiros, industriais e comerciantes. Porém, além destes, a instituição contou ainda com a participação de verba dos Governos Estadual e Federal, bem como do Ministério da Agricultura. Sendo assim, além dos interesses locais, a criação da instituição atendeu também aos anseios estaduais e nacionais. Dessa forma, é possível reforçar mais uma vez os interesses e relações de poder entre os setores públicos e privados na criação de escolas de comércio.

Sobre as habilitações comerciais e aos seus respectivos currículos, assim como no Rio Grande do Sul, a Academia de Comércio também contava, nos primeiros anos de funcionamento, com a disciplina de alemão em seu currículo, uma forma específica de atuar as reformas sobre o ensino comercial. Em relação aos alunos formados, entre as três instituições, a Academia de Comércio foi a que contou com a menor proporção de mulheres. Diferentemente das outras duas escolas, não foram localizados cursos exclusivamente ou majoritariamente femininos.

A perpetuação da memória educativa parece ser um elemento importante para esta instituição. De todas as analisadas, ela foi a que mais deixou resquícios do seu passado, sobretudo a partir dos rituais de formatura celebrados. Além disso, a disposição destes materiais na exposição permanente do Museu da Escola Catarinense potencializam uma narrativa da história da instituição. Além de contribuírem para a construção da memória institucional, estes murais funcionam também como um símbolo de poder, de demonstração de ascensão social por ter concluído o curso comercial.

De acordo com Justino Magalhães (2004), a história dos sistemas educativos não é a soma ou justaposição das instituições escolares, tampouco a história de uma destas instituições. Inspirado no autor, compreendo que a história do ensino comercial não resulta da história de uma das instituições de comércio ou da soma destas histórias, mas sim, de uma narrativa possível a partir dos diferentes elementos da Memória Educativa articulados entre si.

Desta forma, acredito ter fundamentado a tese de que o ensino comercial configurou-se como uma modalidade educativa distinta das demais modalidades técnicas, sendo que o seu processo de consolidação ocorre entre a Era Vargas (1930-1945) e a Reforma do Ensino de 1971. Essa especificidade pode ser verificada a partir de relações de poderes e de interesses entre setores públicos, privados e institucionais, identificados no processo de atuação das reformas educativas específicas. Reforço ainda que, dentre os interesses públicos e privados,

destacou-se a necessidade de profissionais habilitados para atuarem tanto em empresas quanto na organização de setores do Estado.

Acredito que os conhecimentos aqui construídos, embora modestos, contribuíram não apenas para o avanço em História da Educação, mas também em campos como a História Econômica, História da Contabilidade, História do Comércio, História Social, História das Mulheres, História das Profissões e História Social do Trabalho, bem como a Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, Currículo, entre outros.

Embora a escrita da tese tenha chegado ao fim, a pesquisa não apresenta ponto final. Desta forma, acredito na possibilidade de continuação de investigações a respeito do ensino comercial em diferentes frentes. A partir da análise centrada na modalidade de ensino, é possível explorar a possibilidade de estudos comparados entre o Brasil e outros países, visando identificar as relações e influências dos modelos educativos.

Outra possibilidade de continuidade diz respeito ao estudo da produção e circulação de ideias pedagógicas, de manuais didáticos, de profissionais do comércio, bem como do mobiliário escolar e da materialidade da escola. Embora exista uma relação mais direta entre Itália, Portugal e Brasil, acredito em análises a partir de Espanha e América Latina, sobretudo a partir dos Códigos Comerciais espanhóis e latino-americanos.

As questões de gênero também merecem destaque em pesquisas futuras, uma vez que, conforme demonstrei, embora exista a predominância de homens formados nos cursos comerciais, encontrei habilitações e instituições específicas para mulheres. Desta forma, a continuidade da pesquisa pode contribuir para o conhecimento sobre História das Mulheres e relações de gênero.

Outras temáticas a serem exploradas são a relação do ensino técnico de contabilidade com as outras habilitações técnicas, bem como a relação entre o ensino comercial secundário e superior, temas que podem se configurar em dissertações e teses futuras, a serem desenvolvidas por aqueles que se interessam pela temática.

Finalizo esta tese destacando que não escrevi a História definitiva do Ensino Comercial brasileiro, mas sim, uma narrativa possível a partir das ferramentas teórico-metodológicas empregadas e das fontes consultadas. Desta forma, desejo que pesquisadores e pesquisadoras possam dar continuidade à temática, revendo minhas conclusões e avançando na construção do conhecimento histórico educativo.

POSFÁCIO OU, DEPOIS DE PRONTO

As reflexões possíveis a partir de uma tese defendida se encerram, via de regra, nas conclusões ou considerações parciais, como no capítulo anteriormente apresentado. Esta etapa da pesquisa apresenta uma tecitura entre todos os capítulos do trabalho, apontando as reflexões e contribuições do autor para o avanço no campo do conhecimento estudado. No entanto, acredito que nenhum dos capítulos de uma tese deem conta de apresentar a trajetória e todas as atividades de um curso de doutorado.

Nas primeiras páginas de teses e dissertações, encontramos as informações “dissertação/tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre/doutor em”. Se a entrega do texto final corresponde a um dos requisitos para a obtenção do título de mestre ou doutor, pode-se concluir que outros requisitos foram necessários, como créditos cursados, provas de proficiência em línguas estrangeiras, estágios docência, entre outros.

Apesar da importância destas atividades formais, acredito que nem mesmo elas deem conta de expressar o empenho empregado em quatro anos de dedicação a um curso de doutorado. Dentre os significados encontrados para o termo posfácio nos dicionários, encontra-se o de “depois de pronto”. É recorrendo a este “depois de pronto” que proponho a, “depois da conclusão”, apresentar algumas das atividades que marcaram minha trajetória enquanto doutorando. Sendo assim, mesmo sabendo que não cabem em nenhum texto todas as experiências vividas, este posfácio tem o objetivo de registrar parte destas atividades, demonstrando que o dinheiro público investido nesta formação não se resume às páginas do texto final de uma tese.

Para apresentar estas experiências para o leitor, ousou tentar sistematizá-las em quatro grandes eixos, sendo eles: socialização e reconhecimento pelos pares, colaboração institucional, função social e militância e perspectiva de futuro. Certamente estas atividades estão imbricadas, sendo que estes eixos se encontram e se sobrepõem.

Conforme destaca Antoine Prost (2015), o ofício de historiador requer o reconhecimento por parte dos pares, seja nos eventos científicos ou nos textos escritos e publicados. Atrevo-me a tomar a colocação do autor e a generalizá-la para todos os cientistas, sejam eles das ciências humanas, exatas, da saúde, etc. Desta forma, não basta apenas a escrita de uma tese e o diploma de doutor em Educação. É preciso que os profissionais da área reconheçam e validam os trabalhos realizados e os resultados apresentados.

É dentro desta lógica de produção e divulgação da ciência que se encontram as atividades de socialização e reconhecimento pelos pares. Ao longo do percurso formativo no

doutorado, foram mais de trinta participações em eventos acadêmicos, os quais contaram com mais de trinta apresentações de trabalho, comunicações ou palestras proferidas. Além de participar dos encontros científicos, foram aproximadamente 10 eventos organizados, sejam na Unisinos ou em outras instituições. Assim como as participações em eventos, também a formação complementar pode ser entendida como uma forma de aprimorar conhecimentos e socializar resultados. Desta forma, foram realizados cursos de extensão comunitária, minicursos e oficinas temáticas.

Outra forma de socialização de resultados e de busca pelo reconhecimento dos pares se deu pela publicação de textos de diferentes tipos e formatos. Dentre estes trabalhos, destaco quatro capítulos de livros, mais de dez textos completos em anais de eventos, além de resumos e textos em sites e blogs.

Em relação às produções escritas, os artigos científicos foram um espaço privilegiado de julgamento pelos pares, no qual, seu aceite e publicação estiveram condicionados a avaliação de pesquisadores da área. Estas publicações permitiram ampliar os horizontes de pesquisa, permitindo investigações que ultrapassam a temática restrita da tese defendida. Foram publicados mais de 15 artigos, nos quais me propus a refletir sobre questões como as ocupações escolares pelos secundaristas no Rio Grande do Sul, metodologias de pesquisa como a biografia e a prosopografia, teatro em penitenciárias femininas no RS, ensino de História, manuais de cunho civilizatório para mulheres, censura a exposições de arte no Brasil, fechamento de escolas públicas em Porto Alegre e o desaparecimento de seus arquivos, sobre o avanço conservador na educação brasileira, entre outros.

Além da publicação de artigos científicos, as atividades de socialização contaram com a organização de um número de anais de evento e três dossiês temáticos sobre História da Educação, a partir dos quais estive em contato com pesquisadores nacionais e internacionais. Ainda neste conjunto de atividades, destaco a oportunidade de contribuir com diferentes periódicos como avaliador *ad hoc*, tendo realizado dezoito avaliações ao longo do doutorado.

Dentro do eixo colaboração institucional, destaco as atividades produzidas junto à instituição de realização do doutorado. Ao longo destes quatro anos atuei na Revista Educação UNISINOS, auxiliando a professora Isabel Bilhão no processo de encaminhamento de textos para avaliadores, cadastro de novos pareceristas, revisão e formatação dos textos a serem publicados, entre outras atividades. Aproveitei este espaço para agradecer à professora Isabel pela confiança e carinho ao longo deste período, no qual me mostrou os meandros da divulgação científica e as diversas etapas deste processo.

Em paralelo a atuação na Revista, estive envolvido de forma direta ou indireta em questões de interesses discentes, tanto nas diversas comissões que compõem o programa quanto em atividades dos alunos. Foram dois anos como suplente da representação discente, atuando em demandas junto ao representante Leonardo Lodi. Além das comissões do programa, estive envolvido em atividades discentes voltadas ao enfrentamento de cortes nas pesquisas de pós-graduação, participando de diferentes coletivos.

Dentre as atividades realizadas a partir das comissões, destaco a organização de duas semanas acadêmicas, três assembleias discentes, reuniões de discussões, oficinas diversas, auxílio nas provas de seleção do PPGEduc e reuniões para análise de editais de órgãos de fomento à pesquisa,

Sempre que possível, estive inserido também em aulas temáticas ou oficinas para os cursos de graduação e/ou pós-graduação do programa, seja no âmbito da História da Educação, das metodologias de pesquisa, oficinas de Currículo Lattes, etc. Reforço o agradecimento a minha orientadora Luciane Sgarbi Santos Grazziotin que, sempre que possível, me permitiu vivenciar estas diferentes atividades da universidade.

Além destas demandas, foram realizadas também atividades administrativas junto à instituição. Ao longo de pelo menos três anos, fiz parte da comissão responsável por coletar as informações dos currículos de discentes e egressos do programa, sendo responsável por inserir estas informações na Plataforma Sucupira, bem como produzir relatórios para o programa. Foram muitos dias e muitos turnos de trabalho dedicados a estas atividades, convivendo com colegas, professores e funcionários da instituição. Dentre os funcionários, destaco a contribuição da secretária Loinir Teresinha Nicolay, a quem deixo meus agradecimentos.

O terceiro eixo de experiências refere-se à função social e militância. Em relação à função social, destaco as atividades voltadas para a comunidade em geral, às quais permitem a articulação entre universidade e sociedade. Embora não apresente um tema de pesquisa combativo, a função social da pesquisa não se limite diretamente ao que pesquisamos. Desta forma, para além da relevância do tema em si, já discutida na tese, a minha formação no doutorado foi marcada por diversas outras formas de retorno social.

Dentre estas atividades, foram realizadas palestras em escolas da educação básica, participação como avaliador em feiras de iniciação científica em escolas públicas e privadas, bem como atividades de ensino e pesquisa voltadas para graduandos. Além destas atividades, ao longo dos quatro anos de doutorado, atuei em um Pré-Vestibular Popular, voltado para jovens economicamente sensíveis. Além de ministrar aulas de História do Brasil, foram organizados ciclos de palestras, articulando Universidade, Escola e Sociedade.

No ano de 2020, os impactos e mudanças causadas pela pandemia de COVID-19 permitiram-me assumir um outro compromisso com a sociedade, a partir da Rede Análise COVID-19. Como indica o nome, a Rede consiste na articulação entre pesquisadores e pesquisadoras de todo o Brasil, oriundos de diferentes áreas, engajados no processo de produção, socialização e popularização da ciência. Dentre as atividades realizadas, foram produzidos diferentes textos sobre a História da Saúde e das Doenças no Brasil, os quais visavam adaptar a linguagem acadêmica aos diferentes públicos. Além disso, foram ministradas diversas palestras sobre o tema, mostrando a importância da compreensão da história para lidarmos com os traumas do presente.

Entendendo o termo militância como sinônimo de luta por uma causa ou como desejo de transformação social, acredito que ações militantes fizeram parte do doutorado, em paralelo às atividades de função social mais diretas. O período de realização do curso (2017-2020) coincidiu com o avanço de uma política neoconservadora e neoliberal no país, a qual vem fechando portas e barrando avanços conquistados nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff¹⁸³.

Enquanto estudante, minha trajetória acadêmica é marcada pelo acesso à universidade a partir do Programa Universidade para Todos (PROUNI), sendo a permanência mantida a partir de Bolsas de Iniciação Científica, estágios extracurriculares e por bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)¹⁸⁴. Assim como a graduação, o mestrado e o doutorado foram cursados com bolsa, respectivamente financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dessa forma, atuei ativamente no enfrentamento e no combate aos cortes na educação brasileira.

Em paralelo às visitas realizadas a acervos, às leituras e à escrita da tese, participei ativamente de manifestações pela manutenção da democracia, pelos investimentos em educação, pelos direitos humanos, entre tantos outros temas necessários. Escrever uma tese em meio ao retrocesso político não é tarefa fácil, pois as expectativas de futuro são frustradas e muitos sonhos questionados. Neste contexto, sair para as ruas e ocupar o espaço público se tornou uma necessidade na luta pelos direitos sociais. Além destas atividades, os textos

¹⁸³ Uma análise aprofundada do cenário é realizada no artigo “Avanço Conservador na Educação brasileira: uma proposta de governo pautada em polêmicas (2018)”, de autoria minha e historiadora e amiga Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos Reis (SILVA, REIS, 2020). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40563>. Acesso em 29/07/2020.

¹⁸⁴ A trajetória enquanto bolsista do PROUNI permitiu que me tornasse um dos sujeitos da pesquisa de mestrado intitulada “O Programa Universidade para Todos (PROUNI) e as trajetórias de discentes na formação avançada para a Educação Brasileira”, de autoria da mestra Juliana Milcharek, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS (2020).

escritos e publicados, para além do avanço científico, também contribuíram para refletir acerca de questões políticas e sociais.

Por último, mas não menos importantes, estão as atividades relacionadas ao eixo perspectiva de futuro. Realizar um curso de doutorado é, também, fazer a preparação para a atuação profissional futura. Dentro do contexto de crise já apontado, as expectativas podem ser frustradas e abaladas a cada dia, perante os cortes em Educação e, em especial, em Humanidades. Dentre as frustrações deste momento, destaco a elaboração de 5 projetos de Doutorado Sanduíche, submetidos a editais de diferentes órgãos de fomento (CAPES e CNPq). Estes projetos foram todos aceitos, porém sem a liberação de verba, o que além de demonstrar os cortes em pesquisa, contribuem para frustrar pesquisadores em formação.

As perspectivas de futuro foram marcadas ainda pela prestação de concursos públicos em diferentes âmbitos educativos (educação básica e superior), bem como pela escrita de projetos de pós-doutorado. É importante destacar que atualmente, dentro deste contexto de crise, os concursos e bolsas são cada vez mais reduzidas, limitando as possibilidades de atuação profissional. Em meio a tantas tentativas de inserção profissional, duas deles merecem destaque: a aprovação em um processo seletivo para professor substituto do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), campus Seres/Caicó e, a aprovação em concurso público para professor do departamento de Turismo da mesma instituição, campus Seridó/Currais Novos.

Sendo assim, não poderia encerrar esta tese sem expor estes percursos que, embora não apareçam diretamente no texto, são fundamentais para compreender os caminhos trilhados até aqui. Estas páginas finais não visam, de forma alguma, tentar justificar qualquer possível deslize ou equívoco no texto, mas sim, registrar questões que não cabem em páginas, e que estão no “depois de pronto”, no “depois da conclusão”.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Luís Alberto Marques. Ensino Técnico: uma necessidade ou uma falácia? Notas para a compreensão da filosofia do Ensino Técnico em Portugal e no Brasil. In: **Hist. Educ.** (Online), v. 17, n°41, set./dez. 2013, p. 103-122.
- ANDRADE, José Paulo de. **Escola Técnica de Comércio de Itabaiana: A Formação de Profissionais Contábeis (1967-1978)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2014.
- BALL, Stephen. MAGUIRRE, Meg. BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: Atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: UEPG, 2016.
- BARBOSA, Marco Aurélio Gomes; OTT, Ernani. **A Origem da Contabilidade no Rio Grande do Sul: primeiras evidências, fortalecimento e consolidação**. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2013.
- BRASIL. **Decreto-lei n° 556**, de 25 de junho de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM556.htm . Acesso em: 18 nov. 2016.
- BRASIL. **Decreto-lei n° 769**, de 9 de agosto de 1854. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-769-9-agosto-1854-558392-publicacaooriginal-79624-pl.html>. Acesso em 13 maio 2018.
- BRASIL. **Decreto-lei n° 2.741**, de 09 de fevereiro de 1861. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2741-9-fevereiro-1861-556068-publicacaooriginal-75720-pe.html>. Acesso em 13 maio 2018.
- BRASIL, **Decreto-lei n° 1.339**, de 9 de janeiro de 1905. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-norma-pl.html>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- BRASIL, **Decreto-lei n° 3.168**, de 4 de outubro de 1916. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1916-10-04;3169>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- BRASIL, **Lei n° 17.329**, de 28 de maio de 1926. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- BRASIL, **Decreto-lei n° 20.158**, de junho de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL, Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL, Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11821.htm#:~:text=LEI%20No%201.821%2C%20DE%2012%20DE%20MAR%20C3%87O%20DE%201953.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20regime%20de,colegial%20e%20nos%20cursos%20superiores. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL, Lei nº 35.247, de 24 de março de 1954. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35247-24-marco-1954-323520-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 set. 2018.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Como elaborar um projeto de Pesquisa. **Trabalho Necessário**, v. 15, n. 28, 2017.

CARDOSO, Maria Jeusilande de Sousa. A poética desarticulada e desarticuladora do Livro do Desejo de Fernando Pessoa. Dissertação de Mestrado (Programa e Pós-Graduação em Literatura). Brasília, Universidade de Brasília, 2008.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil: Vol. I. - Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p.179-191.

CARVALHO, José Murilo de. O Positivismo Brasileiro e a importação de ideias. In: GRAEBIN, Cleusa; LEAL, Elisabete (Org.). Revisitando o Positivismo. Canoas: LaSalle, 1998. p. 13-27.

CASTRO, Cláudio de Moura. A Primeira escola técnica e a formação da tecnocracia portuguesa: a Aula de Comércio na era pombalina. Versão modificada do prefácio do livro. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Aula de Comércio**. Rio de Janeiro: Fundação Xerox, 1982.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. As aulas de comércio no Império luso-brasileiro: o ensino prático profissionalizante. In: JORNADA SETECENTISTA, 7., 2007, [s.d.]. **Anais...** 2007. p. 267-276.

CLEMENTE, Elvo. **Pilares da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **História dos congressos brasileiros de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2008a.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Legislação da profissão contábil**. 3ed. Brasília: CFC, 2008b.

CORAZZA, Gentil; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Junta Comercial no Contexto da Economia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2003.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. **Gustavo Capanema**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema. Acesso em 12/01/2020.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 21-38.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Memoria de la Educación y Cultura de La Escuela. In: ESCOLANO BENITO, Agustín; HERNÁNDEZ DÍAS, José Maria. **La memoria y el deseo**: Cultura de la escuela y educación deseada. Edita Tirant Lo Blanch, 2002.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

FARIA, Juliano Espezin Soares. **O Ensino de Matemática da Academia de Comércio de Santa Catarina na década de 1930 e 1940**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

- FEIJÓ, Suzinara da Rosa. **Biblioteca Clóvis Vergara Marques: Histórias e Memórias de Servidores (1961-1982)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- FIGUEIREDO, Milene Moraes de. **A Nacionalização de escolas alemãs no sul do Brasil: uma zona cinzenta de adesões e resistências (1937-1945)**. Qualificação de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 28 de novembro de 2019.
- FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CARRION, Otilia Beatriz Kroeff. O Ensino de Economia na UFRGS. **Análise**, Porto Alegre. V. 17, n.2, jul./dez., p. 284-296, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault (1977). In: ____ Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. **Ditos & Escritos IX**. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 13-34.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade do saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia, a história (1971). In: ____ Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. **Ditos & Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 260-281.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: ____ Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. **Ditos & Escritos IX**. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 118-140.
- FOURQUIN, Guy. **História Econômica do Ocidente Medieval**. Lisboa. Edições 70, 1981.
- GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- GERTZ, René E. Intelectuais gaúchos e o Estado Novo brasileiro (1937-1945). **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo: v. 13, n. 1, jan/jun. 2013, p. 19-32.
- GINZBURG, Carlo. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário**. In: _____. Mitos, emblemas, sinais: morfologia a história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONÇALVES, Miguel; MARQUES, Maria da Conceição da Costa. Evolução do Ensino da Contabilidade em Portugal na segunda metade do Século XIX: uma análise Histórica, 1844–1886. In: **Pecunia**, núm. 13 (julio-diciembre 2011), pp. 201-220.
- GRASSI, Italo Luis. **Libros de Comercio: Antecedentes Historicos, legislacion, jurisprudência**. Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Economicas, Buenos Aires, 1944.

GUASH, Ana Maria. Doce Reglas para Una Nueva Academia: La “Nueva Historia del Arte” y los Estudios Audiovisuales. In: **Congreso Altos Estudios. Escuela Internacional de Cine y TV**, San Antonio de los Baños (Cuba), 2005.

HEINZ, Flávio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de porto Alegre entre a atividade política e administração pública (1896-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 29, nº 58, 2009. p. 263-289.

HASS DA SILVA, Eduardo Cristiano; SILVA, Bárbara Virgínia Groff da. Convites de Formatura da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (1976-1986): Possibilidades de Pesquisa. In: XIV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) - Produzindo História a partir de Fontes Primárias, 2018, Porto Alegre. **Anais...**, 2018. p. 125-139.

HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 2002.

LAFFIN, Marcos. **De Contador a professor: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

LE GOFF, Jacques. Profissões lícitas e profissões ilícitas no Ocidente medieval. In: **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa, Estampa, 1980.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e Banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LIMA, Frederico Osanan Amorim; DUARTE FILHO, Gillberto Escórcio; SANTOS, Cleidivan Alves. A Educação Técnica em Parnaíba: A União Caixeiral como Sintoma do Desenvolvimento Econômico. In: **Revista F@pciência**, Apucarana – PR, v. 7, n. 2, p. 13-25, 2010.

LOPES DE SÁ, Antônio. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

LOPEZ, Robert S. **A Revolução Comercial da Idade Média**. 2. ed. Portugal: Editorial Presença, 1980.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2011.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAKOWIECKY, Sandra; GOUDARD, Beatriz; PETRY, Eduardo; CANTO, Fernanda do. (Orgs.). **Museu da Escola Catarinense: MESC UDESC**. Florianópolis: UDESC/MESC: DIOESC, 2016.

MAKOWIECKY, Sandra; GOUDARD, Beatriz. Painéis de Formatura no Acervo Museu da Escola Catarinense: uma visão do avesso. In: *Arte e seus Lugares: Coleções em Espaços Reais*. **Anais do VIII Seminário do Museu D. João VI/ IV Colóquio Internacional Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, 2017.

MALATESTA, Maria. **Professional Men, Professional Women: The European Professions from the Nineteenth Century until Today**. SAGE, 2011.

MAGALHÃES, Justino. **Da Cadeira ao Banco: Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)**. Educa: Lisboa, 2010.

MARTINS, Carlos Benito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, 2009, p. 15-35, jan./abr.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “História Visual”. MARTINS, José de Souza (Orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**, Edusc, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. **Estabelecimentos de Ensino Comercial Existentes no Brasil – 1946**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível para consulta pública na Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MORAIS, José Jassuipe da Silva; ALBUQUERQUE, Pascoal Diogo. **ENSINO COMERCIAL EM COIMBRA: Escola Secundária de Avelar Brotero Coimbra – Portugal (1948-1974)**, 2016.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Reformas de Ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000.

NIEMEYER, Erns. **Kalender für die Deutschen in Brasilien**, 1907. Mural exposto no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

NÓVOA, António. Apresentação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil: Vol. I. - Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p.9-13.

OLIVEIRA, Abrahão de. **O Conde Paulistano – A História de Eduardo Prates**. Sãopauloinfoco, s.n. Disponível em: <http://www.saopauloinfoco.com.br/conde-prates/>. Acesso em 18/03/2020.

OLIVEIRA, Abrahão de. **A Escola que Ensinou o Comércio: A História da FECAP**. Sãopauloinfoco, 2016. Disponível em: <http://www.saopauloinfoco.com.br/a-escola-que-ensinou-o-comercio-a-historia-da-fecap/>. Acesso em 26/03/2020.

- PACIOLI, Luca. **Summa de arithmetica, geometria**. Edição Comemorativa, 1993. Disponível no acervo de obras raras da biblioteca da FECAP.
- PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMANI, Cláudia; GUAZZELLI, César A. (Org.). **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2004.
- PALMA FILHO, João Cardoso. A Educação Brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas. Pedagogia Cidadã. **Cadernos de Formação. História da Educação**. 3ª Ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP – Santa Clara Editora, 2005. p. 61-74.
- PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado**. Brasília: Editora UnB. 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego** (por Bernardo Soares). 2ª ed. Editora Brasiliense, 1986.
- PETRY, Eduardo. **Academia de Comércio de Santa Catarina**, 2013. Disponível em: <http://santacatarinaantiga.blogspot.com.br/2013/05/academia-de-comercio-de-santa-catarina.html>. Acesso em 19/05/2019.
- POLATO, Mauricio Fonseca. **A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e o ensino comercial em São Paulo (1902-1931)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). PUCSP: São Paulo, 2008.
- PROST, Antoine. **Doze Lições sobre História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- POPEKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. In: **Tempo Social; Ver. Sociol. USP, SP, 7(1-2): 67-82**, outubro de 1995.
- RECH, Gelson Leonardo. **Escolas Étnicas Italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): A Formação de uma rede escolar e o Fascismo**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Pelotas, 2015.
- REDAÇÃO Spbancarios. **Presidente do Santander anuncia fim dos caixas humanos no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/05/2019/presidente-do-santander-anuncia-fim-dos-caixas-humanos-no-brasil>. Acesso em: 29/06/2020.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

- RODRIGUES, Nadir Binini. **Colégio Rosário: Lições para a vida inteira (1904-2004)**. Porto Alegre: CMC Editora, 2004.
- SANCHES, Maria Cristina. **Políticas Públicas: Regulamentação do Ensino Técnico Profissional na Era Vargas (1930-1945)**. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Maringá – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2012.
- SANSON, João Rogério; NICOLAU, José Antônio. Do ensino de técnicas comerciais ao ensino de Economia em Santa Catarina. *Análise*, v. 17, n. 2, 2006. p. 297-312.
- SCHRIEWER, Jürgen. **Pesquisa em educação comparada sob condições de interconectividade global**. Tradução de Geraldo Korndörfer e Luís Marcos Sander. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 9-51.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SILVA, Bárbara Virgínia Groff da. **Grand finale? A conclusão do ensino médio no Colégio Estadual Cândido José de Godói**. 2015. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SILVA, Bárbara Virgínia Groff; HASS DA SILVA, Eduardo Cristiano. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) de São Paulo: possibilidades de pesquisa a partir de Álbuns de Formaturas (1930-1950). In: **24º Encontro da Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação - História da Educação: Sensibilidades, patrimônio e cultura escrita**, 2018, São Leopoldo. Anais..., 2018. p. 163-179.
- SILVA, Bárbara Virgínia Groff; HASS DA SILVA, Eduardo Cristiano. Retratos de Escola: uma análise dos rituais de formatura da Escola Técnica Comercial do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1968 E 1969). In: VIANNA, Marcelo et al (Orgs.). **O Historiador e as Novas Tecnologias – reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas – PUCRS**. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015. p. 393 – 417.
- SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **A Gênese de um Espaço Profissional: A Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983)**. Porto Alegre, 2017. Dissertação (Mestrado) - Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2017.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. Documento: Estabelecimentos de ensino comercial existentes no Brasil - 1946. **História da Educação**, v. 23, p. 1-36, 2019.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **O ENSINO COMERCIAL EM FLORIANÓPOLIS: A Academia de Comércio de Santa Catarina (1935-1944)**. Monografia (Curso de Bacharelado em História). Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul: Porto Alegre, 2019.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass; BASTOS, Maria Helena Camara. A afirmação do ensino técnico comercial no Brasil no contexto da Era Vargas (1930-1945). **RBC: Revista Brasileira de Contabilidade**, v. XLVI, p. 23-31, 2017.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass; BASTOS, Maria Helena Camara. A revista Echos do Gymnasio Nossa Sra. do Rosário e o Ensino Comercial (Porto Alegre/RS, 1927-1944). In: RIPE, Fernando; SOUZA, José Edimar de; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul: instituições, culturas e práticas educativas** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SILVA, Marli Auxiliadora da. **De Portugal ao Brasil - A Trajetória Histórica do Ensino Superior de Contabilidade (1940-1985): concepções e tendências relativas aos aspectos de formação dos profissionais em contabilidade**. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2015.

SIMÕES, I. M. Objetos em Estado de Exposição: Exercício para uma Escrita Contemporânea da Ate como Montagem. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 25., 2016, Porto Alegre. **Arte: seus espaços e/em nosso tempo**. Porto Alegre: Anpap, 2016. Disponível em: <<http://anpap.org.br/anais/2016/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SOUSA, Ranyelle Foro de. **Memórias de uma Instituição de Ensino Superior em Belém do Pará: História da Escola de Agronomia da Amazônia (1951-1972)**. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Leopoldo, 2019.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e História da Educação. In: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. VIII – Século XX: Vozes, 2005. p. 416-429.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. 2. ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008. p. 220-222.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIEIRA, Mário Lázaro Santos. **A Escola Prática Comercial Raul Dória: Memória de um Espaço de Ensino Comercial (1902-1964)**. Dissertação de Mestrado em História e Educação. Universidade do Porto – Faculdade de Letras: Porto, 2010.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**. Morata, 2ª Ed, 2006.

VIOLA, Valeria. “**Il segreto dela ricchezza degli altri paesi è la scienza, è l’istruzione técnica**: Percorsi di formazione: Percorsi di formazione técnica e professionale nell’Italia dell’Ottocento. Pensa MultiMedia Editores, 2016.

VICENTINI, Rita de Cássia Carvalho. **O Percurso de um precursor**: as atividades de um empreendedor paulista na cidade de São Paulo imperial e republicana. Dissertação de Mestrado em História Econômica. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: São Paulo, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ANUARIO Estatístico do Brazil. Ano I (1908-1912), v. III, Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1927. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUARIO Estatístico do Brasil. Ano II (1936). Rio de Janeiro, 1936. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUARIO Estatístico do Brasil. Ano III (1937). Rio de Janeiro, 1937. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Distrito Federal. Ano IV (1938). Rio de Janeiro, 1939. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano V (1939-1940). Rio de Janeiro, 1939. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano VI (1941-1945). Rio de Janeiro, 1946. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano VII (1946). Rio de Janeiro, 1947. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano VIII (1947). Rio de Janeiro, 1948. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano IX (1948). Rio de Janeiro, 1949. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano X (1949). Rio de Janeiro, 1950. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XI (1950). Rio de Janeiro, 1951. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XII (1951). Rio de Janeiro, 1952. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

Anuário Estatístico do Brasil. Ano XIII (1952). Rio de Janeiro, 1953. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XIV (1953). Rio de Janeiro, 1953. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XV (1954). Rio de Janeiro, 1954. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XVI (1955). Rio de Janeiro, 1955. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XVII (1956). Rio de Janeiro, 1956. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XVIII (1957). Rio de Janeiro, 1957. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XIX (1958). Rio de Janeiro, 1958. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XX (1960). Rio de Janeiro, 1960. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXI (1961). Rio de Janeiro, 1961. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXII (1962). Rio de Janeiro, 1962. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXII (1963). Rio de Janeiro, 1963. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXIII (1964). Rio de Janeiro, 1964. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXIV (1965). Rio de Janeiro, 1965. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXIV (1966). Rio de Janeiro, 1966. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXV (1967). Rio de Janeiro, 1967. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXVI (1968). Rio de Janeiro, 1968. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXVII (1969). Rio de Janeiro, 1969. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXVIII (1970). Rio de Janeiro, 1970. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXIX (1971). Rio de Janeiro, 1971. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano XXX (1972). Rio de Janeiro, 1972. IIBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 23/01/2020.

ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA

ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. **Livro Diversos**, 1930.

ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. **Relação de Alunos Matriculados**, 1935a. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. **Livros Diversos**, 1935b. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. **Livro Diário de Classe**, 1935c. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. **Registro das Penalidades Impostas aos Alunos**, 1937. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. **Livro de Termo de Posse de Estagiário**, 1950. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. **Livro Diplomados**, 1961-1976. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. **Livro Apostila do Estágio**, [s.d.]. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. **Livro de Diplomas de Perito-contadores**, 1937-1950. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

ÁLBUM Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1965. Disponível em: <http://pergamum.fecap.br/biblioteca/imagens>. Acesso em 08/04/2020.

ÁLBUM Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1972. Disponível em: <http://pergamum.fecap.br/biblioteca/imagens/00002e/00002ee8.pdf>. Acesso em 08/04/2020.

ESCOLA de Comércio Álvares Penteado. **Regimento Interno**, 1929. Disponível em: http://pergamum.fecap.br/mobile/resultado_info.php?cod_acervo=54667. Acesso em 26/02/2020.

ESCOLA de Comércio Álvares Penteado. **Regimento Interno**, 1934. Disponível em: http://pergamum.fecap.br/mobile/resultado_info.php?cod_acervo=54667. Acesso em 01/04/2020.

ESCOLA de Comércio Álvares Penteado. **Regimento Interno**, 1945. Disponível em: http://pergamum.fecap.br/mobile/resultado_info.php?cod_acervo=54667. Acesso em 01/04/2020.

FECAP. **Hino Alvarista**. Site institucional. Disponível em: <https://www.fecap.br/hino-alvarista/>. Acesso em 14/06/2020.

FUNDAÇÃO Escola de Comércio Álvares penteado. **Histórico da Fundação**: Solenidades Comemorativas do 30º Aniversário e Constituição Atual da Escola de Comércio “Álvares Penteado”. São Paulo, 1932. Disponível na Biblioteca da Fecap. Consulta em 2018.

ROTA, Giovanni. *Ragioneria – delle cooperative di consumo*. Manuali Hoepli. Editore: Libraio della real Casa, Milano, 1896.

ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

ALMANAQUE Escolar do Estado do Rio Grande do Sul – EDIÇÃO OFICIAL. Livraria Selbach de J, R. da Fonseca & Cia. Porto Alegre, 1935.

CORAZZA, Gentil (Org.). *História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Histórico da (Cinquentenária) Fac. De Ciências Econômicas. Porto Alegre, 23 de julho de 1959, p. 1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Os prédios da UFRGS:** atualidade e memória. [texto de] Tania Franco Carvalhal; [fotos de] Luiz Eduardo Robinson Achutti; [aquarelas de] Joaquim da Fonseca. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio 1909-1979:** a história do ensino técnico comercial de segundo grau na UFRGS. Porto Alegre, 1979.

IMAGENS

Imagem 1 – Mar Mediterrâneo: LEITÃO, Joyce Oliveira. Mar Mediterrâneo. In: InfoEscola. s.n.. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/mar-mediterraneo/>. Acesso em 02/12/2019.

Imagem 2 - Prédio da Escola de Comércio de São Paulo: FUNDAÇÃO Escola de Comércio Álvares Penteado, p. 2, 1932.

Imagem 3 - Carão Postal: Prédio da Escola de Comércio de São Paulo: Fonte: OLIVEIRA, 2016, online.

Imagem 4 – Sala de Máquinas: ÁLBUM Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1965, online.

Imagem 5 – Aula de Datilografia: ÁLBUM Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1972, online.

Imagem 6 - Livro Ragioneria (1896): Acervo de Obras raras da Biblioteca da Fecap. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 7 - Livro La Ragioneria (1913): Acervo de Obras raras da Biblioteca da Fecap. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 8 – Secretaria da Fecap: ÁLBUM Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1965, online.

Imagem 9 – Tesouraria da Fecap (1965): ÁLBUM Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1965, online.

Imagem 10 - Biblioteca da Fecap (1965): ÁLBUM Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1965, online.

Imagem 11 – Contadores da Fecap de 1923: Biblioteca da Fecap (online). Disponível em: http://pergamum.fecap.br/biblioteca/fotos.php?cod_acervo=54576. Acesso em 15/04/2018.

Imagem 12 - Capa do álbum de formatura de 1934: Acervo de Obras raras da Biblioteca da Fecap. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 13- Capa do álbum de formatura de 1934. Acervo de Obras raras da Biblioteca da Fecap. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 14: “Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio 1909-1979: a história do ensino técnico comercial de segundo grau na UFRGS”. Acervo do autor (2020).

Imagem 15: Aquarela da Faculdade Livre de Direito. Os prédios da UFRGS: atualidade e memória (UNIVERSIDADE, 1998, p. 32).

Imagem 16 – Estrutura administrativa da Escola de Comércio de Porto Alegre (1971). Vizentiti, 1979.

Imagem 17: Professor Pery Pinto Diniz da Silva, diretor da faculdade entre 1953 e 1964. Corazza, 2009.

Imagem 18 - Diplomados do curso de Economia – turma do ano do cinquentenário (1959). Fonte: Corazza, 2009.

Imagem 19 - Prédio do Instituto Polytechico de Florianópolis e da Academia de Comércio de Santa Catarina. PETRY, Eduardo. Academia de Comércio de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://santacatarinaantiga.blogspot.com.br/2013/05/academia-de-comercio-de-santa-catarina.html>. Acesso em 19/05/2019.

Imagem 20 - Lateral e pátio do Prédio do Instituto Polytechico de Florianópolis e da Academia de Comércio de Santa Catarina. PETRY, Eduardo. Academia de Comércio de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://santacatarinaantiga.blogspot.com.br/2013/05/academia-de-comercio-de-santa-catarina.html>. Acesso em 19/05/2019.

Imagem 21 - Máquina de escrever de mesa. EXPOSIÇÃO. Museu da Escola Catarinense, Florianópolis. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 22 - Máquina de escrever portátil. EXPOSIÇÃO. Museu da Escola Catarinense, Florianópolis. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 23 – Mimeógrafo. EXPOSIÇÃO. Museu da Escola Catarinense, Florianópolis. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 24 – Murais: seda, milho e algodão. EXPOSIÇÃO. Museu da Escola Catarinense, Florianópolis. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 25 – Murais: feijão, têxteis e café. EXPOSIÇÃO. Museu da Escola Catarinense, Florianópolis. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 26 – Mural de Formatura de 1938. EXPOSIÇÃO. Museu da Escola Catarinense, Florianópolis. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 27 – Mural de Formatura de 1941. EXPOSIÇÃO. Museu da Escola Catarinense, Florianópolis. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 28 - Mural de Formatura de 1942. EXPOSIÇÃO. Museu da Escola Catarinense, Florianópolis. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

Imagem 29 - Mural de Formatura de 1943. EXPOSIÇÃO. Museu da Escola Catarinense, Florianópolis. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2018.

APÊNDICE A – RESULTADO DA BUSCA SISTEMATIZADA POR DESCRITOR E BANCO DE TRABALHOS E/OU PERIÓDICOS

1. DESCRITOR ENSINO TÉCNICO COMERCIAL

Quadro A - Descritor 'Ensino Técnico Comercial' no Banco de Teses e Dissertações da Capes

Descritor: Ensino Técnico Comercial					
Banco	Total	Tipos			
		Dout.	Mest.	Mest. Profis.	Profissionalizante
Banco de Teses e Dissertações da Capes	48	99	335	3	1
Refinamento por área: Educação, História, Sociais e Humanidades					
		Dout.	Mest.	Mest. Profis.	Profissionalizante
Banco de Teses e Dissertações da Capes	33	4	229	0	0
Refinamento por período: 2008-2017					
		Dout.	Mest.	Mest. Profis.	Profissionalizante
Banco de Teses e Dissertações da Capes	16	21	115	0	0

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Quadro B - Trabalhos localizados no Banco de Teses e Dissertações da Capes (Descritor: ensino Técnico Comercial; Área: Educação, História, Sociais e Humanidades; Ano: 2008-2017)

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2008	SANTOS, José Pereira dos.	Criação da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza 1966 -1969	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2010	FILHO, Gilberto Escórcio Duarte	PORTA-VOZES DA CONQUISTA DA RIQUEZA: o Ensino Comercial e a escola União Caixerl de Parnaíba (1918 - 1950)	Mestrado em Educação	Universidade Federal do Piauí
2010	PEDRO, Joselia Galiciano	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial: uma análise da formação superior tecnológica	Mestrado em Educação	Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente
2011	FARIA, Juliano Espezim Soares.	O Ensino de Matemática da	Mestrado em Educação	Universidade Federal de

		Academia de Comércio de Santa Catarina nas Décadas de 1930 E 1940		Santa Catarina
2011	GARCIA, Daniele da Costa.	História do Colégio Agrícola de Uberlândia: da criação a formatura da primeira turma de Técnicos em Agropecuária (1957 - 1972)	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2011	JÚNIOR, Samuel Coutinho de Macedo.	O Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CTUR e o município de Seropédica: relacionamento e possibilidades	Mestrado em Educação Agrícola	Universidade Federal do Rio de Janeiro
2011	GALANTE, Claudia.	O SENAC São Paulo e a Educação: O Ponto de Vista dos Dirigentes	Mestrado em Educação	Universidade Metodista de São Paulo
2012	SILVA, Jóbio Balduino da.	Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba: reflexões sobre a história da educação profissional pública no pontal do Triângulo Mineiro (1965-1979)	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2013	MACHADO, Raphael Ribeiro.	A construção de uma cultura política republicana em Minas Gerais nos discursos das reformas da educação pública nas primeiras décadas da República (1891-1910)	Mestrado em educação Tecnológica	Centro Federal de Educação Tecn. de Minas Gerais
2014	ANDRADE, Jose Paulo de.	Escola Técnica de Comércio de Itabaiana: A Formação de Profissionais Contabilistas (1967-1978)	Mestrado em Educação	Fundação Universidade Federal de Sergipe
2015	PEQUIN, Bento Salvio.	Curso Técnico Médio Público em Administração: Um Estudo Sobre Grades Curriculares e Formação no Período	Mestrado em Educação (História, Política, Sociedade)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

		de 1969 a 1982 na Cidade de São Paulo		
2016	PEREIRA, Eliane de Alcantara.	Ilustre Desconhecido: Livro Didático dos Cursos Técnicos em Instituição do Sistema S Rio de Janeiro (2016)	Mestrado em Educação	Universidade Estácio de Sá
2016	EID, Gabriel Sarmiento.	Produção de subjetividades de jovens de uma escola profissionalizante no contexto da sociedade de consumo americana (2016)	Mestrado em Educação	Centro Universitário Salesiano de São Paulo
2016	ANDRADE, Francielle Aparecida Garuti de.	O Colégio Marista no Contexto da Urbanização de Cascavel (1962-1989)	Mestrado em Educação	Universidade Estadual de Maringá
2017	SILVA, Eduardo Cristiano Hass da.	A Gênese de um Espaço Profissional: A Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983)	Mestrado em História	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2017	SABINO, Rosimeri Ferraz	A Configuração da Profissão de Secretário em Sergipe: Educação, Atuação e Organização da Área (1975 – 2010)	Doutorado em Educação	Fundação Universidade Federal de Sergipe

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Quadro C- Trabalhos localizados para o descritor Ensino Técnico no Banco dos Cadernos de História da Educação da UFU¹⁸⁵

Descritor: Ensino Técnico Comercial/ Ensino Técnico			
Banco		Total	Tipo
Cadernos de História da Educação da UFU		2	Artigos
Autor	Título	Edição	Páginas
GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO,	Cidade Urbanizada e o Espaço Escolar do Gymnásio Mineiro de Uberlândia de Fins do Século XIX	v. 10, n. 1 (2011)	93-121

¹⁸⁵ Na Revista Brasileira de História da Educação, no Cadernos de História da Educação da UFU e na Revista História da Educação da ASPHE não foram encontrados trabalhos para o descritor Ensino Técnico Comercial. Optei pela simplificação do descritor para 'Ensino Comercial' ou 'Ensino Técnico'.

Geraldo.	a Primeira Metade do Século XX		
SILVA, Marta Leandro da; INÁCIO FILHO, Geraldo.	Trajectoria histórico-normativa das políticas curriculares da educação profissional técnica de nível médio: de 1996 a 2008	v. 15, n. 2 (2016)	769-792

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quadro D - Trabalhos localizados para o descritor Ensino Técnico no Banco da Revista

História da Educação da ASPHE

Descritor: Ensino Técnico			
Banco		Total	Tipo
Revista História da Educação da ASPHE		08	Artigos
Autor	Título	Edição	Páginas
CORSETTI, Berenice.	A construção do cidadão: os conteúdos escolares nas escolas públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República	v. 4, n. 8 (2000): jul./dez. 2000	175-192
NOGUÊS, Boris. (Trad. Maria Helena Camara Bastos)	Estudantes ou ouvintes? O público das faculdades de letras e ciências no século 19 (1808-1878)	v. 15, n. 33 (2011): jan./abr. 2011	88-116
CASPARD, Pierre. (Trad. Maria Helena Camara Bastos)	A escola, a família e o Estado: uma aproximação histórica de suas relações	v. 15, n. 34, maio/ago., 2011	9-21
ISOBE, Rogéria Moreira Rezende.	Inspeção técnica como dispositivo de formação de professores: estratégia de produção de um modelo escolar em Minas Gerais	v. 17, n. 39, jan./abr., 2013	9-21
AMORIM, Mario.	Exigência para o desenvolvimento das nossas indústrias: o ensino técnico no contexto da Lei Orgânica do Ensino Industrial	v. 17, n. 41, set./dez., 2013	123-138
ALVES, Luis Alberto Marques.	Ensino técnico: uma necessidade ou uma falácia? Notas para a compreensão da filosofia do ensino técnico em Portugal e no Brasil	v. 17, n. 41, set./dez., 2013	103-122
GONÇALVES, Irlen Antônio; VERSIEUX, Daniela Pereira.	Escrevendo por sobre a terra: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915)	v. 19, n. 46, maio/ago., 2015	201-222
SILVA, Everaldo Paulo da; SCHUBRING, Gert.	Cálculo em matemática: um assunto para o ensino em geral ou específico para o ensino técnico	v. 20, n. 49, maio/ago., 2016	65-80

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

2. DESCRITOR ESCOLA COMERCIAL

Quadro E - Descritor 'Escola Comercial' no Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Descritor: Escola Comercial					
Banco	Total	Tipos			
		Dout.	Mest.	Mest. Profis.	Profissionalizante
Banco de Teses e Dissertações da Capes	1358	375	920	28	35
Refinamento por área: Economia, Educação, História, Sociais e Humanidades					
		Dout.	Mest.	Mest. Profis.	Profissionalizante
Banco de Teses e Dissertações da Capes	105	21	82	2	0
Refinamento por período: 2008-2017					
		Dout.	Mest.	Mest. Profis.	Profissionalizante
Banco de Teses e Dissertações da Capes	30	8	22	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Quadro F - Trabalhos localizados no Banco de Teses e Dissertações da Capes (Descritor: escola comercial; Área: Economia, Educação, História, Sociais e Humanidades; Ano: 2008-2017)¹⁸⁶

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2008	POLATO, Maurício Fonseca.	A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e o Ensino Comercial em São Paulo (1902-1931)	Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2008	SANTOS, José Pereira dos.	Criação da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza – 1966 -1969	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2008	DORNELAS, Juliana Gomes.	Na América, a esperança: Sírios, Libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1940)	Mestrado em História	Universidade Federal de Juiz de Fora
2008	SOUSA, Leia de Cassia Langnor e.	A Educação Pública de Itapeva - SP: da Gênese ao Grupo Escolar Coronel Acácio Piedade (Séculos XIX e XX)	Mestrado em Educação	Universidade de Sorocaba
2009	MEIRA, José	Ciência e prática:	Doutorado	Pontifícia

¹⁸⁶ A busca com o descritor 'Escola Comercial' nos sítios dos periódicos Revista Brasileira de História da Educação, Cadernos de História da Educação da UFU e Revista de História da Educação da ASPHE não localizou em nenhum resultado.

	Normando Gonçalves.	ensino agrícola na educação presbiteriana em Minas Gerais (1908-1938)	em Educação	Universidade Católica de São Paulo
2009	RODRIGUES, Maysa Gomes.	Sob o céu de outra pátria: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, Minas Gerais (1888-1912)	Doutorado em Educação	Universidade Federal de Minas Gerais
2009	FILHO, Ronie Cardoso.	São José, O Colégio de Castro. 1904-1994	Doutorado em Educação	Universidade Federal do Paraná
2010	GATTI, Giseli Cristina do Vale.	Tempo de cidade, lugar de escola: dimensões do ensino secundário no Gymnásio Mineiro de Uberlândia (1929-1950)	Doutorado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2010	FILHO, Gilberto Escórcio Duarte.	PORTA-VOZES DA CONQUISTA DA RIQUEZA: o Ensino Comercial e a escola União Caixeral de Parnaíba (1918 -1950)	Mestrado em Educação	Fundação Universidade Federal do Piauí
2010	MARTINS, Ana Paula.	Educação para o trabalho no contexto libertário.	Mestrado em História	Universidade de São Paulo
2010	SOUZA, César Neves de.	A presença do Colégio São José na formação da elite feminina santista	Mestrado em Educação	Universidade Católica de Santos
2010	COSTA, Patrícia Coelho da.	Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)	Doutorado em Educação	Universidade de São Paulo
2010	GUILHERME, Willian Douglas.	A educação e o progresso: o Gymnasio de Uberabinha e a Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha (1919 - 1929)	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2011	FARIA, Juliano Espezim Soares.	O Ensino de Matemática da Academia de Comércio de Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Santa Catarina
2011	RESENDE, Luciana Araujo Valle de.	Ensino profissionalizante e estado militar: (re)articulação por meio	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia

		dos Polivalentes (Uberlândia, MG, 1971-1980)		
2011	GARCIA, Daniele da Costa.	História do Colégio Agrícola de Uberlândia: da criação a formatura da primeira turma de Técnicos em Agropecuária (1957 - 1972)	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2012	OKADA, Nancy.	A Análise do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial: Contribuições e Desafios para a Formação Profissional	Mestrado em Educação	Universidade do Oeste Paulista
2012	SILVA, Jóbio Balduino da.	Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba: reflexões sobre a história da educação profissional pública no pontal do Triângulo Mineiro (1965-1979)	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2012	SOUZA, Luciene Maria de.	Entre o ideal e o real: a construção do pensamento empresarial uberlandense e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores	Doutorado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2013	JUNIOR, Antonio Carlos Gomes.	O Ensino Comercial no Brasil: Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa	Doutorado em Educação	Universidade Metodista de Piracicaba
2013	MACHADO, Raphael Ribeiro.	A construção de uma cultura política republicana em Minas Gerais nos discursos das reformas da educação pública nas primeiras décadas da República (1891-1910)	Mestrado em Educação Tecnológica	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
2014	ANDRADE, Jose Paulo de.	Escola Técnica de Comércio de Itabaiana: A Formação de Profissionais Contabilistas (1967 - 1978)	Mestrado em Educação	Fundação Universidade Federal de Sergipe
2014	PEREIRA, Fabio Vasconcelos Lima.	Escola Complementar de Comércio de Sete Lagoas (1926-1943): trajetória de uma	Mestrado em Educação	Centro Federal de Educação Tecn. de

		instituição educativa criada para a formação do trabalhador de comércio		Minas Gerais,
2015	RIULE, Jefferson.	Encontros e desencontros de culturas nas trajetórias de docentes e alunos da educação profissional	Mestrado em Educação	Universidade de São Paulo
2015	CRESPO, Valeria Maria Neto.	UMA LIVRARIA ENTRE O SOLAR E A ESCOLA: Educação, Livros e Leitores na História de Ao Livro Verde (1844 -1889) VALÉRIA	Doutorado em Educação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2015	PEQUIN, Bento Salvio.	Curso Técnico Médio Público em Administração: Um Estudo sobre Grades Curriculares e Formação no Período de 1969 a 1982 na Cidade de São Paulo	Mestrado em Educação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2015	LIMA, Ederson Prestes Santos.	História, Memória e Educação no Olhar "Photographico" de Guilherme Glück (Lapa, 1920-1953) Curitiba 2015	Doutorado em Educação	Universidade Federal do Paraná
2016	EID, Gabriel Sarmiento.	Produção de subjetividades de jovens de uma escola profissionalizante no contexto da sociedade de consumo. Americana 2016	Mestrado em Educação	Centro Universitário Salesiano de São Paulo
2016	ANDRADE, Francielle Aparecida Garuti de.	O Colégio Marista no Contexto da Urbanização de Cascavel (1962-1989)	Mestrado em Educação	Universidade Estadual de Maringá
2017	SILVA, Eduardo Cristiano Hass da.	A Gênese de um Espaço Profissional: A Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983)	Mestrado em História	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2017	BANDEIRA, Taina da Silva.	Escola Técnica de Comércio União Caixeiral: Gênese e Dualidades de Um Processo de Criação (1911 a 1937), no Município de Mossoró,	Mestrado em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

		RN		
--	--	----	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Quadro G - Trabalhos localizados no Banco de Teses e Dissertações da Capes (Descritor: ensino de contabilidade; Área: Educação, História, Sociais e Humanidades; Ano: 2008-2017)

Descritor: Ensino de Contabilidade					
Banco	Total	Tipos			
		Dout.	Mest.	Mest. Profis.	Profissionalizante
Banco de Teses e Dissertações da Capes	695	64	552	45	34
Refinamento por área: Educação, História, Sociais e Humanidades					
	Total	Dout.	Mest.	Mest. Profis.	Profissionalizante
Banco de Teses e Dissertações da Capes	65	10	49	5	1
Refinamento por período: 2008-2017					
	Total	Dout.	Mest.	Mest. Profis.	Profissionalizante
Banco de Teses e Dissertações da Capes	29	6	19	3	1

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Quadro H - Trabalhos localizados no Banco de Teses e Dissertações da Capes (Descritor: Ensino de Contabilidade; Área: Educação, História, Sociais e Humanidades; Ano: 2008-2017)

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2008	BENADIBA, Moses.	De contador a professor de ciências contábeis: uma investigação (auto)biográfica a partir das problemáticas da prática pedagógica e da pesquisa	Mestrado em Educação	Universidade Metodista de São Paulo
2008	SANTOS, José Pereira dos	Criação da Escola Estadual Professor José Ignácio de Souza – 1966 -1969	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2009	BARBOSA, Paulo Ferreira	A ciência e arte na contabilidade	Mestrado em História da Ciência	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2009	ARAÚJO, Dirceu Carneiro de.	O Professor de Ciências Contábeis e os Saberes Envolvidos na Formação de Futuros Profissionais da Área. Um Estudo por Meio da Metodologia da Problematização	Mestrado em Educação	Universidade Estadual de Londrina
2009	SILVA, Elisabeth Monteiro da	Inventário analítico e registro de autoridade do	Profissionalizante em História,	Fundação Getúlio

		Fundo Colégio Pedro II	Política e Bens Culturais		Vargas/RJ, Rio de Janeiro
2010	NEZ, Jadina de	O Neopatrimonialismo e o Ensino de Contabilidade	Mestrado em Educação		Universidade do Extremo Sul Catarinense
2010	DIAS, Cláudio Marcos Praxedes	O papel do professor do Curso de Ciências Contábeis na relação professor-aluno e sua influência no processo ensino-aprendizagem.	Mestrado em Educação		Fundação Universidade Federal de Sergipe
2010	OLIVEIRA, Vilma Vieira Mião.	A percepção dos discentes sobre a prática docente no ensino de contabilidade de uma instituição de ensino superior privada do sudoeste do estado de Minas Gerais	Mestrado em Educação		Centro Universitário Moura Lacerda
2010	FILHO, Gilberto Escórcio Duarte	PORTA-VOZES DA CONQUISTA DA RIQUEZA: o Ensino Comercial e a escola União Caixerai de Parnaíba (1918 -1950)	Mestrado em Educação		Fundação Universidade Federal do Piauí
2011	CASSIMIRO, Martha Ludovico.	As Relações entre o Ensino Médio e a Educação Profissional: o caso de um curso técnico de contabilidade do SENAC DF	Mestrado em Educação		Universidade Católica de Brasília
2011	FARIA, Juliano Espezim Soares	O Ensino de Matemática da Academia de Comércio de Santa Catarina nas décadas de 1930 E 1940	Mestrado em Educação		Universidade Federal de Santa Catarina
2012	MONTIBELLER, Claudia	Curso Técnico: Reflexos na Trajetória Ocupacional de Estudantes com Idade Igual ou Superior a 40 Anos	Mestrado em Educação		Universidade do Vale do Itajaí
2014	ARAÚJO, Manoel Antonio Oliveira	Reformulação curricular do curso de Ciências Contábeis na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a partir do olhar dos concluintes do curso do ano de 2012	Doutorado em Educação		Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2014	SOUZA, Andre Alves de.	A visão dos professores de Ciências Contábeis sobre os saberes pedagógicos necessários à docência	Mestrado em Educação		Centro Universitário Moura Lacerda
2014	Monteiro, Antonio Alvares	Análise da disciplina Perícia Contábil em Cursos de Ciências	Mestrado em Educação		Universidade Católica de Santos

		Contábeis		
2014	ALEXANDRE, Elimar Rodrigues	A temática ambiental no Curso de Graduação de Ciências Contábeis: um enfoque sobre a ambientalização curricular	Mestrado em Educação	Pontifícia Universidade Católica de Santos
2014	AGNOL, Adriane Dall	A formação pedagógica do professor do curso de ciências contábeis: um estudo de caso na Faculdade Regional de Palmitos – FAP	Mestrado em Educação	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
2015	VENDRUSCOLO, Maria Ivanice	Modelo pedagógico para o desenvolvimento de competências docentes em contabilidade por educação a distância	Doutorado em Informática na Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2015	PEREIRA, Jussara Placido Rangel	Contabilidade Ambiental no Curso de Ciências Contábeis: Estudo de Caso na Faculdade Vale do Cricaré	Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional	Faculdade Vale do Cricaré
2015	FERREIRA, Marcelo Marchine	DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: aprendendo a ser professor de contabilidade	Doutorado em Educação	Universidade Federal de São Carlos
2015	SILVA, Rogerio Antonio da	A disciplina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no ensino das Ciências Contábeis: uma análise documental do currículo e seus aspectos políticos	Mestrado em Educação	Centro Universitário Moura Lacerda
2015	SILVA, Marli Auxiliadora da	De Portugal ao Brasil - A Trajetória Histórica do Ensino Superior de Contabilidade (1940-1985): Concepções e Tendências Relativas aos Aspectos de Formação dos Profissionais em Contabilidade	Doutorado em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2015	PEREIRA, Aldo Roberto.	Políticas de Educação Profissional nos Cursos Técnico em Contabilidade: Impactos e Desafios no Período entre 1997 e 2004 – Lages-SC	Mestrado em Educação	Universidade do Planalto Catarinense
2015	MORAIS, Robson Santos.	Docência Universitária: saberes pedagógicos necessários à formação do professor de Ciências Contábeis	Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação	Universidade Federal de Uberlândia

2015	POSTIGLIONE, Elionai de Moraes	Educational Technology Network. Medium Level Polytechnic Schools. Collaborative Writing-Reading. Action Research	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Santa Maria
2016	OLEIRO, Walter Nunes	A Educação Ambiental no Ensino da Contabilidade nos Cursos de Ciências Contábeis Ensino Superior do Rio Grande do Sul'	Doutorado em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2016	ANNA, Eduardo Henrique Nascimento Sant	Identificação do Perfil Profissiográfico Requerido pelos Escritórios de Contabilidade em São Mateus/ES e a Percepção com relação ao Egresso do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré	Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional	Faculdade Vale do Cricaré
2016	KETTLE, Wagnoor Macieira	Formação Continuada de Docentes em Ciências Contábeis: Reflexões sobre o Ensino e a Aprendizagem do Método das Partidas Dobradas	Doutorado em Educação	Universidade Metodista de Piracicaba
2017	SILVA, Eduardo Cristiano Hass da.	A Gênese de um Espaço Profissional: A Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983)	Mestrado em História	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Quadro I - Resultados para o descritor 'Ensino de Contabilidade' na Revista Brasileira de História da Educação¹⁸⁷

Descritor: Ensino de Contabilidade			
Banco		Total	Tipo
Revista Brasileira de História da educação		1	Artigos
Autor	Título	Edição	Páginas
SILVA, Marli Auxiliadora da; QUILLICI NETO, Armindo	O currículo do curso de Ciências Contábeis no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos	v. 18, 2018	1-33

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

4. INDICAÇÕES DOS PARES

¹⁸⁷ No banco de Cadernos de História da Educação da UFU e no da Revista de História da Educação da ASPHE não foram encontrados trabalhos.

Ano	Autor	Título	Tipo	Banco
2000	Maria Célia Marcondes de Moraes	Reformas de Ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta	Livro	Indicação dos pares
2010	Mário Lázaro Santos Vieira	A Escola Prática Comercial Raul Dória: Memória de um Espaço de Ensino Comercial (1902-1964)	Dissertação - Mestrado em História e Educação da Universidade do Porto	Indicação dos pares
2011	Maria Malatesta	Profesional Men, Professional Women: The European Professions from the Nineteenth Century until Today	Livro	Indicação dos pares
2016	Valeria Viola	Il segreto dela ricchezza degli altri paesi è la scienza, è l'instruzione técnica: Percorsi di formazione técnica e professionale nell'Italia dell'Ottocento	Livro	Indicação dos pares

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

APÊNDICE B: ALUNOS FORMADOS PELA FECAP (1931, 1934, 1937 E 1950)

1931			
Nome	Sexo	Estado	País
Abrahão Canepa	M	SP	Brasil
Antonio Gil	M		Hespanha
Armando Andrade	M	SP	Brasil
Armando Cardoso Gomes	M	SP	Brasil
Armando Francaglione	M	SP	Brasil
Arnaldo P. de Souza Carvalho	M	SP	Brasil
Carlos Martins	M	SP	Brasil
Claudio Tavorari	M	SP	Brasil
Domingos Pedro Regina	M	SP	Brasil
Fernando Mentoni	M	SP	Brasil
Flavio Lopes de Mendonça	M	SP	Brasil
Francisco Viola	M	SP	Brasil
Jair Garcia Patitucci	M	SP	Brasil
João T. da Silva Braga	M	SP	Brasil
José Garcia Santiago	M	SP	Brasil
José Ortolan Filho	M	SP	Brasil
Manuel Vilar	M		Hespanha
Miguel Cafaro Netto	M	MG	Brasil
Miguel Gaeta	M	SP	Brasil
Olyntho Gonçalves	M	SP	Brasil
Orlando Baldi	M	SP	Brasil
Oswaldo Colapert	M	SP	Brasil
Oswaldo G. Veneziani	M	MG	Brasil
Paulo Celso de Toledo	M	SP	Brasil
Renzo Francesconi	M	SP	Brasil
Roberto Liscio	M	SP	Brasil
Roberto Soares	M	MG	Brasil
Rodolpho Mraz	M	SP	Brasil
Sebastião Coelho	M	MG	Brasil
Sidney Veras Santos	M	SP	Brasil
Sylvio Monteiro Becker	M	SP	Brasil
Waldeck Wells Thompson	M	SP	Brasil
1934 ¹⁸⁸			
Nome	Sexo	Estado	País
Abilio Ferreira Brandão	M		
Adolpho Goldstein	M		
Agostinho Janequine	M		
Ilegível	M		

¹⁸⁸ O álbum de 1934 não apresenta informações sobre o país e o estado de nascimento dos formandos.

Ilegível	M		
Ilegível	M		
Armando Cardoso Gomes	M		
Attilio Amattuzi	M		
Belmiro Nasimento Martins	M		
Decio Pacheco da Silveira	M		
Ernesto D'Amico	M		
Farid F. Racy	M		
Ferdinando Rubano	M		
Francisco de Benedictis	M		
Francisco Faraco	M		
Frederico Hermann Jr.	M		
Fuad F. Racy	M		
Gastão Pinatel	M		
Gil Couto da Silveira	M		
Hirendel Simões Lüders	M		
Isidoro Gnida Ferrare	M		
João Roque Marinheiro	M		
Jorge M. Abdalla	M		
José Lucas	M		
Luiz Prioli	M		
Mário E. Toni	M		
Milton Improta	M		
Ilegível	M		
Oswaldo Bruchil	M		
Oswaldo Perazzo	M		
Paulino Baptista Conti	M		
Rolando Zombon	M		
Sinfronio de Souza Campos	M		
Vicente Salzano Fiori	M		
1937			
Nome	Sexo	Estado	País
Adie Jorge	M	SP	Brasil
Affonso Curti	M	SP	Brasil
Angelo Scavazza	M	SP	Brasil
Antonio Lando Accorsi	M	SP	Brasil
Antonio Laurito	M	SP	Brasil
Armando Artimonte	M	SP	Brasil
Arthur Rabe Júnior	M	SC	Brasil
Carlos Lopes de Oliveira	M	SP	Brasil
Celso Almeida Gomes Pinto	M	SP	Brasil
Celno Maduenõ Silva	M	SP	Brasil
Celso Silveira Lopes	M	SP	Brasil
Domingos Innechi	M	SP	Brasil

Edmundo dos Reis Sampaio	M	SP	Brasil
Eduardo Barile	M	SP	Brasil
Eduardo Chaverini	M	SP	Brasil
Eduardo Cunha	M	SP	Brasil
Erina Negroni	F		Itália
Eunice Albertina Rizzi	F	SP	Brasil
Esther Timoner	F		Rússia
Eurico Soares Andrade	M	SP	Brasil
Fernando Chiecchi	M	SP	Brasil
Francisco Leitão Júnior	M	SP	Brasil
Geraldo Magiella Collet Silva	M	SP	Brasil
Ghrisella Deutsh	F		Rumania
Horário Pereira	M	SP	Brasil
Itor Hunda	M	SP	Brasil
Jayme Lourenço	M	RJ	Brasil
Jayme Lourenço de Andrade	M	SP	Brasil
Joaquim Aguirra Teixeira	M	SP	Brasil
Joaquim Nunes Figueiredo Junior	M		Portugal
João Matsumoto	M	SP	Brasil
Jonas Moreira Salles	M	MG	Brasil
José Augusto de Almeida	M	SP	Brasil
José Ferraz de Siqueira Sobrinho	M	MG	Brasil
José Gabos	M	SP	Brasil
José Hanas	M	SP	Brasil
José Resstel	M	SP	Brasil
José Waldemar A. La Torraca	M	SP	Brasil
José Zdanowicz Júnior	M	SP	Brasil
Judith Souza O'Relly	F	SP	Brasil
Lázaro Guerreiro Puglia	M	SP	Brasil
Leoncio de Camargo Filho	M	SP	Brasil
Luiz Andrade Junqueira	M	SP	Brasil
Luiz Gonzaga Custódio Cabral	M	SP	Brasil
Luiz Mário Silberschmidt	M	SP	Brasil
Mario Affonso Borges	M	MG	Brasil
Mario Cozza	M	SP	Brasil
Maro Gonçalves	M	SP	Brasil
Maio Martins	M	SP	Brasil
Nazareth Castaldi	F	SP	Brasil
Nelson Real Aadeo	M	SP	Brasil
Noeuyuki Tanaami	M		Japão
Octavio Galvão	M	SP	Brasil
Odilon Alcoba Ruiz	M	SP	Brasil
Orelio Fioravanti	M	SP	Brasil
Otto Meirelles Junqueira	M	SP	Brasil
Oswaldo Gomes da Silva	M	SP	Brasil

Pedro Francisco ???????? ¹⁸⁹	M	SP	Brasil
Pedro ???????	M	SP	Brasil
??????	M	SP	Brasil
Renato Bombana	M	SP	Brasil
Romeu Castagrani	M	SP	Brasil
Romeu Edward Gatto	M	SP	Brasil
Rosa Terranova	F	SP	Brasil
Rubens do Amaral	M	SP	Brasil
Sebastião Olyntho Scalon	M	MG	Brasil
Silvio de Andrade Franco	M	SP	Brasil
Simão Sogaia	M	SP	Brasil
Sylvio Barberi	M	SP	Brasil
Tsûneo Nishoka	M		Japão
Wadhi Saddi	M		Goyaz
Walsakhi Fernandes da Silva	M	SP	Brasil
Waldemar Oneco	M	SP	Brasil
Zen Guinarães Santos	M		
1950			
Nome	Sexo	Estado	País
Agenor Duarte Filho	M	SP	Brasil
Agostinho Jorge	M	SP	Brasil
Alfeu Domenice	M	SP	Brasil
Alberto Mathias Magri	M	SP	Brasil
Alcides Gonçalves de Albuquerque	M	SP	Brasil
Amador Guimarães Ribeiro	M	SP	Brasil
Anézio Fernandes	M	SP	Brasil
Aniello Vizzoni Netto	M	SP	Brasil
Antero Lopes	M	SP	Brasil
Antônio Borges	M		Portugal
Antonio Cabrera	M	SP	Brasil
Antônio Cardoso de Mello Júnior	M	SP	Brasil
Antonio di Sessa	M	SP	Brasil
Antônio dos Anjos	M	SP	Brasil
Antonio Sarli Neto	M	SP	Brasil
Antônio Sérgio Melaconi Bourrou	M	SP	Brasil
Antônio Simão Tomaidis	M	SP	Brasil
Armando Garilli Júnior	M	SP	Brasil
Arthur Maximo Cocchi	M	SP	Brasil
Arthur Migliari	M	SP	Brasil
Ary Osires Pesse	M	SP	Brasil
Benedicto Miúci Perez	M	SP	Brasil
Benjamin Dishtchekenian	M	SP	Brasil

¹⁸⁹ O símbolo “?” foi utilizado quando partes da palavra estão ilegíveis.

Carlos Celso de Oliveira	M	SP	Brasil
Carlos H. Bonfily	M	PR	Brasil
Chuichi Watanabe	M		Japão
Cláudio Corral	M	SP	Brasil
Daniel de Ângelo	M	SP	Brasil
Domingos Mário Zito	M	SP	Brasil
Durval de Oliveira Velho Filho	M	SP	Brasil
Edgard Mendes Brazão	M	SP	Brasil
Eduardo Nuno Ferreira de Souza	M		Portugal
Elias Starobinas	M	SP	Brasil
Elói Valente	M	SP	Brasil
Ênio Becker	M	SP	Brasil
Faid Jorge Sahium	M	GO	Brasil
Fausto Raphael Trambusti	M	SP	Brasil
Féris Mattar	M	SP	Brasil
Gavriel Sister	M		Romania
Geraldo Vicente da Silva Moraes	M	SP	Brasil
Glauco Del Ciel	M	SP	Brasil
Hafiz Farah	M	SP	Brasil
Hélio Biancalana	M	SP	Brasil
Henrique Vitta	M		Itália
Heroldo Costa Júnior	M	SP	Brasil
Horácio Doughan Balady	M	SP	Brasil
Humberto Panza Prado	M	MG	Brasil
Isao Shinku	M		Japão
Ivo Lopes	M	SP	Brasil
Joaquim Dutra	M	SP	Brasil
Josaphát Vieira Marques	M	MG	Brasil
José Alves dos Reis	M	SP	Brasil
José Pássaro	M	SP	Brasil
José Paulo de Carvalho	M	SP	Brasil
José Raphael Contador	M	SP	Brasil
Justino Testa Avona	M	SP	Brasil
Laurides Sanches	M	SP	Brasil
Louis Bechara Mawad Oued	M		França
Lothar Otto Langer	M	SP	Brasil
Luiz Carlos de Sant'Anna	M	SP	Brasil
Luiz Palladino	M	SP	Brasil
Luiz Pereira	M	SP	Brasil
Manuel Vicente Moreira	M		Portugal
Mário Thomazzeli	M	SP	Brasil
Miguel Garcia Junior	M	SP	Brasil
Miguel Jacob	M	SP	Brasil
Miguel Saab	M	MT	Brasil
Milton César Pestana	M	SP	Brasil

Moysés Elias Sahad	M	SP	Brasil
Napoleão Okava	M	SP	Brasil
Nelson Adami	M	SP	Brasil
Nélson Dutra Rodrigues	M	SP	Brasil
Nillo da Costa Velho	M	SP	Brasil
Nilo Urbani	M	SP	Brasil
Nilton José Mariano	M	SP	Brasil
Norberto dos Santos	M	SP	Brasil
Odilon Ferreira	M	SP	Brasil
Oscar Lopes da Silva	M	SP	Brasil
Osmany Couto	M	SP	Brasil
Oswaldo Esteves Fernandes	M	SP	Brasil
Oswaldo Moroni	M	SP	Brasil
Oswaldo Valentim	M	SP	Brasil
Pantalea Rosário	M		Itália
Paullo Modelo de Aquino	M	RJ	Brasil
Pedro Antonio Cianciarullo	M	SP	Brasil
Raul Bianconi	M	SP	Brasil
Renato Amaral	M	SP	Brasil
Ricardo Tarabay	M	SP	Brasil
Roberto Araújo Azevedo	M	MG	Brasil
Roberto Luiz de Almeida	M	SP	Brasil
Romeu Rossi	M	SP	Brasil
Reynaldo Loureiro Seabra	M	SP	Brasil
Roberto Oliveira de Moraes	M	MG	Brasil
Roberto Vasques de Macedo Pinto	M	SP	Brasil
Rosalvo Rolim Moraes	M	SP	Brasil
Rubens do Amaral	M	SP	Brasil
Rubens Luiz Pinto	M	SP	Brasil
Ruy Ignácio	M	SP	Brasil
Ruy Osvaldo Codo	M	SP	Brasil
Samuel Goldemberg	M	MG	Brasil
Salvador Sanches	M	SP	Brasil
Salustiano Sanchez Cano	M	SP	Brasil
Sérgio Rossini	M	SP	Brasil
Shinichi Yamanda	M		Japão
Valdo Paltow Souza	M	SP	Brasil
Vito Benedicto Crusciano	M	SP	Brasil
Vito Raphael Vita	M		Itália
Wlter Rosenthal	M	SP	Brasil
Waldemor Rubetto	M	SP	Brasil
Wilson Alpino Accorsi	M	SP	Brasil
Zôilo de Souza Assis	M	MG	Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor (2019) a partir dos Álbuns de Formatura de 1931, 1934, 1937 e 1950

APÊNDICE C – ALUNOS E ALUNAS FORMADOS NA ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE (1911-1971)

1911		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Achyles Hamel	
2	Alcides Dias Antunes	
3	Alfredo Rodolpho Mariath	
4	Archimino Silvestre de Campos	
5	Aristides Casado	
6	Edgar Luiz Schneider	
7	Floriano Oliveira da Silva	
8	João Francisco Alvares	
9	Oscar de Souza Neves	
10	Rubem Germano Pedreira	
11	Tehodoro Quitzrau	
12	Victor Sperb	
13	Virgílio Bassano Cortese	
Total		13
1912		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Alvaro Fernandes Ribeiro	
2	Anibal Barreto Braga	
3	Francisco José da Costa Filho	
Total		3

1913		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Carlos Hellers	Alcides Dias Antunes
2	Felizardo Leal D'Avila	Alfredo Rodolfo Mariath
3	Idalino Cardoso	Alvaro Fernandes Ribeiro
4		Aristides Casado
5		Florianio Oliveira da Silva
6		Francisco José da Costa Filho
7		Rubem G. Pedreira
8		Theodoro Quitzrau
9		Victor Sperb
10		Virgilio Bassano Cortese
Total		13
1914		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Carlos Debize Gonçalves	
2	José Leon Pereira	
3	Lucidio Ramos	
4	Pedro da Costa Lima	
5	Ramiro Castello da Silva	
Total:		5
1915		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Arnaldo Cesar de Felipe	Achyles Hammel
2	Eduardo Pereira da Costa	Carlos Helers

3	José Luiz Natalicio	Felizardo Leal D'Avilla
4	José Manganelli	Idalino Cardoso
5	Indalecio da Silva Bueno	
6	Mario Pires Borges	
7	Theocrito Prado da Costa	
Total:		11
1916		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Armando Piazzá	Lucidio Ramos
2	Elysio Josende	Mario Pires Borges
3	Ernesto Pellanda	
4	Francisco Guilherme Bins	
5	Horacio Carvalho Sobrinho	
6	Joaquim Gomes Fialho	
7	Mario Leite Echenique	
8	Nicolau Peressoni	
Total:		10
1917		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Candido Brasil	Arnaldo Cesar de Felipe
2	Djalma Cardia	Eduardo Pereira de Costa
3	João Montojas	José Leon Pereira
4	Wunibaldo Krauschemberg	Pedro da Costa Lima
5		Ramiro Castello da Silva
Total:		9

1918		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Abelardo Granja de Abreu	Nicolau Peressoni
2	Arthur Kolberg	José Manganelli
3	Carlos F. Weimann	
4	Cyro Mena	
5	José Marroni	
6	Julio Outeiral dos Santos	
7	Setembrino Sigaran	
8	Willy Burger	
Total:		10
1919		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Castor Prates Pacheco	Abelardo Granja de Abreu
2	Edmundo Sperb	Armando Pizza
3	Gentil Cunha de Oliveira	Carlos Debize Gonçalves
4	Guilherme Tell Francisconi	Elysio Josende
5	Henrique Meyer	João Pinto de Montojas
6	Hildo Kopf	Mario Leite Echenique
7	Hiran Pareta	
8	Jacy de Paula Esteves	
9	Joaquim da Rocha Difini	
10	Jorge Bonter	
Total:		16

1920		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Alziro Luterotti dos Santos	Arthur Kolberg
2	Carlos Fritsher	Cyro Mena
3	Custodio Freitas Pires	Djalma Leivas Cardia
4	Euclides Moraes	José Morróni
5	Francisco Edgar Stumpf	Julio Outeiral dos Santos
6	Henrique Desjardins	Setembrino Sigaran
7	Jayme Souza Lima	Willy Burger
8	Joaquim da Rocha Difini	Wunibaldo Krauchemberg
9	José Henrique de Castro	
10	Leonardo Wilkszinsky	
11	Rogelio Ibanêz	
Total:		19
1921		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Arthur Wisintainer	Hildo Kopf
2	Augusto Ercole Scarpini	Joaquim da Rocha Difini
3	Emilio Mancuso	
4	Eurico Martins Aquino	
5	Isidoro Belmonte de Macedo Netto	
6	José Abreu Netto	
7	Luiz Siergmann	
8	Nagibe Galdino da Rosa	
9	Santino Damiani	
Total:		11

1922		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Bolivar Salvaterra	Hiram Pareta
2	Eugenio Verissimo da Fonseca	Euclides Menezes de Moraes
3	Newton Teixeira Netto	Eurico Martins Aquino
4		Francisco Edgar Stumpf
5		Isidoro Belmont de Macedo Netto
6		Leonardo Wilckoszynski
7		Joaquim Difini Neto
Total:		10
1923		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Admar Defini	Custodio de Freitas Simões Pires
2	Alexandre Curizinski	Luiz Siegmann
3	Edgar Hausen	Santino Damiani
4	Januario Prates	
5	João Damore	
6	Josino Pereira Filho	
7	Lucidio Rodrigues Obino	
8	Mario Machado Vieira	
Total:		11
1924		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Armando Antonello	Alziro Luterotti dos Santos

2	Armando Vasconcellos Castro	Arthur Visintainer
3	Carlos Antonello	Augusto Escole Scarpini
4	Euclides Guedes Junior	Henrique Desjardins
5	Evandro Roxo de Araujo Corrêa	
6	Flavio Mena Barreto Matttos	
7	Haroldo de Faria Mais	
8	Ito Ribeiro Franco	
9	Luiz Salatino Baldino	
10	Mario Russomano Anselmi	
11	Mauricio Seligmann	
12	Romulo Damiani	
Total:		16
1925		
N°	Curso Geral	Curso Superior
1	Admar Menezes Guimarães	Alexandre Gruszynski
2	Arnos Gaspar Tatsh	Edgar Haussen
3	Antonio Bento Junior	Emilio Mancuso
4	Braulio Omar Bopp	
5	Bruno Weimann	
6	Didio Olynto Lucchési	
7	Hélio Machado da Rosa	
8	Mauricio Steimbrush	
9	Pedro Paschoal Fumo	
10	Romeu Muccillo	
11	Sylvio Muccillo	
12	Victor Schardong	

Total:			15
1926			
Nº	Curso Geral	Curso Superior	
1	Carlos Defini Filho	Armando Antonello	
2	Jarbas Delorenzi Costa	Armando de Vasconcellos Castro	
3	Kurt Erdmann Reiniger	Carlos Antonello	
4	Salim Buaes	Eugenio Verissimo da Fonseca	
5		Euclides Guedes Junior	
6		Evandro Roxo de Araujo Corrêa	
7		Ernesto Pellanda	
8		Flavio Menna Barreto Mattos	
9		Mario Russomano Anselmi	
10		Mauricio Seligman	
Total:			14
1927			
Nº	Curso Geral	Curso Superior	
1	Alcides Leivas Cardia	Admar Guimarães	
2	Arnaldo Borsatto	Arno Gaspar Tatsch	
3	Edmundo Henrique Dreher	Braulio Omar Bopp	
4	José Francisco Sanchez	Didio Olintho Lucchesi	
5	José Miguel Kalil	Haroldo de Faria Masi	
6	Nagibe Buaes	Helio Machado da Rosa	
7	Otto Van der Heyd	Ito Ribeiro Franco	
8	Tupy Silveria de Mello	Josino Pereira da Silva Filho	
9		Mario Machado Vieira	

10		Mauricio Steinbruck
11		Nagipe Galdino da Rosa
12		Pedro Paschoal Fumo
13		Romeu Muccillo
14		Sylvio Muccillo
15		Victor Frederico Schardong
Total:		23
1928		
N°	Curso Geral	Curso Superior
1	Assis Goulart Magalhães	Bruno Reinaldo Weimann
2	Octavio Fernando Heinzelmann	Carlos Difini Filho
3		Jarbas de Lorenzi Costa
4		Kurt Erdmann Reiniger
Total:		6
1929		
N°	Curso Geral	Curso Superior
1	Angello Corrêa Filho	Alcides Leivas Cardia
2	Alvaro Coelho Borges	Arnaldo Borsatto
3	Francico Martins Cardoso Filho	Edmundo Henrique Dreher
4		José Francisco Sanchez
5		Lucidio Rodrigues Obino
6		Nagipe Buaes
7		Salim Buaes
8		Tupy Silveira de Mello
Total:		11

1930		
Nº	Curso Geral	Curso Superior
1	Arthur Carneiro Becker	Octavio Fernando Heinzelmann
2	Nilo Miranda Ruschel	
3	Paulo Carneiro Jung	
Total:		4
1931		
Nº	Curso Geral	
1	Belarmino Paixão Coelho	
2	Guilherme Mylliús	
Total:	2	
1934		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	
1	Abdalla Creidy	
2	Afonso Bastos Costa	
3	Antonio Edwiges Guglielmi de Oliveira	
4	Dogello Varella	
5	Domingos Rubbo	
6	Holy Ravanello	
7	Luiz Comim	
8	Nelson de Mattos Totta	
9	Victor Wortmann	
Total:	9	

1935	
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador
1	Ernani Pilla
2	Ernesto Heitor Braga
3	Ernesto Hirtz
4	Harry Backer
5	Isaias Gitz
6	João Vieira Gomes
7	Luiz Camra Arregui
8	Manoel Anello Junior
9	Martins dos Santos Pons
10	Octácilio Panichi
11	Paulo Rosasat
12	Rubens Lopes de Lima
13	Savério Z. da Frota Scaravaglione
14	Ventura La Hire Gutierrez
15	Victor José Schaly
16	Viniciu Lopes Maysonnave
Total:	16
1936	
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador
1	Christiano Kruel Ehlers
2	Euclides Panichi
3	Hans Joaquim Jahus
4	João Jorge Bopp da Silva
5	José Luiz N. de Mesquita Costa

6	Juvenal Teixeira Machado	
Total:		6
1937		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Adorbal Cardoso Pereira	Abdalla Adalberto Creidy
2	André Seganfredo	Affonso Bastos Costa
3	Augusto Muniz Reis	Arthur Carneiro Becker
4	Francisco de Paula Azambuja	Dogello Varella
5	Francisco Vallis Filho	Domingos Rubbo
6	Jorge Guimarães de Oliveira	Holy Ravanello
7	Jozinho Giordani	Homero Bos
8	Lauro Schuch	João Thadeo Kornarzowski
9	Luiz Italo Andrighetto	José Antonio Gomes de Oliveira
10	Mario Marques Ramos	Luiz Comim
11	Nelson Merlin	Victor Wortmann
12	Ney Adalberto Kokot	
13	Remo Pilla	
14	Theodoro Tufvesson de Paula	
15	Vicente Oscar Farinon	
16	Walter Erthel	
17	Zbiniew Leão Radzki	
Total:		28
1938		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Almir de Freitas Duarte	Ernesto Hirtz

2	Angelo Pessavento	Isaias Gitz
3	Ariston Pinheiro Michalski	Luiz Câmara Arregui
4	Ascendino Vescovi	Ventura La Hyre Gutierrez
5	Aymoré C. da Silva Antunes	Vinicius Lopes Maisonnave
6	Claudio Bopp	
7	Homero Pinheiro Barcellos	
8	Jacob Van der Lann	
9	Kurt Janh	
10	Lothario Armando Bender	
11	Luiz Termignoni	
12	Nelson Borba dos Santos	
13	Norton Carpes da Silva	
14	Raul Roberto de Lima e Silva	
15	Theobaldo Einloft	
Total:		20
1939		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Antonio Cândido Coutinho	Christiano Kruel Ehlers
2	Carlos Leivas Cardia	Elias Fidelis Miomi
3	Helio Arno Petersen	
4	Ino Tonin	
5	João de Castro Moreira	
6	João da Cunha Carpes	
7	Jofre Lopes Carneiro da Fountoura	
8	Nelson Monteiro Rosa	
9	Nevio Carpes da Silva	

10	Nilo Ferreira de Aguiar	
11	Radamés Genta	
12	Ruy de Leonardo Truda	
13	Thomaz Vares Albornoz	
Total:		15
1940		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Adão Rosa Villanova	Francisco de Paula Azambuja
2	Alvaro Terixeira de Alencastro	Henrique Frederico Rowes
3	Antonio Rosito	Herbert Curt Haupt
4	Aureo Ramos	José Pires Reis
5	Erich Roberto Somer	Walter Ertel
6	Elizandro Duarte Netto	
7	Fernando Bica Quintana	
8	Frederco R. Fuhrmeister	
9	Germano Carlos Schmidt Filho	
10	Guilherme Sperry Cesar	
11	João Carlos Baginski	
12	Joquim Francisco Dias Campos	
13	José Barcellos Rentsch	
14	José Truda Palazzo	
15	Julio Ramão Patta	
16	Mario Carraro Gonçalves	
17	Mario Horn	
18	Ney Vares Albonoz	
19	Nilson Sandoval Asp	

20	Rubem Furhrmester	
21	Wolmer Pereira Estrella	
Total:		26
1941		
N°	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Aaron Menda	Abrahão Brockmann
2	Adolpho Frederico Luce	Angelo Pesavento
3	Aimard de Oliveira	Ariston Pinheiro Michalski
4	Alberto Poue Lahorghe	Augusto Muniz Reis
5	Aldo de Oliveira Avila	Norton Carpes da Silva
6	Angelo Domingos Maffissoni	
7	Carlos Cesa	
8	Claudio Augusto Luce	
9	Clovis Ghilardi	
10	David Menezes	
11	Edgar Christiano Wolkman	
12	Ida Sprinz	
13	Franklin Diniz de Lima Moreira	
14	José Antonio Pacheco Queirolo	
15	Lauro Koper	
16	Manoel Marques Leite	
17	Norberto Antonio Tedesco	
18	Cibilis da Rocha Vianna	
19	Nilson Dalmé Olmedo	
20	Zelmar Bazerque de Vasconcellos	
Total:		25

1942		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Adelar Cosner	Aderbal Cardoso Pereira
2	Aladino Neves	Aymoré Carlos Pereira
3	Armindo Albino Körting	Carlos Leivas Cardia
4	Azamar Bragança Trindade	Ivo Tonin
5	Cesario Moacyr Moreira	João Cunha Carpes
6	Dante D'Agello	José Luiz Napoleão de Mesquita Costa
7	Decio Pinto Lima	Névio Carpes da Silva
8	Floriano Arno Mentges	Salvo Abeche
9	Hugo Costa Duarte	
10	Japyr do Carmo	
11	João Batista Pacheco Queirolo	
12	João Rubem Schilling	
13	Jorge Alberto Pfeifer Lobato	
14	Jorge Ranquetat Guimarães	
15	Loreno Leonel Tonin	
16	Nabor Sesti	
17	Nilo Chagas de Azambuja	
18	Oswaldo Passini	
19	Rubem Barbosa Amarante	
20	Ruy Serrão Viera	
21	Sylvio Souza Sampaio	
22	Victor Hugo Krueel Bayer	
23	Waldemar Menegassi	
24	William Smith Schneider	

Total		32
1943		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Armando Grestana	Alvaro Teixeira de Alencastro
2	Arnaldo Geidel	Decio Peres Braga
3	Ary Menezes dos Santos	Darcy Nicola Bastos
4	Ayrton Menezes Changastelles	Fernando Bicca Quintana
5	Carlos Otto da Silveira Volkart	Germano Carlos Schmidt
6	Celia Lopes	João de Deus Guimarães de Barros
7	Darcy Moreira	Joaquim Francisco Dias Campos
8	Delmar Medeiros de Albuquerque	José Truda Palazzo
9	Elvidio Ferrari	Mario Carraro Gonçalves
10	Elvo Berto	Mario Horn
11	Esther de Oliveira Paiva	Ney Lopes Camino
12	Francisco Alvernes Rodrigues	Nilson Sandoval Asp
13	Francisco Luiz Schroeder	Oswaldo Paixão
14	Galeno Walrich Socall	Siegfried Emanuel Heuser
15	Heitor de Lima Morsch	Wolmer Pereira Estrella
16	Henrique Lafin Filho	
17	Henrique Ribeiro Bonuma	
18	Homero da Silva Grivicich	
19	José Bando Goulart	
20	José Casali	
21	Luiz Ernani Poock Corrêa	
22	Ney Fontoura Freitas	
23	Nildo Ferrari	

24	Rafael Baños Delgado	
25	Ruy de Azevedo Moojen	
26	Waldyr Bobsin	
27	Zuleica Alves de Souza	
Total:		42
1944		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Admor Marcantonio	Antonio Rosito
2	Agenor Aristides Fabris	Antonio Constantino de Simone
3	Alvaro de Lima Dutra	Ayrton Leal
4	Arlindo Guli	Clovis Ghilardi
5	Bernadina Medora do Canto	Carlos Cesa
6	Dante D'Angelo	Cíbilis da Rocha Vianna
7	Darley Rodolpho Schneider	Fernando Lucas Silva
8	David Oliveira e Cruz	Ivone Lygia Gazulha Guimarães
9	Dirceu Maahs Ferreira	Léo Nunes de Barcellos
10	Erico de Almeida Bastos	Luiz Felipe Silla
11	Ernani Myllius	Ney Vares Albornoz
12	Guilherme Cruxen Brisola	Octavio Mariot Focques
13	Helio Luiz Ribeiro	Telmo Nunes de Barcellos
14	Helios Moreira Cesar	
15	Jacob Stoirefmann	
16	Jacy Gaffré Montenegro	
17	João Carlos Jonker	
18	José Jorge da Silva	
19	José de Oliveria Dornelles	

20	José Pinto de Carvalho	
21	Luiz Cavalheiro Garcia	
22	Mario Fernandes Gomes	
23	Moacyr Albuquerque de Souza	
24	Osmar Angelo Spader	
25	Osmar Egon Zwetsch	
26	Paulo Chananeco de F. Barcellos	
27	Paulo Ubirajara Figueiredo Alves	
28	Paulo Veiga Marques	
29	Paulina Roseinfield	
30	Remy Arthur Stoll	
31	Rodolfo Moysés Yurgel	
32	Ronadlo Werner Bercht	
33	Rubem Felix Teixeira	
34	Ruy Barboza Pacheco do Canto	
35	Ruy Trindade Barbosa	
36	Wenceslau Sanchez Bermejo	
37	Wilson Oliva	
Total		50
1945		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Adalcy de Alencar Sucupira	Armindo Albino Körting
2	Antonio Gomez Lo Iacomo	Aslid Gick
3	Antonio Pauletto Pôrto	Cesario Moacyr Moreira
4	Aristides Martins Pereira	Decio Pinto Lima
5	Armando Vidal Ramos	Floriano Arno Mentges

6	Aron Roitmann	Franklin Diniz de Lima Moreira
7	Arthur Sperry Cesar	José Fernando Ferraz Majó
8	Aureo Vidal Ramos	João Baptista Pacheco Queirolo
9	Carlos Cheuiche Coelho	Japyr do Carmo
10	Carlos Henrique Sassen	Jorge Alberto Pfeifer Lobato
11	Célia Guimarães	José Deolindo Lima
12	Diago Alcoba Ruiz	Jorge Ranquetat Guimarães
13	Edú Benedicto Saboia da Nova	Loreno Leonel Tonin
14	Eduardo Maria Bica	Lauro Koper
15	Emilio Gentil	Ney Duarte Luz
16	Ernesto Mario Fernandes o Amaral	Ney da Silva Pinheiro
17	Ezevino Octaviano Cavedon	Nilo Chagas de Azambuja
18	Flávio José Avilda Cidade	Pedro Teitelbaum
19	Frank Justo Acker	Rubem Barbosa Amarante
20	Gastão Cirio	Sylvio Souza Sampaio
21	Gelson Cesar de Vasconcellos	Victor Hugo Kruel Beyer
22	Gilberto Fabio Egipto da Silva	Waldemar Menegassi
23	Heline Druck Pinto	
24	Helio Portugal Silva	
25	Herbert Oswaldo Martins Berta	
26	Hernani Hell	
27	Hugo Martinez Martins	
28	Ilka Boleman Figueiredo	
29	Jatyr José Rossi Corrêa da Silva	
30	Jayne Duarte Escosteguy	
31	João Antonio Simon Filho	
32	João Carmino Salomone	

33	João de Borba Caminha	
34	José Assis Antunes de Aquino	
35	José Schmid	
36	José Sukiennik	
37	Jorge Alberto Bermejo	
38	Jorge Babot Miranda	
39	Jorge Camara Arregui	
40	Julio de Castilhos de Fontoura Pupe	
41	Luiz Alberto Villas Bôas de Azevedo	
42	Luiz Silveira Martins Appel	
43	Luiz Soares da Silva	
44	Manoel Martins Mano Filho	
45	Mauricio Soirefmann	
46	Nebrilio Danielli	
47	Nedy de Azevedo	
48	Ney Augusto de Carvalho	
49	Noemy Leal de Oliveira	
50	Octavio da Costa Faro	
51	Orlando Sirangelo	
52	Oswaldo Azevedo Pereira	
53	Oswaldo Olsson	
54	Othelo Muniz Silveira	
55	Paulo Ignácio Domingues	
56	Pery de Alencastro Pithan	
57	Renato Mistrello	
58	Rony Antunes de Aquino	
59	Rubens Starosta	

60	Ruth do Vale	
61	Ruy Cleto Duarte	
62	Salomon Marcado Benjoya	
63	Saulo de Tarso Carvalho Coelho	
63	Sergio Campos	
65	Simão Golubi de Mendonça	
66	Telmo Ramos Arruda	
67	Teresinha Salgado Cesar	
68	Vivaldino Emilio Preussler	
69	Walkyr Bernd	
Total:		91
1946		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Afonso José de Revorêdo Ribeiro	Abilio Edwino Pilger
2	Alaor Santana	Adão Pires Darsio
3	Alda Rossi	Aldo Dias Rosa
4	Arlindo Jacob Volkart Burger	Alipio da Silva Rosa Filho
5	Arnaldo Isaias Schilling	Armando Alexandre Biasuz
6	Arno Oscar Haag	Armando Costa Dias
7	Aristoteles Altino Clemente Loss	Armando Crestana
8	Ary Bom	Ary Carlos Dal Ponto
9	Ary Burger	Ary Menegassi
10	Ary Busetti	Breno Machado Romero
11	Arthur Ferreira Azambuja	Carlos Otto da Silveira Volkart
12	Asshad Goytacaz Elkfuri	Eduardo da Silva Mattos
13	Bonar Figueiró	Elvidio Ferrari

14	Cyro Guimarães	Elvo Berto
15	Danilo Lopes	Emilio Danuzio Covolato
16	Danilo Tolomeotto Kelly Baçú	Esther de Oliveira Paiva
17	Dominicio Sigismundo Scherer	Franco Carvalho da Costa
18	Egon Eduardo Müller	Frederico Guilherme Penno
19	Elsio Boff	Herminio Lavratti
20	Ericka Helena Sturn	Hildebrando Coelho Estima
21	Fernando Xavier de Araujo	Ismar Ville Peres
22	Francisco Dirceu Xavier Lobo	Israel Scatrut
23	Gilberto de Oliveira	João Jorge da Costa
24	Guaracy Cunha	João Oswaldo Pinto da Silva
25	Harry Jorge Auler	João Stelczyk Filho
26	Henrique de Azambuja Villanova Filho	José Achutti
27	Ilka Amarin Motta	Lothario Armando Bender
28	João Franco Simões Ferreira	Luiz Alfredo Schenkel
29	João Manoel Salvadó	Marcos Blank
30	João Moreira de Araujo Bastos	Marino Medaglia
31	João Olavo Gay	Ney Fontoura Freitas
32	Jorge Maierhofer	Norberto Fernandes Koch
33	José dos Santos	Paulo Caye
34	José Geraldo Rosa de Mattos	Pedro Bruno Puhl
35	José Ivo Munhoz	Rafael Baños Delgado
36	Lauro Febernati	Rosalvo Barcellos Henriqson
37	Lino Augusto Schiefferdecker	Sigfried Norbert Berner
38	Manoel José Silveira Chaves	Victor Aristides Corsetti
39	Maria Amalia Berutti Laitano	Wamba Guimarães
40	Maria Aracy Asinelli	Welly Raymondo Cantergiani

41	Natália Vieira Gomes	Wilfredo Tarragó
42	Nello Nicola de Leone	
43	Nerly Antonio de Leão	
44	Ney Pereira Balreira	
45	Pedro Lopes de Almeida	
46	Ralph Omar Diederichs Reuter	
47	Roberto Manske Pjilomena	
48	Rodolfo Mario Wülne	
49	Sergio Machado	
50	Silvio Magnus Thomaz	
51	Silvio Paulo Duarte Marques	
52	Theodosio Lorenzon	
53	Torquato José Martins	
54	Urgel Ferreira Pacheco Filho	
55	Walmy Bittencourt	
56	Walter Barreto Oscar	
57	Yara Ondina de Almeida	
58	Zelmar Ambrosio Leonardelli	
Total		99
1947		
Nº	Curso Técnico de Perito-Contador	Bacharéis em Adm. e Finanças
1	Adayl Antão Seixas	Adalberto Haeser
2	Adib Pedro Tauil	Adão Creso do Amaral
3	Alberto André	Adão Oly Severino
4	Albino Alfredo Winkler	Agenor Aristides Fabris
5	Antonio Rafael Jobim Giordano	Albo Gerhardt

6	Argeu Leal da Silva Souza	Alfredo Henrique Pancada de Mello
7	Baltazar Paprocki	Alfredo Staudt
8	Carlos Cesar de Araujo	Alvaro de Lima Dutra
9	Celso José Ledur	Américo Marques da Rocha
10	Cesar Antonio Bettanin	Arlindo Aita
11	Claudio Paulo Krindges	Arthur Rosa Krebs
12	Dorilda Aristolina Barbosa	Ayrton Menezes Chagastelles
13	Earle Harrison Willadino	Bento Silverio Dias Neto
14	Edgar Guimarães	Bernardina Medora do Canto
15	Edgar Plinio do Nascimento	Dante D'Angelo,
16	Edmundo Peres	Dirceu Maahs Ferreira
17	Elizabeth Pittaluga Leal	Erico de Almeida Bastos
18	Ermelino Francisco Bianchi	Genesio Oliva
19	Erno Wagner	Geraldo Urbano Dias
20	Frida Levin	Hennio Nunes de Carvalho
21	Fulvio Domingos Gaudio	Hilário Coelho Estima
22	Gastão Rosa Bittencourt	Homero Francisco de Oliveira Reis
23	Gelda Paes Alves da Silva	Jacob Reston
24	Gustavo Lima	Jayme Isoldi
25	Hanns Peter Albert Joachim Struck	José Adão de Assis Barbosa
26	Haroldo Leal da Fonseca	José Bonetti Pinto
27	Helmut Evaldo Hoffmann	José Candido dos Santos
28	Henrique Gerchmann	José Carlos Pacheco
29	Ivo Magalhães de Oliveira	José de Oliveira Dornelles
30	Isaura Magalhães de Oliveira	José Pinto de Carvalho
31	Jessé Marques Teixeira da Silva	Juan Agustin Barbosa
32	Jesus Galant	Lary Peukert

33	José Bastos da Silva	Lauro Jardim de Oliveira
34	José David Pinto Lima	Leonel Duval Garcia
35	José Luiz Gonçalves	Luiz Francisco Terra
36	José Vescovi Neto	Moacyr Albuquerque de Souza
37	Júlio André	Ney Adalberto Kokot
38	Julio Simões pIres	Noé Brondani
39	Lêda Fortunatti Laydner	Oly Daniel Reif Koeche
40	Léo Figueiredo Ramos	Osmar Angelo Spader
41	Luiz Antão Rossi	Paulo Veiga Marques
42	Maria Francisca Gilka Barros Costa	Pedro Cir Duarte
43	Maria José da Silveira Saibro	Remy Arthur Stoll
44	Maria de Lourdes de Araujo Renck	Ruben Felix Teixeira
45	Mayer Goldfeld	Ruy Barbosa Pacheco do Canto
46	Milton Hectaner Frederico Brutschun	Ruy Trindade Barbosa
47	Ney Samborjense Pittaluga Leal	Saad Fadel
48	Nestor José Jaeger	Sebastião da Luz Reis
49	Octaviano Samborjense Lima Dias	Walter Moita
50	Olavo Barcellos de Oliveira	Wenceslau Sanchez Bermejo
51	Orlando Damiani	Wilson Naimayer de Oliveira
52	Osmar Manzolli	Wilson Oliva
53	Otoni Soares da Silva	Wolmar Gomes
54	Paulo Claudio Tovo	
55	Paulo Neves Müzell	
56	Paulo Sergio Labarho	
57	Rivadavia da Silva Corrêa	
58	Rosa Golstein	
59	Rubens Lampert Gaertner	

60	Ruy Basso	
61	Ruy Moraes Fagundes	
62	Sergio Freitas de Azevedo Bastian	
63	Sergio Wieweger	
63	Theodoro Oliveira de Leon	
65	Tulio José F. T.Casapicola	
66	Tulio Pasqualino Aronne	
67	Ubirajara Sttraatmann de Castro	
68	Waldemar Vargas Coelho	
69	Wldomiro de Souza Lima	
70	Walmir Círio	
71	Zilaz Braz Maculewicz	
Total:		124
1948		
Nº	Curso Técnico de Contabilidade	
1	Adel Barros Rocha	
2	Aldo Lapolli	
3	Alice Editha Klausz	
4	Arthur Daniel Beust	
5	Catharina Koetz	
6	Dorval Pozzas Corrêa	
7	Heinz Dieter Walter Grundig	
8	Israel David Keninger	
9	João Torgan	
10	José Ayres da Silva	
11	José Luiz Kops	

12	José Olavo Raymundo
13	José Visconti Rodrigues
14	Leoncio Coelho Estima
15	Maria de Lourdes Vargas
16	Pedro Floriano Buchrieser
17	Renato Abreu de Barros
18	Rubem Edgar Poisl
19	Rubi Albino Junges
20	Vladmir de Freitas
21	Yolanda Centeno Xavier
Total:	21
1949	
Nº	Curso Técnico de Contabilidade
1	Alda de Almeida
2	Ancy Machado Nunes
3	Antonio Alberto Gonçalves Schultz
4	Arnaldo Guntzel
5	Arno Gschventer
6	Carlos Pedro Schwab de Moura
7	Darcy Martins da Silva
8	Dolly Silveira
9	Enso Pereira
10	Fernando Marreto vianna Petersen
11	Fernando Mendes Ribeiro Abbot
12	Giesela Irmgard Von Mengden
13	Herman Handel

14	Ivo Lamberts
15	Laerte Prates de Menezes
16	Lauro Nelson Cavedini Pelizzari
17	Luiz Paixão Sanches Loureiro
18	Oly Veiga Corrêa
19	Ruy Osorio Marinho
20	Uriel Gisler dos Santos
21	Waldelirio Mendes da Rosa
22	Walmor de Figueiredo Mauzer
23	Walter Jacob Striebel
24	Willy Wondracek
25	Wilmar Schau de Araujo
26	Carlos Eduardo Ebner
27	Delton Dornelles Willig
28	José Ludovico Rodrigues Filho
29	Mário Rubens Ramos
Total:	29
1950	
Nº	Curso Técnico de Contabilidade
1	Adão Carlos Pereira de Castro
2	Alberto Flack Ferreira
3	Alegria Sabaní
4	Alfredo Lenzi Aquino
5	Almo Dauber Menezes
6	Antonio Coelho Nunes
7	Antonio Oswaldo Kunrath

8	Arnildo Ivo Maurer
9	Ayrton Sant'Anna
10	Bruno Bendagy Pereira de Mattos
11	Cecilia Ervis
12	Edmar Silva Villarinho
13	Egon Weiller
14	Eligio Libório Winkelmann
15	Ellymar Roberto Marks
16	Érica Desjardins
17	Fanny Milstein
18	Kernando Alberto Monson de Oliveira
19	Florinda Jabur Scandor
20	Gelson Martins Beltrão
21	Hugo de Souza Frões
22	Ilza Pereira
23	Jacy Irena Veit
24	João Abichequer
25	João Alfredo Beuster
26	José Arenon Fagundes Gomes
27	José Carlos Müller
28	José Geraldo Ramos
29	José Moacyr Trigo Junqueira
30	José Olavo Nascimento
31	José Sérgio da Silveira
32	Kurt Frederico Kühn
33	Lourdes Catharina Josefina Gregol
34	Luiz Almir Maggi

35	Luiz Mineiro Freischlag
36	Luiz Vicci Vieira
37	Luiz Vasconcellos
38	Maria Arabela Almeida Gomes
39	Maria Teresinha Alves
40	Mario Behegaray
41	Maximo Gonçalves
42	Milton Braga Barão
43	Morche Leib Wainstein
44	Otherno Oscar Deisel
45	Plinio Moraes Pires
46	Roberto Cay
47	Rodolfo Pfitscher
48	Salomé Xavier
49	Sara Estera Knechtmann
50	Theobaldo Lüdke
51	Victor Edmundo Paredes Salvaterra
52	Walter Suchy
Total:	52
1951	
Nº	Curso Técnico de Contabilidade
1	Alice Bertoldo
2	Almerindo Anselmo Boff
3	Antonio Dignes navarro
4	Antonio Salles Aguillar
5	Augusto Campos

6	Benito Carlos Fagunes da Silva
7	Cicélia Alves Porto
8	Dalva Ribas Rosendo
9	Denise de Carvalho Pereira dos Santos
10	Dirceu Saraiva Alves
11	Edi Lima Porto
12	Emilio Bernardo Schmidt
13	Egon Treptow
14	Ernani Fibrônio de Freitas
15	Ferando Gilberto Rezende
16	Flavio Nilton Pinto
17	Francisco Suchy
18	Francisco Trindade da Motta
19	Frederico Carlos Herzog
20	Gereiche Pchara
21	Honoredin Rita Barreto
22	Ingrid Lucow
23	Itagyba de Oliveira Lages
24	Ivne Paleikat
25	Jorge Paz Fountoura
26	José Aloysio Heck
27	José de Almeida Nunes
28	José Teixeira Baratojo
29	Juarez Dias Marquez
30	Laureano Alberto Schoffen
31	Maria Joana Catarina Paleikat
32	Maximiano Carpes dos Santos

33	Nelson Barzoni
34	Nelson Deiro Gonzalez
35	Nendy Primo Massolini
36	Olinda Teixeira
37	Paulo Jairo da Cruz
38	Paulo Vianna Petersen
39	Raquel Menezes Ribeiro
40	Romeu Belmonte Stivallet
41	Walmir Rodrigues Fernandes da Silva
42	Walter Brenner
43	Walter Egon Poisl
44	Walter Frederico Matschulat
45	Zinah Vinha Driesh
Total:	45
1952	
Nº	Curso Técnico de Contabilidade
1	Adélia Chenin Selaimen
2	Alfredo Cross
3	Arthur Alquati Freitas
4	Benito Schmidt
5	Dione de Oliveira Souza
6	Dolfino Mezzomo
7	Ely Cardoso
8	Felicia Curie
9	Francisco Marciano Ferrer
10	Frederico Carlos Saft

11	Germano Hugo Johannpeter
12	Gilmar Campos Issler
13	Gladis Woemi Luz
14	Gregorio Goldemberg
15	Henrique Francisco Medeiros Hauck
16	Iseu Gus
17	Jader Fortes Saldanha
18	Jary Germano Schmidt
19	João Carlos Robas Guimarães
20	João Mathias Velho Cardoso
21	João Servallo
22	José Crdoso Di Noia
23	Lygia Veronese de Almeida
24	Lourdes Maria Roglio
25	Lucy Augusta Caetano
26	Luiz de Azevedo Mangeau
27	Luiza Belquis Veit
28	Maria de Lima Tricate
29	Nelmo Luiz Schumacher
30	Nora Maria Barreto Sink
31	Orlando Trentini
32	Oscar Glusman
33	Paulo Cabral Moreira da Silva
34	Paulo Piva
35	Renato Luiz Pleutzz
36	Salomão Passaroff
37	Terezinha do Meninino Jesus Pereira

38	Terezinha Caivano
39	Vera Maria Carapeços Richinitti
40	WashingtonSoares da Rosa
41	Wolneu Eloy Rahaz Conzaga
42	Yolanda Pachalski
43	Zilmo Milmann
44	Yolanda Paz Foutoura
Total:	44
1953	
Nº	Curso Técnico de Contabilidade
1	Abgar Cavalcanti de Albuquerque T.
2	Adão Rubem Corrêa Moll
3	Adauto Duarte Villanova
4	Adyr Ferreira
5	Alfredo Cesar Machado da Silva
6	Aljocyr Paiva Pereira
7	Amélia Helena Miranda Damiani
8	Antônio Carlos Müller
9	Aristeu Wilson Castello Pereira
10	Arlete Alves do Sacramento
11	Arly Silveira dos Santos
12	Augusto Teixeira Gomes
13	Benoni Benedito Pôrto
14	Carlos Alberto Antunes da Cunha
15	Carlos Jorge Plidori
16	Carlos Mario Franceschini

17	Celso Provenzano
18	Clementino Remedi Pereira
19	Clovis de Andrade
20	Danilo Bohrer de Magalhães
21	Danubio Pires
22	Denalhe Peixoto Lopes
23	Dorcelina Carvalho
24	Edison Lafayette Lajoia Silveira
25	Elena Lopes Alves
26	Erika Worming Laus
27	Ernesto Lopes
28	Estéla Gruber
29	Estéla Sarinha Kran
30	Euclides Ruy dos Passos
31	Fernando Medina Caputo
32	Hervandil Fagundes
33	Hildebrando Costa Patoris
34	Hildo Schulz
35	Irene Lul Diogo
36	Iva Yolanda Gehrke
37	Jacob Halperin
38	Jessé Coll Leite
39	José Atos Souza Jongh
40	José de Oliveira Fortuna
41	José Triano Calleja
42	Julio Clareb Lopes de Moura
43	Léo Antonio Coelho Raupp

44	Luiz Carlos de Barros Morem	
45	Manuel de Almeida Coelho	
46	Marciano do Amaral e Silva	
47	Mariano Guedes Moraes	
48	Milthon José Cunha	
49	Nilo Veit	
50	Pedro Visconti Rodriguez	
51	Plinio Sefton de Azevedo	
52	Rodolpho Samuel C. de Azevedo	
53	Ruy Gomes Farias	
54	Thomaz de Oliveira Sant'Anna	
55	Wilson Corrêa de Oliveira	
1954		
Nº	Curso Técnico de Contabilidade	Curso Técnico de Administração
1	Albino Angelo Santo Rossa	Alfredo Cezar Machado da Silva
2	Alcides Luciano Volpatto	Alfredo Leuzi Aquino
3	Aldorindo Avila Vasconcellos	Aristeu Wilson Castello Pereira
4	Alvaro Antonio Baggio	Arno Armindo Diestmann
5	Amália Rita Tarragô de Oliveira	Dyogenes Anildo Martins Pinto
6	Annibal Theophilo Martins Carneiro	Ferando Gilberto Rezende
7	Antonio Augusto de Lima Dutra	Gericke Pchara
8	Antonio Candido Silveira Pires	Julio Bausaldo
9	Arnaldo Klein	José Carlos Pereira Azevedo
10	Bertha Ratnowski Rotemberg	Luiz Léa Rihl
11	Borys Polchowicz	Nelson Deiro Gonzalez
12	Carlos Rodrigues	Osmar Danilo Dom Braga

13	Carmem Luiza Crescente	Paulo Corrêa Legg
14	Cecilia Kalil	Vanius Layrand Teixeira
15	Clara Spomberg	
16	Clementino Pereira	
17	Cordovil Pires	
18	Danilo Alberto Saul	
19	Fernando Poerner Mazon	
20	Fernando Santos	
21	Fernando Torres Guedes	
22	Francisco Edmar Campelo Costa	
23	Gertrudes Catharina Laveuver	
24	Harry Conrado Schuler	
25	Helio Paganin	
26	Honório Campos Peres	
27	Jacob Schotgnes	
28	Jaime Platcheck	
29	Janete Maria Martins dos Santos	
30	José Aristeu Bittencourt	
31	Laury Lopes Lages	
32	Lia Pereira Lemos	
33	Luiz Difini da Silva	
34	Luiz Maltchiz	
35	Luzardo da Silva Franco	
36	Lygia Maria Argenti	
37	Maria Augusta Torreani de Freitas	
38	Maria Baldo	
39	Maria do Horto Pereira Quijano	

40	Maria Elusa Brum	
41	Maria Lêda da Silva Ranger	
42	Marian Berwanger	
43	Mario Omar Assunção Andrade	
44	Myrna Calcagno da Costa	
45	Nei Burmeister	
46	Odette Sgff	
47	Olegário Gilberto Silva de Vargas	
48	Oscar Castro Stefano	
49	Raul Svirski	
50	Remi Figureli Corga	
51	Rosário Stefano	
52	Terezinha Dorneles de Araujo	
53	Vicente de Paula Fassina	
54	Vorny Dias	
55	Waldo Gonçalves Fraga	
56	Walter de Oliveira Ramos	
57	Wilson Antonio Schumacher	
58	Yara Coelho Carbonell	
Total:		72
1955		
Nº	Curso Técnico de Contabilidade	Curso Técnico de Admnsitração
1	Adalberto Henrique Pitsch	Affonso Menegassi
2	Alcides Ferreira Lopes	Ana Maria Siqueira Karam
3	Aloysio Kalil	Julieta de Moraes Ricardo
4	Amim Dufeck Filho	Maria Helena de Oliveira

5	Antonio Luiz dos Reis	Regina Teixeira Martins
6	Armando Loes da Silva	Ary Cunha Guardicla
7	Benhur Ckless Ferreira	Odette Sgff
8	Carlos Amaral Melo	
9	Cristina Pauli Trentini	
10	Demostenes Anildo Martins Pinto	
11	Deodato Dornelles Martins	
12	Divino Paulo de Abreu	
13	Eneu Aguiar Brentano	
14	Feliciano Antonio Lopes da Silva	
15	Guilherme Alberto Morem	
16	Hugo Valério Duval Wammacher	
17	Ieda Maria Brugalli Carlotto	
18	João Alberto Ribeiro	
19	Jorge Renato de Souza	
20	José Alves Valença Filho	
21	José Antonio Silveira da Fonte	
22	José Vianna da Silva	
23	Lamartine Fialho Jobim	
24	Lauro Antonio Carlotto	
25	Lenyr Amélia Vergara de Araujo	
26	Luiz Teixeira da Luz	
27	Marciano Siegmann Borges	
28	Norma Catharina Licht	
29	Octavio Teixeira Tavares	
30	Oriente José da Rocha	
31	Oswaldo Carlos Schwanke	

32	Paulo Augusto Egert Barbosa	
33	Raphaéla Dias Caminha	
34	Reimar Hoffmann	
35	Renato Paulo Saul	
36	Romeu Corseni Fagundes	
37	Sady d'Ávila Hofmann	
38	Sergio João Fraceschini	
39	Serio Luiz Saul	
40	Sinay Pires Vargas	
41	Vinicius de Lucca	
42	Waldomiro Gottfridt Pedro Fleck	
43	Yonne Fernandes Pereira Cunha	
44	LuizCarlos Medeiros	
Total:		51
1956		
Nº	Curso Técnico de Contabilidade	Form. Aperf. de Professores
1	Adelina La Port Brandão	Albino Mathias Steinstrasser
2	Alba zita de Vargas Pinheiro	Alípio da Silva Rosa Filho
3	Aloysio Clemente Dierings	Antonio Coelho Nunes
4	Ancy Orpini	Ayrton Menezes Chagastelles
5	Amilcar Credidio Bina	Carlos Otto de S. Volkart
6	Anápio Ferreira da Rocha	Clovis de Oliveira Bello
7	Antonio Pisa	Dalva Rozendo Montano
8	Ataulfo Soares da Silva	Darcy Harres Cardoso
9	Benito Celestino Chiminazzo	Francico Dirceu Xavier Lobo
10	Carlos Van Poerch	Harry Lima Caetano

11	Cláudio José da Fonseca Ferreira	Hilário Coelho Estima
12	Darcy Corrêa de Aguiilar	Isaias Gitz
13	Darccy Votto de Araujo	Italo Guedes da Silveira
14	Ennio José de Souza Lima	João Evangelista Pureza
15	Felisberta Caporal	Jorge Maierhofer
16	Geminiano Rodhe Xavier	José Olavo do Nascimento
17	Genesio Jorge Biazetto	José Carlos Pereira de Azeredo
18	Genoveva Chojmowski	Julio Frota
19	Geraldo Brasil Vives	Luis Souza de Sousa
20	Gilberto Müller	Luiz Ramos do lago
21	Glacy Conceição Soares	Maria Arabella D', Almeida Gomes
22	Hailé José Kaufmann	Ney Fontoura Freitas
23	Harald Schellemborg	Oscar Antunes de Oliveira
24	Hermes Loss	Oscar Heck
25	Igácio Loyola Távora	Osmar Buhl da Silva
26	Itor Moreschi	Paulo Alberto Villas-Bôas
27	Ivo Castilhos Puignau	Valderilio Mendes da Rosa
28	Ivo Marques	
29	Jairo Miranda Mariath	
30	Jefthe Mendes da Silva	
31	João Amadeo Simon	
32	José Celi Filho	
33	José Chassot	
34	Lilian Irene Olyvedi	
35	Maria Angélica Alano Collares	
36	Neiri Maria Zolotorewski	
37	Nelson Aranha Pinto Dias	

38	Newton João Lopes Mendes	
39	Nilo Ribeiro Verran	
40	Odete Loss	
41	Odir Mendes Figueiredo	
42	Onofre Francisno de Quadros	
43	Oswaldo Mendes Monteiro	
44	Ottmar Lenz	
45	Rachel Engelmann	
46	Rudy Mohler	
47	Rui Simador	
48	Sergio Bernardes Carvalho	
49	Torquatto Raupp de Campos Velho	
50	Vilson José Deves	
Total:		67
1957		
Nº	Curso Técnico de Contabilidade	Form. Aperf. de Professores
1	Adair Durgante	Alípio da Silva Rosa Filho
2	Alfeu Soares de Oliveira	Armando Lopes da Silva
3	Amélio Osorio Heck	Arno Armino Dienstmann
4	Americo Zarpellon	Athahulpa Jesus Maciel Pereira
5	Arnaldo Ignácio Véras	Claudio Guzenski
6	Arthur Flores Pinto	Ivo Bilhar da Silva
7	Crlos Lewis Ferrari	João Evangelista Pureza
8	Decio Hengist Corrêa	José Marinho Dick
9	Dionéia Maria Di Bartolo	José Olavo do Nascimento
10	Edgar Werner Barth	Luiz Carlos de Aragão

11	Eduardo de Freitas Xavier Netto	Nilo Dall'Agnol
12	Euclides Cunha dos Santos	Olleno de Oliveira
13	Eduardo Kripka	Oscar Antunes de Oliveira
14	Hermes Elestondo Jacobsen	Osmar Buhl da Silva
15	Ilka Pereira	Paulo Neves Müzell
16	Ivo Chassot	Paulo Gomes de Oliveira
17	Joaquim Henrique Janielli da Silva	Trajano Silva
18	Jolmar de Oliveira Martins	
19	Jorge Rosa de Souza	
20	José Antônio Rodrigues do Canto	
21	José Carlos de Souza	
22	José Carlos Gomes Martins	
23	José Carlos Ostrowski	
24	José Grachten	
25	José Nelson Dutra Fonseca	
26	Kassemiro Caetano Szelbrackowski	
27	Léa de Almeida Ethur	
28	Lidia Victoria Sanchez	
29	Maria Helena Leitão Silveira	
30	Marli Grecco dos Santos	
31	Moacir Rodrigues de Mattos Abreu	
32	Miriam Biassetto	
33	Nery Antonio Caonatti	
34	Otto Rubem Sparremberg	
35	Roberto Aldo Schreinert	
36	Rudi Schneider	
37	Rui Rodrigues	

38	Sidnei Di Gesu Gaya	
39	Sirlei Terezinha Stefano	
40	Tabajara Machado Paiva	
41	Termian Netto da Silva	
42	Telmo Menna Barreto Cezar	
43	Valdir Genta Haubert	
44	Valmor Genta Haubert	
45	Waldir Lapoll da Silva	
46	William Morsbach Dias	
47	Wilson de Araujo Rosa	
48	Luiz Carlos da Motta	
Total:		65

1958

Nº	Curso Técnico de Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Adair Lourdes Hermann	Alexandro Burg	Maria de Lourdes Venturini	Antonio Coelho Nunes
2	Alberto Walter Redmann	Iraci Conceição Corrêa Costa	Marisa Conceição Sffogia Nunes	Carlos Ivan Poersch
3	Alencastro F. de Souza Ferreira	Ary Teixeira	Marlene Amanda de Jesus	Carlos rafael dos Santos
4	Alfredo Ferreira Rodrigues Neto	Castelar Brizola de Freitas	Rachel Borde de Azevedo	Dolfino Mezzomo
5	Arthur Antonio Beltrame	José Barreto Lopes		Deoclecio Rodrigues Flores
6	Augusto da Costa Avila	Ruy Adão da Silva Taborda		Harry Lima Caetano
7	Bayard Bolivar Moreira Reis	Adalberto Henrique Pritsh		Honorina Caetana Rodrigues
8	Berta Rosa Zabela	Dinarte Fabricio Aquino		José Aristeu Bittencourt
9	Braulio Ferreira	Isatir Antonio Bottin		José Ludovico Rodrigues Filho
10	Carlos Icarahy Rosa Gonçalves	Maria Eloáh Abreu		Leoni Fortes Martins
11	Darcy Ferreira Otero	Odete Loss		Mario da Fonseca Schmaedecke
12	Enio Marcos Vencato	Roque Kortz		Olenno de Oliveira

13	Ernani de Lima Cravo	Ruth Mary Berry		Olmerindo Ruy Caporal
14	Eunice MariaSebrão			Pedro Mattos da Silva
15	Enio Celestino F. F. Biffignadi			Traiano Silva
16	Eusires Augusto Dall Mollinn			Valdelirio Mendes da Rosa
17	Helio Raimundo Gomes Antunes			
18	Hermann Werner Hadrich			
19	Hugo Dierchx de Mello			
20	Ilso Pedro Menta			
21	Irineu Guerra			
22	Ivan José Beranrdes			
23	José A. Zarif Sobrinho			
24	Joubert Medgaglia Lima			
25	Luiz Bignetti			
26	Marlene Lapis Lopes			
27	Najar de Castro Marchant			
28	Nilson Luiz Silvério			
29	Nize Maria Hofmann Campos			
30	Paulo Pastro Harststein			
31	Paulo Vargas de Lima			
32	Pedro Dias de Castro			
33	Pedro Moacyr Fernandes da Silva			
34	Percio Zancani			
35	Pilatos dos Santos Machado			
36	Quido Alberto Drews			
37	Renato Osorio Saraiva			
38	Ruberto Marx			
39	Santo Agliozzo			

40	Sebastião Cesar Borges de Almeida			
41	Sergio Meira de Sá			
42	Waldir Matheus Severo Schmidt			
43	Walter Raimundo Hahn			
44	Zilce Carvalho dos Santos			
45	João Luiz de Moraes			
46	Ronald Spieker			
Total:				79
1959				
Nº	Curso Técnico de Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Adão Lima Müller	Annibal Guimarães de Barros Cassal	Affonso Becker	Antonio Carlos do Canto Palma
2	Adil Todeschini	Jovenal Maronez	Claudio Luiz Motta	Arthur Antônio Beltrame
3	Agenor Cruz de Oliveira	Luiz Antonio Chechini	Claudio Manoel Saraiva Ferreira	Bonar Figueiró
4	Agostinho Altair Alfaro	Manoel Jeronimo Marcos	Erlita Mendes Cardoso	Caramurú de Oliveira
5	Audi Marli Antunes	Mario Pacheco Dornelles	Helena Maria Faria Valle	Casimiro Medeiros Jacobs
6	Benedito da Costa Leire Ferreira Valle	Paulo Afonto Schulz	Marisa Hirsch Friedmann	Dolfino Mezzomo
7	Carl Ernst Conrad Hofmeister	Pedro dos Santos Kröff	Odette Garcia	Daneil Gomes Rolim
8	Clarita Gomes	Rizzo Palhares	Olga Leonor Vargas Fuchs	Darcy Martins Mano
9	Elaine da Costa	Viltus Geraldo Gualdi	Sali Teresinha Marengo	Geminiano Rohde Xavier
10	Elmar Wagner		Zilá Gil Ferreira	Honorina Caetana R. Guimarães
11	Elvia Schaefer			Iracly Guerreiro telles
12	Elvira Del Pillar Verdum Palacios			Isaias Gitz
13	Etro Irrabal da Rosa			João Torgan
14	Eugenio Sady S. Prestes			Leone Fortes Martins
15	Fidelis Barletta Marranghello			Luiz Bignetti
16	Floriano Ortega Peixoto			Manoel Rosa Bento Junior

17	Francisco Giseldo Tavares			Olleno de Oliveira
18	Getulio Gabech			Olmiro Andrade
19	Gilberto Adams			Pedro Ramos do Padro
20	Gilberto Vanario Bastos			Phenício Buchabqui
21	Helmut Otto Eduardo Luckow			Trjano Silva
22	Henrique Calvet Correa			Telémaco Alvim Ribeiro
23	Hildo Wolmann			Valdelirio Mendes da Rosa
24	Jorge Fernando Borowski			
25	Jorge Mello Borges da Fonseca			
26	José Carlos Tovo			
27	José Luiz Fávero			
28	Maria do Carmo de Amorim Rocha			
29	Marisa Veronese Filomena			
30	Miguel Amaro da Silveira Netto			
31	Neuza Cruz Nunes			
32	Otavio da Silva Gomes			
33	Paulo Isidoro Carrard			
34	Pedro Lehmann da Silva			
35	Pedro Paulo Augustoni			
36	Ruy Hemetério Maciera Rocha			
37	Vera Maria Ribeiro Augustoni			
38	Vicente de Paula Monteggia			
39	Wilmar Jardim do Amaral			
40	Wilson Alano			
Total:				82
1960				

Nº	Curso Técnico de Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Alfredo Alberto Germano Thiel	Ademar Rodrigues de Oliveira	Carmen Elizabeth Hanquest	Almerão Consiglio
2	Aquilino Girardi	Antonio Inácio Bezerra	Elizabeth Vitória Hansen	Antonio Coelho Nunes
3	Altemo Gomes de Oliveira	Cadiz Corrêa Filho	Eunice Elizalde de Castro	Arthur Antonio Beltrame
4	Carlos José Sílero	Fernando Meira de Sá	Luiza Penelope Inda Pereira	Belba Recke Salistre
5	Crimilda Müller	Lauro Vinicius Puchalski	Maria de Lourdes Pereira Figueiredo	Enio Garcez do Espirito Santo
6	Catharina Zunino	Maria Ketzer Martins	Nilva Irene Dchütz	Francisco Brasil Rattier
7	Fernando Hermes Salcedo Tubino	Paulo Roberto Amaro	Vera Vogel	Francisco Sidney Dartora
8	Florentino Dutra Netto			Geminiano Rhode Xavier
9	Geraldo Clever Corrêa			Ilona Kohl
10	Iracy Porciuncula Cáceres			Iracy Paulo Gonçalves Teixeira
11	João Alano Netto			Jacob Halperin
12	João Batista Pereira Nunes			José de assis Antunes de Aquino
13	Jocelyn de Oliveira Capella			José Farias Bittencourt
14	José Carlos Bornhost			José Marino Dick
15	José Miguel Bordini Ból			Lauro Rossler
16	Lauro Barbosa Viana			Lory Lima Crossetti
17	Leopoldo Henrique K. Schneider			Lydia Menussi
18	Luiz Carlos Mazuhy Cunha			Marlene Amanda de Jesus
19	Luiz Fernando Luz			Ney Pereira Balreira
20	Maria terezinha Poersch			Nelson Cipriani
21	Marina Maja Merkel			Neme Baldez
22	Martins Edmundo Adams			Neusa Teresinha Stronge
23	Nelson Lauri Flores			Osmar Danilo Don Braga
24	Niede Terezinha Paim Corso			Oswaldo Paixão
25	Paulo da Silva Figueira			Paulo Theofilo Daisson de Borba
26	Raul Mônaco			Pedro Ramos do Prado

27	Renato José Geminski de Matta			Phenicio Buchabqui
28	Ruguert Egon Muller			Procópio do Espírito Santo
29	Umberto Fernando Gusmão			Roseline Leinster
30	Weno Edwin Lunge			Sidney Zanardi
31	Wilson Farina Cesar			
Total:				75
1961				
Nº	Curso Técnico de Contabilidade	Curso Técnico de Admnsitração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Adelmar Roque Heck	Geraldo Gredene	Agnes Vitória Lemke	Anna Mejer
2	Ady Pereira Monteiro	Guaracy Meirelles Rodrigues	Alice Elma Tanscheit	Carmen Costa
3	Anatólio Stolaruck	Helida Camargo de Freitas	Aliris Pereira Grafulha	Caramurú Oliveria
4	Anselmo Brod	Jaime Martins de Azevedo	Antonia Eunice Hoffman Campos	Eddy Pires
5	Arnaldo de Freitas Silveira	José Gomes Fabra	Claire Inda Pereira	Elisabete Brettas Felice
6	Beatriz Terezinha Sielecki	Maria Deoniles Moraes de Mello	Dirce de Anrade Neves Pettinelli	Erlyta Cardoso Franco
7	Carmen de Magalhães	Maria Nair Severo Schmidt	Elaine Pires Morganti	Flora Spada
8	Carmen Sylvia Gaspar da Silva	Maria Zali Folly	Eva Eneida Pritsh	Guerino Zanette
9	Enaldo José de Araujo	Marina Jalva Uminski	Gloria Noemy osorio	Geny Tarner
10	Guilhermina Rodrigues de ouza	Nei Cunha de Nonohay	Hedy Schütz	Helena Maria Faria Valle
11	Herminie Limbacker	Paulo de Jesus Martins de Azevedo	Helena Dalben	João Torgan
12	Ivone Sanchez	Rosa Maria da Cunha Ribeiro	Heloisa Maria Praxedes Pereira	José Francisco Sanchotene Felice
13	João Garcia Santayana de Lima		Ingrid Guilhermina Puillip	Jovenal Maronez
14	José Luiz Ethur Neto		Ivone Aída de Moraes	Karla Angelina Michielon
15	Lena Menda Magrisso		Margarida Gleissner	Lauro Rössler
16	Lia do Carmo Haag		Maria Domingues Benetti	Leonor Marcos
17	Maria Lucia Puersch		Maria Ignez Conte Pilla	Luiz Carlos Machado
18	Mario Galante Pacheco		Neuza Domingues Benetti	Lydia Menussi

19	Melchior Lermen		Nilza Catarina Schütz	Maria Cecília Rico de Almeida
20	Milton Wlater Blauth		Rachel Marshall da Matta	Marino Bittencourt
21	Ory Garcia Benites		Rose Mari Spina Monza	Marisa Hirsch Friedmann
22	Paulo Renato Sylla		Vânia maria Inthom Moreira	Messias Gurgel Nogueira
23	Pedro Ovidio Klin		Vera Maria Kock	Milton Manoel Ramos Marques
24	Saul Fernando Buttelli			Negmi Jorge Calil de Faria Corrêa
25	Walkiria Etrich Machado			Neya Blreira Tubino
26	Willi Erich Lindner			Odette Garcia
27	Wolmar Sottoni da Rosa			Pedro Ernesto Palma Loureiro
28	Marly Polvora Terra			Rivadavia da Silva Pereira
29				Roberto Bayard Santos
30				Ruth Nunes da Silva
31				Sali Terezinha Marengo
32				Sonia Unicovski
33				Therezinha Machado do Nascimento
Total:				96

1962

Nº	Curso Técnico de Contabilidade	Curso Técnico de Admnsitração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Ary Dalmiro Nardin	Aqueline Gonçalves dos Santos	Brigida Bantel	Alíris Pereira Grafulha
2	Augusto Cesar Cunha Carneiro	Claudio Porciuncula Proença	Carmen Licia Palazzo	Anacleto de Moraes
3	Dario da Silva Guterres	Coriolano Barbosa Brandão	Cristina Lilian Morsh	Annaliese Garz
4	Dauro da Rosa Pereira	Julio Boscot Motta	Heloisa Diniz de Souza	Antenor Victorino da Cunha
5	Evani Naso	Lucia Abech da Rosa	Izabel Garcia Martinez	Carlos Duque
6	Fernando Matson Berna	Poty Reis	Jussara Terezinha de Almeida Pellin	Eli Camil Dumit
7	Francisco dos Santos	Rute Marques Dias	Lilia Maria Stumpf Mora	Ely Severo Silva
8	Geraldo Dieter Póter	Terezinha Regina Evangelista	Luzia Valdet de Avila Goulart	Ema Therezinha Martins Reginatto

9	Geraldo Odilon Horn		Maria Abrelina de Souza Panatieri	Enio José Micelli Perachi
10	Hilário Guglielmin		Maria Julia Terra Teixeira	Erico Benites
11	Horácio Alcantra Cortez		Maribela Fischmann	Francisco R. de Moura Pereira
12	Ilone Lisete Diesel Dreifus		Marisa Gershenson	Guerino Zanette
13	Ivone venturini Felzke		Marlene Böhme	Helena Dalbem
14	João Carlos Fritsch		Marza Russomano	Ione Amélia Genta
15	José Jorge Franco Ribas		Niura Goulart Dornelles	Ivo José Diniz
16	José Júlio Santos Medeiros		Ruth Horstmann	Irio Nolasco Rodrigues
17	José Luiz Twardowski Pinto		Suzzana Beatriz Stolaruck	José Vescovi neto
18	Juan Herreesa Salado		Vânia Kieling	Lúcia Maria Kops
19	Jurema da Silva Souza		Vera Horn	Maria Eni Dorneles Clarindo
20	Justo Guaranha		Vera Regina Pratine de Moraes	Maria Lúcia Rillo
21	Manoel José Pereira Dias			Nei Burmeister
22	Marcionilo Koch Teixeira			Nilsa Catarina Schütz
23	Maria Schimelpfenin Soveral			Nilva Irene Schütz
24	Paulo Airton Lucena			Oder Jelicoe Pinto
25	Pedro Arides Fernandes			
26	Reveca Blascher			
27	Shirley Ramos			
28	Silvano Hoff			
29	Sueli Gomes Coelho			
30	Therezinha Reis Prefácio			
31	Ubirajara Silva Prates			
32	Vilazon da Silva Ribeiro			
33	Wanda Irma Seibt			
Total:				85

1963

Nº	Curso Técnico em Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Antonio Casas Sanches			Adão Carlos Barbosa
2	Carmen Jaime Ferandes			Argentina Urruth Sum
3	Clovis da Roxa Cruz			Adherbal Bastos da Silva
4	Dilva Maria Böelter			Alfredo Gross
5	Dione Böelter Krusche			Breno Ribeiro de Oliveira Santos
6	Eddy Rezende Daurte			Carlos Duque
7	Ilsa Resmini			Cladis Bassani Junqueira
8	Ivone Remus			Claudio Manoel Hoffmannn
9	João Herculano dos Santos			Danilo João Benvenuti
10	José Antonio Jotz			Edith Almeida das Chagas e Silva
11	José Vianna Caminha			Franklin de Castro Teixeira
12	Jová Tindade Lucas			Ida Therezinha Corrêa
13	Lenoar Cunha			Isis Maria Saldanha Eder
14	Leo Romano Belloni			Israel Rodrigues da Rocha
15	Maria Rosa M. da Silveira Radaelli			João Baptista Araujo Silveira
16	Milton Juan Müller			José Alves Peralta
17	Nelson de Bello Junior			José Carlos Pereira
18	Nilo Arnaldo Beck			José Russil Fonseca de Bem
19	Noercu Maria Hertzog			Jorge de Paula Ribeiro
20	René Borges			Laerte Prates de Menezes
21	Ronald Von Brizen Montzel			Lúcia Maria Kops
22	Sergio Paulo da Costa Ferreira			Luiz Alberto Porto Souza
23	Ubirajara Indio R. de Aragão			Maria Schimelpfening Soveral
24	Vera Maria Santos da Silva			Maria Tereza Trindade Cardoso
25	Waldemar Blacher			Marcionilio Koch Teixeira

26	Wilson Porto Schütz			Oswaldo Amann Acetta
27	Zaida Haubman Ferreira			Paulo Ubiratan Daniele de Brito
28				Romoaldo Padova
29				Ruy Orlando Bacaccio Piscitelli
Total:				56
1964				
Nº	Curso Técnico em Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Airton Antonio Bohn	Antonio Mardini	Beatriz Helena Vershoore	Adão Rodrigues da Silva
2	Alfredo Boettcher Filho	Clovis Antonio Soares	Deoni Teresinha Duarte	Antônio Mário Pascual Bianchi
3	Carlos Fernando de Lima	Ilka Maria Altamayer	Eliéte Siebel	Aloisio Jorge Holzeimer
4	Cesar Desjardins	Jorge henrique Bileão de Souza	Elisa Gomes de Moraes	Aluizio Grafulha
5	Delcia Miotto	Lacy Silveira Iracet	Erika Eyff	César Rony Abruzzo
6	Enio Leite Casagrande	Leonidas Dante	Heloisa Domingues Benetti	Edí de Lima Porto
7	Enio Pereira Siqueira	Dubal e Silva	Iolanda Araujo	Erly Arno Pisl
8	Erna Braescher Dittmer	Luiz Gustavo Tarragô de Oliveira	Jane Raquel Frejman	Erno Wagner
9	Franklin Körting	Ney Ardais Wortmann	Leda Lucia Mantins Camargo	Ieda Pons
10	João Carlos de Sant'Anna	Olivado Wilson de Vihena	Leonara Bernand Geiss	Gilberto Francisco Pasual do Valle
11	João Paulo Petró	Walter Becker	Luiza Exman	Italo Araújo
12	Jorge Weinberger Moryoussef		Medelin Lopes Nogueira	Ivo dos reis Bossle
13	José Arcangelo Figueiredo		Mara Almeida Piva	José Morschbacher
14	Luiz Feranndo Gomes da S. Medaglia		Marga Therezinha Rüdiger	Maria Helena Pereira Müller
15	Maria Auxiliadora Prates		Maria Helena Kertz	Marlene Amanda de Jesus
16	Maria Penck		Maria Ligia Pereira	Pedro Paulo Scheunemann Filho
17	Marino Bardini		Marilene Quequi Coelho	Paulo Barreto Viana Petersen
18	Melquiades Machado		Mariúsa Teresinha Stringhini Beltrão	Ruy Remy Rech
19	Milton Teixeira Junqueira		Marlise Hasenkamp	Thereza de Jesus Prado Silveira

20	Nelson Rodrigues Macedo		Marly Guedes Ruschel	Nei Maurilio Morsch
21	Olavo Franklin Ramos Guimarães		Miriam Peker	
22	Otto Lausmann		Olga Pitombo	
23	Pascoal Oliveira Antunes Klin		Sandra Méri de Souza Cunha	
24	Paulo Cardozo Costa		Susana Hans	
25	Paulo Saft			
26	Pedro Paulo Strubinski			
27	Platão da Rocha Pinto			
28	Roque Affonso Castillo Schneider			
29	Sebastião Lopes Machado			
30	Selmo Pereira Fraga			
31	Sergio Medeiros Henke			
32	Silvio Rosário Pereira			
33	Valdelirio Rodrigues de Almeida			
34	Valmir Gentil Aguiar			
35	Walter Gentil Aguari			
Total:				90

1965

Nº	Curso Técnico em Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Ajaecir Nunes da Silveira	Adyete Machado	Ana Critina Lipp	Ana Eni Machado
2	Allan Kardec Nunes Bichinho	Darci Fachinello	Angela Daniela Englert	Aurea therezinha Bertoletti Costa
3	Ana Maria de Barros Gonçalves	Eunice Dutra Medeiros	Denise da Costa Hausen	Antonio Niemezowski
4	Antonio Flavio Perez da Cruz	Guilherme Silveira dos Santos	Elaine Maria Miranda Chaves	Ary Brito da Conceição
5	Athos Nilo Bier Grecco Junior	Hewig Elisabetha Birk	Elisabeth Trein	Altidor Martins da Silva
6	Augusto Miguel Bizzi	José Paulo Pinto Gonçalves	Eunice dos Santos	Carlos Augusto Velasques
7	Benon Ville Costa	Mira Maria Pegoraro	Fernanda Pizoli Kley	Carlos Sabino da Rocha Pplastina

8	Carlos Francisco Corrêa Diniz	Nilda Maahs	Flora Maria Gertum Pereira	Edson Aracy Meneses Ferreira
9	Claudio Antonio Gonçalves Lima		Gisela Ingeborg Esther Schrader	Eloé de Freitas Feliz
10	Claudio Luiz Mortari		Gisela iane Dalcin Silveira	Eloá Araujo Amorim
11	Clovis Nunes Lahorgue		Heloisa Maria Cattani de Oliveira	Eliéte Siebel
12	Edegar Sergio Pezzi		Iara Lucia Eberle	Flavia Reichel Peres
13	Elemar Augusto Veit		Ieda Zamel	Gustavo Sadi Ramos
14	Ernani Paraguassú L. de Azambuja		Ilone Maria Bing	Heitor Soares Nestor
15	Francisco Rodrigues Rios		Iolanda Alves da Silva	Heloisa Maria Praxedes Pereira
16	Geraldo Martins Machado		Irene Beatriz Porres Menegotto	Iára Teixeira Fernandes
17	Gilberto Mossmann Martins		Irene Mendes Gonçalves	Ilka Maria Altmayer
18	Haroldo Lucena Maisonnave		Julia Miura	José Azevedo Vieira
19	Haroldo da Silva e Cunha		Liana Aguiar Manacero	Josel Jancke Dias
20	Iaroslau Domareski		Marcia Silvia Faermann	José Morsch
21	Iolanda Maria Silva Bic		Maria Herminia Schramm	Jussara Barbeitos Giudice
22	Irineu Bonengerg		Maria Rita Santos Dias	Lenoar Cunha
23	Jeová Rofério Pires		Nilza Cidade Cardarelli	Leopoldo Barbosa Roque
24	João Enio Cechini		Regina Maria Rabello Muccillo	Lurdes Mariuzzi Franchini
25	Jorge Luiz Carminatti		Rejane Maria de Oliveira Ribeiro	Luiza Penelope Inda Pereira
26	José Paulo Caetano Toffoli		Rosemarie Wallig Brusius	Luiz Carlos Viola Soares
27	Santo Ferlin		Sandra Figueiredo Mariante	Luiz Carlos Pereira
28	Lerina de Freitas Tavares		Sandra Stapler Aveline	Lila Corvello
29	Luiz Antonio Arisio Nejar		Susana Hofmeister Barcellos	Maria Schmelpfening Soveral
30	Luiz Antonio dos Santos		Vera Beatriz Lindmann	Marise Corrêa Schwieder
31	Luiz Carlos Galvão Muniz		Vera Susana Provenzano	Mirian Corrêa Schwieder
32	Luiz Dinarte Simões Martins		Vivian Baseggio Ozorio	Nelson Dias Dippe
33	Maria Regina Gomes		Vivian Ferraz Dreyer	Odette Soff
34	Maria Serra Moraes			Oscar Araújo

35	Mauro Roberto Rosito			Paulo Soares Leite
36	Nei Aquino			Paulo Fernando Falkenhoff Moreira
37	Neri Vieira Ribeiro			Paulo Honfeldt Filho
38	Ney Vianna de Albuquerque			Sandra Cleofe Baldo Favero
39	Nilton Corrêa de Lemos			Sandra Méri de Souza Cunha
40	Pedro Gaspar			Saúl Fernando Butteli
41	Percio Brinckmann Filho			Walderes Sá Ribas Mayer
42	Raul Manoel de Souza			Véra Maria Jug Vianna
43	Sebastião Rodrigues Duarte			Wilma Bing Torgan
44	Sergio Hickmann			Yara Sperb Honfeldt
45	Sergio Pércles da Costa ferreira			Zuiderzée Dias de Oliveira
46	Sergio Saraiva Pereira			
47	Severino Binda			
48	Shirlei Saldanha Bairros			
Total:				134

1966

Nº	Curso Técnico em Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Adair Anchieta	Antonio Felipe Zinga	Ana Maria Barros Pavlick	Adão Rodrigues da Silva
2	Adelaide Therezinha Flach	Bayard Roel Grierson Mendes	Ana Marise Lima Rocha	Antonio José Camboim
3	Alexandrina Lucas Schmitt	Claudio Bikowski	Astrid Hofmesiter	Alvair Portella de Andrade
4	Anacleto Borges	Decio Anson Lima	Christiane Mariane Anni Kopittke	Alberto Wasserstein
5	Antonio Bazilio Filho	Gilberto Rodrigues Machado	Doroti Krieger	Ari Gomes Ferreira
6	Antonio Carlos da Rosa Pereira	Jorge Luiz Leão da Cunha	Elisabeth Schmitt	Basilio Neves Zadra
7	Arnaldo Barros de Oliveira	Jorge Paz Estacio	Eloá Vieira de Imeida	Bernadida Médora do Canto Voges
8	Arno Brauch	Leda Ramos	Leda Elizabeth Ávila	Carlos Luiz Kretzmann
9	Arthur Barbosa dos Santos Filho	Maria isabel Paprocki	Lia Irene Maillander	Clodoaldo José Carvalho da Silveira

10	Astor Nelson Altenbernd	Marlise Pereira Wolf	Ligia Ribeiro de Oliveira	Egon Hangel
11	Aurelio José Simon	Ruy Barbosa Teixeira da Costa	Lourdes Suzana Falkenbach Rolim	Eugenio Cleuto Campani
12	Carlos Alberto Pedrollo		Lucia Scavone	Eduardo Iago
13	Carlos Azeredo Jochins		Margareth Marchiori	Garibaldi Canazaro
14	Carlos Germano Biermann Menezes		Maria Christina Machado Sllum	Hellmuth Schann
15	Celso Antonio Franken		Maria Helena Zobarán	Henriqueta Mina Kopsch von Wackeritt
16	Claro Rodrigues de Oliveira		Maria Lucia Jaquet da Silva	Ivo dos Reis Bossle
17	Cleci Fernandes Medeiros		Mariana Tschiedel	Ijayme Oddy Reali
18	Cleidi Rosa Soares		Marisa Bernardete dos Santos Vargas	João Pedro da Conceição
19	Creso Pacheco		Marisa Moreira Barcellos	Luiz Carlos Beiller de Freitas
20	Eduardo Blanco Trindade		Marly Schoeler	Nadir Cibelli de Castro
21	Eduardo Zanella Marques		Neusa Maria Allemandi	Nereu Dávil
22	Eliete Tonelotto		Rita Bianchini	Nelson Emilio Michel
23	Enio Schüler Dias		Silv D'Avila Brandão	Olimpio Moraes Martins
24	Erico Wihelms		Suzana Hermann	Oscar Heck
25	Erion de Oliveira Fraga		Vera da Silva Paiva	Osmar Maria da Silva
26	Erna Maria Eidt			Raul Antonio Menezes Teixeira
27	Evaldo Luiz Baldino			Tereza Maria Gasparoto
28	Exarte Alves			Thereza de Jesus Prado Silveira
29	Flavio Arruda Dutra			Vercino Franzoloso
30	Flavio David do Nascimento Barreto			Walnyr Ramor Sieber
31	Flavio Duarte Ribeiro			Waldemar Polido
32	Flavio Oliveira Vinholes			Zeferino Paulo de Freitas Fagundes
33	Gildo Schwartaman			
34	Helio Roberto Damiani			
35	Izidoro da Silva Souza			
36	Ivone Avila Fernandes			

37	Januario Donadio			
38	João Luiz Barbosa Rangel			
39	Jones de Siqueira Dellegrave			
40	Juarez Saraiva da Silva			
41	Leonel Lara bandeira			
42	Luiz Antonio Losekann			
43	Luiz Carlos da Costa Mahlmann			
44	Luiz Carlos Fetter			
45	Luiz Paulo Garcia Scherer			
46	Marcelo Ferlini de Araujo			
47	Marco Antonio Ferrantino			
48	Maria Cecilia Martins Merenda			
49	Mario Luiz Ximendes Camargo			
50	Mario Oswaldo Fetter			
51	Maris Aparecida Reis			
52	Moacyr de Araujo Pires			
53	Odete Natalia Franceshi Toneloto			
54	Odilon da Silva Ferreira			
55	Olita Cassilda Frantz			
56	Orlandino Fernandes da Costa			
57	Osmar Casagrande			
58	Paulo de Souza e Silva			
59	Pedro marcelo Urzainqui			
60	Poti de Melo Araujo			
61	Roberto Rodeigues Dornelles			
62	Sergio Cabral de Mello			
63	Tania Fajardo da Silva			

64	Vanderley Borba Fernandes			
65	Volnyr Silva dos Santos			
66	Walter Ritter			
Total:				134
1967				
Nº	Curso Técnico em Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Adaberto Soares Barcellos	Anita Nunes Mezza	Ana Lucia Marcher	Áureo Luiz Parzianello
2	Albina Colombo	Carlos Einar Aurelio Camargo	Beatriz Wolf	Abner Cavalcanti de Albuquerque Tabajara
3	Antonio Silveira de Andrade	Carmen Gomes	Carmen Vera Feijó	Gilberto Hervé Furtado
4	Arildo Rodrigues da Silva	Decio Afonso Bressani	Celia Zulmira Thomas	Hilce de Oliveira Caldas
5	Benedito Perez Guedes	Derocy Giacomo Cirillo da Silva	Cleir Alice Gaivano	Ivo Chassot
6	Betty Gerling Uhr	Diana Gomes Cavalheiro	Cleonice Schneider	Mario Antonio da Silva Pereira
7	Celso Lessa Pesa	Elisabete Cecin da Cunha	Dea de Souza Gomes Meura	Maria Suzana Arrosa Soares
8	Claudio Borges da Silva	Eroni Kern	Eleonor Thiel	Therezinha Teis Prefácio
9	Claudio Corrêa Ferreira	Isolina Michels	Elizabeth Maria Luz Ketzer	Wreimer Scliar
10	Dalmacio Odete Gouvêa dos Santos	Luiz Carlos Ely Atti	Heloisa Guerra Santos Netto	Ainda Regina Corrêa Bitske
11	Edgar Escher	Marcos Marcelino Araujo Jobim	Ilane Broecker Hofmann	Altidor Martins da Silva
12	Edison moacyr Alves	Marlena Teresinha Klement Maine	Ingrid Hack	Brasílio Ricardo Cirillo da Silva
13	Elda de Gouvêa Furtado	Nelson Roberto Petry	Jane Reni Maia Gomes	Djalma Gonçalves Requião
14	Ercio Bliacheris	Paulo Afonso pereira	Joelcira Fabris Canedon	Eduardo batista
15	Eugenio Ignacio Birk	Rafael Severo Lagreca	Liana Maria Gross	Guilherme da Silveira Santos
16	Helio Martins Grigolo	Rivadavia Nines de Oliveira	Lucilia Maria Marques Santiago	José Buchabqui
17	Ivone Fagundes dos Santos	Solon Castro	Mara Madruga Moure	José Gonçalves de Lima
18	Jairo Rodrigues Piscitelli		Maria Cecília Gonçalves Silveira Netto	Jolecy Soares Bernardes
19	Joana Kröeff		Maria Luiza Brandt	Leonidas Dante Dubal e Silva

20	João Almirano Garcia		Maria Viana Blessmann	Leda Ramos
21	João Hugo Kröell Netto		Marilia Menegassi Velloso	Luiz Alberto Pôrto Souza
22	João Olair Wingert		Marilú Diez Lisboa	Lya Beatriz Straatmann
23	João Viana de Albuquerque		Marlene Münch	Antonio Felipe Zinga
24	Jorge Ricardo Weeck Foergens		Myriam Aparecida Adegas	Argeu Vilgar Marques Garcia
25	José Carlos Agostini Peixoto		Regina Romera	Berenice Maria Mignone
26	José Oliveira Domingues		Sonia Liane Schumann	Carlos Humberto Rodrigues Dorneles
27	Josué Rodrigues Guimarães		Suzana Selater Bohrer	Creso Pacheco
28	Jovino Alegrete de Andrade		Sylvia Engelhardt	Chicrália Azário
29	Julio Cesar Pigozzi de Araujo		Tania Blumenthal	Dorilé bungler Maggi
30	Justimiano Almeida Gularte		Valderez Milesi	Ester Oliveira da Silva
31	Lorizon Cavada Pedra			Francisco Pedro Rodes Fountora
32	Lucio Antonio Nogueira Würdig			Hermeto Rocha do Nascimento
33	Luiz Carlos Ribeiro da Silva			Iára Dinelli Oliveira
34	Luiz Carlos Temes de Quadro			José Diogo Cirillo da Silva
35	Luiz Pedro Lopez Camaro			José João Adornes
36	Marceu Queiroz Trois			João marcos Leão da Rosa
37	Marco Antonio Dias de Souza			Luiz Carlos Caggiano da Rocha
38	Maria Ignez Fin			Lorien Rosa Siviero
39	Maria Marlene Retamal de Medeiros			Manoel Antonio de Castro Lima
40	Miguel da Silva Corrêa			Maria Eloy Costa Pereira
41	Miguel Vilson Bronaur			Mário Hércules Pessato
42	Milton Augusto Muccillo			Maurílio Gomes Teixeira
43	Moysés Soares Baptista			Maria Olenca de Moura Bertotto
44	Nilton Enio Ferreira Jardim			Maria Isabel Paprocki
45	Noemélio Aguiar Barlem			Neli Cardoso Lucas
46	Paulo Afonso Xavier Kuplich			Otilia Claro Rodrigues

47	Paulo Humberto Mendonça de Freitas			Paschoal Gullo
48	Paulo Nelson Surita Martins			Raul Pereira Fagundes
49	Paulo Roberto Silva de Castilhos			Rêmulô de Camilis
50	Roberto Gianuca Sampaio			Roberto Paulo Neves
51	Roberto Vieira de Almeida			Sebastião de Assis Pereira de Souza
52	Salatiel Ribeiro de Moraes			Sérgio Gonçalves dos Santos
53	Sisisno Silveira Filho			Silvio Moreira Machado
54	Sonia Maria de Oliveira Perdomo			Silvia Amanda Gitz Henkin
55	Suzana Vargas Leitão			Vera Geneci dos Santos
56	Ubirajara Martinez			Waldacyr Todeschini
57	Verony José Gaiatto			Wagner de Jesus Gallo dos Santos
58	Victor Hugo Schmidt das Neves			
59	Valmir Melo Ribeiro			
60	Wanderley Ivan Stedile			
Total:				164

1968

Nº	Curso Técnico em Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Adelar Rosalvo de Barros	Anaclair Azevedo Soza	Ada Silvia Beltrão de Piccoli	Altidor Martins da Silva
2	Airton José Monaco	Anísia Ana Korst	Annita Maria Silva Carvalho	Arle Schmidt Azambuja
3	Alberto Bittencourt Alminhana	Augusto Nunes da Câmara	Beatriz Binato de Moraes	Aulus Stern
4	Alceno Gauer	Cyria Leocadia Rambo	Cândida Grillo	Adelso João Antoniazzi
5	Aldo Luiz Della Valle	Edgar Mogica Maciel	Carmen Maria Guimarães Ferriche	Adalberto Ferreira de Almeida
6	Almir Cestari	Flávio José Filippou	Haidi Tânia Schulz	Adilio machado Rodrigues
7	Angela Maria Pacheco	Inge Maria Mayerhofer	Ilca Lindenau	Ana Maria de Moura
8	Arão Krost	João Baista Lima	Ilsa Renata Eichler	Betty Gerlinde Uhr
9	Astrogildo Lemos da Silva	João Carlos Fúculo Stupf	Iracema Garcia Nunes	Clarice Mantelli Germano

10	Atila Salvaterra	José Antônio Schwartz	Ireni Magrinelli	Cecilia Conceição de Souza
11	Atilio Manzoli	Lia Schrdong	Leonor Sonnenreich	Deoclécio Galimberti
12	Beneval Fausto Figueiro ó	Ligia Guedes Benaduce	Mara Beatriz da Costa Campos	Dercio Marchi
13	Cesar Alves Frire	Luiz Carlos Vaccaro	Maria Helena Azeredo G. da Silva	Diana Gomes Cavalheiro
14	Cesar Dias Nogueira	Nilza Sant'Anna de Castro	Maria da Graça da Silva Nunes	Edilberto Palma Cocolichio
15	Claudio Mendes Delgado	Raquel Alves Dutra	Maria Lúcia Costa Syrpa	Ercio Wihelms
16	Edemir de Maio Cabreira	René Nicolau Petry	Maria Lúcia Nehmé Martini	Francisco José Maciel
17	Edgar Fernandes Coelho	Ricardo Franco da Fonseca	Maria Madalena Salvia	Fernando Art Sant'Anna
18	Edson Luiz de Carvalho	Rodolfo Francisco Zarpe	Maria Teresa Dentzien Dias	Guido Edmundo Calegari
19	Emilio Kircheim		Maria Teresa Saldanha de Barros	Glacy Helena da Silva
20	Enio Vicente Kneip		Maria de Lourdes Torelly Meurer	Hilson Soares de Souza
21	Euclides Mario Marcon		Niára Maria de Almeida	Hitler de Oliveira Peixoto
22	Euclides Salgado Filho		Nilza Maria Vieira Fernandes	Iná Alcira Machado
23	Getulio Dornelles Baladão		Rute Inge Kley	Jorge Augusto pires da Rocha
24	Gilberto Gaspar da Silva		Sandra Helena Pinheiro Zart	José Paulo Borges
25	Glaci Zenari de Oliveira		Silvia Pimenta da Silva	João Fernando Targa de Souza
26	Hélio peralta de Oliveira		Susana Helena Pinheiro Zart	José Castellar
27	Herta Kunrath		Susana Maria Heller	José Balbis Duarte
28	Hilaria Schneider		Susana Sobbé Obino	Jussara Lemos Pereira
29	Ilsa Ribeiro machado		Susana Bernardo da Rosa	Lygia Sabóia Carneiro Leão Gonçalves
30	Irma Herta Lawall		Tânia Maria Delgado Lopes	Marilia Menna Barreto Fraga
31	Ivan Leomar Bruxel		Tânia de Oliveira Barros	Mario Roque Coelho da Silva
32	Ivo Antonio Raiman		Vera Maria Lopes Brusque	Magali Liege Telittú Radici
33	Ivone Brusa		Vera Maria do Carmo	Nilson Borges Fischer
34	Jacira Azevedo da Silva		Vera Maria Galvão Beulke	Pílade Natal palagi
35	João de Deus Menezes Leal		Zuleica Comel Arisi	Rená Falcão Trindade

36	João Paulo Galvez Machado		Sérgio Cabral de Mello
37	João Telmo Silveira		Sulamita Terezinha da Silva
38	José Carlos Gomes da Silva		Silvia Gadino Casulo
39	Lauro Luiz dos Santos		Tania da Silva Arisi
40	Lauro Zenari de Oliveira		Terezinha Regina Avangelista
41	Luiz Carlos Ribeiro da Silva		Umberto Fernandes Gusmão
42	Luiz Felipe Heit		Wilson Veríssimo da Fonseca
43	Maria Helena da Silva Medeiros		Zita Francisca Loss
44	Mario Dreysing		Zilda Karpinski
45	Moacir Ferreira Ouriques		
46	Naoko Hirakata		
47	Nelson Antonio Schipp		
48	Noemia Linck Machado		
49	Odemar dos Santos Roos		
50	Odilo Affonso Hillebrand		
51	Odilon Lameiro Victorino		
52	Olavo Christimann		
53	Orlando José Pereira		
54	Orlando Lopesde Barros		
55	Otavio Jacob Flach		
56	Otto Matias Flach		
57	Paulo Carvalho da Costa		
58	Paulo Roberto Schrer Gomes		
59	Paulo Tarasiuk		
60	Paulino Francisco S. de Campo Velho		
61	Pedro Argemiro Nunes Mendonça		
62	Ridardo Antunes Sessegolo		

63	Roberto Genta			
64	Roberto Resende Martins			
65	Rubens Caravelo Antoniazi			
66	Sergio Zani dos Santos			
67	Valdir Jardim do Amaral			
68	Vilson Marques Valente			
69	Wilson Nailor Noer			
70	Volney Vomero Alves			
Total:				167
1969				
Nº	Curso Técnico em Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores (1969-1970)
1	Adão Inácio dos Santos	Agostinho Pereira de Brum	Alice Hoffmann	Ana Maria Coimbra Vinadé
2	Amancio Faustino Fonseca	Ana Maria Farias de Barros	Anamaria Richter	Ary Brito da Conceição
3	Amaro Lescano Silveira	Armando Antônio Dai Prá	Annelore Agnes Müller	Astor Avelino Machado
4	Antonio Rogowski	Carlos Gilberto Bastos	Berenice Gundlach Berwanger	Bernadina Machado de Albuquerque
5	Arlete da Silva Colvara	Cleodomiro Tavares Duarte	Carin Erla Wandracck	Elisabet Maria Reis
6	Basilio Sosa Sosa	Dilba Ezequiel Tavares	Gedi Silva	Estelamaris Meireles Ruas
7	Bernardino da Silva Schutz	Elisabeth Maria Reolon	Helena Dias Escosteguy	Ester Oliveira da Silva
8	Breno Assunção Junior	Georgina Silva	Helga Loska	Iracema Garcia Nunes
9	Carlos Alberto Gauland	Helga Sperb Day	Heloisa Mantelli Germano	Jussara Lemos Pereira
10	Cleunice Mendes Delgado	Ivanor Barroso Koch	Ingrid Elisabeth Reeps	Laureano Gomes de Almeida
11	Danton Costa Leite Ilgenfritz	José Maria Calleya Sobrinho	Ingrid Liane Doertzbacher	Maria helena Favila Bohrer
12	Darci Geraldo da Costa Vieira	Leila Borges Valenzuela	Isaura Maria Silva Spers	Maria Helena Azeredo Gonçalves da Silva
13	Dilceu Medeiros Lopes	Luiz Jones Cessales	Ivone Hertz	Maria Lúcia Costa Sypra
14	Dilvo Ony Corrêa Soares	Maria de Lourdes Barreto	Laura Sassen	Maria Teresinha Ortiz Bujés

15	Diogo João Brum Lago	Maria dos Prazeres Ortiz Batista	Leila Maria Feijó	Marilia Penado da Fonseca
16	Edison Fermino Velho Pereira	Rosa Maria Reolon	Lia Lhenbauer	Manoel Carlos dos Santos Macedo
17	Erni Pedroso	Terezinha da Costa Bueno	Lidice Maria Oliveira Souza	
18	Gilberto Cervo		Lilia Maria Sanches	
19	Helio Cesar Bogado da Costa		Maria de Lourdes Silva	
20	Ione Maria Alves Martin		Maria Elisabeth Ávila de Toledo	
21	Irineu Catelli		Maria Irene da Silva Chlaem	
22	Jacira Marta Lopes Machado		Maria Zélia Silveira da Rosa	
23	João Gonçalves Bueno		Marlene Teresinha Schoenardie	
24	João Selle Filinnowicz		Nara Maria Coutinho da Silva	
25	Jorge Alex Nunes Bichinho		Nara Sandra lisbôa	
26	Silvio Ataide de Barros		Regina Fagundes Tôrres	
27	José Carlos Gonçalves Ruano		Selam Elizabeth Mansur Marques	
28	José Carlos Henrique de Figueiredo		Solange MariaCechet	
29	José Ciro Martins Gonzales		Sônia Acosta Pereira	
30	José Claudio Paiva		Sônia Maria Rosa de Menezes	
31	José Fernando Azevedo		Sueli Scholze	
32	José Monteiro Rodrigues		Tais Acosta Sirangelo	
33	Luiz Adelmo Palmeira		Thelma Rousselet	
34	Luiz Costa		Vera Lúcia Renner	
35	Luiz Rubens Bueno Pies		Vera Silveira	
36	Luzia Carcuchinski da Silva			
37	Marcos Guido Andreoni			
38	Maria Evangelsita Pfinstag			
39	Maria Teresinha Menegas			
40	Marilene Bochoski			
41	Nelson Ferreira da Silva			

42	Neri Barcellos Coutinho			
43	Oly Santos Rodrigues			
44	Reinaldo Ramires Filho			
45	Ricardo Silva de Oliveira			
46	Roberval Teixeira			
47	Roberto de Quadros Gesswein			
48	Sergio Ferreira Rosa			
49	Sergio Oliveira Domingues			
50	Waldui de Freitas Aquino			
Total:				118

1970

Nº	Curso Técnico em Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores (1969-1970)
1	Adalmício da Lapa Cargnin	Alice Maria de Bona	Ainda Dietrichkeit	Nelson Lorenzoni
2	Afonso Lotti Machado	Antonio Afonso Dallazen	Anneliese Krause	Nilba Alves das Virgens
3	Alayde Ferreira Guedes	Ayrton Gauland Fonseca	Barbara Regina Oliveira	Nilson Souza Carvalho
4	Alfredo Carlos Caiga	Carlos Alberto Homrich	Beatriz Reggiani	Nita Nunes dos Santos
5	Altamiro Fernandes da Silveira	Deley da Silva	Carmen Sousa Sousa	Odete Garcia
6	Ari Krasner	Delmar Guilherme Kieling	Clarice Maria Neves Panitz	Oldemar Adalberto Neuenfeldt
7	Assis Lopes Pinto	Denise Weber de Oliveira	Denise Corbetta Andrighetto	Renir Olavo Cardoso Restano
8	Atilano Pereira Rodrigues	Elza Maria Azambuja Strucquis	Elisabeth Lemck	Roberto Rossi
9	Carlos Alberto Rodrigues de Oliveira	Eno Albuquerque Araujo	Elisabet Flach	Rosa Eli Sortica
10	Carlos Corrêa da Silva	Franciso de Assis Machado Soares	Elisabeth Prüfer	Sylvio Dias da Motta
11	Claudio Salapata	Hermes Tiarajú Andade Silva	Elisabeth Wellausen Dias	Tania Lewinsohn
12	Cleni de Jesus Vargas Paula	João Alfredo Pires Martins	Estela Maria Torelly Gosch	Waldomiro Silveira dos Santos
13	David Pelizzaro Domingues	José Gastão Schmitt	Eunice Menta Praia	Wilson Carvalho de Almeida
14	Denis de Souza	Lúcia Tereza Gabardo	Genessi Laubing Kulmann	Zilda Karpinski

15	Eliza Maria Micheletto	Maria Helena Willig Borges	Glauca Delgado de Souza	Zuleika Raupp Lemos
16	Emilio Gomes Ferreira	Maria Helena Lopes Tavares	Iara Maria Roxo Pureza	
17	Eraldo Hilton Türck	Maria Socorro Cunha	Iara Kosenieski	
18	Geneci de Menezes Kern	Moacyr de Fraga Gomes	Izabel de Oliveir Brandão	
19	Giberto Ribeiro	Neusa Susana Martins Pinto	Lenora Vera Meneghetti	
20	Heitor Guterres	Newton Luiz Finato	Liana Yara Ricther	
21	Ilza Ghinato	Ney Felipe Moura Xavier	Lidia Inês Kaminski	
22	Inácio Claudio Butzen	Ricardo Louber	Losára Schönher	
23	izabel Eri Diehl de Camargo	Ruy Carlos Varela Guiorzi	Maria Cristina Alonso Jung	
24	João Carlos Hoffmann da Silveira	Sueli Arisi	Maria Isabel Antonia Unello	
25	João Heitor Kirsh		Maria izzar Diaz Jacques	
26	José Carlos Jonker		Maria José Aparecida de Azevedo	
27	Juarez Lopes Machado		Maria Meedianeira Bassuino	
28	Linea Petry Largura		Marisa Pranzen	
29	Lizala Ione Cazarelli Botuffo		Marlene Martins Bittencourt	
30	Luiz Carlos Mello de Oliveira		Marlene Magrinelli Coelho	
31	Luiz Jair Cardoso		Marilda Cunha Parisi	
32	Marci Aurélio de Oliveira Gomes		Marília Lima Machado	
33	Maria Gladis da Silva		Marília Pinto Lins	
34	Maria Lucia Rodrigues		Mirtis Yandara Schlabitiz	
35	Maria Teresa Tôrres Guedes		Nara Pinto Herter	
36	Neida da Silva Cruz		Norma Torelly Gosch	
37	Neusa da Silva Antunes		Patrícia Maria Costa Marrison	
38	Reinato Benedito Mallmann		Regina Kühn	
39	Roberto Dias Lija		Rita Rocha Juliano	
40	Rubem Ferreira Scheffer		Rosemarie Drews	
41	Sergio Feitosa Dias		Solange Acosta Pereira	

42	Siria Kalikowski		Suzana Pó Zavanga	
43	Tarzi Garcia de Miranda		Suzete Canteiro Brum	
44	Vera Regina de Oliveira		Tânia Mara Pirillo Siqueira	
45	Welmuci Alberto Nazário		Vera Lúcia Meyer	
46			Vera Lúcia Neuwith	
47			Vera Lúcia Cunha do Amaral	
Total:				131
1971				
Nº	Curso Técnico em Contabilidade	Curso Técnico de Administração	Técnico em Secretariado	Form. Aperf. de Professores
1	Anatoly Shypelenko	Antonio Clementino Guaise	Ana Maria Borges Fortes Coelho	Abener Serger da Costa
2	Antonio Carlos Oliveira Machado	Benkamin Dalarosa	Beatriz Karam Guimarães	Acacia Vicentica Ferreira de Andrade
3	Caiuby Santos Bello	Candida Jussara Ruas Lütz	Cristina Maria Niederhagebock	Aldo Antonio Bartinski
4	Carlos Alberto Medeiros dos Santos	Carlos Francisco Ramos Bonorino	Catia Teresinha Corrêa Batista	Alice Bertolo Pires
5	Carlos Renato Nunes da Rocha	Deolino Modesto Dallarosa	Déa Suzana Miranda Gaia	Almir Porto da Rocha
6	Clovis Frank Pereira da Cunha	Dizico Barbosa Ramos	Deise de Almeida	Anamaria Ritcher
7	Danilo Barcella	Eunice Corrêa	Denise Rimoli Capparelli	Cinara Tereza Siqueira Lonzetti
8	Dinarte Andrade	Eva Jussara Silva Ramos	Dioni Poisl	Cleonice Mendes Delgado
9	Donato Portz	Iára de Freitas Gomes	Fatima Holzschuc Fresteiro	Clezio Nazario
10	Dorival pereira da Silva	João Cabral Andreoli	Isabel Campani Schmiedel	Clothildes Ramos da Silva
11	Elci Martins	Lazaro Gonçalves Martins	Jussiana Ataide Ferreira	Daniel Gomes Rolim
12	Eva Dinorá Costa da Silva	Leila Cardoso Mostardeiro	Lisete Diefenbach	Debora Sette Reginato
13	Everton Andrade	Leni Carvalho	Leila Maria Garcia dos Santos	Ediane Moneiro dos Santos
14	Ivo Weddigen	Nara Beatriz Fleck	Lisete Teresinha Avila de Toleso	Eno Rodrigues Benfica
15	Jesús Carcavilla Benito	Ruth Wypych de Castro	Maria Aurélia Cardoso Moura	Eva Regina Pereira Ramção
16	Joair João Pereira	Sergio Brum Sagastume	Márcia Regina Arrienti	Gualdino Pederiva
17	Joana Silva		Maria de Lourdes Lucchin	Ilca Lichteneker

18	João Claudio Cardoso		Martha Bethge	Iolanda Joana Dalla Coletta de Carvalho
19	João Lopes a Silva		Nora Maria de Sá Costa	Ivan Visili Big Torgan
20	João Luiz Roque		Ricarda Lucy Tempel	Jade Terezinha Buarque da Rocha
21	Jorge Luiz Maierhofer		Rita de Cassia Barbosa Fregapani	João Carlos de Aguiar
22	José renato Aguiar Vieira		Romilda Jardim Raeder	João Ivo Vettori
23	Laerte Avila		Rosana Laudares Maurell	Joel Saruá Rodrigues
24	Leci Laci Landskron		Rose Marry Ritter Morgado	Josué Petrak
25	Loreni Maria Vieira		Silma Renilda Duarte de Souza	Lia Schardong
26	Luiz Alonço Carvalho Teixeira		Silvia Maria Dal Corso	Lucia helena Silveira dos Santos
27	Lurdes Szulczewski Sagastune		Suzana de Borba Riccordi	Manoel Carlos dos Santos Macedo
28	Maniel Celestino Azevedo Carvalhal		Suzete Corrêa	Maria Augusta Xavier da Silveira
29	Maria Beatriz Nunes Fraga		Suzana Silveira Garcia	Maria Irene da Silva Chlaem
30	Maria Beatriz Pereira da Rocha		Tania Regina Boleck	Maria Zelia da Rosa Ferreira
31	Maria Bernadete Coimbra		Vera Lúcia Müller	Mario Romera
32	Maria da Graça Velho Nobre		Vivian Sokolowski	Mariusia Terezinha Beltrão da Rosa
33	Maria Lizete dos Santos Malta			Nair Irene Sbarini
34	Maria de Lourdes D. M Almeida			Neidi Marisa Vaseli Ferreira
35	Mário Edmundo Moreno			Neiva Silveira Machado
36	Mauro Silva			Norberto Wilson Bruno
37	Naura Caudeic Taares			Odilo Klafke
38	Nelson Chaves Grasseschi			Renato Gomes Ferreira
39	Olvai Luiz Flach			Rosicler Maria Vaz Carneiro
40	Olga Antonia Muhlen			Silvano Hoff
41	Olívia de Castro Cavalheiro			Tânia maria Lopes de Carvalho
42	Oscar Aloysio Scheibel			Terezinha Maria Lisboa Haesbart
43	Paulo Climax Martins Dutra			Waldir José Weingaertner Mariante
44	Pedro Mauro Rousselet Conte			Wilmar Delry Wollmann

45	Peri Telmo Biehl			Zelindo Ronsoni
46	Roberto Lepich			Zenai Pereira Viegas
47	Salette de Oliveira			
48	Valdo Rojani Machado Lisbôa			
49	Vicente Luiz Teixeira Corrêa			
50	Victória Candia			
Total:				144

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Vizontini (1979) e de Corazza (2009)

APÊNDICE D - LIVRO DE TERMO DE POSSE DE ESTAGIÁRIO

Folha	Data	Estagiário	Disciplina	Pai	Mãe	Natural.	Formação	Atuação Profissional	Nasc. Est. Civil
1	30/10/1958	Jonas Andriano	Contabilidade Geral; Contabilidade Comercial	Pedro Eulálio Andriani	Anísia Peixoto Andriani	Tijucas - SC	Contador - ETC de Santa Catarina	Assist. Téc. do Tribunal de Contas do Estado SC	1928 Casado
2	30/10/1958	Ladislau Kowalski	Física e Química; Biologia	Francisco Kowalski	Dina Julia Kowalski	Tubarão - SC	Contador - ETC de Santa Catarina	Laboratorista do Dep. de Saúde Pública	1918 Casado
3	30/10/1958	Eugenio Traonporosky Taulois Filho	Prática Jurídica Geral e Comercial	Eugenio Traonporosky Taulois	Maria de Lourdes Pederneiras Taulois	Distrito Federal	Bacharel em Direito pela Universidade de Minas Gerais	Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Florianópolis	1913 Casado
4	30/10/1958	Washington Luiz do Valle Pereira	Contabilidade Bancária	Hipolito do Valle Pereira	Olindina Alves Pereira	Santa Catarina	Contador – ETC de Santa Catarina		1925 Casado
5	30/10/1958	Itamar da Costa Xavier	Noções de Comércio e Prática de Escrituário	Gilberto Xavier de Brito	Maria Izabel da Costa	Santa Catarina	Técnico em Contabilidade - ETC de Santa Catarina		1926 Casado
6	30/10/1958	Jucelio Costa	Elementos de Estatística	João Evangelista da Costa	Maria Anita Rosalinda da Costa	Santa Catarina	Técnico em Contabilidade - ETC de Santa Catarina		1923 Casado
7	30/10/1958	Hylton Gouvea Lins	Elementos de Economia	Adolindo Accioli Lins	Nathalia Carmo de Gouvea Lins	Santa Catarina	Técnico em Contabilidade - ETC de Santa Catarina		1926 Casado
8	30/10/1958	Joel Vieira de	Matemática	Manuel	Adelaide	Santa	Professor da		1906

		Souza		Alexandre de Souza	Vieira de Souza	Catarina	Disciplina de Matemática		Casado
9	30/10/1958	Carmelo Mario Faraco	História Administrativa e Econômica do Brasil	Biase Faraco	Maria Limongi Faraco	Santa Catarina	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina		1924 Casado
10	27/02/1960	Itamar da Costa Xavier	Prática de Comércio	Gilberto Xavier de Brito	Maria Izabel da Costa	Santa Catarina	Técnico em Contabilidade - ETC de Santa Catarina		1926 Casado
11	02/05/1960	Hylton Gouvea Lins	Geografia Humana do Brasil	Adolindo Accioli Lins	Nathalia Carmo de Gouvea Lins	Santa Catarina	Técnico em Contabilidade - ETC de Santa Catarina		1926 Casado
12	02/05/1960	Hylton Gouvea Lins	Contabilidade Industrial do Brasil	Adolindo Accioli Lins	Nathalia Carmo de Gouvea Lins	Santa Catarina	Técnico em Contabilidade - ETC de Santa Catarina		1926 Casado
13	23/07/1960	Dalmiro Duarte Silva	Contabilidade Geral	Nabuco Duarte Silva	Irene Duarte Silva	Santa Catarina	Técnico em Contabilidade - ETC de Santa Catarina	Contador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes	1919 Casado
14	04/10/1961	Waldir Velloso da Silva	Contabilidade Comercial	Leopoldo Aleixo da Silva	Adelia Velloso da Silva	Santa Catarina	Técnico em Contabilidade - ETC de Santa Catarina		1932 Casado
15	12/10/1961	Arthur Rodolpho Sullivan	Inglês	Amilton Eduardo Sullivan	Olga Sullivan	Santa Catarina	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina		1937 Solteiro

16	22/02/1962	Oswaldo José Fraga	História do Brasil e História Geral	José Antônio Fraga	Dorotea Carolina Fraga	Santa Catarina	Licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de SC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários	1926 Solteiro
----	------------	--------------------	-------------------------------------	--------------------	------------------------	----------------	---	--	---------------

Disponível em: ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. Livro de Termo de Posse de Estagiário, 1950. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

APÊNDICE E – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PARA DIPLOMADOS DOS CURSOS DE COMÉRCIO

Curso	Disciplinas	Duração¹⁹⁰
Aperfeiçoamento em Técnica Comercial	I - Bancos e Seguros; Bolsas e Mercados, Legislação sobre Negócios; Relações Humanas; Distribuição e Transportes; Processos de Propaganda. II - Técnica de Compra e Venda; Pesquisa de Mercados; Relações Públicas; Organização Comercial; Processos de Propaganda; Estatística Comercial	2 períodos
Aperfeiçoamento em Propaganda Comercial	I - Organização e Técnica Comercial; Desenho Aplicado; Técnica de Propaganda; Relações Humanas; Técnica de Mercado. II - Organização e Técnica Comercial; Desenho Aplicado; Técnica de Propaganda; Relações Públicas; Planejamento e Administração da Propaganda.	2 períodos
Aperfeiçoamento em Promoção de Vendas	I - Relações Humanas; Técnica Comercial; Técnica de Venda; Técnica de Propaganda; II - Relações Públicas; Técnica Comercial; Técnica de Venda; Legislação Fiscal	2 períodos
Aperfeiçoamento em Chefia da Promoção de Vendas	I - Prática e Metodologia da redação; Lógica e Método Científico; Organização e Administração da Promoção de Vendas; Relações Humanas; Técnica de Propaganda; II - Exposição Oral (Palestra-Conferência-Discursos); Princípios e Técnicas da Liderança; Psicologia dos Negócios; Psicologia do Vendedor; Técnica de Propaganda;	2 períodos
Aperfeiçoamento em Comércio Exterior	I - Operações e Técnicas do Comércio Exterior; Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado; Merceologia e Tecnologia Merceológica; Bancos e Seguros; Estudos de Mercado e Planos de Expansão de Vendas; II - Operações e Técnicas do Comércio Exterior; Legislação Aplicada ao Comércio Exterior; Merceologia e Tecnologia Merceológica; Bolsas e Valores Mobiliários; Armazenamento e Transportes	2 períodos
Aperfeiçoamento em Administração de Empresa	I - Administração de Empresa; Organização e Técnica Comercial; Planejamento e Controle Administrativo; Técnica de Propaganda; Relações Humanas II - Administração de Empresa; Organização e Técnica Industrial; Administração de Negócios Exteriores; Princípios e Técnicas da Liderança e da Coordenação; Relações Públicas	2 períodos
Aperfeiçoamento em Gerência de Escritório	I - Contabilidade Comercial; Organização de Escritório; Relações Humanas; Princípios de Administração; Mecanografia; Técnica Comercial; II - Gerência e Controle Administrativo; Prática de Escritório; Relações Públicas; Administração de Pessoal e Material; Legislação Fiscal e Trabalhista; Técnica de Propaganda	2 períodos
Aperfeiçoamento em Gerência	I - Organização e Administração Comercial; Relações Humanas; Bancos, Bolsas e Mercados; Contabilidade	2 períodos

¹⁹⁰ O artigo 5º do documento estabelece que todos os cursos durariam 2 períodos, o que equivalia a 9 meses.

Comercial	Comercial; Legislação Aplicada as Operações Comerciais II - Técnica de Administração Aplicada ao Comércio; Relações Públicas; Armazenamento, Distribuição e Transporte; Gerência e Controle Administrativo; Técnica da Propaganda	
Organização e Contabilidade Comercial	I - Contabilidade Comercial; Estatística Comercial; Princípios de Administração; Legislação Trabalhista; Legislação Fiscal; II - Técnica de Contabilidade Comercial; Técnica Comercial; Organização Comercial; Controle Contábil e Processos Mecânicos da Contabilização; Prática Jurídico-Comercial;	2 períodos
Aperfeiçoamento em Organização e Contabilidade Industrial	I - Contabilidade Industrial; Estatística Aplicada; Organização e Administração Industrial; Noções de Tecnologia Industrial; Legislação Trabalhista; II - Contabilidade de Custo; Organização e Administração Industrial; Controle Contábil e Processos Mecânicos de Contabilização; Racionalização do Trabalho; Legislação Industrial	2 períodos
Organização e Contabilidade Bancária	I - Contabilidade Bancária; Matemática Financeira; Legislação bancária; Estatística Aplicada; Organização e Técnica Bancária II - Contabilidade Bancária; Operações Bancárias; Seguros, Bolsas e Mercados; Controle Contábil; Perícia, Análise de Balanços.	2 períodos
Contabilidade Pública	I - Contabilidade Pública; Finanças Públicas; Estatística Aplicada; Organização do Estado e Instituições de Direito Público; Princípios de Administração Pública. II - Contabilidade Pública; Contabilidade das Autarquias; Técnica Orçamentária; Controle Contábil e Processos Mecânicos de Contabilização; Organização de Serviço Público	2 períodos
Aperfeiçoamento em Correspondência e Estenografia	I - Técnica e Redação da Correspondência Comercial e Oficial; Estenografia; Datilografia; Arquivística. II - Técnica e Redação da Correspondência Comercial e Oficial; Estenografia; Relações Humanas; Prática de Escritório	2 períodos
Aperfeiçoamento em Técnica de Distribuição e Transporte	I - Organização e Técnica Comercial; Organização e Técnica da Distribuição; Técnica da Armazenagem; Geografia Comercial e de Transportes; Merceologia e Técnica de Conservação II - Organização e Técnica de Transportes; Planejamento da Distribuição; Administração da Distribuição e do Transporte; Legislação Aplicada; Contabilidade de Armazenagem, Distribuição e Transporte.	2 períodos
Aperfeiçoamento em Relações Públicas	I - Relações Humanas; Sociologia Aplicada; Psicologia das Relações Públicas; Técnica de Propaganda; Opinião Pública: sondagem e influência II - Teoria e Prática das Relações Públicas; Economia Aplicada: mercados; Técnica de Propaganda; Organização e Administração do Serviço de relações Públicas, Ética Profissional	2 períodos

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir do documento Livro Apostila do Estágio, [s.d.]. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

APÊNDICE F – QUADRO DE PENALIDADES IMPOSTAS AOS ALUNOS DA ACADEMIA DE COMÉRCIO (1937-1942)

Termo	Data	Curso	Aluno	Penalidade	Motivo	Aula
Nº 1	03/04/1937	Admissão	Ruí Wilson Carvalho	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente	Francês
Nº 2	13/04/1937	Admissão	Abelardo Zesetto	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente	Aritmética
Nº 3	19/04/1937	Admissão	Ruí Wilson Carvalho	Suspensão por 8 dias	Reincidir na falta de disciplina	Geografia
Nº 4	23/04/1937	Propedêutico – 1º ano	Alexandre Evangelista, Osvaldo de Oliveira Campos, João Leonéti e Hélio Rodrigues	Suspensão por 3 dias	Falta de disciplina na passagem da primeira para a segunda aula	
Nº 5	28/04/1937	Perito – contador – 1º ano	Elza Silva	Suspensão por 3 dias	Falta de disciplina na aula de Estenografia	Estenografia
Nº 6	08/06/1937	Propedêutico – 1º ano	Abelardo Graham	Suspensão por 3 dias	Insubordinação na aula de Francês	Francês
Nº 7	21/09/1937	Perito – contador – 1º ano	Valdemar Busch	Suspensão por 3 dias	Ausentou-se da escola sem a devida licença	
Nº 8	23/09/1937	Propedêutico – 2º ano	Mauro Schreter, Lourival Reima Lisbôa, Alberto Ernesto Zescher e Cristiano Wolnierz	Suspensão por 3 dias	Ausentaram-se da escola sem a devida licença	
Nº 9	28/09/1937	Admissão	Ruí Wilson Carvalho e Joaquim Natividade da Costa	Suspensão de 15 e 3 dias, respectivamente	Portaram-se indisciplinadamente na aula	Português
Nº 10	04/10/1937	Propedêutico – 1º ano	João Francisco Doila	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente na aula	História da Civilização

Nº 11	08/10/1937	Propedêutico – 1º ano	Ernani Duarte Faria	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente na aula	Francês
Nº 12 ¹⁹¹	05/05/1939	Propedêutico – 1º ano	Nelson Gaudia e Lucio Cravo	Suspensão por 5 dias	Portou-se indisciplinadamente na aula	Francês
Nº 13 ¹⁹²	04/04/1940	Propedêutico – 2º ano	Jorge da Luz Fontes	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente na aula	Francês
Nº 14 ¹⁹³	04/04/1940	Admissão	Dalvo Rosa	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente na aula	Francês
Nº 15 ¹⁹⁴	09/03/1942	Propedêutico – 1º ano	Osvaldo e Oscar Mercia	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente na aula	Francês
Nº 16 ¹⁹⁵	17/03/1942	Perito – contador – 1º ano	Helio Monteiro	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente no estabelecimento	
Nº 17 ¹⁹⁶	19/03/1942	Propedêutico – 2º ano	Altair Silva	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente na aula	Francês
Nº 18 ¹⁹⁷	28/03/1942	Propedêutico – 2º ano	Waldir da Silva Kerzer	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente na	Inglês

¹⁹¹ No documento original, a cada início de ano o Número de Registro retorna a “1”. No entanto, no processo de sistematização, optei pela numeração corrida, sem quebrar a sequência numérica. Dessa forma, Nº 12 é igual ao Nº 1 de 1939 e assim sucessivamente.

¹⁹² Nº 1 de 1940.

¹⁹³ Nº 2 de 1940.

¹⁹⁴ Nº 1 de 1942.

¹⁹⁵ Nº 2 de 1942.

¹⁹⁶ Nº 3 de 1942.

¹⁹⁷ Nº 4 de 1942.

					aula	
Nº 19 ¹⁹⁸	07/04/1942	Propedêutico – 1º ano	Lade Dovalino Darmiceu	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente	
Nº 20 ¹⁹⁹	21/05/1942	Propedêutico – 2º ano	Heitor Carvalho	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente	
Nº 21 ²⁰⁰	22/05/1942	Propedêutico – 1º ano	Mario David Moura	Suspensão por 7 dias	Portou-se indisciplinadamente	
Nº 22 ²⁰¹	22/05/1942	Propedêutico – 1º ano	Edgar Bonnacio da Silva	Suspensão por 3 dias	Portou-se indisciplinadamente	
Nº 23 ²⁰²	28/05/1942	Propedêutico – 2º ano	Valdir da Silva Kreuzer	Suspensão por 8 dias	Portou-se indisciplinadamente na aula	Corografia do Brasil

Fonte: Extraído de Silva (2019) e, produzido a partir do Registro das Penalidades Impostas aos Alunos

¹⁹⁸ Nº 5 de 1942.

¹⁹⁹ Nº 6 de 1942.

²⁰⁰ Nº 7 de 1942.

²⁰¹ Nº 8 de 1942.

²⁰² Nº 9 de 1942.

APÊNDICE G – LISTA DE ALUNOS FORMADOS NA ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA (1937-1947)

Extraído de Silva (2019).

Elaborado a partir de: ACADEMIA de Comércio de Santa Catarina. Livro de Diplomas de Perito-contadores, 1937-1950. Disponível no Museu da Escola Catarinense. Consulta em 2018.

1937					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
6	Ariosto José de Carvalho Costa	M	Joaquim Oliveira Costa	SC	01/09/1909
3	Carlos Dominoni	M	Clemente Dominoni	SC	05/08/1914
2	Elias Mansur Elias	M	Mansur Elias	SC	14/06/1916
5	Ernani Born da Silva	M	Dário Manuel da Silva	SC	01/09/1910
1	João Ovidio Wendhausen de Oliveira	M	Augusto Montenegro de Oliveira	SC	02/12/1916
7	Jorge Edgar Ritzmann	M	Emilio Ritzmann	SC	01/03/1917
9	José Leonardo Clasen	M	Reinoldo Pedro Clasen	SC	03/01/1912
10	Osvaldo Silveira	M	José Luiz da Silveira	SC	13/10/1912
8	Rodolfo Silveira	M	Noberto Silveira	SC	14/07/1917
4	Vitor Silveira de Souza	M	Edmundo Silveira de Souza	SC	07/04/1910
1938 ²⁰³					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
11	Aldmir José Ozorio	M			
13	Ivo Nicolau Maes	M			
14	João Batista Laus Schmidt	M			

²⁰³ As informações para o ano de 1938 estão incompletas no documento.

12	Juvelina Martins	F			
15	Madalena Lacerda,	F			
16	Miguel Nicolau Spyruedes,	M			
17	Néli Boos	M			
1939 (Pula do 26 para o 28)					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
18	Aécio Cabral Neves	M	Ataliba Gonçalves das Neves	SC	27/04/1919
28	Antonio Berka	M	João Berka	SC	10/06/1918
27	Antônio Miroski	M	Estanislau Miroski	SC	17/01/1918
19	Ari Sartorato	M	José Sartorato	SC	07/07/1917
30	Hilma Pereira Baixo	F	João Baixo Filho	SP	08/05/1915
22	Luiz Eugenio Beirão	M	Eugenio Luiz Beirão	SC	27/04/1916
25	Mario Stuart	M	Aureliano Stuart	SC	21/03/1919
23	Nadir Cunha Carreirão	F	Artur Pedro Carreirão	SC	09/01/1916
20	Plinio Franzoni Junior,	M	Plinio Franzoni	SC	20/06/1918
24	Vitor Moritz	M	José Moritz	SC	18/08/1918
21	Rômulo Silva	M	João Sampaio da Silva	SC	30/05/1911
29	Roberto Ernesto Leyendecker	M	Carlos Leyendecker	Alemanha	14/09/1921
1940					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
33	Alberto Crippa	M	Leandro Crippa	SC	09/03/1917
35	Alberto Paulo Pereira	M	Pedro Alcantara Pereira	SC	06/11/1918
45	Alcione Costa Beretta	F	Alvaro Beretta	SC	24/09/1919
31	Anibal Nunes Pires	M	Cristóvão Colombo Nunes Pires	SC	09/08/1915
36	Beatriz Burema da Silva	F	Manoel Burema da Silva	Pernambuco	04/03/1919

46	Edite Goettmann	F	Jacó Goettmann	SC	23/05/1921
42	Eugenia Tancredo de Oliveira	F	Osvaldo Neves de Oliveira	SC	13/05/1921
32	Idaroldo Vilela	M	Alvaro Vilela	SC	11/03/1910
44	José Philippi	M	João Philippi	SC	25/08/1913
40	José Ruhland Júnior	M	José Ruhland	SC	03/03/1914
39	Josmar da Luz Silva	M	João Maria Ferreira da Silva	SC	14/12/1916
34	Maria de Lourdes Gonçalves	F	Romeu Torres Gonçalves	SC	15/12/1922
41	Nilton Batista da Silva	M	Antônio Batista da Silva	SC	24/12/1916
38	Nilton Digiacomio Silva	M	Otávio Quintino Silva	SC	05/06/1921
47	Paulo Oto Scheidemantel	M	Paulo Scheidemantel Junior	SC	15/09/1916
37	Silvio Silva	M	Aprigio José da Silva	SC	17/05/1920
43	Walter Kreuzer	M	Max Eugenio Kreuzer	SP	17/12/1921
1941					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
68	Braz Limongi	M	Vicente Limongi	Itália	09/10/1913
62	Bruno Mario Cechinel	M	Adolfo Cechinel	SC	22/06/1917
63	Carlos Miroski	M	Estanislau Miroski	SC	02/11/1919
67	Dalmiro Duarte Silva	M	Nabuco Duarte Silva	SC	20/10/1919
71	Delza Falcão Fonseca	F	José Rodrigues da Fonseca	SC	23/07/1922
59	Dioscorides de Melo	M	Dioscorides de Melo	SC	02/05/1922
49	Edio Silva de Oliveira	M	João Silva de Oliveira	SC	24/10/1920
54	Edison Quadros Fortes	M	Americo de Moraes Fortes	RS	09/04/1918
53	Evandro Tupinambá de Carvalho	M	Avelino Alves de Carvalho	SC	10/05/1913
48	Firmino Feijó	M	Boaventura Firmino Feijó	SC	10/02/1918
64	Ivanhoé Pellizzetti	M	Ermembergo Pellizzetti	SC	02/03/1921
57	Ivo Reis Montenegro	M	Felisberto Elisio de Lemos Montenegro	SC	06/01/1918

65	José Mendes	M	Leovigildo Machado Mendes	SC	19/04/1914
72	José Virgolino dos Santos	M	Mauro Santos	SC	28/11/1920
60	Laercio Lisbôa	M	Eduardo Lisbôa	SC	20/11/1923
61	Lourival Lisbôa	M	Eduardo Daniel Lisbôa	SC	19/12/1921
55	Luiz Francisco de Borja	M	Francisco Procopio de Borja	SC	30/01/1920
52	Luiz Damiani	M	Dionisio Gaspar Damiani	SC	18/10/1919
58	Mario Nappi	M	Francisco Nappi	SC	27/02/1915
73	Ney Ferreira Reis	M	Ivo de Ribas Reis	SC	09/04/1919
51	Nilton Leal	M	Protasio Leal	SC	03/11/1921
56	Orlando de Carvalho Borja	M	Francisco Procopio de Borja	SC	27/03/1921
50	Procopio Dario Ouriques	M	Dario Jeremias Ouriques	SC	08/07/1912
66	Teodoro Leandro da Silva	M	Leandro José da Silva	SC	07/01/1918
69	Zilá Sartorato	F	José Sartorato	SC	12/05/1920
70	Zilda Rezende	F	João Ferreira de Rezende	SC	09/05/1923
1942					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
88	Ademar Madeira	M	Luiz Luciano Madeira	SC	05/08/1922
100	Ary Schroeder Carneiro da Cunha	M	Olavo Carneiro da Cunha	SC	28/12/1920
81	Arnoldo Pamplona	M	Francisco Pamplona	SC	11/01/1921
90	Célio Ferrari	M	Teodoro Antonio Ferrari	SC	17/12/1916
101	Eugenio Teuber	M	Leopoldo Teuber	SC	05/11/1917
79	Gervasio Nunes Pires	M	Cristóvão Colombo Nunes Pires	SC	26/07/1914
82	Hedy Blum	F	Heitor Blum	SC	16/01/1923
74	Hela Fanny Kather	F	Carlos Kather	SC	27/09/1921
78	Hercilio Fronza	M	Silvio Fronza	SC	20/02/1921
93	João Eduardo de Miranda Santos	M	Achylles Wedekin	SC	22/04/1920

96	José Dias	M	José Ignácio Dias	SC	16/02/1923
94	José Dias Figueira	M	Alcino Dias Figueira	SC	20/03/1920
98	José Vieira Dutra	M	José Joaquim Dutra	SC	23/07/1915
77	Laudelino Pelleuse	M	Pedro Pelleuse	SC	12/12/1914
89	Mário Laurindo	M	Maria das Dôres Laurindo	SC	07/03/1921
86	Moysés Leandro da Silva	M	Leandro José da Silva	SC	18/06/1922
83	Nadir Ferrari	F	Teodoro Antonio Ferrari	SC	02/02/1921
85	Nestor Carneiro	M	Joaquim Domingues Carneiro Junior	SC	31/08/1920
97	Oscar Gomes	M	João Ignácio Gomes	SC	02/10/1916
92	Osvaldo Camili	M	Thomaz Camilli	Paraná	23/07/1925
91	Osvaldo da Silva Campos	M	Virgilio da Silva Campos	SC	25/05/1919
75	Ovidio Mevio Lazzarin	M	Luiz Lazzarin	SC	16/05/1921
84	Osmar Cunha	M	Estanislau Brasilicio da Cunha	SC	19/10/1918
99	Ruben Lyra	M	Joaquim Francisco de Lyra	SC	10/07/1917
87	Sevasti Haviaras	F	Jorge Haviaras	SC	23/11/1922
80	Silvestre Salvador	M	Guerino Salvador	SC	14/10/1919
96	Waldemiro Berka	M	João Berka	SC	05/09/1919
76	Wilson Andriani	M	Pedro Eulalio Andriani	SC	15/11/1919
1943					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
121	Aldo Kirsten	M	Oscar Kirsten	SC	08/08/1921
105	Alvaro de Lima Veiga	M	Marcial Faria da Veiga	SC	31/07/1920
103	Alyrio Campos de Alcantara	M	João Johanny de Alcantara	SC	20/05/1923
111	Arno Schmidt	M	Euclides Schmidt	SC	09/10/1923
127	Carlos Bonetti	M	Andréa Bonetti	SC	22/06/1914
102	Carlos Alberto da Luz e Silva	M	João Maria Ferreira da Silva	SC	02/04/1918

115	Cyro Belli Muller	M	Luiz Jovita Muller	SC	11/06/1920
126	Demerval Vieira	M	Manoel Sergio Vieira	SC	03/01/1922
109	Dilermando Brito	M	Damasio Umbelino Brito	SC	06/10/1924
128	Frederico Pedro Bavasso	M	João Batista Bavasso	SC	28/04/1910
112	Gustavo Zimmer	M	Gustavo Zimmer	SC	30/07/1909
114	Herval Melim	M	Gustavo Rafael Melim	SC	13/03/1917
110	Ignezita Fornerolli	F	Serafim Fornerolli	SC	21/01/1924
117	Ivette Elpo da Silveira	F	Adolpho Bittencourt da Silveira	SC	30/10/1924
125	João Berka	M	Carlos Berka	SC	10/07/1921
122	José Rubik	M	Miguel Rubik	SC	30/09/1922
113	Julio Klappoth	M	Henrique Klappoth	SC	22/03/1919
123	Manoel Bastos Laus	M	Melquíades Laus	SC	07/06/1921
119	Marcílio Bonassis de Melo	M	Alvaro Mefistofes de Melo	SC	21/07/1914
124	Maurillo Roberge	M	Marcilliano Acastro Roberge	SC	27/05/1921
116	Nelson Martins de Almeida	M	João Martins de Almeida	SC	05/07/1919
120	Otilia Ana Moritz	F	Jacó João Moritz	SC	05/03/1917
107	Pedro Alcantara Maia	M	Bernardino Moreira Maia	SC	21/07/1920
108	Sebilla Carlota Busch	F	Frederico Guilherme Busch	SC	22/04/1923
104	Telmo Vieira Ribeiro	M	Afonso Ribeiro Sobrinho	SC	27/01/1915
106	Theobaldo Ulysséa Teixeira	M	Cyro Guimarães Teixeira	SC	02/11/1913
118	Túlio Pinto da Luz	M	Getúlio Pinto da Luz	SC	21/01/1910
1944					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
160	Acácio Garibaldi de Paula F. S. Thiago	M	Marcílio Dias de S. Thiago	SC	01/01/1921
152	Adolfo Lievlich da Silva	M	Oswaldo Francisco da Silva	SC	17/10/1921
141	Aleida Ferrari	M	Rodolfo Albino Ferrari	SC	10/08/1924

130	Aliatar Silva	M	Miguel Reis da Silva	SC	15/12/1920
143	Antonio Mendes de Souza,	M	Rufino Mendes de Souza	SC	16/05/1917
155	Antonio Vieira de Oliveira	M	Waldemiro Vieira de Oliveira	SC	03/11/1918
142	Bernardo Berka	M	João Berka	SC	20/08/1924
158	Dora Rita Klappoth	F	Ernesto Paulo Stamm	SP	22/02/1922
131	Édio Ortiga Fedrigo	M	João Fedrigo	SC	05/12/1921
146	Florian de Mello Mattos	M	Mario Mattos	SC	29/06/1922
154	Gerold Sprengel	M	Otto Sprengel	SC	29/12/1923
153	Geraldo Gercino Stotz	M	Adolfo Stotz	SC	09/12/1919
136	Hélio Monteiro	M	Euripedes Fernandes Monteiro	SC	07/06/1925
129	Ivo Selva	M	João Selva	SC	28/02/1921
149	Jeny Andrade Silva	M	Miguel Manoel da Silva	SC	15/06/1920
144	João Carlos de Campos	M	João Carlos de Castro Campos	SC	23/06/1924
159	João Corfu	M	Itavio Corfu	Grécia	25/11/1917
150	Jauro Dentice Linhares	M	Jayme Linhares	SC	27/02/1925
145	Ladislau Kowalski	M	Francisco Kowalski	SC	23/12/1918
134	Manoel Lino de Jesus	M	Donato Lino de Jesus	SC	07/04/1923
140	Mario Climaco da Silva	M	José Martins da Silva	SC	15/05/1922
148	Nicolau Haviaras	M	Jorge Nicolau Haviaras	SC	08/10/1921
138	Oswaldo Carpes	M	Nestor Carpes	SC	21/06/1925
151	Rubens Kersten	M	Alberto João Kersten	SC	23/07/1922
157	Ruy Cunha	M	Guilhermino Cunha	RS	21/02/1915
139	Ruy Vieira	M	Herminio Irineo Vieira	SC	07/04/1924
156	Saul Oliveira	M	Joaquim Oliveira	SC	05/12/1920
132	Sebastião Bonassis de Albuquerque	M	Hugo Tenorio de Albuquerque	Alagôas	24/12/1932
147	Sylvio Ferrari	M	Theodoro Ferrari	SC	16/02/1920
135/137	Venicius Búrigo	M	Paulino Búrigo	SC	16/12/1925

133	Zalmir de Lima	M	José Eleutério de Lima	SC	23/07/1922
1945					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
2010	Aldo Affonso Vieira	M	Urbano Afra Vieira	SC	27/08/1925
161	Aldo Rodrigues de Araujo	M	Adolpho Baptista de Araujo	SC	10/04/1921
162	Alfredo Russi	M	Roberto Russi	SC	20/12/1925
163	Aline Ulysséa Nicolazzi	F	João Nicolazzi	SC	02/04/1925
215	Alvaro Selva Gentil	M	Euclides Gentil	SC	08/05/1925
164	Anna Rita Cabral Machado	F	Nelson di Almeida Machado	SC	25/05/1918
165	Anneliese Entres	F	Gottfried Entres	SC	16/05/1926
166	Bento Pereira Oliveira	M	Francisco Pereira Oliveira Filho	SC	06/02/1921
167	Constantino Syriaco Atherino	M	Syriaco Theodosio Atherino	SC	09/03/1925
203	David Gomes Mendonça	M	João José Mendonça,	SC	19/05/1925
209	Denise Verissimo Pereira	F	Lindolpho Anatercio Gonçalves Pereira	Pernambuco	07/08/1925
168	Dilma Damiani	F	Dionísio Gaspar Damiani	SC	09/07/1926
169	Donatílio Silva	M	João Gonçalves da Silva,	SC	05/02/1917
170	Elisabeth Rihl	F	Noberto Rihl	RS	10/02/1926
171	Elly-Maria da Silva	F	Darey Linhares da Silva	SC	03/10/1927
205	Euclides Fernandes	M	Duarte Fernandes	SC	10/05/1914
172	Eunice Oliveira	F	Roberto Soares de Oliveira	SC	28/02/1926
173	Fioravante João Marchi	M	João Baptista Alberto Marchi	SC	02/06/1923
204	Frederico Herondino Leite	M	Zulmira da Costa Leite	SC	23/07/1912
174	Germano Hoffmann	M	Maurício Germano Hoffmann	SC	01/08/1926
182	Hamilton Abbade Valente Ferreira	M	Egydio Abbade Ferreira	SC	13/08/1925
175	Hélcio de Menezes	M	Hercílio Carvalho de Menezes	SC	18/01/1926
176	Hélio Moura	M	João Moura Júnior	SC	08/08/1915

177	Hugo Wondracek	M	Guilherme Wondracek,	RS	15/06/1915
208	Ilmen da Costa Melim	M	Octavio Melim	SC	29/08/1927
218	Ilza Cecilia de Lima,	F	Marcolino José de Lima	SC	22/11/1925
178	João Makowiecky	M	Estanislau Makowiecky	SC	16/05/1924
179	João Ventura	M	Álvaro Soares Ventura	SC	29/10/1926
219	José Rodrigues de Araujo,	M	Adolpho Baptista de Araujo	SC	25/09/1918
180	Léa Castro	F	Salomão André de Castro	SC	23/03/1926
207	Lenir-Maria Brasil	F	Orlando Brasil	SC	13/10/1927
181	Magali Rennée Lebarbenchon	F	Octávio René Lebarbenchon	SC	22/09/1926
206	Maria da Conceição Mello	F	Severiano da Costa Mello	SC	15/03/1926
183	Maria Luiza Figueiredo Campos	F	Emmanuel Pereira Campos	SC	08/08/1925
201	Maria Rosa Cherem	F	José Rosa Cherem	SC	20/04/1924
184	Marilda Carneiro da Cunha Luz	F	Eduardo Pio da Luz	SC	12/02/1927
202	Maurílio Fernandes	M	Orlando Fernandes	SC	16/04/1924
185	Nelson Szpoganicz	M	Eugênio Szpoganicz	SC	01/02/1924
212	Nair Ferrari	F	Ricardo Ferrari	SC	30/06/1925
186	Nenna de Lourdes Santos	F	Francisco Santos	SC	17/01/1926
216	Newton Thibes de Almeida	M	Euclides de Almeida	SC	07/10/1920
187	Neyde-Maria Pereira	F	Cícero Pereira	SC	08/07/1926
188	Oscar Cardoso Filho	M	Oscar Cardoso	SC	07/08/1925
189	Oscar Pereira	M	Agenor Veríssimo Pereira	SC	30/09/1924
217	Paulo Malty,	M	Jorge Miguel Malty	SC	23/12/1921
214	Rodolfo Fernando Pinto da Luz	M	Osvaldo Pinto da Luz	SC	21/11/1925
190	Ryno von Mörs	M	Hugo von Mörs	SC	04/09/1924
191	Sada Boabaid dos Reis	F	Jacob Boabaid	SC	02/09/1927
192	Sylvio-Orlando Damiani	M	Orlando Sylvio Damiani	SC	17/05/1926
193	Theodósio Atherino	M	André Atherino	SC	03/11/1923

194	Túlia Matos	F	Aparício Matos	SC	24/03/1921
195	Victor Santos Alberton	M	Santos Alberton	SC	18/11/1921
196	Vylma Moritz	F	Alberto Moritz	SC	02/01/1928
213	Waldemar Busch	M	Guilherme Frederico Busch	SC	05/11/1920
197	Waldemar Werner	M	Hugo Werner	SC	18/12/1921
198	Walter Deutsch	M	Fritz Deutsch	Suíça	04/08/1922
199	Werner Springmann	M	Fernando Springmann	SC	10/04/1924
200	Yoldory Campos Garofallis	M	Demétrio Constantino Garofallis	SC	27/04/1923
211	Yone Moreira de Mello	F	Manoel Pereira de Mello	SC	26/04/1927
1946					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
223	Abel Capella	M	Arthur Capella	SC	05/11/1922
230	Antônio Kowalski	M	André Kowalski	SC	15/11/1916
220	Denny Truppel	M	Carlos Truppel	SC	11/05/1928
252	Dey Álvares Cabral,	F	Abél Álvares Cabral Júnior	SC	15/04/1929
238	Dijalma Araujo	M	José Araujo	SC	03/09/1926
248	Hans Karl Leyendecker	M	Gustav Karl Leyendecker	Alemanha	09/03/1924
225	Hélio Ligocki	M	João Ligocki	SC	24/03/1924
245	Helio Milton Pereira	M	Antonio Pedro Pereira	SC	23/03/1925
237	Jairo Lisbôa	M	Marçal Lisbôa	SC	26/01/1927
224	Joaquim Luiz Dias	M	João Luiz Dias	Portugal	03/02/1924
247	José Ferreira	M	Dulcinéa Pacheco	SC	30/12/1917
222	Marília Prats Fernandes	F	Orlando Fernandes	SC	28/09/1927
239	Maria Mercedes de Borja	F	Francisco Procopio de Borja	SC	01/10/1926
227	Maria Thereza Bastos	F	José Rocha Ferreira Bastos	SC	21/10/1927
234	Martha Springmann	F	Fernando Springman	SC	18/02/1927

241	Méri Guimarães Born	F	José Nicolao Born	SC	13/09/1928
231	Murillo Rodrigues	M	João Candido Rodrigues	SC	28/10/1926
236	Nelson Nunes Veran	M	Antonio Veran Cascaes	SC	12/08/1919
249	Nivaldo Lopes de Almeida,	M	Euclides de Almeida	SC	29/07/1927
229	Onofre Alves Pereima	M	João Basilio Pereima	SC	14/08/1924
242	Orlando Seára	M	Targino Seára	SC	17/02/1927
232	Osmar de Lima Veiga	M	Marcial Faría da Veiga	SC	27/04/1923
228	Osny Neves	M	Manoel Fortunato Neves	SC	17/06/1923
251	Paulo Amaral	M	Alvim Amaral e Silva	SC	25/03/1927
250	Rachel Peixoto Bayer	F	Augusto Bayer	SC	05/09/1925
235	Ruy Carlos Baptist	M	Carlos José Baptista	SC	26/08/1925
233	Uri Coutinho de Azevedo	M	Afonso Coutinho de Azevedo	SC	26/07/1925
243	Vera Tertschitsch	F	Valentim Tertschitsch	SC	30/11/1927
240	Vitorino Fretta	M	José Fretta	SC	17/04/1925
244	Vivaldi Garofallis	M	Demetrio Constantino Garofallis	SC	04/06/1924
221	Waldir da Silva Kuenzer	M	Max Eugenio Kuenzer,	SC	24/11/1924
246	Walmor Aguiar Borges,	M	Manoel de Aguiar Borges	SC	23/10/1922
226	Yedda da Gama Lobo d'Eça	F	Osny da Gama Lobo d'Eça	SC	19/06/1928
1947					
Registro	Nome	Sexo	Nome do Pai	Estado/País	Nascimento
256	Adão Sobierajski	M	Miguel Sobierajski	SC	08/12/1910
263	Adolpho Elpo da Silveira	M	Adolpho Bittencourt da Silveira	SC	12/11/1927
282	Alby Pereira	M	Alcides Rosalino Pereira	SC	23/04/1917
257	Aldir Maria Ramos	M	João Ramos	SC	15/05/1927
262	Aloysio Soares de Oliveira	M	Alvaro Soares de Oliveira	SC	23/03/1928
280	Altair Coutinho de Azevedo	M	Deodato Coutinho de Azevedo	SC	28/07/1924

277	Angela Maria Gracia Evangelista	F	Rosato Evangelista	SC	29/01/1929
271	Arlinda Maria Machado	F	Nelson de Almeida Machado,	SC	20/11/1929
274	Ary Kardec Bosco de Mello	M	Luiz Oswaldo Ferreira de Mello	SC	25/10/1926
286	Benno Meyer Peressoni	M	Nicolau Peressoni	SC	26/07/1925
265	Carlos Henrique Baasch	M	Evaldo Carlos Baasch	SC	01/01/1927
285	Cora Colônia	F	Otaviano Romulo Colônia	SC	16/08/1927
272	Dib Cherem	M	José Rosa Cherem	SC	01/06/1929
267	Dimas Prazeres de Campos	M	Claudio Francisco de Campos	SC	16/11/1927
259	Dulce Ortiga Ligocki	F	Theodoro Ligocki	SC	27/05/1929
287	Dylton do Vale Pereira	M	Hyppolito do Vale Pereira	SC	29/04/1927
289	Erasmus Rodrigues	M	José Domingos Rodrigues	SC	02/06/1925
278	Eugênio Doin Vieira,	M	Bento Aguido Vieira	SC	09/11/1926
253	Gecy Rocha	M	Alcides Batista Rocha	SC	14/05/1926
260	Henal Miguel	M	José Miguel	Monte Libano	11/01/1927
269	Ivo Bez	M	Samuel Bez	SC	14/02/1921
284	Jonas Andriani	M	Pedro Eulalio Andriani	SC	20/05/1918
292	Jonia Christoval	F	Cyriaco Christoval	SC	15/12/1926
273	Jorge Miguel Atherinos	M	Miguel Atherinos	SC	09/11/1922
291	Lauriano Gomes de Almeida	M	Onofre Gomes de Almeida	SC	18/02/1914
268	Leandro José da Silva Junior	M	Leandro José da Silva	SC	20/03/1919
264	Lythmar Machado de Souza	M	Antonio Machado de Souza	SC	14/08/1924
261	Lyro Burigo Bez	M	Nuncio Bez	SC	12/08/1926
281	Maria Lygia Cúneo	F	Armando Cuneo	SC	15/09/1928
258	Maria Schetz	F	Pedro Jacó Schetz	SC	17/07/1927
255	Mario-Arthur Ferraresi	M	Arthur Ferraresi	SC	31/04/1927
283	Mauro Sergio Vaccari	M	Alberto Paschoal Luiz Vaccari	SC	06/05/1929
266	Mozart Vieira	M	Elizario Francisco Vieira	SC	25/07/1928

276	Orestildo Tomaselli	M	Jeronymo Tomaselli	SC	04/04/1923
288	Saul Ulysséa Baião	M	Antonio Baião	SC	07/02/1927
254	Sylvio- Ney Soncini	M	Liborio Soncini	SC	05/08/1924
275	Therezinha de Jesus da Luz Fontes	F	Henrique da Silva Fontes	SC	06/09/1929
270	Vélia Suely Andrade da Veiga	F	Célio Oliveira da Veiga	SC	06/05/1929
279	Walmor Capanema	M	João Capanema	SC	10/09/1926
290	Washington Luiz do Valle Pereira	M	Hyppolito do Valle Pereira	SC	13/12/1947

ANEXO A – HINO ALVARISTA

Sou Alvarista
Co..orgulho o digo
É minha escola
Meu santo abrigo
Sob seu teto
Tão gasalhoso
Vivo contente
Feliz ditoso.

Hoje festivo
Rompeu o dia
Sigo prá escola
Com alegria
Eu quero abrir-lhe
Meu coração
Quero Saudá-la
Com devoção.

Grito bem alto
Entusiasmado
Mil vezes salve
Meu lar amado.

Fonte: Fecap, site institucional. Hino Alvarista, s.n. Disponível em:
<https://www.fecap.br/hino-alvarista/>. Acesso em 14/06/2020.

ANEXO B – POEMA CAIXEIROS-VIAJANTES**Caixeiros-Viajantes: tecedores de redes sociais, culturais e comerciais**

Jovens, fiéis e livres

Nós, caixeiros-viajantes, vamos pela colônia
Até a mais distante picada.
Quem nunca foi um caixeiro-viajante,
Não conhece o fascínio do perambular.
Quem bons amigos procura,
Entre no nosso círculo,
Onde ainda o jovem coração bate calorosamente
E nada da malandragem sabe.
Quanto mais penetramos na colônia,
Jovens, fiéis e livres.
Deverá ressoar como grito de honra:
- Jovens, fiéis e livres

Selamos bem, cavalgamos cedo,
Não tememos nenhum caminho
E nossa mula reparte fadiga,
Conhece atalhos e pinguelas.
As armas do caixeiro-viajante são:
Revólver, punhal e paciência.
Apenas o homem paciencioso ganha
A graça dos queridos fregueses.
Temos que brincar, beber e cantar
Jovens, fiéis e livres,
e no *Kerb* as moças balançar,
Jovens, fiéis e livres.

Livres de quaisquer amarras do espírito,
À obrigação, à honra propicias,

vão os caixeiros-viajantes pelo mundo,
E sempre fiéis como o ouro.
O comércio, que confia em nós,
Não perecerá
Orgulhoso deve ser o caixeiro-viajante!
Fiquemos firmes como colunas,
Enquanto nós, divertidas pessoas, viajarmos,
Jovens, fiéis e livres,
Exaltar-se-ão nossos feitos e vidas:
Jovens, fiéis e livres.

Fonte: NIEMEYER, Erns. Kalender für die Deutchen in Brasilen, 1907. Mural exposto no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

ANEXO C – HINO DA ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA**Hino da Academia de Comércio de Santa Catarina**

Tuas salas, solenes, vetustas,
Que ainda têm esplendores passados.
Abriaram figuras augustas,
Tantos mestres, jamais olvidados.

O saber que nos derem é Luz
No oceano agitado da vida,
Qual farol que orienta e conduz
A' vitória de lutas tecida.

Compreensão e esse clima fraterno
Sempre em ti, mansamente, existiram,
Pois tu foste o regazo materno
Dônde tantas escolas surgiram

Viverás sempre em nós nas lembranças
Desse tempo vivido em teu meio.
Pois nos deste a maior das heranças:
A humildade e o Saber sem receio!

Letra de Eduardo M. Tavares

Música de Sebastião B. Vieira

[sem data]

Disponível em: ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA. Livro Diversos, 1930.

ANEXO D – SISTEMATIZAÇÃO DOS MURAIIS DE FORMATURA

Extraído de Silva (2019)

Ano	Total Form.	Formato	Dizeres	Homen.	Símbolos
1938	7 Peritos Contadores	Madeira	“Escola de Comércio de Santa Catarina” “Peritos Contadores de 1938”	7	Tábua dos dez mandamentos? ²⁰⁴
1941	26 contadores	Madeira Lateral de uma máquina de escrever?	“Escola de Comércio de Santa Catarina” “Contadores de 1941”	12	Caduceu de Mercúrio; Livro
1942	35 contadores	Madeira	“Academia de Comércio de Santa Catarina” “Contadores de 1942” “Lex”	8	Bastão e Serpentes; Livro
1943	22 contadores	Madeira Estrutura em forma de livro	“Academia de Comércio de Santa Catarina”	9	Sem símbolos
1945	58 contadores	Madeira	“Academia de Comércio de Santa Catarina” “Contadores de 1945” “Labor omnia vincit”	12	Caduceu de Mercúrio; Livros
1945 – (?)	34 contadorandos	Madeira Placa de madeira em formato de quadrado contendo o mapa de Santa Catarina “recortado” do Mapa do Brasil no Centro, com as fotografias dos formandos em losangos e dos homenageados em círculos	“Academia de Comércio de Santa Catarina” “Contadorandos de 1945”	11	Caduceu de Mercúrio Mapa de Santa Catarina
1947	36 contadores	Madeira	“Escola de Comércio de Santa	10	Caduceu de Mercúrio;

²⁰⁴ O símbolo (?) é utilizado para designar informações incertas, às quais ainda precisam ser confirmadas.

		Placa de madeira na forma de engrenagem com formandos e homenageados distribuídos ao longo da engrenagem.	Catarina” “Contadores de 1947” “Lex”		Livro; Esquadro? Engrenagem
--	--	---	--	--	-----------------------------------

1945



1945 – (2?)



1947

